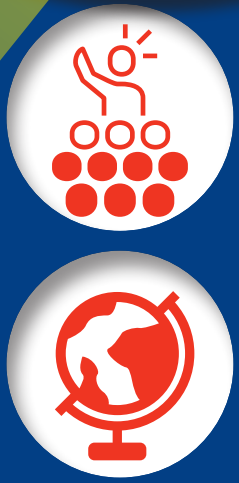
Julieta Romeiro
Maria Raquel Apolinário
Ricardo Melani
Silas Martins Junqueira

MANUAL DO PROFESSOR
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
Código da coleção: 0200P21204
Código da obra: 0200P21204138

DIÁLOGO

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS



Área do conhecimento:
Ciências Humanas
e Sociais Aplicadas

MODERNA

MODERNA

Julieta Romeiro
Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico da Rede Federal de ensino.

Maria Raquel Apolinário
Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Professora das redes estadual e municipal de ensino durante 12 anos. Coordenadora de projetos editoriais. Editora.

Ricardo Melani
Bacharel e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem mais de 25 anos de experiência como educador. Foi professor do ensino superior durante 18 anos. Foi editor de inúmeras revistas científicas e informativas.

Silas Martins Junqueira
Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor da rede municipal de ensino de São Paulo. Formador de professores e gestores educacionais. Escritor de livros didáticos e de documentos oficiais para secretarias estaduais e municipais de educação.

DIÁLOGO

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição

São Paulo, 2020

MODERNA

MODERNA

Coordenação editorial: Maria Raquel Apolinário
Edição de texto: Vanessa Gregorut, Silvana Cobucci Leite, Maria Raquel Apolinário
Assistência editorial: Caroline B. Marach
Assessoria didático-pedagógica: Caroline B. Marach, Maria Lídia Vicentin Aguilar, Camila Koshiba Gonçalves
Gerência de *design* e produção gráfica: Everson de Paula
Coordenação de produção: Patricia Costa
Gerência de planejamento editorial: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: APIS Design, Adriano Moreno Barbosa
Capa: Daniela Cunha
Foto: © davooda/Shutterstock
Ilustrações: Otávio dos Santos, Daniela Cunha
Coordenação de arte: Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Renata Susana Rechberger
Editoração eletrônica: Casa de Ideias
Edição de infografia: Giselle Hirata, Priscilla Boffo
Coordenação de revisão: Maristela S. Carrasco
Revisão: Know-how Editorial
Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron
Pesquisa iconográfica: Vanessa Manna, Susan Eiko, Elizete Moura
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Joel Aparecido, Luiz Carlos Costa, Marina M. Buzzinaro, Vania Aparecida Maia de Oliveira
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Fábio Roldan, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogo : ciências humanas e sociais aplicadas : manual do professor / Julieta Romeiro...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

Outros autores: Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani, Silas Martins Junqueira
Obra em 6 v.
Conteúdo: Ser humano, cultura e sociedade -- Trabalho, tecnologia e natureza -- Relações de poder : território, Estado e nação -- Lutas sociais e reflexões sobre a existência -- América : povos, territórios e dominação colonial -- Dilemas das repúblicas latino-americanas
Bibliografia.

1. Filosofia (Ensino médio) 2. Geografia (Ensino médio) 3. História (Ensino médio) 4. Sociologia (Ensino médio) I. Romeiro, Julieta. II. Apolinário, Maria Raquel. III. Melani, Ricardo. IV. Junqueira, Silas Martins.

20-39056 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livros-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2020
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

MODERNA

Sumário

Apresentação geral da obra V

1. O Novo Ensino Médio e a BNCC V
A proposta da BNCC para o Ensino Médio VI
A BNCC e a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas VIII

2. Pressupostos metodológicos da coleção X
A interdisciplinaridade X
O trabalho com competências X
As categorias da área e os livros da coleção XI
A aprendizagem significativa XII
A pesquisa como princípio pedagógico XIII
Os Direitos Humanos como princípio norteador XIII

3. Estrutura da obra XIII

Referências bibliográficas XVI

Orientações específicas para este volume

O livro na sala de aula XVII

Unidade 1 Independências: os novos Estados nacionais na América XVIII
Objetivos da unidade XVIII

Capítulo 1 A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem? XIX
Objetivos do capítulo XIX
Sugestões de encaminhamento didático XIX

Capítulo 2 A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América XXI
Objetivos do capítulo XXI
Sugestões de encaminhamento didático XXI

Capítulo 3 Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras XXII
Objetivos do capítulo XXII
Sugestões de encaminhamento didático XXIII

Capítulo 4 O pensamento político nos nascentes Estados americanos XXIV
Objetivos do capítulo XXIV
Sugestões de encaminhamento didático XXIV

Leituras complementares XXVI

Unidade 2 A formação do Estado brasileiro XXVIII
Objetivos da unidade XXVIII

Capítulo 5 A independência do Brasil e o período imperial XXIX
Objetivos do capítulo XXIX
Sugestões de encaminhamento didático XXIX

Capítulo 6 O que é ser brasileiro? XXXI
Objetivos do capítulo XXXI
Sugestões de encaminhamento didático XXXI

Capítulo 7 Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil XXXIII
Objetivos do capítulo XXXIII
Sugestões de encaminhamento didático XXXIII

Capítulo 8 O pensamento filosófico no período imperial XXXV
Objetivos do capítulo XXXV
Sugestões de encaminhamento didático XXXV

Leituras complementares XXXVII

MODERNA

Unidade 3 A república na América Latina XXXVIII
Objetivos da unidade XXXVIII
Capítulo 9 A Primeira República no Brasil XXXIX
Objetivos do capítulo XL
Sugestões de encaminhamento didático XL
Capítulo 10 Protestos contra a república oligárquica XLI
Objetivos do capítulo XLII
Sugestões de encaminhamento didático XLII
Capítulo 11 Entre a ditadura e o populismo XLIV
Objetivos do capítulo XLIV
Sugestões de encaminhamento didático XLIV
Capítulo 12 Ditaduras e revolução na América Latina XLVI
Objetivos do capítulo XLVI
Sugestões de encaminhamento didático XLVII
Leituras complementares XLIX

Unidade 4 A América contemporânea L
Objetivos da unidade L
Capítulo 13 Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais LII
Objetivos do capítulo LII
Sugestões de encaminhamento didático LII
Capítulo 14 A filosofia da libertação e os Direitos Humanos na América Latina LIV
Objetivos do capítulo LIV
Sugestões de encaminhamento didático LIV
Capítulo 15 Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina LV
Objetivos do capítulo LV
Sugestões de encaminhamento didático LV
Capítulo 16 A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios LVI
Objetivos do capítulo LVI
Sugestões de encaminhamento didático LVI
Leituras complementares LVIII

Respostas e comentários das atividades do Livro do Estudante LX

MODERNA

Apresentação geral da obra

1. O Novo Ensino Médio e a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é tida como importante documento para orientar a formação escolar de seus estudantes, e muitos países, tais como França, Portugal, África do Sul, Peru, Coreia do Sul e Austrália, já o elaboraram, considerando suas realidades e demandas próprias.

A BNCC já estava prevista na Constituição de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, ainda, no Plano Nacional de Educação de 2014.

Trata-se de um documento normativo fundado em direitos de aprendizagem expresso em dez competências gerais, destinadas a conduzir a formação dos estudantes, desde a creche, no início da Educação Infantil, até o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica.

Nesse sentido, a BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens apresentadas como essenciais, definindo as competências gerais que todos os estudantes do Brasil devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

No Brasil, a partir da elaboração do Plano Nacional de Educação, em 2014, colocou-se em discussão não apenas a elaboração de uma base nacional comum, mas também a proposta de um Novo Ensino Médio, tendo em vista os novos desafios e possibilidades para os jovens que serão os futuros egressos da Educação Básica.

Para isso, foram necessárias mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, por meio da Lei nº 13.415/2017. Outro passo importante na construção da BNCC foi a atualização, em 2018, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), documento que tinha sido aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2012. A etapa final desse processo foi a reformulação da parte da BNCC referente ao Ensino Médio, homologada em dezembro de 2018.

Temos, portanto, um modelo novo para a formação dos jovens na etapa final da Educação Básica, o chamado **Novo Ensino Médio**, que está apoiado em três grandes frentes:

- O desenvolvimento do protagonismo dos estudantes e seu projeto de vida.
- A valorização da aprendizagem.
- A garantia dos direitos de aprendizagem.

O Novo Ensino Médio apresenta a possibilidade de escolha de diferentes **itinerários formativos**, o que significa a flexibilização do currículo, para que se adeque às expectativas e necessidades dos estudantes dessa etapa do processo educacional.

A formação escolar na etapa do Ensino Médio passa, assim, a ser constituída por aprendizagens essenciais, definidas pela BNCC, e por aprendizagens específicas, definidas pelos itinerários formativos, que deverão ser oferecidos pelos sistemas de ensino ou pelas escolas. Valoriza-se, dessa forma, o protagonismo dos estudantes, a começar pela possibilidade de escolha feita por eles, associada ao seu projeto de vida.

O Novo Ensino Médio também ampliou a carga horária de todas as escolas de 800 horas para 1.000 horas anuais, a ser implantada até 2022. Com essa medida, valoriza-se a aprendizagem, sendo possível um conjunto de novas formas de aquisição e produção de conhecimento, e uma formação mais sólida, seja para os estudos posteriores, seja para o mundo do trabalho. Por fim, com as competências e as habilidades essenciais definidas pela BNCC, acrescida dos itinerários formativos, os estudantes terão garantidos os direitos de aprendizagem que lhes permitirão enfrentar os desafios exigidos pela sociedade contemporânea.

FG TRADE/ISTOCK PHOTO/GETTY IMAGES

A BNCC e o Novo Ensino Médio têm o desafio de fazer da escola e do aprendizado dos componentes curriculares uma ferramenta para o desenvolvimento das competências necessárias à formação intelectual e socioemocional dos estudantes, para que estejam preparados para atuar com autonomia na sociedade, de forma crítica, colaborativa, ética e responsável.

EF MODERNA

A proposta da BNCC para o Ensino Médio

As novas práticas e relações sociais da contemporaneidade, não apenas no âmbito nacional, mas no mundo como um todo, estão profundamente marcadas por rápidas transformações, decorrentes principalmente do desenvolvimento tecnológico, o que impõe uma situação bastante complexa para o Ensino Médio como última etapa da Educação Básica.

Não são poucos os desafios que os jovens irão enfrentar, tanto no mundo do trabalho como também na apropriação de um conjunto de conhecimentos necessários para a efetiva participação na vida política e para o exercício da cidadania. Conhecimentos que são fundamentais para a construção de uma sociedade pautada nos valores humanos e na solidariedade.

Vislumbra-se na escola um lugar privilegiado para a consolidação desses valores e, principalmente, para a formação de indivíduos efetivamente comprometidos e conscientes da importância da noção de pertencimento à coletividade.

Os jovens estudantes são herdeiros de um conjunto de conhecimentos e saberes acumulados pela humanidade, que se materializam em diferentes recursos tecnológicos e formas de comunicação. Assim como também são herdeiros de inúmeros problemas ambientais e sociais nas diversas escalas, que resultam de uma sociedade individualista e consumista e da ausência de políticas capazes de garantir efetivamente o bem-estar da coletividade.

Há um mundo que precisa ser compreendido e modificado, ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos, e os novos arranjos no mundo do trabalho, extinguem um conjunto de profissões e criam novas demandas.

Esses jovens vivenciam, mais que qualquer outra geração anterior, grandes expectativas e muitas incertezas; e, para um olhar menos atento, eles muitas vezes parecem alheios às dificuldades que o mundo experimenta.

Contudo, em grande parte, os jovens são protagonistas de uma importante pauta de reivindicações, que dizem respeito, por exemplo, à questão ambiental, aos direitos dos povos indígenas e das mulheres ou, como em mobilizações recentes, à luta antirracista, que se espalhou pelo mundo após o assassinato do afro-americano George Floyd por um policial branco nos Estados Unidos.

A formação escolar deve, nesse sentido, estar em sintonia com esses desafios e demandas e proporcionar aos estudantes condições para que se insiram no mundo do trabalho conscientes da necessidade de conhecer dinâmicas da natureza e da sociedade e possam atuar efetivamente nas decisões que envolvem a coletividade.

No entanto, por diversas razões, devemos reconhecer que nem sempre a escola tem conseguido mobilizar os jovens para se sentirem estimulados a problematizar e valorizar o conhecimento, de maneira que possam exercer o protagonismo necessário para que tais fundamentos se realizem.

Não há dúvidas de que a escola precisa rever com frequência suas práticas e formas de organização. Por ser parte da sociedade, que se transforma constantemente, ela também precisa se reposicionar diante das novas realidades e dos problemas que ela apresenta para a humanidade.

Por se tratar de um país de dimensões continentais e com uma enorme diversidade cultural e ambiental, o Brasil enfrenta uma situação ainda mais desafiadora que a da maior parte dos países que já elaboraram suas bases nacionais comuns de currículo.

Seguindo o princípio democrático, faz-se necessário proporcionar aos jovens brasileiros o acesso aos mesmos conhecimentos essenciais, independentemente do estado e da cidade onde eles vivam.

Em respeito a essa grande riqueza de diversidades, a BNCC brasileira é constituída de um conjunto de conhecimentos essenciais comuns, mas que garante também uma parcela de conhecimentos que devem ser desenvolvidos considerando as especificidades de cada realidade.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas pela BNCC têm como fundamento o desenvolvimen-

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

JOAO LAET/AFP

À esquerda, esgoto a céu aberto em terreno ocupado em Petrolina (PE). À direita, queimada na Floresta Amazônica, nas proximidades do município de Novo Progresso (PA). Fotos de 2019. A crescente degradação dos recursos naturais, que ameaça o futuro da maior floresta tropical do mundo, e a chocante desigualdade social são dois dos maiores problemas do Brasil contemporâneo.

MODERNA

to de **competências**. O documento define as 10 competências que deverão ser construídas ao longo da Educação Básica. Elas envolvem conceitos, procedimentos, práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores, que visam à formação integral dos estudantes e à construção de uma sociedade mais justa, humana e capaz de desfrutar os recursos naturais e preservá-los para as gerações futuras.

Diferentemente do modelo tradicional de educação, focado no avanço cognitivo, de acordo com a BNCC, a educação deve considerar toda a complexidade do desenvolvimento humano.

A aprendizagem por competências

Os conceitos de *competências* e *habilidades* vêm sendo empregados nos documentos sobre educação desde as reformas promovidas pelo governo federal nos anos 1990.

Naquela época, as competências e habilidades estavam associadas ao mundo do trabalho e tinham sido introduzidas por organizações empresariais nos anos 1970. Elas se vinculavam à qualificação profissional, ao indivíduo e a seu posto de trabalho.[1] A transposição dos dois conceitos para o âmbito escolar motivou muitos debates, que chamaram a atenção para um possível empobrecimento do processo educacional. O risco era limitar o propósito da educação do jovem, destinando-a à formação para o mercado de trabalho, para o treinamento de mão de obra, em vez de formar cidadãos críticos e atuantes, cientes do seu pertencimento a uma coletividade.[2]

No entanto, desde a LDB, em que se afirmava a necessidade de os currículos terem uma base nacional comum, passando pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pelo conjunto de resoluções do CNE que compuseram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e superior, o modelo de trabalho com as competências foi sendo amadurecido e tornou-se o referencial para a organização dos currículos em nível nacional.

Na BNCC, **competência** é definida como a capacidade de

> "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho."
>
> BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/Undime/Consed, 2018. p. 8.

A noção de competência aparece de maneira precisa e ampliada na BNCC. Para além de uma série de capacidades e da formação para o mundo do trabalho, são valorizados o conhecimento, o fazer e o saber-fazer científico e artístico, além das práticas e procedimentos típicos das ciências e das artes. Na BNCC, as competências são compreendidas como caminhos seguros para promover o autoconhecimento por parte do jovem, seu conhecimento sensível acerca do mundo social e natural, além do reconhecimento do outro (o "saber conviver" e o "saber ser"). O aluno competente é aquele que, diante de uma circunstância nova, é capaz de empregar os saberes apropriados, integrá-los com propriedade e exercer uma ação adequada e eficaz sobre o outro e o mundo em que vive. O aprendizado por competências tem por objetivo garantir que o jovem seja capaz de avaliar situações-problema e de intervir na realidade de maneira solidária, sustentável e responsável, respeitando os Direitos Humanos e combatendo preconceitos de qualquer espécie.

Na aprendizagem por competências, dois elementos merecem destaque. O primeiro deles são as "metodologias de ensino e de avaliação da aprendizagem que estimulem a iniciativa dos estudantes".[3] O **protagonismo do aluno** e das culturas juvenis, múltiplas e plurais, deve ser acolhido pela escola e por toda a comunidade escolar.

O ambiente escolar proporciona ao jovem a possibilidade de experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro e com o mundo. A expectativa é que ele aprenda a se reconhecer como sujeito consciente de sua **capacidade relevante de intervenção** no mundo em que vive. O potencial ativo e transformador da juventude reside em todo o processo de ensino e aprendizagem, desde os processos cognitivos mais simples, como a leitura de uma notícia sobre o vazamento de óleo no oceano, até a elaboração de hipóteses, produtos e soluções complexos para situações do cotidiano, da vida em sociedade e para a preservação do planeta que habitamos, como um simulador em 3-D da vida no oceano após o derramamento de óleo ou um monólogo distópico.

Assim, o desenvolvimento das competências pode e deve ser facilitado pelo professor, mas apenas o aluno pode tornar-se competente para empregar as tecnologias digitais de maneira crítica, ética e sustentável (competência geral 5) ou utilizar linguagens diversas para expressar seus sentimentos e ideias (competência geral 4).

O segundo elemento a destacar em relação à aprendizagem por competências é a **interdisciplinaridade**. Isoladamente, cada componente curricular é capaz de atingir plenamente algumas das habilidades da área do conhecimento de que faz parte. Na realidade, o desenvolvimento da habilidade não pode prescindir do conhecimento específico de cada ciência ou componente curricular para se realizar. A competência, porém, ao envolver a avaliação de situações-problema, exige confrontações, comparações e simulações que não prescindem, e sim extrapolam a especificidade do componente e da área do conhecimento. Noções como justiça e ética, a capacidade de argumentar, valorizar o outro,

1 DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, jan-jun. 2010. p. 74.

2 SILVA, Monica Ribeiro da. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. *Retratos da Escola*, v. 13, n. 25, p. 123-135, 2019 e DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. *Educ. Soc.* Campinas, v. 24, n. 85, dez. 2003. p. 1.155-1.177.

3 BRASIL. *Resolução CNE/CEB*. n. 3, 26 jun. 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em 19 jul. 2020.

EM MODERNA

ADRIANO MACHADO/REUTERS/FOTOARENA

Milhares de manifestantes participam de ato na Greve Geral pelo Clima. Brasília (DF), 29 de setembro de 2019. Nos protestos realizados em todo o mundo nesse dia, às vésperas do encontro da Cúpula das Nações Unidas, os jovens deram lições de protagonismo, criatividade e participação política.

defender ideias, exercitar a empatia, agir com autonomia e de cuidar de si e do planeta demandam que se saiba operar generalizações e ir além dos limites de uma conclusão, testando a sua validade. Essa postura diante do mundo é aprendida a partir do desenvolvimento de valores pessoais e sociais e da integração entre os saberes dos diversos componentes curriculares que, por essa razão, aparecem na BNCC organizados por **áreas do conhecimento**.

A aprendizagem por áreas do conhecimento

Na etapa do Ensino Médio, a BNCC determina o agrupamento dos componentes em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As áreas do conhecimento têm habilidades e competências específicas que devem ser desenvolvidas conjuntamente pelos componentes afins ao longo dos três últimos anos da Educação Básica.

A organização do currículo por áreas do conhecimento tem a finalidade de integrar os componentes, sem excluir as especificidades de cada um deles. Na verdade, o componente curricular dá o primeiro passo para adquirir o *status* de **interdisciplinar** quando reconhece que os "saberes que ele contempla" são insuficientes, sozinhos, no enfrentamento de "problemáticas complexas".[4] Essa falta não deve ser vista como impasse ou fragilidade, e sim como interdisciplinaridade e transversalidade em potência, a serem realizadas por meio de diversas formas de interação e integração de saberes.

A interdisciplinaridade pressupõe que as "coisas" (fenômenos, objetos, processos) têm uma unidade que foi desfeita pela especialização progressiva dos saberes.[5] Como ensinou o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, quanto mais "desunidos, divididos e compartimentados" estão os saberes, mais difícil será lidar com os problemas cada vez mais "multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários" do mundo contemporâneo.[6]

Assim, para compreender um fenômeno em sua complexidade, é possível recorrer à multidisciplinaridade, buscando nas especificidades e nos pontos de vista de dois ou mais componentes a solução para um problema ou objeto apresentado. É possível, também, transpor métodos de uma disciplina a outra, facilitando "a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas",[7] ou reunir as disciplinas em torno de um mesmo objeto, criando coletivamente uma situação-problema e um projeto para investigá-la e, eventualmente, solucioná-la.

Um dos principais objetivos da aprendizagem por áreas do conhecimento é facilitar a interdisciplinaridade e a transversalidade, para garantir ao jovem as competências necessárias para atuar no mundo com autonomia e protagonismo, tomando decisões e intervindo no meio em que vive com desenvoltura e sabedoria.

A BNCC e a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas fundamenta-se no compromisso educativo de formação para uma educação ética. Nesse sentido, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas assumem o compromisso de reconhecer e desnaturalizar os processos sociais, evidenciando a realidade como resultado da ação dos sujeitos históricos. Os conceitos estudados em História e Geografia ao longo do Ensino Fun-

4 FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In:* FAZENDA, Ivani C. A. (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008. p. 18-19.

5 ANTISERI, Dario. *Breve nota epistemológica sull'interdisciplinarità*: orientamenti pedagogia 141. Brescia: Editora La Scuola, 1975. Citado em YARED, Ivone. O que é interdisciplinaridade? *In*: FAZENDA, Ivani C. A. (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008. p. 162.

6 MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo; Brasília: Cortez/Unesco, 2000. p. 35-36.

7 BRASIL. Parecer CNE/CEB 7/2010. p. 23. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 24 jul. 2020.

CÓPIA CONTROLADA

damental, como temporalidade, espacialidade, diversidade, ambiente, família, trabalho e poder devem ser ampliados e aprofundados. O manejo hábil desses conceitos deve garantir que o aluno seja capaz de lidar com as metodologias de cada componente curricular e problematizar as categorias, os objetos e os processos por eles empregados.

Progressivamente, esses conceitos e procedimentos devem integrar-se com os componentes afins e com as demais áreas de conhecimento, para garantir que o aluno se torne competente para reconhecer as contradições presentes no fazer científico, questionar os saberes instituídos, criar hipóteses e argumentos a partir de dados, da dúvida sistemática, do diálogo e do respeito ao outro. Essas proposições exigem um posicionamento solidário, crítico, resultante de uma postura indagativa e problematizadora frente ao mundo, fundamentada no uso dos conceitos e das categorias essenciais para o componente e para a área.

A BNCC determina que as categorias fundamentais para a formação do estudante para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade; Cultura e Ética; e Política e Trabalho.

As categorias **Tempo** e **Espaço** permitem que o aluno se reconheça como participante de uma coletividade em um espaço culturalmente produzido, compartilhando com ela suas práticas simbólicas, seus costumes e valores. Elas contribuem para que o aluno reconheça a temporalidade de suas próprias ações e os arranjos intencionais dos objetos e dos bens do lugar em que vive, bem como as razões e consequências dos fluxos de pessoas e de mercadorias que ali ocorrem. Com isso, espera-se que ele reconheça que tempo e espaço são categorias produzidas e reproduzidas pelos seres humanos e, por isso, podem ser reinventadas no sentido de construir uma sociedade mais justa, tolerante e inclusiva.

As categorias **Território** e **Fronteira** estão associadas à ideia de poder ou de domínio de um grupo sobre uma determinada área. Nelas, se reconhece a dimensão histórica da construção desses limites, fundamentais para a compreensão da noção de soberania e dos conflitos em diversas escalas, espaços e tempos. Elas contribuem para o entendimento do Estado-nação na contemporaneidade e das guerras entre e intrapaíses, a fim de desnaturalizar esses fenômenos, possibilitando que o jovem vislumbre formas de atuação, direta e indireta, para resolvê-los por meio da diplomacia, considerando o respeito aos Direitos Humanos e aos valores democráticos.

As problematizações advindas das categorias **Indivíduo**, **Natureza**, **Sociedade**, **Cultura** e **Ética** colocam o debate sobre as relações do indivíduo com a natureza e com o outro, sobre o significado dos indivíduos na coletividade, contrapondo-se eticamente ao individualismo. Essas categorias envolvem noções de identidade e alteridade, a capacidade de respeitar-se para respeitar e valorizar o outro e compreender como as diversas sociedades e povos se relacionam com o meio natural em que estão inseridos. O estudo dessas categorias pretende que o aluno seja capaz de questionar princípios considerados universais, como a supremacia da razão, de maneira reflexiva, ética e respeitosa, aplicando suas descobertas a situações concretas em busca do bem comum e da convivência pacífica.

Política e **Trabalho** encerram o rol de categorias fundamentais para a área. A noção de Política é aqui ampliada porque deriva do conceito de *polis*, a comunidade de pessoas que atuam na vida pública. Trata do debate sobre o bem comum, das relações de poder e das esferas de tomada de decisão, além do conhecimento das estruturas formais que criam e legitimam o Estado, incluído, aí, o léxico jurídico que o compõe e o conforma. A categoria também contempla um tema caro à juventude global: a interferência das tecnologias na reconfiguração da esfera pública e sua capacidade de desmantelar e reformular as relações sociais, de trabalho e de poder, tornando-as mais ou menos democráticas e horizontais. Sobretudo no mundo contemporâneo, a categoria Política fomenta o debate acerca de questões geopolíticas nas escalas local e global, bem como dos interesses dos diversos grupos de países e empresas e os conflitos em relação à garantia do bem comum.

A categoria Trabalho, em suas múltiplas dimensões e abordagens teóricas, permite a reflexão sobre as formas de produção e reprodução das condições de existência dos grupos humanos em diferentes tempos e espaços, bem como a influência das tecnologias nesse processo. Ela se aproxima e dialoga com as diferentes noções de cultura e com as formas de apropriação e de transformação da natureza operada pelas sociedades.

O estudo das categorias **Política** e **Trabalho** permite ao aluno perceber como elas se conectam, e de que maneira a conexão entre a esfera pública e a da produção das condições de existência impõe determinados papéis sociais aos indivíduos e contribui para determinar como essas pessoas atuam no mundo. Além disso, é por meio dessas categorias que o aluno se torna capaz de identificar e avaliar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades e tomar decisões autônomas e esclarecidas em relação a elas.

Para a BNCC, o tratamento dessas categorias deve ser pautado pela heterogeneidade metodológica e de visões de mundo. O convívio com as diferenças deve favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da autocrítica e da criatividade, nas situações da vida em geral, e nas produções escolares, em particular. Essa ampliação da visão de mundo dos estudantes resulta em ganhos éticos relacionados à autonomia na tomada de decisões e ao comprometimento com valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

A BNCC destaca ainda que a aprendizagem das competências e habilidades essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não se dissocia de um pensamento atento à transitoriedade do conhecimento, crítico e aberto à busca constante da ética em toda ação social.

ABIDAL/GETTY IMAGES

Coerente com a metodologia da aprendizagem significativa, a coleção dá atenção especial à abordagem das novas tecnologias, visando não apenas discutir seus impactos no mundo do trabalho e nas relações humanas, mas também convidar o estudante a refletir sobre os aspectos éticos que envolvem a integração entre ciência e tecnologia.

MODERNA

2. Pressupostos metodológicos da coleção

A interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um dos eixos da coleção. O tratamento interdisciplinar dos objetos do conhecimento é feito, por exemplo, no estudo do espaço e da história do Mediterrâneo e do Atlântico; quando abordarmos a Segunda Revolução Industrial, a expansão imperialista e as teorias pseudocientíficas do século XIX; no estudo da história das cidades, de sua relação com os rios e do espaço das cidades contemporâneas; ou ainda quando abordamos, de forma integrada e articulada, o totalitarismo nazifascista, a Segunda Guerra Mundial e as reflexões da Escola de Frankfurt e da filosofia de Hannah Arendt.

A abordagem interdisciplinar do conhecimento não significa, no entanto, o apagamento dos conceitos e procedimentos específicos de cada componente. No texto expositivo, o objeto de estudo é apresentado sob múltiplas perspectivas e em toda a sua complexidade, sem abandonar a proficiência conceitual e o rigor metodológico dos componentes. Uma vez assegurados os conceitos e procedimentos dos componentes ao longo da obra, o texto dos capítulos aclara e problematiza, de forma articulada e interdisciplinar, inúmeros aspectos que permeiam o cotidiano do aluno, como as tecnologias digitais, a interconectividade que caracteriza a sociedade contemporânea, o racismo, a segregação socioespacial, a precarização do trabalho e as questões ambientais. Assim, o aluno é colocado diante de uma situação-problema com as ferramentas corretas em mãos – as habilidades – para tomar uma decisão e desenvolver competências ao solucioná-la.

Na coleção, a preocupação com a interdisciplinaridade também aparece com centralidade no *Guia para o professor*, tanto nos textos e atividades complementares quanto nas sugestões de encaminhamento didático. A integração dos componentes não se limita à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; há também um diálogo permanente com a área de Ciências da Natureza, momentos que são devidamente identificados no *Guia*.

As atividades propostas ao longo dos capítulos e na abertura e no fechamento de unidades contemplam essa *atitude interdisciplinar* diante do conhecimento. As questões são projetadas para garantir a compreensão dos conteúdos curriculares e, em seguida, exigir que o aluno realize operações cognitivas mais sofisticadas, mobilizando saberes dos componentes da área para comparar dados de textos e gráficos, interpretar charges, poemas e pinturas, identificar intenções e pontos de vista e avaliar a consistência das evidências de um texto argumentativo.

O programa da coleção visa superar a fragmentação dos saberes e dos objetos de estudo, extrapolando a mera aproximação temática e o desenvolvimento sincrônico das sequências didáticas entre os diferentes componentes. A integração delineada transcende a multidisciplinaridade, já que propõe a combinação de métodos, não a sua justaposição; a elaboração de projetos, não a compartimentação dos procedimentos; e permite construir uma conduta colaborativa, dentro e fora da escola.[8] A importância da **colaboração** é central, já que apenas por meio dela é possível garantir que o jovem desenvolva as competências específicas e gerais propostas na BNCC.

O trabalho com competências

Os conteúdos curriculares são essencialmente ferramentas que devem ser utilizadas para desenvolver as competências necessárias que o jovem terá de acessar para enfrentar os desafios ao longo da sua vida. A competência, portanto, não é um conteúdo "a ser ensinado", mas uma ação ou uma atitude a ser tomada pelo aluno diante de uma situação-problema.

O texto didático vai ao encontro dessa diretriz. Ele explicita ao jovem os limites das ciências e a historicidade do conhecimento por elas enunciado. O texto também emprega maneiras mais sutis para demonstrar ao aluno a historicidade dos saberes, para que ele exercite a curiosidade intelectual e continue aprendendo (competências gerais 1 e 2). É possível, por exemplo, ordenar o encadeamento de temas para desnaturalizar fenômenos, fazendo remissões à realidade do aluno e à arte; relatar descobertas científicas recentes que impactam o dia a dia do jovem; desvelar a realidade sem simplificá-la, oferecendo caminhos alternativos de compreensão do mundo para cativar o aluno e criar o desejo de saber mais para atuar melhor.

As questões propostas em diferentes seções da coleção foram especialmente criadas para o desenvolvimento das competências. O boxe *Imagine...*, por exemplo, é um convite ao exercício da empatia, do diálogo e da cooperação (competências gerais 6 e 9); as questões, os infográficos e os textos citados em boxes contribuem para que o aluno se familiarize com os procedimentos das ciências, participe do debate de maneira qualificada, avalie e enfrente situações hipotéticas ou concretas, e tome decisões autônomas e conscientes (competências gerais 1, 2 e 6). As seções *De olho no presente* e *Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas* e as atividades de encerramento de unidade são mais amplas e diversificadas. Elas solicitam que o aluno reflita sobre os fenômenos do mundo em que vive, promovendo não apenas o conhecimento do mundo por meio dos saberes científicos, como também seu autoconhecimento (competências gerais 1, 2, 4, 7 e 8). As atividades de encerramento de unidade e a seção *Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas* são constituídas de atividades mais densas, que exigem maior tempo de reflexão e síntese. Nelas, o aluno é convidado a aplicar os conceitos aprendidos ao longo do capítulo em contextos diferentes, enfatizando a resolução de problemas e estabelecendo relações com o presente. Nessas seções, fontes de diversas naturezas são apresentadas ao aluno, como artigos científicos, obras de arte, textos literários e filosóficos.

8 ZABALA, Antoni. *Enfoque globalizador e pensamento complexo*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 33 e seguintes.

EDITORIAL

A postura crítica em relação às **tecnologias digitais** (competência geral 5) é uma preocupação central da coleção. Diversos capítulos e atividades abordam o tema com centralidade e há remissões a esses recursos tecnológicos em inúmeras outras situações em que o tema é apenas tangenciado.

A seção *Aprender a argumentar* oferece ao aluno um passo a passo no exercício cognitivo de comprovar uma afirmação ou tese com base em ideias, provas e razões lógicas, verdadeiras e válidas, contemplando a competência geral 7. Associada às atividades de pesquisa e ao desenvolvimento das competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (em especial as competências específicas 1, 5 e 6), a prática argumentativa é uma contribuição fundamental da área para a formação do jovem do século XXI.

As categorias da área e os livros da coleção

A obra foi organizada para que o aluno seja capaz de analisar e problematizar as categorias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, fundamentais para a formação do jovem. Com maior ou menor centralidade, elas perpassam os conteúdos de cada um dos livros da coleção.

Na obra, **Tempo** e **Espaço** são tratados como categorias indissociáveis. O desenvolvimento dos conceitos exige que o aluno possa nomear e descrever fenômenos naturais e sociais nas suas dimensões históricas e na produção do espaço. Por exemplo, ao abordar, em um dos volumes, o planeta Terra, a origem da humanidade, a importância histórica e geográfica do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico, além do ciberespaço, as categorias Tempo e Espaço funcionam como eixo problematizador. O aluno deve articular a passagem do tempo à compreensão das características desses espaços geográficos, levando em consideração a esfera da produção cultural, do poder, das relações de trabalho e das questões técnicas e éticas daí derivadas.

O **Trabalho** aparece como categoria central sob diversas perspectivas: como ação para transformar a natureza, como mercadoria e como forma de produzir riquezas e desigualdades. Daí derivam diversos temas fundamentais para a compressão do mundo contemporâneo: a relação entre o trabalho e as novas tecnologias no mundo contemporâneo e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, por mais direitos, democracia e igualdade. Ao abordar o Brasil e a América, a coleção não poderia deixar de mencionar e problematizar a escravidão e seu legado, que até os nossos dias constitui marca indelével da nossa maneira de ver o mundo e nele atuar.

As categorias **Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura** e **Ética** são referências constantes em toda a coleção. O convite à reflexão e ao autoconhecimento, ao papel do indivíduo na coletividade e sua capacidade de alterar o espaço natural, bem como o respeito ao outro e a busca do bem comum aparecem com destaque no texto didático, em atividades e no *Guia para o professor*. Um dos volumes explora, em especial, a relação entre indivíduo e natureza por meio do trabalho e da técnica, destacando os efeitos das inovações tecnológicas para o meio ambiente.

Outro volume da coleção volta-se principalmente para o indivíduo em sua relação com a coletividade. Os acordos estabelecidos entre as pessoas e as instituições, tácitos ou não, são o tema decorrente dessa abordagem, que tematiza a **Política** com grande destaque, ao lado das categorias **Território** e **Fronteira**. Aqui, a ênfase recai sobre a formação do Estado e as suas modalidades ao longo do tempo, seus mecanismos de legitimação e funcionamento. O problema da soberania nacional, os limites políticos e administrativos, a ampliação ou retração do espaço público, as lógicas do poder, a micropolítica e a interferência das novas tecnologias são tematizadas em vários volumes da coleção, quando abordam a sociedade, a cultura, os agentes do poder no mundo globalizado, os questionamentos aos poderes instituídos e a resistência a suas ações, ou, quando tratam ainda, da formação dos Estados nacionais americanos, suas peculiaridades e dilemas.

ANDERSON STEVENS/AGÊNCIA JC/MAZELLA

Ao abordarmos o espaço das cidades, sua história e características atuais, destacamos a importância da apropriação do espaço urbano e da construção de uma relação de pertencimento com suas ruas, praças, monumentos e centros de cultura e lazer. Na foto, ato do Movimento Ocupe Estelita, em Recife (PE), 2015.

MODERNA

A aprendizagem significativa

Ao longo da vida escolar, o aluno torna-se cada vez mais capaz de lidar com abstrações e estabelecer conexões entre os diferentes conceitos e procedimentos das áreas do conhecimento (BNCC, p. 561). Com a intervenção especializada dos professores dos diversos componentes, o que o aluno sabe e conhece em termos cognitivos (os conhecimentos prévios) deve seguir a tendência de sofisticar-se e garantir que novas aprendizagens ocorram. Ideias, símbolos, conceitos, proposições ou modelos mentais, quando interagem com os conhecimentos prévios, produzem um tipo específico de aprendizagem, nomeada como **significativa** por David P. Ausubel.[9]

Há inúmeras maneiras de ativar os conhecimentos prévios dos alunos. Na coleção, a abertura das unidades e as questões-chave no início de cada capítulo provocam o aluno a mobilizar o que aprendeu em etapas anteriores, na escola e fora dela, e o predispõe a estudar novos temas e processar várias descobertas. Intencionalmente, o texto didático abre-se ao debate questionando diretamente os alunos, chamando a atenção para um aspecto aparentemente banal do seu dia a dia ou para um conteúdo que ele aprendeu anteriormente, ou sintetizando conhecimentos prévios para, então, expor novos conteúdos. Os boxes com textos citados e as diferentes atividades com textos de naturezas diversas cumprem uma função semelhante, pois estão entrelaçados com o texto didático e ampliam ou reforçam conceitos, proposições ou modelos mentais, ou apresentam situações novas que interagem com o conhecimento prévio, que pode ganhar novos sentidos ou, no dizer de Marco Antonio Moreira, "maior estabilidade cognitiva".[10]

A opção por uma aprendizagem significativa também se dá por meio da **contextualização do conhecimento**. Com essa preocupação, o estudo da formação do Estado moderno é iniciado, por exemplo, com a referência à máscara de Guy Fawkes, personagem presente em vários protestos contemporâneos, em todo o mundo, mas cuja história e ressignificação feita da HQ de Allan Moore são desconhecidas pela maior parte das pessoas. A mesma estratégia é adotada no estudo da arte como forma de resistência ou das relações de trabalho na sociedade capitalista, que tem como ponto de partida a importância do trabalho em todas as atividades do nosso dia a dia. Outro exemplo é o estudo do meio técnico-científico-informacional e do ciberespaço, que posiciona a relação dos alunos com as mídias digitais no centro do aprendizado. Podemos citar ainda o estudo do tempo humano na sociedade da urgência, em que o aluno vai poder refletir sobre a sua existência na era da velocidade e propor caminhos para conciliar o tempo da impaciência com o seu próprio tempo, e as referências à **pandemia da covid-19**, que aparecem em vários momentos da coleção.

A seleção das imagens e dos textos e as propostas de atividades complementam o compromisso com a aprendizagem significativa. Charges que fazem a ligação entre o conceito estudado e assuntos de interesse para o aluno, como futebol, mídias digitais, precarização do trabalho e degradação ambiental; grafites que representam a diversidade cultural dos centros urbanos e seus principais dilemas; textos, de diversos tipos e gêneros, que trazem os conceitos e processos estudados para a sociedade contemporânea e o universo das culturas juvenis; atividades de interpretação de diferentes fontes textuais e visuais, de criação (carta, petição, manifesto, expressões artísticas, campanha via *hashtag*), além de debates e produções de texto são algumas das estratégias que possibilitam mobilizar os alunos para o aprendizado. O uso de materiais e estratégias que apostam no protagonismo do aluno não implica, porém, banalizar o conhecimento, transformando a aprendizagem em experiência de entretenimento. Pelo contrário, o rigor conceitual e o compromisso com as categorias e processos cognitivos permeiam todo o trabalho.

ALLAN CALISTO/FUTURA PRESS

Pessoas circulam nas ruas usando máscaras em Belo Horizonte (MG), 2020. A pandemia do novo coronavírus gerou uma crise econômica e sanitária que abalou o mundo inteiro, com efeitos no comportamento das pessoas e nas formas de trabalho e estudo. Em vários momentos da coleção, o aluno é convidado a narrar suas experiências durante a pandemia.

9 AUSUBEL, David P. *The Acquisition and Retention of Knowledge*: a Cognitive View. Dordrecht: Springer, 2000. p. 67.

10 MOREIRA, Marco Antonio. ¿Al afinal, qué es aprendizaje siginificativo? *Qurriculum*. Revista de teoría, investigación y práctica educativa. La Laguna, Espanha. 25 mar. 2012, p. 30. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96956>. Acesso em 30 jul. 2020.

REPRODUÇÃO

A pesquisa como princípio pedagógico

Na BNCC, a capacidade do jovem de continuar aprendendo por meio de procedimentos próprios das ciências aparece com destaque em 3 das 10 competências gerais (1, 2 e 7), além de perpassar as demais. A importância que se tem dado à autonomia do aluno na aprendizagem é resultado, em alguma medida, do potencial vertiginoso das novas tecnologias em disseminar informação e em provocar a criação de inúmeros "centros de irradiação de informações" (CNE/CEB 5/2011, p. 21), papel até então reservado principalmente às instituições escolares e culturais.

A capacidade de definir a confiabilidade de uma fonte de informação, de coletar e organizar dados e informações dispersos e de proceder com rigor metodológico para avaliá-los e **transformá-los em conhecimento** deve se tornar, portanto, um princípio pedagógico, e se encerra em uma **atitude científica** diante do mundo. Essa atitude garante ao aluno não apenas a possibilidade de continuar aprendendo, mas também de reconhecer a provisoriedade do conhecimento, de rejeitar ideias preconcebidas e de não se conformar com o senso comum, duvidando de concepções fechadas, identificando problemas e propondo soluções criativas. Assim, o aluno torna-se apto a se apropriar do mundo em que vive e de fazer escolhas para definir seu projeto de vida, tornando-se, dessa forma, protagonista de sua própria existência.

Esses procedimentos ganham destaque no final de cada unidade da coleção com a seção *Pesquisar*. Ela oferece ao aluno um passo a passo de como realizar uma pesquisa, cujos resultados sejam válidos para testar hipóteses e tomar decisões com liberdade e autonomia.

Os Direitos Humanos como princípio norteador

A coleção está orientada para uma "educação para os Direitos Humanos", já que os princípios estabelecidos pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948 perpassam as categorias que estruturam os volumes, ganham destaque em inúmeras atividades e seções, além de serem objeto de estudo de alguns capítulos ao longo da obra.

A escolha dos Direitos Humanos como **princípio norteador** do desenvolvimento das competências revela-se no texto didático, na escolha dos temas tratados e nas leituras de autores citados, intencionalmente plurais e reflexivas, e voltadas à valorização das diferenças. Em conjunto com as seções, em especial os boxes *De olho no presente* e *Imagine...*, esses recursos remetem constantemente ao dia a dia do aluno e recorrem ao exercício da empatia. As questões propostas buscam demonstrar ao aluno a necessidade de criar uma sociedade mais justa e solidária, baseada nos princípios democráticos e na liberdade, e revelam que a promoção do bem comum não é apenas um princípio ético, mas uma prática conveniente e proveitosa para as pessoas e o planeta.

CHRISTIAN HARTMANN/REUTERS/FOTOARENA

Em maio de 2020, o assassinato de George Floyd por um policial branco nos Estados Unidos desencadeou uma onda de protestos em todo o mundo. Os atos demonstraram o potencial das novas tecnologias em organizar ações simultâneas em defesa dos Direitos Humanos. Na foto, manifestantes protestam contra o assassinato de George Floyd em frente à embaixada dos Estados Unidos em Paris, França, em 2020. Nos cartazes está escrito: "Eu não consigo respirar".

3. Estrutura da obra

Apresentação do livro

Tendo em vista as necessidades do jovem do século XXI, a coleção foi organizada para assegurar a articulação e a problematização das categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a integração entre as diferentes áreas do conhecimento e a aprendizagem por competências e habilidades.

Cada livro contém **16 capítulos** agrupados em **4 unidades**. Os livros são independentes entre si e a ordem de uso fica a cargo da realidade de cada escola e escolha dos professores. Em cada livro, a sequência de unidades e capítulos pressupõe um encadeamento progressivo de conteúdos curriculares, habilidades e competências específicas, e busca facilitar a aprendizagem por projetos interdisciplinares e temas transversais, pois os capítulos podem ser trabalhados simultaneamente pelos professores dos quatro componentes curriculares ou separadamente, conforme orientação apresentada na parte específica do *Guia do Professor*.

Unidade

Abertura da unidade

A abertura de cada unidade apresenta ao aluno o tema da unidade que ele irá estudar e um sumário dos capítulos que a compõem. Ela traz diferentes recursos visuais (fotografias, infográficos, pinturas etc.), questões diagnósticas e um texto introdutório, motivador e problematizador. Esse primeiro contato com o tema de estudo deve incentivar a curiosidade, o debate e o pensamento inferencial, provocar uma reflexão apropriada à discussão posterior e levantar os conhecimentos prévios do aluno.

EM OBRA

Capítulo

Os capítulos estão organizados por um esquema de títulos e subtítulos que ordenam a exposição do texto, hierarquizam os conteúdos e garantem a fluidez da leitura. Em cada página, as imagens, os mapas, os gráficos e as tabelas estão integrados ao texto didático, podendo ampliá-lo, remetendo o aluno a uma discussão que extrapola o conteúdo, ou podem aprofundar conceitos, fenômenos ou processos relevantes. Em muitos casos, esses recursos visuais são explorados no boxe *Questões*, que trazem atividades de interpretação e análise do conteúdo e, em algumas vezes, de criação de materiais por meio de diferentes linguagens.

Questões-chave

As questões-chave aparecem logo após o título do capítulo, no topo da página. Elas constituem uma síntese das principais ideias que serão estudadas no capítulo, estimulam o aluno a fazer inferências e a elaborar hipóteses, e podem servir para uma reflexão individual do aluno, como motivo de debate, sendo que as respostas ou o resultado da discussão podem ser registrados ou não.

Questões

As questões propostas ao longo dos capítulos podem dialogar com o texto didático, com um texto de terceiros ou com pinturas, charges, tabelas, gráficos, mapas e outros recursos visuais inseridos nas páginas. Elas visam garantir a compreensão de conhecimentos e conceitos e estimular a reflexão e o debate, podendo solicitar a avaliação de situações-problema e a proposição de soluções.

De olho no presente; Imagine...; Sala de bate-papo

O boxe *De olho no presente* apresenta ao aluno uma situação atual, relacionada ao tema que está sendo estudado, chamando a atenção para diversos aspectos do mundo contemporâneo ou para a permanência/mudança em relação a situações do passado. A seção conta com questões que solicitam ao aluno que identifique os principais aspectos expostos no texto e, muitas vezes, se posicione diante de um problema ou discussão.

O boxe *Imagine...* sugere que o aluno se coloque no lugar de outras pessoas, em outros tempos e espaços, desenvolvendo a empatia. A proposta é que o aluno seja capaz de solucionar situações-problema em que essas pessoas foram colocadas por questões políticas, econômicas, sociais, culturais, ou mesmo por tragédias naturais, ou que ele reflita a respeito de como elas se sentiram naquela dada situação e expresse esses sentimentos por meio de algum recurso.

O boxe *Sala de bate-papo* em geral solicita que o aluno se comunique com um colega utilizando um aplicativo de mensagens instantâneas para testar um sistema de sinais criado por eles ou discutir problemas apresentados no estudo dos capítulos, propondo soluções criativas para esses problemas.

Aprender a argumentar

A seção *Aprender a argumentar* tem o objetivo de desenvolver um conjunto de competências e habilidades básicas que estão direta ou indiretamente envolvidas nas seis competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio. Em todas elas, busca-se que o estudante adquira a capacidade de analisar, avaliar, comparar, identificar, elaborar, problematizar, debater, contextualizar, caracterizar e criticar conceitos, temas, problemas e possíveis soluções nas diversas áreas de estudo que compõem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em grande medida, essas ações implicam certo domínio de princípios lógicos e, mais especificamente, a capacidade de discernir, analisar e elaborar argumentos.

Para que as ações indicadas na BNCC sejam realizadas satisfatoriamente, o estudante deve saber, por exemplo, identificar se há argumentação implícita ou explícita em um texto, uma imagem, uma tabela ou um gráfico; analisar os tipos de argumentos empregados (dedutivo, indutivo, por analogia) e se são válidos ou não, fracos ou fortes, ou se seriam falácias, isto é, argumentos ou raciocínios defeituosos, que têm a aparência de argumentos corretos; e elaborar argumentos, demonstrando clareza no raciocínio e na manifestação oral ou escrita de seu pensamento.

A **capacidade argumentativa** – a assimilação de uma lógica argumentativa – é uma conquista que se realiza no transcurso dos estudos, mas o Ensino Médio é um momento rico na trajetória do indivíduo para desenvolvê-la. A seção *Aprender a argumentar* visa contribuir nessa aquisição, sistematizando conceitos envolvidos na lógica argumentativa e desenvolvendo exercícios sobre argumentos.

Nos livros, são abordados conceitos relacionados aos elementos e tipos de argumento, os erros de raciocínio mais frequentes, as falácias e os argumentos mais complexos. A seção foi concebida de maneira independente em cada volume, permitindo que o professor escolha o itinerário de estudos e organize a ordem de conteúdos que será desenvolvida nos três anos do Ensino Médio da forma que considerar mais adequada. Isso significa que, em cada livro, o aluno pode compreender os conceitos e realizar os exercícios propostos sem pressupostos anteriores. Por exemplo, o aluno pode compreender perfeitamente o conceito de **falácias**, tratado em um livro, sem ter tido contato ainda com o conteúdo de outros livros. Da mesma maneira, ele poderá realizar as atividades de análise de argumentos mais complexos que estão em dois livros, sem que para isso tenha estudado a base da lógica argumentativa.

Por vezes, um ou outro termo ou conceito está presente em mais de um volume. Isso responde, de certo modo, à possibilidade de o aluno estar entrando em contato com a seção pela primeira vez e esse conceito ser um pressuposto para sua compreensão ou à necessidade de retomar e aprofundar conceitos que já foram estudados em semestres ou anos anteriores, pois o aluno aprende a analisar e a elaborar argumentos exercitando-os. De qualquer maneira, não se trata de simples repetição, mas de variação e aprofundamento.

EM OBRA

A colaboração significativa dessa seção para o desenvolvimento da **lógica argumentativa** pressupõe o estudo de todos os volumes, qualquer que seja a ordem estabelecida. No final desta parte geral do *Guia do Professor*, indicamos uma bibliografia sobre a lógica argumentativa, para que o professor aprofunde seu conhecimento sobre o assunto e possa dispor de mais exemplos e exercícios sobre o argumento.

Para assistir; Para navegar; Para ler

Esses boxes trazem ao aluno sugestões de *sites*, vídeos e leituras complementares referentes aos objetos de estudo dos capítulos, com uma breve resenha a respeito do conteúdo de cada indicação.

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas

Ao final de todos os capítulos, a seção apresenta ao aluno fontes de naturezas diversas que ampliam as discussões realizadas ao longo do capítulo. São atividades mais reflexivas, que demandam mais tempo de elaboração. Elas valorizam o fazer científico, explicitando os métodos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assegurando a apreensão das categorias fundamentais da área, articulando-as com o conteúdo trabalhado, e exigem que o aluno aplique o que aprendeu em novas situações. Nos capítulos mais extensos, como os que abordam a Revolução Francesa, ou a Segunda Guerra Mundial e o conceito de barbárie, essa seção aparece em dois momentos, para garantir a proatividade do aluno e o dinamismo da aprendizagem.

A última parte da seção, intitulada *Retomar*, propõe que o aluno responda às questões-chave no início de cada capítulo. Além de garantir que o aluno perceba o caminho percorrido, a reiteração das questões pode servir de baliza para a sua **autoavaliação** e para que ele desenvolva uma compreensão global das descobertas que o estudo daquele tema proporcionou.

Atividades

As atividades que aparecem ao final de cada unidade estão divididas nas categorias *Compreender*, *Analisar* e *Pesquisar*, sendo que esta última é uma categoria fixa da seção. Elas apresentam textos de diferentes fontes e naturezas que estão interligados aos temas estudados na unidade, além de questões do Enem e dos principais exames vestibulares do Brasil. São atividades diversificadas, que exigem mais tempo de reflexão e de análise, pois sintetizam o percurso do aluno ao longo do estudo da unidade. A categoria *Pesquisar* está relacionada, em cada unidade, a um componente em especial e visa estimular a criação de projetos interdisciplinares e a autonomia do estudante na tarefa de buscar e processar os conhecimentos.

Aprofundar o conhecimento

A seção apresenta um texto que busca aprofundar alguns aspectos de um tema que foi estudado ao longo da unidade. Os textos podem ser científicos, literários ou jornalísticos, escritos por autores consagrados ou pesquisadores reconhecidos por seu conhecimento e *expertise*. As atividades visam o desenvolvimento da competência leitora e o domínio e a aplicação das categorias e dos procedimentos da área. A última atividade da seção convida o aluno a refletir e a assumir uma posição diante de um problema proposto, por meio da produção de um texto, da criação de um código de ética ou de expressões artísticas, entre outras estratégias, levando em consideração os princípios éticos que norteiam a coleção.

MODERNA

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 4 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 23 dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília. MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Brasília: MEC. 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 4 jul. 2020.

BRASIL. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. Brasília: MEC, 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192>. Acesso em 6 ago. 2020.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. v. 14, n. 1, jan.-jun. 2010.

FAZENDA, Ivani C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro.* São Paulo: Loyola, 1993.

FAZENDA, Ivani C. A. (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

MOREIRA, Marco A.; MASINI, Elcie F. Salzano. *Aprendizagem significativa*: a teoria de David Ausubel. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MOREIRA, Marco A. O que é afinal aprendizagem significativa? *Revista cultural La Laguna.* Espanha, 2012. Disponível em <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em 29 jul. 2020.

SILVA, Monica Ribeiro da. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. *Retratos da Escola*, v. 13, n. 25, 2019.

Livros sobre lógica argumentativa

ALMOSSAWI, Ali. *O livro ilustrado dos maus argumentos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

BRUCE, Michael; BARBONE, Steven. *Os 100 argumentos mais importantes da filosofia ocidental*. São Paulo: Cultrix, 2013.

COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

FISHER, Alec. *A lógica dos verdadeiros argumentos*. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

MORTARI, Cesar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NAHRA, Cinara; WEBER, Ivan Hingo. *Através da lógica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VELASCO, Patrícia Del Nero. *Educando para a argumentação*: contribuições do ensino da lógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WALTON, Douglas N. *Lógica informal*: manual de argumentação crítica. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WESTON, Anthony. *A construção do argumento*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MODERNA

O livro na sala de aula

O estudo proposto neste livro tem como eixo o continente americano. Os alunos do Ensino Médio vão aprofundar seus conhecimentos sobre os processos que deram origem aos atuais países da América, suas contradições e seus dilemas internos, como se relacionaram e como se relacionam entre si até o tempo presente. Nesse imenso território, que abriga significativa diversidade étnica e cultural, a América Latina e o Brasil recebem atenção especial. Os alunos serão assim convidados a um despertar crítico sobre as sociedades americanas atuais, com base em materiais expressos em diferentes linguagens. Esse percurso será orientado pelo instrumental de análise e pelos conhecimentos desenvolvidos pelos componentes de **Geografia**, **Filosofia**, **História** e **Sociologia** que compõem a área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**.

Com esse trabalho, objetiva-se oferecer elementos para que os jovens analisem criticamente as complexidades do mundo contemporâneo, desenvolvam recursos para enfrentar os desafios que ele apresenta, realizem boas escolhas em sua vida pessoal, em seus projetos presentes e futuros e exerçam a cidadania de maneira consciente. Acompanhando as proposições da BNCC para o Ensino Médio, a obra valoriza "*as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos Direitos Humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza*". (BNCC – Ensino Médio. Página 561).

Apresentação do livro (p. 10)

O texto apresenta para os alunos o tema geral a ser desenvolvido no volume a partir de uma perspectiva em que se integram os conhecimentos dos diferentes componentes que fazem parte da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Caso seja o primeiro contato dos estudantes com uma abordagem interdisciplinar, sugerimos atenção especial para os componentes das disciplinas que não costumam integrar os currículos do Ensino Fundamental II: Filosofia e Sociologia. As ideias expostas no texto e as conclusões dos alunos poderão ser retomadas, sempre que for necessário.

Sugestões de encaminhamento didático

Num primeiro momento é importante sondar a classe acerca de suas ideias iniciais e expectativas geradas pelo subtítulo "**Américas e Brasis**". Quantos Brasis existem dentro de um único país? Proponha que os alunos pontuem, a partir do que já conhecem, as diferentes realidades brasileiras. Podem ser mencionadas: a urbana, a rural tecnológica, a dos sertões, das cidades isoladas, das grandes cidades, das mulheres, dos operários, dos grupos étnicos, dos motoristas de aplicativo, dos idosos, enfim, há vários Brasis em um único Brasil. E uma única lei para todos. Destacar que a unidade e a soberania nacionais constituíram um projeto de relevância ao longo da consolidação do Brasil como nação.

Do mesmo modo, há diferentes Américas em um mesmo continente. É fundamental destacar por que há tantas iniciativas, ao longo da história dos países latino-americanos, que buscam retomar os antigos projetos de integração entre as nações da América Latina. Explicar por que a unidade entre esses países é importante e em que medida ela os beneficia. Em seguida, responder às **questões** da **p. 11**.

MODERNA

UNIDADE 1 Independências: os novos Estados nacionais na América

A Unidade 1 problematiza a América, suas divisões políticas e múltiplos aspectos de natureza geográfica, histórica, social, etnográfica, econômica e política. O **capítulo 1**, a partir da perspectiva da **História** e da **Sociologia**, trata da formação dos Estados Unidos da América como nação politicamente autônoma, além de analisar as contradições de seu sistema democrático. No **capítulo 2**, aborda-se o processo de emancipação política das colônias espanholas no século XIX, a partir dos conhecimentos da **História**. O **capítulo 3** é um exercício de reflexão sobre a América Latina a partir da **Geografia**, desde as origens dessa designação aos conflitos e às tensões existentes no processo de constituição de suas territorialidades. O **capítulo 4**, por fim, discute e analisa as ideias de liberdade que permearam o contexto das independências dos países da América, a partir da **Filosofia** em diálogo com a **História** e a **Sociologia**.

A abordagem retoma conhecimentos já desenvolvidos pelos alunos e explora os múltiplos aspectos do continente americano, a partir da conexão entre os três componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, **História**, **Filosofia**, **Sociologia** e **Geografia**.

Objetivos da Unidade

- Aprender e aplicar os conceitos básicos da Filosofia, da Geografia, da História e da Sociologia, de maneira articulada, além de aprofundar conhecimentos adquiridos na escolaridade anterior. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Apropriar-se gradativamente de ferramentas de pesquisa e instrumental de análise dos componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, associando os conteúdos estudados às questões emergentes na sociedade contemporânea, em âmbito local, regional, nacional e global. **(Competência Geral da Educação Básica 1)**
- Ampliar o repertório cultural dos alunos. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2 e 3)**
- Desenvolver a capacidade de leitura e de expressão em diferentes linguagens, inclusive as digitais. **(Competências Gerais da Educação Básica 4 e 5)**
- Analisar a Revolução Americana e as contradições no processo de formação do Estado nacional estadunidense. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 5, 7 e 9)**
- Analisar o processo de independência das treze colônias inglesas da América do Norte. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 5, 7 e 9)**
- Reconhecer as contradições e os dilemas da democracia estadunidense, no período pós-independência. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 5, 7 e 9)**
- Compreender os processos de independência das colônias espanholas da América. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 5, 6, 7 e 9)**
- Analisar a organização política e social predominante nos Estados independentes que se formaram na América espanhola. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 5, 6, 7 e 9)**
- Compreender a formação territorial dos atuais países do continente americano. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 4, 6, 7 e 9)**
- Discutir e analisar as noções de liberdade que fundamentaram o movimento de emancipação política dos países da América. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 3, 4, 5, 7, 9 e 10)**
- Analisar a formação territorial dos países americanos após a independência e compreender os conflitos envolvidos nesse processo. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 4, 6, 7 e 9)**
- Compreender o ideário que embasou os movimentos de independência nas Américas e suas contradições. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 3, 4, 5, 7, 9 e 10)**
- Exercitar a empatia, sabendo colocar-se no lugar do outro e defendendo a resolução de conflitos por meios pacíficos. **(Competência Geral da Educação Básica 9)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, estabelecendo relações com sua experiência de vida e com o exercício da cidadania. **(Competência Geral da Educação Básica 6)**
- Valorizar e defender os Direitos Humanos, pautando sua conduta por princípios éticos e democráticos. **(Competência Geral da Educação Básica 10)**
- Desenvolver a capacidade de argumentação. **(Competência Geral da Educação Básica 7)**
- Ampliar progressivamente a autonomia na aprendizagem. **(Competência Geral da Educação Básica 10)**

Abertura: Limites das independências na América

Para dar início ao trabalho, propomos que, a partir de seus conhecimentos prévios, os alunos estabeleçam possíveis relações entre o título da unidade e as informações apre-

MODERNA

sentadas pelas imagens e suas legendas. Considerando os conhecimentos sobre as populações coloniais que os alunos já desenvolveram em etapas anteriores de seus estudos, eles devem perceber a diferença entre a condição das elites coloniais e a dos indígenas, que viviam excluídos e marginalizados. Esse aspecto pode ser identificado como uma permanência histórica que se prolonga até os dias atuais. A grande maioria dos povos originais na América permanece sem direito assegurado às suas terras, sem respeito aos seus modos de vida, tradições e culturas. Com relação às atividades de abertura da unidade, destacamos:

1. Na visão de Julio Roca, a Argentina deveria ser limitada, a oeste, pelos Andes e ao sul, pelo Oceano Atlântico, demonstrando sua ambição expansionista, com o objetivo de conquistar novos territórios e ultrapassar as fronteiras que definiam a Argentina até aquele momento.
2. O Rio Negro, que se apresenta como uma fronteira natural, deveria ser conquistado e ocupado; ou seja, não era considerado um entrave para a expansão do território argentino.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os alunos façam uma reflexão sobre o assunto e percebam que os indígenas permanecem excluídos e marginalizados das sociedades americanas; a grande maioria não tem direito assegurado às suas terras, ao respeito aos seus modos de vida, tradições e culturas; quase não possuem representatividade política; não têm educação voltada à preservação de suas línguas nativas etc.

Capítulo 1 A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem?

O capítulo apresenta a independência dos Estados Unidos como um marco histórico fundamentado nos ideais de república e de democracia no Ocidente. As treze colônias inglesas foram pioneiras em galgar os primeiros passos rumo à democracia e ao rompimento com os laços coloniais. Atrelada ao estudo desse evento histórico, está a análise das contradições do sistema democrático proposto para a recente república estadunidense. O conteúdo e a abordagem privilegiam os conhecimentos de **História, Filosofia** e **Sociologia** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Objetivos do capítulo

- Compreender, por meio de diferentes linguagens e fontes históricas, os eventos relacionados à independência política das treze colônias da América do Norte e caracterizá-los. **(EM13CHS101; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS603)**
- Compreender a especificidade da formação das treze colônias inglesas da América do Norte e avaliar suas implicações no processo de independência. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS504; EM13CHS603)**
- Avaliar criticamente as noções de democracia e de liberdade como fundamento político constitutivo da república estadunidense, destacando suas contradições. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS603)**
- Compreender a relação inversa entre o aumento do trabalho compulsório africano e a diminuição do trabalho servil nas treze colônias no século XVIII. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS204)**
- Reconhecer elementos contraditórios ao ideal de democracia estadunidense. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS502; EM13CHS504)**
- Analisar a organização política dos Estados Unidos após a independência e seus impactos em movimentos posteriores na Europa e nas Américas. **(EM13CHS201; EM13CHS603)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para iniciar a abordagem, proponha aos alunos que leiam e reflitam sobre as questões que abrem o capítulo e destine os primeiros minutos da aula para uma sondagem prévia dos conhecimentos da classe a respeito da independência dos Estados Unidos e dos ideais que são tão caros ao povo desse país. Para dinamizar a abordagem do conteúdo, sugerimos organizá-la chamando a atenção dos alunos para os tópicos a seguir:

- **A mudança na política colonial da Coroa inglesa (p. 14)** e **A metrópole reforça o controle e as colônias reagem (p. 15).** Se possível, pedir para que os alunos citem algumas comemorações de 4 de julho de que tiveram notícia, por meio de filmes, jogos esportivos, eventos noticiados etc. Em seguida, explorar o significado histórico da data de 4 de julho, marco de afirmação da democracia e da república no Ocidente, que trouxe à tona a possibilidade de diferentes países romperem seus laços coloniais. Retomar o início do processo de independência dos Estados Unidos, ressaltando que a autonomia conferida às colônias inglesas tornou-se menor com a nova política colonial inglesa, em vigor a partir da década de 1760. Como consequência, houve intensa reação por parte das treze colônias, que se desdobrou em uma série de eventos, como a Festa do Chá de Boston, o Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, a redação da Declaração dos Direitos, a batalha de Lexington, entre outros eventos (dispostos na linha do tempo **Cronologia da independência das treze colônias** na **página 15**) que visavam manter a autonomia das colônias com relação à metrópole inglesa. Encerre esse trecho com a leitura da imagem que representa a cena de manifestantes em Nova York derrubando a estátua de George III na **página 15**. Professor, se possível, problematize o significado da derrubada de estátuas e da destruição de monumentos como uma forma de se extinguir uma dada memória. Estabeleça um paralelo entre passado e presente, partindo da derrubada da estátua de George III no século XVIII e compare esse fato com a derrubada da estátua de Jefferson Davis, em 2020, por ocasião da morte de George Floyd.

MODERNA

Sugestão de atividade

- Um evento bastante emblemático desse período foi a Festa do Chá de Boston (1773), que originou a Lei do Chá (1773). Você pode iniciar uma proposta de investigação e de aprofundamento sobre esse episódio expondo em classe, se possível, a obra de John Andrew, intitulada **Boston Tea Party – Destruction of the Tea in Boston Harbor, December, 16, 1773**, disponível em <http://new-universe.org/zenphoto/Chapter7/Illustrations/Abrams61.jpg.php>. Acesso em 26 ago. 2020.

- **Iluminismo e liberalismo: influências na independência americana (p. 16).** Destacar a relação entre o ideário iluminista e a independência dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva síncrona; mediar a interpretação dos alunos para que não entendam um evento como consequência direta do outro. Os ideais iluministas encontraram solo fértil para sua propagação entre uma população de colonos que almejava a extinção da dominação colonial e de toda a opressão econômica, social e cultural que essa dominação implicava. Viam no ideal republicano sua autonomia política e liberdade. Durante a aula, pode-se retomar algumas ideias iluministas, especialmente as de John Locke (1632-1704), que propôs uma teoria de contrato social da legitimidade do governo, além de defender a propriedade privada como um direito natural.
- **Liberdade e igualdade: o paradoxo da Revolução Americana (p. 16).** Aprofundar a reflexão proposta no início do capítulo: "Como explicar que os Estados Unidos tenham nascido carregando a bandeira da liberdade e, ao mesmo, tempo os grilhões da escravidão?". Problematizar, a partir da perspectiva de Edmund S. Morgan (**p. 16**), a aparente realidade paradoxal de um país que se pretendera livre, mas tinha como base de sua economia a instituição escravocrata. Pode-se organizar a turma em pequenos grupos e propor que identifiquem o papel da escravidão nesse contexto de extrema tensão em que conviviam proprietários de terras e servos advindos da Europa; ou ainda, entre colonos ricos e pobres. As conclusões podem ser elaboradas na forma de mapa mental ou em tópicos. É importante que os alunos compreendam que a manutenção da instituição da escravidão possibilitou conter as tensões entre colonos. Propor o desenvolvimento das **questões** (**p. 18**) que evidenciam a justificativa para a escravidão na época. Há a possibilidade de se extrapolar o contexto histórico da independência e abordar o discurso apresentado pela tirinha como uma permanência histórica nos dias atuais (questão 3). Destacar a obra **Washington atravessando o Delaware durante a Revolução Americana** (**p. 16**), que representa uma cena da Batalha de Trenton, considerada uma das mais significativas e inspiradoras para os rebeldes das treze colônias que lutavam pela sua independência política.
- **A democracia na América (p. 18).** Destacar a instabilidade da democracia estadunidense após instaurada. Entre os fatores dessa instabilidade, estão: a incapacidade da democracia estadunidense em garantir a igualdade legal, jurídica e política a todos os cidadãos; a questão da unidade e da identidade nacionais em todos os pontos do território; e, por fim, as discordâncias entre os diferentes projetos para a república que surgia naquele momento. Professor, você pode levar ao debate a questão da incapacidade da democracia estadunidense em garantir a igualdade a todos os cidadãos tanto no passado como no presente. Nesse sentido, mediar uma análise diacrônica entre presente e passado elaborada pelos alunos.
- **A democracia e os novos destinos da humanidade (p. 19).** Nesse trecho, discutir, especialmente, a interpretação e a análise do jurista e historiador francês Alexis de Tocqueville sobre a conjuntura da independência dos Estados Unidos. Organizar a turma em pequenos grupos. Em seguida, pedir aos alunos para encontrar as respostas para as seguintes questões: O que uma sociedade necessita para que a soberania popular prevaleça ante a qualquer governo autoritário?/ Em nosso país, como é vista e entendida a soberania popular pela maior parte da população nos diferentes segmentos sociais? Qual é a relação dessa postura da sociedade brasileira com o dilema tocquevilleano?

Imagine... (p. 20)

A seção, que se relaciona diretamente à questão sobre o papel da imprensa em um regime democrático, desafia os alunos ao protagonismo, propondo que projetem ações a fim de esclarecer a população idosa quanto às *fake news*. Professor, pode-se organizar a turma em grupos, destinando-se tempo suficiente para que os alunos discutam sobre o que são *fake news* e como são disseminadas. A partir dessas informações, cada grupo poderá elaborar um pequeno plano de ação. É possível transformar tais projetos, se bem estruturados e direcionados, em campanhas no âmbito da comunidade escolar e das famílias dos alunos.

De olho no presente (p. 20)

A seção retoma a discussão sobre: deve-se apagar ou não os vestígios de um passado que, a partir de uma perspectiva contemporânea, "merece ser esquecido?" Professor, problematize em sala a seguinte questão: até que ponto a extinção de uma produção artística, considerada racista e "incorreta" segundo a perspectiva contemporânea, acaba dando imenso poder de voz ao presente, que se impõe sobre a história e sobre o passado? É possível que atitudes como a derrubada de estátuas apaguem definitivamente as memórias e as experiências históricas que teriam muito a informar às gerações futuras sobre como ou não agir?

Aprender a argumentar (p. 20)

Nessa seção, o aluno precisará mobilizar diversos conhecimentos para reconhecer o tipo de argumento presente no texto 1, além de determinar suas premissas e sua conclusão e identificar qual problema pode ser verificado em sua construção. Já no trecho do texto 2, será preciso explicitar o tipo de argumento presente no trecho selecionado.

REPRODUÇÃO

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 21)

A seção propõe um fragmento de texto de Edmund S. Morgan (**Doc. 1**) que retoma o paradoxo entre escravidão e liberdade no contexto da Revolução Americana. As **questões 1** e **2** visam à compreensão do texto historiográfico. Os quadrinhos sobre a Rebelião de Bacon (**Doc. 2**) apresentam um evento histórico por meio de uma HQ, aproximando os jovens de um contexto histórico distante e facilitando o desenvolvimento da **questão 3**. A **questão 4** sugere aos alunos a aproximação entre o texto do historiador e a política externa estadunidense ao longo de sua história. Para a discussão dos grupos e a elaboração do texto sugerido, considerar a possibilidade de orientar os alunos para uma pesquisa a respeito do tema.

Capítulo 2 A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América

O capítulo problematiza, a partir da perspectiva da **História**, o processo de emancipação política das colônias espanholas no século XIX. As populações, inspiradas nos ideais liberais, passaram a desejar autonomia e a lutar contra o monopólio econômico das metrópoles europeias. Em aproximadamente duas décadas, a maior parte da porção americana sob domínio da Espanha conquistou sua liberdade política. Nesse processo, é destacado o papel das elites coloniais, da população indígena, negra e feminina, e de alguns precursores do projeto de independência para a América.

Objetivos do capítulo

- Compreender e analisar criticamente o processo de emancipação política das colônias espanholas. **(EM13CHS101; EM13CHS104; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS601; EM13CHS603)**
- Comparar o processo de independência da América espanhola e portuguesa de modo a compreender a grande fragmentação do território que pertenceu à Espanha. **(EM13CHS103; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS206)**
- Analisar criticamente a atuação da elite *criolla* no processo de independência política das colônias espanholas em garantir seus interesses e privilégios políticos **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS204)**
- Avaliar o papel das populações coloniais não *criollas* e a importância dos levantes populares no processo de emancipação política e compreender o processo de exclusão a que passaram a estar submetidas. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS204; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS603)**
- Interpretar diferentes memórias sobre o movimento das independências na América hispânica. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS104; EM13CHS603)**
- Avaliar criticamente a validade da expressão *deserto* e relativizá-la à luz dos interesses territoriais e econômicos do Estado argentino. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS105; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS501; EM13CHS503)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para iniciar a abordagem, proponha aos alunos que leiam e reflitam sobre as questões que abrem o capítulo. Problematizar a imagem e sua legenda e explicar que os líderes das lutas de independência da América espanhola ficaram conhecidos como os **libertadores da América** (Hidalgo, Morelos, Bolívar, San Martín, Sucre, Belgrano e O'Higgins). Para a abordagem, sugerimos também:

- **A fragmentação da América hispânica (p. 22).** Destacar as diferenças entre os processos de colonização na América espanhola e na portuguesa. Criar uma tabela comparativa, no próprio quadro da sala de aula, em que tais diferenças sejam apontadas. Em seguida, encaminhar a leitura do mapa **Independências na América espanhola (século XIX)** (**p. 23**) destacando o ano de independência de cada país.
- **A crise no Império Espanhol (p. 23).** Chamar a atenção da classe para as Reformas Bourbônicas e a maneira como impactaram negativamente na vida dos colonos da América espanhola. Se possível, caracterizar os *criollos* e sua adesão aos ideais liberais. Eram um segmento da população colonial que detinha parte do controle da produção das minas, do comércio e era proprietário de extensas propriedades rurais. Esse segmento, no entanto, não ocupava cargos administrativos coloniais, não exercia funções religiosas nem tinha postos no exército. Os ideais liberais, para os *criollos*, portanto, representavam o rompimento dos laços coloniais, independência e participação política e liberdade de comércio. Destacar a prisão do rei da Espanha como motivo deflagrador de mudanças na América hispânica.
- **As juntas de governo e as lutas pela independência (p. 24)** Destacar o papel das juntas de governo no processo de formação de governos locais autônomos conduzidos por *criollos*. O primeiro processo de independência abordado é o do México. Destaque as intenções do precursor do movimento, padre Miguel Hidalgo, e, depois, do padre José Maria Morelos. Salientar que após duras repressões da Espanha contra os levantes, afastadas as lideranças populares, interessava à elite colonial *criolla* romper com a metrópole sem que esse processo resultasse em grandes transformações sociais. Ou seja, temerosos de que os movimentos populares significassem

EDITORIA

o fim de seus privilégios, os *criollos* conduziram de forma controlada o processo de independência até ser efetivamente conquistada, em 1821. Proponha a resolução das **questões** (**p. 25**) a partir da leitura do painel de Juan O'Gorman. Solicitar aos alunos para identificar ali alguns elementos sobre o processo de independência do México e para reconhecer os personagens. Após a atividade, destacar os processos de independência conduzidos por San Martín e Simón Bolívar (Peru, Argentina, Chile, Equador e Venezuela).

- **Mulheres, negros e indígenas em luta (p. 26).** Encaminhar a leitura do texto de Maria Ligia Coelho Prado e Stella Maris S. Franco, de modo a estabelecer um contraponto da narrativa que apenas homens brancos e elitizados conduziram o processo de emancipação política na América espanhola. Explorar a biografia de Policarpa Salavarrieta (**p. 26**) e propor o vídeo indicado na seção **Para assistir**, na mesma página.
- **Unidade e fragmentação (p. 26).** Destacar a proposta de se formar uma unidade política (confederação) entre as nações recém-independentes em contraposição à fragmentação política da ex-América espanhola, que ganhou cada fez mais força. Relacionar a proposta de unidade política ao projeto de Simón Bolívar. Nesse sentido, apresentar trechos da **Carta da Jamaica** destacando o desejo de autonomia e de liberdade das colônias espanholas. Pode-se propor uma pesquisa a respeito desse personagem histórico e dos ideais que representa até os dias atuais. Outra proposta de atividade é organizar a classe em grupos menores e propor a elaboração de charges, poesias ou artigos críticos que expliquem, por meio de linguagens variadas, a pulverização da América Latina em diferentes nações e relacionar esse processo ao papel dos *criollos* na manutenção das relações de poder das novas nações latino-americanas.
- **Os novos Estados nacionais americanos (p. 27).** Destacar os interesses dos diferentes segmentos da população na condução da consolidação da independência política (especialmente, as aspirações dos *criollos* e as indígenas). Destacar, também, a configuração social, política e econômica posterior à independência:
  - ✓ No México: a questão agrária.
  - ✓ Na Colômbia: a manutenção da escravidão e a servidão indígena.
  - ✓ Na Argentina: a violenta conquista do território e do espaço considerado "deserto".

Para aprofundar a discussão a respeito da palavra "deserto" no sentido de vazio populacional, propor a resolução da questão (**p. 27**).

De olho no presente (p. 25)

A seção problematiza a Copa Libertadores da América e o que ela representa. Após o encaminhamento do texto didático, é esperado que o aluno associe os movimentos de independência política ao simbolismo do campeonato, como uma tradição criada para se perpetuar a memória do movimento das independências da América Latina.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 28)

As atividades sugeridas estão focadas na resolução de problemas, a partir dos conteúdos desenvolvidos no capítulo e estabelecendo relações com o atual contexto. A seção propõe a leitura do texto de Jaime González (**Doc. 1**), que alega a falta da representatividade dos africanos e dos descendentes como sujeitos históricos nas narrativas historiográficas. Nas atividades desse laboratório, os alunos são convidados a interpretar a crítica do autor sobre a historiografia latina. Também, são convidados a pensar em estratégias para evidenciar a atuação dos africanos e dos afrodescendentes como sujeitos históricos atuantes nas sociedades latino-americanas atuais. Em suas propostas, os alunos deverão utilizar as redes sociais como meio de veiculação de suas ideias e ações.

Capítulo 3 Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras

O capítulo explora o processo de construção dos territórios das nações da América a partir de uma perspectiva histórico-geográfica. Aborda as diversas tensões, conflitos e guerras de disputas territoriais entre as nações, nas épocas Moderna e Contemporânea, além de problematizar as diferentes ideias que contribuíram para o movimento emancipatório das colônias da América Latina. A abordagem interdisciplinar do texto didático fundamenta-se, especialmente, nos conhecimentos da **Geografia**, em interface com a **História**.

Objetivos do capítulo

- Compreender os fundamentos do processo histórico-geográfico de formação dos territórios dos países da América. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS206)**
- Analisar criticamente o processo de ocupação e formação dos territórios que atualmente correspondem aos países da América anglo-saxônica, avaliando o impacto sobre os povos originários. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS203; EM1CHS204; EM13CHS502; EM13CHS504)**
- Examinar os eventos históricos – entre conflitos armados, impasses diplomáticos e invasões territoriais – que contribuíram para a alteração da extensão territorial dos países americanos. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS206; EM13CHS603)**

MODERNA

- Compreender território e fronteira como noções não estáticas e socialmente construídas a partir de pressupostos culturais, econômicos, políticos e étnicos. **(EM13CHS103; EM13CHS201; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS401; EM13CHS504)**

Sugestões de encaminhamento didático

Iniciar a abordagem propondo aos alunos que analisem a imagem que abre o capítulo. Indagar junto à classe o que significa "independência política"; o que um país pode fazer ou realizar quando é politicamente livre; questionar, ainda, se os países da América Latina são, de fato, politicamente independentes. Durante a abordagem do texto didático, também sugerimos:

- **A definição das fronteiras políticas na América (p. 29).** Destacar as condições europeias que tornaram possível o cenário das independências. Ao mesmo tempo, esclarecer que a independência já era uma ideia que estava sendo gestada em solo americano, nas diferentes colônias do norte, centro e do sul da América, fosse pela exploração a que estavam submetidas, fosse pelas ideias que eram trazidas do exterior por intelectuais americanos. A respeito da imagem de Hugo Chávez, esclarecer aos alunos que esse presidente da Venezuela (1998-2013) fez constantes alusões à figura de Simón Bolívar (ao fundo representado), especialmente para clamar por uma unidade autônoma latino-americana.
- **A formação territorial e as fronteiras na América anglo-saxônica (p. 30).** Propor a leitura do texto didático e solicitar aos alunos que organizem, em tópicos, os eventos que contribuíram para o processo de constituição e configuração do território, tanto do Canadá como dos Estados Unidos. Em seguida, perguntar à classe quais seriam os principais fatores que modificam (aumentam ou diminuem) o território de um país. Questionar se as fronteiras nacionais podem ser consideradas imutáveis, fixas. Em seguida, propor à classe a leitura do mapa **Canadá: político** (**p. 31**) e encaminhar a leitura da sua legenda para que os alunos identifiquem as influências dos domínios francês e inglês na constituição do território canadense e de suas divisas. Propor, também, a leitura do mapa **Estados Unidos: formação territorial** (**p. 32**) localizando:
  - ✓ as antigas treze colônias;
  - ✓ a Luisiana, a Flórida e o Alasca (territórios que foram adquiridos de outros países); Califórnia, Nevada, Texas, Utah, Arizona e Novo México (pertenciam ao México);
- Territórios ocupados a partir do processo conhecido como Marcha para o Oeste.

O boxe **O *Homestead Act*** e as questões subsequentes (**p. 32**) dão continuidade à abordagem da Marcha para o Oeste.

- **As fronteiras na América espanhola (p. 32).** Encaminhar a leitura do texto didático, solicitando aos alunos que destaquem os fatores que contribuíram para as independências latino-americanas. Mediar as conclusões da classe de forma que os alunos entendam que, ao mesmo tempo que havia a fragilidade dos países ibéricos decorrente das investidas napoleônicas na Europa, havia um movimento bastante expressivo nas colônias espanholas e portuguesas que clamava por independência política. É importante que os alunos compreendam que o papel das elites coloniais foi fundamental nesse processo. O texto do boxe **O sonho de Bolívar**, de Rosângela Chaves (**p. 33**), favorece a compreensão desse contexto e desconstrói interpretações sobre os movimentos de independência da América Latina como genuinamente populares, ou seja, de verdadeira libertação das sociedades coloniais ibéricas com relação ao domínio europeu. Tal fato não exclui as vozes e iniciativas daqueles que, inspirados pelo ideário democrático e iluminista, almejaram maior liberdade para seu povo.
- **A formação territorial na América portuguesa (p. 33).** Nesse trecho, é problematizada a expansão do território colonial brasileiro, para além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Também se aborda o extermínio dos povos nativos que, após serem impactados pelo choque cultural dos primeiros contatos com os europeus, continuaram a ser "assimilados" pelos aldeamentos indígenas e, posteriormente, caçados pelas bandeiras no sertão brasileiro. A tabela **Total da população indígena no Brasil (1500-2010)**, na **página 33**, deve ser explorada de modo a evidenciar para os alunos a existência de um "ressurgimento" dos indígenas após um longo período de extermínio, especialmente a partir de 1980. Propor a leitura da tabela sem maiores informações prévias, desafiando os alunos a identificarem o fenômeno de novo crescimento da população indígena. Em seguida, solicitar que pesquisem a respeito.

Sugestão de atividade

Propor consulta no *site* do IBGE sobre as várias etapas de constituição do território brasileiro. No *link* **extensão territorial atual**, solicitar que os alunos, organizados em grupos, comparem os dois mapas da página e compartilhem as conclusões.

- IBGE. Território brasileiro e povoamento. *Brasil 500 anos*. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/extensao-territorial-atual.html>. Acesso em 28 ago. 2020.

- **América Latina: territórios dependentes e questões fronteiriças (p. 34).** Propor a leitura do texto didático destacando a Guerra do Pacífico e a disputa pelas fontes de salitre entre Chile e Bolívia. Esse episódio provocou nova alteração das divisões territoriais entre os países da América Latina além de consolidar a interferência do capital estrangeiro nas economias locais.

MODERNA

Sugestões de atividades

1. Orientar os alunos a consultar um mapa da divisão política atual da América Latina e compará-lo com o mapa da p. 23, "Independências na América espanhola (século XIX)". A partir das observações, solicitar aos alunos que analisem o processo de formação das fronteiras na América Latina atual.
2. Orientar os alunos a analisar a tabela "América Latina (17 países): população indígena segundo censos e estimativas, em torno de 2010", que está no documento *Os povos indígenas na América Latina* (p. 41), publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Disponível em <https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/37773/S1420764_pt.pdf>. Acesso em 12 abr. 2021.

   Em seguida, propor as questões:

   a) Quais países apresentam a maior e a menor porcentagem de população indígena em relação à população total?

   b) Algumas nações indígenas têm suas populações espalhadas em diferentes países. Que consequências essa situação pode trazer para esses países? E para essas nações indígenas?

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 35)

As atividades sugeridas estão focadas na resolução de problemas, a partir dos conteúdos desenvolvidos no capítulo e estabelecendo relações com questões do presente. A seção propõe a leitura de um texto sobre alguns projetos separatistas no Canadá, em especial, o *Wexit* (**Doc. 1**). O outro documento proposto pela seção (**Doc. 2**) trata da fronteira Brasil-Guiana com foco na etnicidade e na nacionalidade dos moradores da região. As questões oportunizam o trabalho sobre a ideia de fronteira, os limites geográficos materiais e imaginários e a construção das territorialidades, amplamente discutida e prospectada pela competência específica 2 da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Capítulo 4 O pensamento político nos nascentes Estados americanos

A partir da perspectiva da **Filosofia**, em diálogo com a **História** e a **Sociologia**, o capítulo discute e analisa o pensamento político presente nos processos de independência dos países da América e na constituição dos respectivos Estados. Em especial, por um lado, reflete sobre o conceito de liberdade do iluminismo e do liberalismo e sua influência na América inglesa e na América ibérica; por outro, busca esclarecer como essas ideias são só aparentemente contraditórias em relação à estrutura escravista da colonização e à sua manutenção nos novos Estados independentes.

Os processos de independência dos países latino-americanos do século XIX não tiraram os indígenas, os escravizados e as mulheres da condição de oprimidos e dominados, apesar de eles terem papel fundamental na construção da identidade das nações que se formaram.

Objetivos do capítulo

- Discutir e analisar as noções de liberdade que fundamentaram o movimento de emancipação política dos países da América. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS603)**
- Analisar as noções de justiça, igualdade e liberdade à luz dos Direitos Humanos e identificar os entraves à concretização desses direitos na América dos séculos XVIII e XIX. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS605)**
- Analisar criticamente o escopo argumentativo que fundamentou a instituição da escravidão como condição do desenvolvimento das economias nacionais na modernidade e na contemporaneidade. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS601)**
- Avaliar o impacto da instituição da escravidão durante o período colonial e ao longo da construção dos Estados independentes sobre a vida dos atuais descendentes de africanos e de indígenas escravizados. **(EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS603)**

Sugestões de encaminhamento didático

Iniciar a abordagem propondo aos alunos que analisem a imagem que abre o capítulo. Enquanto analisam, pode-se propor as seguintes questões à classe: o que significa ter liberdade? Você se considera uma pessoa totalmente livre? Em que área da sua vida você almeja mais liberdade?

Abrir espaço suficiente para as respostas. Em seguida, encaminhar a reflexão tomando como exemplo a fala dos alunos e explicar que a liberdade desejada por indivíduos e nações, no século XVIII, não tinha um sentido único. Ela poderia significar tanto o poder de expressão e de reivindicação como o de livre iniciativa para agir em prol dos próprios interesses, ainda que estes representem a investida contra alguém. Durante a abordagem do texto didático, sugerimos:

- **Liberdade e escravidão (p. 36).** Propor a leitura do texto referente a esse subtítulo e, em seguida, pedir aos alunos que diferenciem o significado de liberdade para os colonos, para os escravizados e para os países colonizadores. Pode-se fazer uma tabela comparativa entre tais perspectivas. Pedir para que verifiquem quais as noções de liberdade admitem a prática da escravidão. Propor a leitura prévia do fragmento de Aristóteles (**p. 37**) e pedir para que os alunos localizem o argumento central.

PROVA

Orientar a conclusão de que, tanto na Idade Antiga como na Moderna, permaneceu como plausível a exploração do trabalho compulsório. O rompimento dessa compreensão foi produto de um processo contraditório. Muitos pensadores liberais e iluministas, que defendiam as ideias de liberdade e igualdade, as quais fundamentariam a defesa dos direitos humanos universais, não se opunham à escravidão nas colônias – alguns, como Locke, até a apoiavam –, que foi considerada "natural" ou inquestionável até o final do século XIX. Professor, pode-se propor aos alunos que pesquisem os discursos de Bartolomeu de Las Casas em *sites* e livros e, em seguida, registrem em seus cadernos um dos argumentos apresentados pelo frade. Cada aluno deverá trazer à classe seus registros para compartilhar com os colegas.

- **O pensamento liberal no Atlântico negro (p. 37).** Nessa seção, discute-se a relação entre a constituição da modernidade e a escravização nas colônias americanas, tomando-se como referência a Revolução Americana. A colonização escravagista beneficiava tanto os colonos quanto a metrópole. A liberdade exaltada pela elite de ambos lados do Atlântico era a liberdade do iluminismo e do liberalismo clássico, que têm no pensamento de John Locke uma referência central. Sua concepção contratualista defendia que a saída do estado de natureza e a formação de uma sociedade política implicavam um acordo para a formação de um poder que preservasse os direitos naturais individuais e protegesse a propriedade privada. Professor, é importante destacar essa situação para esclarecer o sentido dado, então, ao conceito de liberdade. Trata-se de uma liberdade que se opõe ao absolutismo, que busca limitar o poder do Estado, independentemente do grupo que o dirige, para possibilitar a plena liberdade individual possível em uma sociedade. Claro está, que essa concepção favorecia os interesses do sistema capitalista que estava se estabelecendo de maneira clara em países como a França e a Inglaterra, que era tida como modelo de liberdade na luta contra o absolutismo, condição exaltada pelos ingleses e pela elite das colônias. Essa concepção de liberdade não se opunha ao trabalho escravo. Muitos iluministas não eram contra a escravatura nas colônias, e alguns eram até mesmo a favor. A subjugação e a escravização de índios e negros, isto é, a falta de liberdade sobre o próprio corpo e a vida, não pareciam contradizer, para o pensamento liberal e iluminista de então, a defesa da liberdade política. Simplesmente os negros e os povos originários, assim como suas demandas, suas necessidades e sua liberdade, não estavam no âmbito do pensamento das elites da colônia e da metrópole. Ao contrário, a manutenção da estrutura escravagista, seja para os novos Estados americanos que se formaram com os processos de independência, seja para os países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, como era o caso da Inglaterra, foi fundamental. A sociedade moderna foi possibilitada pelas colônias e pela escravidão.
- **O pensamento predominante nos *criollos* (p. 40).** Solicite a leitura do texto didático, fazendo as mediações necessárias. Destaque que as ideias iluministas e liberais também tiveram influência na América ibérica e que se podem observar muitos aspectos comuns entre a elite das treze colônias, que deu origem aos Estados Unidos, e a elite *criolla*, que liderou os processos de independência e de formação dos Estados latino-americanos. Seria importante trabalhar com a citação de Simón Bolívar. Nela, pode-se compreender como esses ideais estavam impregnados no pensamento da principal liderança latino-americana desse período.

Imagine... (p. 38)

A seção propõe ao aluno o desenvolvimento e registro de argumentos pautados na principal discussão que permeia esse capítulo: a relação liberdade × escravidão. Para desenvolver a atividade proposta, é necessário retomar o que já foi trabalhado na seção **Aprender a argumentar**, revisando a estrutura de um argumento (premissas e conclusão), relacionando conceitos e ideias, além de estabelecer uma relação lógica entre eles.

Aprender a argumentar (p. 41)

A partir da leitura e dos exercícios propostos nessa seção, espera-se que os alunos adquiram noções de como conduzir um diálogo cujo fim maior seja o esclarecimento de seus agentes, e não a controvérsia por si só. Ressaltar que, para esse fim, as posições assumidas pelos agentes devem ser bastante claras; deve-se respeitar a alternância argumentativa entre eles, e cada parte deve, além de argumentar em prol das próprias opiniões, contribuir para a construção do entendimento multilateral sobre o assunto em debate.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 42)

A seção propõe a retomada de discussões apresentadas ao longo do capítulo, como a argumentação de Las Casas sobre as condições dos indígenas na América (**Doc. 1**). A **questão 1** enfatiza a construção da argumentação de Las Casas na defesa pela vida originária da América.

O segundo texto, de autoria de Darcy Ribeiro (**Doc. 2**), dá continuidade à última problematização apresentada no texto didático referente à origem do povo brasileiro e aos protobrasileiros. Aproveitar a oportunidade para discutir com os alunos o problema da identidade do Brasil e do brasileiro. Quais são as dificuldades e facilidades identitárias que temos na sociedade contemporânea?

Atividades (p. 43)

O conjunto de atividades propostas visam à retomada das principais questões e das habilidades exploradas ao longo dos quatro capítulos da primeira unidade. A **atividade 1** refere-se à independência dos Estados Unidos. A **atividade 2** aborda a questão da formação territorial do México, enquanto a **ati-**

CÓPIA

vidade 3 retoma a **Carta da Jamaica**, de Simón Bolívar, e a emancipação política das colônias espanholas.

A atividade de **pesquisa** tem como objetivo permitir aos alunos a discussão sobre a existência identitária da América, a partir da heterogeneidade do continente e dos traços históricos que aproximam seus povos por meio da história da escravização dos negros. O estudo de caso proposto busca estimular os alunos a escolherem uma realidade particular para ser investigada e, a partir dela, criarem os subsídios necessários para que eles possam verificar a estreita relação entre a escravidão e a realidade da população afrodescendente no continente hoje.

■ Aprofundar o conhecimento (p. 44)

A seção apresenta o texto de Sara Beatriz Guardia, professora e diretora do Centro de Estudos da Mulher na história da América Latina. **Exclusão e gênero** discute as permanências temporais do papel social e político das mulheres na América Latina e a dificuldade de se compreender a atuação das mulheres no processo de emancipação política dos países latino-americanos.

Sugestões de leitura

CHAPPELL, David. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. *Tempo*, v. 13, n. 25. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000200004>. Acesso em 9 set. 2020.

DRIVER, Stephanie Schwartz. *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Clacso, 2006.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na independência da América espanhola. *História*, 22 (2), 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a02v22n2.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*: o processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Leituras complementares

1

Das fronteiras

Recomendada para o professor de Geografia

"Em seu tradicional sentido jurídico-político, a fronteira representa os limites entre dois Estados. É ela que determina a área territorial precisa de um dado Estado, dando coesão e unidade a sua base física. A fronteira funciona como uma barreira que impede a atuação da soberania estrangeira no espaço nacional.

A fronteira comporta, ainda, outra dimensão, podendo ser compreendida sob um novo prisma: mais do que apenas apartar, ela tem o condão de aproximar, de unir povos vizinhos. Para além de sua caracterização como limite territorial, a fronteira pode ser compreendida como um lugar, um espaço vivenciado em comum por pessoas de nacionalidades diversas que nela desenvolvem suas atividades cotidianas. [...] O sentido de limites do território de um Estado data do século XIV. O adjetivo francês *frontière* acabou por substantivar-se, derivando noutras línguas palavras como *frontier* (inglês), *frontiera* (italiano), *frontera* (espanhol, catalão), fronteira (português). A fronteira, em sua acepção mais corrente, designa, portanto, os limites territoriais de um Estado. Existe, porém, certa distinção entre fronteira e limite:

> É muito comum a confusão entre as palavras limite e fronteira, e, na verdade, na linguagem usual elas não se distinguem. Rigorosamente falando, porém, não devem significar a mesma coisa: limite é uma linha, ao passo que a fronteira é uma zona. [...]

Se por um lado o sentido de limite do território explicita uma função desagregadora da fronteira, caracterizada pelo distanciamento e pelo 'estranhamento' em relação ao outro, por outro lado a 'nova' acepção estabelece a fronteira como um lugar, como um espaço de convívio de uma comunidade imaginada, evidenciando certa função gregária da fronteira em um tipo distinto de relação com a alteridade, marcada pela aproximação [...]. Corroborando essa interpretação, reflete o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves [...]:

> Observemos que fronteira deriva de *front*, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. Definido quem controla o front, este se transforma em fronteira que, depois, passa a ser naturalizada. Daí dizer-se que o Rio Grande faz a fronteira entre os Estados Unidos e o México; que o Rio Paraguai separa a Bolívia do Brasil e por aí vai. Nenhum rio separa coisa alguma, na verdade, une. A palavra fronteira tem como raiz *front* que indica que por trás das fronteiras sempre está a política, seja por meios diplomáticos, seja por meio da guerra.. [...]

Estabelecer identificações na fronteira constitui o primeiro passo para a formação de uma comunidade imaginada fronteiriça, com peculiaridades que a diferenciam das comunidades nacionais à margem das quais veio a se constituir. 'Identificação' é o ato de identificar, isto é, reconhecer como idêntico, e também o ato pelo qual um indivíduo

se torna idêntico a outro ou dois seres se tornam idênticos entre si, seja em pensamento ou de fato. [...] A comunidade fronteiriça, quando atinge um nível de coesão expressivo, vem a desenvolver uma identidade (em sentido político) própria, singular, caracterizada ainda assim pela diversidade, num espaço de convívio geograficamente marcado não pela fronteira como limite do território, mas sim pela fronteira como lugar, um espaço de convívio e de socialização. [...]

Benedict Anderson [...], em sua obra **Comunidades imaginadas**, conceitua nação como uma comunidade política imaginada – imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Embora os membros de uma dada comunidade nunca venham a se conhecer a todos, na mente de cada indivíduo se estabelece uma imagem da comunidade da qual fazem parte. Trata-se da construção de uma 'nacionalidade' (em sentido sociológico, não jurídico) baseada na identificação étnica, racial ou cultural. Anderson denomina 'Estados-crioulos' os derivados das colônias do Novo Mundo. [...]

Conflitos fronteiriços e questões territoriais são temas que invariavelmente sobrecarregam a diplomacia de um país. Há já bem dois séculos, controvérsias dessa natureza vêm restringindo a ação geopolítica de boa parte dos países latino-americanos no âmbito regional, fazendo-os despender energia em uma pauta restrita de assuntos, em lugar de ampliar sua atuação internacional. [...] Em seu processo de independência, a América espanhola não somente não logrou alcançar uma unidade entre as diferentes divisões administrativas do Império Espanhol, como também as viu se fragmentarem em entes soberanos ainda menores. [...] Também a 'repartição conflituosa' da América Latina, levada a cabo por EUA e Inglaterra a partir da fórmula romana de *divide et impera*, teria contribuído significativamente para o processo de 'balcanização' de que padeceu a região. [...]

'[S]ó na escala de uma grande nação latino-americana', na opinião de Osvaldo Coggiola [...], a 'América Latina poderia ter-se firmado como uma sociedade política e economicamente independente'. De fato, a inserção subordinada da América Latina no contexto da economia mundial constitui, atualmente, um dos grandes desafios da região."

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas.* Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. Disponível em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/FORMACAO-DE-FRONTEIRAS_19_06_v_11.pdf>. Acesso em 30 ago. 2020.

2

Passado histórico ou missão divina?

Recomendada para o professor de Sociologia

"Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? Essa pergunta já provocou muita reflexão. Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu 'sucesso' diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa foi clara: havia um 'destino manifesto', uma vocação dada por Deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um 'povo escolhido'.

No Brasil sempre houve desconfiança sobre a ideia de um 'destino manifesto' [...]. Porém, muito curiosamente, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorreriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração.

As colônias de exploração seriam as ibéricas. As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. Nesse modelo, as pessoas sairiam da Europa apenas para enriquecer e retornar ao país de origem. [...] Sobre portugueses e espanhóis corruptos e ambiciosos pairava um Estado igualmente corrupto e ambicioso.

[...] O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam para morar definitivamente. A atitude não era predatória, mas preocupada com o desenvolvimento local. Isso explicaria o grande desenvolvimento das áreas anglo-saxônicas como os EUA. Famílias bem constituídas, pessoas de alto nível intelectual e sólida base religiosa: tais seriam os colonos que originaram o povo norte-americano.

Há uma ideia associada a essa que versa sobre a qualidade dos colonos. Para as colônias de exploração, as metrópoles enviariam o 'refugo': aventureiros sem valor que chegariam aqui com olhos fixos no desejo de ascensão. As colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor que [...] viria com seus bens e cultura para o Novo Mundo trazendo na bagagem apenas a honradez e a *Bíblia*.

Pronto! A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra. [...] Os livros didáticos consagraram isso e o bloco binário povoamento-exploração penetrou como um amplo e lógico conceito em muitos corações. Os EUA foram destinados por Deus ao sucesso e os latinos condenados ao fracasso pelo peso da origem histórica. Ambos deixavam de ser agentes históricos para serem submetidos ao peso insuperável da vontade divina e da carga do passado."

KARNAL, Leandro. A formação da nação. *In*: KARNAL, Leandro; MORAIS, Marcus Vinícius de. FERNANDES, Luiz Estevam; PURDY, Sean. *História dos Estados Unidos:* das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 25-26.

REPRODUÇÃO

UNIDADE 2

A formação do Estado brasileiro

O trabalho proposto na Unidade 2 percorre os diferentes aspectos que envolvem a formação do Estado brasileiro, desde sua unidade territorial à formação da identidade nacional. A partir da perspectiva da **História** e da **Sociologia**, aborda o contexto da emancipação do Brasil como nação livre e independente (**capítulo 5**), analisa como este país se vê e se projeta enquanto nação (**capítulo 6**), dedica-se a uma reflexão aprofundada sobre a escravidão e a imigração do século XIX (**capítulo 7**) e discute as bases que constituíram o ideário brasileiro sobre o progresso e o futuro do país (**capítulo 8**).

Objetivos da unidade

- Aprender e aplicar conceitos básicos da História, da Geografia, da Filosofia e da Sociologia de maneira articulada, além de aprofundar conhecimentos adquiridos na escolaridade anterior. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Apropriar-se gradativamente de ferramentas de pesquisa e instrumental de análise dos componentes que integram a área. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, associando os conteúdos estudados às questões emergentes na sociedade contemporânea, em âmbito local, regional, nacional e global. **(Competência Geral da Educação Básica 1)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, estabelecendo relações com sua experiência de vida e seus projetos, presentes e futuros. **(Competência Geral da Educação Básica 6)**
- Ampliar o repertório cultural dos alunos. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2 e 3)**
- Desenvolver as capacidades de leitura e de expressão em diferentes linguagens. **(Competência Geral da Educação Básica 4)**
- Utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica e reflexiva para acessar e disseminar informações e produzir conhecimentos **(Competência Geral da Educação Básica 5)**
- Desenvolver a capacidade de argumentação. **(Competência Geral da Educação Básica 7)**
- Ampliar progressivamente autonomia na aprendizagem. **(Competência Geral da Educação Básica 10)**
- Exercitar a empatia, sabendo colocar-se no lugar do outro e defendendo a resolução de conflitos por meios pacíficos. **(Competência Geral da Educação Básica 9)**
- Analisar o processo de independência do Brasil e a formação do Estado nacional brasileiro. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 7, 9 e 10)**
- Reconhecer o conceito de cidadania expresso na Constituição brasileira de 1824 e analisar suas implicações para a sociedade da época. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 7, 8 e 10)**
- Analisar as transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil durante o Segundo Reinado. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 3, 4, 5 e 6)**
- Compreender a escravidão como aspecto estruturante da sociedade brasileira e, por isso, marca indelével das relações sociais no passado e no presente. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 6, 7, 9)**
- Analisar criticamente as diferentes matrizes conceituais e ideológicas que fundamentaram e ainda fundamentam o processo de construção da identidade nacional no Brasil. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 4 e 5)**
- Compreender a formação do pensamento filosófico no Brasil, no período imperial **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 4, 5 e 9)**

Abertura: Histórias sobre a formação do Brasil

Para dar início ao trabalho, problematizamos a homenagem que a escola de samba Estação Primeira de Mangueira faz a todos os agentes da História do Brasil não mencionados nas narrativas historiográficas mais conhecidas, mas agentes significativos na construção do Brasil atual. Entre os alunos, organizar um debate a respeito dos personagens mais conhecidos e mencionados da História do Brasil. Em suas respostas, a classe deve considerar tanto o que já aprendeu nos segmentos de ensino anteriores, como o que conheceu a partir dos meios de comunicação. Em seguida, pedir que sejam mencionados outros exemplos de agentes históricos que contribuíram para a história do país, mas que não são tão reconhecidos, seja pela mídia, seja pelo senso comum. Os alunos podem mencionar indivíduos e grupos cujas iniciativas ocorreram em prol de uma sociedade mais democrática e/ou pela garantia do estado de direitos a todos.

Com relação às atividades: na primeira questão, a resposta é pessoal. A intenção da questão é levar o aluno a refletir sobre os problemas que uma história única pode acarretar. Como apontou o enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, ao excluir determinados personagens da história oficial, eliminam-se também as lutas e resistências vividas no cotidiano, bem como transforma a história do

MODERNA

país em uma narrativa unilateral, incapaz de dar conta da diversidade e das desigualdades que marcam a construção do Estado brasileiro.

Na segunda questão, a frase "um país que não está no retrato" diz respeito às inúmeras histórias e personagens que não fazem parte das principais narrativas sobre o país, seja por preconceitos, seja por escolhas políticas e ideológicas das elites brasileiras nos mais diversos momentos.

Capítulo 5 A independência do Brasil e o período imperial

O capítulo aborda o contexto da Independência do Brasil, desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil à outorga da constituição de 1824. A perspectiva política discutida ao longo do capítulo explora não apenas os aspectos governamentais da história da independência, mas, também, os levantes populares e tensões, o desenvolvimento da imprensa e a importância dos periódicos nesta conjuntura histórica. Com relação aos aspectos econômicos, o capítulo também torna claro o perfil da nação recém-instituída, como dependente da escravidão, calcada na economia agroexportadora com base nas grandes propriedades monocultoras. A produção cafeeira surge nesse contexto como um agente modernizador que, aliado à extinção do tráfico de escravizados, propulsiona a indústria nacional, a construção de estradas, ferrovias, portos, entre outros. As problematizações e habilidades são desenvolvidas a partir dos conhecimentos do componente de **História** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Objetivos do capítulo

- Analisar o contexto histórico da vinda da família real portuguesa ao Brasil e identificar suas consequências políticas, sociais e econômicas. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS204; EM13CHS603)**
- Discutir o processo que deu origem à formação do Brasil enquanto nação independente. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS204; EM13CHS603)**
- Argumentar a respeito dos levantes e revoltas populares como resistência à dominação colonial. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS502)**
- Identificar as revoltas populares que se posicionaram contra a violência e exploração a que estavam submetidos africanos escravizados e indígenas, no contexto da emancipação do Brasil à condição de país livre. **(EM13CHS101, EM13CHS104, EM13CHS205, EM13CHS401, EM13CHS503, EM13CHS601, EM13CHS605)**
- Analisar criticamente a ideia de unidade territorial que se projetou para o Brasil e as políticas que favoreceram a unidade territorial da América portuguesa. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS603; EM13CHS606)**
- Avaliar os impactos da produção cafeeira e a extinção do tráfico de escravizados no Brasil. **(EM13CHS103; EM13CHS201; EM13CHS202; EM13CHS401)**
- Compreender o conceito de cidadania a partir da carta constitucional de 1824. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS603; EM13CHS606)**
- Discutir o papel da imprensa e da circulação de periódicos no contexto da Independência do Brasil, com foco na promoção da circulação de ideias no interior da colônia. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS202; EM13CHS401)**
- Analisar a trajetória política da monarquia brasileira, da abdicação de D. Pedro I até o golpe da maioridade. **(EM13CHS603)**
- Compreender a "modernização conservadora" ocorrida durante o Segundo Reinado **(EM13CHS201; EM13CHS205; EM13CHS606)**
- Analisar a configuração das cidades brasileiras ao longo do século XIX e estabelecer comparações com os espaços públicos das cidades atuais. **(EM13CHS101; EM13CHS205; EM13CHS606)**
- Compreender as implicações da Lei de Terras na estrutura fundiária brasileira. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS606)**
- Analisar a política desenvolvida no Segundo Reinado a respeito dos povos indígenas. **(EM13CHS204; EM13CHS503; EM13CHS601)**

Sugestões de encaminhamento didático

Iniciar a abordagem com a seguinte questão: o que significa afirmar que um país é independente politicamente? Ainda perguntar: independência política é sinônimo de independência econômica? Como é o processo de reconhecimento de liberdade política de um país? No mundo atual, há países que são politicamente dependentes de outros na condição de colônia ou de protetorado? Você pode orientar as respostas e propor uma pesquisa sobre esse tema antes de encaminhar a abordagem do texto didático propriamente dito. Em seguida, propor a leitura da imagem que abre o capítulo (acompanhada de sua legenda). Possibilitar a interpretação dos alunos e fazer a mediação. O importante é destacar que a independência do Brasil, como se representa nessa obra, foi algo pensado, planejado e coletivamente decidido. O evento, portanto, não se resumiu à versão romântica do Grito do Ipiranga. Esta é uma oportunidade para dirimir conceitos estabelecidos a partir de antiga versão historiográfica da Independência. Deste capítulo, também sugerimos:

- **A crise do sistema colonial e a vinda da família real para o Brasil (p. 46).** Retomar o contexto da chamada **Era das Revoluções** e de intensa crítica ao Antigo Regime

MODENA

para abordar o início do declínio do sistema colonial. No império português nas Américas, com o aumento do controle da colônia (sobre mercadorias, organizações populares, indivíduos, impostos etc.) houve levantes em diferentes pontos do território brasileiro. Entre eles destacamos: a Inconfidência Mineira (1789), a rebelião na Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794) e a Conjuração dos Alfaiates (1798). Propor a leitura do boxe **Pasquins sediciosos na Bahia, em 1798** (**p. 47**). Em conjunto a esse texto, pode-se abordar o do boxe **Guerra aos "botocudos"** (**p. 49**) e evidenciar a diversidade de conflitos presentes no interior da colônia Brasil que ameaçavam sua unidade territorial. O boxe problematiza a visão que se tinha na época sobre os botocudos e evidencia de que modo ela serviu para justificar políticas genocidas por parte do império.

- **A corte no Rio de Janeiro (p. 48).** Neste tópico, que trata da vinda da família real ao Brasil, é importante destacar:
  - ✓ as razões que levaram à transferência da corte portuguesa, os interesses de D. João VI no Rio de Janeiro;
  - ✓ as reformas urbanas na cidade;
  - ✓ a distribuição de privilégios aos súditos cariocas.

Ainda, encaminhar a leitura da imagem **Os mártires** (**p. 48**) e discutir a tentativa de instauração de uma república independente em Recife.

As questões da página 49 demandam a observação de um mapa elaborado no início do século XIX e permitem problematizar a ideia de unidade territorial da América portuguesa, nos tempos coloniais.

- **O "nascimento" do Brasil: monárquico e escravocrata (p. 49).** Contextualizar o surgimento do projeto de Independência política no Brasil destacando a Revolução do Porto em Portugal. Esse conflito potencializou o projeto separatista do Brasil e contou com o apoio das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Destacar o caráter conservador desse projeto e, se possível, contrastá-lo com a obra de Pedro Américo (**Independência ou morte**, de 1888) e os ideais que ela suscita: a independência foi um processo longamente pensado e orquestrado por uma elite que visou à defesa de seus interesses. Na obra de arte, a cena da Independência é representada em perspectiva romântica em que D. Pedro I proclama a independência e a "liberdade" do Brasil enquanto nação. Encaminhar uma discussão com a classe indagando a respeito do sentido de liberdade que se buscou com o projeto de independência.
- **A cidadania na Constituição de 1824 (p. 50).** O conservadorismo do Brasil, como jovem nação independente, refletiu-se no próprio o conceito de cidadania, instituído pela carta constitucional de 1824. Sobre tal conceito, encaminhe a resolução das **questões** (**p. 50**) que problematizam a exclusão da condição de cidadão a que estavam sujeitos os indígenas e africanos.
- **A abdicação de D. Pedro I e o período regencial (p. 51).** Encaminhar a leitura desse tópico e solicitar aos alunos que, em grupos, elaborem um quadro com as principais características do Brasil pós-independência. O quadro pode ser organizado de modo que os alunos tracem o perfil político-econômico do Brasil pós-independência. Como características políticas, poderão ser citadas: país politicamente independente e a adoção da monarquia; instabilidade e levantes populares; dificuldade em manter a unidade territorial; diversidade étnica; a abdicação de D. Pedro I. Entre as características econômicas, destacar: país eminentemente rural, economia baseada em grandes propriedades, monocultoras, agroexportadoras, que empregavam a mão de obra escravizada. Ressaltar a grande instabilidade do período regencial, com conflitos em diferentes pontos do território nacional e algumas transformações sociais como acesso da população a novas ideias e notícias e a Lei de 1831. Encaminhar a leitura do boxe **Imprensa e opinião pública** (**p. 50**) e as **questões** da **página 51**.
- **O Brasil do Segundo Reinado (p. 52)**. Destacar os motivos que levaram a elite política brasileira reunida no Partido Liberal a defender a maioridade de D. Pedro II. A ameaça da fragmentação política e territorial do Brasil mobilizou os liberais na organização do Clube da Maioridade, cuja campanha obteve sucesso. Duas marcas desse longo reinado: o café e a centralização política e territorial. Destacar as transformações que decorreram da produção cafeeira no Brasil, especialmente, a construção de portos, ferrovias e estradas. Esclarecer aos alunos que parte dessa "modernização" foi proporcionada por iniciativa do capital estrangeiro, que contou com a concessão de privilégios e garantias do governo brasileiro. Ressaltar a importância do café como fator de modernização dos centros urbanos que, até o final do século XIX, não eram mais que vilarejos. A construção de estradas e o desenvolvimento da imprensa e da educação das elites proporcionaram um aumento dos espaços e atividades urbanas, como o crescimento do comércio e o surgimento de algumas indústrias em menos de três décadas. Nesse cenário de transformações econômicas e culturais, a presença dos imigrantes foi significativa. Tanto na política como no próprio desenvolvimento da tipografia e da imprensa, estes foram os responsáveis pela introdução de novas ideias e técnicas no Brasil como o anarquismo, no campo da política, e a litografia, no campo da técnica tipográfica, que revolucionou a produção e a circulação de periódicos.

  Para discutir com a classe a política do Segundo Reinado com relação aos indígenas, propor aos alunos estabelecer comparações com a época colonial: os confrontos com o avanço das fronteiras agrícolas, a dizimação de várias etnias e o papel atribuído às ordens religiosas, encarregadas de catequizar e "civilizar" os povos originários para integrá-los ao império.

PROVA

Aprender a argumentar (p. 53)

A seção propõe a análise de um fragmento do **Discurso sobre as ciências e as artes**, de J. J. Rousseau. Nesse exercício o aluno deverá identificar os argumentos, as premissas e as conclusões do autor. Identificados tais elementos, em seguida deverá responder ao discurso analisado em um contra-argumento.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 54)

O texto selecionado para esta seção, de Murilo Max (**Doc. 1**), discute a predominância religiosa na conformação do espaço público no Brasil. Para complementar as informações do texto, explicar que era a Igreja que detinha a informação sobre a quantidade de nascimentos e óbitos até meados do século XIX, de maneira que os registros eclesiásticos servem como fontes demográficas do período. As normas sociais, não diferentemente, também eram ditadas pelas instituições religiosas e a estas cabia a fiscalização do cumprimento de tais leis. A seção apresenta também uma obra de J. M. Rugendas: Igreja e Convento de Nossa Senhora da Piedade. As questões visam a compreensão do texto (**questão 1**), a interpretação da pintura (**questão 2**) e a transposição da discussão sobre o espaço público no presente (**questões 3** e **4**).

Capítulo 6 O que é ser brasileiro?

O capítulo é dedicado a analisar e problematizar o processo histórico de construção da identidade nacional do Brasil. A questão, de suma importância para as **Ciências Sociais**, encontra-se articulada a diversas esferas da vida em sociedade, e permite a compreensão de fatores políticos, ideológicos e culturais que incidem diretamente sobre esse processo. Ao dedicar-se à análise e reconstrução histórica de como o Brasil se vê e se projeta enquanto nação, o capítulo se aproxima da **Sociologia** e da **História**.

Objetivos do capítulo

- Analisar criticamente a importância e o processo de construção da identidade nacional, ressaltando seus aspectos políticos e ideológicos. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS104; EM13CHS105; EM13CHS502; EM13CHS504; EM13CHS602)**
- Articular a análise de obras de arte e de outras fontes históricas às diferentes vertentes que projetaram uma ideia de brasilidade. **(EM13CHS101, EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS105; EM13CHS106; EM13CHS502)**
- Examinar o debate atual a respeito da construção da identidade nacional, por meio da análise e da comparação das vertentes contemporâneas da sociologia e da história. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS502; EM13CHS504; EM13CHS602; EM13CHS606)**
- Conhecer as características das expressões artísticas e intelectuais do movimento Modernista e as críticas que suscitaram, por meio da análise de fontes históricas. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS106; EM13CHS504; EM13CHS602)**
- Argumentar a respeito de como a identidade nacional pode servir a projetos políticos de matrizes diversas, como o autoritarismo e o populismo. **(EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS502; EM13CHS602)**
- Identificar as características do que se reconhece como identidade nacional brasileira à luz da cultura e expressão das gerações de jovens. **(EMCHS103; EM13CHS106; EM13CHS501; EM13CHS504; EM13CHS606)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para iniciar a abordagem, propor a leitura da imagem e solicitar aos alunos que falem sobre a personagem, o que ela representa e o contexto em que ela viveu. Caso tenham pouco conhecimento a respeito, propor ou expor em sala vídeos de Carmen Miranda disponíveis na internet (ver sugestão a seguir). A partir daí, relacione as características dessa personagem à ideia que o senso comum costuma atribuir ao brasileiro. Aproveite para explorar os conhecimentos prévios dos alunos. O texto didático será encaminhado de maneira que, ao final da abordagem, seja possível dirimir alguns preconceitos longamente construídos a respeito da identidade brasileira.

Sugestão de vídeo

Chica Chica Boom Chic. Trecho do filme **Uma Noite no Rio** (1941), Irving Cummings. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KHJLm6WNEv4>. Acesso em 31 ago. 2020.

Durante a abordagem do texto didático deste capítulo, sugerimos:

- **A identidade nacional (p. 55).** Chamar a atenção dos alunos para a importância da identidade brasileira e, de modo geral, das identidades nacionais, que se tornam mais complexas na medida que se expande o fenômeno da globalização mundial. Ressaltar que essa é uma questão longamente discutida por pensadores brasileiros e apresenta muitas complexidades, considerando-se a formação multiétnica do país. Propor aos alunos que registrem, em linhas gerais, as considerações de Roberto DaMatta e de Lilia M. Scharcz.
- **A construção de uma identidade nacional: o que significa ser brasileiro (p. 56).** Dar início à abordagem do processo histórico que levou à construção de uma identidade nacional, ainda que não definitiva. Mapear, em linhas gerais, as primeiras iniciativas que contribuíram para

a narrativa do surgimento do povo brasileiro, abordando a criação do IHGB em tempos imperiais, a instituição de uma literatura e artes plásticas românticas, responsáveis por recuperar lendas e mitos indígenas e sertanistas e atribuir-lhes um sentido épico. Professor, concluir a abordagem desses dois projetos de identidade nacional (IHGB e Romantismo) com a fruição da imagem **Primeira Missa no Brasil** (**p. 57**), chamando a atenção para a postura dos personagens; para o protagonismo dos personagens brancos e a sujeição dos personagens indígenas no ato de consagração à nova terra. Ainda, importante alertar os alunos que tal cena é uma representação do evento histórico, portanto, diferenciá-lo do "fato real".

Sugestão de atividade

- Propor a análise da obra de arte de Victor Meirelles, **Moema** (1866), expondo-a em sala, se possível. Em seguida, solicitar aos alunos que pesquisem sobre esse mito e o relacionem ao projeto de delineamento e construção da imagem identitária brasileira no século XIX, pelo viés do romantismo.

- **O Brasil moderno: quem somos nós? (p. 57).** Continuar a abordagem do conteúdo do texto didático a partir da exposição das obras artísticas. Após a exposição da **Primeira Missa no Brasil**, de Meirelles, exponha, se possível, a obra **Tropical** (1917), de Anita Malfatti. Indague os alunos se percebem modificações no modo de se representar a brasilidade, incluindo aspectos como traços, elementos tropicais, a própria personagem, o pano de fundo, entre outros. Em seguida, pontuar elementos do contexto histórico vivenciados por Malfatti, mencionando o pós-guerra e o evento da Semana de Arte Moderna. É a partir dele que se consagra a produção Modernista brasileira e sua busca por traçar – por meio da música, literatura e artes plásticas – a identidade nacional. Dividir a turma em grupos e propor uma pesquisa, seguida de debate, sobre as diferentes produções artísticas desenvolvidas pelos modernistas brasileiros em que a temática da identidade nacional seja problematizada. Destacar as peculiaridades desses trabalhos, bem como evidenciar a importância que as discussões do modernismo propiciou nos meios artísticos e intelectuais da época.
- **Brasil, o país das misturas (p. 58).** Para continuar a abordagem do texto didático explorando obras artísticas do período, apresentar **O mestiço** (1934) de Cândido Portinari (ver sugestão de link abaixo). Aborde a obra como ponto de partida para se destacar a importância que a figura do mestiço assumiu para a representação da identidade nacional, embasada na perspectiva freyriana de "harmonia entre as raças". Esse pressuposto será explorado pelo Estado Novo como uma amálgama social, engajando artistas, intelectuais e políticos. Explicar à classe que a crítica à visão de Gilberto Freyre (sobre a "convivência harmoniosa entre raças" no Brasil e o mito da "democracia racial") não tardaria, mas que esse entendimento acabou dificultando a compreensão dos conflitos e desigualdades raciais do país, bem como o preconceito e o racismo. A visão foi entendida como extremamente conservadora por uma geração posterior de intelectuais brasileiros, entre os quais esteve Darcy Ribeiro. Segundo ele:

> "Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. [...] O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa 'democracia racial', raramente percebem os profundos abismos que aqui separaram os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo".
>
> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 17 a 21.

Após a apresentação dessas percepções e ideias acerca da identidade nacional do brasileiro, pode-se propor a resolução da **questão** (**p. 58**) que solicita ao aluno comparar a obra de Cândido Portinari (**Café**, de 1935) à de Victor Meirelles (**Primeira Missa no Brasil**, de **1861**). A partir do conteúdo didático exposto no capítulo, em tópicos, os alunos podem enumerar e organizar as principais características das visões de brasileiro, desde o IHGB à década de 1970. Ler coletivamente o fragmento de autoria de Victor Andrade de Melo (**p. 59**) e propor, em seguida, a resolução da **questão** (**p.59**) sobre a permanência de algumas noções de brasilidade nos dias atuais.

Sugestão de atividade

Leitura guiada da obra *O mestiço*

- Google Arts & Culture. ***Mestiço*, de Candido Portinari.** Pinacoteca de São Paulo. Disponível em <https://artsandculture.google.com/story/mesti%C3%A7o/sQJCh9UqzExYLQ?hl=pt-BR>. Acesso em 31 ago. 2020.

- **Mas afinal, o que é ser brasileiro? (p. 59).** Na conclusão do capítulo, destacar como os aspectos históricos relativos à escravidão e ao passado colonial acabaram influenciando diretamente na configuração de nossa identidade nacional. Ressaltar como estudos desenvolvidos pelas Ciências Humanas, como o de Sérgio Buarque de Holanda, contribuíram para a compreensão dos dilemas que permeiam a constituição de nossa identidade. Destacar como a diversidade e as desigualdades sociais não podem ser ignoradas no processo de reflexão e problematização de quem nós somos, como sinalizou o antropólogo Kabengele Munanga.

Imagine... (p. 60)

- O objetivo da atividade é permitir que o aluno compreenda a complexidade que envolve o conceito de identidade cultural. A partir do reconhecimento de que a história e

EM MODERNA

as disputas ideológicas entre classes e grupos sociais distintos influenciaram na construção de nossa identidade nacional, é importante que ele reconheça que esse é um conceito marcado pela transitoriedade e pela mudança. A intenção é que essa reflexão o auxilie na construção daquilo que ele entende como identidade nacional hoje.

De olho no presente (p. 60)

Por meio da proposição do texto de Shin Suzuki, objetiva-se trabalhar a questão das hierarquias que estão implícitas no cotidiano brasileiro e que são construídas a partir de critérios arbitrários, mas que compõem o repertório de elementos que constituem nossa identidade nacional. Tal aspecto perpetua a desigualdade de direitos e o favoritismo, principais entraves para o prevalecimento da democracia no país.

Confira, também, o vídeo em que o antropólogo Roberto DaMatta discute as origens da cultura de privilégios e dominação no Brasil.

- **Você sabe com quem está falando?** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XaXhNjlscvM>. Acesso em 12 abr. 2021.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 61)

A seção propõe a retomada de discussões apresentadas no capítulo sobre a questão da identidade nacional: o **Doc. 1** corresponde ao texto de Ricardo Augusto dos Santos, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, em que analisa a personagem de Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. O historiador faz essa análise à luz do próprio contexto histórico em que Lobato esteve inserido e valoriza sua obra enquanto indício que nos auxilia a compreender uma época em que o racismo era inquestionavelmente admissível. As questões trabalham a habilidade da área de Ciências Humanas e Sociais de analisar situações e os valores de modo a desnaturalizá-los e problematizá-los. Com relação ao **Doc. 2**, aborda-se criticamente a questão do futebol como instrumento político de apaziguamento social, de enaltecimento da mestiçagem brasileira e, assim, de construção de uma identidade única para o Brasil.

Capítulo 7 Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil

O presente capítulo problematiza, a partir da perspectiva da **História** em diálogo com a **Sociologia**, dois processos que estruturaram a sociedade brasileira: a escravidão e a imigração do século XIX. Os trabalhadores – tanto escravizados como imigrantes livres, que sustentaram a economia do Brasil colonial e, depois, recém-independente, permaneceram à margem da sociedade, sendo os africanos escravizados e seus descendentes os que mais sofreram com a exclusão. Ao longo do texto didático, são apresentados gráficos e tabelas, além de documentos fotográficos, que possibilitam a análise relacional e panorâmica da questão da escravidão e do imigrantismo no século XIX e suas implicações no Brasil contemporâneo.

Objetivos do capítulo

- Analisar e caracterizar as dinâmicas populacionais, em especial aquelas relacionadas à comercialização de escravizados e à vinda de imigrantes para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. **(EM13CHS101; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS402; EM13CHS601)**
- Compreender a escravidão como aspecto estruturante da sociedade brasileira e, por isso, marca indelével das relações sociais no passado e no presente. **(EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS402; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS601; EM13CHS606)**
- Analisar criticamente indicadores referentes ao mercado de trabalho no Brasil e identificar o perfil daqueles que se encontram excluídos. **(EM13CHS101; EM13CHS105; EM13CHS402; EMCHS504; EM13CHS606)**
- Analisar o processo que levou à extinção do tráfico de escravizados no Brasil, considerando suas etapas, leis, avanços e retrocessos. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS601; EM13CHS606)**
- Identificar as políticas afirmativas identitárias e, também, as de resistência e combate ao racismo estrutural e à exclusão social. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS601; EM13CHS606)**
- Compreender a questão fundiária brasileira no século XIX, considerando a demanda por mão de obra e as iniciativas do Estado no sentido de garantir o controle de terras aos grandes produtores. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS206)**
- Avaliar a validade da expressão vazio demográfico e relativizá-lo à luz dos interesses econômicos e fundiários. **(EM13CHS101; EM13CHS203; EM13CHS503; EM13CHS601)**
- Analisar hipóteses explicativas para o movimento abolicionista ocorrido na Inglaterra entre o final do século XVIII e o século XIX. **(EM13CHS101; EM13CHS501; EM13CHS504)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para dar início ao estudo, fazer o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a escravidão no Brasil, durante o século XIX, sobre a abolição e a imigração europeia. Essas ideias poderão ser retomadas ao final do estudo do capítulo, em que os alunos poderão retomar o percurso da aprendizagem. Durante a abordagem do texto didático, também sugerimos:

- **Brasil: uma sociedade racialmente desigual (p. 62).** Retomar criticamente o projeto da intelectualidade de

1930 sobre a democracia e a harmonia raciais no Brasil, já abordado no **capítulo 6**. É possível traçar no quadro da sala de aula uma linha temporal para demonstrar o período de vigência da escravidão no Brasil – desde o início da colonização até 1888; com isso, os alunos poderão compreender a força dessa estrutura na formação da cultura e da sociedade brasileiras. Esclarecer que, apesar de legalmente extinta, a escravidão perdurou por anos no Brasil e, ainda hoje, ela existe em algumas regiões de maneira ilegal. Nesse momento da aula, antes do encaminhamento do texto, propor aos alunos que respondam: quais são as implicações da escravidão no processo de formação de um povo? Assim, conforme surgirem as respostas, pode-se explorar os conhecimentos prévios dos alunos e encaminhar a abordagem do texto didático. Abordar o conceito de racismo estrutural e a resistência a ele por parte das políticas afirmativas, destacando as conquistas como a criação das cotas raciais e da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Pode-se propor aos alunos que pesquisem em casa (em *sites* e livros) outras iniciativas e conquistas sociais de combate ao racismo e aos resquícios culturais do passado escravagista brasileiro. Em seguida, podem trazer seus registros à classe e compartilhar informações.

Sugestão de leitura para o professor

AWAYA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão** – uma análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

- **A expansão cafeeira no Brasil (p. 64).** Estabelecer uma relação entre o declínio do cultivo do açúcar no Nordeste brasileiro e a intensificação do plantio do café no Sudeste do país. Chamar a atenção dos alunos para a leitura do mapa **A expansão cafeeira no Brasil (início do sec. XIX ao final do século XX)** na **página 65**. Essa mudança – bastante lenta e irregular – no polo de produção e exportação do Brasil significou, entre outros aspectos, a introdução de um modelo econômico mais próximo aos princípios capitalistas e liberais, considerados "mais modernos" que o modelo do plantation açucareiro. Mesmo assim, havia contradições: o café, apesar de haver mobilizado capital para o desenvolvimento inicial da indústria brasileira, também representou aumento da exploração agroexportadora colonial (até 1889) e do trabalho escravo.
- **A crise do sistema escravista (p. 66).** Destacar as etapas que levaram à extinção do tráfico de escravizados no Brasil. Pode-se organizá-las cronologicamente ou mesmo, em uma linha do tempo. Ao se organizar essa cronologia, é importante explicar que o processo legal de extinção da escravidão não foi linear; do contrário, foi extremamente longo, com avanços e retrocessos. Nessa cronologia destacar eventos como: abolição do tráfico pelo parlamento britânico (1807); a abolição da escravidão na Inglaterra e em suas colônias (1833); a pressão inglesa sobre o tráfico de escravizados com destino ao Brasil; tentativas e acordos (1826, 1831); depois Bill Aberdden (1845), a Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre (1871), a Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888). Discutir com os alunos o conceito de "segunda escravidão", orientando-os a estabelecer comparações com a "primeira escravidão". Evidenciar como a escravidão foi enfraquecendo no Brasil, à medida que as elites reelaboraram seus projetos econômicos, não mais contando com a mão de obra escravizada. A resistência da população escravizada e a adesão de outros setores sociais à campanha abolicionista também impactaram significativamente nesse processo. Analisar criticamente o 13 de maio de 1888 desmitificando a ideia comum de que a Lei Áurea fora uma redenção aos escravizados. O evento não provocou uma ruptura radical com as estruturas arcaicas em que a economia brasileira estava fundamentada. Para enfatizar esse aspecto, propor a leitura coletiva do argumento da historiadora Emília Viotti da Costa (**p. 68**).
- **A imigração no Brasil do século XIX (p. 68).** A vinda de imigrantes entre os séculos XIX e XIX é um tema bastante recorrente, tanto nos anos iniciais como finais do Ensino Fundamental. Portanto, pode-se fazer uma investigação prévia do que os alunos já conhecem a respeito. Professor, é fundamental abordar a relação do fim do tráfico de escravizados com a questão fundiária e a Lei de Terras. Esta garantiu o controle das terras pelas elites fundiárias brasileiras e diminuiu a possibilidade da existência dos pequenos produtores. Ao mesmo tempo, garantiu para as grandes propriedades a mão de obra dos trabalhadores livres, como os ex-escravizados. Diferenciar entre si e contextualizar os dois projetos que garantiram a mão de obra imigrante, não cativa, para a produção agrícola brasileira. O primeiro projeto foi o do sistema de parceria (erroneamente, é comum considerá-lo como o único projeto existente envolvendo a mão de obra imigrante); e a imigração subvencionada, dispositivo que manteve a imigração ativa, garantindo mão de obra para as fazendas e cidades do país. Discutir com os alunos o projeto de branqueamento da sociedade brasileira que esteve associado ao incentivo à imigração europeia.

De olho no presente (p. 63)

A seção aborda o atual debate acerca do racismo estrutural e das condições de vida da população mais carente e os recursos de que dispõe essa população para a transformação de sua realidade. A partir as informações apresentadas no texto e no gráfico, o aluno é convidado a interpretar alguns índices do mercado de trabalho brasileiro e relacioná-los ao fenômeno do racismo estrutural.

Além disso, os alunos são convidados a pensar em ações que colaborem para minorar as desigualdades verificadas no gráfico.

REPRODUÇÃO PROIBIDA

■ **Debater (p. 68)**

A seção propõe questões para debate em pequenos grupos, sobre as heranças da escravidão que permanecem vivas na sociedade brasileira. Ao final do trabalho, os grupos são convidados a apresentar suas conclusões utilizando meios de comunicação de sua escolha. Ao propor o debate à classe, pode-se sugerir outras fontes de informação que complementem o assunto.

■ **De olho no presente (p. 69)**

A seção propõe a análise do fenômeno da imigração contemporânea no Brasil e a comparação desse fenômeno atual com a imigração no passado. É possível a identificação de permanências: a busca de melhores condições de vida dos imigrantes; sua contribuição como agentes de intercâmbio cultural e enriquecimento da cultura e da sociedade brasileiras. Também é possível a identificação de rupturas: o modo como esse imigrante é recebido atualmente pela sociedade e o papel ou função que pode assumir no mercado de trabalho brasileiro.

■ **Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 70)**

O **Doc. 1** apresenta a pressão abolicionista inglesa como um fenômeno revolucionário ou, ainda, como luta genuína em prol da liberdade. Contradiz a tese que foi longamente afirmada pela historiografia e estudada pela disciplina de História segundo a qual o movimento abolicionista inglês só surgiu em razão dos interesses da Inglaterra em criar um mercado consumidor para seus produtos. As atividades sugeridas estão focadas na resolução de problemas, a partir dos conteúdos desenvolvidos no capítulo e estabelecendo relações com questões do presente. A leitura do **Doc. 2** analisa criticamente a expressão "vazio demográfico". O texto de J. Valentini e J. Radin evidencia que tal expressão é um recurso discursivo utilizado por autoridades governamentais e antigas companhias de colonização para justificar a tomada e a ocupação de um território que já era povoado por indígenas e caboclos. Essas áreas eram designadas como demograficamente "vazias", evidenciando a indiferença e a exclusão para com os povos originais em determinados pontos do território nacional e os considera vazios.

Capítulo 8 O pensamento filosófico no período imperial

Segundo o ideário da época, comum entre boa parte dos intelectuais e as autoridades políticas, havia um caminho evolutivo a ser percorrido para que país chegasse a um estágio de desenvolvimento entre as principais potências do mundo. As ideias de progresso, desenvolvimento econômico e científico, bem como de liberdade política, estiveram na origem da modernidade brasileira. Tais ideias são tratadas nesse capítulo a partir da perspectiva da **Filosofia** em diálogo com a **História**.

Objetivos do capítulo

- Discutir as bases filosóficas do pensamento brasileiro no período imperial. **(EM13CHS101; EM13CHS105; EM13CHS205)**
- Problematizar a existência de uma filosofia originalmente brasileira. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS202; EM13CHS205; EM13CHS303)**
- Discutir os limites e as implicações da proposição de estruturas metodológicas de análise do mundo natural para se compreender o comportamento das sociedades. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS103; EM13CHS 105; EM13CHS205)**
- Compreender os principais pressupostos em que se fundamentou o pensamento comtiano no Brasil e suas implicações sociais e, especialmente, políticas. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105)**
- Identificar a presença da ideia evolucionista no Brasil; bem como perceber e analisar os problemas éticos envolvidos nas teorias raciais, buscando combater argumentativamente os preconceitos envolvidos. **(EM13CHS101; EM13CHS501; EM13CHS503; EM13CHS504)**

Sugestões de encaminhamento didático

Iniciar a abordagem desafiando os alunos a refletir se há algum pensador contemporâneo no Brasil que admiram ou que conhecem. Fazer a sondagem a respeito da preferência e do conhecimento dos alunos. É possível que alguns dos pensadores mencionados pela classe estejam distantes do universo canônico, acadêmico ou mesmo filosófico. Durante a abordagem do texto didático, também sugerimos:

- **Os primeiros passos da filosofia no Brasil (p. 71).** Explicar que, no Brasil, a filosofia se desenvolveu a partir da chegada dos portugueses ao território. Diferenciar o que se entende por filosofia ocidental de base racional do pensamento indígena, chamando a atenção para não valoração dos gêneros. Chamar a atenção dos alunos sobre a dificuldade de se mapear uma filosofia originalmente brasileira, desde os tempos coloniais até os dias atuais. O movimento dos filósofos, pensadores e intelectuais brasileiros de se voltarem para a Europa e Estados Unidos para se inspirarem e elaborarem suas obras e teorias foi (e é) algo recorrente. Destacar as duas correntes filosóficas iniciais que ganharam destaque em solo brasileiro: a jesuítica e o ecletismo de Victor Cousin. Pode-se montar um quadro comparativo entre as duas correntes, elencando suas principais características. A **questão** (**p. 73**) é uma oportunidade para o aluno refletir sobre a relação entre razão e fé.
- **O ecletismo brasileiro (p. 73).** Abordar essa corrente filosófica destacando suas características e sua origem. As

MODERNA

aberturas da filosofia cristã à ciência moderna. A escola eclética conciliou aspectos de teorias diferentes e teve como precursor, em Portugal e no Brasil, Victor Cousin. Chamar a atenção dos alunos para as características que o ecletismo assumiu em solo brasileiro e proponha a indagação a respeito da "cópia de ideias e correntes" que alega-se existir no Brasil em relação às ideias estrangeiras. Propor o debate: podem ser as ideias importadas? É importante explicar que, ainda que haja a tentativa de transposição de ideias de um local a outro, o modo como são interpretadas e apropriadas as modifica e as diferenciam das primeiras que lhe deram origem. Encaminhar a reflexão sobre o fragmento de Monte Alverne e destacar as diferenças que o ecletismo assumiu no Brasil.

- **Os intelectuais brasileiros e a tendência cientificista (p. 74).** Professor, chamar a atenção para a disseminação do cientificismo em boa parte da intelectualidade brasileira, no século XIX; isto é, a ideia de que só o conhecimento científico pode trazer progresso e evolução para a sociedade e os indivíduos. É nesse âmbito que correntes de pensamento com ideias evolutivas ou de progresso por etapas, do simples para o complexo, como o positivismo, materialismo, darwinismo e evolucionismo conquistam adeptos.

  Entre essas correntes, o positivismo de Comte, no período imperial e no início do republicano, tem aceitação de uma parcela expressiva dos intelectuais. Sua concepção de transposição do ideário, bem como metodologia, das Ciências Naturais para as Ciências Sociais, advogando que os fenômenos ou fatos sociais seguem leis precisas e imutáveis – basta lembrar que antes de "Sociologia" o nome da nova ciência fundada por esse pensador teria o nome de "Física Social" –, assim como a sua defesa de que o estágio positivo, o do desenvolvimento do capitalismo industrial, é o estágio definitivo que será alcançado por meio da evolução da sociedade, o que ia ao encontro dos desejos e interesses dessa intelectualidade. Nesse aspecto, vale relembrar que muitos republicanos eram também positivistas.

  Assim, além das ideias de Darwin relacionadas ao campo da Biologia, as ideias evolutivas aplicadas à sociedade marcaram sua presença na mentalidade brasileira da época, com destaque para o pensamento de Herbert Spencer – que teve em Silvio Romero, entre outros, um admirador –, para o qual tudo progredia de uma forma menos coerente para algo mais harmonioso. É importante ainda esclarecer ao aluno e estimular reflexões sobre a utilização de teorias evolutivas e raciais para justificar o predomínio de um povo ou país sobre outro.

  Após a abordagem do texto didático, encaminhe o desenvolvimento da questão (**p. 74**) que propõe ao aluno analisar a possibilidade de aplicar o mesmo método utilizado para estudar os fenômenos naturais para a dinâmica da vida em sociedade. Professor, escrever no quadro algumas expressões que servirão de dicas à classe: "leis invariáveis"; "elementos que se modificam no tempo e espaço". Isso auxiliará o aluno a tecer relações e a elaborar seu texto-resposta verificando que as sociedades devem ser estudadas, preferencialmente, à luz de seu contexto e variam conforme o tempo e o lugar. Além disso, destacar a leitura da imagem **A redenção de Cam** (**p. 75**), explorando seus detalhes. Caracterizar cada personagem e problematizar a legenda. Indagar de que modo a imagem está associada ao conteúdo do capítulo.

Sugestão de atividade

Realismo brasileiro

Um estilo artístico que se tornou bastante conhecido entre os anos de 1850 a 1900 foi o realismo. A corrente foi assim chamada por tomar como tema a realidade cotidiana dos trabalhadores e atores sociais e representá-la de maneira objetiva. A estética realista traz em seu cerne um posicionamento político e filosófico do ser humano diante da modernidade em constante transformação.

Proponha uma pesquisa sobre Modesto Brocos e outros artistas e obras dessa corrente. A partir dessa pesquisa, o aluno poderá travar contato com outras características do contexto histórico e filosófico do realismo brasileiro abordadas nesse capítulo. Entre as obras que apresentam indícios dessa realidade, estão as de Belmiro de Almeida (1858-1935) e de Almeida Júnior (1850-1899). Do primeiro artista, há a obra **Arrufos** (1897), uma expressão do cotidiano da burguesia. Vale conferir, também, as obras de Almeida Júnior mais próximas dos grupos sociais menos privilegiados, como **Caipira picando fumo**, que evidencia um olhar sobre a população do sertão brasileiro.

Aprender a argumentar (p. 76)

A proposta dessa atividade é possibilitar a aplicação dos conhecimentos adquiridos nessa seção em outro capítulo. Dessa vez, o aluno é convidado ao exercício de leitura e compreensão das ideias de Russel para, então, organizar uma argumentação com base na leitura, identificando suas premissas e conclusão.

Laboratório de Ciências Sociais e Humanas Aplicadas (p. 77)

A seção propõe o aprofundamento de algumas ideias estudadas no capítulo. No **Doc. 1**, o filósofo Franklin Leopoldo Silva estimula reflexões acerca do fazer filosófico, em especial da filosofia brasileira e suas relações com as correntes europeias ou a tradição filosófica. Pede-se ao aluno, além da compreensão do texto, sua reflexão sobre a possibilidade de um fazer filosófico original, regional, em tempos de globalização e cibercultura. O **Doc. 2** é um escrito de Comte, que possibilita ao aluno entrar em contato direto com algumas formulações importantes desse pensador, mesmo em um trecho de texto curto, que trata de noções como progresso e leis sociais invariáveis, conceitos tratados no livro didático.

EM OBRA

■ Atividades (p. 78)

O conjunto de atividades propostas visam à retomada das principais questões e habilidades exploradas ao longo dos quatro capítulos da segunda unidade. A **atividade 1** retoma a questão da formação da identidade nacional (**capítulo 6**) à luz das palavras de José de Alencar, literato brasileiro representante da corrente romântica (sec. XVIII). O fragmento destaca a importância dos "mestres das palavras", ou seja, dos poetas, escritores e outros para construção da ideia de brasilidade. A **atividade 2** também retoma a questão da identidade nacional, a partir da interpretação de um poema do modernista Oswald de Andrade.

Pesquisar

O objetivo da atividade é propor aos alunos uma pesquisa e uma análise a partir do levantamento de informações sobre as relações que as pessoas de sua convivência diária têm com os meios de comunicação. Com isso, pretende-se conduzi-los a uma desnaturalização dos elementos e das dinâmicas que lhes são familiares. A partir de um exercício etnográfico, possibilita-se que o aluno compreenda – tomando seu cotidiano como parâmetro – como se estabelecem as relações dos indivíduos com os meios de comunicação e as mídias sociais. Ao tornar o local que ele habita como centro de referência para essa análise, é esperado que o aluno também se veja como alguém sujeito à influência dos meios de comunicação.

■ Aprofundar o conhecimento (p. 79)

A seção apresenta um texto de Mary del Priore, cujo olhar nos aproxima da biografia de Maria Leopoldina. A historiadora é conhecida por sua extensa produção, em parte, bastante próxima à História Cultural, enfocando a questão de gênero, dos espaços, das sociabilidades e das sensibilidades. O texto proposto aproxima-se da atual história biográfica. Diferentemente da antiga historiografia biográfica do século XIX, a historiadora apresenta nuanças da vida e da personalidade da imperatriz do Brasil que favorecem a compreensão do contexto político e cultural brasileiro.

Sugestões de leituras

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

JUSTAMAND, Michel. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII:* estratégias de resistência através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido:* os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Leituras complementares

1

O Brasil poderia ser outro Brasil

Recomendada para o professor de História

"[...] o transplante da corte portuguesa, não importa qual tenha sido sua motivação, não só preservou a base de legitimidade como a aproximou dos súditos americanos. Na hipótese da ausência da corte bragantina na América, a enorme colônia, escassamente povoada, cujos meios de comunicação quase que se limitavam às rotas marítimas entre as cidades litorâneas, tenderia a seguir o mesmo caminho de sua contrapartida hispânica, isto é, o caminho da fragmentação. Pode-se dizer, assim, que a transposição da corte foi a causa necessária, embora não suficiente, para o bem ou para o mal, da existência do Brasil assim como ele é hoje conhecido. Estabelecida no Rio de Janeiro, a corte transformou a sede de vice-reinado em centro político efetivo, tanto pela presença nele de toda a máquina administrativa metropolitana quanto pela presença da figura do monarca, fonte de legitimidade que por três séculos comandara a obediência dos súditos americanos do Império Luso. Em 1830, a América portuguesa transformara-se no Império Brasileiro, composto de 18 províncias. [...]

O período regencial (1831-1840) reproduziu no Brasil a fase tumultuada por que passou a América hispânica entre 1810 e 1825, às voltas com a construção de seus Estados nacionais e de seus sistemas republicanos de governo. [...]

Nessa fase, tornou-se claro para os que valorizavam a manutenção das unidade do país, entre os quais se encontravam toda a elite política nacional treinada em Coimbra, a burocracia do Estado central, o grande comércio da capital e a nova agricultura cafeicultora da província do Rio de Janeiro, que sem a monarquia o país se fragmentaria. [...]

A agitada fase regencial foi interrompida pela antecipação da maioridade de d. Pedro II, em 1840. [...] Oito anos depois fracassava a última grande rebelião, de novo em Pernambuco, e a unidade do país estava consolidada."

CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. *In*: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 19-20. v. 2.

2

A importância da comunidade étnica

Recomendada para o professor de Sociologia

"Não há homem sem comunidade étnica. Os homens nascem com a potencialidade de desenvolver personalidade e condição humana. Mas isso é uma mera virtualidade, que só se realiza, se concretiza, se o homem cresce numa comunidade portadora da condição

MODELO

humana, ou seja, portadora de uma cultura que o humanize. É pelo convívio dentro dessa comunidade que cada ser humano se apropria da língua do seu povo e, já no corpo da língua, de uma massa imensa de conhecimentos que catalogam e denominam as coisas, mostrando de que modo elas se transformam no tempo e variam no espaço.

O passo essencial para alcançar a condição humana é o domínio desse instrumento que é a comunicação através da fala. Com ela pode reportar-se ao passado, configurar realidades ausentes, supor como será o futuro, acumular toda uma massa de saber verbalizado. Além da fala, é naquela comunidade étnica que cada ser humano aprende os elementos indispensáveis para se desempenhar como homem, à base de conhecimentos e de sentimentos coparticipados.

Cada comunidade étnica domina e transmite um corpo de saberes e técnicas, através dos quais ela se relaciona com a natureza circundante para tirar dela o que necessita para se nutrir e viver. [...] A vantagem da adaptação cultural é que ela pode variar muito de comunidade a comunidade e, numa mesma comunidade, variar extensamente no tempo pelo domínio de novos saberes.

O que caracteriza uma comunidade étnica e constitui a base de seu ser e de sua existência é, fundamentalmente, a sua língua e seus saberes verbalizados, bem como o espírito de comunidade, o sentimento de participação num grupo humano exclusivo e exclusivista, a respeito do qual desenvolvem as mais altas lealdades e, a partir delas, criam um sentimento de rejeição a todos os demais grupos.

[...] As comunidades étnicas têm um outro componente fundamental, que é um corpo de valores, de crenças, de ideias, configurado como seu sistema ideológico. Ele é que orienta a conduta religiosa, a conduta artística, a criatividade e a conduta ética de cada pessoa humana.

[...] A comunidade étnica dotada desses valores, servida por esses saberes, é extraordinariamente resistente. Para mim, a surpresa maior em meus estudos de antropologia foi descobrir o imenso poder dessas comunidades étnicas, sua capacidade de se manter e de permanecer. Sempre me perguntei o que é necessário para que uma comunidade étnica sobreviva. É quase incrível, mas ela resiste a qualquer condição imaginável de repressão e de perseguição, se não há uma destruição física das pessoas ou um desgarramento e total isolamento de seus membros."

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2015. p. 77-79.

UNIDADE 3 A república na América Latina

O trabalho proposto na Unidade 3 tem como foco discutir, a partir da perspectiva da **História** e da **Sociologia**, as bases em que se fundamentou o ideal republicano na América Latina a partir do final do século XIX. A transição da monarquia para a república, no Brasil, provocou entusiasmo em alguns setores, conforme discutido no **capítulo 9**. No entanto, o novo regime manteve a estrutura oligárquica do período colonial, declinando da tarefa de promover a inclusão social dos libertos e de outros setores oprimidos da sociedade brasileira. Os conflitos não tardaram, conforme será abordado no **capítulo 10**. O Estado Novo, inicialmente, visou dirimir as resistências com uma política de conciliação de diferentes setores da sociedade brasileira. O pacto social que caracterizou o governo Vargas tinha como base o reconhecimento dos trabalhadores, fato que, para muitos pesquisadores, não condiz com a ideia de populismo, conceito analisado no **capítulo 11**. A unidade se encerra com o **capítulo 12,** que analisa a conjuntura histórica da instauração do governo civil-militar brasileiro na década de 1960, destacando o apoio estadunidense nesse processo.

Objetivos da unidade

- Apropriar-se gradativamente dos conceitos, ferramentas de pesquisa e instrumental de análise dos componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (**Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2**)
- Atribuir sentido à aprendizagem, associando os conteúdos estudados às questões emergentes na sociedade contemporânea, em âmbito local, regional, nacional e global. (**Competência Geral da Educação Básica 1**)
- Desenvolver a capacidade de leitura e de expressão em diferentes linguagens. (**Competência Geral da Educação Básica 4** e **5**)
- Compreender o contexto social, econômico e político em que a república foi proclamada no Brasil, reconhecendo a ausência de um projeto de democratização política e social por parte do novo regime. (**Competências Gerais da Educação Básica 7 e 9**)

MODERNA

- Comparar e caracterizar os principais movimentos sociais da Primeira República, reconhecendo neles a expressão de um Brasil excludente e oligárquico.
- Compreender os principais embates políticos que marcaram a república brasileira entre 1930 e 1964 como a disputa entre dois projetos para o Brasil: o nacional-desenvolvimentista e o liberal. (**Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 3 e 10**)
- Conhecer as polêmicas que envolvem o conceito de "república do café com leite" e populismo, bem como o caráter do Estado Novo. (**Competências Gerais da Educação Básica 1, 2, 7, 8, 9 e 10**)
- Exercitar a empatia, sabendo colocar-se no lugar do outro e defendendo a resolução de conflitos por meios pacíficos. (**Competências Gerais da Educação Básica 8 e 9**)
- Valorizar e defender os Direitos Humanos, pautando sua conduta por princípios éticos e democráticos. (**Competências Gerais da Educação Básica 8, 9 e 10**)
- Desenvolver a capacidade de argumentação. (**Competência Geral da Educação Básica 7**)
- Ampliar progressivamente autonomia na aprendizagem. (**Competência Geral da Educação Básica 10**)

Abertura: As mazelas da república brasileira

O tema abordado nessa abertura, a corrupção na política brasileira, nunca foi tão relevante para a reflexão, o debate e a ação como na segunda década do século XXI. Não porque a corrupção no nosso país tenha surgido ou crescido recentemente, pois há evidências de que essa prática acompanha a história do Brasil desde o início da colonização. A diferença é que agora, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, as denúncias de corrupção têm vindo à tona, se espalhado pelas redes sociais e chegado ao conhecimento de milhões de cidadãos brasileiros. Segundo o Ministério Público Federal, o volume de dinheiro público desviado pelos diferentes canais criados para o funcionamento dos esquemas de corrupção no país, nos níveis municipal, estadual e federal, e envolvendo os Três Poderes, está estimado em 200 bilhões de dólares por ano. Esse valor seria suficiente para cobrir o déficit da Previdência e ampliar os investimentos em saúde e educação. A corrupção é crime e, em um país com graves distorções sociais, baixa qualidade dos serviços de educação e saúde e falta de moradias para milhões de pessoas, chega a ser hediondo que uma prática como essa continue sangrando os cofres públicos e ampliando a distância entre ricos e pobres. Por isso, reforçamos mais uma vez a pertinência de debater o tema com o objetivo de criar mecanismos para o controle do dinheiro público e a punição dos corruptos e dos corruptores.

A reforma política, tema muito discutido na mídia desde o governo de Dilma Rousseff, vai muito além da reforma do sistema eleitoral, que tem sido o eixo das reformas políticas realizadas no Brasil desde o início da república. Tão ou mais importante que o direito ao voto, o financiamento público exclusivo das campanhas e a fidelidade partidária é assegurar que o poder emane de fato do povo, que a democracia representativa não elimine a democracia direta e participativa e que a população exerça efetivamente o poder de decisão garantido pela Constituição de 1988. Sobre o tema da reforma política, sugerimos a leitura do artigo *Reforma do sistema político: devolver o poder ao povo*, de José Antônio Moroni, publicado no *site* do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), entidade não governamental que luta pela construção de uma democracia efetiva no Brasil. Disponível em <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/reforma-do-sistema-politico-devolver-o-poder-ao-povo>. Acesso em 3 jun. 2020.

A questão proposta para o debate é a presença da corrupção ou da "cultura do levar vantagem em tudo" na vida do cidadão comum. Quantas pessoas não se indignam com a corrupção praticada nas altas escalas do poder, mas ao mesmo tempo praticam suborno para a obtenção de gabaritos de exames vestibulares, concursos públicos ou provas do Enem? Quantos brasileiros não pagam para obter a carteira nacional de habilitação para dirigir sem passar pelo exame prático? Quantos ainda não fazem uso de relações pessoais privilegiadas para ascender profissionalmente? A "cultura do levar vantagem em tudo" é uma forma de corrupção moral presente em ações, como as descritas a seguir, que fazem parte do cotidiano dos brasileiros: furar a fila do ônibus ou do trem; trafegar pelo acostamento nas rodovias para escapar dos congestionamentos; cruzar o sinal vermelho; apropriar-se de um objeto encontrado no transporte público em vez de entregá-lo ao setor de achados e perdidos; ignorar a lei que garante assentos preferenciais no transporte público. Logicamente não se podem colocar no mesmo nível o crime de um agente público subornado por um frigorífico para autorizar a comercialização de carne adulterada – ou de um político que frauda uma licitação para beneficiar a empreiteira que financiou sua campanha – e o ato de um trabalhador que furou a fila do ônibus para garantir um assento durante a viagem. Porém, quando nos acostumamos a naturalizar as transgressões cotidianas colaboramos para construir uma cultura de tolerância com os grandes crimes. Professor, a reflexão e o ponto de vista que expressamos aqui não devem ser considerados uma agenda a ser seguida, uma perspectiva a ser acatada, uma verdade que não possa ser questionada. O nosso objetivo é oferecer subsídios para o debate em sala de aula, o que não impede que o professor, ao discutir a corrupção e a reforma política com seus alunos, exponha outra visão sobre os dois temas.

Capítulo 9 A Primeira República no Brasil

O capítulo tem como foco discutir, a partir da perspectiva da **História** em diálogo com a **Sociologia,** a transição da mudança de regime político no Brasil e as questões políticas suscitadas naquele contexto. Chamamos a atenção para a questão do exercício da cidadania que não surgiu logo após

REPRODUÇÃO

a proclamação da república, mas foi conquistada aos poucos. Mesmo assim, nos anos iniciais, o republicanismo, atrelado à economia cafeeira, proporcionou um clima de euforia e entusiasmo em relação ao futuro por parte das elites das principais capitais brasileiras.

Objetivos do capítulo

- Compreender a transição da mudança de regime político no Brasil, analisando e comparando diferentes fontes históricas. **(EM13CHS101; EM13CHS104; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Analisar e discutir a produção historiográfica a respeito do fim da monarquia e da instauração da república. **(EM13CHS101; EM13CHS103)**
- Caracterizar o contexto da Primeira República, considerando as práticas políticas, as instituições, a organização e a distribuição do poder em território nacional. **(EM13CHS103; EM13CHS104; EM13CHS402; EM13CHS503; EM13CHS603; EM13CHS604)**
- Descrever o conceito de coronelismo e discutir sua oposição à ideia de democracia e de cidadania. **(EM13CHS101; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS603; EM13CHS604)**
- Caracterizar o processo de nascimento da indústria brasileira e identificar a atuação dos imigrantes europeus na formação do operariado industrial brasileiro. **(EM13CHS101; EM13CHS205; EM13CHS402; EM13CHS603)**
- Identificar algumas mudanças no espaço urbano da capital federal e da capital paulista, sob influência do ideário europeu, e os impactos dessas mudanças para a população mais pobre. **(EM13CHS101; EM13CHS104; EM13CHS205; EM13CHS503; EM13CHS602)**

Sugestões de encaminhamento didático

Afinal, o que é república? Explorar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito dos significados que eles atribuem à palavra "república" e elaborar um mapa mental no quadro com as principais ideias. Perguntar aos alunos sobre as características da república brasileira; se pode ser considerada recente; se está totalmente consolidada em nosso país; se a palavra está relacionada à democracia; se sim, perguntar qual seria essa relação. Abrir espaço suficiente para as respostas e as hipóteses elaboradas pelos alunos. Durante a abordagem do texto didático, também, sugerimos:

- **O fim da monarquia em terras brasileiras (p. 81-83).** Destacar a república como um evento que ocorreu "de cima para baixo", no sentido de se realizar no país como uma imposição (golpe) da elite militar e liberal, sem nenhuma participação expressiva da população brasileira em geral. Dividir a classe em três grupos. Cada um deles se encarregará de sistematizar as principais informações sobre as maneiras como a historiografia interpretou a proclamação da república no Brasil. Dessa maneira, organizam-se do seguinte modo:
  - ✓ **1º grupo:** informações da **página 81**, mapeando as primeiras interpretações, a partir do entendimento dos republicanos, monarquistas e, em especial, a de Oliveira Viana.
  - ✓ **2º grupo:** informações da **página 82**, mapeando as interpretações alinhadas ao marxismo, enfocando, principalmente, as visões dos historiadores Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré.
  - ✓ **3º grupo:** informações das **páginas 82** e **83**, no tópico "Uma interpretação recente do fim da monarquia", enfatizando o entendimento de José Murilo de Carvalho a respeito das tensões que marcaram os anos finais da monarquia brasileira. Professor, dividir o quadro em três blocos (interpretação republicana/monarquista (Oliveira Viana – interpretação marxista – interpretação atual). À medida que os grupos listam as características de cada uma das interpretações, anote-as nesse esquema didático, favorecendo a comparação entre as perspectivas historiográficas.
- **A primeira Constituição da república (p. 83-84).** Propor aos alunos a seguinte questão: por que a república que se instalou inicialmente no Brasil tinha menos relação com os princípios liberais e democráticos do que com os princípios oligárquicos conservadores? Em seguida, peça à classe que busque a resposta nos três primeiros parágrafos do texto desse subtítulo. Destacar ainda: o projeto federalista para a república; a descentralização do poder e a sua tripartição (destacá-la como permanência histórica); a questão da representatividade política e do voto direto (retomar a comparação com a democracia grega, que permitia aos próprios cidadãos votar diretamente as leis e tomar as decisões da vida pública) e o laicismo do Estado brasileiro. Encaminhar a leitura da charge (**página 83**) chamando a atenção dos alunos para a pouca participação da população na instalação da República. Analisar criticamente a fala dos personagens (dos cidadãos comuns) que demonstram entenderem os processos políticos à medida que o povo é impactado cotidianamente por eles. Professor, para enriquecer a leitura da charge, expor o fragmento a seguir, retirado de uma revista da época, que comenta a participação popular:

> "Todos aquelles que amam esta patria abençoada devem tambem amar a republica, único governo possivel ao Brazil, embora houvesse apparecido abruptamente, no meio do riso escancarado da multidão palerma que, tonta, boquiaberta, atordoada pelos estampidos dos vagalhões [...] que se abatiam sobre os recifes da patria, recebeu-o nos braços como receberia uma criança loura e perfumada".
>
> *Revista do Club Curitibano*, 15 nov. 1890, n. 21, p. 1-2.

Solicitar que os alunos desenvolvam argumentações com base em fontes e dados atuais. Em seguida, desenvolver a questão, que propõe a aplicação das categorias de duração temporal do historiador francês F. Braudel à cronologia da Primeira República que consta na **página 84**.

Sugestão de atividade

A Primeira Constituição

Peça aos alunos que organizem um quadro esquemático dos princípios da primeira constituição republicana brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Segue um modelo:

- Forma de governo – *republicano*
- Forma de Estado – *federalista* (os estados teriam autonomia para eleger governadores e deputados, elaborar suas próprias leis, na condição de que tais leis não contrariassem a Constituição Federal)
- Sistema de governo – *presidencialismo* (o presidente da República exerceria o cargo de chefe de Estado auxiliado por ministros de Estado)
- Organização de poderes – *poder tripartido: Executivo; Legislativo e Judiciário*
- Direito ao voto – *homens, de nacionalidade brasileira, maiores de 21 anos* (exceção feita aos analfabetos, mendigos, soldados, às mulheres e aos religiosos sujeitos à obediência eclesiástica)

- **República sem democracia nem cidadania (p. 84-85).** Chamar a atenção da classe para esse subtítulo. Retomar a questão da democracia e dos ideais liberais que, mesmo quando declarados, nem sempre se efetivaram e representaram a existência da liberdade e da igualdade de direitos entre a população. No caso do Brasil, o federalismo foi o consolidador da formação das oligarquias locais e do coronelismo (**página 85**). A república não criou mecanismos para estimular a participação política das camadas populares.
- **A nascente indústria em uma economia agroexportadora (p. 86).** Abordar o surgimento de uma indústria nacional de bens de consumo duráveis já no final do século XIX, contrariando a ideia de que a industrialização brasileira somente surgira com o primeiro governo de Vargas. O capital investidor das indústrias adveio dos lucros da exportação de café, considerando que mais de 80% do café consumido no mundo tinha origem brasileira na época. Fornecer aos alunos, se possível, mais alguns dados referentes ao contexto histórico em que se iniciou a industrialização brasileira: surgimento das vias férreas; os portos de Santos e do Rio de Janeiro foram reformados e adequados à exportação; vinda de imigrantes etc.
- **A reforma urbana no Rio de Janeiro (p. 86-88).** Explicar que a onda "modernizadora" do Brasil, entre o final do século XIX e XX, também propiciou o desenvolvimento dos centros urbanos com a chegada de novos artefatos advindos do exterior, como o cinematógrafo, o telefone, o gramofone, o fonógrafo e os automóveis. A diversão e o lazer que a cidade oferecia se tornaram bastante apreciados em um período no qual a burguesia passou a impor a maior parte de seus valores. Sair às ruas movimentadas, frequentar os bares e cafés eram os programas da elite citadina. Apesar de a maior parte da população, na época, ser analfabeta, houve um verdadeiro "boom" na produção de revistas e jornais graças às técnicas tipográficas que chegavam da Europa. Essa pretensa "modernidade" apresentou diferentes facetas; ao mesmo tempo que trouxe vida às capitais do país, também desencadeou o "Bota-abaixo" no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina e a crise demográfica e habitacional em São Paulo (ver texto *A Vila Maria Zélia*, na **página 88**). Professor, se possível, contextualizar esse período expondo algumas imagens de época à classe. No livro do aluno há a sugestão do **Para navegar** (**página 86**) e, também, recomendamos a visita ao seguinte *site*:

  Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. **Portal Augusto Malta.** Disponível em <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>. Acesso em 1º set. 2020.

De olho no presente (p. 87)

A seção propõe aprofundar a abordagem do texto didático acerca das reformas desencadeadas no contexto já citado. Retomar a reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro promovida por Pereira Passos (1902-1906), que a transformou em um enorme canteiro de obras. As antigas ruas foram substituídas por avenidas largas e iluminadas por lampiões elétricos, uma novidade vinda da Europa. Além dos becos e ruelas, outro alvo da urbanização foram os cortiços, ocupados pela população menos favorecida. A ação de Pereira Passos agradou muito às classes mais abastadas. Mas, para parte da população, em especial a carente, as obras significaram falta de abrigo e de moradia. Por isso, após a destruição de seus cortiços, muitos começaram a habitar as regiões mais afastadas do centro da cidade, principalmente próximo às encostas dos morros.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 89)

Neste laboratório, é apresentado o texto de uma entrevista com Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, doutora em História pela UFRJ, que se dedica aos estudos sobre a história da política e da democracia brasileiras (**Doc. 1**). O segundo documento, ainda mais emblemático, apresenta uma imagem capaz de informar uma perspectiva não comumente abordada a respeito da população negra pela historiografia (**Doc. 2**). As questões referentes a esse documento propõem a fruição da imagem pelos alunos, a análise como documento histórico e o levantamento de hipóteses.

Capítulo 10 Protestos contra a república oligárquica

O capítulo discute o contexto das primeiras décadas em que vigorou a República no Brasil, caracterizadas por uma série

EM MODERNA

de conflitos. Algumas regiões apresentavam focos de revolta motivados ora pelo desejo separatista, ora por contestar a política oligárquica brasileira. As forças armadas tiveram um papel fundamental em apaziguar tais conflitos e manter a unicidade do território brasileiro. A partir da perspectiva da **História**, discutiremos a Guerra de Canudos (1893-1897), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910) e a Guerra do Contestado (1912-1916).

Objetivos do capítulo

- Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas que ofereçam subsídios à compreensão dos conflitos e revoltas eclodidos nas primeiras décadas da república brasileira. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS104; EM13CHS106; EM13CHS404; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS606)**
- Compreender, com base em elementos históricos, manifestações de cunho cultural-religioso que surgiram na passagem do século XIX para o XX no Brasil. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS105; EM13CHS503; EM13CHS606)**
- Examinar os fatores que desencadearam revoltas no exército e na população sertaneja na passagem do século XIX para o XX, considerando a permanência das desigualdades e da exclusão social e o impacto dessas condições para a população mais pobre. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS402; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS606)**
- Compreender a constituição do movimento operário no Brasil. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS402; EM13CHS404; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS606)**
- Interpretar o aspecto testemunhal e memorialístico da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS104; EM13CHS104; EM13CHS106; EM13CHS606)**
- Conhecer as condições de vida de mulheres e crianças que trabalharam no ambiente fabril brasileiro do início do século XX. **(EM13CHS101, EM13CHS104; EM13CHS105; EM13CHS402; EM13CHS404; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS606)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para iniciar a abordagem, indagar se já ouviram falar de Canudos, de modo a explorar os conhecimentos prévios dos alunos. Lançar outras perguntas geradoras como: quais foram as motivações desse movimento? Onde ocorreu? Durante a abordagem do texto didático, também sugerimos:

- **As desilusões com o novo regime (p. 90-91).** Retomar com a classe pontos do conteúdo do capítulo anterior, especialmente as consequências do surgimento da república. A expectativa inicial despertada pelo novo regime político, de renovação do campo, tornou-se frustrada uma vez que, mesmo apesar de ter originado uma nova constituição, leis e instituições, as oligarquias continuaram à frente dos partidos políticos e da representação da população. Assim, mesmo existindo no Brasil um Estado republicano – em tese, sinônimo de progresso e liberdade –, na prática, era a influência pessoal de uma minoria oligárquica que continuou a dominar o Estado.

  É importante levar os alunos a perceberem que a tão almejada democracia demorou para existir no Brasil e que o direito de votar e ser votado com total liberdade é algo recente em nosso país. Lançar a indagação: como a população pode ter se desiludido com o novo regime se a participação popular nesse processo foi quase nula (visto no **capítulo 9**)? Esclarecer que à medida que se delineou a república brasileira, ocorreu o envolvimento dos diferentes segmentos sociais com a política e a participação popular começou a tomar força. O cenário foi caracterizado pelo historiador José Murilo de Carvalho:

  > "Se na proclamação da República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais frequentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas e quebra-quebras.
  >
  > [...] De uma afirmação inicial de apatia, de inexistência de povo, passa-se então para outra, que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista. Não eram cidadãos. Era a 'mob' ou 'dregs' ('escória') para o representante inglês; a 'foule' para o francês; a 'canalha', a 'escuma social' para o português, quando não eram simplesmente bandos de negros e mestiços".
  >
  > CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 69-72.

- **Canudos: a cidadela de Deus (p. 91-93).** Destacar as condições socioeconômicas e políticas que contribuíram para o fortalecimento do messianismo de Antônio Conselheiro e de outros líderes religiosos, especialmente a ausência de um projeto de inclusão social e de efetivação democrática. Tanto Canudos como os demais movimentos caracterizados nesse capítulo tiveram esse ponto como principal motivação. Após essa reflexão, propor aos alunos a leitura do texto didático destacando as principais características do movimento de Canudos, bem como a atuação de Antônio Conselheiro. Destacar a importância de *Os sertões* como fonte histórica desse contexto. Se possível, construir coletivamente com os alunos uma linha cronológica, desde o surgimento até a extinção do movimento, conforme o exemplo a seguir.

EXPOENTE

CANUDOS: FUNDAÇÃO E QUEDA

1893 – Fundação do arraial de Canudos.

Nov. 1896 – Três oficiais e centenas de soldados são enviados na primeira expedição para destruir Canudos. Derrotadas, as forças oficiais batem em retirada.

Jan. 1897 – 14 oficiais e 543 soldados, sob o comando do major Febrônio de Brito, partem na segunda expedição contra Canudos. Nova derrota das forças oficiais.

Mar. 1897 – Dezenas de oficiais e 1.300 soldados são enviados na terceira expedição contra Canudos. O coronel Antônio Moreira César, comandante da expedição, é morto e as forças da república são derrotadas.

Jun. 1897 – Batalhões de todos os estados, organizados pelo governo federal e liderados pelo general Arthur Oscar, partem na quarta expedição contra Canudos. Duas colunas de soldados reuniam cerca de 5.350 homens, os quais foram reforçados posteriormente com o envio de mais 5 mil soldados.

Out. 1897 – Após meses de combates, o arraial de Canudos é destruído.

Fonte: CUNHA, Euclides. *Os sertões*: campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

- **O Contestado: o messianismo no sul do Brasil (p. 94-95).** Iniciar a abordagem desse movimento a partir da leitura do mapa e da imagem da **página 94**. Interpretar a fotografia histórica para possibilitar que os alunos identifiquem algumas das características do movimento mencionado e a atuação do líder José Maria. Em seguida, dividir a turma em grupos e solicitar que elaborem um quadro comparativo entre o movimento de Canudos e o do Contestado. Esse quadro-panorama servirá como base para a resolução das questões, na **página 95**.
- **A Revolta da Chibata: uma rebelião na marinha do Brasil (p. 95-96).** Destacar os elementos contextuais que contribuíram para a eclosão dessa rebelião como: o fim da escravidão (1888), a Revolta da Vacina (1904), a mobilização operária do início do século XX, a revolta do Encouraçado Potemkin, na Rússia (1905), e o contato dos marinheiros brasileiros com trabalhadores de outros países. Salientar o estopim da revolta e a figura de Marcelino Menezes. É importante alertar que, antes desse evento, a situação de tensão na Marinha já era agravada pelas relações hierárquicas e rígidas entre os oficiais e marinheiros, sendo estes comumente recrutados junto ao segmento mais pobre da população. Essa diferença social se refletia no tratamento dispensado aos marinheiros, sujeitos aos castigos corporais impostos pelos oficiais, entre eles apanhar de chibata, vara longa de junco ou cipó, usada para fustigar animais ou castigar pessoas (escravos, marinheiros). Sugerimos também o trabalho com a canção *O mestre-sala dos mares*, cuja letra, de composição de Aldir Blanc e João Bosco, é uma homenagem a João Cândido. A fotografia desse personagem histórico está na **página 96**.
- **Operários: suas lutas, ideias e formas de organização (p. 96-97).** Caracterizar a classe operária brasileira do início do século XX: suas diferentes origens e as condições precárias de moradia e de trabalho. À medida que se encaminhar a leitura do texto didático, traçar um panorama das greves no Brasil, considerando: as greves no Rio de Janeiro; a integração dos imigrantes na cidade e fábricas de São Paulo e a introdução das ideias anarquistas no país; a criação da Confederação Operária Brasileira e a greve geral de 1917. Professor, propor a leitura da tabela "Mulheres e homens nas fábricas têxteis, alimentícias e metalúrgicas do Rio de Janeiro e de São Paulo (1919)", na **página 97**. A partir da análise, propor o desenvolvimento das questões da mesma página. Se possível complementar a abordagem desse assunto com a questão da luta pelo voto feminino que ocorreu concomitante à inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho fabril. O início dessa luta deu-se a partir de 1910, quando a professora Deolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro. A intensificação das reivindicações ocorreu a partir de 1919, quando a bióloga Bertha Lutz fundou a Liga pela para a Emancipação Intelectual da Mulher.
- **O movimento operário em São Paulo e a greve geral de 1917 (p. 98)** Nesse tópico, destacar o café e a imigração como fatores que fazem parte do mesmo processo de modernização do capitalismo no Brasil e que ajudaram a criar as condições para o desenvolvimento da indústria no país. Nesse contexto, nasceu o movimento operário brasileiro. Destacar a criação da Confederação Operária Brasileira, em 1906, e, posteriormente, a greve de 1917. Proponha aos alunos uma pesquisa sobre outros levantes e organizações de trabalhadores que ocorreram no mesmo período, instigados e inspirados pelas ideias divulgadas pelos imigrantes que chegaram ao país. As questões da **página 98** destacam a importância das revistas e jornais que circularam nas cidades brasileiras no início do século, como veículos de debates políticos e de disseminação de ideias que favoreceram a organização de movimentos de trabalhadores. As questões também propõem a análise de uma fonte histórica que é a capa de uma das revistas operárias que circularam nesse mesmo contexto.

Sala de bate-papo (p. 93)

A seção propõe a análise sobre a obra *Os sertões* como uma fonte histórica e, mais que isso, um monumento que busca preservar uma concepção específica do sertão brasileiro como local de genuína manifestação da brasilidade. Pode-se estabelecer uma relação com a discussão apresentada no **capítulo 6**, comparando a ideia de mestiço à de sertanejo.

MANUAL DO PROFESSOR

■ **Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 99)**

Nessa seção, é apresentado um breve trecho de *Os sertões* **(Doc. 1)**, em que o autor assume a posição declarada em defesa do movimento de Canudos. É essa a base da análise que as questões do item 1 irão propor aos alunos. O **Doc. 2**, um texto de Douglas Monteiro, compara a figura do monge com a do padre no contexto brasileiro oitocentista, na região do Contestado. A argumentação do historiador objetiva compreender a força do messianismo de José Maria na Guerra do Contestado. O **Doc. 3** refere-se a uma charge da revista *Careta*, de circulação no início do século XX, sobre a Revolta da Chibata. A revista foi bastante popular na época entre um público bastante variado.

Capítulo 11 Entre a ditadura e o populismo

O capítulo objetiva caracterizar, a partir da perspectiva da **História**, o governo de Getúlio Vargas, em seus diferentes governos, bem como analisar as alianças políticas e as reações e levantes populares ocorridos ao longo desse período, que se inicia com a chamada Revolução de 1930 e chega ao fim com a morte de Getúlio Vargas. Paralelamente ao estudo desse processo histórico, são problematizados conceitos amplamente utilizados para designar práticas políticas, tanto no presente como no passado (populismo, nazifascismo, integralismo, conservadorismo etc.).

Objetivos do capítulo

- Analisar a conjuntura histórica que possibilitou a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas no Brasil. **(EM13CHS101; EM13CHSA104; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Compreender os desdobramentos dos governos de Getúlio Vargas para o Brasil, em termos econômicos, político e sociais e caracterizá-los. **(EM13CHS101; EM13CHS104; EM13CHS501; EM13CHS503; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Caracterizar os instrumentos utilizados pelo Estado Novo para controlar o movimento sindical e os meios de comunicação e construir uma imagem positiva de seu governo. **(EM13CHS101; EM13CHS104; EM13CHS501; EM13CHS503; EM13CHS602)**
- Comparar o governo de Getúlio Vargas aos demais governos populistas latino-americanos à luz da revisão do conceito de populismo. **(EM13CHS101; EM13CHS103 EM13CHS104; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Utilizar diferentes linguagens para acessar informações e produzir reflexões sobre o contexto histórico de 1930 a 1945, destacando cartas, charges e material fotográfico. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS104; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Compreender a crise do governo Vargas e seu suicídio como expressões do conflito entre dois projetos políticos para o Brasil, um de caráter nacional-desenvolvimentista e outro de cunho liberal. **(EM13CHS401; EM13CHS402; EM13CHS602; EM13CHS603; EM13CHS606)**

Sugestões de encaminhamento didático

Durante a abordagem do texto didático sugerimos:

- **A crise do pacto oligárquico e a Revolução de 1930 (p. 100-102).** Proporcionar uma análise crítica da expressão "política do café com leite", apresentando os contrapontos da historiografia atual. Encaminhar o entendimento do movimento revolucionário de 1930 que depôs o então presidente Washington Luís. Vargas permaneceu no poder durante quinze anos, e seu governo se caracterizou principalmente pelo caráter nacionalista e populista. Encaminhar a leitura do boxe "O movimento tenentista" **(página 101)** e destacar o movimento como uma reação dos jovens oficiais do exército brasileiro contra a política nacional. Desse boxe, também destacar a Coluna Prestes como a junção da Coluna Paulista com a Divisão Grande. Essa marcha passou por praticamente todos os estados brasileiros com o objetivo de manter viva a proposta revolucionária.
- **O governo provisório e constitucional de Vargas (p. 102-104).** Destacar as principais medidas desse governo como: a dissolução do Congresso Nacional, a nomeação de interventores, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da legislação de proteção ao trabalho, entre outros. Quanto a esse último tópico, se possível, propor a análise do debate em torno dessas leis, atualmente, identificando argumentos daqueles que a defendem e dos que a elas se opõem. Com relação a esse período, mencionar a diminuição da autonomia dos sindicatos e da crescente dificuldade que encontraram em sua mobilização especialmente no tocante a greves. Contextualizar a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 retomando as medidas centralizadoras de Getúlio Vargas. Também destacar como motivo da revolta a nomeação de um interventor de outro estado para administrar São Paulo. Tais fatos originaram o descontentamento da oligarquia paulista que, com a classe média e os industriais, temia o autoritarismo de Vargas e defendia um modelo de Estado mais descentralizado. A reação do governo federal à revolução foi imediata. Com apoio da maior parte do exército, isolou e derrotou São Paulo em poucos meses.

  Vale destacar a visão da historiadora Marly de Almeida Vianna sobre as revoltas de 1935. Para ela, essas revoltas foram a continuidade das lutas tenentistas da Primeira República em defesa das camadas excluídas da sociedade brasileira e pela independência do país contra a exploração imperialista. O objetivo não era instaurar

CÓPIA

um Estado socialista, mas garantir aos brasileiros a verdadeira cidadania, projeto que o regime republicano havia abandonado. Nem mesmo Prestes tinha ainda uma convicção comunista na ocasião, como ele declarou mais tarde.

> "Houve muito de subjetivismo [...]. Pensávamos que éramos os donos da situação. Como os tenentes: faziam a revolução pelo povo e este adere. Em 1935 eu era um tenente. Estava muito longe ainda de ser um comunista, um marxista [...]. Esta é que é a realidade."
>
> PRESTES, Luís Carlos *apud* VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2. p. 97.

Encaminhar o desenvolvimento das questões da **página 103,** que podem ser desenvolvidas a partir da análise dos registros fotográficos da Revolução de 1932. Relacionar a Constituição de 1934 ao movimento de 1932, que, embora reprimido, serviu para alertar o presidente para o poder político das elites econômicas do São Paulo. A saída para amenizar o descontentamento daqueles que se opunham ao então governo foi convocar a Assembleia Constituinte e elaborar a nova carta constitucional. Para se explorar os tópicos dessa constituição, pode-se distribuir entre os alunos alguns de seus artigos de lei e solicitar que pesquisem a respeito e, em seguida, compartilhem entre os colegas as informações. Abordar o contexto de surgimento da Lei de Segurança Nacional. Mencionar o papel de Luís Carlos Prestes, líder do movimento tenentista, e de Olga Benário.

- **O golpe de 1937 e a ditadura do Estado Novo**, **O polêmico conceito de populismo** e **Centralização, repressão e propaganda no Estado Novo (p. 105-107).** Destacar as principais características que configuraram o Estado Novo. Abordar a aproximação com o nazifascismo e as razões pelas quais o governo de Getúlio Vargas é considerado populista, tal como o governo de J. Perón, na Argentina. É fundamental problematizar o populismo e essa abordagem da historiografia que entende a existência de uma passividade por parte dos trabalhadores durante o governo Vargas. Destacar o pacto político entre Vargas e o movimento sindical. Outro aspecto-chave referente ao Estado Novo é seu caráter centralizador e repressor, aspecto bastante evidenciado na carta constitucional de 1937. Desse documento, destaque: o fim das eleições nos estados da federação; a nomeação de interventores pelo governo federal; fim da liberdade de imprensa; o fim do federalismo e a dissolução dos partidos políticos. Outra medida repressora desse período foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por fiscalizar e censurar a imprensa da época, além de promover uma imagem positiva do presidente. Sobre esse assunto, promover o debate e a resolução da questão **(página 107)**.
- **Trabalho, cidadania e controle social** e **Intervencionismo econômico e nacionalismo (p. 107-108)** Nesse tópico são destacados aspectos que diferenciaram o Estado Novo de seus precedentes e que impactaram no desenvolvimento social e econômico do país. Encaminhar a leitura desse trecho, destacando os avanços promovidos nesse período. Primeiramente, destacar as leis trabalhistas e seu impacto no combate à pobreza. Retomar os entraves que Vargas impôs à organização sindical, que resultaram na retração do movimento no Brasil e no pacto político entre o governo e a liderança dos trabalhadores. As iniciativas governamentais para combater os efeitos da crise de 1929 no Brasil possibilitaram o "primeiro milagre econômico" e o desenvolvimento da indústria nacional de base e a exploração dos recursos naturais como o petróleo e do aço.
- **O fim do Estado Novo (p. 108).** Destacar nesse tópico: a crise de legitimidade que fragilizou politicamente Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial; a decisão de convocar eleições para a sucessão presidencial, em 1945; a anistia a todos os condenados políticos, a permissão do retorno dos exilados e a organização de partidos políticos.
- **Vargas retoma nos "braços do povo" (p. 109).** Destacar que, em seu último governo, as medidas de valorização da indústria nacional foram inicialmente bem recebidas. No entanto, o alto custo de vida e a incompatibilidade do salário mínimo desencadeou a insatisfação de setores trabalhistas, deflagrando greves no país. Chamar a atenção dos alunos para a atuação do jornalista Carlos Lacerda, como um dos representantes da oposição a Getúlio Vargas. Com o apoio dos outros meios de comunicação de época, exigiu a renúncia do presidente. O atentado de Carlos Lacerda foi crucial para a derrocada definitiva de Vargas, culminando no manifesto assinado por representantes das forças armadas do Brasil e na morte do presidente.
- **O peronismo na Argentina (p. 110).** Destacar o governo de Juan D. Perón, na Argentina do pós-guerra. Encaminhar a leitura do texto didático e solicitar aos alunos que elenquem algumas características em comum com o Estado Novo no Brasil. Também, destacar o papel desempenhado pela primeira-dama Eva Perón, no sentido de consolidar a boa imagem e o prestígio do presidente perante a população. Evita, como era chamada pelo povo argentino, realizou com sucesso um programa de assistência social com a distribuição de víveres às classes populares. Também desempenhou importante papel no movimento pelos direitos das mulheres.

De olho no presente (p. 104)

Esta é mais uma oportunidade para se explorar as relações possíveis, entre passado e presente, com o objetivo de identificar rupturas e permanências. Nessa seção, é problematizada a volta do integralismo ao cenário bra-

EDITORIA

sileiro atual. São explorados os limites e as contradições desse movimento com relação à busca por uma sociedade inclusiva e democrática. Também, solicita-se o posicionamento do aluno com relação à proposta do movimento. Se houver o compartilhamento de conhecimentos entre os alunos e, até mesmo, um debate, é fundamental a mediação do professor. É importante discutir a vigência das ideias do movimento em questão. Ao mesmo tempo, também é importante enfatizar os limites que tais ideias assumem se pensarmos no ideal de uma sociedade mais democrática para o futuro.

Sugestão de atividade

A última carta

Prestes, em um comício queremista, defendeu a permanência de Vargas na presidência, o mesmo político que dez anos antes decidiu deportar sua esposa, a judia alemã Olga Benário, para morrer em campo de concentração nazista.

Leia a seguir trechos da última carta escrita por Olga no campo de extermínio de Bernburg, na Alemanha, às vésperas de ser executada na câmara de gás.

"Queridos,

Amanhã vou precisar de toda a minha força e de toda a minha vontade. Por isso, não posso pensar nas coisas que me torturam o coração, que são mais caras que a minha própria vida. E por isso me despeço de vocês agora. É totalmente impossível para mim imaginar, filha querida, que não voltarei a ver-te, que nunca mais voltarei a estreitar-te em meus braços ansiosos. [...] Antes de tudo, vou fazer-te forte. Deves andar de sandálias ou descalça, correr ao ar livre comigo. Sua avó, em princípio, não estará muito bem. Deves respeitá-la e querê-la por toda a tua vida, como teu pai e eu fazemos. [...]

Carlos, querido, amado meu: terei que renunciar para sempre a tudo de bom que me destes? Conformar-me-ei, mesmo que não pudesse ter-te muito próximo, que teus olhos mais uma vez me olhassem. E queria ver teu sorriso. Quero-os a ambos, tanto, tanto. E estou tão agradecida à vida, por ela haver-me dado ambos. Mas o que eu gostaria era de poder viver um dia feliz, os três juntos, como milhares de vezes imaginei. Será possível que nunca verei o quanto orgulhoso e feliz te sentes por nossa filha? [...]

Depois desta noite, quero viver para este futuro tão breve que me resta. [...] Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terão por que se envergonhar de mim. Quero que me entendam bem: preparar-me para a morte não significa que me renda, mas sim saber fazer-lhe frente quando ela chegue. [...] Até o último momento manter-me-ei firme e com vontade de viver. Agora vou dormir para ser mais forte. Beijo-os pela última vez."

Olga Benário Prestes, abril de 1942. *In*: QUILLICI, Mariana Bisaio. *Epístolas do amor e da guerra*: o espaço biográfico nas cartas de Olga Benário. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

- **Com um grupo de colegas, você vai debater as seguintes questões.**
  a) Que características da personalidade de Olga sua última carta revela?
  b) O que vocês pensam sobre a atitude de Prestes ao defender a permanência no governo de um homem que enviou sua esposa, grávida, para morrer em um campo de concentração nazista?

■ **Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 111)**

A seção propõe: no **Doc. 1** um texto sobre as cartas enviadas por familiares – geralmente as esposas – às vítimas da repressão do Estado Novo ou a autoridades que pudessem libertá-las. O documento possibilita que se conheça, com mais detalhes, o que foi a repressão e de que modo impactou a vida de dezenas de famílias. O **Doc. 2** é a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Capítulo 12 Ditaduras e revolução na América Latina

O capítulo analisa, a partir da perspectiva da **História**, a conjuntura histórica da instauração do regime civil-militar brasileiro na década de 1960, destacando o apoio estadunidense nesse processo. Também estabelece uma relação sincrônica entre os demais regimes militares em outros países latino-americanos no mesmo contexto.

Objetivos do capítulo

- Analisar a conjuntura da instauração do governo civil-militar brasileiro na década de 1960 e seus antecedentes. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS204; EM13CHS404; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Compreender os desdobramentos da Guerra Fria na América Latina, bem como a influência dos Estados Unidos na região. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS602; EM13CHS603; EM13CHS604)**
- Caracterizar os instrumentos utilizados pelo regime civil-militar brasileiro para coibir a livre expressão e a circulação de ideias. **(EM13CHS106; EM13CHS501; EM13CHS503; EM13CHS602)**

MODERNA

- Compreender o fenômeno conhecido como "milagre econômico" e suas implicações. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS402; EM13CHS404; EM13CHS602)**
- Analisar o processo que resultou na abertura política do Brasil, na década de 1980, por meio da interpretação de fontes históricas e de informação. **(EM13CHS103; EM13CHS504; EM13CHS602; EM13CHS603)**
- Inserir o golpe de 1964 no Brasil no contexto latino-americano de golpes militares e instauração de regimes ditatoriais. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS503)**
- Reconhecer a violência dos regimes militares da América Latina, repudiar a tortura e defender os princípios universais que embasam os Direitos Humanos. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS602; EM13CHS605)**
- Discutir sobre o conceito de golpe militar. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS602)**

Sugestões de encaminhamento didático

Durante a abordagem do texto didático sugerimos:

- **Desdobramentos da Guerra Fria na América Latina (p. 112).** A partir da leitura da introdução desse tópico, possibilitar que se destaquem características do contexto da Guerra Fria para a compreensão do que foi esse conflito pela classe. Os golpes militares na América Latina representaram o caminho escolhido pelos setores conservadores para desarticular os movimentos populares e impedir a concretização de reformas democráticas que ampliavam o acesso à terra e restringiam a remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior. No contexto da Guerra Fria, até mesmo bandeiras democráticas polarizavam a sociedade e despertavam o temor do comunismo entre as elites latino-americanas.
- **A Revolução Cubana (p. 113).** Destacar a conquista tardia da independência política de Cuba em relação aos demais países da América Latina. Evidenciar a influência do governo dos Estados Unidos na política e sociedade cubanas, tanto na elaboração de suas leis como na escolha dos presidentes. Rupturas dessa estrutura de dependência política começaram a surgir a partir de alguns levantes de setores do próprio exército cubano. Após a abordagem do texto didático, perguntar aos alunos a respeito das primeiras medidas tomadas pelo governo revolucionário em Cuba (reformas sociais, reforma agrária e nacionalização de empresas). Abordar o impacto do embargo econômico a Cuba e a permanência dessa medida nos dias atuais.
- **Os Estados Unidos e as ditaduras militares da América Latina (p. 114).** Encaminhar a abordagem desse tópico, destacando que a ditadura civil-militar não foi um fenômeno que ocorreu apenas no Brasil. Com o apoio das forças estadunidenses, os regimes militares multiplicaram-se nos países latino-americanos. Além do Brasil, foi o caso da Argentina, da Bolívia, da República Dominicana, do Chile, do Uruguai, de El Salvador, entre outros. Fundamental destacar os efeitos da manipulação das informações na condução dos rumos da política de um Estado. Encaminhar a leitura do boxe "A Escola das Américas" e proponha o desenvolvimento das questões **(página 114)**, que abordam a estratégia estadunidense de manutenção de sua influência sobre os países latino-americanos e a ditadura de Augusto Pinochet. Se possível, propor uma pesquisa a respeito desse personagem.
- **A estruturação do regime civil-militar no Brasil (p. 114--116).** Destacar as condições político-militares que levaram à mudança de regime no Brasil em 1964. Para isso, retomar com os alunos o papel de algumas figuras históricas como Jânio Quadros, que assumiu o Brasil em 1961. Foi eleito pela maioria da população, em uma crise econômica. Outra figura de destaque é a de João Goulart (vice de Jânio Quadros). Encaminhar a leitura do texto didático e solicitar aos alunos que elaborem uma linha do tempo com os principais acontecimentos do governo de João Goulart até a instauração da ditadura. Propor o desenvolvimento das questões, na **página 115**, sobre as reformas de base projetadas por Jango para o país.
- **Os governos militares no Brasil (p. 116-119).** Organizar a turma em três grupos de estudo e propor que caracterizem cada uma das etapas do regime civil-militar a partir de 1964: a institucionalização (**p. 116**), a consolidação (**p. 117**) e a transição democrática (**p. 118**). Destacar que, nesse período da história do país, não havia um órgão legislador efetivo que representasse o interesse da população por vias democráticas. Foram então instituídos decretos e atos institucionais (AIs) que buscaram a consolidação dos militares no poder. Os atos institucionais representavam os interesses do Alto Comando Militar. Estabelecidos sem consulta ao Poder Legislativo, concedia poderes excepcionais ao Poder Executivo.
- Destacar o AI-5 e os movimentos de resistência em resposta ao aumento da censura e do controle da população civil. Encaminhar a leitura do boxe "O que foi o DOI-Codi?", na **página 117**. Caracterizar o que se chamou de "milagre econômico", o crescimento acelerado da industrialização e da economia brasileiras, com o maciço investimento do capital estrangeiro. Nesse período também houve um grande investimento na construção de casas populares financiadas pelo BNH (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o aumento do emprego urbano. O desenvolvimento das cidades contrastava com a situação das áreas rurais, gerando um descompasso entre o desempenho da economia agrícola e industrial. Isso favoreceu o aumento do fluxo de migrantes do campo para as cidades. Os investimentos com a produção de gêneros agrícolas para exportação

MODERNA

colocaram em risco a produção de alimentos para o mercado interno ocasionando a alta dos preços dos alimentos e a consequente inflação com a elevação dos custos de produção que são repassados ao consumidor. Atrelada a esse processo, ocorreu a crise mundial do petróleo de 1973, que impactou na economia brasileira. Destacar, também, as iniciativas governamentais desenvolvidas no sentido de se conter a reação da população contra a opressão do regime civil-militar, com a Lei Falcão e o Pacote de Abril. A **questão** (**p. 118**) propõe uma imersão dos alunos no contexto entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Desafia a interpretar uma notícia de jornal sobre o falecimento de um dos presos políticos do DOI-Codi e reelaborar o texto a partir da perspectiva do aluno. Para o desenvolvimento dessa atividade, recomenda-se haver pesquisa prévia e que se estabeleçam paralelos entre a causa da morte de Manoel Fiel Filho e a de outras pessoas que vivenciaram condições semelhantes às do operário.

No tópico "Último ato: o fim do regime civil-militar", na **página 118**, destacar a campanha para o restabelecimento das eleições diretas à presidência, iniciada em 1983.

- **A ditadura no Chile e na Argentina (p. 119-120).** No caso da ditadura chilena, destacar o quadro político anterior ao golpe, com as reformas sociais e econômicas de Salvador Allende. Analisar a deflagração do golpe militar, com o bombardeio do palácio presidencial. Destacar, ainda, a figura do general Augusto Pinochet que assumiu o poder do Chile em 1973 e se manteve nele até 1990. Mesmo após deixar o governo chileno, o general continuou no comando do Exército até 1998, quando se tornou senador vitalício. Com relação à ditadura argentina, é importante contextualizá-la temporalmente, estabelecendo um paralelo com as demais. Destacar o quadro de crise econômica social que antecedeu o golpe no país, a eclosão da Guerra das Malvinas, a extinção do regime e suas consequências. Para desenvolver a questão da **página 120**, peça para que os alunos reúnam as informações destacadas ao longo do capítulo e identifiquem pontos em comum nas ditaduras latino-americanas.

Sugestão de atividade

Os últimos anos do general Pinochet

Propor aos alunos uma pesquisa a respeito do destino do Augusto Pinochet, em seus últimos anos de vida (o enfrentamento de diferentes processos judiciais por violação dos Direitos Humanos; a prisão em Londres e as acusações por organizações de defesa das vítimas do regime civil-militar chileno de que foi o chefe supremo).

- **O apagamento da memória dos crimes do regime militar (p. 120).** Retomar com os alunos a questão patrimonial já discutida anteriormente: o que representa, para a história e a memória, a destruição de fontes históricas de uma determinada época? Trazer à tona a discussão de que houve iniciativas que buscaram ocultar provas e indícios de crimes cometidos pelo governo que violavam os Direitos Humanos. Destacar a importância da Comissão da Verdade. É possível encontrar algumas notícias como a abertura ao público dos arquivos da ditadura e outros fatos que, na última década, têm revelado o que havia de oculto a respeito dos mecanismos internos que sustentavam o regime civil-militar das décadas de 1960 e 1970 no país.

Sugestões de leitura

Brasil: pela abertura dos arquivos da ditadura. *Global Voices*. Disponível em <https://pt.globalvoices.org/2011/03/31/brasil-pela-abertura-dos-arquivos-da-ditadura/>. Acesso em 7 set. 2020.

ROTTA, Vera. Abertura de arquivos pode revelar pouco sobre a ditadura. *Carta Maior*, 22 nov. 2005. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Abertura-de-arquivos-pode-revelar-pouco-sobre-a-ditadura/5/3754>. Acesso em 7 set. 2020.

Sugestões de *site* e vídeo

Sugerir a visita virtual à série **Imemorial** (1994), de Rosângela Rennó, composta de retratos dos trabalhadores e crianças que construíram Brasília.

- Rosângela Rennó. *Imemorial*. Disponível em <http://www.rosangelarenno.com.br/obras/view/19/13>. Acesso em 7 set. 2020.

Se possível, solicitar que assistam ao vídeo da entrevista com a artista no *link*:

- Espírito de tudo por Rosângela Rennó. *Canal curta!* Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HkSUpuBjRJg>. Acesso em 7 set. 2020.

Debater (p. 119)

A seção propõe que se pesquise sobre o regime de previdência privada instituído no Chile durante o governo de Pinochet. É esperado que a partir do conhecimento sobre experiências como a chilena, o aluno posicione-se a respeito. Oportuniza-se, também, a discussão sobre um tema bastante polêmico no Brasil atual: a previdência privada e a possibilidade de falência do sistema de previdência social em um futuro próximo.

Aprender a argumentar (p. 120)

A proposta dessa seção é utilizar o conhecimento adquirido ao longo do estudo dos diferentes tipos de premissa. O aluno é convidado a facilitar o processo de compreensão do texto, analisando seus argumentos, especificando suas premissas e evidenciando sua conclusão. Por fim, ele é desafiado a propor uma contra-argumentação ao trecho apresentado.

MODERNA

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 121)

A seção propõe: no **Doc. 1**, um fragmento do jornalista Laurentino Gomes, que problematiza o conceito de golpe, palavra que tem sido motivo de debate nos últimos tempos, especialmente por correntes que pretendem atribuir ao levante militar de 1964 o caráter de revolução, transformando-o assim em um evento para ser relembrado e celebrado no país. No **Doc. 2**, tem-se o texto de Frei Betto tratando a respeito da tentativa de se "apagar da memória" as violações cometidas durante o regime civil-militar brasileiro, por meio da queima de provas.

Atividades (p. 122)

O conjunto de atividades propostas visam à retomada das principais questões e habilidades exploradas ao longo dos quatro capítulos da terceira unidade. A atividade 1 aborda a questão dos sindicatos durante o Estado Novo e a relação entre patrões e empregados. A atividade 2 apresenta duas perspectivas que caracterizam o regime de governo que se instalou no Brasil a partir de 1964 e permite comparar duas visões sobre o golpe, evento que é motivo de debate até os dias atuais. A proposta de pesquisa apresentada tem objetivo duplo: permitir que os alunos, por meio do estudo de caso, desenvolvam práticas e técnicas de pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e ampliem seus conhecimentos sobre as ditaduras militares que marcaram a história da América Latina. Partindo de um dos eixos sugeridos e da escolha do universo a ser investigado, os alunos deverão buscar, pela análise de textos, livros, documentários, acervos fotográficos etc., a articulação existente entre a ditadura e seu objeto de análise.

Aprofundar o conhecimento (p. 123)

A seção apresenta como proposta de leitura o texto de Amadeu Amaral, material que foi censurado durante a Primeira República no Brasil. Entre as temáticas problematizadas pela leitura está o trabalho infantil na história recente do país e a negligência da sociedade em relação à violência contra a infância.

Sugestões de leituras

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HATOUM, Milton. *A noite da espera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1.

SEVCENKO, NICOLAU. *A Revolta da vacina*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

TORMEY, Simon. *Populismo*: uma breve introdução. São Paulo: Cultrix, 2019.

WILLIAMSON, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012.

Leituras complementares

1

A Doutrina de Segurança Nacional

Recomendada para o professor de História

"O golpe e a manutenção do regime militar de 1964 estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos. Criada na época da Guerra Fria, nascida no antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsicamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. Em tese, a Doutrina de Segurança Nacional é 'uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se uma realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. [...] Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea. Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais. [...]

Ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma *vocação revolucionária* destinada a modificar o *status quo*. A nova autoridade se considera autodidata, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos. [...]

Ora, para que a Doutrina possa impor seu projeto político é fundamental que se apele para a guerra psicológica. Trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos [...]. As técnicas psicossociais e os meios de comunicação adquirem uma grande importância na manifestação das massas. Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado.

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informação, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional.

Em suma, 'a guerra psicológica se apresenta como o meio de transformar o sistema social em sistema de guerra, exigindo o máximo do grupo e um esforço coercitivo simultâneo.' [...]

Ora, não resta a menor dúvida de que a Doutrina põe em risco a defesa dos Direitos Humanos pois exclui os pressupostos mínimos da cidadania. Quando é

'impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou toleradas, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência' (Alves, 1984, p. 40)."

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 4. p. 24-30.

2
O autoritarismo e a sociedade brasileira

Recomendada para o professor de Filosofia

"Afirma-se que no Brasil, infelizmente, atravessamos periodicamente fases de autoritarismo, visto como um acontecimento referido ao regime político e ao modo de funcionamento do Estado ditatorial. Dessa maneira, dissimula-se o fundamental, isto é, que o autoritarismo não é simplesmente a forma do governo, mas a estrutura da própria sociedade brasileira. Esta é visceralmente autoritária.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravocrata, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que se julgam iguais, são de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, do clientelismo, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão. Em suma: micropoderes capitalizam o autoritarismo em toda a sociedade: na família, na escola, nas relações amorosas, no trabalho, na *mass midia*, no comportamento social nas ruas, no tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor, na naturalidade da violência policial etc.

[...].

O autoritarismo está de tal modo interiorizado nos corações e nas mentes que alguém pode usar a frase 'um negro muito bom porque tem a alma branca' e não ser considerado racista. Pode referir-se aos serviçais domésticos nos termos 'uma criada muito boa porque conhece seu lugar' e considerar-se isento de preconceito de classe. Pode referir-se a um assalariado como 'um empregado de toda confiança porque nunca rouba coisa alguma' e considerar que não existe luta de classes e que dela não participa. Pode dizer 'uma mulher perfeita, pois não trocou o lar pela indignidade de trabalhar fora' e não ser considerado machista."

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

UNIDADE 4 A América contemporânea

O trabalho proposto na Unidade 4 objetiva discutir aspectos demográficos, sociais, culturais, políticos e econômicos que caracterizam a época atual vivenciada pela população americana, especialmente, a latino-americana. Para isso recorre à **Geografia** e caracteriza demograficamente a população brasileira (**capítulo 13**); também recorre à **Filosofia** para a identificação de correntes teóricas que visam à transformação da realidade social das populações subjugadas e privadas de seus direitos essenciais (**capítulo 14**). Já no **capítulo 15**, problematiza-se a existência de uma unicidade latino-americana a partir da perspectiva da **História** e da **Geografia**. O percurso de estudos se encerra com a problematização, a partir da perspectiva da **Filosofia** e da **Sociologia**, das condições de vida e da experiência de se vivenciar a contemporaneidade, com especial foco para os entraves no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, mediante às políticas neoliberais e às permanências históricas de organização de poder (**capítulo 16**).

Objetivos da Unidade

- Aprender e aplicar os conceitos básicos da Filosofia, da Geografia, da História e da Sociologia, de maneira articulada, além de aprofundar conhecimentos adquiridos na escolaridade anterior. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Apropriar-se gradativamente de ferramentas de pesquisa e instrumental de análise dos componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, associando os conteúdos estudados às questões emergentes na sociedade contemporânea, em âmbito local, regional, nacional e global. **(Competência Geral da Educação Básica 1)**

MODERNA

- Analisar e compreender o contexto econômico, geopolítico e ideológico vivido pelo continente americano na atualidade, para propiciar a construção de argumentos e pontos de vistas com base nas diversas áreas de compõem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 2)**
- Reconhecer, identificar e valorizar os múltiplos atores sociais que atuam nos diversos contextos das sociedades da América contemporânea, ressaltando a importância do agir pessoal e coletivo para a transformação social. **(Competências Gerais da Educação Básica 1, 9 e 10)**
- Identificar e analisar os principais conflitos e contradições que marcam as sociedades americanas da atualidade, bem como as ações encontradas pelos atores sociais para a resolução desses problemas. **(Competências Gerais da Educação Básica 2 e 9)**
- Valorizar a utilização das tecnologias digitais para a promoção de denúncias de violações de direitos e para a disseminação de medidas que possam promover os direitos humanos e a cidadania. **(Competências Gerais da Educação Básica 5 e 7)**
- Reconhecer o papel da arte na luta pela transformação da sociedade e pela construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. **(Competências Gerais da Educação Básica 3, 4 e 9)**
- Refletir e analisar sobre impactos que as mudanças suscitadas pela pós-modernidade geram nas trajetórias individuais, incidindo diretamente na saúde física e mental dos indivíduos. **(Competências Gerais da Educação Básica 1 e 8)**
- Estimular o conhecimento e valorização das diversas sociedades que compõem a América, com o intuito de promover interpretações alinhadas com o respeito ao outro e aos Direitos Humanos. **(Competências Gerais da Educação Básica 6 e 9)**
- Ampliar o conhecimento de si e estimular a compreensão do papel do indivíduo enquanto ator social em um mundo marcado pelas mudanças. **(Competências Gerais da Educação Básica 8, 9 e 10)**
- Reconhecer a importância da mobilização popular na defesa da cidadania em contextos democráticos marcados pela exclusão e desigualdades sociais. **(Competências Gerais da Educação Básica 7, 9 e 10)**
- Atribuir sentido à aprendizagem, estabelecendo relações com sua experiência de vida e com o exercício da cidadania. **(Competência Geral da Educação Básica 6)**
- Desenvolver a capacidade de argumentação. **(Competência Geral da Educação Básica 7)**
- Exercitar a empatia, sabendo colocar-se no lugar do outro e defendendo a resolução de conflitos por meios pacíficos. **(Competência Geral da Educação Básica 9)**
- Valorizar e defender os Direitos Humanos, pautando sua conduta por princípios éticos e democráticos. **(Competência Geral da Educação Básica 10)**
- Ampliar progressivamente autonomia na aprendizagem. **(Competência Geral da Educação Básica 10)**

Abertura: América Latina: presente e futuro

Para dar início **à unidade**, propomos aos alunos a leitura da imagem **América Invertida (1943)** e o debate sobre os seus significados possíveis, introduzindo o tema que será discutido com mais profundidade no capítulo 15. Aproveite para desenvolver com eles as questões propostas acerca da obra. A primeira questiona, justamente, os significados da imagem de Joaquín Torres Garcia. A segunda questão solicita ao aluno que elabore propostas para a integração regional. Para a avaliação das respostas considere que:

Na questão 1, a resposta é pessoal. O aluno deve levantar hipóteses e citar que o título, por exemplo, remete à ideia de que uma outra América é possível. Nesse sentido, deve concluir que ela é uma crítica aos aspectos políticos, econômicos e ideológicos que marcam as divisões do continente americano, sobretudo a supremacia da América Anglo-saxônica em relação à América Latina.

Na questão 2, também pessoal, o aluno deve levantar hipóteses a partir da frase de Torres García e sugerir propostas para a integração regional, como o desenvolvimento de atividades culturais restritos à participação de artistas da América Latina, conferências e organizações para discutir problemas e soluções comuns a esses países, promoção de estudos acadêmicos acerca de temas latino-americanos etc., enfim, realçar a necessidade de nos debruçarmos e valorizarmos nossa identidade cultural, social e regional. Professor, aprofundar as discussões sobre a obra, problematizando a "inversão" norte-sul na sua representação. Explicar que o artista uruguaio Torres García traz, em algumas de suas obras, uma crítica às relações de poder estabelecidas pela ação colonialista da Europa e imperialista dos Estados Unidos na América Latina. Ressalte, ainda, que os mapas-múndi atuais têm sua origem nas primeiras projeções de Gerardo Mercator (1512-1594), geógrafo e cartógrafo flamengo. Ele introduziu a chamada projeção de Mercator, que inspirou e serviu de base para a grande maioria das projeções de mapas-múndi posteriores. Em sua projeção, a Europa é representada no norte e no centro do mundo, o que caracteriza a visão eurocêntrica e colonizadora que marcou ideologicamente a cartografia mundial. Tal projeção traz, também, uma forte questão política (hoje geopolítica), porque promove deformações nas áreas (extensão) dos continentes em favorecimento de suas formas (contornos geográficos). Assim, ela representa uma "Europa" e uma "América do Norte" com áreas territoriais muito maiores do que realmente são; ao mesmo tempo em que os mapas nessa projeção "diminuem" as áreas (extensões territoriais) no hemisfério Sul. Para completar, explique aos alunos que alguns cartógrafos da atualidade questionam a projeção de Mercator e apresentam projeções alternativas do mundo, como o cineasta e cartógrafo alemão Arno Peters (1916-2002); notório pela "Projeção de Gall-Peters", em que desenvolve um mapa-múndi onde as áreas das superfícies dos continentes são fiéis ao seu tamanho proporcional representado, em detrimento de suas formas.

MODERNA

- Para saber mais, consulte o texto "O que é a projeção Gall-Peters, mapa que promete acabar com '4 séculos de visão colonialista' do mundo", da *BBC News Brasil*. (Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39349115>. Acesso em 26 ago. 2020.)
- Por fim, reforce as discussões sobre o futuro político da América Latina a partir do texto do geógrafo brasileiro Wanderley Messias da Costa, "O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração". *Confins*: Revista Franco Brasileira de Geografia, 2009. (Disponível em <http://confins.revues.org/6107>. Acesso em 2 set. 2020), que é trabalhado no capítulo 15 dessa unidade. Segundo o estudioso, as perspectivas de unicidade da América Latina são remotas, a maior probabilidade de um futuro comum para a América Latina perpassa pela integração regional e, segundo o autor, esse projeto seria possível a partir de um projeto de integração da América do Sul.

Capítulo 13 Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais

O capítulo analisa, a partir da perspectiva da **Geografia**, as principais características populacionais do Brasil e, também discute aspectos das dinâmicas populacionais em outros continentes. Acompanha essa análise demográfica o estudo de conceitos fundamentais como o de transição demográfica, taxa de fecundidade e de natalidade. Além disso, apresenta-se um panorama histórico do desenvolvimento da indústria brasileira e como ela impactou o crescimento e a urbanização da população em determinadas regiões e agravou as disparidades regionais no país.

Objetivos do capítulo

- Identificar as principais características populacionais do Brasil. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS201; EM13CHS202; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS206)**
- Compreender os conceitos de transição demográfica, taxa de fecundidade e taxa de natalidade, além de outras noções pertinentes ao estudo das dinâmicas populacionais. **(EM13CHS101; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS206)**
- Analisar criticamente a relação entre o aumento da população mundial e o esgotamento dos recursos naturais do planeta. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS201; EM13CHS206; EM13CHS304)**
- Analisar gráficos e tabelas de modo a compreender as dinâmicas populacionais do mundo e, especialmente, do Brasil. **(EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS206)**
- Argumentar a respeito da regionalização oficial do Brasil atualmente. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS202; EM13CHS206)**
- Analisar criticamente a regionalização e as disparidades regionais do Brasil e conhecer outras propostas de subdivisão político-administrativa do território nacional. **(EM13CHS101; EM13CHS201; EM13CHS202; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS206)**
- Compreender algumas características da população brasileira à luz do processo de desenvolvimento econômico e de industrialização. **(EM13CHS101; EM13CHS103; EM13CHS106; EM13CHS201; EM13CHS202; EM13CHS203; EM13CHS204; EM13CHS205; EM13CHS206; EM13CHS606)**

Sugestões de encaminhamento didático

Iniciar a abordagem propondo aos alunos que analisem a imagem que abre o capítulo. Perguntar à classe se a mesma situação se aplica a outras regiões do Brasil, de modo a evidenciar que, ao longo do território nacional, os grupos populacionais se configuram de modo diferente uns dos outros. Para explorar os conhecimentos prévios dos alunos e chamar-lhes atenção para o tema, questionar-lhes sobre como imaginam ser possível obter dados sobre a população de um país e quem seriam os órgãos responsável por essa tarefa. Também, perguntar à classe por que a obtenção de informações sobre a população de um país ou região é importante. Possibilitar um espaço para as respostas e mediar a elaboração de hipóteses. Durante a abordagem do texto didático, também sugerimos:

- **População e dinâmica demográfica (p. 125).** Destacar a importância da ONU para o levantamento dos dados populacionais e listar quais dados costumam ser pesquisados por esse órgão. Antes de propor a leitura do texto didático aos alunos, encaminhe a interpretação das tabelas **População mundial por continente (1950-2100)** e **População mundial e dos 20 países mais populosos (2020 e 2100)** na **página 126**. Propor perguntas que orientem o entendimento das informações ali apresentadas, por exemplo: qual é o país mais populoso do mundo atualmente? Qual será o mais populoso em 2100? Quais seriam as hipóteses que podem explicar tal fenômeno? Ou ainda: como será o crescimento populacional da América do Norte em comparação com o crescimento das Américas Central e do Sul? Como podemos explicar esse aspecto? Mediar as conclusões dos alunos, corrigindo-os quando necessário. Feita essa primeira leitura sobre os dados expostos, encaminhar o estudo do texto didático. Destacar as características populacionais do Brasil, considerando a transição demográfica e tendência a um decréscimo populacional.
- **Brasil: distribuição populacional e divisão regional (p. 128).** Encaminhar a leitura do mapa **Brasil: distribuição da população (2017)** na **página 129**, perguntando aos

MODERNA

alunos a respeito do que percebem neste documento. Chamar a atenção para a distribuição desigual da população no território brasileiro, aspecto relacionado à ocupação no passado colonial. Explicar o modo como se subdivide as unidades administrativas da país e o fato de ela auxiliar na administração do território. Apontar, ainda, algumas instituições criadas para auxiliar na administração das regiões: Sudene, Sudam, Sudeco e, a mais atual, o Consórcio Nordeste. Problematizar a proposta de regionalização apresentada por Milton Santos e María Laura Silveira, no boxe da **página 129**.

- **Panorama geral da industrialização no Brasil (p. 130).** Retomar os conhecimentos sobre a industrialização brasileira, especialmente, aqueles estudados no **capítulo 9**. Relembrar que o surgimento da indústria nacional ocorreu no final do século XIX, produzindo bens de consumo não duráveis. Destacar a dependência da importação de muitos artigos que só passaram a ser produzidos a partir de meados da década de 1930. Destacar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da indústria nacional (cafeicultura, extinção do tráfico de escravizados, imigração, construção de rede ferroviária) e as iniciativas posteriores dos governos de Getúlio Vargas e de JK. Importante mencionar que a consolidação da industrialização brasileira ocorreu durante o período do governo civil-militar, atrelada aos interesses estrangeiros e ao empréstimo de capitais de outros países, como os Estados Unidos. Outro episódio na história da industrialização brasileira a ser ressaltado é a crise do petróleo em 1973, que provocou um período de estagnação econômica. Encaminhar a leitura do gráfico **Evolução da participação da indústria no PIB nacional (1947-2019)** na **página 131**. Pode-se mediar a interpretação do gráfico com os alunos por meio de perguntas que os conduzam à conclusão de uma possível "desindustrialização" no país. Tornar claro para os alunos que os países que não possuem uma industrialização significativa, ou seja, onde não há a contribuição desse setor para o PIB, são Estados, na maioria, agroexportadores. O Brasil atualmente assumiu esse perfil no mercado externo e sua balança comercial depende das exportações de gêneros agrícolas.
- **A industrialização e o agravo das disparidades regionais (p. 131).** Destacar o desenvolvimento industrial com a instalação das empresas multinacionais no país e os benefícios que lhes foram proporcionados pelo governo brasileiro (doação de áreas para instalação das indústrias, isenção fiscal, afrouxamento das leis ambientais etc.). Encaminhar o desenvolvimento da **questão** (**p. 131**) que propõe a retomada da **Proposta alternativa de regionalização** abordada na **página 129**, desse capítulo.

Imagine... (p. 127)

A seção explora a questão entre o aumento da população mundial e a capacidade de sustentabilidade do planeta. Isso tem sido amplamente discutido em diferentes meios, por intelectuais, cientistas, profissionais e indivíduos envolvidos com a causa ambiental. Thomas Malthus, no século XVIII, defendia a tese de que o aumento da população mundial poderia gerar o esgotamento dos recursos naturais e a fome generalizada. É importante retomar essa teoria com os alunos e perguntar-lhes se ela ainda permanece válida. Os alunos devem argumentar, com base no que já conhecem sobre o tema, que o maior impasse à sustentabilidade do planeta não é, propriamente, a superpopulação, mas o desequilíbrio gerado pelo consumismo exagerado e negligente que impacta diretamente sobre o esgotamento dos recursos naturais e nas condições de manutenção da vida no planeta.

De olho no presente (p. 128)

Nessa seção, é proposta a interpretação de um gráfico sobre a taxa de fecundidade em algumas regiões do mundo. É uma oportunidade para se ampliar a compreensão do conceito de taxa de fecundidade e reforçar seu significado. Com a leitura do gráfico, os alunos irão constatar que a taxa de fecundidade dos países desenvolvidos é significativamente menor se comparada à dos demais. O gráfico também possibilita que o aluno identifique quando cada região passará pelo fenômeno da transição demográfica, outro conceito fundamental abordado nesse capítulo.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 132)

A seção propõe a retomada de discussões apresentadas no capítulo sobre a distribuição da população pelo território nacional, o PIB por região e as disparidades regionais no Brasil. O **Doc.1** apresenta um texto em que se comenta a regionalização proposta por Milton Santos e María Laura Silveira, e o mapa apresenta essa proposta, analisada ao longo do capítulo. As questões que acompanham esse mapa solicitam ao aluno estabelecer uma comparação entre a regionalização do Brasil atualmente em vigor e a proposta pelo documento em análise. Também propõe ao aluno elaborar, com base nos seus conhecimentos, exemplos de disparidades regionais no Brasil em relação ao dinamismo da sociedade e da economia, entre outros aspectos. O **Doc. 2** é um gráfico que evidencia o PIB de cada região brasileira. Para responder às questões referentes a esse documento, o aluno deverá interpretar esse gráfico, compreendendo que há uma concentração de municípios com maior PIB per capita nas regiões Sudeste e Sul do país. Professor, explicar que o PIB é apenas um indicador síntese da economia, que ajuda a compreender a produção econômica do nosso país. Se possível, explicar a distinção entre PIB e PIB *per capita*. Explique que a análise do PIB per capita de um município, estado ou região etc. é importante para dimensionar a produção de riquezas para equalizar a distribuição de renda por meios de políticas públicas, pois permite avaliar quanto cada indivíduo deveria receber (da produção de riquezas do país) em uma situação ideal de divisão igualitária dessa riqueza, de forma a diminuir discrepâncias socioeconômicas e disparidades regionais.

MODERNA

Capítulo 14 A filosofia da libertação e os Direitos Humanos na América Latina

A filosofia da libertação, corrente da **Filosofia**, que surge neste século, apresenta um amplo movimento de crítica à filosofia ocidental europeia de que os países, considerados periféricos, foram, e ainda são, credores. Nesse capítulo, são apresentadas as principais premissas da filosofia da libertação e as possibilidades que oferece para a transformação da realidade social das populações subjugadas e privadas de seus direitos essenciais.

Objetivos do capítulo

- Conceituar "modernidade" a partir da relação de dominação dos povos europeus sobre africanos, asiáticos e americanos entre os séculos XV e XIX. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS503; EM13CHS504)**
- Contextualizar o surgimento da filosofia da libertação. **(EM13CHS101; EM13CHS503; EM13CHS504)**
- Caracterizar a filosofia da libertação como um movimento de crítica ao projeto de modernidade, colonizador e opressor, imposto por nações europeias pelos Estados Unidos. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS503; EM13CHS504)**
- Analisar documentos que utilizam linguagens diferenciadas como a cartográfica, a gráfica, a iconográfica e diferentes gêneros textuais como representação da crítica à exploração e à dominação dos povos latino-americanos. **(EM13CHS101; EM13CHS102; EM13CHS105; EM13CHS106; EM13CHS503)**
- Compreender a crítica da filosofia da libertação como resposta ao projeto colonizador que priva os povos oprimidos da América Latina dos Direitos Humanos fundamentais e como um conjunto de ações que visam combater a violação desses direitos. **(EM13CHS101; EM13CHS105; EM13CHS106; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS605)**

Sugestões de encaminhamento didático

Durante a abordagem do texto didático sugerimos:

- **Filosofia como práxis da libertação (p. 133).** Propor à classe que leia o conjunto de indagações e que cada aluno escolha aquela que mais lhe desperta o interesse. Eleger a questão mais citada entre os alunos e pedir para que a respondam a partir de seus conhecimentos prévios. A ideia é estabelecer um bate-papo entre os alunos antes de abordar o conteúdo do capítulo.
- **Ultrapassando a lógica da dominação (p. 134).** Conceituar modernidade à luz dos processos de colonização e dominação das populações consideradas atualmente periféricas e da violência empregada contra esses povos. Explicar que a filosofia da libertação objetiva a revisão desses processos históricos de subjugo e traz à tona a afirmação da identidade e emancipação dos povos outrora dominados. A **questão** (**p. 134**) solicita ao aluno que identifique, no ideário do senso comum da população brasileira, algum vestígio ou permanência do passado colonial que esteja relacionado ao projeto civilizatório europeu imposto à América.
- **O conceito de práxis (p. 135).** Explorar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do que entendem por práxis e, em seguida, peça que leiam o texto didático e caracterizem o conceito à luz da filosofia da libertação. Para ilustrar esse exercício de conceituação, encaminhar a leitura da imagem da obra de Antonio Berni, da **página 135**. Como tarefa de casa, solicitar aos alunos que pesquisem outras imagens (entre obras de arte, charges, gravuras, *cartoons*) que representem a práxis segundo a teoria da libertação. Se possível, pedir para que os alunos imprimam tais imagens para a montagem de um painel. Outra opção possível é o professor selecionar previamente várias imagens que, tal como a de Antonio Berni, expressem a ideia de práxis estudada.
- **A filosofia crítica da realidade (p. 136).** Apresentar Enrique Dussel como um dos representantes da filosofia da libertação e, se possível, trazer à classe algumas informações biográficas sobre o filósofo. No quadro, propor o mapeamento de suas principais ideias como a de ontologia clássica do centro, que critica a tradição filosófica ocidental. Abordar a expressão de "filosofia dos oprimidos" e contrapô-la à "filosofia dos bárbaros". É importante mapear quem são os sujeitos oprimidos a que a filosofia da libertação se refere (mulheres, negros, indígenas, populações precarizadas ou à margem do sistema socioeconômico capitalista).
- **Os Direitos Humanos do ponto de vista dos povos da América Latina (p. 137).** Retomar a historicidade do surgimento da ideia de Direitos Humanos e destacar que ela nasce do projeto liberal capitalista que visava menos à libertação dos povos que à liberdade para perpetuar a exploração em nome do lucro (**capítulo 1**). Após a leitura do trecho, propor aos alunos que pesquisem exemplos de iniciativas que apresentam, em seu cerne, a filosofia da libertação, ainda que não se nomeiem dessa forma. Lançar a pergunta: o que tem sido feito atualmente em prol da conquista de Direitos Humanos dos povos que a teoria da libertação considera oprimidos e dominados? Pode-se propor que os alunos se organizem em grupos e elaborem um projeto de lei ou um projeto social autônomo baseados nas ideias preconizadas pela teoria da libertação. É importante que o projeto seja pensado nos seus detalhes, apresentando objetivos, justificativa e estratégias que endossem o plano de ação. Propor, ainda, o desenvolvimento da **questão da página 138**

MODERNA

que pode ser respondida após a elaboração dos projetos. Mas, pode-se optar apenas pela elaboração da resposta à questão.

De olho no presente (p. 135)

Atualmente, a questão dos Direitos Humanos tem sido pauta de debates políticos e alguns grupos questionam, até mesmo, a validade de tais direitos. É importante, antes de desenvolver a resposta, que os alunos retomem o que estudaram sobre Direitos Humanos e sua importância para a sociedade. Os alunos devem perceber que a universalização dos Direitos Humanos é fundamental para garantir a inclusão dos povos oprimidos e marginalizados e seu acesso à plena cidadania.

Aprender a argumentar (p. 138)

Oportunidade de o aluno avançar em competências e habilidades relacionadas à lógica argumentativa. Trata-se de um contra-argumento de Locke à tese de que a ideias são inatas. Pede-se ao aluno que distingua a tese principal do filósofo, ordene seu argumento e se posicione argumentativamente sobre o assunto. Isso exige um conjunto grande de habilidades e de domínio das noções básicas do argumento.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 139)

Para esse laboratório, os alunos são convidados a explorar o **Doc. 1**, o cartaz inspirado pelo escritor Eduardo Galeano e o **Doc. 2**, um texto desse mesmo escritor. Galeano é um dos representantes da literatura de denúncia sobre o longo processo de exploração a que a América esteve sujeita desde o princípio do projeto colonial. Jornalista e literato, viajou por vários países da América Latina, de onde colheu informações que o tornaram, também, um historiador cujas obras denunciam o subjugo do povo latino-americano em uma linguagem simbólica, literária e fiel aos seus ritos e demais elementos culturais. As questões relacionadas a esses dois documentos propõem: a análise da possibilidade de uma identidade única para os povos latino-americanos; o sentimento de pertencimento dos alunos a esse contexto latino-americano; a relação entre identidade local latino-americana e a globalização; a interpretação das ideias de Galeano a respeito do passado colonial e de suas permanências históricas; a crítica à modernidade presente em ambos os documentos apresentados na seção.

Capítulo 15 Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina

O capítulo problematiza, a partir da perspectiva da **Geografia** e da **História**, a existência de uma unicidade latino-americana em termos políticos, culturais e econômicos. Analisa as diversas iniciativas – de órgãos nacionais e internacionais – traçadas com o objetivo de integrar, nos diferentes âmbitos, os países da América Latina.

Objetivos do capítulo

- Analisar criticamente a designação América Latina para os países que a compõem, considerando seu contexto de formação e do processo de colonização. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS603; EM13CHS606)**
- Identificar iniciativas regionais e internacionais que visam à promoção do desenvolvimento dos países latino-americanos. **(EM13CHS101; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS603)**
- Reconhecer os entraves que dificultam a integração econômica, política e cultural do continente latino-americano. **(EM13CHS101; EM13CHS106; EM13CHS204; EM13CHS206; EM13CHS603)**
- Argumentar a respeito dos impactos da influência dos Estados Unidos nos países da América Latina. **(EM13CHS103; EM13CHS204; EM13CHS206)**

Sugestões de encaminhamento didático

Para iniciar a abordagem, proponha aos alunos que leiam e reflitam sobre as questões que abrem o capítulo. Pode-se apresentar alguns ícones (personalidades de redes sociais, cinema, música e esportes) que representem a cultura da América Latina e da América Anglo-saxônica. Perguntar aos alunos com quais personalidades mais se identificam. Ou quais delas representam os ideais em que os alunos acreditam. Em seguida, retomar a questão de abertura do capítulo a respeito da existência de uma identidade latino-americana. Para o encaminhamento do texto didático, também sugerimos:

- **O surgimento da América Latina (p. 140).** Problematizar a expressão *América Latina*. Enfatizar que seu uso é apropriado, no entanto, deve-se reconhecer sua historicidade e os problemas identitários a que remete. Nesse sentido, propor a leitura coletiva do texto de Wanderley M. Costa (**p. 140-141**). Caracterizar a Cepal e destacar os esforços dessa instituição em prestar auxílio e suporte no desenvolvimento dos países latino-americanos.
- **Estados Unidos: intervencionismo na América Latina (p. 142).** Enfatizar a influência estadunidense sobre os países latino-americanos, encaminhe a leitura da linha do tempo da **página 142**. A política imperialista é evidenciada na anexação de territórios (1898); na interferência em políticas nacionais de vários países, incluindo golpes que instituíram ditaduras. A **questão** (**p.143**) aborda a política estadunidense do *Big Stick*, peça-chave na compreensão da influência dos Estados Unidos nos países ao sul do Rio Grande.
- **Propostas de integração da América Latina (p. 144).** Nesse trecho, são enfatizadas algumas iniciativas regionais de integração e desenvolvimento de países latino-americanos. Sugerimos subdividir a classe em grupos menores, e propor a cada um deles uma pesquisa a respeito dessas instituições. Entre elas destacam-se a OEA, a

MODERNA

Aladi, a Celac, o Mercosul e a Comunidade Andina. A partir dessas pesquisas, orientar a construção de um infográfico por cada grupo que sintetize as informações levantadas. Problematizar a imagem do muro na fronteira entre EUA e México (**p. 144**) e oportunizar a discussão sobre as políticas anti-imigrantistas bastante intensificadas nos últimos anos. Encaminhar a discussão estabelecendo um paralelo entre: a política de profunda interferência estadunidense nos países latino-americanos e a barreira à entrada de imigrantes cada vez maior nos Estados Unidos. Possibilitar uma reflexão e uma posterior identificação das características do domínio político-econômico que se impõe sobre a América Latina.

- **Alca, Unasul e os entraves da integração regional latino-americana (p. 145).** Tanto a Alca e, depois, a Unasul e o Mercosul são blocos pensados e projetados visando, especialmente, à integração econômica entre os países da América Latina. Fundamental é destacar a análise de Wanderley Messias da Costa **(p. 145)** sobre as dificuldades existentes para os projetos de integração dos países do subcontinente – tanto em âmbito político-cultural, como em relação à economia e às questões aduaneiras.

Imagine... (p. 142)

A seção desafia os alunos, a partir de um exercício de simulação, a elaborar uma síntese a respeito da existência da América Latina enquanto subcontinente. Deve mobilizar conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória formativa, que versem sobre a geografia latino-americana, a cultura das populações, os laços econômicos, as barreiras e pontes aduaneiras. A atividade pode ser desenvolvida a partir de discussões coletivas ou com os alunos organizados em grupos menores.

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas (p. 146)

Para esse laboratório, os alunos são convidados à leitura do texto de Mauro Bellesa (**Doc. 1**), jornalista que integra o Instituto de Estudos Avançados, na USP. Nesse texto, explorando as características linguísticas do subcontinente, critica a expressão América Latina, já que é imprecisa, pois abrange países de língua não latinas e designa como *latinos* países que possuem grandes populações indígenas. O **Doc. 2** é um mapa que representa as áreas em que vigoram/vigoraram os blocos econômicos da América Latina, como Alca, Nafta, Cafta, Alba, Can, Mercosul e Unasul. As questões referentes ao documento propõem a leitura e a análise cartográfica e a relação destas com o conhecimento apreendido ao longo do capítulo. Para o desenvolvimento das respostas, é importante reforçar os aspectos já abordados anteriormente sobre as regionalizações da América Latina e os entraves da constituição de uma unidade, de modo cultural, econômico ou político. Frisar a influência dos Estados na região e sobre seu interesse em desestimular a união regional latino-americana abrangente, cooperativa e efetiva, por ser uma ameaça à sua hegemonia na região. Pode-se exemplificar a influência estadunidense citando sua posição na OEA (interferindo na soberania dos demais países da organização), a influência na postura da política externa de países (sobretudo os com governos conservadores), e criando empecilhos no acordo entre Mercosul e União Europeia. Para aprofundar o conhecimento sobre esses organismos, sugira aos alunos pesquisarem seus *sites* oficiais ou do Governo Federal.

Capítulo 16 A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios

O capítulo problematiza, a partir da perspectiva da **Filosofia**, as condições de vida e a experiência de se vivenciar a contemporaneidade, já descrita em outros tempos, como pós-moderna. Propõe, a partir das questões, atividades e fontes de informação, a crítica a esse tempo e convida à projeção de novas possibilidades de existência, ainda que utópicas. Também discute, a partir da perspectiva da **História** e da **Sociologia**, o impacto das transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira, bem como as consequências das desigualdades sociais para a constituição de um Estado democrático de direito no país.

Objetivos do capítulo

- Avaliar criticamente o existir na contemporaneidade, considerando as relações sociais, políticas e econômicas. **(EM13CHS101; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS605; EM13CHS606)**
- Propor ao aluno reflexões sobre seu projeto de vida e possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. **(EM13CHS603; EM13CHS605; EM13CHS606)**
- Analisar criticamente as grandes narrativas da história brasileira e contrapô-las a outras leituras e reinterpretações históricas. **(EM13CHS101; EM13CHS102)**
- Identificar as demandas, conquistas e protagonismos políticos, sociais e culturais de grupos até então excluídos socialmente ou vítima de preconceito e violência. **(EM13CHS101; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS601; EM13CHS605)**
- Discutir as condições de vida da população brasileira contemporânea, os impactos sofridos pelas políticas neoliberais e as iniciativas para se reduzir a desigualdade social e promover a inclusão democrática de diferentes grupos e atores sociais. **(EM13CHS101; EM13CHS402; EM13CHS403; EM13CHS404; EM13CHS501; EM13CHS502; EM13CHS503; EM13CHS504; EM13CHS606)**

Sugestões de encaminhamento didático

- **Qual é o Brasil que queremos? Qual é a vida que desejamos? (p. 147).** Propor a leitura inicial do texto didático

EM MODERNA

e, em seguida, debater com a classe a noção de utopia, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo. Oportunidade de perceber os diferentes sentidos desse conceito, bem como de unificar alguns entendimentos. Em seguida, encaminhe o desenvolvimento da **questão** (**p. 148**) a respeito do projeto de vida dos alunos. Se possível, ampliar a abordagem sobre o tema, com o texto de Eduardo Galeano:

GALEANO, Eduardo. Um convite ao vôo. *Caros amigos*, jan. 2000. DHnet. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/galeano/galeano_voo.html>. Acesso em 16 set. 2020.

- **O mundo pós-moderno (p. 148).** Retomar com os alunos a questão da pós-modernidade, suas principais características e seu impacto na vida dos indivíduos. Discutir as especificidades desse momento atual, chamando a atenção para a sua historicidade e para a ideia de que a realidade vivenciada hoje é algo inédito e não permanente. Destacar características como: tecnologia no cotidiano, individualismo, consumismo, comunicação imagética, saturamento de informações e mal-estar, que será discutido no tópico desse mesmo capítulo, **Nós e o mundo pós-moderno** (**p. 150**).
- **O fim das grandes narrativas (p. 149).** Propor uma reflexão da tese do filósofo Lyotard sobre o fim das grandes narrativas, como o iluminismo, o sistema filosófico hegeliano e o marxismo, e o predomínio dos pequenos relatos na contemporaneidade ou no pós-modernismo, representando uma realidade multifacetada e fragmentária. Destacar também a crítica de J. Derrida ao logocentrismo ocidental, isto é, ao predomínio do discurso racional e à ocultação do sensível e do irracional; e a reflexão de Deleuze sobre o conceito de sentido, que, para ele, era sempre fluído, estabelecido em jogos instáveis entre as palavras, as coisas e o mundo. Propor a resolução da **questão** (**p. 149**) que problematiza as grandes narrativas sobre a história do Brasil com uma proposta de pesquisa sobre outras vozes e fontes narrativas sobre a história nacional.
- **Nós e o mundo pós-moderno (p. 150).** A partir dos temas explorados nesse capítulo, especialmente o da condição pós-moderna, propor aos alunos a fruição da imagem da instalação de Saya Miyazaki e Masakazu Shirane para a bienal de KOBE, 2013. Perguntar a respeito das sensações que a obra provoca, pedir para que se imaginem vivenciando a experiência da instalação. Ao mesmo tempo, conduzir as respostas para uma relação com os sentimentos e as experiências da sociedade pós-moderna: as tantas informações que saturam o campo visual e dispersam o entendimento humano para a sua condição material e para a tomada de consciência do existir no mundo. Pode-se mencionar, por vezes, a sensação de "pouco espaço", de "sufocamento" advindo da grande quantidade de informações; ou pode-se mencionar a fragmentação das experiências, a curta duração e a transitoriedade das relações. Permita a multiplicidade de sentidos que os alunos podem atribuir à obra. Em seguida, encaminhe a resolução das **questões** (**p. 150**), sobre o fenômeno da ocorrência de um aumento dos casos de depressão nos tempos atuais e a relação com a condição humana na contemporaneidade.
- **O Brasil e as mudanças (p. 151).** Nesse tópico, é traçado um perfil do Brasil contemporâneo, considerando a dificuldade da superação de seus problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade social. Destacar as intenções na elaboração da constituição de 1988 e seu caráter democrático e inclusivo. Para estabelecer um contraponto, propor a interpretação do fragmento de texto de Daniel A. Reis, **A Constituição de 1988: entre a mudança e a continuidade** (**p. 152**) e encaminhar a resolução das **questões** da mesma página, sobre o conteúdo desse mesmo texto.
- **Neoliberalismo, política e desigualdades sociais (p. 152).** Caracterizar as políticas neoliberais que, a partir da década de 1990, têm feito parte da agenda do governo brasileiro, ao longo de diferentes mandatos presidenciais. Pontuar avanços e retrocessos sociais ao longo dessas três últimas décadas e o complexo processo político vivenciado pelo Brasil nesses últimos cinco anos.
- **A luta contra as desigualdades no Brasil (p. 153)** e **Somos povos para nos fazermos (p. 154).** Destacar as iniciativas e reivindicações dos grupos que têm sido vítimas de violência, exclusão e preconceito. Proponha a leitura coletiva do boxe **Pandemia e feminicídio** (**p. 153**), problematizando o texto do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Conclua a abordagem do texto didático destacando a importância do protagonismo na sociedade atual e da consciência de se viver em coletividade. A ação de um impacta, na maioria das vezes, na vida de uma maioria e, diferentemente do que às vezes é percebido, não vivemos isolados.

Imagine... (p. 154)

Sobre a violência contra as mulheres, desenvolver a atividade proposta nessa seção que solicita, por meio de um exercício de simulação, que o aluno elabore um plano de ação para combater a violência contra a mulher na localidade em que reside. Para essa atividade, oriente os alunos a elaborar seus projetos considerando as tecnologias de informação, as ferramentas digitais, as comunicações por meio de códigos ou sinais. Pode-se, também, propor que pesquisem algumas iniciativas já existentes nesse sentido.

De olho no presente (p. 154)

Seção que oportuniza a reflexão sobre um dos maiores desafios para as políticas públicas brasileiras: a concentração de renda e suas consequências. Tal problema, de raízes estruturais e históricas, impacta diretamente sobre a produção e a reprodução das desigualdades sociais no Brasil. É importante que os alunos investiguem as iniciativas já desenvolvidas para a erradicação da desigualdade de renda e que possam, a partir da reflexão e da problematização dessas questões, propor medidas e fundamentar seus posicionamentos.

EM ABERTA

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (p. 155).

Nessa seção, os alunos são convidados à leitura do **Doc. 1**, texto de Arnaldo Provasi Lanzara, sobre as desigualdades sociais no Brasil, amplificadas por ocasião da pandemia do novo coronavírus em 2020. O **Doc. 2**, um texto de Darcy Ribeiro, fala sobre a importância do protagonismo dos jovens na atuação em prol de uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

Atividades (p. 156)

O conjunto de atividades propostas visa à retomada das principais questões e habilidades exploradas ao longo dos quatro capítulos da quarta unidade. A **atividade 1** retoma a questão do caráter democrático e inclusivo da Constituição de 1988. A **atividade 2** discute a importância da mobilização do movimento negro e de suas conquistas, algumas delas representadas pela lei que tornou obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e africana.

Pesquisar

Essa proposta de pesquisa-ação visa mobilizar aluno para investigar e diagnosticar os elementos que lhe são caros na realidade social. Isso significa que fatores como cor, sexo, orientação sexual, classe social, entre tantos outros, podem interferir e incidir na forma como ele lê o mundo ao seu redor. Além disso, a proposta visa levar o aluno a se ver como um agente de transformação social, dotado da capacidade de intervir na realidade.

Aprofundar o conhecimento (p. 157)

A seção apresenta o texto de Juan Arias, jornalista e literato espanhol de notoriedade internacional. O texto apresenta reflexões sobre o Brasil na contemporaneidade e as mudanças sociais, políticas e econômicas que deram início a um importante processo de questionamento da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira. Também defende que a juventude deve ser a protagonista a propulsionar as mudanças sociais no país, a partir de sua capacidade de se agregar e de se organizar em movimentos que reivindiquem transformações.

Sugestões de leituras

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHOMSKY, Noam. *A política externa dos Estados Unidos da segunda guerra mundial a 2002*. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2005.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FREI BETTO. *O diabo na corte*: leitura crítica do Brasil atual. São Paulo: Cortez, 2020.

IANNI, Otávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

Leituras complementares

Relatório da Cepal sobre a pandemia da covid-19

Recomendada para o professor de Geografia

"Mais de um terço do emprego formal e um quarto do produto interno bruto (PIB) da América Latina e do Caribe são gerados em setores fortemente afetados pela crise econômica decorrente do coronavírus (covid-19), informou hoje a Cepal em um novo estudo sobre os impactos da pandemia na região. Além disso, ao menos a quinta parte do emprego e do PIB são gerados em setores que serão afetados somente de forma moderada.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) divulgou nesta quinta-feira, 2 de julho [de 2020] seu Relatório [...] intitulado: Setores e empresas diante da covid-19: emergência e retomada, apresentado pela Secretária-Executiva do organismo, Alicia Bárcena, em uma coletiva de imprensa virtual realizada em sua sede em Santiago, Chile.

A crise econômica decorrente da pandemia tem levado à suspensão total ou parcial das atividades produtivas. No relatório, são identificados três grupos de setores de acordo com a magnitude dos efeitos da crise (fortes, significativos e moderados). Os setores mais afetados são o comércio atacadista e varejista; as atividades comunitárias sociais e pessoais; hotéis e restaurantes; atividades imobiliárias, empresariais e de aluguel, e as manufatureiras.

'A crise atinge com maior intensidade os setores industriais potencialmente com maior dinamismo tecnológico e, portanto, aprofundará os problemas estruturais das economias da região. Isso significa que, se não forem implementadas políticas adequadas para fortalecer esses ramos produtivos, existe uma alta probabilidade de que uma mudança estrutural regressiva seja gerada, o que levaria à reprimarização das economias da região', alertou Alicia Bárcena na apresentação do relatório.

Segundo o estudo, a grande maioria das empresas da região registrou quedas significativas de suas receitas e apresenta dificuldades em manter suas atividades, pois apresentam sérios problemas no cumprimento de suas obrigações salariais e financeiras, e dificuldades no acesso ao financiamento para capital de trabalho. [...] A Cepal estima que seriam fechadas mais de 2,7 milhões de empresas formais na região – das quais 2,6 milhões seriam microempresas – com uma perda de 8,5 milhões de empregos, sem incluir as reduções de empregos que realizem as empresas que continuarão a operar. O impacto será muito diferente dependendo do setor e do tipo de empresa. Vários dos setores fortemente afetados, como o comércio, hotéis e restaurantes, contam com uma grande quantidade de micro e pequenas empresas, que serão as mais atingidas. [...] A Cepal identificou 351 ações, agrupadas em seis categorias de acordo com seus objetivos: liquidez,

MANUAL DO PROFESSOR

crédito, ajuda direta, proteção ao emprego, apoio à produção e exportações. Os detalhes sobre todas elas estão disponíveis no Observatório covid-19, que a Comissão implementou para atender às necessidades de seus países-membros. [...]

Diante dessa situação, a Cepal enfatiza a necessidade de dar uma resposta em grande escala para evitar a destruição de capacidades produtivas. Para isso, propõe quatro conjuntos de medidas:

1. Ampliar os prazos e os alcances das linhas de intervenção em termos de liquidez e financiamento para as empresas.

2. Cofinanciar a folha de pagamento das empresas durante seis meses para evitar a destruição de capacidades.

3. Realizar transferências diretas para os trabalhadores autônomos.

4. Apoiar as grandes empresas de setores estratégicos gravemente afetadas pela crise. [...]

Segundo o relatório, a crise gerará mudanças no interior das empresas e na organização das cadeias produtivas. As novas tecnologias serão fundamentais no modelo de funcionamento das empresas. 'A busca por maior produtividade e eficiência devem avançar em direção a uma transformação sustentável e inclusiva. As políticas industriais ativas serão essenciais para evitar que a crise leve ao fechamento das empresas, perda de empregos e custos para o meio ambiente', enfatizou Alicia Bárcena. [...] A Secretária-Executiva da Cepal finalmente observou que a crise da covid-19 destaca a necessidade de avançar em direção a um novo modelo de desenvolvimento. Por esse motivo, são necessárias 'políticas que permitam atender a emergência e implementar uma estratégia para superar as debilidades estruturais das economias e sociedades', declarou."

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Relatório Especial Covid-19. Os impactos da pandemia nos setores produtivos mais afetados irão alcançar um terço do emprego e um quarto do PIB da região. Disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/os-impactos-pandemia-setores-produtivos-mais-afetados-irao-alcancar-terco-emprego-quarto>. Acesso em 30 ago. 2020.

Os tempos hipermodernos

Recomendada para o professor de Filosofia

"A partir do final dos anos 70, a noção de pós-modernidade fez sua entrada no palco intelectual com o fim de qualificar o novo estado cultural das sociedades desenvolvidas. Tendo surgido inicialmente no discurso arquitetônico (em relação ao estilo internacional), ela bem depressa foi mobilizada para designar ora o abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e o fracasso das grandes ideologias da história, ora a poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades. Para além das diversas interpretações propostas, impôs-se a ideia de que estávamos diante de uma sociedade mais diversa, mais facultativa, menos carregada de expectativa em relação ao futuro. Às visões entusiásticas do progresso histórico sucediam-se horizontes mais curtos, uma temporalidade dominada pelo precário e pelo efêmero. Confundindo-se com a derrocada das construções voluntaristas do futuro e o concomitante triunfo das normas consumistas centradas na vida presente, o período pós-moderno indicava o advento de uma temporalidade social inédita, marcada pela primazia do aqui-agora.

O neologismo pós-moderno tinha um mérito: salientar uma mudança de direção, uma reorganização em profundidade do modo de funcionamento social e cultural das sociedades democráticas avançadas. Rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; consagração do hedonismo e do psicologismo; perda da fé no futuro revolucionário; descontentamento com as paixões políticas e as militâncias – era mesmo preciso dar um nome à enorme transformação que se desenrolava no palco das sociedades abastadas, livres do peso das grandes utopias futuristas da primeira modernidade.

Ao mesmo tempo, porém, a expressão pós-moderno era ambígua, desajeitada, para não dizer vaga. Isso porque era evidentemente uma modernidade de novo gênero a que tomava corpo, e não uma simples superação daquela anterior. Donde as reticências legítimas que se manifestaram a respeito do prefixo *pós*. E acresce-se isto: há vinte anos, o conceito de *pós-modernidade* dava oxigênio, sugeria o novo, uma bifurcação maior; hoje, entretanto, está um tanto desusado.

[...] O pós-moderno ainda dirigia o olhar para um passado que se decretava morto; fazia pensar numa extinção sem determinar o que nos tornávamos, como se se tratasse de preservar uma liberdade nova, conquistada no rastro da dissolução dos enquadramentos sociais, políticos e ideológicos. Donde o seu sucesso. Essa época terminou. Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto – o que mais não é *hiper*? O que mais não expõe uma modernidade elevada à potência superlativa? Ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização econômica, de ímpeto técnico-científico, cujos efeitos são tão carregados de perigos quanto de promessas. Tudo foi muito rápido: a coruja de Minerva anunciava o nascimento do pós-moderno no momento mesmo em que se esboçava a hipermodernização do mundo.

Longe de decretar-se o óbito da modernidade, assiste-se a seu remate, concretizando-se no liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada soa modos de vida, na exploração da razão instrumental até a 'morte' desta, numa individualização galopante."

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004. p. 51-53.

MORENA

Respostas e comentários das atividades do Livro do Estudante

CAPÍTULO 1

A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem?

Questões p. 18

1. É possível estabelecer uma relação entre o comportamento do menino branco e as atitudes dos líderes do movimento de independência, pois ambos remetem às bases sobre as quais foram construídas as relações entre negros e brancos nos Estados Unidos. No contexto da independência, os líderes do movimento reconheciam o trabalho escravo dos negros africanos como a base para o desenvolvimento da nação e da construção da riqueza da América. No entanto, a tira vai além ao mostrar que a ideologia liberal, adotada como modelo de Estado pelo Partido Republicano nos Estados Unidos, nega à população negra as condições para a sua emancipação econômica.
2. Segundo o historiador Edmund Morgan, os brancos proprietários de escravos defendiam o desenvolvimento da escravidão e a sua permanência após a independência, com o argumento de que ela contribuía para promover a redução das distâncias sociais entre os brancos.
3. Resposta pessoal. O aluno deverá ter condições de compreender o impacto que as relações desiguais de poder e oportunidades estabelecidas entre brancos e negros tiveram ao longo da história. Além disso, deverá problematizar as construções sociais e os valores liberais que naturalizam as desigualdades e tomam a prosperidade como resultante do esforço e da determinação individual.

Imagine... p. 20

O objetivo da atividade é permitir que os alunos assumam uma postura crítica e propositiva diante das *fake news*. Muitos países, inclusive o Brasil, discutem sobre os perigos das *fake news* para as sociedades democráticas. No entanto, a forma como as sociedades e os indivíduos lidam com essas informações falsas e, por vezes caluniosas, ainda é motivo de controvérsias. A intenção é que os alunos possam construir argumentos e elaborar um material educativo digital para ser difundido para a terceira idade, identificada como o público mais propenso a acreditar e reproduzir essas notícias falsas.

De olho no presente p. 20

1. Resposta pessoal. Os debates sobre a forma mais eficaz de se estabelecer uma luta antirracista dividem muitas opiniões, como aponta o texto. Professor, é importante problematizar essa discussão e criar um espaço de debate em sala de aula sobre formas e mecanismos de luta contra o racismo. O aluno deverá refletir sobre as questões levantadas e se posicionar em relação a questão.
2. Há no texto dois argumentos centrais: os contra a retirada do filme e aqueles que são a favor. Os que são contra afirmam que a retirada do filme é uma forma de apagar a conquista da primeira mulher negra a ganhar um Oscar na história, a atriz Hattie McDaniel, bem como tirar das gerações mais jovens a chance de aprender com os erros do passado. Em contrapartida, os que são a favor da retirada, enfatizam que manter o filme na plataforma digital é reforçar estereótipos raciais que ainda são presentes na sociedade estadunidense.
3. Resposta pessoal. A partir da discussão propiciada pelas questões anteriores, os alunos devem ponderar sobre o alcance dos meios de comunicação e sua influência sobre a sociedade para propor soluções que visem a inclusão de ações afirmativas, debates e reflexões em sua programação com o objetivo de abranger e dar visibilidade à população negra e afrodescendente do Brasil.

Aprender a argumentar p. 20

1. a) Trata-se de um argumento indutivo que parte da constatação de três casos (Guerra do Peloponeso, Guerras Napoleônicas e Segunda Guerra Mundial), para generalizar, concluir indutivamente uma regra que teria validade para todas as guerras.

   b) O que pode dificultar um pouco a discriminação da conclusão é sua posição: ela está no início do argumento. Trata-se da tese do argumento que é apoiada ou inferida de três casos de guerra.

   Premissa: A Guerra do Peloponeso foi causada pelo desejo ateniense de dominar a Grécia.

   Premissa: As Guerras Napoleônicas foram causadas pelo desejo de Napoleão de dominar a Europa.

   Premissa: A Segunda Guerra Mundial foi causada pelo desejo de dominação territorial.

   Conclusão: Assim, as guerras são causadas pelo desejo de dominação territorial.

   c) Mesmo se aceitássemos as premissas como verdadeiras, elas não sustentam a generalização, que é muito ampla, ou seja, há guerras que não têm como causa o desejo de dominação territorial, como acontece em muitas guerras civis.

MODERNA

d) Uma possibilidade de tornar o argumento um pouco melhor ou mais defensável é restringir o âmbito da conclusão, por exemplo: "As guerras entre Estados independentes são causadas pelo desejo de dominação territorial"; ou mesmo assumir a impossibilidade de uma generalização ampla, "Muitas guerras são causadas pelo desejo de dominação territorial".

2. Subjetivo é algo que pertence ao sujeito pensante, é individual e íntimo, não pode ser compartilhado. Objetivo é algo independente do pensamento individual e que pode ser conhecido pelos outros. Assim, quando se afirma "Tudo é subjetivo" está se cometendo um disparate, pois, se essa afirmação for compreensível, objetiva, ela seria falsa, pois contradiria o que ela mesma afirma: a subjetividade de tudo. Se ela fosse subjetiva, ela não poderia ser compreendida ou reivindicar objetividade.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 21

1. "Os direitos dos ingleses apoiados sobre as injustiças contra os africanos". Professor, é importante chamar a atenção dos alunos para a forma como o autor se refere aos habitantes das treze colônias. Eles são chamados de "ingleses". De fato, os colonos se sentiam súditos da Coroa britânica e se identificavam como ingleses do ultramar. Por isso, seria incorreto chamá-los de norte-americanos ou estadunidenses. Até a independência, não havia um Estado nacional de nome "Estados Unidos" nem uma identidade cultural e política separada da Grã-Bretanha. Como no Brasil, a construção desse Estado e dessa identidade foi um processo lento e desigual, que se consolidou ao longo dos anos.

2. A Revolução Americana tornou mais evidente a contradição entre escravidão e liberdade, práticas entrelaçadas na formação dos Estados Unidos, porque a guerra contra a dominação inglesa foi consagrada com a Declaração de Independência. O documento, aprovado em 1776 e considerado a carta de fundação dos Estados Unidos, proclamou ao mundo que todos eram homens iguais, "dotados pelo Criador" de direitos inalienáveis, entre os quais estavam a vida, a liberdade e a procura da felicidade.

3. a) A razão principal para a eclosão da revolta é mencionada nos dois primeiros quadrinhos. O personagem que representa Bacon exige que o governador Berkeley, da colônia de Jamestown, retire os indígenas de suas terras, para que ele pudesse obter mais territórios; mas Berkeley se recusa a acatar o pedido de Bacon. Liderados por Bacon, os colonos se armam para lutar contra os indígenas, matando muitos deles e colocando fogo em suas casas. O grupo comandado por ele também vai até a cidade e incendeia a Câmara dos Burgueses, uma espécie de Assembleia Geral da região. Logicamente, os quadrinhos expressam a visão dos colonizadores que estavam em busca de cada vez mais lucros e terras para explorar. Os indígenas, que atacavam as propriedades coloniais como meio de se revoltar contra o avanço em direção ao seu território estavam naquela região muito antes da chegada dos ingleses. Mesmo assim, os nativos foram expulsos de suas terras tradicionais e os que sobreviveram foram removidos, à força, para reservas localizadas no oeste dos Estados Unidos.

b) A Rebelião de Bacon, segundo o quadrinho, serviu para alertar os colonos do risco que representava a presença de um numeroso grupo de servos temporários. Temendo conviver com a pressão social de um setor que migrou para a América na expectativa de ascender socialmente por meio da aquisição de terras, os proprietários encontraram na escravidão a força de trabalho necessária para as *plantations*, reduzindo a importação de servos por contrato.

c) Sim, pois o quadrinho demonstra como, para obter vantagens e melhores condições de vida, os colonos da América anglo-saxônica desconsideravam os interesses e direitos dos povos indígenas nativos.

4. Resposta do grupo. Nesse último trecho do seu artigo, o autor transpõe a relação paradoxal entre escravidão e liberdade, intrínseca à formação do Estado nacional norte-americano, para uma temporalidade mais longa, que se estende aos dias atuais. O paradoxo não estaria apenas na defesa da liberdade para os colonos e da escravidão para os africanos, mas também na aliança entre o Estado norte-americano, símbolo da democracia e da liberdade, e governos ditatoriais ao longo da história. Exemplos dessa aliança não faltam. Durante a Guerra Fria, podemos citar o apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos aos governos ditatoriais na América Latina, no Haiti, nas Filipinas, na Espanha, no Iraque e em vários países da África, além da aliança com o regime do *apartheid* na África do Sul e com a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba. Nos dias atuais, a relação de amizade que mais expõe o "paradoxo americano" é com a Arábia Saudita, uma monarquia absolutista governada pela família Al Saud desde os anos 1930, sem Constituição, divisão de poderes e eleições. Também podem ser citados o apoio à monarquia ditatorial do Bahrein e aos regimes semiditatoriais das ex-repúblicas soviéticas do Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão.

5. O processo de independência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que representava um avanço e uma possibilidade de rompimento com o poder colonial, se sustentava em contradições sobre os limites da igualdade e da liberdade. Preocupados com a estabilidade interna e com o desenvolvimento da nova nação, os líderes do movimento viam na escravização dos negros uma saída para esses problemas. Baseados nos ideais de liberdade e igualdade do Iluminismo, e fundamentados nos valores liberais, os ativistas, políticos e intelectuais envolvidos no processo de independência, foram

EDITORIA

incapazes de estender esses princípios a todos os membros da sociedade americana. A independência americana influenciou inúmeros processos revolucionários e questionamentos ao redor do mundo ocidental, ao abrir a possibilidade de estabelecimento de uma nova ordem política, pautada na igualdade e na liberdade.

CAPÍTULO 2
A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América

Questões p. 25

1. O movimento pela independência foi representado pelo artista como uma frente que reuniu indígenas, mestiços, *criollos*, africanos, militares e setores do clero, liderados pelo padre Morellos. O artista representou o movimento como um amplo pacto social na colônia visando derrotar a dominação espanhola.
2. O líder do movimento, o padre Morellos, está representado à frente e no centro do grupo, aspecto que põe em evidência o seu protagonismo na luta. O padre aparece com o texto constitucional na mão, aspecto que o diferencia do padre Hidalgo.

De olho no presente p. 25

É esperado que o estudante associe o nome do campeonato de futebol a algumas questões centrais:

- É o campeonato de futebol das Américas, continente onde todos os países se tornaram independentes.
- Ao atribuir esse título ao campeonato, as confederações de futebol quiseram destacar a importância das independências como fator que une o continente, visto que há países com idiomas (o Brasil era o maior problema nesse sentido), culturas, políticas e práticas muito distintos.

Questões p. 27

Espera-se que o aluno perceba que essa visão é produto do pensamento etnocêntrico e racista da Europa do século XIX. Nessa visão, a civilização correspondia ao mundo da razão, da ciência e da indústria. Os povos tradicionais, sem cidades, Estado e moeda, eram bárbaros e necessitavam do apoio dos brancos para libertá-los do estado de natureza e conduzi-los ao progresso. Os estudos da Antropologia mostraram mais tarde que essa visão é completamente equivocada, pois não se pode tentar compreender uma sociedade utilizando referenciais exteriores a ela. Dessa forma, não havia desertos humanos naquelas regiões, mas diferentes povos indígenas, com seus modos particulares de garantir sua sobrevivência, relacionar-se entre si e com a natureza e enxergar o mundo.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 28

1. A reportagem mostra que houve um processo de apagamento da memória da presença africana nos países sul-americanos de língua espanhola. Ainda que eles tivessem entrado em menor número na América hispânica continental que na América portuguesa, havia uma presença importante de negros escravizados no Chile e na Argentina, por exemplo. Porém, as elites intelectuais e políticas encarregadas de escrever a história de cada Estado nacional após a independência não tiveram interesse em dar visibilidade ao passado negro em seus países. A atenção deles estava voltada para a imigração europeia, que foi valorizada e destacada nos livros de história.
2. O texto apresenta evidências do passado negro nessa parte da América e do desaparecimento desse passado. Por exemplo, há dados estatísticos que mostram que, no período colonial, 20% da população de Santiago era formada de negros escravizados e em algumas regiões esse índice podia chegar a 60%. Na Argentina, Maria Remedios del Valle, de origem africana, combateu nos exércitos dos libertadores, mas a história oficial, por preconceito, preferiu valorizar a contribuição de espanhóis, italianos e judeus na formação do país.
3. O que explica o desaparecimento dos negros do passado desses países sul-americanos é o preconceito contra a população negra, que levou os governantes e as elites econômicas e intelectuais de cada país a excluir da sua história a contribuição africana. O mesmo preconceito se mantém hoje nesses países em relação à população afrodescendente, que luta para que sua história seja resgatada e para que seus direitos sejam reconhecidos.
4. A atividade permite estimular a capacidade de imaginação dos alunos e desenvolver o sentimento de empatia ao ter de se colocar no lugar de uma pessoa que é vítima de preconceito. Ao mesmo tempo, ele é mobilizado para pensar em estratégias que poderiam ser utilizadas para alterar aquela situação. Mais que isso, ele deverá aplicar a estratégia em uma rede social, visando garantir visibilidade ao problema e mover cada vez mais pessoas pela mudança dessa situação.
5. A emancipação das colônias foi o resultado do crescente antagonismo entre os interesses da metrópole e os da elite *criolla* de cada região. O enriquecimento da camada dos *criollos* colocou em xeque os monopólios e as restrições do sistema colonial mercantilista. Assim como na Europa o sistema mercantilista se desmoronava diante do avanço das ideias liberais, nas colônias ocorria um processo semelhante de atrito entre as regras do sistema colonial e os princípios liberais defendidos pelos *criollos*, interessados no livre-comércio com as outras nações e no fim das taxações metropolitanas. As invasões napoleônicas aceleraram um processo de desgaste que já estava em curso e evidenciaram o anacronismo do sistema colonial mercantilista.

MANUAL DO PROFESSOR

As independências não significaram a melhoria das condições de vida para negros, indígenas e mestiços. Os negros continuaram escravizados, e os mestiços não foram incluídos no projeto de modernização capitalista dos novos Estados, dirigido pela elite *criolla*. Talvez as maiores vítimas tenham sido os indígenas, que perderam suas terras comunais para os grandes empreendimentos agropecuários do novos países ou foram dizimados pelas campanhas de avanço da fronteira agrícola.

CAPÍTULO 3
Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras

Questões p. 32

1. O aluno deve citar que o *Homestead Act* incentivou a Marcha para o Oeste na medida em que as famílias de colonos tiveram a possibilidade de se tornarem proprietárias de terras, o que favoreceu a vinda de novos imigrantes europeus e a ocupação dos territórios a Oeste dos Estados Unidos. Professor, é importante aprofundar discussões com os alunos explicando que essa Lei não incluía os nativos indígenas dos Estados Unidos, dos quais, aliás, o Estado americano chegou a comprar numerosas terras, pagando baixíssimo preço. Outro fator que revela o descaso do governo estadunidense em relação à população indígena é a própria política de ocupação do oeste: os novos colonos que migraram para povoar "vazios espaciais"; desconsiderando totalmente a presença dos nativos, seu direito às terras tradicional ocupadas e deixando-os alheios ao processo de integração do território estadunidense.
2. O aluno deve citar que a "Marcha para o Oeste" se deu a partir do extermínio de indígenas nativos, que não tiveram seus direitos à terra e modos de vida garantidos, sendo considerados um empecilho ao progresso. Além disso, a chegada de novos colonos intensificou o processo de expropriação das terras indígenas e o massacre dessa população.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 35

1. O aluno deve se basear em seus conhecimentos e na compreensão dos estudos deste capítulo para explicar que a formação territorial do Canadá é resultante de disputas coloniais entre as metrópoles espanhola, francesa, inglesa e entre os Estados Unidos. É importante que ele perceba que a ocupação e a colonização do leste foi, prioritariamente, feita pela metrópole francesa, criando uma cultura distinta na região de Quebec (daí o predomínio da população francófona) e que a metrópole inglesa, presente na região, instalou entrepostos comerciais em volta da baía de Hudson, gerando disputas e divisão pelo domínio do território. A metrópole inglesa foi também a principal responsável pela ocupação e colonização do oeste, sobretudo a Colúmbia Britânica e que, até sua independência, o Canadá viveu esses conflitos de interesses em sua formação territorial. Por fim, deve concluir que esses fatos criaram um país com diversidades culturais e políticas que, atualmente, se refletem nas intenções separatistas, como as citadas no texto em relação às províncias de Alberta (Wexit Alberta), Colúmbia Britânica, Saskatchewan e Manitoba.
2. O aluno deve citar, e usar como argumento, as medidas tomadas pelo governo, citando a medida do Tribunal Supremo do Canadá (Justiça), com a promulgação da chamada Lei da Claridade em 2000, que quase impossibilita novas consultas separatistas. Ele deve compreender que cabe ao Estado assegurar a manutenção dos seus limites territoriais; que o Estado nacional moderno tem formas legais de garantir suas fronteiras políticas. Professor, aprofunde as discussões com os alunos, retomando o fato de o Canadá ter uma política de resolução de conflitos internos pautada nas questões legais e na Justiça, como o atendimento às reivindicações dos Inuit, que tiveram a autonomia de Nunavut, no noroeste do país, reconhecida. Explique para os alunos que, segundo alguns especialistas, o Canadá conseguiu certo equilíbrio político e cultural (apesar de seu histórico de formação), mas as tensões de choques culturais (entre a população anglófona e francófona) têm se fortalecido nas últimas décadas, por questões econômicas e políticas, impulsionados por interesses de líderes locais. Esses líderes e partidos alegam, por exemplo, descaso do governo central de Ottawa na compensação fiscal, redistribuição das riquezas etc. nas províncias de Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan e Manitoba.
3. O aluno deve levantar hipóteses, compreender que há interesses políticos em muitos desses movimentos, pois a efetivação de uma separação culmina com o surgimento de um novo país, com todo o aparato político que o administra, o que significa a possibilidade dos líderes separatistas se tornarem presidentes ou chefes de Estado.
4. O aluno deve analisar o texto e citar que a autora se vale da possibilidade de construção de uma ponte física (concreta) internacional sobre o rio Tacutu (limite físico das cidades de Bonfim, no Brasil, e Lethem, na Guiana) para elaboração, metafórica da ponte imaginária, visível no modo de viver. Essa ponte (imaginária) se faz presente ao perceber o intenso fluxo (trânsito) de pessoas e mercadorias, organizado em função de seus interesses e necessidades e as múltiplas e diversas relações na área fronteiriça (não impedidos pela ausência da ponte física); ou seja, embora não haja ponte material há intensas relações e fluxos entre os habitantes das duas cidades em suas práticas sociais cotidianas.
5. O aluno deve considerar os elementos do texto que dão sustentação à ideia de uma "fronteira cultural" na fronteira Brasil-Guiana na região, por exemplo: a rica diversidade sociocultural oriunda

da convivência entre negros-guianenses, brasileiros não indígenas e indígenas das etnias Macuxi e Wapixana, etnicidade e a nacionalidade dos moradores da fronteira Brasil-Guiana; as representações individuais e coletivas que emergem das relações de seu contato no cotidiano; o jogo identitário que os grupos étnicos constroem em situações do cotidiano, bem como o modo de vida em cada Estado-nação etc. Professor, aprofunde as discussões com os alunos, explore o conceito de fronteira cultural, a partir dos elementos trazidos pelo texto, ampliando para definições simbólicas de fronteira em relação a diferentes fluxos e expansão de fenômenos. Comente com os alunos que a pesquisa revelou que a ponte não saiu de um projeto no papel, mas sua existência é tão real na vida das pessoas daquela região de fronteiras que o cotidiano expressa um fluxo de pessoas, mercadorias e negócios, organizado ali em função de seus interesses e necessidades sob uma ponte imaginária que ignora a existência do rio Tacutu como obstáculo para travessia de um a outro país. Estabeleceu-se uma realidade de fluxos que se sobressai aos limites impostos pela soberania dos Estados-nação.

6. O aluno deve citar que a formação territorial dos países americanos após a independência se deu por meio da anexação e compra de territórios, guerras e revoluções anticoloniais e acordos diplomáticos. Como exemplos, o aluno pode citar a história de independência e formação territorial dos Estados Unidos (primeiro país a se livrar das amarras coloniais no continente): independência das treze colônias, em 1776, expansão para o oeste, por meio da compra de territórios (Luisiana e Flórida), e anexação de territórios após guerra (Califórnia, Nevada). Outra possibilidade é destacar a independência da América espanhola e a fragmentação da região em diversos países (apesar das pretensões pan-americanas de Simón Bolívar e José de San Martín). O aluno, quanto à explicação das fronteiras étnico-culturais se sobreporem às fronteiras políticas, precisa entender que as fronteiras refletem o dinamismo de uma rica diversidade sociocultural, onde os modos de viver se misturam, o que não se limita e se sobrepõe aos limites das fronteiras políticas, citando a situação do povo Tikuna e a situação da fronteira entre Brasil e Guiana como relações de convivência étnico-racial e cultural para além de limites físicos ou políticos.

CAPÍTULO 4

O pensamento político nos nascentes Estados americanos

Imagine... p. 38

Oportunidade de o aluno exercitar sua capacidade argumentativa. Espera-se que o aluno compreenda que o poder absoluto, sem limites, de uma pessoa ou grupo torna-se autoritário e arbitrário; ferindo o direito de outros, ameaçando e cerceando a liberdade individual, sempre que esta se opuser aos interesses de quem governa.

Questão p. 40

A onda de manifestações contra o racismo nos Estados Unidos está relacionada à escravidão que vigorou no país tanto no período colonial quanto após a independência (até 1863) e que marcou profundamente as relações entre negros e brancos. Sendo base da economia e estando presente durante a formação do país, a escravatura definiu as relações sociais modernas e contemporâneas. A cidadania do negro permaneceu inferiorizada durante toda a história estadunidense, embora a Constituição americana garanta formalmente direitos iguais a todo cidadão. Tal situação provocou e provoca lutas e manifestações por direitos iguais. Apesar dos avanços e conquistas do movimento negro, a discriminação racial é persistente nos Estados Unidos, como evidencia o frequente tratamento policial violento dispensado a essa parcela da população. Em 2020, George Floyd, um homem negro, foi assassinado em uma brutal abordagem policial, o que gerou uma série de protestos contra o racismo em todo o país. As manifestações contra o racismo não ficaram restritas aos Estados Unidos, elas se estenderam a outras nações. Isso evidencia que, por um lado, o abismo social entre negros e brancos proveniente da escravatura e do colonialismo tomou outras formas, mas ainda está longe de ser completamente resolvido; por outro, que essa questão se trata de um problema mundial.

Aprender a argumentar p. 41

O diálogo se desenvolve a partir de duas posições ou teses opostas. Maria defende a tese de que dar gorjeta não é uma boa prática e não deveria continuar. João defende a tese que dar gorjeta é uma boa prática e deveria continuar. Cada tese é sustentada por premissas, que são combatidas pelo oponente no diálogo.

O argumento principal de Maria (AM1) pode ser assim ordenado:

AM1

Premissa 1: Um problema sério com o pagamento de gorjetas é que às vezes é difícil saber o quanto pagar.

Premissa 2: O pagamento de gorjeta cria desconforto desnecessariamente. (Se a gorjeta for muito baixa, quem recebe acaba contrariado. Se for muito alta, quem acaba contrariado é quem paga).

Conclusão ou **tese**: Dar gorjeta não é uma boa prática e não deveria continuar.

O argumento principal de João (AJ1) pode ser assim ordenado:

AJ1

Premissa 1: Muitas pessoas dependem das gorjetas como complemento de sua renda.

Premissa 2: Se paramos de pagar, essas pessoas passarão necessidades.

Conclusão ou tese: Dar gorjeta é uma boa prática e deveria continuar.

No diálogo, João contra-argumenta atacando a premissa 1 de AM1, "Um problema sério com o pagamento de gorjetas é que às vezes é difícil saber o quanto pagar". Seu contra-argumento (AJ2) pode ser assim ordenado:

AJ2

Premissa 1: Na maioria das coisas na vida, usa-se o bom senso.

Premissa 2: Para avaliar a gorjeta, basta usar o bom senso.

Premissa 3: Se o serviço que você recebeu foi bom, você deve dar gorjeta; se não foi, você não deve pagar nada.

Conclusão: Não é difícil saber quanto pagar pela gorjeta.

Maria responde a esse argumento, atacando as premissas 1 e 2 do AJ2. Sua formulação (AM2) pode ser assim organizada:

AM2

Premissa 1: O bom senso varia de pessoa para pessoa e muitas vezes está errado!

Premissa 2: O bom senso é muito vago e variável.

Conclusão: Portanto, o bom senso não é um bom critério para definir o valor de uma gorjeta.

Maria também contra-argumenta AJ1. Seu argumento pode ser assim organizado (AM3):

AM3

Premissa 1: Com aumento de salário-mínimo, ninguém dependeria de gorjetas para completar a renda.

Premissa 2: Com o aumento do salário-mínimo as pessoas que deixassem de receber gorjetas não passariam necessidades.

Premissa 3: A prática de dar gorjeta não deve continuar.

Premissa 4: As pessoas não devem passar necessidades.

Conclusão: Deve-se aumentar o salário-mínimo.

João, por sua vez, contra-argumenta o AM3. Seu argumento pode ser assim organizado (AJ3):

AJ3

Premissa 1: O aumento do salário-mínimo aumentaria os custos de mão de obra.

Premissa 2: O aumento dos custos de mão de obra causaria desemprego.

Premissa 3: O desemprego é pior do que manutenção da prática de dar gorjeta.

Conclusão: Deve-se manter a prática de dar gorjeta.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas — p. 42

1. Sepúlveda defendia a guerra justa contra o índio e a escravidão indígena apoiado na posição aristotélica de que os bárbaros – não gregos –, quando aprisionados em guerra justa, mereciam por natureza ser escravizados. Opondo-se a Sepúlveda, Las Casas defendia os indígenas, afirmando que não eram ignorantes, desumanos ou bestiais; ao contrário, eram capazes de viver uma vida autônoma, organizada em comunidade, com leis, religião e costumes que, em muitos aspectos, podiam superar a chamada sociedade civilizada. Nesse sentido, nem a escravidão, nem a guerra contra os índios se justificavam.

2. Os povos tupis, que viviam na costa brasileira muito antes da invasão portuguesa tiveram, de maneira trágica, suas práticas, culturas e modos de ser transformados após o contato com a civilização europeia. Os filhos dos índios com brancos ou negros nasceram e se desenvolveram no seio dessas transformações. Apesar de serem filhos de indígenas, eles já não eram propriamente indígenas, tinham sido deslocados de suas tradições milenares. Ao mesmo tempo, porém, essas tradições ainda permaneciam, de maneira suficiente para gestar um modo de ser e de perceber o mundo muito diferente dos portugueses. É como se o lugar desses filhos de indígenas fosse um "entre" mundos. Nem índios, nem portugueses ou negros. Algo semelhante ocorria com o filho do negro escravizado no Brasil; ele era diferente do seu pai, pois nascia e se formava aprendendo uma nova língua e vivenciando hábitos diferentes, em outras terras. Para a constituição de sua identidade, não bastava a condição de escravizado e o fato de ser negro. Ele percebe-se não africano ao comparar-se com os boçais; não índio e muito menos branco. De acordo com Darcy Ribeiro, coube a esses primeiros brasileiros a tarefa de buscar sua identidade e construir a identidade do Brasil.

3. Espera-se que o aluno compreenda que a nomeação "bárbaro" aos povos indígenas americanos cumpriu a função de, por um lado, negar formas de ser e de viver diferentes daquelas existentes na Europa; por outro, justificar toda a violência do processo civilizatório, que era impulsionado por interesses comerciais e ideais evangelizadores. A utilização da expressão "bárbaro" é recorrente na história da humanidade, como fizeram os próprios gregos antigos, para negar e sobrepujar culturas diferentes à sua.

4. Resposta aberta. Oportunidade de o aluno refletir sobre a identidade do brasileiro. A identidade de um indivíduo e a de uma nação é sempre problemática. Ela não é dada definitivamente, está sempre sujeita a modificações de ordem social, cultural e econômica. Por exemplo, a globalização e o desenvolvimento do ciberespaço alteraram e estão alterando as relações entre culturas e os processos identitários individuais e coletivos. A pergunta busca instigar uma reflexão sobre a tarefa de constituir uma identidade brasileira; algo que se colocava para os primeiros brasileiros. Essa "missão" já foi cumprida ou ainda está por realizar-se? Não há dúvida de que o brasileiro tem características próprias que o distingue de outros povos; mas, ao mesmo tempo, diversos problemas identitários permanecem – não só entre os descendentes de povos que constituíram o Brasil, como os índios e os negros, cujos direitos ainda são aviltados, como também na dificuldade em estabelecer uma

identidade em um país de extensão continental, que agrupa uma pluralidade de práticas sociais e de maneiras de existir.

5. Os movimentos de independência das colônias americanas foram influenciados pelo iluminismo e pelo liberalismo. A busca por liberdade estava presente em todas as colônias. No entanto, esses movimentos foram liderados pelas elites coloniais, que não buscavam acabar com a estrutura escravagista da sociedade, alterando a condição social do índio e do negro, ao contrário, buscavam desenvolvê-la. A liberdade que almejavam eram a liberdade política e econômica em relação ao país colonizador, a liberdade de produzir e comercializar seus produtos. Os novos governantes oriundos dos processos de independência apoiaram-se na escravatura para se relacionar com o mercado mundial, para o qual ofereciam matéria-prima e recebiam produtos manufaturados, firmando-se uma posição de dependência em relação a países mais avançados economicamente, nos quais o capitalismo já estava estabelecido, como era o caso da Inglaterra e depois dos Estados Unidos.

Atividades p. 43

1. A Revolução Americana foi influenciada ideologicamente pelos franceses devido à propagação, na América inglesa, de importantes ideais da filosofia iluminista. Grande parte dos intelectuais e cientistas defensores da razão, da liberdade e do fim da tirania dos reis como princípios norteadores da vida social eram franceses. A França também atuou na guerra de independência das treze colônias, tanto com recursos financeiros quanto com o envio de soldados para lutar ao lado dos colonos. Após a Declaração de Independência dos Estados Unidos, o clima de insatisfação com o Antigo Regime na França aumentou. Muitos franceses, especialmente os soldados que lutaram nas treze colônias, passaram a questionar o fato de terem participado do movimento contra a tirania inglesa em outro país e ainda viverem sob o jugo do absolutismo monárquico na França.
2. Resposta pessoal. O aluno deve levantar hipóteses e relacionar a frase com o processo de definição das fronteiras mexicanas, em meados do século XIX. Esse processo foi marcado pela guerra travada com os Estados Unidos, quando o território mexicano perdeu para o país vizinho grande parte do que hoje corresponde ao oeste do território dos Estados Unidos.
3. Alternativa correta: **d**. Simón Bolívar defendia a formação de uma grande república na América, o que não se tornou possível devido, entre outros fatores, às diferenças de interesses entre as elites dos países que se formaram após a independência.

Pesquisar

Dividida em quatro etapas, a pesquisa sugerida pode ser adequada à realidade da escola, do professor e dos alunos, visando um melhor aproveitamento da proposta. Na primeira e segunda parte, os alunos deverão selecionar um país da América que tenha implementado a escravização dos negros em suas atividades econômicas. A partir disso, eles deverão fazer um levantamento histórico de como se configurou a escravidão, bem como transcorreu seu processo de abolição. Na terceira parte, os alunos deverão analisar as contribuições dos negros para formação da sociedade escolhida. Ressalte a importância de os alunos buscarem figuras que nem sempre tiveram destaque na história oficial, como o advogado abolicionista Luiz Gama, a ex-escravizada afro-americana Sojourner Truth, entre tantos outros. Estimule-os a procurar contribuições que vão além dos elementos culturais, como os movimentos políticos, por exemplo. Alerte-os para os perigos do etnocentrismo e das interpretações estereotipadas. No quarto item, os alunos deverão recorrer a dados sociodemográficos que sejam capazes de mostrar como se dá a inserção da população negra no país analisado hoje. De posse desses dados, os estudantes deverão produzir um vídeo, a ser exibido e discutido na classe, sobre a escravidão e sua trajetória na configuração da América. Para isso, eles podem utilizar recursos de editores de vídeo disponíveis na internet e em aplicativos de *smartphones*. O vídeo pode ser feito a partir de uma apresentação oral, em que um ou mais alunos narrem as principais informações, apoiados por imagens como obras de arte, fotografias, mapas, gráficos, objetos da cultura material etc., que demonstrem a complexidade e a diversidade das situações analisadas e suas conclusões.

Aprofundar o conhecimento p. 44

1. A sociedade da América Latina estava organizada com base na exclusão de gênero e etnia; mulheres, negros e indígenas viviam marginalizados, sem garantia de direitos e cidadania. Mesmo após a independência, essa estrutura se manteve, conservando a situação de exclusão, discriminação e pobreza.
2. Às mulheres era designado um lugar secundário, preferencialmente desenvolvido no espaço privado do lar. A maioria não tinha acesso à educação e, consequentemente, a um emprego. Não era desejável que a mulher se ocupasse de assuntos que estivessem fora do âmbito doméstico.
3. O conhecimento sobre a participação das mulheres nas lutas da independência se dá graças ao processo de desconstrução de uma história fundada em personagens da elite e escrita por homens, em sua maioria de classes e povos dominantes. A busca por uma história que considerasse a complexidade das relações e do protagonismo de diferentes grupos sociais – excluídos da historiografia tradicional – trouxe à tona narrativas até então desconhecidas e silenciadas.
4. Resposta pessoal. Entretanto, espera-se que o aluno reflita sobre as condições atuais da mulher nos mais diversos países americanos e, especialmente, no Brasil – cuja realidade se faz mais presente em seu cotidiano – e perceba que, apesar dos avanços, esse é um elemento que permanece nas sociedades americanas. Mulheres são minoria em cargos de chefia nas empresas; ganham salários menores

EM MODERNA

que os homens que ocupam as mesmas funções e exercem as mesmas atividades; são vítimas de preconceito, discriminação e assédio no mercado de trabalho; têm pouco espaço na ocupação de cargos políticos; sofrem com relações abusivas, que muitas vezes terminam em feminicídio, entre tantos outros exemplos. É importante demonstrar aos alunos como essa exclusão da mulher foi um processo construído e legitimado historicamente e evidenciar que cada indivíduo tem um papel importante para ajudar a transformar essa realidade.

5. O objetivo dessa atividade é promover, entre os alunos e a comunidade, a valorização da mulher enquanto sujeito que ocupa um espaço social, econômico, político, cultural etc. Professor, auxilie os estudantes na organização do evento, distribuição das tarefas e durante sua realização. A sala pode ser dividida em grupos: um fica responsável pela elaboração dos cartazes e divulgação nas redes sociais e entre a comunidade; outro convida as mulheres que gostariam de participar do debate (incluir líderes comunitárias; pessoas que façam parte de ONGs e outras organizações etc.); um grupo fica encarregado de fazer o levantamento das que se interessam em expor seus trabalhos; uma parcela dos alunos verifica o que será necessário para montar a estrutura do evento – mesas, cadeiras, estandes para a exposição etc. Seria interessante realizar reuniões anteriores ao evento, de acordo com a disponibilidade da turma, para que todos possam acompanhar o andamento da atividade, compartilhar ideias e problemas que eventualmente apareçam ao longo da execução do projeto. É importante que esse acontecimento não se torne algo voltado somente para o público feminino; os homens da comunidade também devem participar, para que a discussão e a conscientização sejam mais profícuas.

CAPÍTULO 5
A independência do Brasil e o período imperial

Questões p. 49

1. O autor utiliza os dois nomes como sinônimos porque o Brasil, naquela época, era considerado um vice-reino do Império Português no outro lado do Oceano Atlântico. Os próprios moradores do Brasil consideravam-se portugueses na América. Este mapa demonstra o forte vínculo que existia entre Portugal e Brasil, que até então não tinha existência autônoma.
2. Possivelmente porque ainda não havia sido ocupada, embora fizesse parte do Império Português.

Questões p. 50

1. Segundo os movimentos constitucionais do início do século XIX, cidadão seria o indivíduo que teria garantidos os direitos civis (direito à propriedade, liberdade de expressão, de ir de vir, inviolabilidade do domicílio, entre outros) e os direitos políticos (poder ser eleito e, também, de eleger).
2. Os africanos, mesmo libertos, jamais poderiam ser considerados cidadãos por lei; logo, não teriam direitos civis e políticos. Os seus descendentes, teoricamente, poderiam ter tais direitos, mas como indivíduos que viviam às margens da sociedade imperial, eles dificilmente os teriam de fato. Quanto aos indígenas, estes nem eram mencionados em lei; no texto, afirma-se que, por isso, eles foram tutelados pelo Estado, o que significa que não foram considerados como cidadãos em nenhum momento.

Questões p. 51

1. Durante o Período Joanino, a imprensa recém-chegada ao Brasil tinha caráter oficial, só publicando o que interessava ao governo. Porém, ela foi vista como uma grande novidade, porque os leitores podiam saber notícias de todo o mundo. Nos anos finais do Primeiro Reinado, já não existia mais a censura sobre a imprensa, o que fez surgir jornais de oposição ao imperador que tiveram importante papel em sua abdicação. No Período Regencial, ela tornou-se central na cena política, onde ocorreu uma batalha de opiniões a respeito do destino do país. Esse processo levou ao surgimento da opinião pública no Brasil.
2. Resposta pessoal. No entanto, espera-se que o aluno perceba que ela atingiu uma parcela da população analfabeta, que pôde saber das notícias por meio das leituras partilhadas e do boca a boca, projetou novos autores e até levou as mulheres a criar o gosto pela leitura de romances.

Aprender a argumentar p. 53

1. **a)** e **b)** São duas as teses ou conclusões interligadas defendidas: “As ciências e as artes devem seu nascimento a nossos vícios”; e “Teríamos menor dúvida quanto às vantagens das ciências e das artes se essas devessem o seu nascimento a nossas virtudes”. A conclusão do primeiro argumento passa a ser premissa do segundo. Eles podem ser assim ordenados:

A1

Premissa 1: O inventor das ciências foi um deus inimigo do repouso dos homens.

Premissa 2: A astronomia nasceu da superstição.

Premissa 3: A eloquência nasceu da ambição, do ódio, da adulação, da mentira.

Premissa 4: A geometria nasceu da avareza.

Premissa 5: A física nasceu de uma curiosidade infantil.

Premissa 6: Todas as ciências – e a própria moral – nasceram do orgulho humano.

Conclusão: As ciências e as artes devem seu nascimento a nossos vícios.

MOREIRA

A2

Premissa: As ciências e as artes devem seu nascimento a nossos vícios.

Conclusão: Teríamos menor dúvida quanto às vantagens das ciências e das artes se essas devessem o seu nascimento a nossas virtudes.

2. Para se opor a um argumento (contra-argumentar) deve-se, em primeiro lugar, verificar se se trata realmente de um argumento; em segundo lugar, discernir qual é a conclusão ou a tese que se pretende defender e quais são as premissas que a sustentam; feito isso, deve-se analisar se a conclusão tem relação lógica com as premissas e se as premissas são consistentes ou verdadeiras. Um contra-argumento à posição de Rousseau poderia ser feito questionando suas premissas. Elas derivam de afirmações do filósofo, mas todas são passíveis de crítica. Por exemplo, é muito questionável que todas as ciências tenham nascido do orgulho humano.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas — p. 54

1. Murilo Marx mostra que as cidades brasileiras passaram por uma lenta e profunda mudança no decorrer do século XIX, pela qual os espaços públicos perderam seus referenciais religiosos e ganharam outros referenciais. As igrejas deixaram de ser os únicos marcos significativos nas paisagens, dando espaço a outros marcos não religiosos, como praças, teatros e edifícios públicos ou comerciais.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o aluno reconheça que as igrejas tinham um papel importante no Brasil do século XIX, caracterizando-se como um espaço destinado às mais diversas atividades, além daquelas de cunho religioso. A Igreja de Nossa Senhora da Piedade, representada por Rugendas, é uma construção cuja riqueza de detalhes contrasta com as habitações que ocupam a vizinhança. Chama a atenção, ainda, o grande número de pessoas que circula em frente ao edifício, demonstrando que aquele era um lugar de socialização dos habitantes locais.
3. Livre discussão e livre elaboração de texto. Espera-se que os alunos discutam sobre as depredações feitas em praças, pichações em muros, abandono de lixo em terrenos vazios ou ruas, por exemplo; e que evoquem como solução campanhas de conscientização social divulgadas pela mídia, nas comunidades, nas escolas e em outros meios; melhor aplicação da legislação, punição aos infratores, entre outras possibilidades.
4. Livre discussão e livre elaboração de texto. Espera-se que os alunos selecionem construções religiosas e laicas e identifiquem de que maneira elas servem como referencial em suas vidas: para se lembrar por qual caminho devem seguir, como espaços admiráveis por sua arquitetura, por ser o local onde foi batizado ou seus pais casaram, por ser o lugar onde faz suas compras etc. Professor, verifique que tipos de construções surgem em maior quantidade na seleção dos alunos; as laicas ou as religiosas?
5. Em 1821, por conta da Revolução do Porto, D. João VI foi obrigado a retornar a Lisboa e deixou seu filho D. Pedro como regente, no Rio de Janeiro. Este viu-se em uma situação de impasse com os revolucionários do Porto, que ordenavam que ele retornasse a Lisboa e se submetesse a eles. Os grupos paulistas, mineiros e cariocas que haviam se fortalecido com a presença da Corte na cidade aproximaram-se do príncipe, e começaram a gestar um projeto de separação do Brasil. Ele alicerçava-se na construção de uma monarquia constitucional sob o comando do príncipe Pedro, com a pretensão da incorporação de todas as partes da América portuguesa, mantendo a centralidade do Rio de Janeiro. Foi nestes moldes que a independência seria proclamada em setembro de 1822. Ela refletiu um projeto regional, que demandaria, a seguir, a busca da adesão das demais províncias, do reconhecimento internacional e da criação de uma nacionalidade. Mas deve-se destacar que, mesmo liberal, esse projeto foi conservador ao preservar a situação dos seus apoiadores, sem maiores reviravoltas nas hierarquias sociais, bem como a manutenção da escravidão. As características conservadoras deste projeto se mantiveram ao longo do período imperial, com a manutenção dos privilégios de uma pequena parcela da população, em detrimento do restante.

CAPÍTULO 6
O que é ser brasileiro?

Questão — p. 58

Tanto o romantismo quanto o modernismo foram movimentos artísticos e intelectuais voltados para a reflexão sobre a identidade nacional. No entanto, eles recorreram a símbolos, referências e representações distintas para alcançar esse objetivo. A pintura de Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*, enfatiza a natureza exuberante do país e retrata o contato entre os indígenas e os colonizadores como algo pacífico, admirável, evidenciando a força da fé católica nesse processo. Já a tela de Portinari, *Café*, de 1935, traz o mestiço, o negro e o trabalho em uma lavoura de café como tema central da obra, enfatizando o papel desses grupos na construção da nação.

Questão — p. 59

Resposta pessoal. O aluno deverá refletir sobre como a noção de mestiçagem construída nos anos 1950 ainda pode ser percebida na forma como o brasileiro se autoidentifica na comparação com o outro. Essa situação é recorrente, por exemplo, na maneira como narradores e jornalistas esportivos

REPRODUÇÃO

costumam se referir aos jogadores brasileiros que atuam no exterior, ressaltando não seu conhecimento técnico, mas sua "ginga", seu "jeitinho", sua "malandragem".

Imagine... p. 60

É importante considerar que as características regionais, religiosas e de classe interferem no processo de problematização e identificação dos símbolos e elementos da identidade nacional. No que tange à elaboração do material sobre arte, cultura e identidade brasileira, ressalte a importância das produções culturais das periferias do país nesse processo, principalmente aquelas ligadas à juventude, e estimule os alunos a produzir, individualmente ou em grupo, materiais diversificados. Se possível, compartilhe nos espaços virtuais da turma ou crie uma exposição na escola/sala de aula, ressaltando a importância do olhar dos alunos sobre quem nós somos.

De olho no presente p. 60

1. A expressão "você sabe com quem você está falando?" figura no Brasil como uma prática que invoca a posição social de quem reproduz essa frase, ao ser questionado ou advertido por algum comportamento inadequado ou ilegal.
2. O "você sabe com quem está falando?" pauta-se na hierarquização e na diferença entre os indivíduos para deslegitimar o questionamento de outras pessoas. Ao distinguir hierarquicamente os indivíduos, esse argumento torna-se um entrave a qualquer tipo de prática que se fundamente na igualdade entre as partes, como a democracia, por exemplo.
3. Resposta pessoal. O aluno deverá relativizar e avaliar como as tecnologias da informação e as redes sociais podem atuar ora como ferramenta de denúncia e informação, ora como tribunal de acusação, em que nem sempre os indivíduos têm espaço para se defender.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 61

1. O Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, é representado como o mestiço indolente, sujo, ignorante e incapaz de ser incorporado ao Brasil moderno pelo qual o autor ansiava.
2. Lobato, assim como políticos e intelectuais de seu tempo, tinha nas teorias raciais as principais bases para a interpretação do atraso e do subdesenvolvimento do Estado brasileiro. O Jeca Tatu representa a degeneração decorrente da mestiçagem.
3. O "racismo à brasileira" diz respeito aos inúmeros mecanismos desenvolvidos ao longo da história do país para o tratamento da questão racial. No período de Monteiro Lobato, o racismo era expresso por meio das teorias raciais. Em outros, distorcido pela ideia de uma democracia racial que nunca existiu. Seja como for, a sociedade brasileira sempre buscou meios de confrontar seus preconceitos e formas de discriminações historicamente construídos.
4. A vitória da seleção representou, para o escritor, a possibilidade de o brasileiro superar uma autoimagem construída com base na inferioridade, no desprestígio e na vergonha. Com a conquista do título, os brasileiros se viram representados pelos jogadores da seleção, reconhecidos pelo mundo como geniais, talentosos e originais.
5. O futebol, dada sua popularidade no país, acabou sendo um importante difusor de uma ideologia voltada para a valorização da figura do mestiço e de elementos da cultura popular, como símbolos de nossa mistura e originalidade diante do mundo.
6. A identidade nacional diz respeito a um conjunto de elementos historicamente construídos que sintetizam os sentimentos, valores e formas de interpretar o mundo específicos de uma dada sociedade. A identidade nacional brasileira foi construída sob o signo da interação existente entre europeus, africanos e indígenas. No decorrer de nossa história, essa relação foi ressignificada de diversas formas, ora ressaltando os problemas decorrentes da miscigenação, ora evidenciando a importância da mistura racial na construção de nossa singularidade enquanto nação. São muitos e, por vezes contraditórios, os elementos que figuram como base de nossa identidade nacional, mas independentemente da multiplicidade de discursos e interpretações, não podemos ignorar que nossa identidade foi construída a partir das desigualdades e das relações hierárquicas que marcam a história de nosso país e seu povo.

CAPÍTULO 7
Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil

De olho no presente p. 63

1. A proposta desta questão é que os alunos reflitam sobre as raízes históricas desse processo de exclusão. Dessa forma, é importante que percebam o fato de que a exclusão praticada no mercado de trabalho é resultante de processos sociais excludentes que caracterizam a sociedade brasileira. As diferenças de acesso ao trabalho e de rendimentos entre trabalhadores brancos e negros são algumas das facetas da desigualdade racial no país. Historicamente, essa desigualdade se explica pelo regime escravista e pela total ausência, durante a maior parte do período pós-abolição, de políticas públicas voltadas para a reparação e a garantia de direitos de cidadania às populações negras.
2. É interessante notar que a pesquisa apresentada na reportagem mostra que a maioria dos brasileiros, sejam eles brancos, sejam negros, reconhecem que a população afro-brasileira enfrenta mais dificuldade

MODERNA

em obter acesso à educação e ao mercado de trabalho. Esse reconhecimento, entretanto, muitas vezes atribui "aos outros" a responsabilidade pela existência do racismo, isto é, as pessoas em geral negam ser racistas, mas afirmam existir racismo no país. De fato, essa é uma característica do racismo velado que caracteriza a sociedade brasileira e que naturaliza práticas racistas.

3. Resposta pessoal. A atividade propõe aos alunos reconhecer que, da mesma forma como o preconceito racial foi construído historicamente, sobretudo com a organização da escravidão atlântica, esse preconceito também pode ser desconstruído e superado. Mas essa tarefa não se realizará espontaneamente. É preciso que se criem políticas afirmativas, campanhas educativas e medidas rígidas de criminalização do racismo para que a nossa sociedade possa promover a efetiva inclusão social da população afrodescendente.

Debater p. 68

A ideia desse debate é retomar e relacionar essa atividade com as discussões feitas na abertura do capítulo. Lá, procuramos mostrar elementos que caracterizam a exclusão racial que fundamenta a vida brasileira até os tempos atuais. Nesta seção, mostramos que a lógica de exclusão tem raízes históricas, mesmo porque o fim da escravidão foi feito de forma lenta e gradual, para atender aos interesses das camadas proprietárias da sociedade. Dessa forma, o 13 de maio não seria uma data de emancipação, mas o passo de uma obra incompleta, pois não resultou em mecanismos, políticas e ações no sentido de garantir que as raízes da desigualdade racial fossem atacadas, e o país pudesse promover a integração social necessária para a construção de uma cidadania para todos. Por fim, a sugestão é de que os alunos reflitam e proponham ações que possam realmente combater a desigualdade racial ainda arraigada na nossa sociedade, ajudando na construção dessa cidadania real e plena para todos os brasileiros.

De olho no presente p. 69

1. Diversos aspectos podem ser citados pelos alunos ao realizarem essa comparação. Um aspecto de semelhança está no fato de os imigrantes, em ambas as situações, terem vindo para o Brasil com a intenção de reconstruir suas vidas após alguma mudança significativa em sua terra natal. Dessa forma, os imigrantes do século XIX estavam perdendo seu trabalho e a possibilidade de sobrevivência em função do avanço da industrialização e do processo de modernização do campo. Os imigrantes e refugiados atuais em geral buscam oportunidades de trabalho no Brasil, dado o fato de seus países de origem viverem cenários de mudanças significativas resultantes de crise política, desastre ambiental e/ou guerras civis. Uma diferença importante é a origem desses imigrantes: se no século XIX eles vieram de áreas do continente europeu e parte das autoridades brasileiras planejava "branquear" o país com essa imigração, no século XXI o que ocorre é a vinda de imigrantes de países do hemisfério sul, em geral negros e/ou descendentes de populações nativas colonizadas pelos europeus.
2. Nessa questão, espera-se que os alunos sejam capazes de, com base em informações obtidas na imprensa ou em conhecimentos pessoais, refletir sobre a vida de um imigrante no Brasil, especialmente aqueles que vêm de países pobres e que são descendentes de africanos ou de indígenas. O(a) professor(a) pode propor algumas questões para motivar o debate: o discurso de que o povo brasileiro é hospitaleiro com todos os imigrantes e/ou refugiados que chegam ao país se confirma na realidade? Não há diferenças de tratamento dependendo da origem dos que chegam? Como isso impacta na nossa forma de enxergar o nosso país e o seu papel no mundo? É importante que os alunos exponham as suas opiniões com base em fatos, pesquisas e informações confiáveis, para que possam ser verificadas e discutidas de forma democrática.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 70

1. A polêmica envolve duas explicações para a mudança da posição britânica em relação ao tráfico negreiro. A primeira explicação, mais tradicional, atribui essa transformação aos interesses econômicos da Inglaterra. Como as colônias britânicas estavam em declínio devido à concorrência da produção econômica de outras áreas do Caribe, principalmente Cuba, não interessaria mais à Inglaterra manter a escravidão. Além disso, abolindo a escravidão em todo o continente, os britânicos ampliariam o mercado para os produtos das suas indústrias. Essa explicação, portanto, tem um caráter econômico. A outra explicação, mais recente na historiografia, atribui a mudança na posição inglesa à força da campanha abolicionista na Inglaterra, encabeçada por grupos religiosos e humanistas, que foi robusta o suficiente para obrigar o Parlamento britânico a proibir o tráfico e, mais tarde, a escravidão nas colônias. Essa explicação, portanto, tem caráter cultural.
2. O historiador Manolo Florentino está inteiramente alinhado com a hipótese da origem cultural da mudança inglesa.
3. São duas evidências basicamente: os métodos de luta e a ampla dimensão do movimento abolicionista na Inglaterra (armas, petições, boicotes, panfletos e jornais); e os danos sofridos por cidades inglesas que tinham sua economia alimentada pelo tráfico negreiro. Se as razões tivessem sido econômicas, por que a Inglaterra assumiria uma política que prejudicava seus próprios interesses?
4. Esses "vazios demográficos" são um mito porque o território não estava vazio. Ele era habitado por vários povos indígenas, que lá estavam há milhares de anos, e por populações caboclas.

MODELO

5. A difusão da ideia de que o sul do Brasil era um "vazio demográfico" servia ao projeto do governo de promover a colonização do território com populações de origem europeia.
6. Os setores da sociedade mais afetados por esse discurso foram os povos indígenas e as populações caboclas, que foram expulsos de suas terras ou foram dizimados em conflitos com as forças do governo imperial e dos governos locais.
7. As evidências da presença de indígenas e caboclos nas terras que eram tidas como devolutas têm sido obtidas em pesquisas científicas.
8. A segunda escravidão no Brasil caracterizou-se pelo revigoramento do tráfico negreiro, em razão das demandas criadas pela cafeicultura e da ameaça de proibição do tráfico negreiro; pelo enriquecimento dos traficantes, a maior parte deles brasileira e portuguesa; pelas pressões inglesas para o fim do tráfico negreiro, que culminaram na Lei Eusébio de Queiroz; e pela campanha abolicionista, consumada na aprovação da Leia Áurea.

   Houve um duplo interesse. O primeiro era colocar em ação um programa de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, considerando que a maior parte do mundo americano já havia abolido a escravidão. Além disso, com a extinção do tráfico negreiro, tinha sido eliminada a principal fonte de abastecimento de escravizados nas lavouras. Com a cafeicultura em expansão, era necessário garantir mão de obra complementar à dos cativos. O segundo interesse era ideológico, o de promover o branqueamento da população. Na época, faziam sucesso na Europa teorias pseudocientíficas sobre a superioridade dos europeus e da civilização que eles tinham construído. As elites intelectuais e políticas brasileiras assimilaram essas ideologias e as adaptaram, procurando branquear a população brasileira, caminho que enxergavam para conduzir a sociedade brasileira ao progresso e à modernidade. Professor, é importante mostrar para os alunos que essa visão está na origem também do discurso dos "vazios demográficos" para justificar a criação de núcleos europeus de colonização do sul do país. A presença do eurocentrismo na mentalidade das elites brasileiras é um dos fatores que explicam a ausência de políticas de inclusão social dos libertos após a abolição e os massacres promovidos contra os indígenas no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 8
O pensamento filosófico no período imperial

Questão p. 73

Oportunidade para o aluno refletir sobre alguns aspectos da relação entre fé e razão. Apesar de a resposta ser livre, espera-se que ele distinga algumas diferenças entre ambas. Os propósitos da filosofia e da religião são diferentes. A filosofia busca investigar a verdade de maneira autônoma e rigorosamente racional. É um saber que se dirige à inteligência e não está subordinado a nada, a não ser aos ditames da razão. Tudo pode questionar, inclusive a si própria – O que é filosofia? A filosofia serve para quê? Nesse âmbito, a filosofia pode indagar ainda sobre as verdades da fé – por exemplo, sobre a existência de Deus – ou de determinada religião. Já a religião parte da verdade revelada por Deus – ou seja, parte da crença na existência de um ser supremo, que determina essa verdade. Ela se dirige ao ser humano e pretende aliviá-lo de suas misérias ao longo de sua vida terrena, como no caso do cristianismo, que é uma doutrina baseada na salvação.

Essa distinção, no entanto, não impede que haja um campo comum de reflexões que ambas fazem acerca do ser humano, de suas práticas, seus valores e suas crenças. A reflexão sobre muitos valores e princípios éticos, por exemplo, é um aspecto comum à filosofia e à religião.

Questão p. 74

Resposta pessoal. Espera-se que o aluno perceba que o objeto de estudo da ciência influencia sua metodologia. O objeto de estudo das ciências naturais permite estabelecer leis relativamente invariáveis para fenômenos como a gravidade, a evaporação da água ou a dilatação dos metais, pois lidam com fenômenos regulares. Já o objeto de estudo das ciências sociais é a sociedade e o ser humano, que são elementos contingentes e que, portanto, merecem métodos próprios de investigação.

No entanto, o aluno pode, como fez Comte e outros pensadores – entre eles David Hume – defender que os métodos das ciências naturais devem ser aplicados ao estudo da sociedade e do ser humano; e que, com isso, seria possível obter a precisão de resultado das ciências naturais – nesse caso, o aluno teria, então, a difícil tarefa de demonstrar isso.

Aprender a argumentar p. 76

Proposta de organização

Premissa 1: Para sabermos qualquer coisa sobre objetos físicos ou a matéria, só o fazemos por meio dos dados dos sentidos.

Premissa 2: É a partir dos dados dos sentidos que temos a sensação, a consciência de perceber algo.

Premissa 3: Os dados dos sentidos não são os objetos físicos (a matéria) nem propriedades deles.

Conclusão: Então, há um problema: qual é a relação entre os dados dos sentidos e os objetos físicos (a matéria)? Como podemos dizer que os objetos físicos ou a matéria existem?

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 77

1. O cientista, segundo o texto, tem uma relação de continuidade progressiva com a tradição. Há

um avanço cumulativo nas descobertas e teorias científicas. O cientista parte de um estágio estabelecido, para o qual algumas teorias perderam e outras mantiveram sua vigência. Ele não tem de retornar constantemente ao que, para a ciência, já foi ultrapassado. Sua ação é norteada pelo que se entende por ciência quando atua. Com o filósofo e a filosofia acontece algo completamente diferente. O filósofo está sempre tendo de retornar teorias ou concepções da tradição; ele, para filosofar, em seu tempo, tem de levar em conta as reflexões que já foram produzidas. É nesse sentido que o "filósofo está sempre diante de tudo o que foi feito".

2. Sendo o Brasil um país novo e sua tradição cultural humanista muito incipiente, a influência da tradição filosófica europeia é muito acentuada. Ocorre que essa tradição foi elaborada em condições históricas muito diferentes; e, portanto, o filósofo brasileiro está diante de um universo que deve dominar, mas que lhe é alheio. Quer dizer, ele tem uma relação dialética de estranhamento e de acolhimento da tradição europeia.
3. Segundo o texto, embora a elaboração filosófica seja realizada em tempo e lugar determinados, as ideias produzidas muitas vezes ultrapassam suas condições de elaboração e suscitam reinterpretações, participando de uma espécie de comunhão universal. Nesse sentido, a reinterpretação brasileira da tradição filosófica, por um lado, não é assimilação de algo completamente estranho; por outro, essa reinterpretação carrega consigo o tempo e o lugar nos quais é realizada, além das marcas históricas e culturais; nesse caso, as características e os elementos do Brasil. Desse ponto de vista, a filosofia brasileira não é mera reprodução da europeia.
4. Resposta pessoal. Oportunidade de o aluno refletir sobre a produção cultural e a filosofia em seu tempo e sociedade. Essa reflexão tem validade para além da filosofia, pois qualquer produção cultural, artística, científica, jornalística ou religiosa, por exemplo, é influenciada de maneira decisiva pela sociedade na qual é realizada. A sociedade contemporânea é caracterizada pela globalização e pela intensa influência da tecnologia. Uma das consequências disso é a interrelação (interinfluência) entre culturas e uma tendência à universalização e massificação dos costumes. Desse modo, tal realidade não afeta as produções culturais locais, entre elas, a filosofia?
5. A ideia de progresso tem um papel central na teoria de Comte. Para esse filósofo, o desenvolvimento, a evolução ou o progresso da humanidade decorrem, necessariamente, de uma realização inevitável. O que varia de povo para povo é o ritmo do processo evolutivo. Assim, todos os povos passaram ou passarão pelos estágios evolutivos da humanidade, que, para Comte, são três: teológico, metafísico e positivo. Ele considerava seu maior feito ter descoberto, por meio do estudo e da observação, a inevitabilidade do progresso e a lei dos três estágios evolutivos da humanidade.
6. A ideia de progresso inevitável da humanidade, que teria como ápice a sociedade industrial – isto é, capitalista –, apoiada e impulsionada pelas conquistas da ciência (o terceiro estágio, positivo) ia de encontro aos anseios de um setor da intelectualidade que buscava o progresso do país à semelhança do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na França. Segundo a tese comtiana, nós poderíamos chegar a um desenvolvimento civilizatório pleno, se tivéssemos o conhecimento dessas leis e as favorecêssemos, buscando ordem e harmonia social. Essas ideias foram sintetizadas e registradas na bandeira nacional por meio da expressão "Ordem e progresso".
7. A filosofia brasileira no período imperial foi muito dependente da tradição europeia. No entanto, as correntes filosóficas que tiveram vigência no Brasil, nesse período, não reproduziram meramente o pensamento deste ou daquele filósofo europeu. Os intelectuais interpretaram esta ou aquela filosofia que se desenvolvia na Europa de acordo com interesses locais. Isso aconteceu com as três correntes filosóficas mais propagadas nesse período no Brasil: o ecletismo espiritualista, o positivismo e o evolucionismo. Na maioria dos casos, não havia uma adesão de ponta a ponta dessas correntes, mas elas serviam para satisfazer uma tendência cientificista de intelectuais, principalmente no caso do positivismo e do evolucionismo, que acreditavam que só o conhecimento científico poderia trazer progresso e evolução à sociedade brasileira. Nesse aspecto de busca pelo desenvolvimento, progresso e evolução, o positivismo e o evolucionismo – considerando o darwinismo e suas variantes, assim como o darwinismo social e, em especial, a teoria de Spencer – se desenvolveram de maneira significativa no período imperial e no início do período republicano.

Atividades p. 78

1. Alternativa correta: **d**.
2. Alternativa correta: **a**.

Pesquisar

A atividade é composta de cinco etapas. Na primeira, o aluno deverá fornecer uma descrição detalhada de sua realidade social. É preciso estar atento para os constrangimentos que as desigualdades sociais podem causar e evitar qualquer tipo de comentário preconceituoso. Os elementos relacionados ao espaço em que ele vive servirão para aguçar a percepção do aluno sobre a realidade que o cerca. Na segunda etapa, os alunos deverão descrever a dinâmica que as pessoas de sua residência estabelecem com os meios de comunicação, como o tempo que passam vendo TV, ouvindo rádio ou navegando na internet. Enfatize como os fatores etário, de gênero e de escolaridade podem interferir nas escolhas e na relação que as pessoas têm com os meios de comunicação. Na terceira parte do trabalho, o aluno irá analisar os elementos subjetivos dessa relação

REPRODUÇÃO

associando, por exemplo, de que maneira aquilo que a pessoa consome interfere na forma como ela se vê e se projeta no mundo; ou sobre como as notícias as quais ela tem acesso interferem na forma como ela interpreta a realidade. A quarta e a quinta etapas dizem respeito à produção textual dessas observações e do compartilhamento com a classe das informações sintetizadas.

Aprofundar o conhecimento p. 79

1. **a)** Jornais e cartas anônimas.
   b) O povo deixou de ser desordenado, curioso e inquieto para se dirigir em fúria à casa da marquesa e apedrejá-la.
2. "A monarquia absoluta, autoridade real e obediência dos súditos".
3. Professor, espera-se que o aluno perceba que a utilização de determinadas fontes e a construção da narrativa foram uma decisão deliberada da autora, no sentido de obter a simpatia do leitor não só pela moribunda, mas também pelos valores que ela encarna: a família, a fidelidade conjugal, a monarquia. Do lado oposto dessa escala de valores estariam Domitila e Pedro, julgados como adúlteros. Do ponto de vista formal, o leitor se coloca na mesma posição do "povo", abaixo de Leopoldina e acima de Pedro e Domitila.

   Professor, a questão seguinte contribui para uma compreensão mais ampla do texto (e, por extensão, da historiografia). Antes de discuti-la com os alunos, contudo, ressalte que essas estratégias são provocações da autora para desenvolver a empatia do leitor pelos termos que abrem o último parágrafo: civilidade, educação e compostura.
4. O objetivo da atividade é estimular o aluno a produzir uma carta pessoal, gênero textual pouco utilizado atualmente, fazendo uso de um recurso tecnológico digital conhecido entre os jovens: o *e-mail*. Seria interessante apresentar para os alunos alguns exemplos de cartas pessoais, com suas principais características e estruturas.
   ✓ Uma boa fonte para orientar o trabalho dos alunos é o *site* do Museu da Pessoa. Disponível em <https://acervo.museudapessoa.org/pt/buscar/conteudo/imagem/tag/134672>. Acesso em 3 set. 2020. Possui diversos exemplos dos mais variados tipos de cartas. Seria importante selecionar aquelas que se encaixam no padrão de carta pessoal para apresentar à classe, discutindo com eles os elementos que não podem faltar nesse estilo de missiva.

CAPÍTULO 9
A Primeira República no Brasil

Questão p. 84

Pretende-se, com essa questão, gerar uma discussão em classe sobre as três dimensões temporais estabelecidas pela metodologia do historiador francês Fernand Braudel: o tempo dos eventos, dos acontecimentos breves e fugidios (**breve duração**); o tempo das conjunturas, dos regimes de governo ou dos anos de vida de uma pessoa (**média duração**); e o tempo das sociedades, das tradições, dos costumes, dos conteúdos sociais de uma civilização que mudam muito lentamente e nunca completamente, pois se renovam e se entrelaçam com os conteúdos de outras sociedades (**longa duração**). Sugestões de fatos históricos:

Breve duração: proclamação da república (15 de novembro de 1889).

Média duração: República da Espada (1889-1894).

Longa duração: o racismo, as relações assalariadas de trabalho, a opressão às mulheres, o predomínio do catolicismo etc.

Chamar a atenção dos alunos para o entrelaçamento entre esses três fatos históricos: o dia da proclamação da república, acontecimento de curta duração, está contido na República da Espada, evento de média duração, que, por sua vez, está contido na história do catolicismo no Brasil, um fato de longa duração.

Questões p. 85

1. A charge ironiza o chamado voto de cabresto e o associa ao regime republicano, simbolizado pela figura feminina, que traz na cabeça uma espécie de gorro ou chapéu inspirado no barrete frígio dos *sans-culottes* franceses e traja um vestido com a palavra "soberania". Mas essa mesma figura que evoca os ideais democráticos da Revolução Francesa dá seu aval ao voto de um eleitor conduzido às urnas preso a um cabresto e puxado por um político, o chefe local. O eleitor é representado como um burro, em concordância com a ideia bastante difundida de um eleitor enganado, manipulado pelos coronéis, incapaz de exercer crítica e autonomamente seu direito ao voto. Trata-se da representação tradicional do chamado voto de cabresto, referindo-se à prática eleitoral que se instituiu com a república de controle e a manipulação do eleitorado por parte de líderes políticos municipais. Essa visão do eleitor comum como um "burro", um indivíduo enganado, manipulado e incapaz de perceber o uso que se faz dele é questionada em alguns estudos. Conforme esses estudos, em vez de um sujeito iludido com as vantagens oferecidas pelos líderes locais, o eleitor agiria dessa forma por não se identificar com a política institucional, não acreditar nela e não perceber naquele sistema seu espaço de representação e atuação. Ao aceitar as vantagens oferecidas pelo coronel em troca do voto, o eleitor procuraria apenas tirar vantagens da situação e promover pequenas melhorias em sua vida. O texto de Victor Leal Nunes faz referência à atuação dos coronéis no município como chefes locais que cumprem seu papel na relação de compromisso com as elites estaduais por meio do aliciamento do eleitorado. O autor ressalta,

EM OFERTA

porém, que o comportamento desses coronéis não pode ser explicado pelo caráter ou pelas escolhas de cada um. Trata-se de um sistema político que envolve diferentes esferas do poder público, do nível federal ao municipal e local, sendo o coronel o terceiro escalão de uma hierarquia oligárquica que tem suas bases na estrutura fundiária e social brasileira. Embora essa estrutura agrária tivesse origem no período colonial e as relações de compromisso entre os grandes proprietários e o poder central fizessem parte do cenário político do império, apenas com a abolição da escravatura e a importância que o voto passou a ter após a proclamação da república constituiu-se o sistema de alianças que o autor denominou coronelismo.

2. A prática do coronelismo, tradicional na política brasileira, se sustentava na situação de miséria em que vivia a grande parte da população rural do Brasil e no patrimonialismo, ou seja, no uso da máquina e dos recursos públicos em benefício de interesses privados. O sistema oligárquico, que dependia da atuação dos chefes locais, não tinha interesse em investir na emancipação econômica e na educação política dos brasileiros. A existência de uma massa de trabalhadores carentes e abandonados pelo poder público favorecia o domínio desses mandões, impedindo que essa população mais vulnerável pudesse ter acesso ao mercado e à atividade política. Ainda hoje o mandonismo está presente nos locais mais isolados do Brasil, onde grande parte dos moradores vive precariamente e à mercê da manipulação política dos chefes locais.

De olho no presente p. 87

1. Os setores que viam a reforma urbana como regeneração pensavam a partir do lugar social que ocupavam na capital federal, o das elites. Além disso, eles tinham como referência as elites europeias, a reforma urbana realizada em Paris e o mundo que eles enxergavam como "civilizado". O embelezamento do Rio de Janeiro permitia a essa camada da sociedade identificar-se com as classes altas da capital francesa e sentir-se parte da "civilização". Os setores que viam a reforma urbana como a ditadura do "bota abaixo" eram as camadas populares, diretamente atingidas pela política de demolição dos cortiços, além de um setor mais intelectualizado da classe média, que reconhecia os danos causados por essas obras para a população mais pobre.

2. A primeira imagem, uma charge publicada na revista *O Malho*, em 1905, tem como tema o problema social gerado pelo "bota abaixo", nome popular que recebeu a reforma urbana executada pela prefeitura da capital em parceria com o governo de Rodrigues Alves. O cartunista representa nessa charge o custo social do modelo de reforma adotado no Rio de Janeiro, que exigiu a desapropriação e a demolição de centenas de edifícios, e o descaso do poder público com a necessidade de moradia da população mais pobre. Ainda que houvesse uma demanda real por salubridade na capital, um projeto de reforma e saneamento urbano democrático e cidadão não poderia ignorar o direito social de moradia dos setores mais carentes, que foram despejados de suas casas e abandonados à própria sorte. Chame a atenção dos alunos para o diálogo que acompanha a charge. O senhor que conversa com o morador que está sendo despejado admite que as obras vão embelezar a cidade, mas denuncia, também, a ferocidade dessa política. Podemos afirmar que a intenção do cartunista nessa charge foi denunciar os danos sociais da reforma modernizadora da capital.

A segunda imagem, uma fotografia de Augusto Malta datada de 1906, registra um instante do cotidiano carioca na Avenida Central, uma das obras da reforma urbanística do período. Chame a atenção dos alunos para a largura da avenida e das calçadas e para a presença de transeuntes, de um carro puxado por muares e de postes de iluminação pública. Os alunos, ao comparar a Avenida Central visualizada nessa fotografia com as grandes avenidas das cidades brasileiras atuais, talvez não compreendam a dimensão daquela mudança. Por isso, é importante que eles tenham alguma noção de como eram as ruas centrais da capital federal antes da reforma do início do século XX.

Questões p. 88

1. Resposta pessoal. Sugerimos que essa atividade seja realizada em grupo. Para isso, é importante garantir que as duas imagens sejam analisadas pela classe. Ajude os alunos a formar os grupos e defina com eles o grupo que ficará responsável por cada imagem. Como são apenas duas fotografias, recomendamos que dois ou três grupos assumam a análise de uma mesma imagem. O trabalho de exploração das imagens poderá ser feito primeiramente por escrito e, ao final, cada grupo apresentará para os demais sua descrição e interpretação. A atividade possibilita criar uma relação de empatia entre os alunos e os personagens que aparecem nas fotos, tanto com os operários quanto com a jovem Maria Zélia, filha do empresário. Incentive os alunos a se colocar no lugar daquelas pessoas e a imaginar como seria a vida delas.

2. **a)** A Vila Maria Zélia, fundada e administrada pelo empresário Jorge Street, tinha regras rígidas de funcionamento para os moradores. As normas de conduta foram estabelecidas no local para integrar a vida doméstica e social dos operários ao trabalho na fábrica, de maneira que o comportamento dos moradores contribuísse para elevar a produtividade do seu trabalho. O controle sobre o consumo de bebidas, o comportamento em festas realizadas no local, o namoro dos jovens e o horário para as várias atividades diárias, além da disciplina e do comprometimento exigidos na fábrica, ajudava a forjar um operário eficiente e domesticado para o trabalho. Os mecanismos normativos de controle, vigilância e punição eram ainda mais reforçados pela presença

ORIENTAÇÕES

constante do empresário e de sua família em eventos realizados na vila, que tendiam a criar uma identificação dos operários com seus patrões e a inibir ações de rebeldia.

b) Resposta pessoal. As opiniões em relação ao problema proposto para o debate provavelmente se dividirão. Alguns alunos talvez defendam a importância de educar o indivíduo para a disciplina e para a adequação às regras sociais, pois sem isso não haveria crescimento profissional, disposição para enfrentar desafios e convivência pacífica na sociedade. Outros, por sua vez, podem condenar esse tipo de mecanismo de controle e vigilância, pois representa um exercício de poder e autoridade, a serviço de um sistema de dominação, destinado a privar o indivíduo de sua liberdade e identidade. Outros alunos, ainda, podem adotar uma posição conciliadora entre a disciplina extrema e a absoluta liberdade. O importante é que eles reflitam antes de tomar uma posição, procurem expressá-la e defendê-la com argumentos consistentes e reconheçam o direito dos colegas de defender pontos de vista diferentes.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 89

1. Segundo Cláudia Viscardi, a interpretação consagrada sobre a Primeira República peca pelo esquematismo e pela generalização. Com essa crítica, ela se opõe, por exemplo, ao estudo realizado por Victor Leal Nunes e também aos estudos de José Murilo de Carvalho sobre o mandonismo e o patrimonialismo e, em particular, à visão de Murilo da república como um sistema excludente, comprometido com o federalismo, mas não com a democracia e a cidadania. Para a socióloga, é preciso romper com essa visão completamente negativa desse período e reconhecer que houve espaço para a discussão política e a renovação parlamentar. A socióloga sustenta sua interpretação argumentando que há evidências da intensa discussão política que havia no período, da eleição de políticos da oposição, de renovação do Parlamento, da postura vigilante da imprensa e da justiça no combate às fraudes eleitorais, bem como da ativa organização dos cidadãos.

2. Cláudia Viscardi defende que a Primeira República era sim uma república oligárquica, já que menos de 4% da população brasileira votava. No entanto, havia elementos de democracia naquele regime. Além dos pontos elencados na questão anterior, ela lembra que a democracia não nasce pronta; ela se constrói por meio de conquistas democráticas parciais, que ampliam a participação popular na sociedade política. E a Primeira República, em sua visão, é parte desse processo e não a sua negação.

3. Imagens de mulheres negras com crianças no colo constituem um tipo de representação característica do século XIX. Porém, diferentemente desse retrato, as crianças dessa iconografia oitocentista são brancas, em geral filhas dos senhores. Dessa forma, as negras são retratadas em sua condição de escravas, de amas de leite e cuidadoras da prole senhorial. Nesse retrato, o fotógrafo subverte o ícone ao representar a mulher negra na nova condição estabelecida pela abolição, com seu filho legítimo no colo, e a garantir-lhe o direito ao aleitamento.

4. O tema, tradicional na iconografia cristã, é o da Virgem Maria com o menino Jesus no colo. Ao escolher como tema a figura da mãe com seu filho no colo, Pastore se apropria da temática e dos personagens da arte de inspiração cristã, presente tanto em artistas góticos, pré-renascentistas e renascentistas quanto nos ícones e mosaicos bizantinos. Porém, se a temática aproxima o retrato desse modelo iconográfico, a condição dos personagens retratados impõe um distanciamento. A mãe e seu filho são negros egressos da escravidão. A expressão e os trajes da mulher carregam as marcas do cativeiro. Não são figuras idealizadas e angelicais, como percebemos na pintura de Rafael, nem majestosas e desumanizadas, tradicionais na arte bizantina. Pastore imprime à mãe negra e seu filho os sinais de sofrimento e pobreza legados pela escravidão no Brasil.

5. Resposta pessoal. De alguma forma, a resposta a essa questão interage com a da questão anterior. O fato de o retratista representar a mulher negra com seu filho legítimo no colo subverte um modelo iconográfico do período escravocrata e pode indicar a nova condição dos afrodescendentes no Brasil do início do século XX, a de libertos. Em contrapartida, as roupas simples da mãe e da criança, a ausência de adornos e os pés descalços de ambas são indicativos de uma condição social que pouco se alterou após a abolição. Os negros estavam livres, mas continuavam excluídos da riqueza, do conforto e do *glamour* da *Belle Époque* brasileira.

6. A crise e a queda da monarquia no Brasil resultaram de um conjunto de condições. Merecem destaque: o desgaste da Coroa diante dos setores escravocratas do Brasil com sua decisão de abolir a escravidão sem indenização dos proprietários; as relações tensas do governo com os militares e a Igreja; a idade avançada do imperador e o temor de que, com sua morte, a princesa Isabel e seu marido pudessem assumir o trono; a simpatia das camadas médias urbanas com o projeto republicano, considerado mais democrático e moderno; e, por fim, o interesse dos setores oligárquicos em estabelecer um sistema federativo no Brasil. Quanto à segunda questão, espera-se que os alunos, com base no estudo feito no capítulo e na leitura do texto da socióloga Cláudia Viscardi, elaborem uma visão geral da democracia e da cidadania no Brasil deste período. Um dado significativo para se ter uma radiografia do período é a taxa de analfabetismo. Ela caiu de 82,3% em 1872 para 71,2% em 1920. Porém, essa taxa se manteve praticamente inalterada nos estados do Nordeste e em Goiás, e apenas teve queda acentuada em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Isso demonstra que

houve um aumento das disparidades regionais no período, que penalizou justamente os estados mais fracos no jogo de forças da política nacional.

CAPÍTULO 10
Protestos contra a república oligárquica

Sala de bate-papo **p. 93**

Na obra *Os sertões*, Euclides da Cunha manifesta sua visão a respeito dos sertanejos de Canudos. Na lógica do pensamento determinista e positivista que conduz a narrativa, o sertanejo seria o filho da terra, forjado na luta diária para sobreviver em um ambiente hostil, onde só os mais bem adaptados sobreviveriam. Sendo a síntese de vários grupos étnicos e culturais que entraram em contato por meio das expedições bandeirantes, o sertanejo representaria ainda a síntese da nacionalidade brasileira. Porém, esse mesmo sertanejo forte, destemido e leal, que Euclides enxergava como o cerne da brasilidade, foi destruído pelo governo republicano na guerra movida contra Canudos. Dessa forma, o livro, publicado em 1902, representaria um monumento literário à memória dos sertanejos e da comunidade que eles fundaram no sertão da Bahia. Por meio desse livro, Euclides da Cunha perpetuaria, no imaginário das futuras gerações, os acontecimentos da guerra e a visão construída sobre os seguidores de Conselheiro. Por essa razão, o livro também é considerado uma obra redentora, encarregada de reabilitar a imagem dos sertanejos diante da opinião pública, depois de ter sido impiedosamente difamada pela imprensa e pelas autoridades republicanas para justificar a guerra e a destruição da comunidade de Canudos.

Questões **p. 95**

1. As duas comunidades apresentavam algumas características semelhantes entre si: tinham um caráter messiânico e estavam organizadas em torno de um líder religioso; eram constituídas de sertanejos pobres (pequenos proprietários, posseiros, caboclos etc.); no interior das comunidades, seus moradores viviam de acordo com leis próprias, praticando uma religiosidade popular, independente do controle e das tradições da Igreja; os dois movimentos, vistos como uma ameaça ao poder da Igreja e ao sistema oligárquico vigente, foram destruídos pelas tropas do governo republicano.
2. Os dois movimentos eram vistos como manifestação de um Brasil atrasado, que envergonhava as elites políticas e econômicas do Brasil. Alinhadas com o pensamento etnocêntrico europeu, que via o modo de vida ocidental como exemplo de civilização e de superioridade cultural e tecnológica, essas elites queriam apagar do Brasil todo resquício do que consideravam inferior e selvagem. Por isso, a violência empregada para reprimir os dois movimentos.

Questões **p. 97**

1. O que havia de comum entre elas era a maior concentração de mulheres no setor têxtil e o predomínio quase absoluto de homens no setor metalúrgico, divisão que caracterizou a produção industrial no Brasil desde as suas origens. No setor de alimentos também predominava a força de trabalho masculina, porém a diferença entre a participação de homens e a de mulheres era menor que na metalurgia.
2. Duas razões principais explicam essa concentração feminina na indústria de tecidos, ambas de origem histórico-cultural. Primeira: em diferentes sociedades, à medida que se desenvolveu a divisão sexual do trabalho, o ofício da fiação e da tecelagem foi atribuído às mulheres (Grécia e Egito antigo, civilização hebraica, sociedades indígenas do Brasil, cultura ocidental cristã etc.) e o da fundição e modelagem dos metais aos homens. Ao ingressar na produção industrial, as mulheres acabaram assumindo atividades correlatas às que exerciam no espaço doméstico. Segunda: o setor de metalurgia, mais complexo, funcionava com um grau maior de mecanização ou de aproveitamento das inovações tecnológicas desenvolvidas pela ciência, exigindo uma mão de obra mais especializada para operar as máquinas. As mulheres, em geral educadas para o lar e para as atividades domésticas, tinham menos qualificação que os homens para o manejo dos equipamentos da indústria metalúrgica.
3. O predomínio da força de trabalho masculina na indústria metalúrgica e da feminina na indústria de tecidos e vestuário ainda se mantém no Brasil. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, em 2015 as mulheres representavam 63% da força de trabalho na indústria têxtil do Brasil, enquanto os homens eram 85% da população ocupada na indústria metalúrgica. No entanto, as pesquisas têm revelado uma mudança gradativa dessa tendência no país. Entre 1995 e 2015, o crescimento da presença feminina na indústria metalúrgica foi de 39,9%. Nas indústrias de extração mineral e de material de transporte, tradicionalmente dominadas por homens, o crescimento da força de trabalho feminina foi ainda maior, de 65,8% e 60,8%, respectivamente.

Questões **p. 98**

1. O trabalhador está no centro da imagem, de pé, quebrando os grilhões da exploração capitalista e olhando imponente para o futuro, representado pelo sol da liberdade. Sob seus pés aparecem as caveiras de seus principais inimigos, vencidos pela luta libertadora dos trabalhadores. Com essa representação, provavelmente se procurou transmitir a ideia de que o Primeiro de Maio é um dia de luta dos trabalhadores, que só derrotando seus inimigos capitalistas os

trabalhadores poderiam libertar-se da exploração e construir um futuro de liberdade. As caveiras simbolizam aqueles que os anarquistas elegeram como os principais inimigos dos trabalhadores: o capitalismo, a burguesia e a aristocracia, responsáveis por promover a exploração econômica e social; o clero, considerado o agente da educação repressiva e obscurantista; e o militarismo, política que incitava as nações a obrigar os trabalhadores a matar e a morrer lutando em uma guerra que não era deles.

2. Resposta pessoal. Atualmente, no Brasil, o dia 1º de maio tem um caráter híbrido. Um setor do sindicalismo brasileiro, representado principalmente pela Força Sindical, que tem sua maior base na cidade de São Paulo, transformou a data em um evento predominantemente festivo, com *shows* e sorteios de automóveis e apartamentos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por sua vez, tradicionalmente promove nesse dia um ato em defesa dos direitos trabalhistas e da jornada de quarenta horas semanais, mas nos últimos anos também tem adicionado apresentações musicais ao evento. A CSP-Conlutas, central sindical que congrega entidades dirigidas pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), por correntes internas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e por setores independentes, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), mantém o caráter de protesto e de mobilização que tinha o dia 1º de Maio nas primeiras décadas do movimento operário no Brasil, sem *shows* nem sorteios de prêmios.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas — p. 99

1. a) O pronome pessoal "lhes" é utilizado, no texto, para designar as forças republicanas da quarta expedição, responsáveis pela destruição do arraial de Canudos. Ao enumerar as ações promovidas pelos soldados em Canudos (incêndios, degolamento de sertanejos, destruição das igrejas e das imagens, cerco do arraial, submetendo os moradores à escassez prolongada de alimentos e água) e os recursos mobilizados para isso (milhares de soldados, metralhadoras, revólveres, bombas e granadas), o autor denuncia o massacre promovido contra a comunidade, a desproporção entre os recursos bélicos e humanos mobilizados para destruir o arraial e as condições de vulnerabilidade material da resistência sertaneja. Euclides, com seu vibrante talento literário, utiliza uma figura de linguagem – o polissíndeto, a repetição da conjunção "e" – para colocar em evidência a fúria implacável das tropas republicanas contra os sertanejos de Canudos e denunciar o crime que representou a guerra contra a cidadela.

b) Pode-se concluir que os combatentes de Canudos não se renderam. De fato, como descreve Euclides em sua obra, os defensores da comunidade, depois de negociar com os oficiais da república a libertação das mulheres, das crianças e dos idosos que morriam à mingua no cerco imposto pelos soldados ao arraial, retomaram a luta de resistência, mesmo sabendo que a vitória da república era inevitável. Além disso, essa passagem célebre da obra euclidiana revela a fúria e a ferocidade que marcaram a ação do exército republicano contra os sertanejos. Não por acaso, o capítulo VII, o último do livro, resume-se a duas linhas sobre a tragédia de Canudos: "É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades". Maudsley, médico e cientista, defendia a existência de patologias de caráter instintivo, conhecidas como "loucura moral", que poderiam ser previstas e evitadas. Dessa forma, podemos interpretar essas duas linhas finais da obra como um questionamento irônico ao modelo determinista, que o próprio Euclides defendia, ou, ao menos, uma constatação da incapacidade de a ciência e o progresso evitarem a insanidade e os crimes que marcaram a Guerra de Canudos.

2. O padre, que atuava a serviço de uma instituição, não tinha com os sertanejos uma relação de identidade. Mesmo percorrendo muitas vezes o sertão para realizar sua obra missionária, morava em uma vila ou cidade, refletindo os padrões e os valores da vida urbana. Além disso, como representante da Igreja, o padre tinha a tarefa de ministrar os sacramentos e garantir instrução religiosa aos sertanejos de acordo com a doutrina e os ritos católicos. O monge, por sua vez, estava integrado à vida sertaneja. Ainda que, em geral, levasse uma vida ascética e isolada de seus seguidores, tinha uma conduta identificada com a cultura dos caboclos. Por não ser um sacerdote da Igreja, o monge ainda expressava a autonomia religiosa dos sertanejos e as características do catolicismo rústico ou popular.

3. a) A charge inverte as relações hierárquicas e sociais vigentes na marinha brasileira daquele período. À frente, está um homem negro representando João Cândido, líder da revolta e elevado a almirante do navio Minas Gerais pelos companheiros da tripulação. Note que ele é representado como o oficial no navio. Logo atrás, aparecem dois marinheiros, ambos brancos, batendo continência para o comandante negro. Eles aparentam ser antigos oficiais rebaixados à condição subalterna e são representados descalços, diferentemente do comandante negro, que está calçado. Essa representação inverte a realidade social nas forças armadas do período. O negro, em vez de marinheiro, é o comandante. Os brancos, de oficiais, são rebaixados a marujos. São eles que andam descalços, e não o negro, como era comum desde o período colonial. Apesar de fazer uma inversão aparentemente revolucionária dos papéis sociais, a charge, em essência, ridiculariza a coragem dos marinheiros de desafiar a hierarquia da instituição e assumir o comando dos navios.

b) A representação caricatural de João Cândido, com traços símios, confirma o conteúdo preconceituoso dessa charge. Incorporando as ideologias raciais e deterministas importadas da Europa, a ilustração associa o negro à insubordinação e à desordem e ironiza, no título, o futuro de um país

incapaz de controlar as camadas inferiores. Em vez de caminhar para um futuro ordeiro, próspero e civilizado, o Brasil, tomado por rebeliões de negros e trabalhadores, estava fadado a retroceder ao estágio da barbárie e da indisciplina.

4. Na primeira questão, espera-se que os alunos apontem a situação de exclusão social em que viviam os sertanejos, a presença do catolicismo popular, representado pela figura de beatos e monges, e o estranhamento dos sertanejos diante das instituições e leis republicanas, com o casamento civil e o caráter laico do regime. Quanto à segunda questão, eles podem fazer menção aos castigos físicos aplicados na marinha brasileira e os baixos soldos dos marinheiros, à excessiva jornada de trabalho dos operários, à ausência de leis de proteção ao trabalho, aos baixos salários etc. Mas eles também podem destacar a relação de solidariedade entre eles, a atividade política e sindical do operariado industrial, o trabalho de publicação de jornais, ações que proporcionaram aos operários a oportunidade de resistir ao processo de embrutecimento imposto pelas condições da produção fabril.

CAPÍTULO 11
Entre a ditadura e o populismo

Imagine... p. 101

A intenção com essa questão é permitir que o aluno se imagine vivendo em uma época de grande discussão e participação política. Prova disso é que jovens militares, apoiados pelas camadas médias da sociedade, estiveram à frente de importantes levantes do período, situação incomum no exército brasileiro, instituição conhecida por defender a ordem constituída. Ao fazer esse exercício de imaginação, o aluno será estimulado a revisitar os capítulos 9 e 10 para que tenha mais conhecimentos das condições sociais e políticas do período antes de tomar uma decisão diante dessa questão hipotética.

Questão p. 103

Esse trabalho de leitura de imagens da Revolução de 1932 é um excelente exercício de interpretação do papel da fotografia como veículo de propaganda política. Espera-se que o aluno perceba que as fotografias exprimem uma visão glamourizada do conflito, sem mortes, sem sofrimento, sem dor. As fotos representam o movimento de 1932 como uma campanha militar que recebeu grande apoio da população paulista, pois representava a luta da democracia contra os atos arbitrários do governo federal. A campanha devia ser vista como a luta de todo paulista. Intencionalmente não se mostram as perdas humanas, apenas a coragem dos combatentes e a integração com os civis. A intenção era ampliar o apoio popular ao conflito, alimentando a imagem de organização e capacidade bélica dos paulistas, e impedir o registro de situações que pudessem abalar o moral dos soldados.

De olho no presente p. 104

a) Fundada em 2005, a Frente Integralista Brasileira retomou os princípios e o programa da Ação Integralista Brasileira, fundada e dirigida por Plínio Salgado no início dos anos 1930. Movimento de inspiração fascista, o integralismo de hoje mantém a ideologia do grupo original: o anticomunismo, a rejeição à democracia liberal, a defesa da religião, da família e da propriedade e o nacionalismo autoritário. O lema "Deus, Pátria e Família" foi mantido como síntese do programa e da sociedade que eles esperam construir.

b) A polêmica que envolve a existência da FIB está relacionada ao alinhamento desse grupo com o fascismo, ideologia totalitária que empurrou o mundo para a Segunda Guerra Mundial e foi responsável pelo Holocausto e por outros horrores dos anos 1930 e 1940 na Europa. Sob o nazifascismo, não há liberdade de imprensa, de organização sindical e partidária, não há o indivíduo, apenas a figura onipotente do Estado. O crescimento de grupos neofascistas e neonazistas hoje preocupa os setores democráticos na Europa, e também no Brasil, pois sinaliza que a humanidade corre o risco de repetir os erros do passado.

c) Reposta pessoal. Espera-se que os alunos defendam seu ponto de vista com argumentos consistentes e éticos e levem em consideração a importância de assegurar a existência de uma sociedade tolerante e plural.

Questão p. 107

Espera-se que os alunos reconheçam que os cartazes procuravam apresentar Vargas como o grande chefe da nação, o "guarda-chuva" que abrigaria trabalhadores, crianças e os demais setores da sociedade. O primeiro cartaz, por exemplo, está destinado às famílias, com o intuito de mostrar que o apoio ao governo significava a proteção à infância. O segundo destinava-se aos trabalhadores. A construção de um pacto político entre o governo e os trabalhadores e suas lideranças precisava ser alimentada com ações concretas de inclusão social, mas também com estratégias de propaganda. O último cartaz se dirigia ao conjunto da sociedade e procurava mostrar que a unidade dos brasileiros em torno do governante era o melhor caminho para o desenvolvimento econômico do país.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 111

1. O texto e as cartas revelam o lado repressor do regime que seria consolidado em 1937. Após vencer os rebeldes em 1935, o governo criou, em dezembro, a **Comissão de Repressão ao Comunismo**. Com a ajuda da Gestapo nazista e da inteligência britânica na identificação dos revoltosos, a polícia política de Vargas promoveu uma violenta repressão em todo o país, que atingiu comunistas, aliancistas e

MODELO

outros grupos adversários do governo. O governo de Vargas, antes mesmo do golpe de 1937, foi também responsável por institucionalizar no Brasil uma **polícia política**, concebida para atuar como o braço armado do regime. Entre os alvos do controle policial estavam militantes de esquerda, intelectuais, artistas, professores, jornalistas, além de autores e editores de livros considerados subversivos. Uma das vítimas foi a Editorial Pax, de propriedade do judeu de origem russa Alexandre Waerstein e sediada em São Paulo. Em uma das várias "batidas" feitas na editora, a polícia estadual confiscou e queimou 14 mil exemplares de livros traduzidos do russo para o português. A mesma operação foi feita na Bahia, onde o interventor interino no estado ordenou a apreensão e a queima de milhares de exemplares de obras de Jorge Amado e José Lins do Rego.

2. Filinto Müller foi comandante da Chefia de Polícia do Governo Federal, centro do aparato policial criado para as operações de controle social e repressão política durante o Estado Novo, no período de 1935 e 1942. Sob a direção de Filinto Müller, a polícia política do governo Vargas também integrou programas internacionais de troca de informações, estabelecendo acordos de cooperação com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, os regimes totalitários da Itália e da Alemanha, além de países do Cone-Sul, como Argentina, Peru e Uruguai. O objetivo dessa aliança internacional dos serviços de inteligência era trocar informações sobre atividades comunistas planejadas em cada país, localizar suas principais lideranças e conduzi-las à prisão. A cooperação com o governo dos Estados Unidos, por exemplo, possibilitou a descoberta do paradeiro dos líderes comunistas da rebelião de 1935 no Rio de Janeiro.
3. Se Antenor da Fonseca, filho de Corina da Fonseca, era prisioneiro político, seu crime foi provavelmente ter participado de atos contra o governo, seja no movimento estudantil, seja em manifestações organizadas por partidos de esquerda ou simplesmente por setores democráticos. Pode também ter sido preso por manter relações com grupos que foram alvo da repressão política. O tom usado pela mãe na carta é de subserviência em relação ao chefe da polícia política. A repressão muitas vezes leva as pessoas, por medo, a adotar uma atitude de obediência e submissão diante do repressor, assumindo uma culpa que elas sabem que não têm; neste caso, para salvar o filho.
4. Os dois aspectos que caracterizaram o período Vargas e aparecem em sua carta-testamento são o nacionalismo ("Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais"; "Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma") e a política de proteção social ("Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social").
5. O segundo trecho da carta está carregado do aspecto sentimental e apelativo dos chamados governos populistas. Expressões como "gota do meu sangue", "chama imortal"; "Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte" são recursos estilísticos destinados a despertar a comoção popular e a criar uma relação de identificação pessoal entre o povo e o governante, que deixa de ser um representante do Estado brasileiro para ser o protetor dos pobres e oprimidos. A personificação do Estado é uma característica marcante dos governos autoritários. A crítica que pode ser feita a esse tipo de discurso e de política é que o fato de que este tende a alimentar nos cidadãos a crença de que a melhoria de suas condições de vida depende de um líder forte, carismático, que se eleva acima das classes sociais, sendo por isso capaz de conduzi-los ao caminho do bem-estar e do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a retórica populista atua contra a autonomia e a consciência política dos trabalhadores.
6. O movimento revolucionário de 1930 resultou de motivações políticas, sociais e econômicas. A oligarquia dissidente do Rio Grande do Sul, principalmente, decidiu pôr fim à hegemonia política de São Paulo no governo federal, exercida na maior parte dos anos 1920. O movimento encabeçado por essa oligarquia logo recebeu o apoio de outros setores, como das oligarquias dissidentes de Minas Gerais e da Paraíba, do empresariado industrial de São Paulo e dos tenentes. Ao mesmo tempo, o movimento expressou o descontentamento das camadas médias urbanas e dos tenentes com o regime oligárquico e a oportunidade de realizar reformas democráticas no Brasil, com a criação de leis de proteção ao trabalho, a jornada de oito horas e a adoção do voto secreto.
O conceito de populismo é objeto de muitas controvérsias entre historiadores e cientistas políticos. A ideia central do populismo é a existência de um líder que encarna os anseios, os interesses e a alma do povo que ele governa. Visto como um todo homogêneo e indivisível em classes sociais, o povo encontra em um líder excepcional o seu interlocutor direto, aberto a ouvir os clamores populares em grandes comícios, passeatas ou por meio de cartas. A principal fonte de poder do líder populista diante das massas é o seu imenso carisma, construído com base em programas de inclusão social e em estratégias de propaganda política. Os regimes tidos como populistas também seriam caracterizados pela manipulação das camadas populares ou da base social em que se apoia o poder do governante, do campo ou das cidades. Nessa visão, as camadas populares, pouco instruídas, sem autonomia nem consciência política, enxergam no líder governante a personificação do Estado, da nação e dos interesses coletivos, com a missão, quase mítica, de defender os mais fracos da opressão de uma elite econômica poderosa. Discordando dessa visão que opõe um líder manipulador a uma massa passiva e sem autonomia política, historiadores e cientistas sociais elaboraram uma interpretação diferente da relação entre o Estado e as massas nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Para esses pesquisadores, é preciso compreender o discurso trabalhista de Vargas e sua relação com o movimento sindical como expressão de um pacto político entre o Estado e os trabalhadores, marcado

EDITORIA

por negociações, conflitos e pela adoção de estratégias diferentes por parte do governo visando garantir adesão e legitimidade popular. A construção desse pacto político envolveu dois sujeitos: de um lado um Estado autoritário e intervencionista; de outro trabalhadores urbanos organizados em associações profissionais e reconhecidos em seu direito à cidadania por meio de uma legislação trabalhista e previdenciária. Com essa nova abordagem, os pesquisadores também passaram a utilizar com mais rigor o conceito de populismo, procurando evidenciar as especificidades de cada governo e de cada época. Algumas importantes semelhanças podem ser destacadas entre os dois governantes: a simpatia inicial de ambos com o nazifascismo europeu; a política econômica nacionalista; a adoção de um programa de proteção aos trabalhadores; o controle do movimento sindical; e a relação direta com as massas.

CAPÍTULO 12
Ditaduras e revolução na América Latina

Questões p. 114

1. A Escola das Américas foi um importante caminho encontrado pelos Estados Unidos para difundir nos países latino-americanos seus valores políticos e ideológicos, seus conhecimentos táticos e suas estratégias de defesa.
2. Segundo o texto, a Escola das Américas foi um importante centro de formação militar daqueles que se tornariam os principais nomes das ditaduras da América Latina, como Augusto Pinochet, por exemplo. Com a educação desses militares, os Estados Unidos conseguiram homogeneizar os discursos e difundir mecanismos similares de repressão e contenção de grupos opositores em todo o continente. A uniformização das técnicas de combate e dos discursos ideológicos mostrou-se eficiente para os estadunidenses, que, juntamente com os militares, conseguiram criar as medidas de repressão necessárias para conter o avanço das forças reformistas no continente.

Questões p. 115

1. As reformas de base eram vistas pelos opositores de Jango como uma forma de populismo e uma aproximação perigosa com as propostas reformistas reivindicadas por movimentos revolucionários de esquerda ligados ao socialismo. Em contrapartida, os apoiadores do governo viam na concessão desses direitos, como a reforma agrária e a ampliação dos direitos sociais, uma forma de resolver problemas históricos brasileiros, como o acesso à terra, por exemplo.
2. Resposta pessoal. O aluno deverá analisar se as propostas de Jango tinham apenas um caráter eleitoral, em um momento de intensa instabilidade política e econômica, ou se realmente visavam atender aos anseios da população, como é prerrogativa das sociedades democráticas. Com base nessa reflexão, ele deverá se posicionar e justificar seu argumento.

Questão p. 118

O objetivo da atividade é permitir que os alunos atuem de forma crítica na interpretação de fatos históricos. Incentive-os a pesquisar mais informações sobre a morte do operário e sobre outros casos similares, como o de Vladimir Herzog. A íntegra da nota do exército pode ser lida em CARNEIRO, Paulo Luiz. Morte do operário Manuel Fiel no DOI-Codi, em 1976, precipita abertura política. *Acervo O Globo*, 13 jan. 2016. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/morte-do-operario-manuel-fiel-no-doi-codi-em-1976-precipita-abertura-politica-18465173>. Acesso em 17 set. 2020. A intenção é que a notícia seja breve. Após a atividade, caso seja possível, compartilhe os textos no *blog* ou nas redes sociais da turma.

Debater p. 119

O regime de capitalização adotado no Chile foi tão cruel com os aposentados que hoje até os defensores das políticas liberais defendem a revisão desse sistema. Por que as revoltas contra o modelo de capitalização explodiram agora? Justamente porque são os trabalhadores que se aposentaram a partir de 2010 que estão colhendo os resultados das reformas adotadas em 1980. Com o regime de capitalização, o trabalhador contribui com uma espécie de poupança correspondente a 10% do salário, dinheiro que é administrado por uma instituição financeira. Quando a primeira geração de trabalhadores se aposentou pelo novo sistema, percebeu-se que os benefícios estavam longe de garantir a sobrevivência dos idosos. Para se ter ideia, atualmente, 80% dos aposentados no Chile ganham menos de um salário-mínimo. O país apresenta um dos mais elevados índices de suicídio entre os idosos na América Latina.

Espera-se, nesse debate, que os alunos considerem a importância de garantir uma velhice segura aos idosos e proponham medidas que permitam conciliar o respeito aos Direitos Humanos com planos de captação dos recursos necessários ao financiamento das aposentadorias.

Questão p. 120

A história dos regimes militares da América Latina tem muitos denominadores em comum. Um deles é a estreita relação estabelecida entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Outra característica é a institucionalização da violência e da repressão como formas de contenção das forças opositoras e dos ideais não alinhados à lógica estadunidense.

Aprender a argumentar p. 120

1. O possível argumento ou raciocínio dos policiais é explicitado no último parágrafo do texto e pode ser assim organizado:

   A1

   Premissa 1: Havia distribuição de folhetos quando Paulo estava livre.

   Premissa 2: Não há mais distribuição de folhetos depois que Paulo foi preso.

PROVISÓRIA

Conclusão: Isso aconteceu porque Paulo era o responsável pela distribuição dos folhetos.

Esse argumento fundamenta uma decisão ou proposição: A2

Premissa 1: Se os folhetos deixarem de ser propagados na fábrica, acusarão Paulo de ter sido responsável pela distribuição quando estava livre.

Conclusão: Os folhetos não devem deixar de ser propagados na fábrica.

2. Trata-se de uma atividade para incentivar o aluno a analisar os aspectos mais frágeis de um argumento, expondo-os por meio de um contra-argumento. Um bom caminho para isso é destacar que a conclusão não é logicamente necessária; isto é, que o fato de os folhetos deixarem de circular, após a prisão de Paulo, não garante que ele era o responsável por sua distribuição. Outros fatores poderiam determinar que se tratava apenas de uma coincidência. Por exemplo, a morte ou a prisão do verdadeiro responsável pela distribuição simultaneamente à prisão de Paulo, a decisão do grupo responsável pela distribuição de parar de visitar as fábricas por causa do endurecimento da repressão e o aumento das prisões de simpatizantes da causa operária etc. O importante é que o aluno perceba que a conclusão pode ser questionada porque não é logicamente necessária; e, a partir daí, formule seu contra-argumento.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 121

1. Laurentino Gomes afirma que as interpretações do passado sempre dependem da maneira como o lemos e o interpretamos, e que esse fato se dá com base nos elementos, nos recursos e na semântica que o presente nos oferece.
2. Segundo o historiador, isso se deve à maneira como cada momento histórico leu e interpretou o passado. Ele destaca que a "proclamação da República" recebeu essa denominação, pois esse foi o desejo da população, que precisava de alguma forma marcar a transição do Brasil imperial para o Brasil republicano. Já nos anos 1930, o termo "revolução", usado para nomear o golpe de Estado dado por Getúlio, acabou sendo aceito pela população sem muitas contestações, enquanto o "golpe" de 1964 passou a ser registrado dessa maneira para sinalizar a tomada do poder de forma violenta e repressora.
3. A violência emerge nos regimes autoritários como um mecanismo importante para garantir a coesão social. Em um regime ditatorial, as divergências são vistas como ameaças capazes de enfraquecer o regime ou de incentivar grupos dispostos a tomar de assalto o poder. Diante disso, a violência passa a ser um instrumento recorrente desses regimes para evitar divergências e garantir sua permanência no poder.
4. O resgate da memória, de acordo com Frei Betto, é uma forma de permitir que a história também seja contada de outras perspectivas que não a dos detentores do poder. Resgatar e analisar os arquivos da ditadura no Brasil é dar voz a essas histórias não oficiais que também são parte desse complexo mosaico do regime civil-militar.
5. Resposta pessoal. O aluno deverá perceber que a ditadura é tema de disputa entre segmentos da sociedade brasileira. Enquanto para uns ela simboliza uma conquista diante da ameaça comunista do período da Guerra Fria, para outros ela é fruto de um complexo emaranhado de interesses econômicos e políticos da elite nacional e de nações como os Estados Unidos. Seja como for, as disputas em torno do tema da ditadura evidenciam que, mesmo depois de quase quarenta anos, ainda há muito o que se debater e descobrir sobre esse momento de nossa história.
6. É importante que o aluno tenha espaço para discutir uma hipótese defendida por vários setores, principalmente mais jovens, que não viveram o drama e o medo daquele período. Aproveite para esclarecer aos alunos que esses grupos que se manifestam abertamente em defesa da volta do regime militar só podem fazer isso porque vivemos em regime democrático. É uma boa oportunidade para que os alunos reflitam seriamente sobre o que é viver sob um governo ditatorial.
7. As tensões e disputas estabelecidas durante a Guerra Fria refletiram-se em diversas partes do mundo, inclusive na América Latina. Uma de suas principais consequências foi o alinhamento político e ideológico das nações latino-americanas com os Estados Unidos, que, a pretexto de defender o continente da invasão socialista, financiaram a instauração de regimes militares por todo o continente. As principais características desses regimes foram a militarização do Estado, a violência, a repressão e a simetria dos discursos ideológicos, sempre em consonância com os valores e interesses apregoados pelos Estados Unidos. As ditaturas latino-americanas, não obstante suas especificidades, deixaram um rastro de violência, desaparecidos, instabilidades políticas e crises econômicas em todo o continente.

Atividades p. 122

1. Alternativa correta: **c**.
2. **a)** O primeiro texto apresenta a interpretação difundida pelo regime militar a respeito do levante de 1964. Teria sido um movimento do povo brasileiro para combater a ameaça comunista que avançava no Brasil.

   b) O segundo texto interpreta o levante de 1964 como um golpe civil-militar, orquestrado por militares e os grandes representantes do empresariado nacional e internacional, reunidos no complexo Ibes/Ibad. Com a queda de Jango, essa elite econômica assumiu postos importantes da máquina estatal, transformando-a em instrumento a serviço do grande capital monopolista que essa elite representava.

   c) Resposta pessoal. Espera-se que o aluno se posicione com argumentos coerentes nessa questão. Seja qual for a posição do aluno, sugerimos comentar com eles que a obra do uruguaio cujo trecho reproduzimos aqui traz uma vasta documentação sobre os grupos econômicos e empresários que assumiram o controle do Estado depois de 1964,

EDIÇÃO ANTIGA

com nomes, datas e funções ocupadas. A pesquisa realizada por ele não deixa dúvidas sobre a participação do empresariado no golpe e na condução do Estado brasileiro depois de abril de 1964.

Pesquisar

Cada um dos eixos previamente sugeridos versa sobre uma esfera diferente de ação da ditadura. No primeiro eixo, sobre ditadura e relações políticas, pretende-se apresentar ao aluno os inúmeros interesses internos e externos envolvidos nos golpes que se sucederam na América Latina. No segundo, a intenção é discutir como alguns países, como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, se utilizaram do futebol para forjar uma unidade nacional. O terceiro, que trata da relação da ditadura com os desaparecidos políticos, visa mostrar para os alunos as consequências dos regimes militares, bem como seu impacto sobre a vida de milhares de famílias no continente. A história das "Mães da Praça de Maio", em Buenos Aires, é bem ilustrativa dessa relação. O quarto ponto versa sobre a relação das ditaduras com a arte, que ora desempenha papel de legitimadora dos regimes, ora atua como veículo de contestação. O quinto eixo diz respeito aos inúmeros movimentos de resistência que surgiram na América Latina, como o das *arpilleras* no Chile. Por exemplo, se optar pela análise da relação entre ditadura e política, o grupo poderá analisar a Operação Condor, que foi uma articulação política ocorrida entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina e Uruguai com a CIA, com o intuito de perseguir e coibir ações contrárias aos regimes. Com base nessa escolha, os alunos deverão investigar os principais objetivos da Operação, seus principais atores, sua dinâmica, seus impactos e seus desdobramentos.

Aprofundar o conhecimento p. 123

1. As crianças "governam-se facilmente; ganham pouco"; "custa[m] barato".
2. O trecho aparentemente celebra o bom funcionamento e o rendimento das fábricas. Mas, quando consideramos o contexto, percebemos que se trata de uma crítica ácida e irônica ao descaso dos patrões diante dos efeitos do trabalho fabril na vida das crianças. A ideia é a de que o lucro da fábrica é obtido a qualquer custo, incluindo a desobediência à lei e, o que é ainda pior, a desumanização e a perda da infância por parte dos jovens trabalhadores.
3. A "civilização canina" é aquela que explora o trabalho infantil nas fábricas.
4. Nessa passagem, o narrador sugere que a tragédia da morte da criança poderia transformar-se em bênção se produzisse uma mudança na vida daquele imenso rebanho; em outras palavras, a morte do menino seria uma tragédia redimida se, depois dela e por pressão da sociedade e do Estado, milhares de crianças submetidas à dureza do trabalho fabril tivessem condições de deixar essa situação para viver plena e dignamente sua infância.
5. Resposta pessoal. Sugestão: "A tua agonia espantosa se transformou em bênção pelo efeito demolidor que gerou na sociedade. Um imenso rebanho, composto de milhares de meninos forçados como tu, por pressão da opinião pública, agora pode contar com medidas efetivas de apoio à infância. A tua dor, pobre criança, teve ecos de redenção".

CAPÍTULO 13
Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais

Imagine... p. 127

Inicialmente, o aluno deve refletir sobre essa problemática, estabelecer relações e exemplificar que o crescimento da população significa também o aumento do consumo de recursos, por exemplo: o aumento populacional, nos moldes e padrões de consumo atuais, representará aumento do número de automóveis, na produção para atender tal demanda e, por consequência, na porcentagem de emissão de gases de efeito estufa (GEE). Em seguida, o aluno deve levantar hipóteses que refutem essa relação direta: propor alternativas como mudanças nos hábitos de consumo (substituição da matriz energética mundial por energia limpa, uso racional e sustentável dos recursos naturais), possibilidades de invenções ou inovações tecnológicas que diminuam o uso predatório dos recursos naturais, adoção de políticas demográficas para estabilizar o crescimento populacional etc. O aluno pode, ainda, considerar situações imprevisíveis, como a ocorrência de eventos naturais, catástrofes etc.; ou fenômenos sociais como endemias, pandemias e guerras que diminuam drasticamente a população mundial. Professor, problematize e aprofunde a discussão com atividades de pesquisas sobre teorias demográficas (malthusiana, neomalthusiana, ecomalthusiana e antimalthusiana, por exemplo). Por fim, oriente-os a produzir um texto coletivo com a síntese das discussões.

De olho no presente p. 128

a) O aluno deve perceber que a variação das taxas de fecundidade da Ásia e da América Latina e Caribe se aproxima da variação mundial; em relação à África Subsaariana, o declínio das taxas só começa a ser percebido a partir da década de 1980 (mais tardiamente que as demais) e, mesmo assim, continua em ritmo menor que a variação mundial, aproximando-se dela somente na projeção do quinquênio de 2080-2085; nos países desenvolvidos, a variação é decrescente desde a década de 1950 até o início do século XXI, apresentando uma ligeira alta, que pode ser considerada estável. Ao fazer a comparação, o aluno deve concluir que a taxa de fecundidade nos países desenvolvidos é menor que a taxa dos demais, evidenciando que eles já passaram pela transição demográfica.

b) O aluno deve considerar que a transição demográfica na América Latina e Caribe ocorrerá, aproximadamente, no quinquênio 2030-2035, enquanto na África Subsaariana só deverá acontecer no quinquênio 2090-2095.

c) O aluno deve concluir que o crescimento vegetativo da população da África Subsaariana se manterá elevado ao longo do século XXI, o que, sem um devido planejamento e direcionamento adequado de políticas públicas, poderá acarretar problemas, como elevado crescimento urbano, déficit de moradia, de emprego etc.

d) O aluno deve compreender que a transição da fecundidade no Brasil pode ser considerada rápida, pois o país teve um ritmo da redução do número médio de filhos muito próximo do exemplo dos três países citados no texto (Cingapura, Coreia do Sul e Irã) que, segundo o autor, tiveram esse ritmo de redução considerado extremamente rápido nos últimos 50 anos. O aluno deve compreender ainda que o fato de um país ser "pobre" não determina que sua desaceleração da fecundidade seja lenta, tampouco implica negativamente para que esse ritmo seja rápido, pois o autor traz o exemplo de Cingapura, que, ainda que fosse considerado pobre (até 1959), já apresentava uma tendência à desaceleração da fecundidade; além do exemplo do Brasil que, embora considerado "em desenvolvimento", também teve um processo rápido de transição da fecundidade.

Questão p. 131

O aluno deve perceber, com base na análise do mapa, que as indústrias se concentram nas regiões Sudeste e Sul do país e relacionar o fato da distribuição industrial ser um dos critérios utilizados pelos geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira na proposta de regionalização do país em "quatro brasis". Essas duas regiões, consideradas distintas na classificação oficial do IBGE, são "unidas" na chamada região Concentrada; agrupando locais que detêm o grosso da produção industrial, dos centros financeiros, da infraestrutura viária e de serviços, o que evidencia as disparidades regionais no país.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 132

1. O aluno deve perceber que a regionalização proposta por Milton Santos e por María Laura Silveira respeita a delimitação político-administrativa dos estados, assim como a proposta oficial do IBGE e explicar que os estados que formam cada uma das regiões estão delimitados dentro dela em: região Amazônica – Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia; região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; região Centro-Oeste, composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins; e região Concentrada, formada por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2. Sobre a comparação com a proposta do IBGE, o aluno deve cotejar o mapa dos "quatro brasis" com um mapa da regionalização oficial atual do Brasil, dividido em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e destacar a diferença no número de regiões – a proposta de Milton Santos e de María Laura Silveira agrupa as duas regiões oficiais do IBGE (Sudeste e Sul) em uma só, a região Concentrada; o deslocamento do estado do Tocantins, incluído na região Centro-Oeste; e a mudança de nome da região Norte para Amazônia. Também existem pontos de confluência, como as nomenclaturas das regiões Nordeste e Centro-Oeste, que foram mantidas.

Para possibilitar essa comparação, sugerimos a utilização do último mapa da sequência disponibilizada pelo IBGE em seu **Atlas escolar** disponível em <https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_evolucao_da_divisao_politico_administrativa.pdf>. Acesso em 3 set. 2020.

3. Essa proposta apresenta a região Amazônica a partir da composição de estados com baixa densidade técnica e demográfica; a região Nordeste se agrupa de acordo com seu histórico de povoamento inicial do Brasil, de pobreza e manutenção de uma agricultura pouco mecanizada em seus estados; enquanto a região Centro-Oeste é marcada pela modernização e mecanização do setor agropecuário, em consonância com o mercado globalizado; por fim, a região Concentrada se destaca das demais por centralizar a produção industrial, os centros financeiros, a infraestrutura viária e de serviços, produção do conhecimento etc. no território nacional. Professor, o aluno deve concluir que essas condições evidenciam as desigualdades da realidade do território brasileiro, em relação ao dinamismo da sociedade e da economia, entre outros aspectos. Aprofunde a discussão do tema, comentando sobre o caráter que as desigualdades regionais representam nessa proposta.

4. O aluno deve analisar a evolução dos PIBs municipais, agrupados por região, entre 2010 e 2017, e perceber que houve uma alternância na quantidade de municípios (entre os 500 maiores do país) com maior PIB *per capita* nas regiões Sudeste e Sul: em 2017, a região Sul passou a ter mais municípios em comparação com a região Sudeste. Além disso, deve constar que houve um ligeiro aumento dos municípios em questão na região Centro-Oeste, maior que as alterações observadas nas regiões Norte e Nordeste.

5. O aluno deve levantar hipóteses com base na análise do gráfico e citar que há uma concentração de municípios com maior PIB *per capita* nas regiões Sudeste e Sul e que, apesar da alteração de posição entre elas, não houve grande mudanças nas demais regiões. Por fim, o aluno deve concluir que o Brasil apresenta uma expressiva diferença socioeconômica regional, com grande concentração de municípios com melhor situação econômica situados em duas regiões, em detrimento das demais. Professor, reforce para os alunos que o PIB é apenas um indicador síntese da economia, que ajuda a compreender a produção econômica do nosso país, mas não expressa outros importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. O PIB *per capita*, por exemplo, permite uma análise preliminar da situação de distribuição de renda entre as regiões brasileiras. Amplie os conhecimentos dos alunos com atividades de pesquisas como comparar a evolução do PIB e do PIB *per capita* no município ao longo do tempo, conferindo seu desempenho ano a ano e relacionando-o com o desempenho de municípios vizinhos (se houve ou não políticas públicas de melhoria na saúde, educação, rede de transporte, segurança etc.).

6. O aluno deve considerar os estudos sobre população

MANUAL

brasileira neste capítulo e relacioná-los com seus conhecimentos sobre o país; citar que o Brasil se encontra em transição demográfica (diferente de países industrializados e de países em desenvolvimento com taxas consideráveis de natalidade, por exemplo); que a taxa de fecundidade brasileira vem diminuindo bastante (em relação aos países em desenvolvimento do continente africano, por exemplo); que a tendência do país nas projeções da ONU para 2100 é de retração total (número total de habitantes) e absoluta (no *ranking* dos países mais populosos do mundo). Quanto às disparidades regionais que caracterizam o país, o aluno pode citar a distribuição desigual da população ou do PIB e ainda se basear nas informações sobre as propostas de regionalização de Milton Santos e María Laura Silveira para apontar a discrepância no desenvolvimento, na concentração econômica, tecnológica, de prestação de serviços e infraestrutura entre as diversas regiões que compõem o Brasil.

CAPÍTULO 14

A filosofia da libertação e os Direitos Humanos na América Latina

Questão p. 134

Resposta pessoal. A questão visa levar o aluno a refletir sobre alguns aspectos do imaginário brasileiro e sua relação com o imaginário europeu civilizador. Nesse sentido, ele pode mencionar diferentes ideias ou atitudes, como a ideia de que o indígena é preguiçoso ou de que negro bom é aquele que tem alma branca, entre outras. Trata-se de ideias preconceituosas e racistas disseminadas ao longo da história do país e destinadas a consolidar a imagem do branco europeu como ser humano superior, cuja civilização e valores seriam igualmente superiores.

De olho no presente p. 135

Resposta pessoal. A pergunta visa levar o aluno a refletir sobre os Direitos Humanos e a realidade brasileira, além de fazê-lo externar sua preocupação com os Direitos Humanos no país. Ele pode, então, tratar dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à educação etc.

Questão p. 138

Resposta pessoal. Trata-se de chamar a atenção do aluno para o fato de que ele é um ator direta ou indiretamente envolvido com os principais problemas do país, em especial com a extensão dos Direitos Humanos para o conjunto da sociedade brasileira. Suas ações podem ser variadas, como indignar-se com situações nas quais se aviltam Direitos Humanos básicos de pessoas próximas; mobilizar-se para a ampliação de algum direito para a sociedade, como o direito à educação de qualidade para todos; engajar-se em campanhas contra o racismo e preconceitos, lutando pela dignidade humana etc.

Aprender a argumentar p. 138

a) Locke argumenta contra o consentimento universal como prova de que existem ideias ou princípios inatos. O argumento ao qual Locke se opõe poderia ser assim formulado:

Premissa 1: Existem ideias ou princípios que são aceitos universalmente.

Premissa 2: Os princípios de identidade (o que é, é) e o da não contradição (é impossível que a mesma coisa seja e não seja) são aceitos universalmente.

Conclusão: Isso prova que existem princípios ou ideias inatas.

b) Locke contra-argumenta:

Premissa 1: Os princípios lógicos da identidade e o da contradição são reconhecidos e consagrados como inatos.

Premissa 2: Um princípio humano inato é universal, isto é, está presente em todos os seres humanos.

Premissa 3: As crianças e os tolos não têm a menor apreensão dos princípios da identidade e da não contradição.

Conclusão: Não há princípios universais e não há princípios inatos impressos na mente.

c) Resposta livre. Espera-se que o aluno argumente e formule argumentos, sejam eles contra ou a favor da posição de Locke. Eles podem, por exemplo, se opor à tese de Locke, defendendo que as crianças e os tolos são uma exceção à regra da universalidade, sendo que esta deve abarcar apenas adultos mentalmente sãos. Ou reforçar a posição de Locke, afirmando que, nem mesmo entre os adultos sem problemas de ordem mental, os princípios lógicos são assentidos.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 139

1. Resposta pessoal. De fato, há muitas diferenças étnicas e culturais entre os povos da América Latina, mas não faltam aspectos históricos comuns. Todos os povos dessa região sofreram a invasão e a colonização de países europeus. Não obstante as peculiaridades dos processos de colonização em cada país ou sub-região da América Latina, todos eles impuseram aos nativos inúmeros tipos de violências, a maior das quais foi a escravidão, e visaram à exploração das riquezas da colônia. Esse processo conquistador-explorador-civilizador não respeitou as diferenças e o modo de ser de cada povo. Embora a situação de exploração e opressão históricas pela qual passaram os povos latino-americanos não seja suficiente para determinar uma identidade comum, pode-se dizer que é um primeiro passo. Qualquer unidade, no entanto, deve assumir o caminho inverso do processo civilizatório europeu, começando por respeitar a diversidade étnica e cultural. Só com o respeito à pluralidade dos povos é possível chegar a uma unidade identitária da América Latina.

2. A questão visa levar o aluno a refletir sobre a relação entre sua identidade e as tradições culturais e

étnicas de seu país e continente, mais especificamente do Brasil e da América Latina. Ser brasileiro e, portanto, também latino-americano implica ser influenciado por um conjunto de tradições, valores e modos de ser peculiares, que são fatores identitários. Muitos exemplos podem ser dados, como a influência na língua, na arte, na religião ou na culinária dos povos formadores do brasileiro – os indígenas originários, os portugueses e os africanos – e de povos espalhados pela América Latina.

3. Resposta pessoal. A questão constitui uma boa oportunidade para levar os alunos a refletir sobre um problema contemporâneo. A globalização e o desenvolvimento da rede mundial de informação (internet) e a formação do ciberespaço impulsionam um processo de massificação e homogeneização que afeta as culturas e tradições locais. Tal fato indicaria que a unidade dos povos da América Latina estaria ultrapassada. Em contrapartida, o passado histórico semelhante, a língua comum – a exceção é o Brasil, embora o português também seja uma língua latina como o espanhol – e a situação permanente de miséria, opressão e dependência desses povos são aspectos que evocam uma unidade. Afinal, foi dessa realidade opressiva e de dependência dos povos latino-americanos que, entre as décadas de 1950 e 1970, nasceram as filosofias da libertação, para as quais a unidade e a emancipação constituíam bandeiras fundamentais para reverter o domínio das grandes potências do passado e do presente.
4. Para Galeano, o presente da América Latina é a continuidade da exploração e da opressão impostas desde as invasões europeias aos países dessa região e do processo de colonização e escravização dos povos originários e de negros africanos. O segundo parágrafo do texto citado já alude à relação entre o passado e o presente, quando trata da entrada da América Latina no mercado mundial: "Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência". Em outras palavras, antes de o mercado ter esse nome, na formação da América Latina, em seu nascimento, os povos latino-americanos já serviam ao mercado, fornecendo matéria-prima para a Europa, e hoje "continuamos atados ao dever de obediência".
   Outras passagens que demonstram uma continuidade entre o passado e o presente são a do terceiro parágrafo: "Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata e seguiu com o açúcar. O tabaco, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo..."; a do quarto: "Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações" (ou seja, mudam-se os produtos, mas se mantém a exploração do ser humano e da terra); e a do quinto: "Continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais".
5. Basicamente é a seguinte crítica: sob o discurso ou a narrativa do progresso, do avanço da civilização, da universalização da humanidade ou do desenvolvimento da modernidade, cometeram-se as mais bárbaras e violentas ações contra o ser humano e contra a terra, visando à subjugação e à exploração dos povos originários e de países inteiros.
6. Segundo as filosofias da libertação, os Direitos Humanos não são plenamente garantidos nos países da América Latina, em grande parte porque o processo civilizatório europeu – a "descoberta", colonização e escravização dos povos originários latino-americanos, bem como a utilização de escravos africanos – influenciou o desenvolvimento dos países dessa região. Na divisão do mercado mundial coube a esses países um papel de dependência econômica e de subjugação política. A colonização e a escravização dos povos das colônias financiaram a modernidade europeia economicamente. No entanto, os Direitos Humanos defendidos por essa modernidade nunca foram plenamente garantidos na América Latina. Daí a importância das filosofias da libertação, que são filosofias voltadas para a realidade, em especial para a realidade latino-americana. Elas denunciam essa situação, revelando sua constituição histórica; criticam a modernidade europeia e afirmam a necessidade de superar a lógica de dominação estabelecida; lutam pela melhoria das condições dos povos latino-americanos e pela universalização de Direitos Humanos, como a igualdade e a liberdade, além de defender a emancipação desses povos.

CAPÍTULO 15
Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina

Imagine... **p. 142**

a) O aluno deve refletir sobre seu entendimento da América Latina, expondo sobre a formação territorial da região; as relações de seus países entre si e com os demais. Para isso, pode utilizar argumentos sobre as relações sociais e culturais (como as trocas de experiências e o intercâmbio cultural entre as pessoas de diferentes nacionalidades) e econômicas (comércio e blocos regionais de integração) que fortalecem a existência da América Latina.

b) O aluno deve se posicionar sobre seu entendimento como latino-americano, quais os exemplos de pertencimento que ilustram sua identidade com os demais países do subcontinente. Professor, oriente a discussão. A atividade pode ser adaptada com discussões em grupos e uma apresentação com a síntese do que foi debatido em cada grupo. É importante que os alunos tenham argumentos coerentes com suas opiniões, podendo, por exemplo, expor uma identificação maior com os Estados Unidos ou outros países não latino-americanos, o que deve ser problematizado e discutido na sala, com respeito às opiniões, experiências e expectativas de vida individuais.

Questão **p. 143**

Alternativa correta: **e.** Os Estados Unidos adquiriram o território de Porto Rico, interferiram na

independência cubana, tiveram uma política externa marcada pela dominação na região do Caribe e do Canal do Panamá. Ao contrário do que é mencionado na alternativa **e**, os Estados Unidos adquiriram as Ilhas de Guam e outros territórios, conforme evidenciado na linha do tempo da página 142.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 146

1. Resposta pessoal. O aluno deve considerar os argumentos apontados do texto para identificar o desconforto apresentado pelo historiador brasileiro Antonio Mitre em sua exposição, como: denominação conceitualmente imprecisa, pois incorpora países com língua não neolatinas, como Guiana, Belize e Suriname, ao mesmo tempo que "caracteriza como latinos os países que possuem populações indígenas consideráveis, como Guatemala e Bolívia, na qual o espanhol se tornou língua dominante só em 1977"; e, em contrapartida, se basear na conclusão do coordenador do debate, sociólogo cientista político brasileiro Bernardo Sorj, que aborda a importância da língua espanhola para a integração cultural dos países hispano-americanos: "A região é uma das poucas no mundo onde há um número grande de países vizinhos que falam a mesma língua, e com isso circulam com mais facilidade entre os países as informações e a produção cultural" como algo positivo em relação à existência da América Latina. Professor, para aprofundamento da questão linguística do continente americano, trabalhe com os alunos o texto de Luís Barrucho, "Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?", da *BBC Brasil*, de 10 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45229400>. Acesso em 10 set. 2020.

2. **a)** O aluno deve citar que o organismo de maior abrangência continental é a OEA (Organização dos Estados Americanos), pois compreende todo o continente; e no recorte regional da América Latina, a Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e a Celac (Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) são os de maior abrangência.

b) O aluno deve levantar hipóteses sobre a grande variedade de organismos regionais na América Latina e concluir que uma das explicações recai sobre a grande heterogeneidade cultural, econômica, político-ideológica na região. Além disso, deve constatar que a existência de muitos organismos dificulta a efetiva integração regional na América Latina.

3. Quanto à identidade da América Latina, o aluno deve perceber o contexto histórico e geográfico da formação do continente americano e as particularidades do processo de colonização de caráter exploratório que marcou essa parte do continente, além das questões culturais, da diversidade dos povos indígenas que compõem as nações latino-americanas etc. Por isso, ela chega a ser questionada por muitos pesquisadores. Já a integração da América Latina se revela muito incipiente e refém de convergências ideológicas dos governos nacionais (que podem mudar a cada eleição). Apesar de apresentar alguns blocos mais efetivos, essa região do continente ainda está longe de uma integração geopolítica que demonstre força e que traga relevantes conquistas aos países da América Latina e às suas populações.

CAPÍTULO 16
A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios

Questão p. 148

Resposta pessoal. A pergunta pretende suscitar reflexões que serão retomadas na última parte. Trata-se de levar o aluno a se colocar como autor de seu vir a ser, começando por reconhecer essa tarefa existencial.

Questão p. 149

O questionamento e o abandono das grandes narrativas propostos pela concepção pós-moderna têm permitido que as sociedades revisitem suas histórias e proponham outras leituras para os eventos históricos. No caso brasileiro, a construção das grandes narrativas da história brasileira com base em interesses, preconceitos e princípios ideológicos, destinados a legitimar a dominação e a opressão impostas aos diversos segmentos de nossa sociedade, tem sido revista e problematizada pela História e pelas Ciências Sociais. É nesse contexto de desvelamento e questionamento do passado que figuras históricas como Luís Gama e sua mãe, Luísa Mahin, emergem como personagens negros que lutaram contra a escravidão; que foi possível reescrever eventos como a abolição da escravatura em 1888 pela Princesa Isabel, evidenciando interesses e divergências em relação ao processo; que se desconstruiu o entendimento dos povos indígenas como "atrasados" e "preguiçosos", assim como a crença de que no Brasil vivemos uma democracia racial.

Questões p. 150

a) Espera-se que, com base no estudo desenvolvido até aqui, na leitura do texto principal e em sua experiência de vida, o aluno relacione as características da sociedade pós-moderna com o aumento da depressão. O dilúvio ou o bombardeio da informação, o consumo obsessivo, a constante excitação de prazeres de fruição imediata e fugaz, a fragmentação caótica da vida, a pressão externa e interna para a constituição de uma identidade em um mundo fluido e inconstante, a importância exagerada da imagem e da aparência (hiper-realismo), a difícil busca por uma profissão em um mundo do trabalho que se modifica constantemente e em processo de precarização, a perda de afetividade, o predomínio do presente em detrimento das experiências profundas e significativas do passado, a falta de perspectiva no futuro, a ausência de uma visão totalizadora da realidade e a perda de sentido de vida são alguns dos aspectos da sociedade contemporânea que

EM REFORMA

provocam o desequilíbrio emocional e psíquico, favorecendo o desenvolvimento de distúrbios de toda ordem, entre eles a depressão.

b) Resposta pessoal. A questão visa levar o aluno a refletir sobre os modos de existência individual que favorecem o desenvolvimento de distúrbios e os que favorecem a saúde. Espera-se que ele perceba que ninguém está isento de sofrer com a depressão e que, além do contexto social e do fator hereditário, o estilo de vida é importante gerador de estresse, ansiedade e de vários tipos de distúrbios. Dessa maneira, a preocupação com o equilíbrio emocional, psíquico e físico deve fazer parte de seu projeto de vida.

Questões p. 152

1. De acordo com o autor, a Constituição de 1988 é ambivalente, pois, ao mesmo tempo que garantia uma ampla gama de direitos sociais e políticos, também manteve preceitos muito tradicionais, como a centralização do poder nas mãos do Estado, a ausência do controle social sobre as instituições e um modelo social e econômico que reforça as desigualdades sociais.

2. Resposta pessoal. O aluno deverá compreender que existe uma enorme distância entre as garantias legais e a realidade brasileira. Muitos problemas, como as desigualdades sociais, constituem entraves à efetivação desses direitos na medida em que as questões econômicas acabam atuando como fator de segregação e exclusão social.

Imagine... p. 154

Estimule a discussão sobre a violência contra a mulher na sociedade brasileira, suas causas e consequências. Forneça exemplos do uso da tecnologia para o enfrentamento da violência, como as ferramentas virtuais para emissão de boletim de ocorrência no Brasil; o serviço de mensagens criado pelo governo espanhol para facilitar a denúncia de mulheres presas em casa, entre outros. A partir disso, incentive os alunos a buscar soluções criativas para o tratamento das questões, respeitando os Direitos Humanos e as legislações do país. Professor, fique atento porque esse tipo de discussão pode servir como gatilho emocional para alguns estudantes que passaram ou passam por situações como essa em suas famílias.

De olho no presente p. 154

O objetivo da atividade é permitir que os alunos reflitam sobre a questão da concentração de renda no país e tenham a oportunidade de atuar de forma propositiva na resolução dessa questão. Caso seja possível, discuta com eles as principais propostas já existentes, como a taxação de grandes fortunas, a distribuição de renda direta, entre outros modelos adotados em vários países do mundo.

Laboratório de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas p. 155

1. A pandemia evidenciou como as desigualdades sociais se manifestam de diversas maneiras e estão entrelaçadas em nossa sociedade. A precariedade dos vínculos de trabalho, por exemplo, que levou milhões de brasileiros ao trabalho informal nos últimos anos, tornou-se ainda mais evidente nesse período. Sem a oportunidade de trabalhar remotamente, essas pessoas viram-se sem ganhos e sem os recursos necessários para garantir sua subsistência. Diante disso, muitos precisaram enfrentar os riscos e buscar outras formas de sustento, demonstrando que o isolamento social recomendado pelas agências internacionais de saúde e por médicos não pôde ser estendido a todos os brasileiros. Dados oficiais indicam que essa realidade foi mais recorrente entre os negros, que também foram as principais vítimas da covid-19 no país.

2. Resposta pessoal. O aluno deverá problematizar o acesso à tecnologia digital como um direito e, então, defender seu posicionamento sobre a questão. Diante da pandemia, muitas nações passaram a defender o acesso à internet e à tecnologia como parte dos direitos básicos, uma vez que a tecnologia hoje é parte indissociável do mundo contemporâneo.

3. Darcy Ribeiro conclama os jovens à ação e à mobilização diante dos problemas da sociedade brasileira. Com base em sua experiência, mostra como a construção de um novo país passa necessariamente pelo engajamento da juventude diante dos dilemas de nossa sociedade.

4. Para o antropólogo, as diversas lutas que ele travou ao longo da vida deram sentido a sua existência. Apesar de muitas delas não terem sido vencidas, o autor vê validade e importância nesse ato, pois elas lhe ensinaram muito sobre a vida e a responsabilidade coletiva.

5. Resposta pessoal. O aluno deve ter condições de perceber que a sociedade brasileira é marcada por inúmeros problemas e desafios, e que os mais jovens têm um papel importante no processo de mudança social do país.

6. Resposta pessoal. O aluno deverá se reconhecer como parte da sociedade e, como tal, corresponsável pelos desafios que o país ainda tem que enfrentar. Diante disso, deverá relatar como acha que pode contribuir para a construção de um novo país.

7. No campo das ideias, a principal mudança da pós-modernidade, anunciada por filósofos como Lyotard, Derrida e Deleuze, foi o fim ou a perda de credibilidade dos grandes relatos ou das grandes narrativas, que buscavam explicar a realidade e a sociedade de maneira homogênea e totalizante, como o iluminismo, o sistema idealista dialético de Hegel e o marxismo. O fim das grandes narrativas abriu possibilidades contraditórias. Se, por um lado, houve perda de uma visão abrangente da realidade e fragmentação, por outro, tornaram-se audíveis vozes antes abafadas por uma unidade ilusória, possibilitando a exposição de múltiplos sentidos de compreensão da realidade. Da mesma maneira, a história brasileira pôde ser revisitada, possibilitando outros entendimentos para além da "história oficial" ou do padrão estabelecido. Nos

SEM RESPOSTA

últimos 35 anos, do fim da ditadura civil-militar até os dias de hoje, o Brasil mudou bastante. Entre essas mudanças, destaca-se a entrada em cena na política de inúmeros movimentos sociais, como o dos trabalhadores urbanos, dos trabalhadores do campo, das mulheres, dos negros, indígenas, ambientalistas, pessoas com deficiência, entre outros, denunciando a violência, o preconceito ou a exploração a que estão sujeitos. Também houve importantes conquistas no campo educacional e na saúde, como a quase universalização da matrícula escolar entre as crianças e jovens de 6 a 14 anos e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), conquistas que afetaram milhões de brasileiros. No entanto, as desigualdades sociais perduram no país e podem ser observadas nas dificuldades encontradas pelos negros para ingressar no mercado de trabalho, na ínfima participação feminina na política, na violação dos direitos dos povos indígenas, no aumento do feminicídio, na presença da homofobia, no aumento dos casos de violência policial contra a população negra, na concentração de renda, nas diferenças salariais entre homens e mulheres e entre brancos e negros e na devastação ambiental. É com a consciência desses problemas, reconhecendo a história que os criou, que podemos traçar uma utopia chamada Brasil, ou seja, caminhar para superar as dificuldades, eliminar as desigualdades sociais e universalizar efetivamente direitos para todos os brasileiros, sem deixar de respeitar as diferenças. É nesse Brasil que o projeto existencial de cada brasileiro pode se realizar.

Atividades p. 156

1. Alternativa correta: **d**.
2. Alternativa correta: **b**.

Pesquisar

O objetivo da atividade é permitir que o aluno seja, ao mesmo tempo, o investigador e o objeto da investigação de sua pesquisa. Com base em suas observações e percepções sobre a realidade, ele deverá problematizar o quanto elas se aproximam ou se distanciam de seus anseios e expectativas futuras para o país. Para tanto, o trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, o aluno deverá selecionar elementos de seu cotidiano capazes de expressar sua leitura da sociedade brasileira. Incentive o aluno a buscar essas referências em lugares diferentes, com recursos variados. A variedade no repertório é um recurso importante nessa atividade, pois permite expandir a interpretação da realidade e incluir sujeitos muitas vezes distantes do lugar social do aluno. Na segunda parte, o aluno deverá fazer uma análise de suas observações. A problematização e a desnaturalização da realidade são fundamentais nesse processo. As perguntas sugeridas são uma base para professores e alunos e podem ser expandidas ou adaptadas às realidades. Na terceira parte, o aluno deverá criar uma representação do Brasil que ele deseja do futuro. Incentive-o a expressar sua sensibilidade e sua potência como agente de mudança social. Estimule-o a refletir de que maneira o Brasil que ele deseja se aproxima, se afasta, ou permanece o mesmo do Brasil atual. Para a quarta parte, crie um espaço acolhedor para que ele possa expressar suas angústias, seus anseios e seus desejos para a construção de um país que seja capaz de atender a suas expectativas. Ressalte a importância de os alunos seguirem os princípios norteadores dos Direitos Humanos, da legislação brasileira e da cultura de paz.

Aprofundar o conhecimento p. 157

1. O autor ressalta que a crença de que o Brasil era um "país do futuro" acabava contribuindo para o entendimento de que a nação ainda não era madura o suficiente, assim como um adolescente. Nesse sentido, nossos erros, equívocos e problemas nunca eram enfrentados efetivamente, figurando como deslizes e como um processo de aprendizado típicos dos jovens. Em vez de contribuir para o desenvolvimento da nação, essa postura se revelou um entrave, uma vez que as medidas tomadas não solucionaram efetivamente nossos problemas, como a injustiça social e as desigualdades mencionadas pelo autor do texto.
2. Resposta pessoal. O aluno deverá perceber que as mudanças sociais, políticas e econômicas vividas nas últimas décadas deram início a um importante processo de questionamento da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira. Diante disso, muitos setores da sociedade passaram a reivindicar mudanças estruturais em nossa sociedade, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento ambientalista, indígena, dos camponeses etc.
3. O autor argumenta que os jovens são a força das mudanças em uma sociedade, pois tendem a se organizar em grupos e a ser agregadores, por trazerem em si o desejo pela transformação. A versatilidade da juventude, sua capacidade criativa e de se reinventar fazem dela um grupo social imprescindível para a transformação da sociedade, a ponto de o autor enfatizar que, na América Latina, os grandes processos de questionamento das estruturas sociais têm sempre os jovens como protagonistas.
4. Resposta pessoal. O aluno deverá analisar de que forma os governos no Brasil tendem a tratar a juventude. É importante destacar que no país o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece o Estado, a família e a sociedade como entes responsáveis pelo cuidado, pela segurança, pela formação e pelo bem-estar da juventude. No entanto, com base em sua realidade e seu contexto social, o aluno deverá avaliar como isso se dá na prática.
5. O objetivo da atividade é permitir que o aluno compreenda que seu projeto de vida não pode ser pensado fora de uma estrutura social. Nossas biografias se entrecruzam com a história e geram os eventos, condições e circunstâncias que afetam nossos destinos individuais e coletivos. Diante disso, estimule os alunos a refletir sobre o que eles desejam para si e para o país, enfatizando que a realização de determinados anseios e sonhos depende de conjunturas e fatores externos a nós, como a economia, a política e os valores. Oriente os alunos a realizar a atividade respeitando os princípios dos Direitos Humanos e das legislações existentes no país.

MODELO

Julieta Romeiro

Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico da Rede Federal de ensino.

Maria Raquel Apolinário

Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Professora das redes estadual e municipal de ensino durante 12 anos. Coordenadora de projetos editoriais. Editora.

Ricardo Melani

Bacharel e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem mais de 25 anos de experiência como educador. Foi professor do ensino superior durante 18 anos. Foi editor de inúmeras revistas científicas e informativas.

Silas Martins Junqueira

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor da rede municipal de ensino de São Paulo. Formador de professores e gestores educacionais. Escritor de livros didáticos e de documentos oficiais para secretarias estaduais e municipais de educação.

DIÁLOGO

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

1ª edição

São Paulo, 2020

MODERNA

Coordenação editorial: Maria Raquel Apolinário
Edição de texto: Vanessa Gregorut, Silvana Cobucci Leite, Maria Raquel Apolinário
Assistência editorial: Caroline B. Marach
Gerência de *design* e produção gráfica: Everson de Paula
Coordenação de produção: Patricia Costa
Gerência de planejamento editorial: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: APIS Design, Bruno Tonel, Douglas Rodrigues José
Capa: Daniela Cunha
Foto: © davooda/Shutterstock
Ilustrações: Otávio dos Santos, Daniela Cunha
Coordenação de arte: Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Renata Susana Rechberger
Editoração eletrônica: Casa de Ideias
Edição de infografia: Giselle Hirata, Priscilla Boffo
Coordenação de revisão: Maristela S. Carrasco
Revisão: Ana Maria C. Tavares, Beatriz Rocha, Cárita Negromonte, Cecilia S. Oku, Fernanda Souza, Frederico Hartje, Juliana Nasser, Know-How Editorial, Leila Santos, Mônica Surrage, ReCriar editorial, Renata Brabo, Rita de Cássia Sam, Thiago Dias, Vânia Bruno
Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron
Pesquisa iconográfica: Susan Eiko, Márcia Sato
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Joel Aparecido, Luiz Carlos Costa, Marina M. Buzzinaro, Vania Aparecida Maia de Oliveira
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Fábio Roldan, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogo : ciências humanas e sociais aplicadas / Julieta Romeiro...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

Outros autores: Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani, Silas Martins Junqueira
Obra em 6 v.
Conteúdo: Ser humano, cultura e sociedade -- Trabalho, tecnologia e natureza -- Relações de poder: território, Estado e nação -- Lutas sociais e reflexões sobre a existência -- América: povos, territórios e dominação colonial -- Dilemas das repúblicas latino-americanas
Bibliografia.

1. Filosofia (Ensino médio) 2. Geografia (Ensino médio) 3. História (Ensino médio) 4. Sociologia (Ensino médio) I. Romeiro, Julieta. II. Apolinário Maria Raquel. III. Melani, Ricardo. IV. Junqueira, Silas Martins.

20-38507 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livros-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2020
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

MODERNA

Sumário

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Américas e Brasis 10

UNIDADE 1

Independências: os novos Estados nacionais na América 12

Capítulo 1 **A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem?** 14

A mudança na política colonial da Coroa inglesa 14
A metrópole reforça o controle e as colônias reagem 15
Iluminismo e liberalismo: influências na independência americana 16
Liberdade e igualdade: o paradoxo da Revolução Americana 16
Tensões sociais nas colônias 17
A democracia na América 18
A democracia e os novos destinos da humanidade 19
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 21

Capítulo 2 **A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América** 22

A fragmentação da América hispânica 22
A crise do Império Espanhol 23
As juntas de governo e as lutas pela independência 24
Mulheres, negros e indígenas em luta 26
Unidade e fragmentação 26
Os novos Estados nacionais americanos 27
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 28

Capítulo 3 **Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras** 29

A definição das fronteiras políticas na América 29
A formação territorial e as fronteiras na América Anglo-Saxônica 30
As fronteiras na América espanhola 32
A formação territorial na América portuguesa 33
América Latina: territórios dependentes e questões fronteiriças 34
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 35

Capítulo 4 **O pensamento político nos nascentes Estados americanos** 36

Liberdade e escravidão 36
Justificando a ação civilizatória 37
O pensamento liberal no Atlântico negro 37
As principais ideias do liberalismo 37
A Revolução Americana: o liberalismo e a escravidão nas colônias 38
O pensamento predominante nos *criollos* 40
Ser indígena, ser negro, ser brasileiro 41
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 42
Atividades 43
Aprofundar o conhecimento 44

UNIDADE 2

A formação do Estado brasileiro 45

Capítulo 5 **A independência do Brasil e o período imperial** 46

A crise do sistema colonial e a vinda da família real para o Brasil 46
A corte no Rio de Janeiro 48
O "nascimento" do Brasil: monárquico e escravocrata 49
A cidadania na Constituição de 1824 50
A abdicação de D. Pedro I e o período regencial 51
O Brasil do Segundo Reinado 52
O mundo rural e o mundo urbano 52
A política indígena do governo imperial 53
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 54

Capítulo 6 **O que é ser brasileiro?** 55

A identidade nacional 55
A construção de uma identidade nacional: o que significa ser brasileiro 56

MODERNA

Literatura, romantismo e a identidade nacional no Brasil ... 57
O Brasil moderno: quem somos nós? ... 57
Brasil, o país das misturas ... 58
Mas, afinal, o que é ser brasileiro? ... 59
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas ... 61

Capítulo 7 **Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil** ... 62

Brasil: uma sociedade racialmente desigual ... 62
A expansão cafeeira no Brasil ... 64
A crise do sistema escravista ... 66
A campanha abolicionista ... 67
A vida após a abolição ... 68
A imigração no Brasil do século XIX ... 68
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas ... 70

Capítulo 8 **O pensamento filosófico no período imperial** ... 71

Os primeiros passos da filosofia no Brasil ... 71
A filosofia dos soldados de Cristo ... 72
O ecletismo espiritualista ... 73
O ecletismo brasileiro ... 73
Os intelectuais brasileiros e a tendência cientificista ... 74
As leis de desenvolvimento da humanidade ... 74
O positivismo: a busca de um Brasil moderno ... 74
As ideias evolucionistas no Brasil ... 75
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas ... 77
Atividades ... 78
Aprofundar o conhecimento ... 79

UNIDADE 3
A república na América Latina ... **80**

Capítulo 9 **A Primeira República no Brasil** ... 81

O fim da monarquia em terras brasileiras ... 81
Uma interpretação recente do fim da monarquia ... 82
A primeira Constituição da república ... 83
República sem democracia nem cidadania ... 84
A nascente indústria em uma economia agroexportadora ... 86
A reforma urbana no Rio de Janeiro ... 86
O povo se rebela: a Revolta da Vacina ... 87
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas ... 89

Capítulo 10 **Protestos contra a república oligárquica** ... 90

As desilusões com o novo regime ... 90
Canudos: a cidadela de Deus ... 91
Antônio Conselheiro: um peregrino do sertão ... 92
A fundação e a queda de Canudos ... 92
Os sertões: o livro-monumento ... 93
O Contestado: o messianismo no sul do Brasil ... 94
A guerra contra as "cidades santas" dos caboclos ... 94
A Revolta da Chibata: uma rebelião na marinha do Brasil ... 95
Operários: suas lutas, ideias e formas de organização ... 96
Os operários da capital brasileira ... 96
O movimento operário em São Paulo e a greve geral de 1917 ... 98
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas ... 99

Capítulo 11 **Entre a ditadura e o populismo** ... 100

A crise do pacto oligárquico e a Revolução de 1930 ... 100
As eleições de 1930 ... 101
O movimento revolucionário de 1930 ... 102
O governo provisório e constitucional de Vargas ... 102
A Revolução Constitucionalista de 1932 ... 103
As insurreições de 1935 ... 104
O golpe de 1937 e a ditadura do Estado Novo ... 105
O polêmico conceito de populismo ... 105
Centralização, repressão e propaganda no Estado Novo ... 106
Trabalho, cidadania e controle social ... 107
Intervencionismo econômico e nacionalismo ... 108
O fim do Estado Novo ... 108
Vargas retorna nos "braços do povo" ... 109
A crise politica e seu desfecho trágico ... 109
O peronismo na Argentina ... 110

MODERNA

O mito Evita Perón 110
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 111

Capítulo 12 Ditaduras e revolução na América Latina 112

Desdobramentos da Guerra Fria na América Latina 112
A Revolução Cubana 113
Os Estados Unidos e as ditaduras militares da América Latina 114
A estruturação do regime civil-militar no Brasil 114
O governo João Goulart: as reformas de base 115
O golpe civil-militar 115
Os governos militares no Brasil 116
Primeiro ato: a institucionalização do regime civil-militar 116
Segundo ato: a consolidação da ditadura civil-militar 117
Terceiro ato: a lenta e gradual transição democrática 118
Último ato: o fim do regime civil-militar 118
A ditadura militar no Chile e na Argentina 119
O apagamento da memória dos crimes do regime militar 120
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 121
Atividades 122
Aprofundar o conhecimento 123

UNIDADE 4
A América contemporânea 124

Capítulo 13 Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais 125

População e dinâmica demográfica 125
Brasil: distribuição populacional e divisão regional 128
Panorama geral da industrialização no Brasil 130
A industrialização e o agravo das disparidades regionais 131
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 132

Capítulo 14 A filosofia da libertação e os Direitos Humanos na América Latina 133

Filosofia como práxis da libertação 133
Ultrapassando a lógica da dominação 134
O conceito de práxis 135
A filosofia crítica da realidade 136
Os Direitos Humanos do ponto de vista dos povos da América Latina 137
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 139

Capítulo 15 Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina 140

O surgimento da América Latina 140
Estados Unidos: intervencionismo na América Latina 142
Propostas de integração da América Latina 144
Alca, Unasul e os entraves da integração regional latino-americana 145
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 146

Capítulo 16 A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios 147

Qual é o Brasil que queremos? Qual é a vida que desejamos? 147
O mundo pós-moderno 148
O mundo saturado de informações 148
Consumo obsessivo 149
O fim das grandes narrativas 149
A desconstrução e os múltiplos sentidos 150
Nós e o mundo pós-moderno 150
O Brasil e as mudanças 151
Brasil: que país é esse? 151
Neoliberalismo, política e desigualdades sociais 152
Continuidade das práticas neoliberais 153
A luta contra as desigualdades no Brasil 153
As desigualdades sociais perduram 154
Somos povos para nos fazermos 154
Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas 155
Atividades 156
Aprofundar o conhecimento 157

Referências bibliográficas 158

MODERNA

:: A Base Nacional Comum Curricular

Os livros desta coleção foram elaborados de acordo com a estrutura do Novo Ensino Médio e com os objetivos de aprendizagem definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Homologada em dezembro de 2018, a BNCC estabelece as competências e as habilidades que todos os estudantes do Brasil devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Na etapa do Ensino Médio, os objetivos essenciais são aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e contribuir para que os estudantes construam e realizem seu Projeto de Vida, com base em princípios de justiça, ética e cidadania. Nessa etapa, as aprendizagens essenciais estão organizadas por área do conhecimento.

Conheça, nos quadros a seguir, as competências gerais da Educação Básica, bem como as competências específicas e as habilidades da área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**.

Competências gerais da Educação Básica	
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	Todos os capítulos.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Capítulos 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Capítulos 4, 6, 9, 10, 11, 13 e 16.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Capítulos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Capítulos 1, 2, 4, 6, 8 e 16.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Capítulos 2, 3, 7, 9, 10, 13 e 14.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Capítulo 16.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Capítulos 4, 5, 6, 9, 11, 14 e 16.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDIMODERNA

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio	
Competência específica 1 Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a **compreender** e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	Todos os capítulos.
Habilidades	
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.	Todos os capítulos.
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.	Capítulos 1, 2, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 14 e 16.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	Capítulos 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 16.
(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.	Capítulos 2, 4, 6, 7, 8, 10 e 16.
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Capítulos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 15 e 16.
Competência específica 2 Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 13 e 15.
Habilidades	
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.	Capítulos 1, 3, 4, 5, 7 e 13.
(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.	Capítulos 5, 8 e 13.
(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo).	Capítulos 2, 3, 5, 7 e 13.
(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 13 e 15.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.	Capítulos 5, 7, 8, 9 e 13.
(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.	Capítulos 2, 3, 5, 7, 13 e 15.
Competência específica 3 Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.	Capítulos 5, 8 e 13.
Habilidades	
(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.	Não trabalhado neste volume.
(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.	Não trabalhado neste volume.
(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.	Capítulos 8 e 13.
(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.	Capítulo 13.
(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.	Não trabalhado neste volume.
(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).	Não trabalhado neste volume.
Competência específica 4 Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	Capítulos 3, 4, 5, 7, 9, 10, 12, 13 e 16.
Habilidades	
(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.	Capítulos 3, 5, 9 e 13.
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.	Capítulos 4, 5, 7, 9, 10, 12 e 16.
(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.	Capítulos 5 e 16.
(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.	Capítulos 10 e 16.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Competência específica 5 Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 16.
Habilidades	
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.	Capítulos 1, 2, 4, 6, 9, 10, 11, 12 e 16.
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 16.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	Capítulos 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 14 e 16.
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.	Capítulos 1, 3, 4, 6, 7, 12, 13, 14 e 16.
Competência específica 6 Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.
Habilidades	
(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.	Capítulos 2, 4, 5, 7 e 16.
(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.	Capítulos 6, 9, 11 e 12.
(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).	Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12, 15 e 16.
(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.	Capítulos 12 e 13.
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.	Capítulos 1, 2, 4, 5, 12, 14 e 16.
(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.	Capítulos 4, 5, 6, 7, 10, 13, 15 e 16.

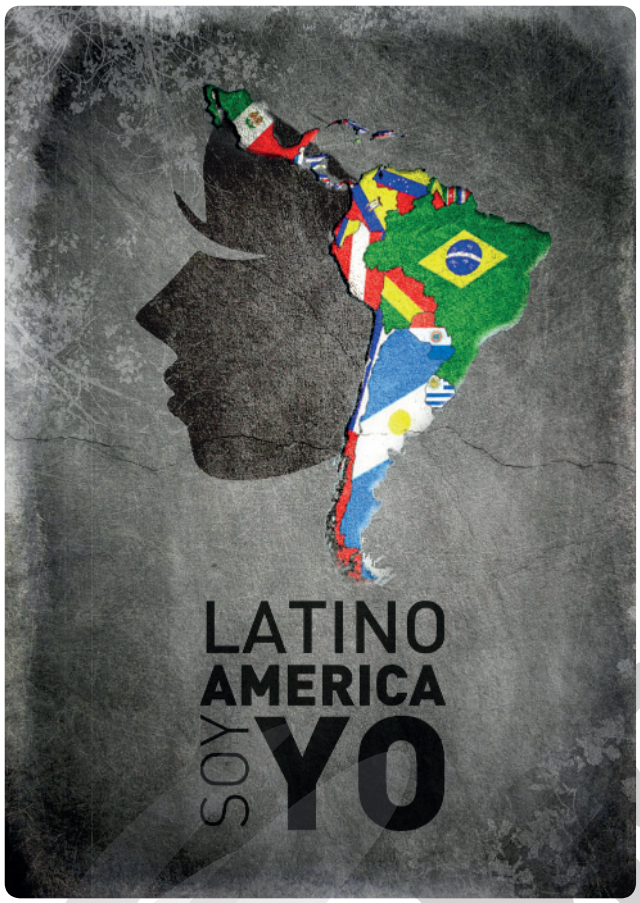
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Américas e Brasis

© 2012 - 2020 IVAN THUMANN



Latinoamerica soy yo, cartaz de Ivan Thumann, 2012.

Um Brasil muito latino-americano

Vera Cruz, Santa Cruz, Terra dos Papagaios, América portuguesa, Brasil. Tantos nomes, e ainda procuramos nossa identidade. O que é o Brasil? Quem somos nós?

A dificuldade de encontrarmos respostas a essas questões se justifica porque nós, brasileiros, somos feitos de muitos e diferentes fios que complicam a nossa tecitura. Há os fios da nossa gente formadora: a multiplicidade cultural de quase mil povos originários; o pluralismo étnico de aproximadamente 5 milhões de africanos trazidos à força para essa terra e escravizados; a tradição europeia do espírito analítico e pragmático português, encrudescida pelos sacrifícios da navegação e pelas lágrimas deixadas no mar salgado. Mundos que se entrecruzaram para formar algo original, mas que sempre prescinde de alguma das suas partes, afinal, o brasileiro não é o indígena originário, não é o negro africano, não é o português, mas, ao mesmo tempo, é todos eles em sua forma de ser.

Há os fios da materialidade, a forma como a colonização se estabeleceu. Neles é possível ver as marcas da violência: o suplício de uma gente negra retirada de seu povo, afastada de sua família pelas águas do Atlântico e aviltada em todas as condições de humanidade, percorrendo uma trajetória que vai da vida livre à condição de coisa, de instrumento para enriquecer os outros; o sofrimento de um povo que estava aqui antes dos portugueses, antes do Brasil, ser reduzido a um não ser, sendo-lhe negadas a sua tradição, seus modos de existência e até mesmo sua humanidade, tudo porque eles, como "bárbaros", não condiziam com o projeto civilizador-colonizador; o desejo dos filhos de portugueses que combatiam a ganância da Coroa, eles que já não eram portugueses, mas aculturados no Brasil, queriam mãos livres para alçar rumos próprios, mas mantendo a estrutura colonialista-escravista que já os beneficiava.

Todo esse pano tecido em três séculos foi desfraldado como uma bandeira no movimento de independência. Nele, a elite colonial queria liberdade, mas uma liberdade específica: econômica e política – autonomia na organização do Estado e dos negócios. Ela não levava em conta os interesses dos indígenas e dos negros escravizados. A elite brasileira seguia assim no mesmo caminho da elite *criolla* na América espanhola. O processo de independência feito pelos de cima marcou a realidade contemporânea de quase toda a América Latina. Os países conquistaram sua independência e formaram os respectivos Estados; mas, por um lado, na ordem econômica mundial, ficaram subordinados aos interesses das grandes potências capitalistas, a Inglaterra à frente, e depois os Estados Unidos; por outro, em seu interior, aumentou a distância entre a elite e a população oprimida e pauperizada, distância que se manteve mesmo depois do fim da escravatura.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OMAR TORRES/AFP VIA GETTY IMAGES

Mural de Palmitas, em Pachuca, México, o maior mural da América Latina. Foto de 2015.

Assim, na configuração do Brasil contemporâneo, pode-se dizer que há muitos Brasis, não só porque o fosso entre a elite e a maior parte da população é grande, reservando-se à primeira as garantias e os direitos que se negam à segunda, e que possibilitam uma vida digna; mas também porque, em parte por causa da diversidade original do povo brasileiro e das disparidades regionais, não há um projeto único de nação, mas interesses conflitantes. Guardadas todas as diferenças, pode-se dizer o mesmo das Américas.

Este livro trata desse período fundamental da história da América Latina, no qual os países se tornaram independentes e formaram seus respectivos Estados, ocupando, a partir daí, um papel subalterno no jogo político mundial. Os novos Estados, ainda, foram construídos sem um projeto de inclusão social de negros e trabalhadores pobres e de valorização das culturas indígenas, tarefa que cabe às sociedades contemporâneas realizar.

Bons estudos!

Questões

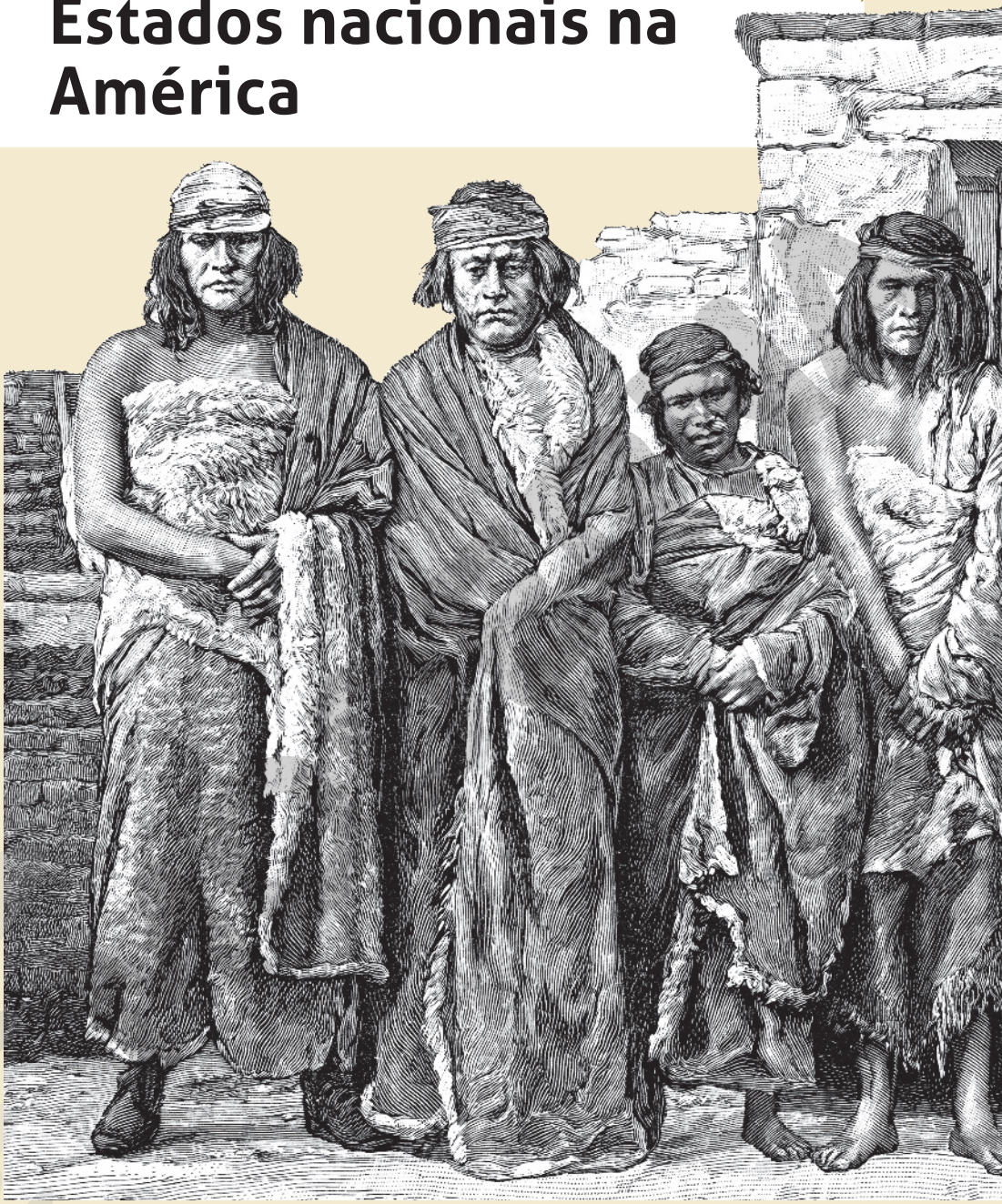
Registre em seu caderno

1. Na sua opinião, quais são os principais problemas do Brasil na atualidade?
2. O que você entende por América Latina? Quais condições econômicas, sociais e culturais caracterizam essa parte do continente americano?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 1

Independências: os novos Estados nacionais na América



Grupo de indígenas da Patagônia argentina representados em ilustração de 1895.

CAPÍTULOS

1. **A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem?,** 14
2. **A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América,** 22
3. **Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras,** 29
4. **O pensamento político nos nascentes Estados americanos,** 36

Limites das independências na América

O processo que levaria às independências das colônias americanas se iniciou com a Revolução Americana de 1776 e se estendeu ao longo do século XIX, consagrando a garantia da autonomia e a formação de novos Estados em territórios até então marcados pelo domínio estrangeiro.

No entanto, os descendentes dos povos originais que habitavam o continente estavam, mais uma vez, excluídos do projeto que as elites organizaram para as novas nações.

PRINT COLLECTOR/PRINT COLLECTOR/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Milhares de indígenas foram mortos e expulsos de suas terras porque seu modo de vida não se enquadrava no ideário de modernidade almejado pelos Estados recém-formados; ao contrário, eram vistos como entraves à civilização e ao progresso. Esse processo se verificou na Marcha para o Oeste, promovida nos Estados Unidos, e nas Campanhas do Deserto, que ocorreram em direção ao que hoje chamamos de Patagônia argentina, entre tantos outros exemplos.

"Até nosso próprio decoro como povo viril a submeter o quanto antes, pela razão ou pela força, um punhado de selvagens que destroem nossa principal riqueza e nos impedem de ocupar definitivamente, em nome da lei do progresso e da nossa própria segurança, os territórios mais ricos e férteis da República. As vantagens desta operação são evidentes; e, sem necessidade de acudir aos autores que têm tratado dela sem participar do sentimento e da opinião pública que nos impulsionam a pôr mãos à obra, bastaria abrir um mapa qualquer do Pampa para ver que o Rio Negro é, por si próprio, uma barreira natural, que seria a linha mais curta, segura e econômica e que, uma vez ocupada, haveria de perder, em pouco tempo, o significado da palavra fronteira, quando não se trata de nações estranhas, posto que, para a República Argentina, não existe outra fronteira para o oeste e para o sul a não ser os cimos dos Andes e o oceano."

Mensaje y Proyecto del Señor Ministro de Guerra y Marina Don Julio A. Roca, 14 agosto de 1878. *Memoria del Departamento de Guerra y Marina, 1884-1885*. *In*: LENZ, Maria Heloisa. A incorporação de novos territórios na Argentina, no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro. Revista *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, out. 2004. Disponível em <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2071>. Acesso em 12 abr. 2021.

O texto acima, enviado ao Congresso por Julio Roca, então ministro da Guerra e futuro presidente argentino, demonstra como as elites governantes dos novos Estados nacionais latino-americanos justificavam a ofensiva contra os indígenas. A necessidade por terras para o gado, uma das principais riquezas do país, se sobrepôs à tentativa de buscar soluções que considerassem as populações tradicionais. A prática de exclusão e marginalização dos povos indígenas, iniciada pelos colonizadores e perpetuada após a independência, deixou marcas profundas nas sociedades americanas até os dias de hoje.

Questões

Registre em seu caderno

1. De acordo com o político argentino Julio Roca, quais seriam as fronteiras que deveriam delimitar o território da Argentina? O que essa afirmação sugere acerca de suas ambições?
2. Que papel o Rio Negro teria nesse processo?
3. Na sua opinião, de que forma a exclusão e a marginalização dos povos indígenas se refletem hoje na América?

CAPÍTULO 1

A independência dos Estados Unidos: liberdade e igualdade para quem?

Como explicar que os Estados Unidos tenham nascido carregando a bandeira da liberdade e, ao mesmo tempo, os grilhões da escravidão? Quais ideias inspiraram o processo de independência? Quais foram as consequências desse processo?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 4, 5, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS106
EM13CHS201 EM13CHS204
EM13CHS501 EM13CHS502
EM13CHS503 EM13CHS504
EM13CHS603 EM13CHS605

STEFANI REYNOLDS/CNP VIA ZUMA WIRE/GLOW IMAGES

O dia 4 de julho é a data mais importante do calendário cívico dos Estados Unidos e celebra a independência do país. Na foto, comemoração do Dia da Independência em Washington, DC, 4 de julho de 2019.

A mudança na política colonial da Coroa inglesa

O 4 de julho é um dos feriados nacionais mais celebrados nos Estados Unidos. Ele comemora o Dia da Independência, 4 de julho de 1776, ocasião em que as treze colônias inglesas da América do Norte declararam sua ruptura com a Inglaterra e decidiram fundar um Estado soberano.

A Declaração de Independência foi a resposta definitiva das treze colônias à nova política adotada pela Coroa inglesa em relação aos seus domínios na América na década de 1760. Até esse período, não havia uma administração centralizada dessas colônias, como ocorria na América ibérica. Elas tinham muita autonomia, tanto entre si quanto em relação à metrópole. Os impostos, por exemplo, eram votados nas assembleias, compostas em cada colônia de representantes eleitos pelos homens brancos e livres.

Os atritos entre a metrópole e as treze colônias começaram depois da **Guerra Franco-Indígena** (1754-1763). O conflito foi uma extensão de guerras que ocorriam na Europa, protagonizadas por França e Inglaterra, potências tradicionalmente rivais. Na América do Norte, a guerra foi travada entre franceses, aliados a grupos indígenas insatisfeitos com o domínio britânico, e forças inglesas, apoiadas por milícias coloniais. A Inglaterra venceu a guerra, mas a um custo muito alto. Endividada, a metrópole inglesa decidiu recompor os cofres públicos e equilibrar suas finanças taxando suas colônias.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A metrópole reforça o controle e as colônias reagem

O período que se estendeu de 1763 a 1775 foi marcado por uma crescente tensão entre a Inglaterra e as treze colônias. A primeira medida coercitiva foi a **Lei do Açúcar** (*Sugar Act*), votada pelo Parlamento britânico em 1764. A lei taxava o açúcar e produtos como vinho, café e seda. A taxação do açúcar tinha como alvo o comércio de melaço, produzido nas Antilhas e contrabandeado por colonos da Nova Inglaterra para a fabricação de rum. Em protesto, eles declararam que não reconheciam a lei porque não estavam representados no Parlamento britânico; o que resumia o lema: "sem representação, não há taxação".

Depois disso, várias leis visando coibir a autonomia das colônias e aumentar a arrecadação da Coroa foram votadas pelo Parlamento britânico (veja cronologia ao lado). Enquanto isso, debates, jornais e panfletos, discursos em praças públicas e tumultos de rua se espalharam pelas treze colônias, indicando que os protestos tinham se transformado em insurreição e que os laços dos colonos com a Inglaterra caminhavam para a ruptura.

As tensões se agravaram a partir da **Lei do Chá** (1773) e dos seus desdobramentos. Preocupados com o rumo da crise, os colonos se reuniram no Primeiro Congresso Continental, realizado na Filadélfia, em 1774, reunindo delegados de doze colônias. O encontro mostrou que havia grandes diferenças entre as colônias; que muitos dos delegados hostilizavam o governo britânico, embora se sentissem súditos do rei; e que todos estavam dispostos a se unir para combater as leis coercitivas.

A metrópole, porém, não estava disposta a fazer concessões, e a guerra tornou-se inevitável. As primeiras batalhas entre as forças inglesas e os colonos ocorreram em 1775. Enquanto o conflito prosseguia, reuniu-se, em maio, o Segundo Congresso Continental. Os delegados decidiram formar um exército para combater as forças inglesas, comandado pelo fazendeiro George Washington (1732-1799), e compor uma comissão para redigir a **Declaração de Independência**. O documento, aprovado no dia 4 de julho de 1776, é considerado o marco da ruptura com a Inglaterra e a certidão de nascimento dos Estados Unidos da América.

Cronologia da independência das treze colônias

- **1783** Tratado de Paris
- **1776** Declaração de Independência
- **1775-1781** Guerra de Independência
- **1775** Segundo Congresso Continental
- **1774** Leis Intoleráveis; Primeiro Congresso Continental
- **1773** Lei do Chá; Festa do Chá de Boston
- **1765** Lei do Selo
- **1764** Lei do Açúcar
- **1754-1763** Guerra Franco-Indígena

JOHANNES ADAM SIMON OERTEL - SOCIEDADE HISTÓRICA DE NOVA YORK

O processo de revolta e manifestações contrárias à metrópole levou à derrubada de estátuas e monumentos que simbolizavam o poder da Coroa britânica nas colônias. Na pintura *Derrubando a estátua do Rei George III, Nova Iorque*, de Johannes Adam Simon Oertel, realizada entre 1852-1853, foram representados manifestantes retirando a estátua do rei da cidade nos dias que sucederam a Declaração de Independência, em 1776.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Iluminismo e liberalismo: influências na independência americana

O pensamento iluminista, desenvolvido na Europa no século XVIII, fundamentado no racionalismo como valor essencial para a compreensão da natureza e da sociedade, forneceu as bases ideológicas necessárias para o questionamento das relações de opressão e dominação existentes na relação entre o mundo colonial e a metrópole. Os privilégios dos aristocratas, o absolutismo monárquico e o mercantilismo passaram a ser contestados, assim como diversos outros elementos da vida social. O processo de racionalização e laicização iniciado pelos iluministas colocava em xeque o poder e a soberania da metrópole, bem como oferecia a oportunidade de se construir uma nova forma de sociedade e organização política.

Nesse contexto, as ideias de filósofos liberais como as do inglês John Locke (1632-1704), já populares na Inglaterra, ganharam ampla repercussão e apoio nas treze colônias. Pautando-se na ideia de um Estado construído a partir de uma base contratual, Locke sugeria que o principal acordo entre os cidadãos e o Estado deveria ser a defesa e a garantia da liberdade, da felicidade e da prosperidade, entendidos como sendo direitos naturais dos homens. A legitimidade de um governo estaria, assim, diretamente atrelada a sua capacidade de garantir a vida e a propriedade de seus súditos.

A influência de Locke sobre os revoltosos americanos era tão expressiva que a própria Declaração de Independência das treze colônias era constituída de trechos extraídos de suas ideias, enfatizando dois aspectos centrais de seu pensamento: a importância da garantia dos direitos individuais e o direito de revolução.

Liberdade e igualdade: o paradoxo da Revolução Americana

"Os historiadores americanos que buscam as origens do surgimento da liberdade, da democracia [...], ao escreverem sobre a origem e desenvolvimento das instituições norte-americanas, até recentemente achavam maneiras de tratar a escravidão como uma exceção a tudo o que tinham a dizer. [...] Devemos gratidão àqueles que insistiram no fato de ter sido a escravidão mais que uma exceção; que um quinto da população americana na época da revolução é gente demais para ser tratada como exceção."

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100007>. Acesso em 3 ago. 2020.

Assim o historiador estadunidense Edmund Morgan (1916-2013) inicia sua análise do processo de independência dos Estados Unidos, que também ficou conhecido como **Revolução Americana**. Sua preocupação central é compreender como um povo que rompeu com a metrópole em nome da liberdade e da dignidade humana foi capaz de desenvolver e manter a escravidão, regime de trabalho que tem como característica essencial negar esses princípios ao cativo.

Para explicar esse paradoxo, Morgan focou seu estudo na Virgínia, estado que, no primeiro censo realizado após a independência, em 1790, concentrava 40% dos escravizados do país. Foi também essa ex-colônia sulista que forneceu os principais líderes do processo de independência, George Washington, James Madison e Thomas Jefferson, grandes defensores da liberdade e da igualdade e, todos eles, donos de escravizados.

EMANUEL LEUTZE - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Washington atravessando o Delaware durante a Revolução Americana, pintura de Emanuel Gottlieb Leutze, 1851.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Depois de examinar a conduta e o pensamento dessas lideranças, Morgan concluiu que, para eles, uma república de cidadãos livres só poderia prosperar com indivíduos independentes e proprietários. Uma nação de devedores, de indivíduos economicamente dependentes, estaria sempre à mercê da tirania e da opressão dos governos. Por isso, na visão desses pensadores, a importação de escravizados africanos reduziria o número de **servos temporários** e de libertos, grupos que anualmente emergiam e pressionavam por mudanças sociais.

Tensões sociais nas colônias

Até por volta de 1660, a maior parte da mão de obra utilizada nas plantações sulistas era formada de servos temporários. Eram ingleses pobres, principalmente jovens do sexo masculino, que viviam na metrópole no limiar entre a extrema pobreza, a mendicância e a prática de pequenos furtos. Em troca do pagamento da passagem para a América, eles se comprometiam a trabalhar para o proprietário por alguns anos. Terminado o prazo definido em contrato, esses indivíduos estavam livres para procurar outro trabalho e buscar adquirir sua própria terra.

Em geral, as condições de vida desses homens livres sem propriedade eram precárias. Uns trabalhavam nas plantações em troca de baixos salários; outros prestavam pequenos serviços aqui e ali; existiam ainda aqueles que conseguiam arrendar um pedaço de terra. Muitos viviam também em situação ociosa e vulnerável, praticando pequenos furtos, mendigando e com frequência envolvendo-se em confusões. Ou seja, os conflitos sociais que até então agitavam a Inglaterra estavam sendo transferidos para as colônias.

O temor das camadas proprietárias tinha fundamento. Em junho de 1676 eclodiu na Virgínia a **Rebelião de Bacon**. A revolta começou com uma ação de voluntários armados, dirigidos pelo fazendeiro Nathaniel Bacon, pelo direito de atacar os indígenas hostis e tomar suas terras. Rapidamente, o levante arrebanhou uma multidão empobrecida formada de negros escravizados, servos e homens livres, com incursões de saques, invasão de terras e destruição de plantações pela Virgínia.

Reprimida a revolta, o governo criou leis que puniam com rigor tanto libertos rebeldes quanto servos que fugiam, roubavam ou feriam seus senhores. Uma das leis ampliava o número de anos de trabalho compulsório de acordo com a falta cometida pelo servo. As crescentes tensões entre proprietários e servos, entre colonos ricos e pobres só foram atenuadas com o aumento da população de africanos escravizados. A elevação da compra de africanos permitiu reduzir a importação de servos e, por consequência, a ameaça representada por um contingente numeroso de libertos pobres e insatisfeitos. **Docs. 1 e 2**

Segundo Morgan, as elites das colônias sulistas, especialmente da Virgínia, conseguiram preservar os direitos dos ingleses suprimindo os direitos dos africanos.

A escravidão nos Estados Unidos em 1790

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

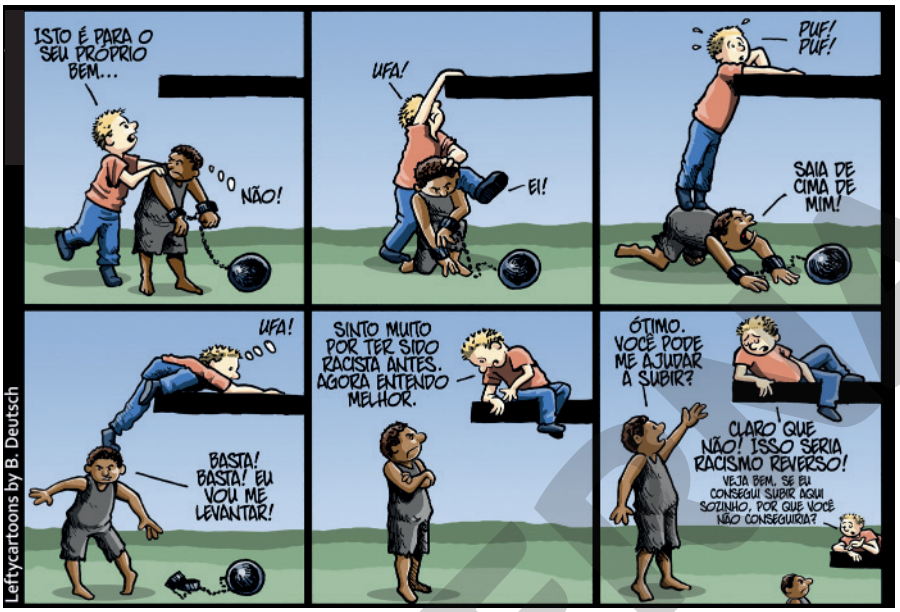
Fonte: MULLEN, Lincoln. *Smithsonian Magazine*, 15 maio 2014. Disponível em <https://www.smithsonianmag.com/history/maps-reveal-slavery-expanded-across-united-states-180951452/>. Acesso em 11 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(**BNCC**) Competências específicas: 1 e 5
Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503

O trabalho escravo possibilitou criar uma sociedade de grandes e pequenos proprietários de terra livres e independentes, que permitiu atenuar as diferenças sociais entre os brancos. Impulsionando a escravidão e a ocupação das terras indígenas a oeste dos Apalaches, os líderes virginianos conseguiram reduzir os antagonismos entre os colonos, ao mesmo tempo que aprofundaram o abismo entre brancos e negros. A segregação e a tensão racial que têm marcado a história dos Estados Unidos teriam nascido desse paradoxo.



© BARRY DEUTSCH/LEFTYCARTOONS

Uma história concisa das relações entre negros e brancos nos Estados Unidos, tirinha do estadunidense Barry Deutsch, 2018.

Questões

Registre em seu caderno

1. Que semelhança é possível encontrar entre o comportamento do menino branco e as ideias dos líderes do movimento de independência dos Estados Unidos?
2. Qual era o principal argumento desses líderes para defender a permanência da escravidão?
3. O que você pensa sobre a explicação do menino branco para não ajudar o menino negro exposta nessa tira?

A democracia na América

Apesar das mudanças ideológicas e políticas resultantes do processo de independência, a consolidação da democracia nos Estados Unidos foi marcada por tensões, disputas e limitações. A primeira delas relacionou-se à incapacidade de o novo regime republicano garantir a igualdade legal e jurídica a todos os cidadãos do país, já que ele deixou de fora do novo projeto de nação as mulheres, os indígenas, os negros escravizados e os pobres.

A segunda limitação diz respeito às dificuldades referentes à construção de uma identidade nacional. Apesar de a independência ter unificado as treze colônias, a unidade era frágil. Era preciso criar um sentimento de pertencimento e de unidade nacional, mesmo diante das particularidades de cada um dos estados que compunham a nova república. A escolha da bandeira listrada de vermelho e branco, com estrelas representando cada um dos estados-membros, e da figura da águia como símbolo do país foi um dos primeiros passos para a construção da identidade nacional.

O terceiro ponto relacionou-se às instabilidades e discordâncias existentes entre os próprios ativistas e intelectuais envolvidos na construção da república estadunidense. Divididos entre federalistas e republicanos, os grupos divergiam no que dizia respeito à forma de organização política do novo país. Enquanto os republicanos defendiam a necessidade de descentralização do poder e de maior autonomia dos estados, os federalistas argumentavam a favor de um poder centralizado e forte, capaz de garantir a união política entre os estados-membros.

RAYMOND BOYD/GETTY IMAGES

O Memorial Nacional pela Justiça e pela Paz foi inaugurado em Montgomery, no Alabama, em 2018. Ele é voltado para a preservação da memória das vítimas da escravidão e da violência racial sofrida por milhares de pessoas ao longo da história dos Estados Unidos. Na foto, escultura representa homens e mulheres presos a correntes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Constituição estadunidense, promulgada em 1787, baseava-se na ideia de representatividade popular e estabeleceu a divisão e a independência dos poderes em três esferas: **Legislativo**, exercido por um congresso composto pela Câmara de Representantes e pelo Senado; o **Executivo**, exercido por um presidente eleito indiretamente por delegados, escolhidos pela população em seus estados de origem; e o **Judiciário**, responsável por zelar e garantir o cumprimento das leis. Além disso, o federalismo passou a vigorar como a forma de organização política do Estado americano, o que permitia que cada estado fosse autônomo do ponto de vista jurídico, legal, econômico e militar, cabendo ao governo federal a responsabilidade pela segurança, pelas alianças internacionais e pelas relações econômicas com outras nações.

Em 1791, foi promulgada e acrescida à Constituição a **Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos** (*Bill of Rights*), um conjunto de dez emendas que garantiam aos cidadãos do país direitos como liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade de imprensa, direito à propriedade, ao porte de armas e a um julgamento justo, entre uma série de outros princípios que, posteriormente, influenciariam outros movimentos contestatórios e revolucionários, como os processos de independência na América espanhola e portuguesa e a própria Revolução Francesa.

ALEX WONG/GETTY IMAGES

Visitantes aguardam no Arquivo Nacional de Washington, nos Estados Unidos, para ver as cópias originais da Declaração de Independência, da Constituição e da Declaração dos Direitos. Foto de 2001.

A democracia e os novos destinos da humanidade

Um dos mais célebres entusiastas da democracia estadunidense foi o jurista francês Alexis de Tocqueville (1805-1859). De origem aristocrata, Tocqueville foi aos Estados Unidos para conhecer o sistema judiciário americano e suas prisões, a fim de promover mudanças no sistema prisional da França. A possibilidade de conhecer de perto a democracia estadunidense e compará-la com suas experiências e vivências políticas na França levaram Tocqueville a importantes reflexões sobre a soberania popular, a difícil equalização entre a igualdade e a liberdade e sobre os desafios impostos pela própria democracia.

A força da sociedade civil estadunidense mostrava como a sociedade organizada era capaz de influenciar diretamente na vida política da sociedade. A crença na soberania popular e no poder da sociedade civil eram, segundo Tocqueville, a base dos princípios políticos da jovem democracia dos Estados Unidos. Apesar disso, esses elementos suscitavam questionamentos ao francês: o que é necessário para garantir que todos possam participar e decidir sobre o destino da sociedade? Como é possível garantir a liberdade e a igualdade em um regime democrático?

Para Tocqueville as respostas dessas questões não eram simples. A forte influência do pensamento iluminista e liberal transformou a liberdade e a igualdade em uma parte constitutiva da própria identidade da nação. A crença no poder individual, na liberdade de pensamento e na liberdade religiosa operava tanto na construção dos valores e práticas individuais quanto na própria lógica de organização do regime democrático.

Apesar de seu entusiasmo com a sociedade americana, Tocqueville observou que a existência da democracia depende de muitos fatores e traz consigo diversos dilemas. Um deles relaciona-se com a liberdade de imprensa que, ao mesmo tempo que é entendida como uma forma de garantir a diversidade de opiniões, fundamental em uma democracia, pode acabar conformando e limitando ideias ao restringi-las somente àquilo que é informado. A imprensa figurava, então, para Tocqueville como um mal necessário.

Outro problema identificado pelo jurista francês foi a tênue relação entre a igualdade e a liberdade em contextos democráticos. A problemática levantada por Tocqueville acabou resultando no que ficou conhecido como o **"dilema tocquevilleano"**. Para o autor, a liberdade e a igualdade concedidas aos indivíduos em uma democracia tenderiam a levar os cidadãos a uma crescente individualização e ao afastamento da vida pública. Em contrapartida, só pode haver ação democrática na medida em que os cidadãos possuem liberdade e igualdade para atuar na vida pública.

Para assistir

A 13ª emenda
Direção: **Ava DuVernay**
País: Estados Unidos
Ano: 2016
Duração: 140 min
Diversas personalidades, intelectuais e ativistas políticos analisam as consequências históricas da escravidão nos Estados Unidos e sua correlação com a criminalização e o encarceramento da população negra no país.

12 anos de escravidão
Direção: **Steve McQueen**
País: Estados Unidos
Ano: 2014
Duração: 134 min
Relata a história de um homem negro livre que, em 1841, foi sequestrado e escravizado no sul dos Estados Unidos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDITORIA

(BNCC) Competências específicas: 1 e 5
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS503 EM13CHS504

Imagine...

- Imagine que, inspirados pelas discussões sobre a importância da liberdade de imprensa para a democracia, você e seus amigos resolvem fazer uma campanha de conscientização para a terceira idade sobre os perigos das *fake news*. Esse segmento da população é o mais propenso à difusão de notícias falsas, segundo estudos publicados na revista científica *Science Advances*, em 2019. Que tipo de ação vocês fariam? Como vocês auxiliariam os idosos a identificar as *fake news*? Que tipos de argumentos e explicações vocês utilizariam? Crie uma campanha virtual de conscientização sobre as formas de identificar e combater as *fake news*, voltada para as redes sociais e direcionada aos idosos.

De olho no presente

Racismo e cinema: uma história americana

"O movimento *Black Lives Matter* (Vidas negras importam) tem ganhado cada vez mais força. E a prova disso é que uma rede de canais de TV retirou da sua biblioteca o épico ... *E o vento levou* em meio aos protestos raciais após a morte de George Floyd. [...]

A decisão [...] provocou uma reação negativa nas redes sociais. [...] 'Hattie McDaniel foi a primeira atriz afro-americana a ganhar um Oscar por seu papel em ... *E o vento levou*. [...] Que forma de apagar uma conquista negra histórica em nome da justiça social', reagiu Greg Price, do *Daily Caller*. [...]

'Isso é idiota. Devemos aprender com o passado, não fingir que nunca existiu', tuitou o colunista do *Hollywood Reporter*, Scott Feinberg. Um porta-voz da [empresa] explicou sua decisão e seus planos de colocar o filme de volta na plataforma, mas com um 'contexto histórico' adicional. [...] 'Essas representações racistas estavam erradas na época e estão erradas hoje, e sentimos que manter esse título sem uma explicação e uma denúncia dessas representações seria irresponsável'.

[...] O roteirista John Ridley, vencedor do Oscar por *12 anos de escravidão*, escreveu um artigo [...] pedindo à [empresa] para remover ... *E o vento levou* de sua plataforma. 'É um filme que [...] faz apenas perpetuar alguns dos estereótipos mais dolorosos de pessoas negras', argumentou Ridley."

REVISTA MONET. Filme ... *E o vento levou* é retirado do acervo de serviço de *streaming* em meio a protestos antirracistas, 10 jun. 2020. Disponível em <https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2020/06/filme-e-o-vento-levou-e-retirado-do-acervo-de-servico-de-streaming-em-meio-protestos-antirracistas.html>. Acesso em 2 ago. 2020

(BNCC) Competências específicas 1 e 5
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504

Questões

Registre em seu caderno

1. **Em sua opinião, a retirada de ... *E o vento levou* da plataforma de filmes digitais fortalece a luta antirracista nos EUA? Justifique.**
2. **Destaque no texto os argumentos a favor e contra a retirada do filme da plataforma digital.**
3. **Como os meios de comunicação poderiam contribuir na luta contra o preconceito racial?**

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS10

Aprender a argumentar

Exercitar a argumentação

Registre em seu caderno

1. **Leia o texto a seguir e, depois, faça o que se pede.**

"Veja só: as guerras são causadas pelo desejo de dominação territorial. Foi o desejo ateniense de dominar a Grécia que provocou a Guerra do Peloponeso. As guerras napoleônicas foram causadas pelo desejo de Napoleão de dominar a Europa. Também o desejo dos fascistas de dominar a Europa foi a causa da Segunda Grande Guerra Mundial."

WESTON, Anthony. *A construção do argumento*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 21 e 22.

a) Defina que tipo de argumento está presente no texto?

b) Discrimine as premissas e a conclusão desse argumento.

c) Aponte o principal problema desse argumento?

d) Reformule o texto apresentando um argumento mais defensável.

2. **Explicite o argumento presente no texto a seguir.**

"[...] a reivindicação 'tudo é subjetivo' só pode ser um disparate, pois ela própria precisaria ser ou subjetiva ou objetiva. Mas ela não pode ser objetiva, já que, nesse caso, se verdadeira, seria falsa; e não poderia ser subjetiva, porque então não poderia promover nenhuma reivindicação objetiva, incluindo a reivindicação de que ela é objetivamente falsa."

NAGEL, Thomas. *A última palavra*. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 23.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

A liberdade e a escravidão nos Estados Unidos

"Assim começou o paradoxo norte-americano da escravidão e da liberdade, entrelaçadas e interdependentes: os direitos dos ingleses apoiados sobre as injustiças contra os africanos. A Revolução Americana só tornou as contradições mais gritantes, à medida que os colonizadores senhores de escravos proclamavam para um mundo ingênuo os direitos não apenas dos ingleses, mas de todos os homens. Explicar a origem das contradições, se a explicação sugerida for válida, não as elimina nem as torna menos desagradáveis.

Mas talvez nos permita entender um pouco melhor a força dos vínculos que prendem a liberdade à escravidão, mesmo numa cabeça tão nobre como a de Jefferson. E talvez nos faça pensar sobre os vínculos que prendem tiranias mais tortuosas à nossa própria liberdade e que ainda nos dão hoje nosso próprio paradoxo americano."

MORGAN Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100007>. Acesso em 2 ago. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS603 EM13CHS605

Doc. 2

A Rebelião de Bacon, HQ de Jean Galvão, 2020.

Atividades

Registre em seu caderno

Compreender

Doc. 1

1. Quais palavras do autor resumem o paradoxo estadunidense?
2. De que maneira a Revolução Americana tornou essa contradição ainda mais evidente?

Doc. 2

3. O conteúdo dos quadrinhos está relacionado à Rebelião de Bacon, ocorrida na colônia da Virgínia entre 1676-1677.
   a) Qual foi, segundo os quadrinhos, a razão principal da revolta?
   b) Que mudança importante essa rebelião impulsionou na colônia?
   c) O conteúdo dos quadrinhos coincide com o do texto de Edmund Morgan? Explique.

Analisar

Doc. 1

4. Em grupo, com base nos seus conhecimentos sobre a política externa dos Estados Unidos ao longo da história, deem exemplos de situações que confirmam o paradoxo mencionado pelo autor no último parágrafo do texto. Redijam um pequeno texto resumindo essas situações e o apresentem para a classe.

Retomar

5. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Como explicar que os Estados Unidos tenham nascido carregando a bandeira da liberdade e, ao mesmo tempo, os grilhões da escravidão? Quais ideias inspiraram o processo de independência? Quais foram as consequências desse processo?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 2

A independência das colônias hispânicas e os novos Estados nacionais na América

Que razões levaram à emancipação política das colônias hispano-americanas? Qual foi o lugar dos indígenas, dos mestiços e dos africanos escravizados nos novos Estados formados no território?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 5, 6, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS601 EM13CHS603 EM13CHS605

A fragmentação da América hispânica

Quando Cristóvão Colombo aportou na Ilha de Guanaani, no Caribe, em 12 de outubro de 1492, com certeza não imaginava que mudaria a história da América para sempre. Não tinha ideia de que aproximadamente 50 milhões de indígenas habitavam aquele continente, muito menos que, um século depois, 80% dessa população teria desaparecido. Somente o território asteca, que ele não conheceu, tinha 25 milhões de indígenas na época da conquista; em 1590, sua população havia decrescido para 1,5 milhão de habitantes.

Colombo também não poderia imaginar que a língua de Castela seria um dia falada por quase metade da população americana, tanto indígena quanto descendente de europeus e de africanos nascidos no Novo Mundo. Talvez o mais inusitado para ele seria saber que, quinhentos anos mais tarde, os falantes do castelhano estariam divididos em 19 Estados nacionais, de sul a norte do continente, nascidos da fragmentação do Império Espanhol na América. Esse contraste com a América portuguesa também nos intriga. Por que a América hispânica, com as independências, se pulverizou em vários países e o território português, ao originar o Brasil, pouco se modificou?

Castelhano: língua falada no antigo reino de Castela; língua oficial da Espanha; espanhol.

VINICIUS COSTA/FUTURA PRESS

Jogadores do Grêmio posam para foto após a conquista da Copa Libertadores da América de 2017. O time porto-alegrense conquistou o título ao vencer o argentino Lanús na final disputada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O nome do campeonato mais importante da América do Sul é uma homenagem aos líderes da independência na América Latina.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Os historiadores apresentam algumas hipóteses para isso. A primeira seria o caráter centralizado da administração portuguesa na América, com sede em Salvador e mais tarde no Rio de Janeiro. A administração espanhola, ao contrário, estava dividida em quatro vice-reinos (Peru, Nova Espanha, Nova Granada e Rio da Prata), além de várias capitanias, que eram independentes dos vice-reinos. Outra hipótese seria a circulação, nas terras espanholas, de livros, folhetos, panfletos e boletins que ajudaram a construir uma identidade regional entre os habitantes. Isso não aconteceu na América portuguesa porque a Coroa, desde cedo, proibiu a publicação e a circulação desses materiais.

O que, em geral, os historiadores concordam é que a razão principal para a manutenção da unidade territorial da América portuguesa e para a fragmentação da América hispânica foi o desfecho das guerras napoleônicas na Espanha e em Portugal. Enquanto na Espanha o rei foi preso pelas tropas de Napoleão, em Portugal, no momento da invasão, a família real, com todo o aparato do Estado português, embarcou rumo ao Brasil. Dessa forma, a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro teria sido decisiva para garantir a unidade política e territorial do futuro Estado brasileiro.

Independências na América espanhola (século XIX)

ANDERSON DE A. PIMENTEL

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial.* Barcelona: Larousse, 2010. p. 248.

Vamos ver agora como as guerras napoleônicas atuaram para impulsionar a independência das colônias hispânicas, que mudanças nas colônias despertaram o interesse em romper com a metrópole e qual foi o caráter dos Estados nacionais formados nesses territórios após a emancipação política.

A crise do Império Espanhol

No fim do século XVIII, a maior parte do continente americano estava sob domínio espanhol. A administração de um território tão vasto, que ia da atual costa oeste dos Estados Unidos até a Patagônia, era tarefa muito complexa. Nesse território, viviam milhões de indígenas, na maioria pouco integrados à vida colonial, muitos africanos escravizados e os *criollos*, como eram conhecidos os descendentes de espanhóis nascidos na América, além de uma população expressiva de mestiços.

Com o objetivo de fortalecer o reino, a partir da metade do século XVIII a Coroa realizou as Reformas Bourbônicas. Elas atingiram toda a população, desde as elites comerciais até os indígenas. O governo criou companhias de comércio que tinham o monopólio de certos produtos, aumentou os impostos e liberou o comércio entre as colônias, mas sem abolir o exclusivo metropolitano sobre o comércio internacional, que foi mantido. Decretos reais também liberaram o comércio direto entre os portos da Espanha e os das colônias, ficando proibido apenas o comércio colonial com outras nações.

As novidades não agradaram os comerciantes espanhóis que controlavam os antigos portos exclusivos nem o *criollos*, que queriam portos abertos a todas as nações. Os *criollos* também ficaram descontentes com a preferência dada pela Coroa aos espanhóis natos no acesso aos altos cargos das administrações civil, militar e religiosa nas colônias.

A insatisfação dos *criollos* era a insatisfação dos burgueses daquela época, tanto nas colônias quanto na Europa, que eram adeptos do liberalismo e críticos da sociedade do Antigo Regime. Entre os indígenas e os mestiços, a insatisfação era ainda maior, porque a Coroa manteve a cobrança dos impostos e os trabalhos forçados.

Em 1808, as tropas napoleônicas invadiram a Espanha, obrigando o rei Fernando VII a abdicar e o levando preso para a França. Em seu lugar, foi nomeado José Bonaparte, irmão do imperador francês. Diante do novo cenário, uma questão se colocou para as colônias espanholas: seriam elas fiéis a um rei invasor ou a um rei cativo?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

As juntas de governo e as lutas pela independência

Analisando a situação criada com a invasão da Espanha pelas tropas francesas, o historiador John Linch destaca, com certa ironia, que a "América espanhola não podia continuar sendo uma colônia se não havia uma metrópole, nem uma monarquia se não havia um rei".*

* BETHEL, Leslie (ed.). *História de América Latina*: la independencia. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v. 5, p. 40.

Quando as notícias sobre a prisão do rei chegaram à América, as elites *criollas* formaram, em várias partes do território, **juntas de governo** locais, em que seus membros desfrutavam de autonomia para administrar cidades e regiões. A exceção foi o **Peru**, onde o vice-rei, com a conivência das elites *criollas* locais, impediu a formação de uma junta de governo, experiência que teria criado um espaço institucional para discutir as relações com a metrópole e a soberania americana. Com um processo de mobilização retardado em relação ao restante da colônia, o Peru atuou como base de proteção dos interesses espanhóis na América.

O **México**, ao contrário, foi vanguarda na formação das juntas de governo e na eclosão das lutas pela independência. O Vice-Reino da Nova Espanha (México) era a mais importante fatia dos domínios espanhóis na América, responsável por quase 70% de toda a prata produzida no continente. No entanto, apesar dessa pujança, a situação era de penúria para os indígenas e mestiços, que somavam 80% da população. As terras estavam concentradas nas mãos de uma minoria de espanhóis, que também controlavam a mineração e os cargos da administração colonial.

Quando o rei foi preso pelas tropas francesas, o vice-rei teve a iniciativa de propor a formação de um governo independente no México. A elite espanhola mais alinhada com a metrópole reagiu ordenando a prisão do vice-rei e organizando um governo fiel aos interesses peninsulares, que seria mantido até que a monarquia fosse restaurada na Espanha.

Peninsular: relativo ao habitante da Península Ibérica; espanhol.

O golpe contra o projeto de autonomia foi o estopim para o início da luta revolucionária pela independência. O primeiro grande líder do movimento foi o padre *criollo* **Miguel Hidalgo e Costilla**, membro da sociedade secreta Clube Literário Querétaro. Leia como o texto a seguir descreve esse padre e revolucionário.

> "Nesse espaço de intenso debate intelectual é que ele teria tomado conhecimento pela primeira vez da declaração dos direitos do homem, do contrato social, enfim, das doutrinas mais caras aos revolucionários franceses. Ele, que era um profundo conhecedor da cultura e dos hábitos indígenas, falando vários de seus dialetos, vivia cotidianamente o dramático contraste social verificado entre ricos e pobres em sua paróquia de periferia. Esse foi o percurso realizado por Hidalgo no desenvolvimento de sua ideia de revolução."
>
> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola. *Estudos Históricos*, n. 20, 1997. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2056/1195>. Acesso em 22 ago. 2020.

A revolta, comandada por Hidalgo, eclodiu em 1810. Acompanhado de milhares de indígenas e mestiços, o revolucionário aboliu os tributos indígenas e a escravidão nas terras que eram conquistadas, além de defender a reforma agrária e a restituição das terras comunais aos indígenas. O radicalismo da rebelião liderada pelo padre assustou as elites *criollas*, que se mobilizaram para formar milícias em defesa da ordem colonial, da Igreja e do rei. Acuado, Hidalgo seguiu com seu grupo para o norte, onde foi preso e executado em 1811.

A liderança do movimento foi assumida por outro padre, o *criollo* **José María Morelos**. Seu discurso, aparentemente mais moderado, defendia a fé católica e uma república organizada em três poderes. Porém, à exceção desse aspecto, seu programa era também revolucionário, no qual condenava a dominação colonial e a concentração de terras. No texto constitucional que apresentou, em 1814, estabeleceu o fim dos tributos indígenas e da escravidão, assim como o confisco dos bens dos ricos, nobres e altos funcionários e sua distribuição entre os pobres de cada povoado. Preso pelas forças *criollas* e espanholas, Morelos foi executado em 1815.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Com as camadas populares e suas lideranças fora de combate, a independência do México, em 1821, resultou de um arranjo político acertado entre *criollos*, espanhóis e o governo da Espanha.

© O' GORMAN, JUAN/AUTVIS, BRASIL, 2020 - MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA, CIDADE DO MÉXICO

Mural *Painel da independência,* pintura de Juan O'Gorman, 1960-1961.

Na **América do Sul**, as lutas pela independência se iniciaram após a soltura do rei e a restauração da monarquia na Espanha em 1814. Com a volta do rei, estava estabelecido o dilema: os *criollos*, que estavam administrando suas cidades e regiões, entregariam o poder e voltariam a ser súditos de segunda categoria? Ou tomariam a atitude ousada de enfrentar o governo em conflitos armados que poderiam resultar em muitas mortes e nenhum avanço?

A experiência recente de autonomia política e econômica os levou a recusar qualquer caminho que significasse a supressão das liberdades que haviam conquistado. No mínimo, queriam que o rei jurasse uma Constituição liberal, concedendo autonomia e livre acesso aos altos cargos da burocracia colonial. Em 1815, começaram os combates entre os exércitos de libertação e as forças espanholas.

Os dois principais centros do movimento pela independência eram o **Vice-Reino do Rio da Prata** e a **Venezuela**. Os exércitos rebeldes do Rio da Prata estavam sob o comando do general José de San Martín, governador da província de Mendoza, na Argentina. Os exércitos da capitania da Venezuela eram dirigidos pelo general Simón Bolívar.

As guerras pela independência foram concluídas em 1824, com a derrota definitiva dos exércitos espanhóis e a consolidação da emancipação política do Peru. Do imenso Império Espanhol na América, restaram apenas Cuba e Porto Rico, no Caribe. A Espanha só perderia essas possessões no final do século XIX.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS603

De olho no presente

A Copa Libertadores da América

Quando foi criado, em 1959, o mais disputado torneio interclubes da América do Sul tinha outro nome: Copa Campeões da América. O nome Libertadores da América só foi adotado em 1965.

Questão

Registre em seu caderno

- **Explique o simbolismo do nome desse campeonato, relacionando-o com os principais desafios enfrentados pelas colônias nas lutas pela independência.**

NAYRA HALM/ FOTOARENA

Jogador do Flamengo levanta o troféu de campeão da Copa Libertadores da América em 2019.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS603

Questões

Registre em seu caderno

1. **Do ponto de vista social, como o artista representou a luta pela independência do México nessa pintura?**
2. **Quais aspectos da pintura permitem identificar a liderança do movimento?**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Mulheres, negros e indígenas em luta

Os ilustrados generais *criollos* tiveram participação decisiva nas guerras das independências, afinal, conheciam as estratégias da guerra, mas jamais teriam sido bem-sucedidos sem a participação ativa, voluntária e consciente de dezenas de milhares de indígenas, mestiços, negros e pardos, homens e mulheres que se empenharam nas lutas contra a Espanha e seus aliados. **Doc. 1**

A respeito desses setores quase nunca lembrados nessa luta, as historiadoras Maria Ligia Prado e Stella Maris Franco escrevem que:

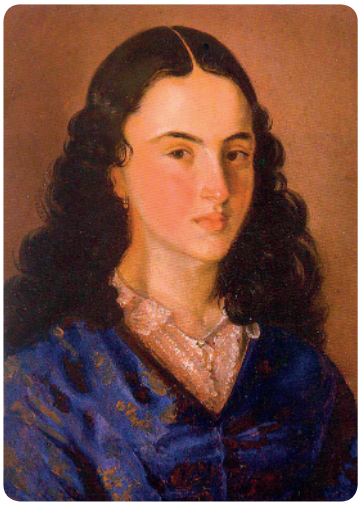
"mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam os soldados. Como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam cozinhando, lavando ou costurando, em troca de algum dinheiro. Essas mulheres aguentavam as duras caminhadas e as agruras das batalhas sem qualquer reconhecimento positivo [...]. A atuação feminina nas lutas pela independência não se restringiu à sua participação militar. Assumiu outras modalidades. Compareciam a reuniões políticas subversivas e clandestinas onde se debatiam temas da política e da guerra."

PRADO, Maria Ligia Coelho; FRANCO, Stella Maris Scatena. A participação das mulheres na independência da Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais. *In*: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 3, p. 175-176.

Novas pesquisas sobre o período das independências mostram cada vez mais que a figura tradicional do herói "libertador", homem, branco e rico não representa a plena verdade. Aqueles exércitos com dezenas de milhares de indivíduos eram compostos, em sua maioria, por pessoas que não se enquadravam nesse perfil.

Esses homens e mulheres arriscaram suas vidas nos combates por entenderem que defendiam uma transformação nas relações sociais. Esse foi o caso dos cerca de 80 mil indivíduos, entre indígenas e mestiços, que acompanharam os exércitos revolucionários de Hidalgo e Morelos no México. Ou também o caso dos pelotões de negros, com quase 1.500 soldados, que acompanharam San Martín nas campanhas pela libertação da Argentina e do Chile. Eles lutavam não apenas contra o poder espanhol, mas contra todo um sistema que os oprimia.

Houve, no entanto, situações inversas. No Chile, por exemplo, grupos indígenas lutaram ao lado das tropas espanholas, porque sabiam que os *criollos*, depois que garantissem a independência, partiriam para conquistar militarmente as terras dominadas pelos nativos. Eles perderam a guerra duas vezes: foram derrotados com os espanhóis e depois tiveram suas terras tomadas pelas elites dirigentes do Estado nacional chileno.



HISTORIC COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU NACIONAL DA COLÔMBIA, BOGOTÁ

Policarpa Salavarrieta, representada em pintura de José María Espinosa Prieto, s/d. Conhecida pelo apelido de La Pola, a jovem atuou como espiã na luta pela independência da Nova Granada, que deu origem à Colômbia. Descoberta, Policarpa foi presa e fuzilada em 1817, aos 22 anos de idade.

Para assistir

As mulheres nas lutas pela independência da América Latina

Duração: 5 min 12 s

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8AvtMCgzqXY>. Acesso em 22 ago. 2020.

Entrevista com a professora e historiadora Maria Ligia Prado, especialista em América hispânica, em que relata histórias de mulheres que tiveram participação ativa nas guerras de independência na América.

Unidade e fragmentação

Assim que se consolidou a independência do Peru, iniciou-se o debate sobre como as antigas colônias deveriam se organizar politicamente. Um receio era o de haver uma grande fragmentação dos territórios, surgindo Estados fracos diante das antigas metrópoles e outros países mais fortes.

Uma das propostas foi a organização dos novos países em uma grande **confederação**. Em 1826, chegou a se realizar um congresso, na cidade do Panamá, com esse objetivo. A ideia da confederação era um meio de equilibrar as forças no continente: se havia dois países muito grandes, Estados Unidos e Brasil, a unidade dos novos países hispânicos em uma confederação neutralizaria a ofensiva dos dois grandes.

Não se chegou a um resultado efetivo nesse ou em outros congressos convocados durante todo o século. A fragmentação política aumentaria ainda mais: a Grã-Colômbia se dividiu entre os atuais Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. As Províncias Unidas da América Central se fragmentaram em Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica. No sul do continente, apesar dos esforços da elite de Buenos Aires, o Vice-Reino do Rio da Prata se dividiu em Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Outros congressos continentais foram realizados posteriormente em Lima (1847-1848), Santiago, Washington (ambos em 1856) e novamente em Lima (1864-1865), sempre com uma perspectiva de união política diante de outras potências. Porém, interesses dos grupos dirigentes de cada país acabaram prevalecendo em relação ao projeto de unidade latino-americana.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 5
Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS104
EM13CHS105 EM13CHS203
EM13CHS204 EM13CHS206
EM13CHS501 EM13CHS503

Os novos Estados nacionais americanos

As lutas pela independência uniram setores com interesses muito distintos. As elites *criollas*, imbuídas dos ideais liberais burgueses, aspiravam garantir liberdade para os seus negócios, proteção à propriedade privada, educação como meio de reduzir as diferenças sociais e igualdade jurídica. Para esse setor, liberdade significava sobretudo a eliminação do controle metropolitano sobre o comércio e a produção e a extração de riquezas na América.

Por essa razão, a principal tarefa das novas repúblicas fundadas na América hispânica, dirigidas pelos *criollos*, foi destruir o aparato criado pela dominação colonial espanhola: monopólios e restrições ao comércio e à produção. A operação de desmonte do aparato colonial também atingiu a Igreja, vinculada ao Estado espanhol desde o início da colonização. No novo contexto, liberal e laico, já não fazia sentido manter a ligação entre o Estado e a Igreja. Assim, o embate entre as duas instituições caminhou para a separação completa entre Estado e Igreja na maior parte dos novos Estados.

Os indígenas e os mestiços que participaram das lutas pela independência tinham outras aspirações. Eles desejavam o fim dos tributos e do trabalho forçado e, sobretudo, a proteção às terras comunais e a restituição daquelas que tinham sido tomadas. Porém, o princípio indígena de terra comunitária não cabia no modelo liberal adotado nos novos países. A ideia era transformar todo indígena em um pequeno proprietário e a terra em mercadoria.

Na **Colômbia**, chamada Nova Granada até 1863, o liberalismo foi um dos mais limitados entre os novos Estados formados na América Latina. Com a maior população de africanos escravizados da América hispânica continental, o país manteve a escravidão africana, da mesma forma que a maior parte dos países americanos. Além disso, preservou a tributação indígena e estabeleceu a escravidão por dívidas, obrigando os trabalhadores a prestarem serviços aos fazendeiros a título de resgate.

O maior impacto das reformas liberais promovidas pelos novos Estados nacionais se deu na **Argentina**. Até 1880, o país não havia ainda incorporado todo o território que reclamava como seu. Faltavam terras ao norte, na região do Chaco, e ao sul toda a região que se estendia dos Pampas até a Patagônia. A conquista dessas terras foi a mais violenta das campanhas militares organizadas pelos novos Estados na América Latina. As operações receberam o nome de **Campanha do Deserto**.

O termo "deserto", criado pela historiografia oficial, era sinônimo de "bárbaro", "vazio de civilização", mesmo que lá vivessem milhares de indígenas. A campanha se estendeu de 1879 até 1885 e resultou na incorporação de centenas de milhares de hectares de terras ao Estado argentino. Os indígenas que sobreviveram aos conflitos foram trasladados e confinados em novos espaços, onde eram batizados, recebiam novos nomes e tinham a tarefa de cuidar de um empreendimento produtivo, que podia ser uma granja, um engenho de açúcar ou um vinhedo.

A Campanha do Deserto, ao anexar um vasto território ao Estado argentino, consolidou a posição do país como grande produtor e exportador de produtos agropecuários, principalmente carnes e cereais, destinados sobretudo ao mercado britânico. Nas novas terras incorporadas ao Estado argentino foram construídos milhares de quilômetros de estradas de ferro, que permitiram integrar efetivamente as novas terras ao restante do país.

Questão

Registre em seu caderno

- **Os dirigentes do novo Estado nacional argentino chamavam as regiões ao norte e ao sul de Buenos Aires de "deserto", no sentido de que seriam, para eles, terras de bárbaros, onde a civilização ainda não havia chegado. Conteste essa visão e a relacione ao pensamento vigente na Europa no século XIX.**

Retrato de uma negra, província de Medellín, pintura de Henry Price, 1852. A presença da escravidão africana no Vice-Reino de Nova Granada foi a mais expressiva da América espanhola continental.

HENRY PRICE - CENTRO CULTURAL DE BOGOTÁ, MUSEO DE ARTE MIGUEL URRUTIA (MAMU)

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Doc. 1

O apagamento da história

"'Muitas vezes, no meu próprio país, passo por estrangeira por causa da minha cor, do cabelo encaracolado, e tenho que dizer com orgulho que sou chilena, tendo que suportar a descrença de muitos e muitos.'

Estas palavras da ativista Marta Salgado descrevem a realidade que muitos afrodescendentes enfrentam tanto no Chile quanto na vizinha Argentina, países onde a seguinte frase se tornou comum: 'Aqui não há negros'.

Embora seja verdade que, historicamente, a porcentagem de população negra nesses dois países tenha sido muito menor do que em outras nações latino-americanas, as coisas eram diferentes na época da colônia.

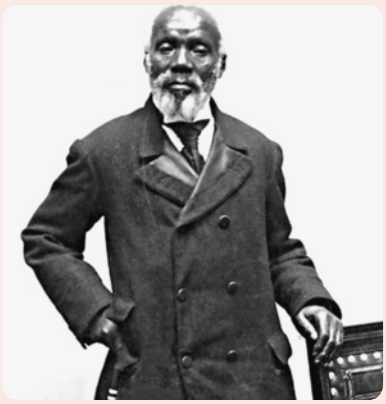
Segundo registros históricos, há 200 anos, em cidades como Buenos Aires e Santiago, os negros chegaram a representar mais de 20% da população, número que pode chegar a 60% em outros locais onde negros escravizados traficados da África eram centrais para economias locais. [...]

Os negros escravizados chegaram principalmente pelos portos de Montevidéu e Buenos Aires. De lá, alguns foram enviados para as províncias do interior da atual Argentina ou para Santiago e Valparaíso, de onde foram transferidos por mar para o norte. [...]

Na Argentina, o esquecimento historiográfico sobre a [...] presença da população afrodescendente têm sido muito semelhante, explica o historiador Felipe Pigna [...].

'A invisibilidade dos negros na história é tremenda, eles praticamente não são mencionados', diz Pigna. 'Houve uma manipulação que se tornou história oficial nas escolas [...], na qual nem mulheres, nem povos nativos, nem afrodescendentes tinham lugar.' [...]

Pigna cita como um exemplo deste processo de invisibilidade o caso de Maria Remedios del Valle, 'que era uma mulher de ascendência africana que participou dos exércitos de Manuel Belgrano, um dos libertadores, em todas as suas batalhas'.



REPRODUÇÃO - ARQUIVO GERAL DA NAÇÃO ARGENTINA, BUENOS AIRES

Domingo Thompson, sargento argentino. Fotografia de 1900.

Por causa de suas contribuições, ela foi proclamada mãe da pátria argentina, 'a única mulher em nossa história', aponta o historiador.

'Mas em 1870, quando começaram a reescrever a história sobre a imigração, eles acharam que não era muito coerente ter uma mãe da pátria negra, quando se promovia uma imigração branca, e passaram a ignorá-la e eliminá-la da história' [...].

Esse processo de ocultação da herança negra continua afetando os afrodescendentes hoje, que lutam há décadas para reconhecer sua história e seus direitos. [...]

A mesma luta [...] tem sido realizada na Argentina nos últimos anos pelo afro-ativista Carlos Álvarez Nazareno.

Ele, que vive na Argentina há 15 anos, é originário do Uruguai, país em que, explica, embora exista uma maior presença histórica de afrodescendentes, cresceu 'sob o jugo da discriminação, do racismo e do ridículo'. [...]

Álvarez comenta como na Argentina, historicamente, 'foi reconhecida a contribuição de espanhóis, italianos ou judeus e se negou a contribuição das comunidades afrodescendentes e africanas'."

GONZALEZ, Jaime. Por que a escravidão foi praticamente apagada da história de Chile e Argentina: 'Aqui não há negros'. *BBC News Mundo*, 16 jun. 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48600318>. Acesso em 29 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS601 EM13CHS605

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Aponte a visão abordada nessa reportagem a respeito da presença africana na América hispânica.
2. Quais evidências apresentadas no texto confirmam essa visão?
3. Que razão é apresentada como responsável pela disseminação dessa imagem a respeito dos africanos na América hispânica?
4. Imagine que você seja um afro-americano nascido na Argentina e enfrente o mesmo problema relatado nesse texto. Como você poderia utilizar as redes sociais para transformar essa situação? Pense sobre isso e utilize uma rede social para apresentar a estratégia que criaria.

Retomar

5. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- Que razões levaram à emancipação política das colônias hispano-americanas? Qual foi o lugar dos indígenas, dos mestiços e dos africanos escravizados nos novos Estados formados no território?

CAPÍTULO 3

Formação territorial da América e o dinamismo de suas fronteiras

Como se deu a formação territorial dos países americanos após a independência? De que maneira as fronteiras étnico-culturais podem se sobrepor às fronteiras políticas?

CRIS FAGA/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

Imigrantes bolivianos celebram os 190 anos de independência de seu país. Memorial da América Latina. São Paulo (Brasil), 2015.

(BNCC) Competências gerais: 1, 4, 6, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS201 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS401 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS603

A definição das fronteiras políticas na América

A colonização do continente americano foi conduzida, sobretudo, por europeus de origem inglesa, espanhola e portuguesa. A forma de administração das distintas nações europeias favoreceu a criação de cenários que iriam delinear as características dos futuros países que se formariam na América. Na América do Norte surgiram dois países sob influência inglesa e francesa: Estados Unidos e Canadá. A América portuguesa deu origem a um único e extenso país: o Brasil. Já o processo de independência das colônias hispânicas viu seu território ser fragmentado, dando origem a diversas nações entre 1811 e 1830. Os novos Estados nasceram fragilizados pelo domínio das oligarquias agrárias locais, grupos cujos interesses estavam relacionados à produção de gêneros primários destinados ao mercado externo. Isso ocorreu do planalto central mexicano (na América do Norte) à Patagônia (extremo sul da América do Sul).

Ao longo do processo de independência e, diante da fragmentação territorial iminente, surgiu um projeto de pan-americanismo, que propunha a união de grande parte das antigas colônias hispânicas em um único Estado nacional. O maior expoente desse projeto de unidade americana era Simón Bolívar, cuja influência ideológica ainda é muito forte em países da América Latina.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MIGUEL GUTIERREZ/AFP VIA GETTY IMAGES

O então presidente da Venezuela, Hugo Chávez (à direita), e o então presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, após a assinatura de acordos bilaterais no palácio presidencial de Miraflores em Caracas, Venezuela, em 2010. Ao fundo, retrato de Simón Bolívar, considerado o mais importante líder dos movimentos de independência na América do Sul.

Uma característica comum no processo de formação das Américas foi a política de remoção forçada, isto é, a expulsão dos povos indígenas de suas terras. Isso ocorreu desde a colonização até a consolidação dos Estados nacionais, em um longo processo histórico que culminou na extinção de muitas etnias indígenas. As fronteiras políticas que, na atualidade, estabelecem os limites territoriais dos países dividem diversas populações indígenas remanescentes, que trazem consigo questões ainda não resolvidas.

A formação territorial e as fronteiras na América Anglo-Saxônica

A formação territorial do atual **Canadá** reflete as disputas coloniais entre as metrópoles espanhola, francesa, inglesa, com participação dos Estados Unidos (recém-independentes na época). O processo de colonização do território canadense teve início em 1534, com a chegada de exploradores franceses em sua parte oriental à procura de ouro e outras riquezas. A ocupação e a colonização pela França, entretanto, só se deu, efetivamente, a partir de 1608, com a fundação de Quebec, que foi denominada Nova França, onde se estabeleceu um intenso comércio de peles. A metrópole inglesa, também presente na região, instalou entrepostos comerciais em volta da Baía de Hudson, gerando disputas entre as duas nações. A França foi derrotada em 1763, e Quebec passou a ser controlada pela Inglaterra, mas a população francesa do local pôde preservar seus costumes, língua e leis. **Doc. 1**

Com o aumento da população canadense, a partir do século XVIII, começou a expansão para o oeste, o que provocou a conquista de grandes extensões de terras dos povos originários da região, bem como o extermínio de muitos de seus grupos. Milhares de indígenas sobreviventes acabaram confinados em reservas, e suas práticas culturais foram descaracterizadas ou desapareceram. Muitos desses povos assimilaram os costumes, os valores e o modo de vida europeus.

APIC/GETTY IMAGES

Garimpeiros e mineiros a caminho do território canadense de Yukon, durante a corrida do ouro de Klondike. Foto de 1898.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A independência das províncias de Nova Escócia, Nova Brunswick, Canadá Setentrional e Canadá Meridional (atuais províncias de Ontário e do Quebec) foi negociada com a Inglaterra em 1867, por meio do British North America Act, que deu origem à Confederação ou Domínio do Canadá. O ato criou, ainda, um Poder Legislativo semelhante ao do Parlamento britânico. A independência canadense seria alcançada plenamente apenas em 1982, quando o país elaborou sua própria Constituição.

A partir de 1896, a descoberta de ouro no território do Yukon atraiu muitos colonizadores do leste do Canadá e dos Estados Unidos. A migração deslocou dezenas de milhares de garimpeiros e ficou conhecida como a **corrida do ouro de Klondike**.

Na tentativa de minimizar as injustiças cometidas contra os povos indígenas, o governo canadense cedeu, em 1990, o direito dos **Inuit** de governar o território autônomo de **Nunavut**, no noroeste do país. Observe, no mapa abaixo, a divisão política atual do Canadá, com suas dez províncias e três territórios.

Canadá: político (2019)

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 78.

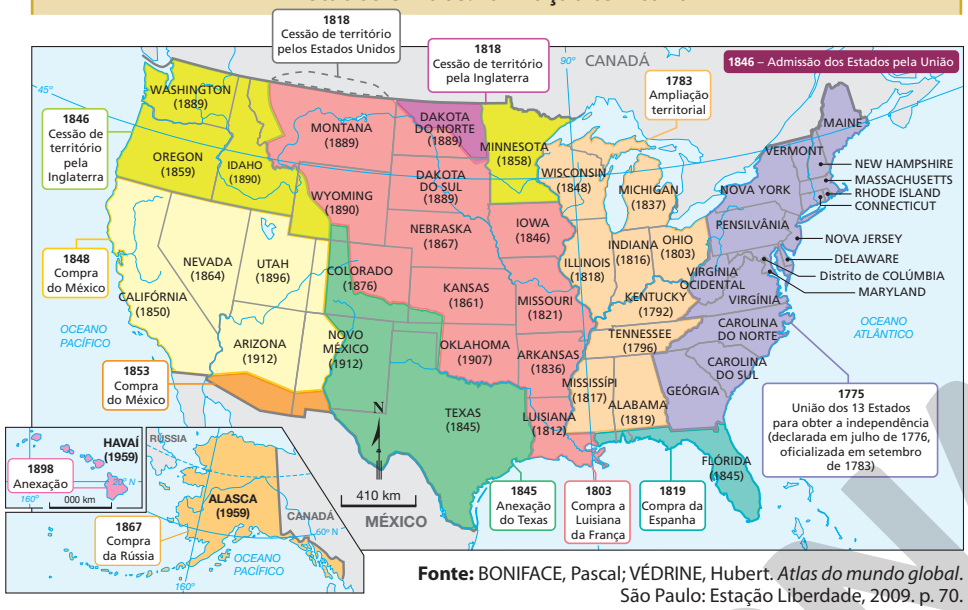
A configuração territorial dos **Estados Unidos** teve início também com a chegada e a fixação de colonos ingleses, a partir do início do século XVII. Após a independência das treze colônias, em 1776, o território se expandiu até alcançar o Pacífico. Em seu processo de formação territorial, os Estados Unidos adquiriram territórios de outros países, como a Luisiana, comprado da França em 1803; a Flórida, comprada da Espanha em 1819; e o Alasca, comprado do Império Russo em 1867. Sua formação se completou com a anexação de territórios mexicanos, como Califórnia, Nevada, Texas (que se declarou independente do México em 1836 e foi anexado em 1845), Utah, Novo México, entre outros, quando os Estados Unidos venceram a guerra contra o México (1846-1848) e estabelecerem a fronteira política entre os dois países a partir dos limites do Rio Grande.

A expansão e a ocupação dos territórios a oeste durante o século XIX, tratadas de forma gloriosa em muitos filmes de faroeste estadunidenses, foram feitas à custa do enfrentamento e do extermínio dos povos indígenas e da apropriação de suas terras. Em 1862, o governo do presidente Abraham Lincoln criou o Departamento de Agricultura na tentativa de minimizar os conflitos de terras com os indígenas. No mesmo ano, o presidente assinou a Lei ***Homestead Act***, que estabelecia a compra de terras a preços baixos, sobretudo de indígenas, e sua doação a agricultores para a colonização do oeste, desde que garantissem o cultivo da terra por cinco anos.

A Lei de Terras dos Estados Unidos atraiu novas levas de europeus e gerou conflitos entre os nativos e os imigrantes recém-chegados, o que agravou a matança dos povos indígenas. A chamada Marcha para o Oeste, portanto, não pode ser entendida sem considerarmos o extermínio dos indígenas que não tiveram o direito à terra e os seus modos de vida garantidos pelo Estado. Observe, a seguir, a cronologia da formação do território estadunidense.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estados Unidos: formação territorial



Fonte: BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert. *Atlas do mundo global*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 70.

(BNCC)
Competências específicas: 1, 2 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS201 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS603

O *Homestead Act*

"Como um marco na história da ocupação do oeste norte-americano por colonos de todas as partes do país e do mundo, o presidente Abraham Lincoln sanciona em 20 de maio de 1862 o *Homestead Act* (Lei da Fazenda Rural). Trata-se de um programa destinado a conceder terras públicas a pequenos fazendeiros a baixo custo. A lei concedia 160 acres – 650 mil metros quadrados – a todo solicitante, desde que fosse chefe de família e tivesse 21 anos ou mais, e garantisse permanecer e trabalhar a terra por no mínimo cinco anos, pagando uma pequena taxa de administração."

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1862 – Lincoln sanciona Homestead Act, 'lei da reforma agrária' dos EUA. *Operamundi*. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/historia/28975/hoje-na-historia-1862-lincoln-sanciona-homestead-act-lei-da-reforma-agraria-dos-eua>. Acesso em 10 set. 2020.

Questões

Registre em seu caderno

1. Explique os fatores que motivaram e favoreceram a Marcha para o Oeste nos Estados Unidos com base na Lei *Homestead Act*, assinada pelo presidente Lincoln em 1862.
2. Quais foram as consequências da Lei *Homestead Act* para os povos indígenas dos Estados Unidos?

As fronteiras na América espanhola

Com as independências, o território que formava a América espanhola (ou hispânica) originou vários países: na América do Norte, o México; na América Central, a maioria dos países, exceto Belize e algumas possessões insulares holandesas, britânicas e francesas; e, na América do Sul, todos os países, exceto Brasil e as Guianas.

O processo de independência da América espanhola ganhou força a partir de 1808, com a invasão da Espanha pelas tropas napoleônicas, seguida da deposição do rei espanhol Fernando VII e da subida ao trono de José Bonaparte.

A tentativa de retomada do poder pela Espanha sobre seu território colonial, após a restauração do trono, em 1815, encontrou resistência de grupos organizados formados pelas elites agrárias locais e seus líderes, como Simón Bolívar e José de San Martín, representantes do ideal de um projeto de unidade latino-americana.

O Haiti, antiga possessão espanhola que passou para domínio francês, foi a primeira colônia da América Latina a obter a independência. Em 1791, os africanos escravizados começaram uma violenta revolta na colônia francesa de *Saint-Domingue*, que culminou na independência em 1804 e com a formação da "primeira república negra da América".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O sonho de Bolívar

"São várias as facetas de Simón Bolívar, que um dia sonhou em lançar a pedra fundamental da liberdade sul-americana [...], esse republicano ardoroso, embora descendente de uma família aristocrática riquíssima, desde muito jovem demonstrou seu inconformismo com a submissão de sua terra à Coroa espanhola: afinal, se questionava, por que não podemos comerciar por nós mesmos, pensar por nós mesmos e governar a nós mesmos? Foi com esse propósito que organizou um exército rebelde que libertaria o continente sul-americano do domínio espanhol, revelando-se um gênio militar. [...]

Uma vez conquistada a independência, a grande questão era: como governar?

[...] um dos erros de Bolívar, no seu sonho de ver uma América Latina unida e democrática, talvez tenha sido o de não considerar os modelos de autogoverno que haviam sobrevivido em muitas comunidades agrárias do continente. Proclamou-se ditador em nome da unidade, para combater a anarquia que ameaçava as repúblicas sul-americanas nascentes. Mas seu gesto só fez fortalecer os caudilhos e as oligarquias locais."

CHAVES, Rosângela. O sonho de Bolívar. *Ermira*: cultura, ideias e redemoinhos. Disponível em <http://ermiracultura.com.br/2018/09/17/o-sonho-de-bolivar/>. Acesso em 10. ago. 2020.

Apesar dos esforços de Bolívar, a fragmentação da América espanhola se efetivou como consequência dos interesses das oligarquias locais e dos **caudilhos**, e tornou-se um entrave à independência econômica e à real emancipação da maioria desses novos países. Os caudilhos, descendentes de espanhóis nascidos na América, pertenciam à elite colonial local, os chamados *criollos*, formados de poderosos proprietários de terras e grandes mercadores. Fortalecidos pelo apoio às guerras durante o processo de independência política, os caudilhos formaram uma elite composta de militares que assumiram o poder sob os moldes da antiga administração colonial, mantendo os países ainda muito dependentes economicamente das potências europeias e dos Estados Unidos.

O México, por exemplo, é um dos países que, historicamente, mais têm sofrido a interferência da política externa dos Estados Unidos. O México se tornou independente da Espanha em 1821, após onze anos de guerras internas que marcaram o processo de independência do país. No entanto, o reconhecimento de sua autonomia pela Espanha veio somente em 1836. Logo em seguida, o país enfrentou uma guerra contra o vizinho do norte: os Estados Unidos, que para o México significou a perda de muitos territórios. Leia o texto a seguir para entender melhor a questão.

"A configuração geográfica contemporânea do México – com uma área de 1.972.547 km^2 – decorre de uma série de perdas territoriais para os Estados Unidos. O México, colonizado pela Espanha, fazia parte do Vice-Reinado da Nova Espanha, e sua extensão territorial alcançava até o norte do atual Estado norte-americano da Califórnia – uma área rica em recursos florestais e minerais, subpovoada e com terras boas para a agricultura.

No século XIX, com a independência (1821) e a proclamação da República (1824), o México começou a perder territórios situados no norte do país. O território do Texas proclamou sua independência em 1836 e foi anexado pelos Estados Unidos nove anos mais tarde. Por causa dessa disputa, os dois países travaram uma guerra que começou em 1846 e terminou em 1848 – quando teve início a corrida do ouro na Califórnia.

Com a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo, em fevereiro de 1848, o México reconheceu a fronteira do Rio Grande e cedeu para os EUA os territórios do Novo México, de Utah, do Arizona, de Nevada, da Alta Califórnia e do oeste do Colorado. A área da península da Baixa Califórnia, entretanto, permaneceu sob o domínio mexicano."

SCHAPOCHNIK, Cláudio. *Folha de S.Paulo*, 25 maio 1998. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx25059822.htm>. Acesso em 8 set. 2020.

A formação territorial na América portuguesa

Como na maior parte do continente americano, que teve seu primeiro contato com os colonizadores europeus a partir do Oceano Atlântico, a apropriação do território que hoje forma o Brasil também ocorreu partindo do leste em direção ao oeste. A conquista do território e a formação da América portuguesa foram marcadas pelo extermínio de povos indígenas, por mais de dois séculos caçados e escravizados em plantações da colônia. Depois da independência, o novo Estado brasileiro deu continuidade à política de avanço sobre as terras indígenas e de destruição de sua cultura. O extermínio da população indígena no Brasil pode ser constatado ao se analisar seu contingente populacional

Total da população indígena no Brasil (1500-2010)

Ano	População total
1500	3.000.000
1570	1.200.000
1650	700.000
1825	360.000
1940	200.000
1957	70.000
1980	210.000
2000	400.000
2010	817.962

Fonte: AZEVEDO, Marta Maria. *Quem são*. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>. Acesso em 17 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Ao se falar da colonização espanhola e portuguesa na América, é importante citar que o Tratado de Tordesilhas (1494) serviu como uma divisão inicial, mas não definiu os limites fronteiriços dos territórios. Produto de guerras, disputas e acordos diplomáticos, a definição desses limites levou o nosso país a ter um extenso território (atualmente de 8.515.767 km^2), ocupando cerca de 48% da América do Sul e fazendo fronteira com a maioria dos países sul-americanos (exceto Chile e Equador).

A proximidade com os países vizinhos resulta em um intenso trânsito de pessoas, mercadorias, ideias e culturas, sobretudo nas áreas de fronteira, onde os modos de viver se misturam e se influenciam. Os processos que emergem do intercâmbio de etnicidades e nacionalidades nessas áreas criam a noção de fronteira étnico-cultural. **Doc. 2** Elas ligam espaços físicos por redes materiais (geográficas) e imateriais (sociais, por exemplo) para além da intervenção do poder público como órgão regulador de fluxos interfronteiriços; extrapolando as fronteiras políticas. Esse caso pode ser observado, por exemplo, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, nas cidades de Bonfim e Lethem, onde percebemos a presença da língua oficial dos dois países (respectivamente, português e inglês), além das línguas indígenas faladas na região.

Contudo, além da confluência de distintas culturas, as fronteiras também atuam na separação de povos de uma mesma cultura. A definição jurídica dos limites políticos entre Brasil, Colômbia e Peru, na região do Alto Solimões, por exemplo, separou o povo Tikuna, que habitava originalmente toda essa região. A etnia Tikuna possui língua e cultura próprias; mas, atualmente, se encontra dividida em territórios dos três países, apesar de manter relações intrínsecas que se sobressaem aos limites estabelecidos pelas fronteiras políticas.

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia Tikuna em canoas no Rio Solimões, município de São Paulo de Olivença, Amazonas, em foto de 2018.

América Latina: territórios dependentes e questões fronteiriças

Após as independências na América espanhola, o caudilhismo surgiu como o modelo que substituiu o controle político e econômico de administração colonial das repúblicas emancipadas. Apesar de algumas tendências progressistas, esse modelo bloqueou as possibilidades de surgimento de regimes democráticos representativos, situação que perdurou até a virada do século XIX. Com forte exclusão social e opressão de camponeses e indígenas, a elite oligárquica se manteve no poder, conservando a estrutura econômica baseada na produção agropecuária e na exploração de recursos minerais.

Os interesses econômicos no território geraram conflitos e guerras, como a **Guerra do Pacífico** (1879-1883). O conflito foi motivado pela descoberta, por volta de 1850, de fontes de guano e, posteriormente, de **salitre**, nas fronteiras entre Peru, Chile e Bolívia. As elites oligárquicas do Peru, subordinadas aos interesses de empresas inglesas, exploravam e comercializavam esses produtos, amplamente utilizados como adubo nos solos desgastados de campos agrícolas europeus. O negócio despertou grande interesse econômico na região, e a exploração do salitre rapidamente se estendeu até a província boliviana de Antofagasta, o que gerou conflito fronteiriço com o Chile. As tentativas de controle da atividade pelos governos boliviano e chileno culminaram na declaração de guerra, que envolveu o Chile, de um lado, e a Bolívia, com o apoio do Peru, de outro.

A guerra resultou em dezenas de milhares de mortos, a maioria camponeses e indígenas que foram recrutados compulsoriamente para o combate. O controle da exploração do salitre passou para o Chile, mas, na prática, continuou nas mãos de empresas estrangeiras. Os governos, além disso, saíram endividados com bancos ingleses que financiaram a guerra. Como consequência, a Bolívia perdeu sua única saída para o mar, motivo de conflitos fronteiriços com o Chile até hoje.

O fim da dominação colonial não significou a independência de toda a América Latina. Alguns territórios continuaram sob dependência europeia ou foram anexados pelos Estados Unidos. Nesse sentido, a América Latina atual combina exemplos de **dependências coloniais** (que remontam a séculos passados) e **territórios ultramarinos**, incorporados como províncias ou departamentos por países europeus ou pelos Estados Unidos.

Guano: excremento de aves e morcegos que, acumulados, apresentam grande concentração de nitrogênio, fosfatos ou sais alcalinos que servem como fertilizantes agrícolas. Esse composto também é utilizado na produção de explosivos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

Movimentos separatistas ameaçam dividir Canadá

"A calma e a estabilidade que para muitos caracterizam o Canadá estão hoje ameaçadas por um crescente movimento separatista saído do oeste, embora a constante ameaça dos independentistas de Quebec, no leste, também causa problemas à nação. [...]

Peter Downing, fundador e líder do Wexit Alberta, pediu aos deputados eleitos nas províncias de Alberta e Saskatchewan (oeste), que abandonem seus partidos e se unam à sua formação. [...]

Downing e sua formação solicitaram às autoridades seu registro como partido político no nível federal sob o nome de *Exit* Canadá, o que lhes permitirá apresentar-se à próxima eleição, seja geral ou local, para o Parlamento. [...]

'Vamos fazer pelo oeste do Canadá a mesma coisa que o Bloco Quebequense (BQ) faz por Quebec'.

[...] o interesse [pelo movimento separatista] esfriou devido a uma sentença do Tribunal Supremo do Canadá que deixou claro, em 1999, que Quebec não podia se separar unilateralmente [...] por causa da promulgação da chamada Lei da Claridade em 2000, que quase impossibilita novas consultas separatistas."

PRENSA LATINA. "Make Alberta Great Again": Movimentos separatistas ameaçam dividir Canadá. 14 nov. 2019. Disponível em <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/61650/make-alberta-great-again-movimentos-separatistas-ameacam-dividir-canada>. Acesso em 5 ago. 2020.

Doc. 2

A ponte imaginária

"O conhecimento prévio de que existia na fronteira Brasil-Guiana [...] uma rica diversidade sociocultural oriunda da convivência entre negros-guianenses, brasileiros não-indígenas e indígenas das etnias Macuxi e Wapixana me levou a elaborar uma proposta de pesquisa [...]. A pesquisa [...] mostrou-me que o cotidiano daquela região de fronteira expressava um trânsito de pessoas e mercadorias organizado em função de seus interesses e necessidades. Aquela observação traduzia para mim a existência de uma ponte imaginária, criei esta metáfora para dar conta da interpretação daquele modo de viver na fronteira. [...] A investigação de campo, me permitiu perceber o jogo identitário que os grupos étnicos constroem em situações do cotidiano bem como o modo de vida em cada Estado-nação. Com estes elementos [...] sistematizei uma interpretação daquela situação de contato dando ênfase aos processos em que emergem a etnicidade e a nacionalidade; a situação em que o trânsito transfronteiriço cria a noção de fronteira cultural [...]."

PEREIRA, Mariana Cunha. A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira do Brasil-Guiana. *Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*–(Ipri). Disponível em <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/509-a-ponte-imaginaria-o-transito-de-etnias-na-fronteira-do-brasil-guiana>. Acesso em 5 ago. 2020.

Wexit: refere-se a uma união das palavras em inglês *west* (oeste) e *exit* (saída), denominação utilizada para os movimentos políticos que defendem o separatismo de províncias do oeste canadense, liderados por Alberta.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS201 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS401 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS603

Atividades

Registre em seu caderno

Compreender

Doc. 1

1. Explique, com fundamentos no processo histórico e geográfico de formação do Canadá, por que o país apresenta atualmente movimentos separatistas citados no texto.
2. Que medidas o governo do Canadá, enquanto Estado que tem poder legal sobre seu território, tomou em relação a essa situação? Você concorda com elas? Justifique.
3. Quais interesses podem estar atrelados a esses movimentos separatistas?

Analisar

Doc. 2

4. O que levou a autora a defender a ideia da existência de uma ponte imaginária na fronteira do Brasil-Guiana?
5. Segundo a autora, o que é uma fronteira cultural?

Retomar

6. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Como se deu a formação territorial dos países americanos após a independência? De que maneira as fronteiras étnico-culturais podem se sobrepor às fronteiras políticas?

MODELO

CAPÍTULO 4

O pensamento político nos nascentes Estados americanos

Que pensamento acompanhou a luta pela independência das colônias americanas? Que tipo de liberdade foi conquistada após a emancipação?

(BNCC) Competências gerais: 1, 3, 4, 5, 7, 9 e 10

Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS105
EM13CHS106 EM13CHS201
EM13CHS204 EM13CHS402
EM13CHS501 EM13CHS502
EM13CHS503 EM13CHS504
EM13CHS601 EM13CHS603
EM13CHS605 EM13CHS606

Liberdade e escravidão

Os ideais iluministas influenciaram, com maior ou menor intensidade, os processos de independência e formação dos Estados americanos, principalmente a ideia de liberdade. É importante lembrar que a expressão "liberdade" admite diversos sentidos ou interpretações. Os colonos, que lideraram os movimentos de independência, queriam liberdade para poder gerir seus negócios, econômica e administrativamente, sem a interferência da metrópole. Os escravizados e indígenas, que se rebelavam constantemente contra as condições do trabalho forçado, desejavam o fim de sua exploração e da escravidão. Os países colonizadores buscavam manter seu domínio e, para isso, agiam muitas vezes de maneira violenta, para garantir a manutenção de seus privilégios.

Essa diferença de propósitos não só marcou a independência e a formação dos Estados nacionais na América, mas ainda tem repercussão na realidade atual desses países. Da mesma maneira, o Brasil contemporâneo tem de enfrentar problemas cuja origem está em seu processo de independência e de formação como país autônomo.

MAIRON ALMEIDA - COLEÇÃO PARTICULAR

Sonho de liberdade, obra de Mairon Almeida, 2008. O desejo de liberdade acalentou os processos de independência das colônias americanas. Mas de que liberdade se falava e qual liberdade, de fato, resultou desses movimentos?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Justificando a ação civilizatória

Em meados do século XVI ocorreu um famoso debate entre o filósofo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda e o frade dominicano espanhol Bartolomeu de Las Casas. Esse fato exemplifica muitas das ideias que estavam presentes na conquista (invasão) da América e no processo colonizador.

Em alguns de seus argumentos em defesa da conquista e das ações dos espanhóis na América, Sepúlveda tomou como referência a posição do filósofo grego Aristóteles sobre a condição natural da escravidão.

"Existem, na espécie humana, seres tão inferiores a outros quanto o corpo o é em relação à alma, ou a besta ao homem; são aqueles para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue. Segundo os nossos princípios, esses indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; pois, para eles, não há nada mais simples do que obedecer."

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 18.

Para Aristóteles, existiam indivíduos – os homens livres – que nasceram para comandar, e outros – os escravos – para obedecer. Ao escravo, que é por ele considerado um instrumento animado que serve ao seu senhor, seria conveniente, proveitoso e justo, por natureza, viver como escravo. Sepúlveda se apoiou nas ideias do filósofo grego, que, nesse período, gozava de grande autoridade teórica entre os intelectuais e religiosos, para justificar a escravidão indígena nas terras espanholas da América. De acordo com Sepúlveda, os indígenas seriam bárbaros e, nesse sentido, todo bárbaro aprisionado em uma guerra justa merecia, por natureza, ser escravizado. Portanto, ele legitimava a guerra que a Coroa espanhola travava contra os indígenas, subjugando-os, pois isso apenas colocava em prática o que deveria ocorrer por natureza e por vontade divina.

Las Casas e a defesa dos indígenas

GRANGER/SHUTTERSTOCK - COLEÇÃO PARTICULAR

Conquistadores espanhóis supervisionam indígenas que transportam armas ao longo da árdua rota de Vera Cruz a Tlaxcala, no México, cena representada no documento pictográfico *Lienzo de Tlaxcala*, do século XVI.

Las Casas se contrapôs aos argumentos de Sepúlveda afirmando que os indígenas tinham seu próprio jeito de viver, eram formados por povos gregários que possuíam leis ou regras, com capacidade de se autogovernar. Portanto, a guerra contra eles e toda a violência e os horrores perpetrados pelos conquistadores espanhóis não se justificaria.

Apesar da oposição e da denúncia do frade, a história dos povos americanos foi marcada por um projeto colonizador que incluiu diversas formas de violência, sendo a principal delas a escravidão indígena e africana. **Doc. 1**

:: O pensamento liberal no Atlântico negro

A prática da escravidão nas colônias americanas e o correspondente tráfico de escravizados pelo Oceano Atlântico foram aspectos centrais do início da modernidade, que beneficiavam tanto setores da colônia quanto da metrópole. A escravidão não era questionada pelos setores dominantes, agia-se como se essa fosse uma condição natural para o sucesso do lucrativo empreendimento colonizador.

Na América inglesa, quando os interesses das colônias e os da metrópole entraram em choque, prenunciando o esgotamento do sistema colonial e o início do processo de independência, setores da elite colonial e representantes da metrópole passaram a criticar, respectivamente, a participação inglesa no tráfico de escravizados e a escravidão praticada nas colônias.

Nesse aspecto, é significativo, por um lado, o pioneirismo do processo de ruptura desenvolvido entre as treze colônias, que formariam os Estados Unidos, e a Inglaterra, em 1776; e, por outro, a cisão do pensamento iluminista e liberal, que até então servira para justificar teoricamente o projeto de conquista e exploração do Novo Mundo. A cisão do pensamento liberal expressava, portanto, as diferenças políticas que estavam em jogo a partir desse momento.

As principais ideias do liberalismo

Há um entendimento histórico comum de que o liberalismo clássico surgiu na Inglaterra, ao longo do processo político que culminou na Revolução Puritana e na formação do Estado burguês, consolidado na chamada **Revolução Gloriosa**, de 1688.

Os vitoriosos, que tinham se oposto aos abusos arbitrários da monarquia absolutista, encarnados na figura do rei Jaime II, defendiam a tolerância religiosa e um governo constitucional. Guilherme de Orange, que assumiu o trono com a Revolução Gloriosa, foi obrigado a jurar a Declaração dos Direitos, que limitava o poder do rei e o obrigava a governar com o Parlamento. O pensamento liberal teria, em seus pressupostos, a defesa das liberdades individuais, da propriedade privada e restrições ou limitações ao poder do Estado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(**BNCC**) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS106 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS603

Imagine...

- Imagine que você foi convidado para um debate em que serão discutidas diversas questões sobre liberdade. Nele, você tem o papel de criticar um governo absoluto, criando um argumento que explicite de que maneira ele afeta as liberdades individuais.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é considerado o pai do liberalismo e precursor das ideias iluministas desenvolvidas no século XVIII. Ele defendia que a saída do ser humano do estado de natureza e sua entrada em uma sociedade política implicava um acordo ou contrato entre seus membros. O objetivo seria a formação de um poder, principalmente legislativo, que preservasse os direitos naturais dos indivíduos e protegesse a propriedade privada. Por isso, o Estado não poderia gozar de um poder absoluto, pois ele subtrairia a liberdade dos indivíduos e destruiria a vantagem proporcionada pela organização de uma sociedade.

Liberdades individuais

"Esta liberdade em relação ao poder absoluto e arbitrário é tão necessária à preservação do homem [...]. Isso porque o homem, por não ter poder sobre a própria vida, não pode, nem por pacto nem por consentimento, escravizar-se a qualquer um nem colocar-se sob o poder absoluto e arbitrário de outro que lhe possa tirar a vida quando for de seu agrado."

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 403.

O homem que se coloca sob o comando político arbitrário, segundo Locke, seria um escravo. No liberalismo, o campo de atuação da individualidade era praticamente ilimitado, desde que os direitos de todos os membros da sociedade fossem respeitados.

Apesar de suas diferenças, as democracias que se estabeleceram no fim do século XIX no mundo ocidental preservaram os princípios liberais, como a liberdade religiosa; a ordem legal à qual todos devem estar igualmente sujeitos; a universalização dos Direitos Humanos; a defesa da propriedade privada; a eleição representativa etc., embora a efetivação desses princípios ainda seja alvo de muitas lutas sociais.

ASHLEY COOPER/ALAMY/FOTOARENA

Mulher indígena boliviana na cidade de El Alto, próximo a La Paz, Bolívia, em 2015. A luta por melhores condições de vida e pela universalização dos Direitos Humanos está presente no cotidiano dos países latino-americanos.

A Revolução Americana: o liberalismo e a escravidão nas colônias

No fim do século XVII e durante o século XVIII, a exaltação da liberdade era comum nos dois lados do Oceano Atlântico. Tanto nas colônias que formariam os Estados Unidos quanto na metrópole, os súditos da Coroa inglesa defendiam que a Inglaterra era o país mais livre do mundo e um modelo a ser seguido. Mas como os liberais enxergavam a escravidão colonial?

Locke, que, como vimos, atacava a monarquia absolutista, considerava natural a escravidão nas colônias. Ele defendeu, inclusive, uma formulação jurídica a respeito da escravidão para a colônia americana da Carolina, na qual prescrevia que todo homem livre dessa colônia, independentemente de sua opinião e religião, tinha poder e autoridade absoluta sobre os escravizados negros.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leia o texto abaixo para compreender melhor essa questão.

"John Locke, é bom lembrar, não era apenas um leitor dos relatos americanos. Na década de 1660, ele se tornou secretário pessoal do Lord Shaftersbury, um dos oito dignatários a quem a Coroa inglesa confiaria em 1663 a província da Carolina na América do Norte. [...] A prosperidade da colônia se tornaria uma preocupação constante de Locke nos anos seguintes, quando se envolveria na elaboração e revisão da primeira constituição da província. Nela, Shaftersbury, Locke e seus parceiros, conhecidos defensores da razão e da liberdade, oficializaram a escravidão afroamericana em seus domínios."

BORBA, Pedro. O dia em que John Locke conheceu Carolina. *Horizontes ao Sul*, 1º ago. 2019. Disponível em <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/14/O-DIA-EM-QUE-JOHN-LOCKE-CONHECEU-CAROLINA>. Acesso em 10 ago. 2020.

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO PARTICULAR

Família de escravizados em plantação de algodão no sul dos Estados Unidos. Foto do século XIX.

Essa posição aparentemente paradoxal entre a defesa da liberdade individual e o ataque ao poder absoluto, por um lado, e o apoio à escravidão colonial ou sua anuência implícita, por outro, era relativamente comum entre os iluministas e liberais. O filósofo iluminista francês Montesquieu (1689-1755), um dos primeiros a propor a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário como maneira de autocontrolar ou limitar o poder do Estado, não defendia a escravidão, mas acreditava que a forma de governo inglesa servia de modelo para uma empreitada colonial e para o desenvolvimento dos povos colonizados.

"E se essa nação estabelecesse colônias longínquas, fá-lo-ia mais para estender seu próprio comércio que para estender seu domínio.

Como, ademais, prefere-se estabelecer no exterior aquilo que se tem estabelecido no próprio território, ela daria aos povos de suas colônias a forma de seu próprio governo; e esse governo, levando consigo a prosperidade, veria formarem-se grandes povos nas próprias florestas que mandasse habitar."

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 327.

A escravidão política × a escravidão negra

Os colonos ingleses na América se reconheciam como parte da nação promotora da liberdade, que se opunha à tirania e à escravidão de um governo absoluto. Mas é importante observar que, nesse contexto, tal noção referia-se apenas à "escravidão" política. A escravização no âmbito social, como a que ocorria com os africanos, não era levada em consideração pelos colonos e representantes da Coroa.

Essa situação só se alterou com a aproximação da Revolução Americana, quando, então, ambos os lados acusavam o oponente de executar uma "escravidão" política. A elite colonial, insatisfeita com a criação de novos impostos e com a tentativa de maior domínio da Inglaterra sobre as treze colônias, denunciava a tirania da Coroa e do Parlamento inglês, afirmando que estes pretendiam submetê-los à servidão e à escravidão perpétua. Os representantes da Coroa, por sua vez, atacavam os colonos rebeldes, retratando-os como tiranos internos do reino.

A polêmica que expressava a ruptura política em construção entre metrópole e colônia fez emergir uma questão que até o momento permanecia fora de pauta: a escravidão negra. Os colonos eram acusados de serem hipócritas, pois se queixavam da pretensa violação de suas liberdades, promovida pela política da Coroa britânica, mas eram responsáveis pela exploração dos africanos em suas terras. Ou seja, desejavam a liberdade política para si, mas adotavam uma escravidão física bárbara contra outras populações. Já a Inglaterra era considerada igualmente hipócrita, pois proclamava-se defensora da liberdade na Europa, mas promovia e lucrava com o comércio de negros escravizados e com a escravidão em suas colônias. Os argumentos de ambos os lados procediam, pois a escravidão e o tráfico de escravizados negros eram importantes pilares de sustentação da economia das colônias e da metrópole.

"Em conclusão: a troca de acusações entre colonos rebeldes e ex-pátria-mãe, ou seja, entre os dois troncos do partido que até então havia se vangloriado de ser o partido da liberdade, é uma recíproca e impiedosa desmistificação. A Inglaterra que desponta da Revolução Gloriosa não se limita a evitar a discussão sobre o comércio dos negros; não, esta conhece agora um poderoso desenvolvimento e, por outro lado, um dos primeiros atos de política internacional da nova monarquia liberal consiste em arrancar da Espanha o monopólio do comércio dos escravos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM ABERTA

No lado oposto, a revolução que eclode na outra margem do Atlântico em nome da liberdade comporta a consagração oficial do instituto da escravidão e a conquista e o exercício por longo tempo da hegemonia política por parte dos proprietários de escravos."

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. p. 29-30.

A independência dos Estados Unidos trouxe autonomia para as treze colônias e a igualdade política tão reivindicada pela elite colonial. No entanto, o abismo que separava os colonos dos escravizados, dos negros libertos e dos indígenas ampliou-se. Os proprietários de escravizados da ex-colônia da Virgínia, que tiveram um papel de destaque na luta pela independência, por exemplo, ocuparam a presidência nas primeiras décadas de vida dos Estados Unidos como nação autônoma.

O pensamento predominante nos *criollos*

Os movimentos de independência na América ibérica sofreram forte influência do processo de independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa e das ideias iluministas. No entanto, assim como nos Estados Unidos, a liderança desses movimentos coube à elite dominante, os ***criollos***. Foi esse setor da sociedade, que já se beneficiava do sistema colonial – dominando o comércio e as grandes propriedades agropastoris –, que saiu vitorioso da luta contra o domínio espanhol.

Um exemplo da grande influência do iluminismo e do liberalismo sobre a elite que liderou os movimentos de independência e, posteriormente, ocupou cargos na administração dos Estados nacionais recém-formados pode ser observado no pensamento da liderança mais famosa das lutas pela independência na América espanhola, o militar venezuelano Simón Bolívar.

"[...] os sul-americanos deste continente têm feito o esforço de conseguir instituições liberais, e ainda perfeitas, sem dúvida, por efeito do instinto que todos os homens têm de aspirar a sua melhor felicidade possível, que se alcança infalivelmente nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre as bases da justiça, da liberdade e da igualdade."

BOLÍVAR, Simón. *Carta de Jamaica* [1815]. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4201639/mod_resource/content/0/BOLIVAR%2C%20Simon.%20Carta%20de%20Jamaica%20%20Carta%20al%20gen%20Flores.pdf>. Acesso em 7 ago. 2020.

Bolívar defendia o Estado constitucional, a divisão do poder central em três esferas – Executivo, Legislativo e Judiciário –, o livre comércio e o direito à propriedade. Ele acreditava que, para se manter a independência de maneira definitiva, era necessária a criação de um único Estado nacional, que englobasse os países sul-americanos de colonização espanhola. Bolívar pretendia ainda "civilizar" o povo americano (indígenas, negros e mestiços) por meio da ampliação da educação.

MARVIN RECINOS/AFP VIA GETTY IMAGES

O mural atrás do homem sentado representa Simón Bolívar, personagem que é considerado o líder nacional venezuelano. Caracas, Venezuela, em foto de 2019.

(**BNCC**) Competências específicas: 1, 2, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS102 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS201
EM13CHS204 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503
EM13CHS504 EM13CHS603 EM13CHS605

Questão

Registre em seu caderno

- **Relacione o processo de independência e de formação dos Estados Unidos com a recente onda de manifestações contra o racismo iniciada em 2020 no país.**

A independência das colônias espanholas na América foi realizada por quem já se beneficiava do sistema colonial, os grandes proprietários rurais e a burguesia comercial. Eles desejavam autonomia para exercer o livre comércio, mantendo o modelo de economia agropecuária e exportadora herdado da colonização. Continuaram a fornecer, agora sem a intermediação da metrópole, as matérias-primas e os produtos agrícolas para a Europa e a importar itens manufaturados, principalmente da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos. Esse modelo marcou a consolidação da maioria dos Estados americanos nascentes, dificultando o desenvolvimento de uma burguesia industrial forte e de uma sociedade plenamente moderna, no sentido do capitalismo liberal e industrial. Para esses países, a independência política não trouxe a independência econômica. Da mesma maneira, a ruptura com a metrópole não promoveu mudanças significativas para a população. Permaneceu o abismo que separava, de um lado, negros, indígenas e mestiços e, de outro, a elite latino-americana.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ser indígena, ser negro, ser brasileiro

Como afirmamos no início deste capítulo, "liberdade" é uma palavra que possui múltiplos significados. Na luta pela independência e na formação dos Estados americanos, predominou a ideia de liberdade preconizada pelo pensamento liberal, que tinha na defesa da propriedade, das liberdades individuais e da livre concorrência aspectos centrais. Isso beneficiou tanto os setores da elite colonial, que assumiram o poder nos novos países, quanto os países que, como a Inglaterra, já possuíam tecnologia industrial de produção propriamente capitalista e forneciam produtos manufaturados.

De maneira geral, quando pensamos no conceito de liberdade, ele está associado à ideia de poder ser aquilo que se deseja e de viver da maneira que julgamos melhor. A partir desse ponto de vista, a liberdade está intimamente relacionada à existência humana. A ausência de liberdade de negros e indígenas, que perdurou durante a escravidão colonial e ao longo da construção dos Estados independentes americanos, trouxe um conjunto de problemas. Eles afetaram não só aqueles que vivenciaram diretamente esse contexto, mas também as sucessivas gerações, que nasceram e cresceram em sociedades marcadas pela desigualdade de riqueza e de oportunidades.

Hoje, o que significa ser negro ou indígena nas sociedades americanas e, mais especificamente, na sociedade brasileira? O que significa ser brasileiro, considerando a intensa miscigenação que predominou ao longo da nossa história? A busca pela resposta a essas perguntas sobre nossas origens tem que se iniciar, necessariamente, pelo encontro entre o negro e o indígena com os europeus e com o processo "civilizatório", encarnado na conquista e na colonização da América.

Esse encontro de indivíduos e modos de ver, de pensar e de existir tão diferentes deu origem ao que o antropólogo e escritor brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997) chamou de **protobrasileiro**. Afinal, o que era o filho de uma indígena com um branco ou um negro? Ou o filho de um negro com uma branca? Eles já não eram indígenas, nem brancos, nem negros.

"O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira."

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 131.

As palavras de Darcy Ribeiro sobre os problemas de identidade que emergiram já na origem do povo brasileiro nos estimulam a refletir sobre essa temática que incide, ainda que de maneira diferente, no conjunto dos povos colonizados. **Doc. 2**

Em certa medida, a questão da identidade do povo e da nação ainda é algo que precisa ser resolvido em muitos países americanos. Será que para além do passado colonial e escravocrata haverá uma identidade comum entre os povos latino-americanos que justifique uma união?

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Aprender a argumentar

Diálogo argumentativo

Em um diálogo argumentativo que visa o esclarecimento, espera-se que os envolvidos assumam posições claras sobre o assunto ou tema do diálogo, respeitem a alternância argumentativa e colaborem para a compreensão cada vez mais profunda sobre o assunto que gerou a controvérsia.

Registre em seu caderno

Exercitar a argumentação

- **Analise o diálogo a seguir, determinando a tese central de cada um dos participantes e explicitando seus os argumentos.**

"Maria (1): Um problema sério com o pagamento de gorjetas é que às vezes é difícil saber o quanto pagar. / João (1): Não é tão difícil assim. Se o serviço que você recebeu foi bom, você deve dar gorjeta, se não foi, você não deve pagar nada.

Maria (2): Mas quanto você deveria pagar? E como julgar se o serviço merece ou não uma gorjeta? / João (2): Apenas use o bom senso!

Maria (3): Isso não é resposta! O bom senso varia de pessoa para pessoa e muitas vezes está errado! / João (3): Você tem que usar o bom senso na maioria das coisas na vida! Use o bom senso para julgar se o serviço é ou não digno de gorjeta.

Maria (4): O bom senso é muito vago e variável. Por causa de diferenças de interpretação as pessoas envolvidas podem acabar ofendidas. Se a gorjeta for muito baixa, quem recebe acaba contrariado. Se for muito alta, quem acaba contrariado é quem paga. O pagamento de gorjeta cria desconforto desnecessariamente. / João (4): Muitas pessoas dependem das gorjetas como complemento de sua renda. Se paramos de pagar estas pessoas passarão necessidades.

Maria (5): Isso não é problema, basta aumentar o salário mínimo. / João (5): Isso somente aumentaria os custos de mão-de-obra e acabaria causando desemprego. O que seria ainda pior!"

VICENTE, Renato. *Fundamentos da argumentação*. Each-USP 2008. Disponível em <http://www.each.usp.br/rvicente/Argumentacao.pdf>. Acesso em 30 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas

Doc. 1

Las Casas rebate Sepúlveda

"[...] Agora que mostramos que entre nossos índios das costas ocidentais e meridionais (admitindo-se que os chamemos de bárbaros e que sejam bárbaros) há importantes reinos, grande número de pessoas que vivem vidas estáveis em sociedade, grandes cidades, reis, juízes e leis, pessoas que se dedicam ao comércio, a compra, venda, empréstimos e a outros contratos das leis das nações, não estaria provado que o Reverendo Doutor Sepúlveda falou errônea e viciosamente contra pessoas como essas, ou por maldade ou por ignorância do ensinamento de Aristóteles, e, portanto, difamou-as falsamente e talvez de maneira irreparável perante o mundo inteiro? Do fato de que os índios são bárbaros não deriva necessariamente que sejam incapazes de governo e que tenham de ser governados por outros, salvo de serem ensinados sobre a fé católica e admitidos aos santos sacramentos. Eles não são ignorantes, desumanos ou bestiais. Ao contrário, muito antes de ouvirem a palavra 'espanhol' tinham Estados adequadamente organizados, sabiamente governados por excelentes leis, religião e costumes. Cultivavam a amizade e, unidos em comunidade, viviam em cidades populosas nas quais administravam sabiamente os negócios tanto da paz quanto da guerra de forma justa e equitativa, governados verdadeiramente por leis que, em muitíssimos pontos, superavam as nossas. [...]"

LAS CASAS, Bartolomeu de. Carta ao imperador Carlos I (c. 1548). *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos – USP*. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/bartolome-de-las-casas-em-defesa-dos-indios-c-1548m.html> Acesso em 11 set. 2020.

Boçal: escravizado negro recém-chegado da África.

Doc. 2

Os protobrasileiros

"Nesse sentido, o Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos.

A assunção de sua própria identidade pelos brasileiros, como de resto por qualquer outro povo, é um processo diversificado, longo e dramático. Nenhum índio criado na aldeia, creio eu, jamais virou brasileiro, tão irredutível é a identificação étnica. Já o filho da índia, gerado por um estranho, branco ou preto, se perguntaria quem era, se já não era índio, nem tampouco branco ou preto. Buscando uma identidade grupal de sua ausência para deixar de ser ninguém, ele se viu forçado a gerar sua própria identificação.

[...] Sobrevivendo a todas as provocações [...] aquele negro se refazia profundamente. Não chegava, porém, a ser alguém [...]. Seu filho [...] sabendo-se não-africano [...], nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da ninguedade, construindo sua identidade. Seria, assim, ele também, um protobrasileiro por carência. Não chegava, porém, a ser alguém, porque não reduzia jamais seu próprio ser à simples qualidade comum de negro na raça e de escravizado. Seu filho, crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os negros boçais que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da ninguedade, construindo sua identidade. Seria, assim, ele também, um protobrasileiro por carência."

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.130-131.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13CHS603 EM13CHS605 EM13CHS606

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

1. **Doc. 1** De que maneira Las Casas se opõe à ideia de guerra justa contra os indígenas defendida por Sepúlveda? Explique.
2. **Doc. 2** Segundo o texto, como o problema da identidade atingiu os filhos dos indígenas e dos negros escravizados que viviam no Brasil?

Analisar

3. **Doc. 2** No caso da colonização americana, em que medida a condição de "bárbaro" imposta ao outro é a negação do diferente e a justificação do projeto "civilizatório"?
4. Em sua opinião, como a questão da identidade se apresenta na sociedade brasileira atual? Explique.

Retomar

5. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- Que pensamento acompanhou a luta pela independência das colônias americanas? Que tipo de liberdade foi conquistada após a emancipação?

(**BNCC**) Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS402 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS603 EM13CHS605

Compreender

1. A Revolução Americana, como também é conhecida a independência dos Estados Unidos, teve contatos econômicos e ideológicos com a sociedade francesa do século XVIII. De que forma isso ocorreu?

2. O professor Glauber Cardoso Carvalho, economista e especialista em política internacional, escreveu um artigo sobre questões políticas do México atual. Ele inicia seu artigo com a frase abaixo, que é atribuída a Porfírio Díaz (presidente do México no final do século XIX e início do século XX).

"Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos."

CARVALHO, Glauber Cardoso. "Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos." *Diálogos Internacionais,* 24 out. 2014. Disponível em <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/10/por-glauber-cardoso-carvalho-aos-43.html>. Acesso em 18 set. 2020.

- Explique a frase, considerando o contexto de consolidação territorial do México e de definição de suas fronteiras no século XIX.

3. (UFPR-2018) Leia o texto a seguir.

"É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, uma mesma língua, mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se [...]."

BOLÍVAR, Simón. Simón Bolívar e a Carta da Jamaica. *Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), 26 mar. 2014.* Disponível em <https://iela.ufsc.br/noticia/sim%C3%B3n-bol%C3%ADvar-e-carta-da-jamaica>. Acesso em 6 ago. 2017.

Considerando o trecho da Carta de Jamaica, de Simón Bolívar, e com base nos conhecimentos sobre as independências na América espanhola, indique a alternativa correta.

a) Os movimentos de independência na América espanhola foram impulsionados pela tentativa de invasão napoleônica no Haiti recém-libertado. A Carta de Jamaica foi o documento que fundamentou esses movimentos.

b) Os movimentos de independência foram liderados por mestiços e escravos que ansiavam conseguir a liberdade expulsando os espanhóis. Aproveitando a ausência do rei Fernando VII, encarcerado por Napoleão, Bolívar escreveu a carta na Jamaica, chamando todas as colônias a se unirem para formar uma grande federação contra a Coroa espanhola.

c) Simón Bolívar foi o grande artífice das independências da América espanhola. Seu carisma e poder de mando permitiram unir todos os movimentos em uma grande frente libertadora, que começou na Argentina em 1816 e chegou até a Colômbia em 1821.

d) O projeto de Simón Bolívar era tornar as colônias governadas pela Espanha uma grande confederação de estados nos moldes das colônias americanas do Norte, porém as diferenças entre alguns líderes no interior do movimento anticolonial não viam com bons olhos esse projeto.

e) A Carta de Jamaica foi a primeira declaração de independência das colônias espanholas. Escrita no formato da declaração de independência haitiana, declarava o fim da escravidão nas colônias e a expulsão dos peninsulares das terras americanas.

Pesquisar

A diversidade cultural não é a única característica importante dos povos americanos; além dela, é preciso citar a escravidão e a colonização. Visando ampliar seus conhecimentos, escolha um país das Américas que tenha utilizado o trabalho de negros africanos escravizados em sua economia e siga as orientações abaixo.

Passos do trabalho:

1. Em grupo, contextualizem historicamente a escravidão, destacando como ela foi estruturada, suas principais características, atos de resistência, personagens importantes e o processo de abolição e de inserção social desse segmento da população.

2. Levantem informações, dados e referências que demonstrem o impacto da presença dos negros africanos na constituição da identidade das Américas.

3. Investiguem a situação do negro nessa sociedade atualmente, enfatizando os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados por eles.

4. Analisem as informações coletadas e produzam um vídeo evidenciando o importante papel dos negros na constituição do país escolhido. Compartilhem as informações com seus colegas e debatam as similaridades e as diferenças encontradas entre as histórias escolhidas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Aprofundar o conhecimento

Qual é a importância das mulheres nas lutas pela emancipação da América Latina? Por que o histórico de exclusão de mulheres, indígenas e negros não acabou com a conquista das independências?

Exclusão e gênero nas independências da América Latina

"A exclusão de gênero e etnia está na base e na gênese do sistema de organização social e econômica que os espanhóis e portugueses impuseram na América Latina a partir do século XVI.

Exclusão que significa discriminação e pobreza; a existência de pessoas ou grupos que não têm acesso a diferentes âmbitos da sociedade e, por conseguinte, se trata de desigualdade e ruptura interna do sistema social. Uma forma de violência estrutural, assentada no sistema colonial e que adquiriu legitimidade com a construção dos Estados-nação e de nossas próprias identidades. A constante em todo o processo de independência da América Latina é a exclusão de gênero e etnia; os excluídos da liberdade são as mulheres, os índios, os negros [...].

Nessa perspectiva, como podemos articular e conhecer a participação das mulheres no movimento de independência se suas marcas foram ignoradas, silenciadas e apagadas nos arquivos? [...]

A resposta a estas e outras interrogantes só é possível com a desconstrução de uma história fundada em personagens da elite, batalhas e tratados políticos, escrita por homens em sua maioria de classes e povos dominantes [...]

Por isso, o estudo da participação das mulheres nos processos de independência tem necessariamente que incluir um movimento paralelo que compreenda a ideologia da exclusão por serem mulheres e as diferentes formas adquiridas por essa marginalidade. [...]

A presença e participação das mulheres foram anônimas; a história não registra seus nomes até fins do século XVIII na rebelião indígena liderada por José Gabriel Condorcanqui Tupac Amaru, a mais importante do período colonial. A significativa presença das mulheres nessa rebelião teve características de liderança e heroísmo representadas por Micaela Bastidas. [...]

A participação de Micaela Bastidas na insurreição não constitui um fato isolado. [...] Foi um movimento que contou com uma importante presença feminina. Entre elas se destacam Tomasa Titu Condemayta, Cacica de Acos (Cuzco), proprietária de casas, terras, animais e outros bens, o que favoreceu o apoio estratégico que deu a Tupac Amaru. Cecilia Tupac Amaru participou ativamente nos preparativos insurrecionais de Cuzco. Bartolina Sisa, esposa de Tupac Catari, participou no levante dirigido pelos irmãos Catari de agosto de 1780 até fevereiro de 1781. Marcela Castro, Ventura Monjarrás, Margarita Condori, entre outras. Todas foram executadas, suas casas arrasadas e seus bens confiscados. [...]

Depois da independência, as insurreições dirigidas por índios foram minimizadas e esquecidas. A participação da mulher também foi apagada como se o fato de ser mulher e morrer pela pátria e a liberdade não tivesse o mesmo significado e a dimensão das ações dos heróis, todos masculinos, de nossa história."

GUARDIA, Sara Beatriz. Exclusão e gênero nos processos de independência da América Latina. *Portal Geledés*, 4 out. 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/exclusao-e-genero-nos-processos-de-independencia-da-america-latina/>. Acesso em 11 ago. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS501 EM13CHS603

Atividades

Analisar

Registre em seu caderno

1. Como se organizavam a sociedade e a economia durante o período colonial no território que viria a ser a América Latina? Essa situação se modificou após a independência? Justifique.
2. Que papel era designado às mulheres nessas sociedades?
3. Como podemos conhecer, de fato, a participação das mulheres nas lutas pela independência no continente americano?
4. Em sua opinião, a exclusão das mulheres pode ser caracterizada como uma permanência histórica nas sociedades americanas atuais? Exemplifique.

Organizar um evento

5. A importância do papel desempenhado pelas mulheres nas mais variadas esferas da vida de um país é evidente, mas muitas vezes ignorada.
   a) Com os colegas de classe, organizem um evento com o tema "Lugar da mulher é onde ela quiser", visando dar visibilidade e valorizar as mulheres do seu bairro.
   b) Conversem com algumas mulheres do bairro que poderiam dar o seu depoimento para o evento e gravem o depoimento delas.
   c) Criem, na escola, rodas de conversas, uma feira colaborativa que promova o trabalho dessas mulheres, um cine-debate com base em vídeos que retratem a situação das mulheres nas sociedades contemporâneas, apresentações artísticas e intervenções capazes de problematizar o lugar delas na sociedade brasileira.
   d) Durante a realização, documentem o evento com fotos, vídeos etc., que possam ser compartilhados nos meios digitais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE

2

A formação do Estado brasileiro

CAPÍTULOS

5. **A independência do Brasil e o período imperial,** 46
6. **O que é ser brasileiro?,** 55
7. **Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil,** 62
8. **O pensamento filosófico no período imperial,** 71

BERNADETE LOU/SHUTTERSTOCK

No carnaval do Rio de Janeiro de 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira homenageou os inúmeros personagens esquecidos de nossa história, que lutaram e contribuíram, cada um em seu tempo, para a constituição do nosso país. Na foto, o desfile que garantiu o título à escola de samba carioca, o vigésimo em sua história.

Histórias sobre a formação do Brasil

Em 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira levou para a Marquês de Sapucaí, na cidade do Rio de Janeiro, o samba-enredo *História para ninar gente grande*, em que criticava a forma como a história oficial do Brasil apagou importantes personagens que lutaram e contribuíram para a formação do país. A polêmica, levantada pela tradicional escola de samba carioca, apontava para os perigos que residem no desconhecimento da nossa história e de personagens que transformaram suas vidas em luta e resistência.

Por meio do resgate da memória de pessoas comuns, como a do líder Tamoio Cunhambebe, que lutou contra a ocupação portuguesa no século XVI, ou de Luísa Mahin, ex-escravizada que participou de revoltas na Bahia durante o século XIX, a Mangueira revelou a importância de conhecermos e problematizarmos a história oficial do Brasil.

Nesta unidade, vamos aprofundar nossos conhecimentos sobre o processo de formação do Estado brasileiro. A partir das mudanças instauradas com a independência do país, discutiremos os elementos políticos e econômicos que fundamentaram a constituição do Brasil imperial, bem como suas consequências históricas. Analisaremos, também, como se deu o processo de construção de nossa identidade nacional e a influência das correntes filosóficas do período, que orientaram as bases ideológicas do nascente Estado brasileiro.

Como cantou a Mangueira em seu samba, somente por meio do conhecimento, do questionamento e do resgate das inúmeras lutas e resistências travadas no decorrer da nossa história é que teremos a chance de construir "um país que não está no retrato".

Questões

Responda oralmente

1. Em sua opinião, por que é importante conhecer melhor a história do Brasil?
2. O que significa a frase "um país que não está no retrato"?

PROIBIDA

CAPÍTULO 5

A independência do Brasil e o período imperial

Como se deu o processo de independência do Brasil? Você sabe dizer por que ele teve características conservadoras? Essas características se mantiveram durante o período imperial?

GEORGINA DE ALBUQUERQUE - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência, pintura de Georgina de Albuquerque, 1922.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 4, 7, 9 e 10

Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106 EM13CHS202 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS205 EM13CHS206 EM13CHS401 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS601 EM13CHS603 EM13CHS606

A crise do sistema colonial e a vinda da família real para o Brasil

O século XVIII se caracteriza como um período fundamental para entendermos o mundo em que vivemos. Ocorreram mudanças consideráveis em relação à política e à economia, e novas concepções e visões de mundo vieram à tona, sobretudo a partir de 1750, permitindo que a crítica à monarquia, aos hábitos cortesãos, aos monopólios econômicos, às formas de colonização e ao escravismo ganhasse espaço em várias partes do globo. Foi quando se começou a falar em **liberalismo**, em regimes de governo que garantissem a separação de poderes e a participação dos povos na política, bem como na ideia de indivíduo em contraposição à de estamento. Essa onda de mudanças, vivida na Europa com grande intensidade, chegaria à América ao mesmo tempo e com igual potencial de transformação, sacudindo os alicerces sobre os quais se sustentava o sistema colonial, culminando em sua crise.

Um dos fatores que evidenciam tal crise foi o surgimento de vários movimentos que, no continente americano, passaram a combater qualquer forma de dominação colonial. Foi quando os colonos da América portuguesa, tão súditos do rei português como os outros que viviam no Reino de Portugal (chamados de *reinóis*), deram-se conta da enorme diferença que havia entre os territórios de um e de outro lado do Atlântico.

Era fato que Portugal dependia da colônia americana para manter o superávit econômico no comércio internacional. Com esse objetivo, um conjunto de medidas para melhorar o comércio dos gêneros coloniais, a fiscalização e a cobrança de impostos foi colocado em prática pela monarquia portuguesa na América, conhecidas como "reformas ilustradas", que exatamente propunham aperfeiçoar o controle da colônia para superar as dificuldades econômicas do império. Os colonos não tardaram em responder de forma incisiva a essas ações, como foi visível nos conflitos que vieram à tona em finais do século XVIII contra o domínio colonial e em nome dos novos valores liberais. Nesse contexto, podemos citar a **Inconfidência Mineira**, em 1789, os rumores de rebelião na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794, e a **Conjuração dos Alfaiates** (ou Conjuração Baiana), na Bahia, em 1798. Todas foram reprimidas pelas autoridades coloniais antes mesmo de se concretizarem, tendo sido presos os supostos envolvidos e executados alguns de seus líderes.

Os ventos da revolução já haviam atingido a Europa, e o clima de instabilidade e insegurança política para as monarquias tradicionais era elevado. A ascensão de Napoleão Bonaparte e o temor da Coroa portuguesa em perder seus territórios coloniais fizeram com que a instalação da corte no Brasil fosse pensada como uma alternativa viável para a preservação da monarquia. A vinda dos Bragança com toda a sua corte para o Brasil era, a princípio, uma solução provisória, mas ela não apenas se prolongaria após a derrota de Napoleão, como deixaria profundas marcas no processo de independência e de formação do Estado brasileiro, construído sob o discurso da civilização e da modernização. Veremos aqui como se desenvolveu esse processo e quais foram suas consequências para a América portuguesa.

Para ler

Bahia, 1798

Autor: Luis Henrique Dias Tavares.
Salvador: Edufba, 2012.

A partir de um texto fictício, o autor recria o contexto em torno da organização e dos participantes da chamada Conjuração Baiana.

Para navegar

Revolta dos Búzios – 220 anos

Disponível em <https://strikegames.itch.io/revoltadosbuzios220anos>. Acesso em 7 set. 2020.

Jogo interativo sobre a Revolta dos Búzios, também conhecida como Conjuração Baiana, disponível para ser baixado gratuitamente.

Pasquins sediciosos na Bahia, em 1798

"Animai-vos Povo Bahinense que está para chegar o tempo felis da nossa Liberdade; o tempo em que todos seremos irmaons; o tempo em que todos seremos iguaes"

Sedicioso: que incita o motim ou toma parte dele.

Com frases semelhantes às que você leu acima, foram espalhados em Salvador papéis incendiários (pasquins) na madrugada do dia 12 de agosto de 1798. A nítida semelhança do conteúdo deles com os discursos revolucionários espalhados pelo mundo, sobretudo após a Revolução Francesa, assustou enormemente as autoridades. Ainda que não se mencionasse explicitamente, era claro o ataque que esses panfletos faziam aos vínculos coloniais, bem como a alusão à igualdade entre os povos. No contexto escravista, tais ideias polemizavam não apenas questões econômicas e sociais, mas também raciais. Rapidamente instaurou-se um processo para averiguar os envolvidos, aos moldes do que ocorreu no episódio da Inconfidência Mineira, em 1789. Muitos foram os suspeitos levantados, de várias origens e classes, mas a punição mais pesada recairia apenas sobre os mais pobres: os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, e os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, que foram enforcados e esquartejados. Seus corpos ficaram expostos por cinco dias, para que o espetáculo pudesse intimidar quaisquer iniciativas semelhantes.

JOÃO TEÓFILO - ACERVO DO ARTISTA

Aquarela de João Teófilo representando a Conjuração Baiana (1798), 2015. A obra inspirou-se no quadro *Tiradentes esquartejado*, de Pedro Américo, 1893.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A corte no Rio de Janeiro

A vinda de uma realeza europeia para seus domínios americanos foi um fato inédito na história da colonização moderna. A alternativa da viagem foi pensada e discutida na corte considerando a ameaça às monarquias que tomava conta da Europa e o fato de a América ser, então, a parte mais rica do Império Português. Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista da Coroa, seus objetivos imediatos foram cumpridos: a família real foi preservada, e seus domínios americanos, momentaneamente assegurados.

Apesar de o navio que transportava D. João ter feito uma parada em Salvador, a decisão de seguir para o Rio de Janeiro foi inabalável. A cidade possuía o maior porto em volume de negócios e se configurava como uma zona estratégica em relação à região das minas e da Bacia do Prata, um local de intenso comércio. O Rio congregava as maiores fortunas provenientes dos chamados "negociantes de grosso trato", os quais dominavam as rotas de tráfico de africanos escravizados. A corte de D. João aliou-se a esses grupos ao se instalar na cidade; foi quando se deu o gesto "simbólico" do rico negociante Elias Antônio Lopes, que doou a quinta (fazenda) de São Cristóvão para residência da família real fora da cidade, em troca de títulos de nobreza.

Mas a instalação da corte não favoreceu apenas esse rico grupo de comerciantes; os antigos e novos produtores e comerciantes vinculados ao abastecimento da cidade também foram beneficiados com esse acontecimento, que desencadeou ainda melhorias urbanas, construção de estradas, organização de tropas etc. A distribuição de privilégios aos súditos cariocas não tardaria em gerar desequilíbrios e descontentamentos em outras partes da América portuguesa.

Em março de 1817, iniciou-se em Recife a **Revolução Pernambucana**, movimento que pretendia cortar os vínculos políticos de obediência com a corte do Rio de Janeiro e, para isso, os rebeldes instauraram um governo provisório naquela cidade. O movimento, duramente reprimido por tropas enviadas da corte, durou apenas três meses. Mesmo assim, historiadores supõem que tenha se cogitado, entre os envolvidos, a construção de uma república nos moldes da que se discutia na época no restante da América. Esse fato expressava, sem dúvida, que os ventos da transformação política haviam chegado ao Império Português.

Os mártires, pintura de Antonio Parreiras, 1927. A Revolução Pernambucana agregou vários setores sociais e chegou a adotar uma bandeira e a instituir um governo provisório, que funcionou por três meses.

ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS, NITERÓI

Só é possível entender o episódio pernambucano se refletirmos sobre a ideia do que era o Brasil na época. É errôneo imaginar que as várias partes da então chamada América portuguesa constituíssem realmente uma unidade. A colônia portuguesa na América, pelo próprio desenvolvimento de suas regiões, criou áreas desarticuladas entre si e com realidades distintas. O Centro-Sul, por exemplo, não possuía sequer rotas marítimas, muito menos terrestres, que o interligassem com o Grão-Pará, e estava muito mais articulado à África; enquanto o Norte vinculava-se muito mais a Lisboa, mesmo após a instalação da corte no Rio de Janeiro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Consequentemente, não havia um sentimento nacional que unisse todos os "brasileiros", designação esta que na época nem tinha o sentido que adquiriu mais tarde. O que predominava eram as designações regionais de pernambucanos, baianenses, paulistas etc., todos igualmente portugueses da América ou americanos. Foi por isso que, quando ocorreu a instalação da corte no Centro-Sul, reações contrárias foram sentidas em outras partes e em Portugal, onde alguns diziam que Portugal havia virado colônia da colônia.

JOHNN LUFFMAN - BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Brasil ou Portugal Transatlântico, mapa feito por John Luffman em 1808. O Brasil, nesse período, era um Vice-Reino do Império Português, o que significa dizer que sua unidade era determinada, sobretudo, pelos vínculos que o uniam com Portugal. Nesse sentido, o termo "brasileiro" não existia como nacionalidade.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 2
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM1CHS104 EM13CHS106 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206

Questões

Registre em seu caderno

1. Luffman utiliza "Brasil" e "Portugal Transatlântico" como sinônimos para nomear seu mapa. Por quê?
2. Por que razão a parte central do Brasil aparece no mapa sem divisões administrativas, ao contrário da região litorânea?

Guerra aos "botocudos"

Em 13 de maio de 1808, D. João aprovava uma "guerra ofensiva" aos indígenas do Rio Doce, genericamente chamados de "botocudos", que estavam localizados nas capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo. A justificativa para a ação estava na "fereza" e "antropofagia" dos indígenas, e seria complementada com uma medida que previa a distribuição de suas terras entre os colonos. Dessa maneira, o monarca restaurava a política de "guerra justa" contra os indígenas, que havia sido extinta pelo marquês de Pombal no século XVIII. A chamada "guerra justa" permitia o extermínio dos nativos que, supostamente, poderiam causar algum perigo aos habitantes da colônia. Sua legitimidade vinha do discurso da "civilização" e mostrou uma face muito violenta do governo de D. João no Brasil. Essa guerra foi oficialmente suspensa apenas em 27 de outubro de 1831, já após a independência.

GIULIO FERRARIO - COLEÇÃO BRASILIANA/ACERVO DA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fisionomia de alguns botocudos, 1821, gravuras de Giulio Ferrario. Essa forma de representação dos indígenas era comum na época, especialmente dos chamados "botocudos". Na sua opinião, como essas gravuras sustentam o discurso de que eles deveriam ser combatidos?

O "nascimento" do Brasil: monárquico e escravocrata

O termo "nascimento", aqui, não é mero acaso. Afinal, só podemos falar em Brasil como uma unidade política após a independência e a finalização de intensos conflitos que surgiram a partir desse processo. Após a dura resposta de Pernambuco à política de D. João na América portuguesa, em 1817, um novo golpe viria do próprio reino português, em 1820. Setores igualmente descontentes com o direcionamento da política imperial criaram um movimento em Portugal exigindo a volta imediata do monarca à metrópole.

A chamada **Revolução do Porto** falava em nome dos novos valores liberais e propunha a elaboração de uma Constituição para controlar os poderes da monarquia, bem como garantir os direitos dos cidadãos, conforme ocorria na onda revolucionária que atingia a Europa e suas colônias.

Professor, caso queira aprofundar a discussão sobre a ofensiva contra os botocudos com os alunos, sugerimos a leitura da Carta Régia de 13 de maio de 1808, na qual D. João determina a guerra aos botocudos. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html>. Acesso em 7 set. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

D. João, no Rio de Janeiro, viu-se obrigado a aceitar o movimento e partiu para Lisboa em abril de 1821, deixando seu filho Pedro como príncipe regente. A solução atendia a interesses de grupos que haviam se fortalecido com a presença da corte na cidade, os quais começaram a gestar um projeto de separação do Brasil. Esse projeto nascia efetivamente de setores da elite colonial das províncias de São Paulo e de Minas Gerais, além do Rio de Janeiro.

O novo projeto se alicerçava na construção de uma monarquia constitucional, sob o comando do príncipe Pedro, com pretensão de incorporar todas as partes da América portuguesa, mantendo a centralidade do Rio de Janeiro. Foi nesses moldes que a independência foi proclamada, em 7 de setembro de 1822. Ela refletiu um projeto regional que exigiria, a seguir, a busca da adesão das demais províncias, do reconhecimento internacional e da criação de uma nacionalidade. Mas deve-se destacar que a independência nasceu e se concretizou como um projeto conservador, que preservou os privilégios de seus apoiadores e a escravidão, sem maiores reviravoltas nas hierarquias sociais.

A cidadania na Constituição de 1824

A primeira Constituição do Brasil foi elaborada por um Conselho de Estado, por ordens de D. Pedro I e de acordo com os interesses do imperador.

A **Constituição de 1824**, apesar de sugerir a construção de um regime liberal, foi outorgada e destacou-se pela criação do Poder Moderador, que permitia a D. Pedro intervir livremente nos outros poderes, garantindo-lhe amplo controle sobre todas as esferas do império.

Um dos debates mais intensos no período que antecedeu a outorga da Constituição foi sobre a definição de quem seriam os "cidadãos" do novo império. O termo havia ganhado enorme relevância política com os movimentos constitucionais do século XIX, já que expressava a necessidade de delimitar aqueles que desfrutariam de "direitos civis" – propriedade, liberdade de expressão e de ir de vir, inviolabilidade do domicílio, entre outros – e de "direitos políticos" –, isto é, de poder ser eleito e ter direito ao voto. Essa questão se chocava com a formação multiétnica do país: como definir critérios de cidadania em uma sociedade escravista e com uma imensa população nativa que vivia no território, mas que não tinha sido incorporada ao Império do Brasil?

No texto da carta constitucional, acabou prevalecendo que seriam "cidadãos brasileiros" todos os "que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos" (artigo 6º). Aparentemente, poderíamos dizer que esse era um critério inclusivo, já que admitia que todos os que fossem libertados do cativeiro seriam considerados cidadãos. Mas o fato de excluir os que não tinham nascido no Brasil eliminava todo africano do direito à cidadania. A carta constitucional não fazia nenhuma menção aos indígenas; mas os debates da época deixavam claro: os que não faziam parte do "pacto social" não seriam cidadãos. Sendo assim, durante todo o império prevaleceu a ideia de que os indígenas eram tutelados pelo Estado.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS603 EM13CHS606

Questões

Registre em seu caderno

1. **Qual é a definição de cidadão, de acordo com os movimentos constitucionais do início do século XIX?**
2. **Na Constituição de 1824, dois critérios fundamentais delimitavam quem poderia ou não ser cidadão no Brasil: não ser escravizado e ter nascido no país. Para além da lei, havia sua aplicação prática: quem não fizesse parte do "pacto social" também não teria acesso à cidadania. Explique o que aconteceu às populações africanas, afrodescendentes e indígenas, considerando essa realidade.**

Imprensa e opinião pública

Com a vinda da corte ao Rio de Janeiro, em 1808, a imprensa, até então proibida na colônia portuguesa, foi instalada na cidade. Contudo, uma rígida censura prévia pesava sobre todos os escritos; isso só foi modificado em 1821, quando tal mecanismo foi abolido em nome da liberdade de imprensa.

A partir de então, os jornais passaram a circular de forma crescente, com o aumento dos periódicos e a diversificação das publicações, das tiragens e dos leitores. Apesar de a maioria da população permanecer analfabeta, as leituras eram muitas vezes partilhadas, e as notícias se espalhavam rapidamente. Partilhadas ou individuais, as leituras de textos informativos, noticiosos e literários divulgados pelos jornais produziram mudanças importantes na sociedade. A imprensa tornou-se um espaço de embate e defesa de interesses de grupos políticos, de crítica às autoridades e de difusão de novas ideias. Décadas depois, os romances, publicados em jornais na forma de folhetins, em partes diárias ou semanais, fizeram especial sucesso, projetando escritores como Machado de Assis e Manuel Antonio de Almeida e criando o gosto literário também entre as mulheres. A maior circulação das notícias promoveu o desenvolvimento de uma arena de discussão política e a formação de julgamentos críticos nos leitores. Surgia a ideia de "opinião pública", ou seja, um espaço de livre expressão de crítica e de discussão política entre os indivíduos acerca da vida pública.

Ingênuo: nesse contexto, refere-se ao indivíduo nascido livre.
Tutelado: aquele que, devido a alguma incapacidade de fato ou presumida, deve ser amparado e protegido por outrem (o tutor).

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A abdicação de D. Pedro I e o período regencial

As críticas ao governo de D. Pedro I cresceram no fim da década de 1820. Os jornais de oposição tiveram papel expressivo no desgaste da imagem do imperador, tornando sua permanência no trono insustentável. Pressionado pelas críticas, D. Pedro abdicou em abril de 1831. Como o príncipe herdeiro tinha apenas 5 anos de idade, o governo foi exercido por regentes, que dirigiriam o país durante a menoridade do futuro imperador.

A saída de D. Pedro abriu novas possibilidades para questionar o regime. Na verdade, naquele momento ficou claro como o novo império era ainda débil e que a independência não havia se concretizado de fato. Uma profunda instabilidade marcaria a década seguinte, sob o regime das **Regências** (1831-1840). O período destacou-se pelos debates acalorados sobre a vida política brasileira, que se expressaram principalmente na imprensa, em ataques à centralização do império e em defesa de uma monarquia federativa.

Os governos regenciais de fato inauguraram uma fase de grande efervescência política no Brasil. Setores mais letrados clamavam pelo aumento da participação política da população, pela extinção do Poder Moderador e até mesmo em nome de uma espécie de reforma agrária. Ao mesmo tempo, alguns propunham a volta do imperador e a restituição do regime nos moldes do Primeiro Reinado. O momento propiciou ainda críticas ao tráfico de escravizados – o que deu origem à Lei de 1831, que considerava livres todos os africanos que desembarcassem no continente –, mas também contou com a defesa daqueles que viam a escravidão como um "mal necessário", um choque de opiniões que revelava a ambiguidade vivida no período.

A cena política regencial também presenciou uma série de revoltas, motins e insurreições em várias províncias. Algumas contaram com imensa participação popular, inclusive de indígenas, como a **Revolta dos Cabanos**, em Pernambuco (1832-1835), a **Cabanagem**, no Pará (1835-1840), e a **Balaiada**, no Maranhão e no Piauí (1838-1841). Outras tiveram lideranças vindas das classes médias e altas, como a **Sabinada**, na Bahia (1837-1838), e o movimento separatista republicano da **Farroupilha**, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845. De todas elas, é importante destacar a revolta dos escravizados, conhecida como **Revolta dos Malês**, ocorrida em Salvador, em 1835, por revelar como o processo de politização, que se fortalecia naquele momento, também incorporava a questão racial.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS - MEMORIAL DA BALAIADA, CAXIAS

Balaiada em Caxias, gravura da artista Tita do Rêgo Silva, de 2014, representando a revolta regencial ocorrida no Maranhão.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 4
Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103
EM13CHS202 EM13CHS401

Questões

Registre em seu caderno

1. Explique o papel que a imprensa teve na vida política em três momentos: durante o Período Joanino (1808-1821), nos anos finais do Primeiro Reinado e durante o Período Regencial (1831-1840).
2. É possível afirmar que a imprensa, durante o século XIX, teve um alcance que foi além dos tradicionais assuntos políticos? Justifique.

Abdicar: renunciar ao trono, cedendo-o ao herdeiro.

Lei de 1831: também conhecida como Lei Feijó, ou lei para "inglês ver", uma vez que foi ignorada por aqueles que praticavam o tráfico negreiro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MANUAL DO PROFESSOR

A Revolta dos Malês

Os malês, também conhecidos como nagôs, eram escravizados vindos do oeste africano, a maioria adepta da religião islâmica. A revolta contou com cerca de seiscentos participantes, a maioria malê, apesar da existência de outros grupos. A rebelião começou no dia da festa de Nossa Senhora da Guia, em 25 de janeiro de 1835, que coincidia com o fim do mês sagrado do Ramadã, quando os islâmicos jejuam e oram juntos. Os revoltosos invadiram quartéis, fortes e a prisão de Salvador. Após 24 horas de batalhas em diversos pontos da cidade, as forças policiais dominaram novamente a situação, e os líderes e envolvidos foram duramente punidos.

Mesmo que seja difícil para os pesquisadores identificar com exatidão os objetivos dos revoltosos, o mais provável é que lutavam pela liberdade e pela participação no governo da cidade. Embora os movimentos revolucionários de inspiração iluminista não tenham influenciado diretamente os rebeldes, seus ecos criaram um ambiente propício à sua atuação.

:: O Brasil do Segundo Reinado

A instabilidade política que abalou o Brasil durante as Regências por pouco não destruiu o projeto de unidade territorial que nasceu com a proclamação da independência, o que levaria o país a seguir o mesmo caminho das ex-colônias espanholas na América.

O cenário de turbulência que havia tomado conta de províncias do norte e do sul foi uma das razões que levaram um setor da elite política brasileira, reunida no **Partido Liberal**, a defender a antecipação da maioridade do jovem príncipe. Mas essa não foi a única razão. Desde 1838, os liberais tinham perdido para os conservadores o comando do governo regencial; dessa forma, a antecipação da maioridade do príncipe era um meio de afastar os conservadores do poder e de recuperar os cargos políticos que haviam perdido.

Com esse projeto, os liberais fundaram o Clube da Maioridade e iniciaram uma campanha popular pelo início antecipado do reinado de D. Pedro. Em julho de 1840, sob pressão popular, o Senado aprovou a maioridade do príncipe. Ele próprio, ao ser indagado se preferia a proclamação imediata ou o prazo de seis meses, como havia sido sugerido, respondeu, sem deixar dúvidas: "Quero já!".

O longo reinado de D. Pedro II (1840-1889) destacou-se pela consolidação da unidade política e territorial do Estado brasileiro e pela expansão da economia cafeeira no Sudeste do país. Os lucros gerados com as exportações de café no exterior, somados aos capitais liberados pela proibição do tráfico de escravizados, em 1850, impulsionaram os investimentos em bancos, companhias de transporte, iluminação pública e melhoria das vias urbanas.

O mundo rural e o mundo urbano

Boa parte dos territórios do Brasil nos princípios do século XIX ainda era conhecida como "sertões" na linguagem da época, ou seja, não tinha população assentada em vilas formalmente reconhecidas pela Coroa e era em grande parte habitada por indígenas. Outra parte era rural, distribuída em vastas propriedades com baixa densidade demográfica. O primeiro censo geral da população, realizado em 1872, mostrou que 80% da população ocupada dedicava-se ao setor agrícola, 13% ao setor de serviços e apenas 7% à indústria.

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO BRASILIANA/ACERVO DA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vila rural e serra, autor não identificado, primeira metade do século XIX. O Brasil do século XIX era um país essencialmente rural. Pode-se afirmar que algumas propriedades constituíam verdadeiras unidades sociais e de subsistência.

Ao observar as cidades brasileiras da metade do século XIX era impossível separar com clareza o universo rural do urbano. Elas eram, em sua maioria, pouco mais que vilarejos; no litoral e nas zonas mineradoras é que estavam localizadas as maiores aglomerações. O meio urbano era sempre pequeno, restrito a um ou dois bairros centrais, e com pouca população circulante, uma vez que a maior parte dos habitantes locais morava em fazendas, com roças próprias para garantir a subsistência.

As cidades tinham um espaço público central, com algumas construções básicas (igreja matriz, casa de câmara e cadeia, pelourinho e prédios públicos). **Doc. 1** As ruas estreitas de traçado irregular revelavam o pouco cuidado dos moradores, que construíam suas casas em locais antes delimitados para serem vias de tráfego, e do poder público, que se omitia da tarefa de planejar e organizar a ocupação urbana. A água potável necessária para consumo e para outras atividades era buscada nos chafarizes ou poços, e tanques d´água ou riachos serviam às lavadeiras de roupas e aos animais sedentos. O lixo produzido nas casas era enterrado nos quintais ou, displicentemente, jogado no meio das ruas, à espera de que as chuvas o carregassem para longe: lá ficavam, pisoteados pelas pessoas e pelos animais que andavam à solta.

Esses espaços urbanos fervilhavam nos dias de festa, com predomínio das festividades religiosas. As festas populares eram muitas, como o entrudo (carnaval) e os festejos relacionados aos acontecimentos da família real. Além dos dias de festa, os chafarizes e os largos eram pontos de encontro para conversas; mesmo as missas constituíam importantes ocasiões de sociabilidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JOHANN MORITZ RUGENDAS – COLEÇÃO PARTICULAR

Venda em Recife, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Era comum as cidades serem uma mescla de universo rural e urbano.

A ascensão da cafeicultura na economia imperial trouxe prosperidade crescente às cidades fluminenses e paulistas, nas quais a população cresceu muito e as atividades econômicas se diversificaram.

As poucas indústrias existentes na segunda metade do século XIX concentravam-se em algumas capitais, assim como determinados serviços, como escolas de nível secundário, que eram reservadas aos filhos das elites. Os poucos cursos de formação superior concentravam-se no Rio de Janeiro, em São Paulo, Salvador e Recife.

Na nascente indústria, assim como nos estabelecimentos comerciais, de transporte e outros, deu-se preferência à mão de obra dos imigrantes europeus que chegavam às cidades. Como resultado, restou aos libertos e aos seus descendentes exercer os trabalhos mais pesados e com menor remuneração. Esse quadro não mudou com a abolição completa da escravidão em 1888, e marcaria profundamente a evolução do mundo do trabalho nas cidades brasileiras nos séculos seguintes.

A política indígena do governo imperial

As denúncias de violência e extermínio praticados por autoridades e habitantes das províncias contra aldeias indígenas inteiras levaram o governo imperial a aprovar uma medida que nos parece demonstrativa da situação indígena no império. Tratava-se de um regulamento, datado de 24 de julho de 1845, que estabelecia a criação de "missões de catequese e civilização dos índios".

Os indígenas do sertão deveriam ser integrados em aldeamentos religiosos, dirigidos principalmente por missionários capuchinhos. O regulamento previa o envio de um "diretor" para cada aldeia, nomeado pelo presidente da província, além de um pequeno quadro de funcionários. Os missionários estavam encarregados da evangelização dos nativos, enquanto o diretor se incumbia de "civilizá-los" por meio do trabalho nas lavouras, em atividades de manutenção das missões ou em obras públicas.

O objetivo da política imperial era a assimilação completa dos indígenas, o fim das distinções étnicas e culturais entre eles e sua incorporação ao império como trabalhadores assalariados. Apesar dos esforços das autoridades imperiais pela "civilização" dos nativos, eles resistiram bravamente, e a maior parte manteve suas crenças e seu modo de vida tradicional.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101
EM13CHS103

Aprender a argumentar

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, em seu texto *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), busca responder à pergunta: o restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? O trecho que será objeto de exercício a seguir contém alguns argumentos que buscam sustentar a sua surpreendente – para um iluminista – resposta negativa.

Exercitar a argumentação

Registre em seu caderno

1. Analise o texto a seguir, discriminando:

a) os dois argumentos interrelacionados;

b) as premissas e as conclusões de cada um.

"Era tradição antiga, levada do Egito para a Grécia, que o inventor das ciências fora um deus inimigo do repouso dos homens. [...] A astronomia nasceu da superstição; a eloquência, da ambição, do ódio, da adulação, da mentira; a geometria, da avareza; a física, de uma curiosidade infantil; todas elas, e a própria moral, do orgulho humano. As ciências e as artes devem, portanto, seu nascimento a nossos vícios: teríamos menor dúvida quanto às suas vantagens, se o devessem a nossas virtudes."

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes. *In*: *Rousseau*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 342-343.

2. Elabore um contra-argumento à posição de Rousseau.

Para navegar

Brasiliana Fotográfica Digital

Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/>. Acesso em 8 set. 2020.

Espaço criado por uma parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles que disponibiliza um vasto acervo fotográfico do Brasil imperial e republicano. Aqui você encontra imagens de cidades, indígenas no trabalho nos aldeamentos religiosos, trabalhadores livres e escravizados, cenas do cotidiano, da família imperial e de acontecimentos que marcaram a passagem do século XIX para o século XX no Brasil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Doc. 1

Espaço público no Brasil

"O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado ao profano. Através das mudanças em seu conceito, uso, âmbito e trato, é possível acompanhar a passagem da predominância religiosa, em seus primórdios, para a secular, nos dias atuais, processo que ocorreu também em todo o mundo europeu nos tempos modernos e particularmente no século XIX, mas foi de maiores consequências urbanísticas aqui do que nos demais países americanos de colonização ibérica.

O conceito inicial predominantemente religioso foi se transformando, até tornar-se quase absolutamente mundano, como ocorre hoje. As normas decorrentes sofreram uma importante transformação: as eclesiásticas, bem precisadas de início e por longo tempo, caíram, não subsistindo qualquer interferência mais significativa de sua parte; as civis, muito difusas até recentemente, são agora únicas, porém nem sempre prestigiadas. Daí o usual desrespeito por nossas áreas comuns.

O uso era, até bem pouco tempo, direta ou indiretamente, de cunho ritual, atento aos eventos litúrgicos que se impunham perante um cotidiano pobre que só muito vagarosamente foi crescendo em proporções. [...]

O estudo do surgimento e das transformações de nossos logradouros públicos, e a interpretação de suas características arquitetônicas [...] podem auxiliar não somente no conhecimento maior de nossas formações urbanas como na elaboração de futuras propostas para sua melhoria."

MARX, Murilo. *Nosso chão*: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989. p. 7-8.

JOHANN MORITZ RUGENDAS - COLEÇÃO PARTICULAR

Igreja do Hospício de Nossa Senhora da Piedade na Bahia, gravura de Johann Moritz Rugendas, século XIX. A Igreja e Convento de Nossa Senhora da Piedade, existente até hoje em Salvador, é um belo exemplo das construções religiosas nas cidades imperiais. Seu edifício foi erguido entre 1683 e 1686 pelos capuchinhos, para funcionar como igreja e hospício.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 2; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106 EM13CHS204 EM13CHS205

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Explique a afirmação do arquiteto e urbanista Murilo Marx: "O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado ao profano".

Analisar

Doc. 1

2. Por meio da observação da imagem e de seus elementos, justifique a importância dos edifícios religiosos no Brasil do século XIX.
3. Murilo Marx afirma que as normas eclesiásticas deram lugar às normas civis, que nem sempre são obedecidas, o que leva a um desrespeito pelas áreas comuns. Identifique um caso atual que exemplifique essa afirmação e proponha soluções para esse problema. Exponha sua conclusão na forma de um pequeno texto.
4. Com um grupo de colegas, escolham na paisagem da cidade onde vocês moram algumas construções religiosas e não religiosas que vocês consideram marcantes. A seguir, discutam que referências essas construções têm na vida cotidiana de cada um de vocês. Redijam suas conclusões na forma de um pequeno texto.

Retomar

5. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Como se deu o processo de independência do Brasil? Você sabe dizer por que ele teve características conservadoras? Essas características se mantiveram durante o período imperial?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 6

O que é ser brasileiro?

O que é identidade nacional? Que elementos participaram da construção da identidade nacional brasileira? O que nos faz ser brasileiros?

LMPC VIA GETTY IMAGES

A atriz e cantora de origem portuguesa Carmen Miranda (1909-1955) ficou famosa no exterior ao performar uma ideia de brasilidade construída a partir de danças, trejeitos e figurinos exuberantes. Na imagem, Louis Calhern e Carmen Miranda em cartaz do filme *Nancy goes to Rio*, de 1950, lançado no Brasil com o título *Romance carioca*.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências gerais: 1, 3, 4, 5, 7, 9 e 10

Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS104
EM13CHS105 EM13CHS106
EM13CHS501 EM13CHS502
EM13CHS504 EM13CHS602
EM13CHS606

A identidade nacional

Não é fácil definirmos quem somos e aquilo que nos faz únicos e particulares. Nesse processo, a comparação com o outro é sempre inevitável. Isso ocorre porque precisamos observar o contraste daquele que é diferente de nós para que possamos reconhecer nossas características, gostos, hábitos, modos de pensar etc. Ao perceber o que os outros são, do que gostam, como pensam e agem, podemos identificar o que somos e o que não somos, do que gostamos e do que não gostamos e tantas outras coisas. Por meio dessa reflexão e comparação é que conseguimos definir nossa identidade. Pense, por exemplo, em uma característica marcante da sua personalidade. Ela pode estar presente em outras pessoas, mas a somatória dessa característica e de diversos elementos que formam você é que define seu lugar no mundo. É bem provável, ainda, que em cada momento de sua vida você recorra a elementos diferentes para se definir, mostrando quão mutável e contínua é a relação com a nossa identidade.

A mesma complexidade que encontramos na definição de nossas identidades individuais está presente na construção daquilo que podemos chamar de identidade nacional. Você já parou para pensar no que é ser brasileiro? O que nos identifica e nos diferencia dos outros povos? São muitas as perguntas que podemos fazer diante do desafio de compreender essa definição.

Um observador menos atento poderia dizer, de maneira simplificada, que brasileiro é quem nasce no Brasil. Mas a resposta para essa questão não é tão fácil assim. De acordo com a Constituição Federal, o brasileiro nato pode ser aquele nascido no Brasil, mesmo que filhos de pais estrangeiros; os nascidos no exterior, filhos de pai ou mãe brasileira, desde que registrados em repartições brasileiras; e os naturalizados. Apesar de o registro de nascimento ser um importante elemento legal na concessão de nossa cidadania, sabemos que nossa identidade nacional, o "ser brasileiro", é muito mais do que isso.

A **identidade nacional** é um importante elemento na constituição e na configuração das nações contemporâneas, passando a ser objeto de atenção e de disputa principalmente a partir do século XIX. Ela diz respeito a um conjunto de elementos que compõem o patrimônio simbólico de cada nação. Segundo o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta, é por meio da identidade nacional que a sociedade nos oferece os elementos necessários para que possamos traçar perfis, criar valores, compartilhar hábitos, construir formas de compreender o mundo e interpretar o outro. É de posse desses elementos que os indivíduos são capazes de construir uma consciência de unidade coletiva e, ao mesmo tempo, de distinção e de diferenciação em relação aos outros. Nesse sentido, a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz afirma que a identidade nacional é sempre dialógica, pois ela existe tanto como autodescrição de uma nação quanto como forma de diferenciação desta em relação às outras.

Mas como são estabelecidas as identidades nacionais? Como elas se configuram? As identidades nacionais são construções sociais e históricas, que não podem ser pensadas sem considerarmos os valores, as ideologias e os interesses políticos e econômicos que as cercam. Enquanto produto decorrente das relações sociais e históricas, as identidades nacionais não possuem um caráter fixo, podendo ser transformadas no decorrer da história das nações. Isso significa que aquilo que usamos como uma referência do que somos como brasileiros é, na verdade, produto de um consenso em torno de inúmeros valores, símbolos e elementos que foram, ao longo do tempo, construídos e compartilhados, resultando no que hoje chamamos de "ser brasileiro".

:: A construção de uma identidade nacional: o que significa ser brasileiro

Muitos países que foram colônias europeias precisaram, após suas independências, construir uma identidade própria, capaz de diferenciá-los de suas antigas metrópoles e de criar os vínculos necessários para o estabelecimento de uma nova nação. Cada país elegeu seus símbolos, heróis, valores e narrativas que contribuíram diretamente para a construção de sua identidade nacional.

No Brasil, isso não foi diferente. Com a proclamação da independência, em 1822, o país precisava garantir não só a separação política e econômica em relação a Portugal, mas também construir uma identidade capaz de criar uma representação da unidade nacional em um território extenso e marcado por grandes diferenças regionais e étnicas. Logo, a construção de uma identidade nacional figurava, antes de mais nada, como uma estratégia política para legitimar o Estado brasileiro.

Entre os vários esforços destinados à construção do Brasil enquanto Estado-nação, destaca-se a criação do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB), em 1839. O IHGB foi um importante agente na produção e na organização da narrativa nacional. Entre os materiais que produziu e os estudos que patrocinou, ele acabou disseminando a noção de que a especificidade do Brasil enquanto nação devia-se à sua história marcada pela relação entre brancos, indígenas e negros. Esse entendimento e esse discurso seriam, por muito tempo, a principal base interpretativa de nossa identidade nacional.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Literatura, romantismo e a identidade nacional no Brasil

As artes são importantes mecanismos na configuração das identidades nacionais, pois, por meio da música, das artes plásticas e da literatura, por exemplo, as nações criam narrativas sobre si e sobre suas histórias, que serão difundidas e transmitidas entre as gerações.

No Brasil, a literatura romântica teve um papel de destaque no processo de composição de nossa identidade nacional. Entre seus principais autores, destaca-se José de Alencar. Em suas obras, a natureza brasileira ganha um caráter idílico e exuberante, sendo um importante elemento na construção de suas narrativas. Foi com base nela que o autor criou o pano de fundo de uma de suas principais obras: *O Guarani*, publicada em 1857.

VICTOR MEIRELLES - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

O romantismo influenciou a construção de uma narrativa nacional capaz de assimilar e incorporar os indígenas na história da nação. Na imagem, a tela *Primeira missa no Brasil*, de Victor Meirelles, pintada em 1861, que pode ser considerada uma expressão desse período.

Idílico: bucólico, puro.

A partir do romance improvável entre o indígena Peri e a jovem de origem lusitana Cecília, Alencar criou um retrato da sociedade brasileira colonial, da natureza e dos elementos necessários para a composição da identidade nacional. Peri é representado na obra como um herói, dotado de bondade, inocência e extremamente devotado a Cecília, mas, para concretizar seu amor, ele precisa enfrentar inúmeras intempéries e vilões. Após a superação das adversidades, Peri se converte ao cristianismo, abandona sua língua, sua religião e seu povo. É em nome do amor que ele se transforma em um novo homem, pronto para viver em um novo mundo.

Como afirma o linguista José Luiz Fiorin, a história de Peri e Cecília é um importante referencial para a construção de um mito de origem para a nação brasileira: é a partir do contato, da relação afetiva, da assimilação, da troca e da união entre natureza e cultura que são erigidas as bases de nossa história e de nossa sociedade. Para Alencar, é da fusão afetiva entre a civilização, representada pelo português, e a natureza, dada pelo indígena, que a nação brasileira foi fundamentada.

Outra obra de José de Alencar produzida na tentativa de construir a identidade nacional brasileira a partir de um passado mítico é *Iracema*, publicada em 1865. O indígena é novamente escolhido como símbolo da origem do povo brasileiro, mas não é o indígena real, e sim a imagem construída dele no ideário romântico europeu. Da união entre a bela Iracema e o português Martim nasce Moacir, símbolo da origem nobre e formosa da nacionalidade brasileira.

O Brasil moderno: quem somos nós?

A proximidade do centenário da independência despertou, no meio intelectual, um grande interesse em investigar a história, a geografia e a cultura brasileiras. Pensadores, escritores e jornalistas debruçaram-se sobre a tarefa de refletir sobre o perfil do Brasil, empenhados em mapear os elementos que lhe garantiam uma identidade nacional própria, tornando-o diferente das demais nações. O debate sobre o que era ou o que deveria ser a nação brasileira inspirou a produção de importantes obras acadêmicas e literárias, revelando o papel de destaque que teve a literatura no esforço intelectual de garantir ao Brasil um lugar na modernidade.

Foi nesse contexto de preocupação com as questões nacionais, de deslumbramento com as novidades do mundo moderno e de criação de uma arte que acompanhasse os novos tempos que se iniciou o **movimento modernista**, uma proposta de renovação e de atualização da arte brasileira.

Na década de 1910, já havia, na capital paulista, sinais de uma efervescência cultural que anunciavam uma importante mudança naquilo que artistas e intelectuais consideravam belo e ideal do ponto de vista artístico. Em 1917, a exposição de Anita Malfatti revelou ao público o talento da jovem pintora, bem como a influência das vanguardas artísticas da Alemanha e dos Estados Unidos em sua formação.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A exposição de Anita Malfatti é considerada o ensaio preparatório para o evento fundador da arte moderna brasileira: a **Semana de Arte Moderna de 1922**. Realizada no Teatro Municipal de São Paulo entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência, a Semana de Arte Moderna reuniu representantes das artes visuais, como Anita Malfatti e Victor Brecheret, poetas e escritores, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Manuel Bandeira, e músicos, como Heitor Villa-Lobos e Guiomar Novaes, entre vários outros nomes.

Durante o evento, foi exposta a nova estética que o movimento modernista pretendia introduzir no Brasil, adequada ao mundo moderno, urbano e industrial. A produção cultural brasileira deveria valorizar o cotidiano e a linguagem coloquial e celebrar as novidades daquele tempo: o cinema, o automóvel, os fios elétricos, o aeroplano, a velocidade da vida urbana, enfim, os objetos, as cores, os ritmos e os sons da modernidade. Abria-se a possibilidade de superação da métrica, do rigor e das rimas da poesia parnasiana, bem como dos padrões técnicos e estéticos da arte acadêmica.

Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, os principais representantes do movimento, concluíram que apenas valorizando as raízes e os temas nacionais o Brasil seria capaz de produzir uma arte de exportação e ser considerado moderno.

RÔMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO. TARSILA DO AMARAL EMPREENDIMENTOS LTDA - COLEÇÃO HECILDA E SERGIO FADEL, RIO DE JANEIRO

Morro da favela, pintura de Tarsila do Amaral, 1924. Nessa tela, a artista valoriza temas da vida urbana brasileira, como as favelas e a população negra, por meio da representação estilizada das figuras humanas, dos animais, das casas e das plantas. Percebe-se também o abandono da perspectiva e a liberdade no uso das cores.

Brasil, o país das misturas

As cisões observadas nos meios intelectuais e artísticos do Brasil no decorrer dos anos 1920 revelavam as dificuldades para a configuração e o estabelecimento de uma identidade nacional. No campo político, as teorias raciais dominavam os debates, interpretando o contato e a miscigenação como símbolo do atraso e da degeneração da sociedade brasileira. **Doc. 1**

No entanto, ao longo da década de 1930, com o declínio dessas teorias e o desenvolvimento de obras como *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre, emergia no discurso nacional a imagem do **mestiço** como símbolo das nossas particularidades e da nossa capacidade de conviver harmonicamente com as diferenças. Se, anteriormente, o mestiço figurava como a imagem do atraso e como um entrave à modernização do Brasil, a partir dos anos 1930, ele será alçado a símbolo nacional, celebrado como a representação de nossa riqueza cultural, de nossa maneira de viver e de nossa tolerância.

Assim, a identidade nacional, agora ressignificada e vinculada à mistura, ao sincretismo e à assimilação de diversas culturas, fez do Brasil um referencial positivo de democracia e do brasileiro um povo admirável. Aos poucos, a concepção de que somos um país das misturas vai sendo difundida e naturalizada no discurso dos mais distintos grupos sociais.

DIREITO DE REPRODUÇÃO GENTILMENTE CEDIDO POR JOÃO CANDIDO PORTINARI/ PROJETO PORTINARI - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

Café, pintura de Candido Portinari, 1935.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106

Questão

Registre em seu caderno

- **Observe as obras dos pintores brasileiros Victor Meirelles e Candido Portinari reproduzidas neste capítulo. A primeira se insere no contexto do romantismo, do século XIX, e a segunda, no do movimento modernista, do século XX. Com base nos elementos presentes nas pinturas, indique uma proposta do romantismo e outra do modernismo que explicitem a forma de cada um representar a composição étnica do povo brasileiro.**

O governo de Getúlio Vargas teve um papel muito importante no processo de difusão da mistura étnica e do mestiço como símbolos de nossa identidade. Principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), houve uma preocupação constante em criar uma aproximação entre os discursos oficiais e a cultura popular. Políticos, intelectuais e artistas se engajaram nesse processo, e os meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, muito populares nesse período, exerceram um papel de destaque na divulgação desses ideais. Os programas de rádio, as estrelas do cinema, a literatura, a música e as artes plásticas passaram a contar com o patrocínio do Estado Novo e a valorizar elementos nacionais, como o samba, por exemplo.

O fim do Estado Novo não representou uma mudança na forma como nossa identidade era pensada e significada no país. O entendimento de que a miscigenação do povo brasileiro era a prova de que uma **democracia racial** era possível ganhava cada vez mais destaque e se consolidava como parte da narrativa nacional.

O futebol teve papel decisivo no processo de construção de nossa autoimagem e na forma como passamos a ser vistos pelo mundo. No século XX, jornalistas e escritores, como José Lins do Rego, Mario Filho e Nelson Rodrigues, mostravam em seus artigos e crônicas esportivas como a mestiçagem se refletia no esporte por meio da irreverência, do jogo de cintura, da criatividade e da ousadia em campo. A conquista da Copa do Mundo da Suécia, em 1958, mostrava a todos as particularidades do futebol brasileiro e o talento de jogadores como Pelé e Garrincha. Eles eram a personificação de nossa identidade construída, os grandes heróis de nossa "pátria de chuteiras", como dizia Nelson Rodrigues. **Doc. 2**

"O futebol seria nosso redentor, aquele que nos permitiria e nos impeliria a abandonar nossa excessiva humildade, fruto da opressão histórica. [...] Pelé e Garrincha, juntos, sintetizariam o homem brasileiro: racialmente avançado (em função dos cruzamentos) e ao mesmo tempo instintivos, brincalhões, frutos de nossa construção cultural. Eram elencados como exemplos de como pretos, mestiços e humildes redimiriam o país de sua história de submissões e humilhações. Eram heróis próximos a grande parte da população, com os quais o povo poderia se identificar."

MELO, Victor Andrade de. Garrincha × Pelé: futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v. 20, n. 4, p. 281-95, out./dez. 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16635/18348>. Acesso em 6 ago. 2020.

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

O jogador Manuel Francisco dos Santos, popularmente conhecido como Garrincha, foi um dos exemplos mais citados da genialidade, da originalidade, da alegria e da irreverência do mestiço brasileiro. Na imagem, Garrincha (à esquerda) em uma partida contra a Inglaterra na Copa do Mundo de 1962, no Chile.

No entanto, o racismo, o preconceito, a discriminação e a segregação racial não desapareceram do cotidiano da sociedade brasileira quando o mestiço e a mistura passaram a compor parte do nosso imaginário social e de nossa autoimagem. Apenas ganharam novos contornos e tornaram ainda mais difícil perceber a violência e a exclusão sofridas pelos não brancos no Brasil. Além disso, como sinalizou o antropólogo Darcy Ribeiro, serviram para descaracterizar a cultura e as peculiaridades étnicas dos negros e dos povos indígenas, que se viram à mercê da sociedade e da cultura nacional.

Mas, afinal, o que é ser brasileiro?

Estudos como o do historiador Sérgio Buarque de Holanda nos revelaram como a história e a cultura são elementos indissociáveis no processo de composição da identidade nacional. Em seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, o autor analisa os impactos que o passado colonial teve na configuração dos problemas nacionais. Nesse processo de reconstrução histórica e de busca por uma definição de nossa identidade, ele interpreta o brasileiro como um "**homem cordial**".

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS105 EM13CHS502 EM13CHS602

Questão

Registre em seu caderno

- Você acredita que a imagem do brasileiro, como descrita no texto de Victor de Melo, ainda está presente em nosso imaginário social e no meio esportivo?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades:

EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS606

Imagine...

- Imagine que você foi convidado para representar o Brasil em um evento no exterior sobre arte, cultura e juventude do século XXI. Um dos requisitos do evento é que o material apresentado contenha elementos característicos da identidade cultural de cada país. Que tipo de material você apresentaria? Como representaria a identidade nacional brasileira? De que maneira a cultura juvenil do Brasil estaria representada no material? Aproveite a reflexão e elabore um material de cunho artístico-cultural (vídeo, fotografia, escultura, colagem, pintura, música, poesia etc.) representando o diálogo entre arte, cultura, juventude e identidade brasileira no século XXI.

Para assistir

A negação do Brasil

Direção: Joel Zito Araújo

País: Brasil

Ano: 2000

Duração: 130 min

O documentário analisa a história das telenovelas e revela os papéis estereotipados e negativos atribuídos aos negros na televisão brasileira.

Esse termo foi equivocadamente apropriado pelo senso comum como a ideia de que o brasileiro seria gentil, generoso e hospitaleiro. Mas, para o autor, essa cordialidade característica do comportamento nacional revela a incapacidade de o brasileiro agir de acordo com códigos e regras formais, pautando suas ações na afetividade e na intimidade. O personalismo nas relações e a ênfase em um comportamento orientado pela "ética das emoções" podem ser percebidos na forma **patrimonialista** com que a vida pública é conduzida no Brasil, pois a ocupação dos cargos públicos se daria, por exemplo, conforme os vínculos pessoais entre as partes, e não pela competência técnica daquele que ocupa o cargo.

Esses e tantos outros estudos desenvolvidos nas últimas décadas, bem como as ações e as denúncias de movimentos sociais ligados aos povos indígenas e aos negros, nos ofereceram a possibilidade de entendermos o Brasil e o brasileiro a partir de uma perspectiva multidimensional e sistêmica. Se antes a afirmação da identidade nacional no país se dava pela negação ou pela assimilação dos não brancos, hoje temos a chance de refletir sobre nossa história e sobre quem somos nós com base nos elementos que nos diferenciam. Como afirma o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga, é no reconhecimento de nossas desigualdades e diversidades e na possibilidade de os grupos minoritários reafirmarem suas identidades e práticas que vamos conseguir ressignificar nossa identidade nacional.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS602 EM13CHS606

De olho no presente

Você sabe com quem está falando?

"É difícil estabelecer com precisão as origens do 'você sabe com quem está falando?' no país, mas [...] a atitude de invocar a posição social para impedir uma interpelação ou um questionamento é um traço vivíssimo na sociedade brasileira. [...]

Para o antropólogo Roberto DaMatta, [...] o hábito está relacionado a uma questão de papéis sociais e seus limites. Afinal, na prática, as regras valem igualmente para todos? 'Tem tudo a ver com uma sociedade que jamais discutiu privilégio e limite de privilégio. Privilégio é exatamente a liberdade de poder fazer tudo', disse [...].

Outra referência na análise do desenvolvimento e da formação brasileira, a historiadora Lilia Schwarcz diz que o 'você sabe com quem está falando' germinou num ambiente em que historicamente poucos mandavam e muitos obedeciam.

O sistema colonial e o esquema de capitanias hereditárias, o regime escravocrata que perdurou por mais tempo aqui do que em outros países, o coronelismo e o nepotismo político que confunde as esferas do público e do privado deram condições para a carteirada reinar. 'Se nós juntarmos todos esses elementos, chegamos ao verdadeiro ritual social do 'você sabe com quem está falando?' no Brasil. Um ritual autoritário, de subordinação, porque aquele que emite a pergunta está naturalizando a sua autoridade e, ao mesmo tempo, também a inferioridade daquele que recebe essa resposta'."

SUZUKI, Shin. Por que o 'você sabe com quem está falando?' marca tanto o Brasil? Antropólogo e historiadora comentam casos recentes. *G1*, 20 jul. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/20/por-que-o-voce-sabe-com-quem-esta-falando-marca-tanto-o-brasil-antropologo-e-historiadora-comentam-casos-recentes.ghtml>. Acesso em 6 ago. 2020.

Questões

Registre em seu caderno

1. **Segundo o texto, qual é o significado do "você sabe com quem está falando?" na sociedade brasileira?**
2. **Por que o "você sabe com quem está falando?" pode ser visto como um entrave ao exercício da democracia?**
3. **Você concorda com a ideia de que a gravação e a exibição de vídeos que mostram casos de abuso de autoridade ou de discriminação são uma boa forma de combater essas práticas? Justifique.**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

Jeca Tatu, preconceito e identidade nacional

"Caricatura do caipira brasileiro, o Jeca é um dos mais conhecidos personagens de nossa cultura. De caboclo preguiçoso, parasita e indolente à vítima da doença, a trajetória do matuto desenvolvido por [Monteiro] Lobato está relacionada ao papel conferido às políticas de saúde pública e de educação no desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de uma das mais fortes representações sociais de nossa identidade, em que se articula o retrato pobre, ignorante e doente da sociedade [...].

Quase todos os pensadores do período, que podemos datar entre 1870 e 1930, pelo menos em algum momento de suas vidas, pensaram a miscigenação racial como um problema a ser solucionado. [...]

Ao criar o Jeca Tatu, um provável modelo do homem do campo, Lobato estava, ao menos, de acordo com o pensamento social dominante na passagem do século XIX para o século XX. Esse pensamento adotava as teorias científicas surgidas na Europa para pensar a identidade cultural brasileira. Para tais ideias cientificistas, o clima, a localização geográfica e a raça determinavam a evolução e a hierarquia das sociedades humanas.

Neste momento, Lobato denunciava uma determinada corrente de interpretação dos elementos nacionais, denominada por ele de 'caboclismo', e atribuía ao Jeca, espécie degenerada em sua origem mestiça e adaptada ao ambiente natural, a responsabilidade por todos os problemas do universo rural. [...]

[...] Lobato estava inserido em seu tempo, produzindo e veiculando ideias que, naquele momento, eram expressões de um 'racismo à brasileira'."

SANTOS, Ricardo A. dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. *Portal Geledés*, 29 out. 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/lobato-os-jecas-e-questao-racial-pensamento-social-brasileiro/>. Acesso em 6 ago. 2020.

Doc. 2

A pátria de chuteiras

"O povo já não se julga mais um vira-lata. Sim, amigos: — o brasileiro tem de si mesmo uma nova imagem. Ele já se vê na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas. [...]

E a quem devemos tanto? [...] Graças aos 22 jogadores, que formaram a maior equipe de futebol da Terra, em todos os tempos, graças a esses jogadores, dizia eu, o Brasil descobriu-se a si mesmo. [...]

Vejam como tudo mudou. A vitória passará a influir em todas as nossas relações com o mundo. Eu pergunto: — que éramos nós? Uns humildes. O brasileiro fazia-me lembrar aquele personagem de Dickens que vivia batendo no peito: — 'Eu sou humilde! [...]'.

Mas vem a deslumbrante vitória do escrete, e o brasileiro já trata a namorada, a mulher, os credores de outra maneira; reage diante do mundo com um potente, um irresistível élan vital. E vou mais além: — diziam, de nós, que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada. Afirmava-se também que éramos feios. Mentira! Ou, pelo menos, o triunfo embelezou-nos. [...]

Amigos, na Suécia [...] roubaram a gente, bifaram os nossos gols, a nossa camisa. Mas tudo inútil, porque o Brasil apresentou o maior escrete do universo, segundo os mais exigentes críticos do mundo. Por fim, a lição do meu personagem. Ele ensinou que o brasileiro é, sim, quer queiram quer não, 'o maior'."

RODRIGUES, Nelson. "É chato ser brasileiro" – crônica (atualíssima) de Nelson Rodrigues. *Revista Pazes*, 2 jul. 2018. Disponível em <https://www.revistapazes.com/16518-2/>. Acesso em 6 ago. 2020.

Escrete: seleção; grupo de atletas.
Élan: entusiasmo; disposição.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS502 EM13CHS606

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Segundo o texto, como Jeca Tatu é representado na obra de Monteiro Lobato?
2. Segundo o autor, como as teorias raciais, muito em voga nas primeiras décadas do século XX no Brasil, influenciaram o escritor Monteiro Lobato?
3. O que é o "racismo à brasileira" ao qual o autor se refere?

Analisar

Doc. 2

4. Qual é o significado atribuído por Nelson Rodrigues à vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 1958?
5. Como o futebol contribuiu para a construção de nossa identidade nacional?

Retomar

6. Responda às questões-chave do início do capítulo.

O que é identidade nacional? Que elementos participaram da construção da identidade nacional brasileira? O que nos faz ser brasileiros?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SOBERANA

CAPÍTULO 7

Expansão cafeeira, migrações e a crise do sistema escravista no Brasil

Quais características e acontecimentos marcaram a chamada segunda escravidão no Brasil do século XIX? Que interesses motivaram a política de estímulo à imigração europeia para o nosso país?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 4, 6, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS105
EM13CHS106 EM13CHS201
EM13CHS203 EM13CHS204
EM13CHS205 EM13CHS206
EM13CHS402 EM13CHS502
EM13CHS503 EM13CHS504
EM13CHS601 EM13CHS606

Brasil: uma sociedade racialmente desigual

Um dos principais entraves ao desenvolvimento social e econômico do Brasil foi a escravidão. Essa instituição esteve presente na vida brasileira desde o início da colonização, atravessou todo o período de dominação portuguesa e se manteve, por interesses das elites proprietárias, do Estado brasileiro e dos setores ligados ao tráfico negreiro, após a emancipação política do país. Essa poderosa elite de proprietários e de traficantes era o principal sustentáculo político do Império Brasileiro fundado com a independência em 1822.

O fim da escravidão, em 1888, não significou a inclusão dos ex-cativos nos direitos de cidadania. Apesar de juridicamente igualitária, a sociedade que se constituiu na primeira fase da vida republicana no Brasil, entre 1889 e 1930, não garantiu direitos aos descendentes de escravizados, marcados pelo estigma e pelo preconceito racial. Entre os anos 1930 e 1980, a ideia de transformar o Brasil no espetáculo do convívio harmônico das diferentes "raças" foi perseguida por intelectuais, artistas e pelo governo, que modificaram e recriaram diversos símbolos da suposta democracia racial: a capoeira, o samba, o candomblé, a feijoada e o futebol, esporte praticado no Brasil com a "ginga" da mestiçagem.

FOTOS: ALBERTO HENSCHEL - COLEÇÃO PARTICULAR

Fotografias de negros escravizados produzidas em 1870 pelo alemão Alberto Henschel, um dos mais importantes fotógrafos que atuaram no Brasil na segunda metade do século XIX.

Desde a primeira metade do século XX, o discurso da "democracia racial" tem sido combatido por movimentos sociais que denunciam a exclusão dos negros da cidadania no país. A partir da década de 1970 em diante, a luta desses movimentos tem sido fortalecida com a ampliação da base de dados e de pesquisas sobre as características raciais da sociedade brasileira. Com base nessas evidências, é possível mostrar que existe no país uma secular e persistente exclusão social associada à etnia. Os dados oficiais revelam profundas desvantagens dos negros no acesso ao mercado de trabalho, à escolarização e à moradia. Esses dados ainda comprovam que os negros são as maiores vítimas da violência urbana e das mortes praticadas por ações policiais, além de comporem a esmagadora maioria da população carcerária.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As mulheres negras sofrem ainda mais, pois são vítimas de uma dupla discriminação: o preconceito racial e a desigualdade de gênero. As diferenças de oportunidades de um homem branco para uma mulher negra são imensas. As mulheres negras também são as maiores vítimas da violência doméstica e são maioria entre as mulheres que criam seus filhos sem o apoio do pai.

Esse retrato confirma a existência no Brasil de um racismo estrutural, em que as condições de inferioridade social e de acesso restrito a direitos são naturalizadas, interditando uma reflexão séria sobre os fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que explicam e mantêm essa condição de exclusão permanente dos negros aos direitos de cidadania.

Na luta contra essa condição, o movimento negro tem insistido na defesa de **políticas afirmativas** que garantam o acesso da população afro-brasileira aos direitos de cidadania na mesma proporção garantida aos brancos. Entre essas políticas afirmativas, destaca-se a criação de cotas raciais, ou seja, de reserva de vagas em instituições de ensino para candidatos negros ou indígenas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

De olho no presente

O racismo estrutural no Brasil

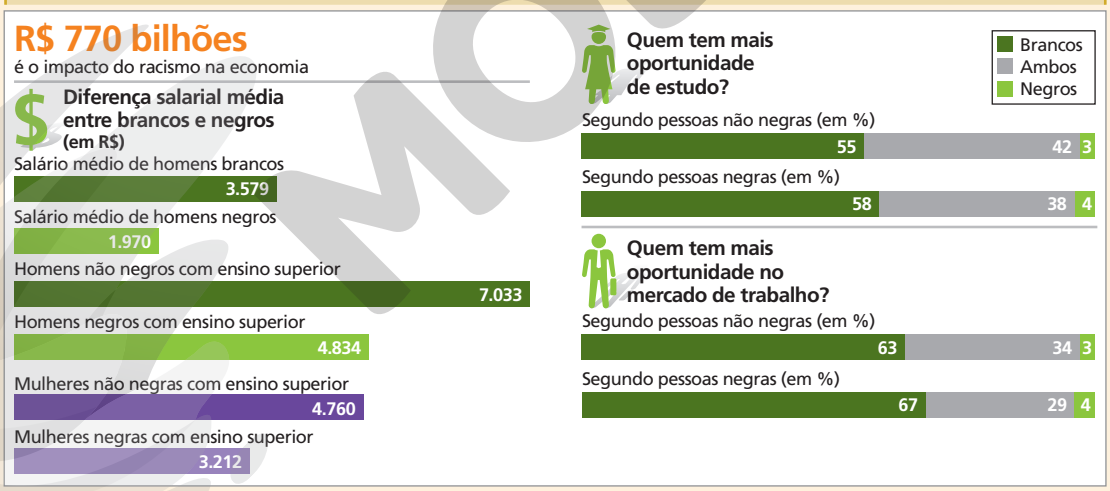
Os dados sobre o mercado de trabalho não deixam dúvidas a respeito da relação entre preconceito racial e desigualdade social no Brasil. Sobre isso, leia este trecho de uma reportagem e analise os dados do gráfico.

"A diferença salarial entre brancos e negros, de 45%, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2019, não pode ser atribuída apenas à falta de oportunidade de formação para pessoas negras. Segundo cálculo do Instituto Locomotiva, a diferença salarial ainda é significativa, de 31%, quando comparados os salários de brancos e negros com ensino superior, isoladas todas as demais variáveis. Sobra apenas a cor da pele.

'Trata-se de uma desigualdade persistente que só pode ser explicada pelo racismo estrutural. Por um lado, ele se expressa no preconceito racial. Por outro, no maior capital social dos brancos: o famoso 'quem indica' de um branco é outro branco que está em um cargo alto', afirma Renato Meirelles, presidente do Locomotiva.

Uma pesquisa realizada pelo instituto com 1.170 pessoas em 43 cidades demonstrou que a percepção dos brasileiros está afinada com essa realidade. De cada dez respondentes, cinco (55%) disseram que pessoas brancas têm mais oportunidades de estudo. E 65% afirmaram que brancos têm mais chances no mercado de trabalho. Entre os não negros, 63% reconheceram ter mais oportunidades."

Racismo e mercado de trabalho no Brasil (2019)



MENA, Fernanda; BORGES, Daniela. Racismo gera diferença salarial de 31% entre negros e brancos, diz pesquisa. *Folha de S.Paulo*, 6 jan. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/racismo-gera-diferenca-salarial-de-31-entre-negros-e-brancos-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 15 ago. 2020.

Registre em seu caderno

(BNCC) Competências específicas: 1, 4, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS402 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS606

Questões

1. Que fatores podem explicar as diferenças mostradas na reportagem?
2. Segundo os dados, podemos considerar que a sociedade brasileira apresenta consciência sobre a desigualdade racial do país? Justifique sua resposta.
3. Que medidas podem ser adotadas para alterar os dados representados nos gráficos e no texto?

MODERNA

Para assistir

Menino 23: infâncias perdidas no Brasil

Direção: Belisário Franca

País: Brasil

Ano: 2016

Duração: 80 min

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E1fHaFhYV3w>. Acesso em 28 ago. 2020.

O documentário conta a história do professor Sidney Aguilar Filho, que descobre a existência de símbolos nazistas em uma fazenda do interior do estado de São Paulo. Ao investigar o caso, o professor descobre um impressionante fato histórico.

Outra conquista importante do movimento negro no Brasil foi a aprovação, em 2003, da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a presença obrigatória da temática **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. A intenção com essa lei é que, ao discutir e aprender sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, as próximas gerações participem ativamente da luta pela garantia de direitos iguais a todas as etnias que compõem a sociedade brasileira.

IVAN SAMPAIO/FUTURA PRESS

Ato *Vidas negras importam*, no centro da cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 2020. Durante o ato, os participantes usavam máscaras de proteção devido à pandemia de covid-19 que se alastrava pelo país. A violência policial contra negros no Brasil é vista por muitos estudiosos como política de Estado. Os dados tendem a confirmar essa visão. Entre janeiro e julho de 2019, só a polícia do Rio de Janeiro matou 1.075 pessoas, das quais 80% eram negras.

A expansão cafeeira no Brasil

Vários historiadores consideram o desenvolvimento da economia cafeeira um marco importante na trajetória econômica e social do país. Entretanto, o papel modernizante atribuído a essa atividade econômica não leva em conta suas contradições. De fato, os capitais gerados pela economia cafeeira impulsionaram o processo de modernização dos principais centros produtores, com a introdução das ferrovias e a progressiva adoção do trabalho livre assalariado; porém, o sistema de produção do café reproduziu o modelo agroexportador colonial, organizado com base no trabalho escravo e na exploração intensa dos recursos naturais do território.

O cultivo de café foi introduzido no Brasil no início do século XVIII, mas só na década de 1820 começou a ganhar destaque, ocasião em que o produto passou a ocupar a segunda posição na pauta de exportações do país. Na década seguinte, o café assumiu o primeiro lugar, posição que manteve até meados do século XX.

O interesse pelo café no exterior cresceu a partir da Revolução Industrial e do consequente processo de urbanização. As massas operárias e parcela das camadas médias das cidades europeias e dos Estados Unidos passaram a consumir grandes quantidades de café, principalmente pelos atributos da cafeína na inibição do sono, fundamental para manter os trabalhadores despertos nas longas horas confinados no interior das fábricas.

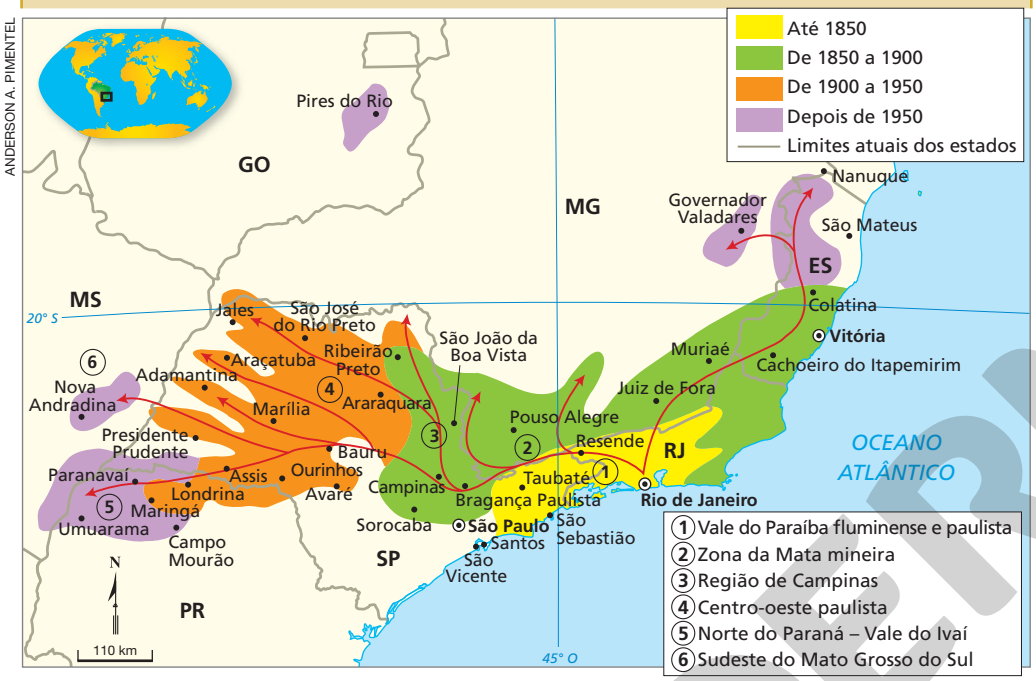
A demanda externa pelo produto cresceu rapidamente. No Brasil, as condições climáticas e a abundância de terras na região do Centro-Sul facilitaram a expansão das lavouras cafeeiras, que avançaram sobre terras devolutas e indígenas para atender o mercado consumidor em crescimento.

As técnicas produtivas utilizadas nos cafezais mantiveram, especialmente no Vale do Paraíba, as características das propriedades açucareiras do Nordeste: monoculturas latifundiárias voltadas para a exportação e com uso intensivo de mão de obra escravizada.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nas décadas de 1820 a 1850, a produção cafeeira se concentrava principalmente na região do Vale do Rio Paraíba do Sul, entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir da segunda metade do século XIX, ela se estendeu para regiões do planalto paulista e sul de Minas Gerais. Em meados do século XX, o café chegou ao norte do Paraná e ao sudeste do atual estado do Mato Grosso do Sul.

A expansão cafeeira no Brasil (início do séc. XIX ao final do século XX)



Fonte:
RODRIGUES, João Antônio. *Atlas para estudos sociais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977. p. 26.

A grande lavoura cafeeira foi a principal responsável pela destruição de milhares de quilômetros de Mata Atlântica no Sudeste do Brasil. As florestas eram derrubadas por trabalhadores escravizados, com o uso de foices e de machados, um trabalho penoso e perigoso. As copas das árvores eram arrancadas e no período mais seco, entre o fim do inverno e o início da primavera, o terreno era queimado. Em seguida, o local era limpo e se iniciava a plantação. Os pés de café eram colocados enfileirados. Em algumas fazendas, entre as fileiras do café, os cativos podiam cultivar gêneros de subsistência, como milho, mandioca e feijão. Essa prática beneficiava também os proprietários, que assim reduziam os custos de manutenção dos escravizados.

Sobre a devastação da Mata Atlântica durante a expansão cafeeira, o historiador estadunidense Warren Dean escreve o seguinte:

"As expectativas de investimentos duplicados, triplicados, quadruplicados em valor em quatro anos alimentaram uma impressionante expansão da derrubada da floresta primária. São Paulo foi a sede desse desenvolvimento frenético. [...] O crescimento do café se irradiou para noroeste, acompanhando a extensão da floresta primária rumo ao Rio Paraná. As vias férreas, que logo passaram a ser financiadas pelos próprios cafeicultores, acompanhavam essa derrubada. [...] O plantio dobrou na década após a abolição, e em 1900 havia 650 milhões de pés de café no Estado. Pode-se estimar que, por volta dessa época, 10 mil km² da floresta estadual já haviam sido derrubados para acomodar o plantio desse primeiro século."

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 232.

Trabalhadores escravizados em colheita de café no Vale do Paraíba fluminense. Fotografia de Marc Ferrez, s/d.

MARC FERREZ - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Até a década de 1860, o transporte do café dos centros produtores aos portos era feito em lombos de mulas. O perigoso trajeto para os animais levava, porém, a muitas perdas da produção. Diante do interesse em expandir os cafezais para áreas mais distantes, os custos do transporte ficaram muito elevados. A solução foi investir na instalação de **estradas de ferro** no Brasil. Até o final do período imperial, mais de 9 mil quilômetros de ferrovias foram construídas no país, mais de 60% delas na Região Sudeste, onde se concentrava praticamente toda a produção brasileira de café.

Além das ferrovias, a economia cafeeira impulsionou o desenvolvimento de outras atividades econômicas que se articulavam em torno do café: no campo, uma agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas; nas cidades, um sistema bancário e comercial, além de um embrionário processo de industrialização. Esse processo de diversificação econômica se concentrou na região do **Oeste Paulista**; na região do **Vale do Paraíba**, as formas de produção e a estrutura social se assemelhavam às da economia açucareira do Nordeste.

MARC FERREZ - COLEÇÃO PARTICULAR

Estação da Estrada de Ferro Minas e Rio na cidade de Cruzeiro, na então província de São Paulo, em 1885. Singrando por entre serras, planícies e planaltos, as ferrovias avançavam sobre a paisagem natural, derrubando florestas, expulsando indígenas e levando a mensagem demolidora da modernidade.

Com esse dinamismo econômico, os cafeicultores do Oeste Paulista se transformaram, gradualmente, em empresários, com negócios diversificados que iam além da produção agrícola. Na visão de muitos historiadores e economistas, em torno do café surgiu um complexo econômico cada vez mais moderno.

Entretanto, o uso intensivo da mão de obra escravizada era um elemento que mantinha a cafeicultura social e economicamente vinculada ao passado colonial. Esse aspecto começou a mudar a partir da segunda metade do século XIX.

A crise do sistema escravista

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, atraso que revela a resistência dos proprietários em pôr fim às relações de trabalho escravistas no país. A abolição resultou de vários anos de embates envolvendo a prática da escravidão no Brasil e no mundo. O primeiro embate esteve relacionado à manutenção do tráfico negreiro, prática essencial para repor a mão de obra cativa no Brasil.

Desde o início do século XIX, o comércio atlântico de escravizados vinha sofrendo pressões por parte da Inglaterra. Em 1807, após uma disputa longa e acirrada, o Parlamento britânico proibiu o tráfico negreiro para os súditos do reino. Em 1833, a Inglaterra aboliu a escravidão em todas as suas colônias. As razões que levaram o segundo país em número de embarcações no comércio internacional de africanos a encabeçar a luta pelo fim do tráfico é muito discutida na historiografia. **Doc. 1**

Nos tratados de comércio e navegação assinados entre D. João com a Inglaterra em 1810 já havia restrições à área em que as embarcações negreiras luso-brasileiras podiam atuar. Em 1826, por ocasião das negociações pelo reconhecimento da independência do Brasil, D. Pedro I assinou um acordo com a Inglaterra comprometendo-se a acabar com o tráfico de escravizados em três anos. Em 1831, após a abdicação do imperador, o governo regencial aprovou a primeira lei proibindo a entrada de escravizados em todo o Brasil. A lei, no entanto, nunca foi cumprida, serviu apenas "para inglês ver".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro estão inseridas em um contexto da escravidão moderna que alguns estudos mais recentes chamaram de **segunda escravidão**. A primeira escravidão teria vigorado entre 1520 e 1790 e faria parte dos sistemas coloniais criados pelas metrópoles europeias na América. Essa primeira escravidão foi marcada por conflitos e instabilidades em decorrência das disputas entre as potências europeias por territórios e rotas comerciais marítimas. A segunda escravidão se estendeu de 1790 até sua ruína definitiva em 1888.

"O termo 'segunda escravidão' tem sido adotado por historiadores dos regimes escravistas que floresceram nas Américas no século XIX, sobretudo no sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba [...]. A segunda escravidão do Novo Mundo data de aproximadamente 1790, atingiu seu auge na metade do século e foi completamente suprimida em 1888, quando o Brasil promulgou a última emancipação.

A segunda escravidão representou um regime escravista mais autônomo, mais duradouro e, em termos de mercado, mais 'produtivo' [...]. A segunda escravidão foi em grande parte 'pós-colonial' [...]. Essa nova escravidão americana floresceu ao mesmo tempo em que o mercantilismo era desmantelado e a era do vapor revolucionava transportes e processamentos."

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-17.

A ofensiva externa pelo fim do tráfico negreiro despertou nos proprietários o temor da falta de mão de obra. Assim, a segunda escravidão ficou também marcada pelo aumento da demanda por escravizados, que ficaram mais caros, e pela grande lucratividade do negócio. Na década de 1840, segundo o historiador inglês Leslie Bethell, o Brasil traficou mais de 33 mil africanos por ano, número que entre 1846 e 1849 superou os 55 mil anuais.

AUGUSTUS EARLE - MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Mercado de escravos em Pernambuco, gravura de Augustus Earle produzida em 1824.

Com o tempo, as pressões inglesas passaram da via diplomática para ações mais agressivas. O marco dessa nova estratégia foi a aprovação pelo Parlamento britânico do **Bill Aberdeen**, em 1845, lei que autorizava a marinha do país a capturar navios negreiros em qualquer parte do Atlântico. A manutenção do tráfico de africanos, além de imoral, estava se tornando dispendiosa e perigosa. Diante disso, em 1850, o Império Brasileiro decretou a **Lei Eusébio de Queiroz**, que proibia o tráfico negreiro para o Brasil. Por sua vez, o tráfico interno, entre diferentes províncias, não só se manteve como foi revigorado.

A campanha abolicionista

A campanha abolicionista se intensificou a partir da década de 1870, envolvendo cativos e ex-cativos, membros do Parlamento, grupos urbanos, profissionais liberais e uma parcela da imprensa, entre outros setores da sociedade, que aos poucos ia se tornando mais urbanizada.

Nesse contexto, duas propostas para o fim da escravidão no Brasil se consolidaram: uma, moderada, defendia o fim da escravidão por meio de leis que preservassem os direitos de propriedade, o que significava indenizar os senhores pela perda de sua mão de obra. A outra, mais radical, defendia que o fim da escravidão deveria ser produto de um movimento popular liderado pelos próprios escravizados e vir acompanhado de uma reforma agrária, de indenização aos escravizados e da garantia de acesso a direitos sociais.

No entanto, a pressão pelo fim do regime escravista foi absorvida pelas elites agrárias e pelo governo imperial, que procuraram promover uma abolição lenta e gradual, sem colocar em risco os privilégios das camadas proprietárias. Com esse objetivo, foram aprovadas duas novas leis: a **Lei Rio Branco** (1871), conhecida como Lei do Ventre Livre, determinava que os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres após atingir 21 anos de idade; e a **Lei Saraiva-Cotegipe** (1885), ou Lei dos Sexagenários, que tornava livre o escravizado que atingisse os 60 anos de idade.

As pressões populares e os movimentos sociais pelo fim da escravidão aumentaram na década de 1880. Foi o caso do movimento dos jangadeiros, que se recusavam a transportar os escravizados do Nordeste para o Sudeste, e dos **caifazes**, em São Paulo, que atacavam fazendas e libertavam escravizados. Muitos escravizados fugitivos de São Paulo eram levados para o **Quilombo do Jabaquara**, em Santos, que chegou a reunir cerca de 10 mil pessoas. Sob pressão, os governos de várias províncias aboliram a escravidão local, como foi o caso do Ceará e do Amazonas, em 1884.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ANGELO AGOSTINI - INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fuga de escravos, charge de Angelo Agostini para a *Revista Illustrada*, setembro de 1887. As fugas constantes de escravizados a partir de 1870 fizeram dos cativos agentes centrais do movimento abolicionista.

A crise do escravismo também chegou aos militares. Em 1887, lideranças do Clube Militar lançaram um documento em que declaravam que o exército não mais faria o papel de capitão do mato, ajudando a capturar cativos fugidos. Nas fazendas, com as fugas crescentes de escravizados, o trabalho escravo se desagregava. Diante das pressões, no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que substituía provisoriamente o imperador D. Pedro II, assinou a **Lei Áurea**, abolindo oficialmente a escravidão no Brasil.

A vida após a abolição

A abolição não significou a redenção dos ex-escravizados. Livres do cativeiro, eles precisavam lutar agora pela garantia de sua cidadania. Muitos foram obrigados a manter-se como empregados dos antigos senhores. Outros se tornaram pequenos proprietários ou parceiros de seus antigos donos.

O fato é que a maior parte dos ex-escravizados foi lançada à marginalização, vivendo em condições precárias e com dificuldade de integrar-se à sociedade como cidadãos livres e com direitos. A república, proclamada em 1889, não se moveu para criar uma política de inclusão social da população negra recém-egressa da escravidão. Conforme afirma a historiadora Emília Viotti da Costa:

> "[...] a abolição foi apenas um primeiro passo em direção à emancipação do povo brasileiro. O arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos que a sociedade escravista criou ainda pesam sobre nós. Se é justo comemorar o Treze de Maio, é preciso, no entanto, que a comemoração não nos ofusque a ponto de transformarmos a liberdade que simboliza em um mito a serviço da opressão e da exploração do trabalho."

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 131.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS601

Debater

1. **Com base no que foi estudado sobre a escravidão e a abolição, formem grupos para discutir as seguintes questões.**
   - A vitória do movimento abolicionista foi definitiva ou parcial? De que forma o 13 de maio de 1888 deve ser lembrado? Quais medidas podem ser tomadas para promover a plena inclusão social da população negra no Brasil atual? É possível tornar o Brasil um país menos desigual do ponto de vista étnico?
2. **Escolham um meio de comunicar as conclusões do debate: produção de um vídeo; apresentação com aparelhos multimídia; cartazes; ou um relatório contendo textos e imagens.**

A imigração no Brasil do século XIX

Desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, ondas migratórias europeias vinham sendo incentivadas pela Coroa. O principal objetivo dessa primeira onda era ocupar áreas do sul do território, formando colônias de pequenas e médias propriedades. Na visão das elites políticas e intelectuais da época, havia no sul do país grandes "vazios demográficos", e era preciso integrá-los efetivamente ao controle do Estado brasileiro. Doc. 2 Outro objetivo era ampliar a presença de europeus no país, vistos como eficientes e capazes de construir uma economia moderna.

Por outro lado, as pressões pelo fim do tráfico negreiro, vindas especialmente da Inglaterra, levaram ao surgimento de novas experiências com a mão de obra livre ainda na década de 1840, concentradas na Região Sudeste, sobretudo no interior paulista. Mas apenas depois da proibição definitiva do tráfico de escravizados, em 1850, a discussão em torno da formação de um mercado de trabalho livre se tornou importante no país.

O ano de 1850 foi decisivo nesse processo, pois, nessa data, além da lei que extinguiu o tráfico de escravizados para o país, foi aprovada a chamada **Lei de Terras**. Desde o período colonial, as terras podiam ser obtidas por meio da doação da Coroa, da compra ou da ocupação. Com a nova lei, as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio da compra.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Além disso, a lei determinou que os proprietários deviam registrar suas terras em Registros Paroquiais. A medida beneficiava os médios e os grandes proprietários, pois eram eles que tinham condições de comprar e registrar suas terras.

Assim, as elites escravistas do Brasil reagiam ao fim do tráfico de escravizados restringindo o acesso à terra e preservando o seu controle por meio de uma legislação que os beneficiava. A ideia era impedir que ex-escravizados, posseiros pobres e imigrantes pudessem constituir pequenas e médias propriedades e, como consequência, obrigá-los a trabalhar como assalariados nas grandes propriedades monocultoras do país.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Família de Matteo Cortelletti, imigrante italiano que chegou ao Brasil em 1875, um ano depois que a expedição de 388 camponeses para o Espírito Santo inaugurou a imigração em massa de italianos para o país.

A primeira tentativa de instalação do trabalho livre nas zonas cafeeiras ocorreu em fazendas do interior de São Paulo. Em 1847, um fazendeiro de Piracicaba, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, criou uma companhia que, entre outras atividades, atuava no recrutamento de imigrantes para o trabalho nos cafezais paulistas.

Nessa primeira tentativa, a forma de trabalho adotada foi o **sistema de parceria**. Por meio desse sistema, o proprietário cedia uma determinada quantidade de pés de café a um colono, que deveria cuidar deles e, ao final, repartir a produção com o proprietário. Além disso, o colono devia pagar uma taxa de 6% de juros sobre os custos da viagem e as despesas com a manutenção de suas famílias. Assim, terminada a colheita, muitas vezes o colono estava endividado. Resultado: o sistema de parceria fracassou.

A partir de 1871, com a aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, a preocupação com a falta de mão obra na lavoura de café se tornou ainda maior. Diante disso, no mesmo ano o governo paulista instituiu a chamada **imigração subvencionada**, que previa o uso de recursos públicos para financiar a vinda de imigrantes para o Brasil.

Na nova modalidade de imigração, os europeus trabalhavam em troca de um salário e estavam livres das dívidas criadas no regime anterior. Começava então no país a formação de um mercado de trabalho livre, fundamentado em uma ideologia de que o Brasil precisava promover o **branqueamento** da sua população para atingir os níveis de desenvolvimento da Europa. Os sertanejos, os mestiços e os negros foram excluídos do Brasil moderno e próspero que se aspirava construir.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS205 EM13CHS502 EM13CHS606

De olho no presente

A imigração no Brasil contemporâneo

Segundo o Relatório Anual de 2019 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o Brasil recebeu um grande fluxo de imigrantes na década de 2010. Apresentamos a seguir alguns dados desse relatório.

- De 2011 a 2018, foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais.
- Os fluxos migratórios são compostos na sua maioria por pessoas do sexo masculino, jovens e com nível de escolaridade médio e superior, e oriundas em sua maioria de países da América Latina.
- Entre 2011 a 2018, foram registrados 492,7 mil imigrantes de longo termo (que permanecem no país por mais de um ano), com os haitianos (106,1 mil) representando 21,5%. Do total desses imigrantes, 61,4% são homens.

Questões

Registre em seu caderno

1. **Cite uma semelhança e uma diferença entre as ondas migratórias para o Brasil do fim do século XIX e do início do século XXI.**
2. **Com a mediação do(a) professor(a), reflita e debata com seus colegas: o Brasil é um país que recebe bem os imigrantes e/ou refugiados? Explique seu ponto de vista.**

Doc. 1

As pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro

"Há exatos 200 anos o tráfico de escravos foi proibido na Inglaterra. Foi a primeira vitória de uma campanha que fez do Império Britânico – que no século XVIII tinha vendido cerca de 3 milhões de escravos para a América – uma força abolicionista que acabaria com o comércio em todo o Atlântico mais tarde. A história contada geralmente é que os ingleses fizeram isso por interesses próprios, para criar um mercado consumidor na América. [...]

Organizado em comitês e contando com mulheres, religiosos e cidadãos comuns que saíam de porta em porta distribuindo panfletos e juntando abaixo-assinados, o abolicionismo britânico seria um modelo dos movimentos sociais que marcariam o século XIX. A mobilização começou em 1787, quando 12 amigos criaram a Sociedade para a Abolição do Comércio de Escravos. Para mudar o pensamento da época, usaram armas que depois se tornariam comuns, como a propaganda em panfletos e jornais, os boicotes e as petições públicas. 'Foi a mais impressionante campanha de opinião pública que o Ocidente viveu antes do século XX', afirma Manolo Florentino, historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [...]

Por muito tempo, acreditou-se que a campanha abolicionista só tinha dado certo porque as colônias britânicas na América estavam em declínio – e, portanto, a escravidão não era mais importante para o império. O historiador americano Seymour Drescher abalou a ideia com o livro *Econocide* [...]. Para ele, o fim da escravidão acabou é prejudicando a economia britânica. Muitas das cidades mais ativas na abolição, como Manchester e Liverpool, eram as que mais lucravam vendendo para mercados aquecidos com o comércio de escravos, como a África e a América. [...] 'Hoje, a teoria de Drescher de que a abolição foi um fenômeno cultural é inquestionável', afirma Florentino."

Abolição da escravidão: a luz que veio da Inglaterra. *Aventuras na História*, 1º out. 2007. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/abolicao-escravidao-luz-veio-inglaterra-435570.phtml>. Acesso em 28 ago. 2020.

Doc. 2

O mito dos "vazios demográficos"

"Uma das críticas fundamentais sobre a colonização presentes nas novas pesquisas denuncia a ideia tradicional segundo a qual o território da fronteira sul seria como um espaço vazio à espera da conquista da civilização. São frequentes, na bibliografia, referências ao suposto 'vazio demográfico' da região no século XIX, condição que justificaria os projetos de colonização com imigrantes europeus ou descendentes. Essas referências incorporam a visão presente em inúmeros documentos oficiais do governo brasileiro e dos governos regionais. A bibliografia recente tem desmitificado essa ideia e revela que os colonizadores encontraram uma população indígena que habitava o território de longa data.

Além dos povos indígenas, que habitam o suposto vazio demográfico há milhares de anos, a bibliografia atual tem revelado a presença de outros habitantes contemporâneos que antecedem as companhias de colonização e os imigrantes por elas recrutados. Nessa direção a conhecida expressão terras devolutas é criticada na medida em que seu conceito jurídico supõe terras desocupadas e, portanto, ignora a presença dos povos indígenas e caboclos."

RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.). *História da fronteira sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 16-17.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDITORIA

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 5; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS105 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS503

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. O texto faz referências a uma polêmica relacionada às pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro. Que polêmica é essa?
2. Qual posição nessa polêmica é defendida pelo historiador Manolo Florentino?
3. Quais evidências são apresentadas no texto para reforçar essa posição?

Doc. 2

4. Por que os autores chamam de mito os "vazios demográficos" do sul do Brasil?
5. Qual seria o interesse em difundir a ideia de que o sul do Brasil era um "vazio demográfico"?
6. Quais setores foram mais afetados por esse discurso? Por quê?
7. Que evidências têm contestado a ideia dos "vazios demográficos"?

Retomar

8. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- Quais características e acontecimentos marcaram a chamada segunda escravidão no Brasil do século XIX? Que interesses motivaram a política de estímulo à imigração europeia para o nosso país?

CAPÍTULO 8

O pensamento filosófico no período imperial

A filosofia brasileira do período imperial é mera reprodução da filosofia europeia? Quais foram as principais correntes de pensamento desenvolvidas nesse período?

JEAN-BAPTISTE DEBRET - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/PALÁCIO DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

A coroação de Dom Pedro I, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1828. Essa imagem remete ao início do Primeiro Reinado, período em que a tradição europeia se mistura com elementos da realidade brasileira, buscando mostrar que, a partir de então, uma nova fase se inaugurava.

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 4, 5, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2 e 3

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS202 EM13CHS205 EM13CHS303

Os primeiros passos da filosofia no Brasil

O início da filosofia no Brasil se dá de forma tímida, a partir da chegada e do estabelecimento dos portugueses no território. Quando falamos em "início", a referência utilizada aqui é a filosofia ocidental, que se desenvolveu na Grécia antiga e, posteriormente, se espalhou pelo mundo ocidental. Isso porque o conhecimento dos nativos indígenas, sua forma de ver e de estar no mundo, não se relacionava com o modelo europeu.

Para os povos indígenas, o elemento central de seu pensamento se baseava no mito, enquanto o modelo grego tinha seu centro de vivência no logos e, mais especificamente, na razão analítica. Enquanto o indígena incluía-se em uma totalidade de ser, na qual não há privilégio da razão sobre as demais formas de conhecimento, os pensadores da Grécia tinham justamente a razão como prerrogativa para explicar tudo o que ocorre.

Entretanto, é importante frisar que tal diferenciação não indica que o indígena era irracional, como alguns dos primeiros relatos de viajantes europeus pretendiam demonstrar; muito menos serve como justificativa para corroborar a escravização indígena pelos colonos, com base na ideia de que os nativos estariam mais próximos dos animais, não havendo pensamento profundo entre eles. Essa distinção apenas evidencia que o indígena tinha uma forma diversa de fruir e de entender a vida, a natureza e as pessoas e que não se encaixava na chamada "filosofia ocidental".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Há um debate antigo e ainda não finalizado sobre a pertinência de falarmos sobre uma filosofia própria no Brasil; a discussão em torno do assunto questiona se haveria, afinal, uma filosofia brasileira. Os que defendem sua existência apoiam-se na ideia de que toda filosofia está relacionada à existência humana, e que ela se dá de maneira concreta, em tempos e lugares determinados; portanto, o pensamento propriamente brasileiro existe, mas a reflexão sobre ele ainda precisa ser esclarecida. Os que negam a existência de uma filosofia no Brasil alegam que se fez e se reproduz aqui a fenomenologia, o existencialismo, o positivismo, o marxismo, entre outros, mas apenas como divulgação. Não haveria, portanto, um pensamento filosófico original e sistemático, apenas a manifestação ou a adaptação do que veio de fora, mais especificamente da filosofia europeia ou ocidental.

Deixando de lado a discussão sobre a originalidade ou não do pensamento filosófico brasileiro, é certo, porém, que seu início está marcado, de um lado, pelas concepções europeias; de outro, pelo passado patriarcal agrário e escravocrata colonial, que, como afirmou o pensador brasileiro Gilberto Freyre, permaneceu em nossa mentalidade e em nossas instituições após a proclamação da República. Em certa medida, pode-se dizer que seus resquícios ainda são notados atualmente. **Doc. 1**

No período colonial, predominou a filosofia dos jesuítas, que contemplava os objetivos educacionais e evangelizadores da Companhia de Jesus; já na época do império, três grandes matrizes do pensamento filosófico foram replicadas da Europa e adaptadas à realidade daquilo que se constituiria como Brasil: o ecletismo espiritualista, o evolucionismo e o positivismo. Vamos analisar, com base nesses contextos históricos, como isso ocorreu.

ROGER VIOLLET COLLECTION/GETTY IMAGES - IGREJA DE JESUS, ROMA

Papa Paulo III recebendo de Santo Inácio o código dos jesuítas, pintura do século XVII, de autoria desconhecida. Santo Inácio de Loyola fundou em 1534 a Companhia de Jesus, instituição responsável pelo ensino no Brasil durante mais de dois séculos.

A filosofia dos soldados de Cristo

As escolas da Companhia de Jesus, cujos primeiros religiosos chegaram ao Brasil em 1549, foram responsáveis pelo ensino na colônia até o século XVIII. Em 1599, foi promulgado o documento que regulava os principais procedimentos a serem seguidos pelos professores, bem como o método pedagógico, denominado *Ratio Studiorum*.

"Como as artes ou ciências naturais têm os entendimentos para a teologia e servem para o perfeito conhecimento e uso da mesma, e por si mesmas ajudam no mesmo fim: o professor, com a devida diligência, buscando sinceramente honra e glória em tudo de Deus, trate-os de uma forma que prepare os seus ouvintes, e especialmente os nossos, para a teologia e, sobretudo, os estimule ao conhecimento do seu Criador. [...]

Em assuntos de alguma importância, não se afaste de Aristóteles, a menos que contradiga a doutrina que as academias em toda parte aprovam; e muito mais se for repugnante à fé correta; e se houver algo contra isso dele ou de outro filósofo, tente refutá-lo de acordo com o Concílio de Latrão. [...]

Não ensine ou aborde durante a aula, sem uma grande seleção, os intérpretes de Aristóteles que não mereciam o bem da religião cristã [...].

Pelo contrário, fale de São Tomás de Aquino apenas de maneira honrosa, seguindo-o com satisfação sempre que apropriado, ou deixando-o com reverência e consideração, nas ocasiões em que não convém."

Ratio Studiorum Oficial, 1599. Disponível em <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=122>. Acesso em 13 ago. 2020. p. 65. (tradução nossa)

A filosofia era um elemento importante na formação do ser humano, mas, como podemos perceber, ela deveria estar subordinada aos propósitos da Companhia: a evangelização, a conversão à fé católica e a disseminação do catolicismo. É possível estabelecer aqui um paralelo com o início da filosofia cristã durante os séculos I e II, em que os padres utilizavam conceitos e concepções filosóficas para reafirmar o cristianismo, formular um sistema doutrinal e defendê-lo das perseguições do Estado romano. Da mesma maneira, a razão filosófica dos religiosos do início do século XVI estava a serviço da propagação do catolicismo, buscando reavivar a fé católica, que enfrentava um momento crítico com o avanço do protestantismo, e converter novos povos pelo mundo. Esse propósito motivava os religiosos que desembarcaram na América portuguesa.

A educação jesuíta orientou-se pela sistematização escolástica da filosofia aristotélica. O ensino de filosofia se restringia, principalmente, aos estudos e comentários sobre as obras de Aristóteles e de Tomás de Aquino.

PROIBIDA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

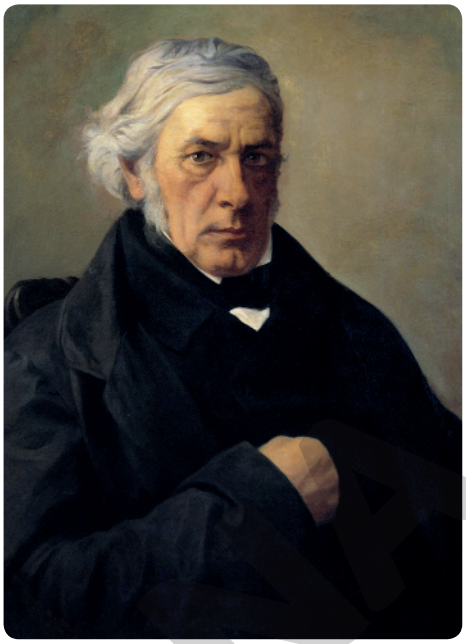
O ecletismo espiritualista

Pode-se dizer que, em alguma medida, o ecletismo espiritualista assimilado por Portugal desempenhou, nesse país e, posteriormente, no Brasil, um papel de transição da filosofia desenvolvida até então pela Companhia de Jesus para a filosofia moderna. A partir do fim do século XVII e durante o século XVIII, o aristotelismo, seu sistema metafísico e sua filosofia natural de explicação do mundo passaram a ser questionados de maneira muito vigorosa. Ele foi afetado pelo desenvolvimento da ciência moderna e de seu respectivo método experimental.

O ecletismo buscava conciliar aspectos de teorias e filosofias diferentes, como as de Aristóteles, Descartes e Newton, defendendo que em nenhuma delas encontrava-se a verdade absoluta, e pregava a liberdade de escolha dos melhores conceitos de cada corrente ou pensamento filosófico. Esse seria o caminho mais indicado para se chegar à verdade.

A escola eclética teve como importante referencial o filósofo francês Victor Cousin (1792-1867), que acreditava que a base da filosofia estava na harmonização de um conjunto de correntes filosóficas, como o racionalismo cartesiano, o empirismo, o idealismo e a filosofia do senso comum. Ele defendia que as correntes filosóficas eram manifestações parciais do espírito e que, para além dos limites do mundo, havia um Deus, que criou a humanidade.

Dessa forma, a adjetivação "espiritualista" expressa esse entendimento de que a filosofia é desenvolvida por meio da análise interior da consciência, pois é esta que pode alcançar ou revelar as verdades indubitáveis. É dessa maneira que a filosofia de Cousin buscaria o verdadeiro, o belo e o bom.



LEEMAGE/CORBIS VIA GETTY IMAGES - MUSEU DO PALÁCIO DE VERSALHES

Retrato de Victor Cousin, pintura de Louis Claude Mouchot, século XIX. O filósofo francês foi uma importante referência para o ecletismo espiritualista na Europa e no Brasil.

O ecletismo brasileiro

No Brasil, o ecletismo de Cousin se manifestou, em grande parte, como repetição (essa ideia, contudo, está sendo revista por estudiosos do assunto), nas lições do político e filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) e nas obras e nos sermões do frade franciscano e teólogo brasileiro Francisco do Monte Alverne (1784-1858). Para Alverne, a tarefa da filosofia era promover a reflexão no indivíduo, possibilitando o entendimento e a liberdade espiritual de escolha.

> "Segundo Alverne, 'o entendimento propõe à vontade o objeto bom ou não, mas não obriga, antes a deixa em sua liberdade, para que abrace ou rejeite o objeto que lhe é pré-posto: essa indiferença da vontade é a raiz da liberdade'. Livre para escolher quais caminhos tomar, o homem era guiado [...] pelos sinais que recebia do mundo externo."

DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858). *Almanack*, Guarulhos, n. 9, p. 126, abr. 2015.

A filosofia seria importante para o ser humano entender os sinais externos, mas ele teria a liberdade de discernir sobre esses sinais. De qualquer maneira, tal formulação evidencia a importância da percepção no pensamento de Alverne e em sua relação com o entendimento. Aparentemente, o teólogo buscava conciliar o racionalismo de Descartes com o empirismo de Locke.

Apesar das fragilidades teóricas e da falta de rigor do ecletismo espiritualista, essa corrente ocupou o lugar de filosofia oficial durante o Segundo Reinado. Somente no fim do século XIX é que se acentuou no país a oposição à filosofia de cunho católico e ao ecletismo.

(BNCC) Competência específica: 1

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS105

Questão

Registre em seu caderno

- **A relação entre razão e fé, filosofia e crença, é controversa. A filosofia caracteriza-se pela procura racional da verdade, enquanto a religião parte da ideia de que a verdade já foi revelada por Deus. Considerando esse dilema, elabore dois parágrafos sobre o assunto: um, distinguindo a filosofia da religião; o outro, estabelecendo aproximações entre as duas.**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Para ler

Contos populares do Brasil

Autor: Silvio Romero.

São Paulo: Landy, 2001.

Além de filósofo, Silvio Romero foi crítico literário, poeta e estudioso do folclore brasileiro, entre outros assuntos. Nessa obra, ele reuniu contos e lendas tradicionais do país, dividindo-os em contos de origem europeia, contos de origem indígena e contos de origem africana.

Os intelectuais brasileiros e a tendência cientificista

A citação do filósofo e escritor brasileiro Silvio Romero (1851-1914) pode nos ajudar a compreender as mudanças que ocorreram na segunda metade do século XIX, as quais anunciavam o fim da relativa hegemonia do ecletismo espiritualista no campo da filosofia. Nesse período, os intelectuais brasileiros se abriram a toda sorte de teorias que podiam ser utilizadas contra a monarquia e que estariam presentes entre muitos republicanos.

"O distinto franciscano distava imensamente dessa altura [do gênio]; prova-o o seu desditoso *Compêndio*, onde manifesta-se escravo submisso das vulgaridades e ridicularias da filosofia de seu tempo entre nós. [...] Já Kant, Hegel, Schopenhauer, para não falar de outros, na Alemanha [...] e o próprio Comte, na França [...] haviam revirado o terreno das velhas ideias em todos os sentidos [...].

Alverne não entreviu, não cismou, ao menos, em tais sucessos [...]."

ROMERO, Silvio. *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia da Deutsche Zeitung, 1878. p. 4-5.

Foi assim que Silvio Romero se posicionou em relação à obra de Monte Alverne. Suas palavras expressavam o que muitos intelectuais sentiam naquele período: a veemente oposição ao ecletismo espiritualista e a saudação a novas ideias que vinham, principalmente, da França, da Alemanha e da Inglaterra.

As leis de desenvolvimento da humanidade

Entre os intelectuais brasileiros que questionaram a monarquia, disseminou-se a ideia de que o conhecimento científico seria o único capaz de trazer progresso e evolução para o país e para a sociedade brasileira. Nesse âmbito, correntes como o positivismo, o materialismo, o darwinismo e o evolucionismo, passaram a ser alvo de atenção dos pensadores nacionais.

Fazia parte desse cientificismo a ideia de que o mesmo determinismo que existe na natureza – e que pode ser verificado com a descoberta das leis naturais – estaria presente no desenvolvimento da humanidade. A humanidade passaria por etapas determinadas; os países, embora em ritmos diferentes, percorreriam os mesmos estágios. Caberia então, como nas ciências naturais, descobrir as leis que, invariavelmente, regiam o desenvolvimento da sociedade. O estudo, a ciência e a razão poderiam abrir novas perspectivas para a nação. O positivismo social, mais do que as outras correntes, ia ao encontro dos anseios de boa parte da intelectualidade, o que talvez explique sua influência na época.

O positivismo: a busca de um Brasil moderno

O filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), considerado o "pai" da sociologia, chamou inicialmente essa nova ciência de Física Social, manifestando sua tentativa de transpor o método e o determinismo das ciências naturais para as ciências sociais. Os estudos dos fenômenos sociais deveriam ser considerados da mesma maneira que aqueles realizados no campo da física, química ou astronomia, baseando-se na observação e na experimentação. Os dados reais obtidos por meio dessas investigações seriam ordenados e classificados de acordo com a linguagem matemática.

Mas, além do tratamento metodológico semelhante estabelecido entre as ciências da natureza e da sociologia, haveria algo peculiar à ciência que estuda a sociedade: o tratamento histórico. Os fatos sociais não podiam ser considerados de maneira isolada, seja porque eles só faziam sentido a partir de sua vinculação com outros, permitindo compor uma teoria explicativa, seja porque eles não eram vistos como episódios soltos, uma vez que formavam, conjuntamente, uma linha evolutiva da humanidade. Conhecendo-se essa linha evolutiva, por meio da observação e do método histórico, poder-se-ia prever o futuro e ajustar o presente, estabelecendo uma ordem diante do progresso.

(BNCC) Competência específica: 1

Habilidades: EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS105

Questão

Registre em seu caderno

- **Em sua opinião, o método das ciências naturais pode ser aplicado para o estudo da sociedade? Justifique.**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comte acreditava que seu grande mérito teórico era ter descoberto, por meio do estudo histórico, as etapas da linha evolutiva da humanidade pelas quais necessariamente todos os povos passariam, ainda que em ritmos diferentes. **Doc. 2**

O progresso ordenado

Durante o período imperial, as ideias de Comte encontraram no Brasil um terreno fértil para se expandir. O estágio positivo, descrito pelo filósofo francês como aquele em que se estabelecia uma nova ordem para a humanidade, baseada na indústria e na ciência, era muito atraente para quem buscava inserir o país na modernidade, seguindo os passos do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na França.

O positivismo influenciou muitos intelectuais e políticos brasileiros e impressionou boa parte dos republicanos, como Benjamin Constant e Raimundo Teixeira Mendes, entre outros. A própria bandeira nacional é um testemunho dessa influência; seus dizeres "Ordem e Progresso" são inspirados no positivismo de Comte, com a ambição de construir uma sociedade na qual cada indivíduo ou grupo desempenhasse seu trabalho, de acordo com sua capacidade ou aptidão natural.

As ideias evolucionistas no Brasil

Embora o prestígio do positivismo tenha declinado após os primeiros anos da República, a preocupação com as ideias de evolução da humanidade e de progresso da sociedade permaneceu entre muitos cientistas e intelectuais brasileiros.

Já na década de 1870, a teoria evolutiva de Darwin e Wallace e suas variáveis eram discutidas, não só no âmbito das ciências naturais, mas, principalmente, por intelectuais que buscavam um projeto de nação ou uma identidade nacional.

A aplicação dessas ideias à realidade social se acentuou com a proclamação da República, em 1889.

A seleção natural das espécies

A teoria desenvolvida pelos britânicos Charles Darwin (1809-1882) e Alfred Wallace (1823-1913) explicava a evolução das espécies por meio da seleção natural e foi um importante marco no meio científico. De acordo com essa teoria, os organismos mais bem adaptados ao meio ambiente, isto é, que possuem características que favorecem a sobrevivência, têm mais chances de chegar à fase adulta e de gerar descendentes, que herdarão as mesmas características.

MODESTO BROCOS - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

A redenção de Cam, de Modesto Brocos, 1895. Essa pintura explicita a ideologia de embranquecimento da população brasileira, presente de maneira significativa entre os intelectuais do país nos séculos XIX e XX. O embranquecimento, verificado na pintura ao longo de três gerações, era considerado uma melhoria por esses pensadores, já que a raça branca era considerada superior. De acordo com esse ideal eugenista, haveria um momento em que não existiriam mais negros no Brasil, em decorrência dos sucessivos casamentos interraciais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

"[...] uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico por todas as suas faces, com fatos positivos [...] estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas que se acharam os povos para aqui emigrados nos primeiros tempos da conquista [...] acompanhar o advento das populações enraizadas e suas predisposições; descobrir assim suas qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos da psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura."

ROMERO, Silvio. Citado em DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. *In*: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (org.). *A recepção do darwinismo do Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 97-123. Disponível em <http://books.scielo.org/id/txcs6/pdf/domingues-9788575414965-06.pdf> Acesso em 1º set. 2020.

A posição de Silvio Romero elucida como as ideias evolutivas aplicadas à sociedade – procedimento equivocadamente chamado de darwinismo social –, bem como as teorias raciais, estavam presentes nas discussões sobre o destino e a construção do país. A teoria evolutiva que mais entusiasmou Romero foi a do filósofo e biólogo britânico Herbert Spencer (1820-1903). Spencer defendia que a evolução não estava restrita ao campo da biologia, mas era algo mais amplo, que atingia a própria organização cósmica; para ele, tudo progredia de uma forma menos coerente para algo mais harmonioso. Isso também ocorreria entre as raças e nas sociedades humanas, que evoluiriam de uma situação ou condição inferior para uma superior. Spencer pressupunha, então, que havia uma raça superior, mais evoluída, a branca; e uma sociedade mais complexa e civilizada do que as outras, a europeia.

Evidentemente, essas teorias pseudocientíficas, como todas as outras do tipo, foram utilizadas para justificar ideologicamente, de maneira direta ou indireta, o domínio e a superioridade de um povo sobre outro em "projetos civilizatórios", tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Aprender a argumentar

Ordenação de argumentos

Muitas vezes, temos dificuldade em compreender o processo argumentativo desenvolvido em um texto filosófico. Para lidar com essa questão, um procedimento importante é a ordenação dos argumentos presentes no texto, de modo que a conclusão se torne mais clara.

Exercitar a argumentação Registre em seu caderno

- **Proponha um ordenamento para o argumento de Bertrand Russell presente no texto a seguir, esclarecendo por que a existência da matéria é um problema.**

"'Haverá de todo em todo uma mesa real?'; 'Se sim, que tipo de objeto poderá ser?'. Ao considerar estas questões será vantajoso ter alguns termos simples cujo significado é definido e claro. Seja dado o nome 'dados dos sentidos' às coisas como cores, sons, cheiros, dureza, rugosidade, e assim por diante. Daremos o nome 'sensação' à experiência de estar ciente destas coisas. Assim, sempre que vemos uma cor, temos uma sensação da cor em si, mas a cor é um dado dos sentidos e não uma sensação. A cor é aquilo *do* qual estamos imediatamente cientes, e o próprio estar ciente é a sensação. É claro que para sabermos seja o que for sobre a mesa tem de ser por meio dos dados dos sentidos – cor castanha, forma oblonga, lisura etc. – que associamos à mesa; mas, pelas razões dadas, não podemos dizer que a mesa são os dados dos sentidos, nem mesmo que os dados dos sentidos são diretamente propriedades da mesa. Assim, levanta-se um problema quanto à relação entre os dados dos sentidos e a mesa real, supondo que há tal coisa.

A mesa real, se existe, chamaremos 'objeto físico'. Assim, temos de considerar a relação entre os dados dos sentidos e os objetos. À coleção de todos os objetos físicos chama-se 'matéria'. Assim, as duas questões anteriores podem ser reformuladas do seguinte modo: 'Será que há matéria?'; e 'Se há, qual é a sua natureza?'."

RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 73-74.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

Filosofar em português

"O filósofo, diferentemente do cientista, se relaciona com a tradição de um modo direto. Filosofar é sempre recomeçar a filosofar, e cada recomeço é por sua vez uma reinterpretação da tradição. Não existe em filosofia aquela continuidade progressiva e cumulativa que existe em ciência. O filósofo está sempre diante de tudo o que foi feito, não como teorias que se sucedem progressivamente na história, mas como uma presença permanente da qual ele tem de dar conta.

Num país como o Brasil, de tradições recentes de cultura humanista instável, essa presença da tradição é sobretudo uma presença europeia, um acervo de ideias produzido em condições históricas completamente diferentes. Em sentido restrito, o filósofo brasileiro não comunga intimamente com o universo que deve dominar e interpretar. Mas no plano das ideias, que, embora produzidas sob determinadas condições sociais, históricas e culturais, superam, ao sobreviverem às suas próprias condições de elaboração, o tempo filosófico que as produziu, existe uma comunhão universal, que é feita de todas as reinterpretações que tais ideias suscitam. A reinterpretação da tradição filosófica que se faz no Brasil não é, pois, a assimilação de algo completamente estranho: é apenas a tomada de consciência dos valores tradicionais da civilização ocidental, na forma como foram cunhados nas épocas e países em que foram pensados e vividos.

A apropriação desse patrimônio ou de parte dele é subsídio indispensável à reflexão, mesmo ou talvez sobretudo quando a reflexão tematiza problemas que são característicos da conjuntura cultural brasileira. Traduzida para a nossa língua e para a nossa época, a filosofia feita no Brasil refletirá um certo tipo de preocupação, que pode ser apenas mediatamente vinculada a problemas brasileiros, mas que leva a marca da conjuntura cultural na qual se produz a reflexão, já que toda e qualquer reinterpretação da filosofia fundamenta-se no presente, mesmo quando se move contra ele e deseja superá-lo.

É essa relação obrigatoriamente direta com a tradição europeia que preenche a filosofia, feita no Brasil, com o requisito da universalidade, que é a forma própria do filosofar. E são circunstâncias em que se tenta atingir a universalidade – circunstâncias, no Brasil, marcadas por vários fatores adversos – que imprimem ao filosofar a característica própria do tempo e do espaço em que ele se dá."

SILVA, Franklin Leopoldo e. *A filosofia no Brasil*, p. 723. Disponível em <http://filosofianreapucarana.pbworks.com/f/A+Filosofia+no+Brasil.pdf>. Acesso em 1º set. 2020.

Doc. 2

Progresso

"[...] os progressos da civilização se desenvolvem segundo uma lei necessária. A experiência do passado prova, da maneira mais decisiva, que a civilização está sujeita em seu desenvolvimento progressivo a natural e irrevogável marcha, derivada das leis da organização humana, e que se torna, por sua vez, a lei suprema de todos os fenômenos políticos.

[...] considerada em conjunto, a espécie humana policiada tem feito, em civilização, progressos ininterruptos, desde os mais recuados tempos históricos até nossos dias."

COMTE, Auguste. *In*: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Comte*. São Paulo: Ática, 1978. p. 149-150.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 2
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS105 EM13CHS202

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Segundo o texto, qual é a diferença entre o filósofo e o cientista?
2. O que há de específico no fazer do filósofo brasileiro?
3. Ainda de acordo com o texto, a filosofia brasileira é uma reprodução da filosofia europeia?

Analisar

Doc. 2

4. Em tempos de globalização e cibercultura, você acha que faz sentido pensar que o desenvolvimento do conhecimento e da filosofia estão restritos a um país ou a uma região?
5. Levando em consideração o texto e os estudos realizados neste capítulo, responda: qual é o papel do progresso na teoria de Comte?
6. Em que medida a teorização do progresso foi um elemento importante para parte da intelectualidade brasileira do período imperial e do início do período republicano?

Retomar

7. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- A filosofia brasileira do período imperial é mera reprodução da filosofia europeia? Quais foram as principais correntes de pensamento desenvolvidas nesse período?

Atividades

Capítulos 5, 6, 7 e 8

Registre em seu caderno

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 3
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106 EM13CHS202 EM13CHS205 EM13CHS303

Analisar

1. (Uerj-2016).

"Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, neste período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?"

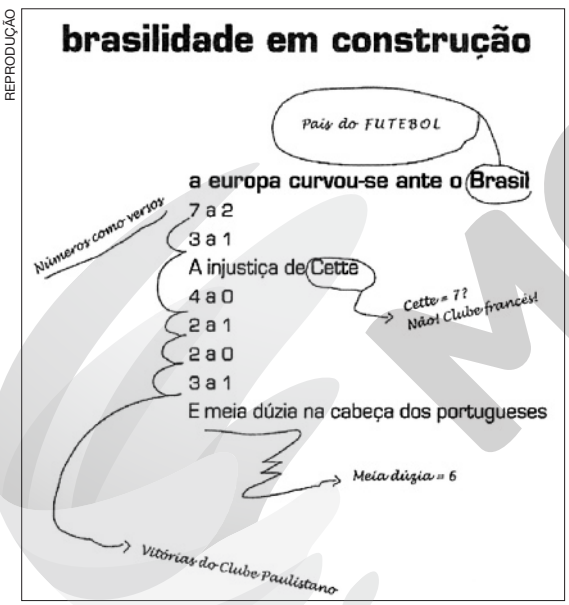
ALENCAR, José de. Prefácio a *Sonhos d'ouro*, 1872. Disponível em <ebooksbrasil.org>.

De acordo com José de Alencar, a caracterização da identidade nacional brasileira, no século XIX, estava vinculada ao processo de:

a) promoção da cultura letrada.
b) integração do mundo lusófono.
c) valorização da miscigenação étnica.
d) particularização da língua portuguesa.

2. (Enem-2013).

REPRODUÇÃO



MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Oswald de Andrade*: o culpado de tudo. 27 set. 2011 a 29 jan. 2012. São Paulo: Prol Gráfica, 2012.

O poema de Oswald de Andrade remonta à ideia de que a brasilidade está relacionada ao futebol. Quanto à questão da identidade nacional, as anotações em torno dos versos constituem:

a) direcionamentos possíveis para uma leitura crítica de dados histórico-culturais.
b) forma clássica da construção poética brasileira.
c) rejeição à ideia do Brasil como o país do futebol.
d) intervenções de um leitor estrangeiro no exercício de leitura poética.
e) lembretes de palavras tipicamente brasileiras substitutivas das originais.

Pesquisar

Vimos nesta unidade que a mídia pode ser um importante elemento para a propagação de ideias, valores e até de elementos que participam da construção da identidade coletiva brasileira. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, existe uma estreita relação entre a produção midiática e a configuração dos sujeitos sociais. As mudanças instauradas pela globalização tornaram ainda mais estreitas e potentes essa relação.

Visando problematizar o papel da mídia na formação das identidades dos indivíduos, você deverá realizar uma etnografia do lugar onde mora, enfatizando a relação dos habitantes locais com a mídia.

Passos do trabalho:

1. Selecione e descreva o seu lugar de residência: onde ele está localizado, como é sua vizinhança, quantas pessoas nele vivem, como elas se organizam dentro desse espaço, quais e quantos são os meios de comunicação disponíveis na casa e quais são a faixa etária, o sexo e a escolaridade dos moradores.

2. Relate como é a relação dessas pessoas com os meios de comunicação (televisão, jornal, revistas, rádio, internet etc.).
   a) Que recursos são os mais utilizados para o acesso às informações?
   b) Quantas horas por dia as pessoas utilizam esses meios de comunicação?
   c) Que tipos de programa elas ouvem ou assistem?
   d) Como elas justificam suas preferências por este ou aquele programa?

3. Analise as observações coletadas e reflita.
   a) Será que a exposição à mídia afeta a forma como essas pessoas se veem e se identificam no mundo? Ou seja, notícias, filmes, séries, músicas etc. consumidos por elas interferem em suas formas de interpretar o mundo?
   b) Se sim, como isso ocorre? Se não, por que há tanta disputa no universo da produção de informação e entretenimento?

4. Redija um texto em que você expresse suas observações e as conclusões obtidas com base na análise da relação dos moradores da sua casa com os meios de comunicação e com a mídia.

5. Compartilhe o resultado de sua etnografia com seus colegas de turma, atentando para as regularidades encontradas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Aprofundar o conhecimento

A biografia é um dos mais antigos e populares gêneros literários de todos os tempos. Atualmente, os historiadores admitem que as histórias de vida dos "grandes homens" valem tanto quanto as das pessoas comuns, embora sejam escritas e estudadas sob perspectivas metodológicas diferentes. Observe como a historiadora Mary del Priore recria os sentimentos, os medos e os desejos da imperatriz Leopoldina com base em suas cartas e seus boletins médicos, conjugados com notícias de jornais.

A imperatriz Leopoldina e o olhar do século XIX

"Em [...] 2 de dezembro de 1826, boletins médicos davam conta da grave situação em que se encontrava [...] a imperatriz Leopoldina. [...]

[...] No oitavo dia, Leopoldina começou a suspeitar dos remédios que lhe davam. Delirava, amaldiçoando a amante do marido. Atribuía-lhe poderes de feitiçaria negra. Reagia com gritos ao vê-la. Os sentimentos da submissa imperatriz, contidos por tanto tempo, explodiam. Foram anos em que dividira a cena com a paulista, escondendo sob uma capa de cordialidade o ódio e o desprezo que sentia. [...]

Não se sabe ao certo quando, acamada, Leopoldina ditou uma última carta endereçada à sua irmã mais velha, Louison [...]. O tom de lamento era o mesmo da correspondência que a jovem alimentara durante anos, sem respostas. Sim, ela era capaz de amargura. E deixou um testamento de infelicidade: 'Minha adorada mana, reduzida ao mais deplorável estado de saúde e chegada ao último ponto de minha vida no meio dos maiores sofrimentos, terei também a desgraça de não poder eu mesma explicar-vos todos aqueles sentimentos que há tanto tempo existiam em minha alma, minha mana' [...].

[...] Aos 29 anos, mãe de cinco filhos vivos, a moribunda acusava: 'Há quase quatro anos, [...] por amor de um monstro sedutor, me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro. Ultimamente, acabou de dar-me a prova de seu total esquecimento a meu respeito maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. [...]'.

Pela última vez confessava a solidão e o abandono a que fora relegada pelo marido e pela própria família. Se publicamente não reagira ao escândalo, usava a privacidade de uma carta para acusar o companheiro e sua amante. O lamento de Leopoldina registrava então sua luta por um amor unilateral, em que tudo virara armadilha. Nas últimas correspondências, dizia-se arrependida de ter casado. [...]

Não se sabe o que deu na amante, Domitila, mas, no auge da crise, ela quis entrar na câmara da doente. [...]

A notícia correu sobre um rastilho de pólvora. A aparência do povo não era mais desordenada, curiosa, inquieta. Queria vingança contra aquela que era considerada a causa da morte da querida imperatriz. Circulava que a concubina se mancomunara com o cirurgião-mor para envenenar a imperatriz [...]. Cartas anônimas agora eram endereçadas aos ministros. [...] Em fúria, a multidão dirigiu-se a São Cristóvão. A casa da marquesa foi cercada e apedrejada. [...]

Se, por um lado, o povo culpava Domitila, por outro, santificava Leopoldina. Os jornais cobriam-na de adjetivos: virtuosa, bondosa, gentil. Enterrava-se a imagem da dona de convicções hereditárias: monarquia absoluta, autoridade real e obediência dos súditos eram princípios sacrossantos que a Habsburgo levou embora consigo. Do sobrado à senzala, do comércio ao zungu, onde se reuniam escravos, das ruas às estradas, o povo chorava. Silenciavam as ruas, sem os gritos das 'vendeiras' e dos cativos prestadores de serviços, sem o peditório de mendigos e de irmãos de confrarias, sem o canto dos presos que carregavam água ou dos escravos carregadores de café. [...]

Civilidade, educação, compostura, importados de uma das mais refinadas cortes europeias, iam-se para debaixo da terra com o corpo sofrido de Leopoldina."

DEL PRIORE, Mary. Último desejo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1º ago. 2014. Disponível em <https://historiahoje.com/ultimos-suspiros-o-desabafo-de-d-leopoldina>. Acesso em 30 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS106

Atividades

Analisar

Registre em seu caderno

1. O estado de saúde de Leopoldina, o desejo de Domitila de entrar na câmara da doente e a morte da imperatriz provocam alterações na narrativa da historiadora, que passa a descrever o entorno, e não mais a esfera privada da vida da imperatriz.

a) Que fontes a historiadora utilizou para reconstruir esses episódios públicos?

b) Que alterações ocorreram no cotidiano com a divulgação da notícia sobre Domitila?

2. Que símbolos foram sepultados com a imperatriz?

3. A organização do texto, a ênfase nos relatos privados das suas cartas e dos comentários publicados sobre o tema provocam reações no leitor em relação à imperatriz Leopoldina e às pessoas que a cercam. Que reações são essas?

Escrever uma carta

4. Atualmente, por causa da difusão de novas formas de comunicação, principalmente dos recursos como comunicadores instantâneos de mensagens e *e-mails*, o hábito de escrever cartas praticamente deixou de existir. Unindo os meios informacionais utilizados hoje ao tipo de narrativa das cartas de antigamente, escreva um *e-mail* direcionado a um parente, amigo ou outro, mas que seja redigido com as características das cartas pessoais.

UNIDADE 3

A república na América Latina

CAPÍTULOS

9. A Primeira República no Brasil, 81
10. Protestos contra a república oligárquica, 90
11. Entre a ditadura e o populismo, 100
12. Ditaduras e revolução na América Latina, 112

Questão

Responda oralmente

- Em 2017, uma operação conduzida pela polícia federal revelou um esquema de corrupção envolvendo grandes frigoríficos do Brasil e funcionários do Ministério da Agricultura para a liberação ao comércio de carnes e derivados estragados e maquiados com ácido ascórbico. O escândalo chamou a atenção para o alcance da corrupção no país. Reflita sobre esse caso e responda: de que maneira as atitudes do cidadão comum, e não apenas dos políticos, contribuem para disseminar a corrupção ou a cultura do "levar vantagem"?

As mazelas da república brasileira

Os principais escândalos da república brasileira desde a promulgação da Constituição de 1988 revelam os vícios do sistema político do país:

- as denúncias de tráfico de influência e corrupção passiva que levaram à abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor e à sua renúncia, em 1992;
- a reportagem publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* comprovando as negociações de compra de votos no Congresso para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998;
- o escândalo do "Mensalão", no primeiro mandato do governo Lula, um esquema de pagamento de "mesadas" a parlamentares para votar nos projetos do governo;
- a descoberta, durante o governo de Dilma Rousseff, de um esquema de corrupção envolvendo diretores da Petrobras, grandes empreiteiras e políticos de vários partidos.
- a revelação, em 2019, de um esquema de "rachadinha" na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, envolvendo uma movimentação financeira de 7,2 milhões de reais, aplicados em empresa criada para lavagem do dinheiro.

A prática da corrupção tem origens históricas no Brasil, estabelecidas desde o início da colonização, com a não distinção entre o que é público e o que é privado, o favorecimento de indivíduos com base em laços familiares e de amizade e a própria tolerância dos brasileiros com a corrupção praticada pelos mais poderosos.

"Outro fator que contribuiu para a situação atual, inédita no que se refere à dimensão adquirida pela corrupção, foi a tradição de impunidade dos poderosos, essa sim, presente desde a independência, e que atribuo à fragilidade dos direitos civis. Vários privilégios protegem os poderosos, como o foro privilegiado, a prisão especial, as múltiplas possibilidades de recurso e a capacidade de contratar advogados caros."

José Murilo de Carvalho. *In*: NEHER, Clarissa. As raízes da corrupção no Brasil. *UOL Notícias*, 12 jun. 2017. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/06/12/as-raizes-da-corrupcao-no-brasil.htm>. Acesso em 18 ago. 2020.

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2016.

No *Guia do professor*, há orientações sobre os objetivos e a questão proposta na abertura desta unidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO 9

A Primeira República no Brasil

Que condições sociais, políticas e econômicas explicam o fim do regime monárquico no Brasil? Podemos dizer que a Primeira República significou um passo importante na ampliação da democracia e da cidadania no Brasil?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9 e 10

Competências específicas: 1, 2, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS205 EM13CHS401 EM13CHS402 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim da monarquia em terras brasileiras

No dia 15 de novembro de 1889, a **república** foi proclamada no Brasil. O ato, protagonizado por alguns militares e civis, foi praticamente ignorado pela população brasileira, estimada na ocasião em 14 milhões de pessoas. O trono caiu, abandonado pelas elites agrárias e incapaz de transferir o conhecido afeto popular pelo imperador para a organização de uma campanha política em defesa da **monarquia**. Como explicar esse acontecimento que mudou o regime político do Brasil?

Os contemporâneos do golpe militar que pôs fim à monarquia no Brasil se dividiram nas explicações. Os republicanos anunciaram o novo regime como o triunfo de um anseio nacional reprimido desde as conjurações Mineira e Baiana e como a inserção do país nos trilhos do progresso e da democracia, libertando-o do regime monárquico, considerado ultrapassado, e do excessivo poder pessoal do imperador. Visão oposta foi difundida pelos monarquistas, que acusaram os militares de indisciplina, de servir aos interesses das **oligarquias** agrárias e de trair o povo e a generosidade de D. Pedro II.

Ao longo do século XX, outras interpretações foram elaboradas. O historiador e sociólogo Oliveira Viana, por exemplo, em sua obra *O ocaso do império*, publicada em 1925, destacou a insatisfação das elites agrárias com a abolição da escravatura, seus interesses em estabelecer um sistema federativo no país e, principalmente, as ambições políticas do exército. Simpático à monarquia, Viana analisou o golpe de 15 de novembro como um ato contra o ministério de Ouro Preto, e não contra a Coroa, gesto que acabou, porém, selando a sorte do monarca.

Sistema federativo: federalismo; sistema de governo em que um Estado nacional está dividido em várias unidades (estados ou províncias), garantindo a cada uma delas ampla autonomia.

OTTO HEES - ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

A família imperial na escadaria do Palácio Isabel, em Petrópolis, antes de partir para o exílio na França. No centro, o ex-imperador D. Pedro II. Foto de 1889.

BENEDITO CALIXTO - COLEÇÃO DE ARTE DA CIDADE DE SÃO PAULO/ CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

Proclamação da república, pintura de Benedito Calixto, 1893.

A partir da década de 1930, historiadores alinhados com a teoria marxista elaboraram uma nova interpretação sobre a queda da monarquia. Rompendo com a crônica de testemunho, centrada em episódios, datas e ações individuais, historiadores como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré relacionaram o fim do império às mudanças econômicas e sociais que ocorriam no país. O declínio das oligarquias escravistas tradicionais e a ascensão dos cafeicultores do Oeste Paulista, a imigração, a abolição e o crescimento das cidades, do setor de serviços e da classe média, impulsionado pela nascente indústria, seriam as principais evidências do processo de modernização do Brasil e da urgência em estabelecer instituições políticas adequadas aos interesses das forças sociais que se tornaram dominantes no país.

Teoria marxista: *grosso modo*, é o conjunto de ideias elaboradas pelos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, que se baseia na análise do processo histórico e do funcionamento do sistema capitalista, visando, essencialmente, oferecer à classe operária a arma teórica necessária em sua luta para derrubar o capitalismo.

Uma interpretação recente do fim da monarquia

As análises históricas atuais, elaboradas com o distanciamento necessário do acontecimento que inaugurou a república no Brasil e isentas das paixões que moveram seus contemporâneos, tendem a apontar diferentes razões para a queda da monarquia. Algumas delas, afastando-se da historiografia marxista, procuram revalorizar a ação individual do imperador, sem, contudo, desprezar as forças e os interesses sociais envolvidos.

O historiador José Murilo de Carvalho, no livro *D. Pedro II*, analisa as crescentes tensões que marcaram as relações da monarquia com a Igreja Católica, o exército e as elites agrárias do país. As decisões do imperador de fazer valer o poder do monarca sobre as leis da Igreja e de disciplinar os oficiais do exército desgastaram as relações da Coroa com os dois setores.

Não menos importantes, ainda segundo José Murilo de Carvalho, foram os atritos gerados pela conduta abolicionista do imperador, que alimentou a oposição dos setores escravistas e a conspiração que derrubou a monarquia. A **Lei do Ventre Livre** (1871) e a **Lei dos Sexagenários** (1885), por exemplo, foram recebidas pelos grandes proprietários de terras como uma traição da Coroa aos interesses do país. A **Lei Áurea** (1888), aprovada pela princesa regente Isabel, foi o ato que faltava para as elites abandonarem o monarca.

Além disso, a saúde frágil do imperador, diagnosticado com diabetes em estágio avançado, despertava nas principais lideranças políticas o temor de um terceiro reinado, dirigido pela princesa Isabel e por seu marido, o francês conde d'Eu, desprezado tanto pelos monarquistas quanto pelos republicanos.

Nesse cenário de atritos e insatisfações, em novembro de 1889, um grupo pequeno de republicanos civis e militares reuniu-se com o marechal Deodoro da Fonseca, militar conservador e amigo do imperador, para convencê-lo a liderar um movimento contra a monarquia. Veterano da Guerra do Paraguai, Deodoro representava a ala do exército brasileiro que exigia a ampliação do poder e dos recursos financeiros destinados à corporação.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Boatos de uma conspiração contra a monarquia se espalharam pelas ruas do Rio de Janeiro. Assim, na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, diante do Ministério da Guerra, no Campo de Santana, a república foi proclamada. Não se sabe se Deodoro da Fonseca e outros líderes militares pretendiam derrubar o regime ou apenas trocar o gabinete ministerial. O fato é que, no alvorecer daquele dia, como registrou o jornalista Aristides Lobo, o "povo assistiu bestializado" ao nascimento da república no Brasil.

A primeira Constituição da república

Derrubada a monarquia, o poder foi assumido por um **governo provisório**, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O seu governo deu início à chamada República da Espada. Havia, porém, muitas divergências entre as lideranças políticas sobre os rumos que a república deveria seguir no Brasil. Poucos ativistas, como o jornalista Silva Jardim, viam a república como a conquista de um movimento popular e democrático, nos moldes da Revolução Francesa.

A maioria dos republicanos não defendia um regime democrático. O marechal Deodoro da Fonseca, conservador e republicano de última hora, defendia um Poder Executivo forte, apoiado em um exército disciplinado e respeitado, posição compartilhada por outros oficiais.

As oligarquias provinciais, formadas por grupos familiares que utilizavam seu poder econômico para controlar a administração das províncias, tinham, por sua vez, posições e aspirações políticas diferentes. Interessadas em eliminar a centralização política que caracterizou o regime monárquico, essas elites locais defendiam a instalação do **federalismo**, com ampla autonomia para os futuros estados, a exemplo do sistema presidencialista adotado nos Estados Unidos. Elas pretendiam, dessa maneira, obter autonomia para elaborar leis, eleger governantes e controlar a polícia e a justiça de cada estado da federação.

O princípio federativo norteou o projeto constitucional apresentado pelo governo provisório ao Congresso, eleito em setembro de 1890 com a tarefa de elaborar a primeira Constituição republicana do país. O projeto foi elaborado por Rui Barbosa, jurista e vice-chefe do governo provisório. O texto final da segunda **Constituição brasileira**, promulgado em 24 de fevereiro de 1891, confirmou o princípio federativo previsto no projeto original. Conheça algumas resoluções da nova lei.

República da Espada: período em que o Brasil foi governado por dois militares: Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894).

Charge de César Lobo, da obra *História do Brasil para principiantes: de Cabral a Cardoso*.

© CESAR LOBO

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

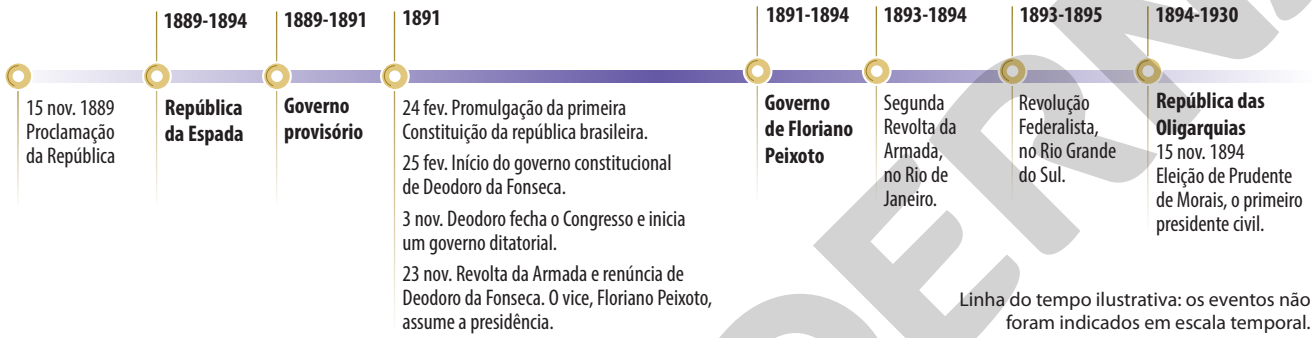
MODERNA

A Constituição de 1891 concedeu amplos poderes ao Congresso Nacional, ou seja, aos representantes das elites políticas e econômicas estaduais. Por exemplo, a lei atribuiu ao Congresso a tarefa de definir direitos trabalhistas e benefícios previdenciários, o que na prática significava manter os cidadãos sem o amparo constitucional. A Carta Magna também não fez referência ao voto feminino, mantendo, dessa forma, a tradição do sufrágio exclusivo aos homens.

- O Brasil foi definido como uma **república federativa**, **representativa** e **presidencialista**, constituída pela união indissolúvel dos estados, como passaram a ser nomeadas as antigas províncias.
- Foi estabelecida a independência entre os três poderes: Executivo (presidente, vice-presidente e ministros), Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal, juízes e tribunais federais).
- Instituiu-se o voto direto para presidente e vice-presidente e para membros do Congresso Nacional (Câmara e Senado), permitido aos cidadãos maiores de 21 anos, exceto mendigos, analfabetos, soldados e religiosos.
- Determinou-se a separação entre a Igreja e o Estado, o ensino público laico, o casamento civil e a liberdade de religião.

A Constituição também definiu que a eleição do primeiro presidente da república e de seu vice seria realizada, excepcionalmente, pelo Congresso Nacional, em votações separadas. Assim, no dia seguinte, os congressistas elegeram Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto presidente e vice-presidente da república, respectivamente.

O Brasil do início da república



Linha do tempo ilustrativa: os eventos não foram indicados em escala temporal.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Questão

Registre em seu caderno

- **O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) classificou os acontecimentos históricos em três temporalidades: os de breve duração, que são curtos e episódicos; os de média duração, que duram alguns anos ou o tempo de vida de uma pessoa; e os de longa duração, que podem durar séculos ou milênios e dificilmente podem ser demarcados no tempo. Identifique, nessa cronologia da Primeira República, um fato histórico de curta e um de média duração. Com a orientação do professor, aponte dois fatos históricos de longa duração que, mesmo ausentes nessa cronologia, estavam ocorrendo e se relacionavam aos acontecimentos listados.**

República sem democracia nem cidadania

O federalismo foi a grande marca da Constituição de 1891. Incorporando o modelo federativo da Constituição dos Estados Unidos, a lei brasileira garantiu aos estados soberania sobre as minas e terras devolutas e autonomia para contrair empréstimos no exterior, criar tributos e organizar um sistema eleitoral, policial e judiciário. O papel central que a independência dos estados assumiu na nova lei, como exigiam as oligarquias estaduais, revelava que o regime instituído nasceu dissociado do projeto de construir a cidadania, ampliar os direitos sociais e democratizar o poder público, princípios intrínsecos ao ideal republicano. Em vez disso, o regime republicano reforçou os mecanismos de **elitização da política**, de concentração da propriedade e de **exclusão social**.

Refletindo sobre os limites do sistema representativo estabelecido no início da república brasileira, o jurista mineiro Victor Nunes Leal, em sua obra *Coronelismo, enxada e voto* (1949), analisou a redação e os resultados concretos do artigo 68 da Constituição.

Laico: que é independente do clero, da Igreja e de qualquer confissão religiosa.

Devoluto: desocupado; vazio.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O texto estabelecia que os estados eram livres para se organizar de maneira que garantissem a autonomia dos municípios. Mesmo não sendo a intenção de alguns juristas e constituintes, o artigo serviu, na prática, para legitimar a supremacia das leis estaduais (leia-se, dos interesses oligárquicos) sobre as aspirações dos municípios e de seus cidadãos.

Com base na estrutura agrária brasileira, caracterizada pela concentração da propriedade, formou-se um sistema de alianças e de compromissos envolvendo o poder central, os governos estaduais e os coronéis dos municípios, em um jogo de coerção e troca de favores. O coronel era um chefe político municipal, em geral um grande proprietário de terras, que utilizava seu poder econômico e os favores obtidos do governo estadual para controlar o eleitorado do município. Essa prática foi nomeada por Victor Nunes Leal de **coronelismo**.

Como funcionava esse sistema? Com poder econômico e político para subornar os eleitores, os chefes locais garantiam no município a vitória dos candidatos indicados pelo Poder Executivo federal e pelas oligarquias estaduais. Assim, essa prática, conhecida como voto de cabresto, esvaziava a representatividade da república brasileira e o conteúdo da nossa democracia. O **mandonismo** exercido por esses chefes locais, os coronéis, é uma característica da política brasileira desde o início da colonização. Porém, diante da importância que as eleições começaram a ter durante a república, os coronéis passaram a desempenhar papel essencial no funcionamento do sistema.

A eleição do primeiro civil à presidência da república, o paulista Prudente de Morais, em março de 1894, marcou o afastamento dos militares do poder e inaugurou o governo efetivo das oligarquias. No governo seguinte (1898-1902), do também paulista Campos Sales, consumou-se a chamada **Política dos Governadores**, que aprofundou o coronelismo. Com carta branca para atuar nos municípios, os coronéis obtinham votos que sustentavam a aliança das oligarquias estaduais com o governo federal e garantiam seu controle das instituições políticas do país.

A composição de um Congresso alinhado com a política do governo federal era garantida pela **Comissão de Verificação dos Poderes**. Formada de cinco deputados, essa comissão tinha a tarefa de diplomar os deputados eleitos nos estados. Porém, a concessão dos diplomas aos candidatos eleitos era decidida pelas oligarquias de cada estado, que controlavam a apuração eleitoral nos municípios e tinham o poder de reconhecer ou não a vitória dos candidatos eleitos. Embora essa visão sobre a Primeira República seja compartilhada por vários pesquisadores, outros estudiosos do período têm feito interpretações muito diferentes. **Doc. 1**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O poder político dos coronéis

REPRODUÇÃO AUTORIZADA POR ANA MARIA STORNI - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

As próximas eleições... "de cabresto", charge de Storni publicada na revista *Careta*, em 1927.

"Para falar em termos de generalização, [...] o 'coronel', como político que opera no reduzido cenário municipal, não é melhor nem pior do que os outros que circulam nas esferas mais largas. [...] O problema não é [...] de ordem pessoal, se bem que os fatores ligados à personalidade de cada um possam apresentar, neste ou naquele caso, características mais acentuadas: ele está profundamente vinculado à nossa estrutura econômica e social. [...]

[...] A abolição do regime servil e, depois, com a república, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terras, devido à dependência dessa parcela do eleitorado, consequência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono."

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 59; 232.

(BNCC) Competências específicas: 1, 4, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS402 EM13CHS501 EM13CHS602

Registre em seu caderno

Questões

1. **Interprete a mensagem dessa charge e relacione-a com o texto de Victor Nunes Leal.**
2. **Por que o coronelismo é incompatível com a democracia e a cidadania?**

Voto de cabresto: expressão criada para nomear o controle do eleitorado pelos chefes políticos municipais. Persuadindo o eleitor com a oferta de alimentos, materiais de construção, empregos e benefícios para o município (estradas, pontes, hospitais, escolas etc.), além da cobertura das despesas necessárias ao alistamento eleitoral e à votação (documentação, transporte, refeições), o coronel garantia a eleição dos candidatos indicados pelo governo estadual. Muitas vezes, o coronel também usava a violência para obter seus objetivos.

Diplomar: nesse caso, é o ato por meio do qual a Justiça Eleitoral comprova que o candidato foi de fato eleito pelo povo e que, consequentemente, está apto a assumir o cargo político.

MANUAL DO PROFESSOR

A nascente indústria em uma economia agroexportadora

A industrialização brasileira ocorreu tardiamente se comparada à dos países pioneiros no desenvolvimento industrial. Admitem-se, em geral, as últimas décadas do século XIX como o marco inicial da **grande indústria** no Brasil. Não se tratava das oficinas artesanais nem das manufaturas, mas da produção fabril, mecanizada, eficiente, com grande investimento de capitais e centenas de operários.

A origem dessa indústria no Brasil está diretamente relacionada à expansão da economia cafeeira. Não por acaso, a produção industrial do período concentrou-se no antigo Distrito Federal, em Minas Gerais e em São Paulo, os principais centros cafeeiros do país. Em 1907, a área abrangida pelos três estados, incluindo a capital federal, representava 61% do valor gerado pela produção industrial no Brasil. Entre os principais ramos industriais estavam os de tecidos, roupas e calçados, bebidas, alimentos, fumo, papel e couro.

Analisando as relações entre o café e a indústria no Brasil, o economista Sergio Silva concluiu, no estudo *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, publicado em 1976, que a progressiva abolição do trabalho escravo, iniciada com a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a expansão do café, das ferrovias, dos bancos e do comércio de exportação e importação e a formação de um mercado de trabalho com a imigração em massa a partir de 1880 fizeram parte do mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Uma parcela dos imigrantes que chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX ajudou a formar o nascente empresariado industrial brasileiro, especialmente o paulista. Outros voltaram-se ao setor de serviços. **Doc. 2** A maioria desses estrangeiros, porém, foi trabalhar nas indústrias. Uma pesquisa feita em 1901 revelou que 82% dos operários das indústrias têxteis da cidade de São Paulo eram estrangeiros. Em 1920, os estrangeiros somavam 40% dos trabalhadores fabris do estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO DA ENERGIA DE SÃO PAULO - MEMORIAL DO IMIGRANTE, SÃO PAULO

Imigrantes europeus diante da Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, c. 1890. A maior parte desses trabalhadores se dirigiu às fazendas de café do interior paulista. Mais tarde, muitos deles abandonaram o campo e partiram em direção às cidades, principalmente à capital paulista, movimento que se acentuou com a grave crise cafeeira de 1901.

Distrito Federal: entidade autônoma que abriga a capital federal. A cidade do Rio de Janeiro foi a capital da república federativa do Brasil até a inauguração de Brasília, em 1960.

A reforma urbana no Rio de Janeiro

A república fez sua estreia no Brasil em um período no qual a Europa era palco de contínuas inovações tecnológicas, de expansão do comércio e da riqueza gerada pela industrialização e pela conquista de colônias na África e na Ásia. Para as elites europeias, o capitalismo havia triunfado e o mundo caminhava em direção a um progresso sem fim. O entusiasmo e o otimismo com as conquistas da civilização ocidental foram as marcas desse período que se convencionou chamar de ***Belle Époque***.

Nessa Europa deslumbrada e confiante no progresso, as cidades representavam o centro da vida civilizada e moderna, o lugar onde as classes altas podiam usufruir o conforto e os bens materiais advindos do avanço da ciência e da indústria. Para isso, era preciso renovar a paisagem urbana, demolir edifícios velhos e insalubres, alargar ruas e avenidas e embelezar a cidade com instalações modernas, amplas e iluminadas. Nesse novo modelo urbanístico, modernizar a cidade significava também combater as epidemias e criar leis sanitárias para regulamentar o uso do espaço público.

Foi com base nesses padrões de higienização e embelezamento do espaço urbano que o barão Georges Eugène Haussmann dirigiu, entre 1853 e 1869, a **reforma de Paris**, na França, que se transformou em modelo urbanístico moderno para diferentes cidades do mundo, de Bruxelas (Bélgica), na Europa, a Santiago (Chile), Buenos Aires (Argentina) e Porto Alegre, no Brasil. Em poucos anos, a Paris de ruas estreitas e feições medievais desapareceu para dar lugar a uma cidade de bulevares e amplas avenidas, iluminada e admirada em todo o mundo.

O ideal de cidade moderna, representada pela capital francesa, foi também a principal inspiração para a **reforma urbana da capital brasileira**, realizada durante o governo de Rodrigues Alves. Assim que tomou posse, no final de 1902, o presidente pôs em ação seu plano de saneamento e reforma urbana da cidade. Nomeou o engenheiro Pereira Passos prefeito da capital, garantindo-lhe amplos poderes para as obras de demolição e remodelação do centro do Rio de Janeiro, e entregou a direção geral da Saúde Pública ao cientista e médico sanitarista Oswaldo Cruz.

Para navegar

Museu da Imigração

<https://museudaimigracao.org.br/>. Acesso em 8 set. 2020.

O Museu da Imigração, em São Paulo, é um espaço dedicado à memória dos imigrantes que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria dos Imigrantes. No *site*, há um vasto acervo de fotografias de viagens, retratos dos imigrantes e cartões-postais, além de registros de imigrantes que passaram pela hospedaria.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Em pouco mais de três anos, a intervenção conjunta do governo federal e da prefeitura transformou a paisagem da região central do Rio de Janeiro. O porto foi modernizado com obras de aterro, construção de armazéns e trilhos para a circulação de bondes e instalação de rede de eletricidade. Ruas foram alargadas, praças e jardins foram construídos, assim como três novas avenidas. Para isso, 640 edifícios foram demolidos, muitos deles antigos cortiços, e seus moradores tiveram de procurar outro lugar para viver.

O povo se rebela: a Revolta da Vacina

As medidas de saneamento da capital constituíam a frente higienista da reforma modernizante do governo de Rodrigues Alves e se apoiavam em uma necessidade real de melhorar as condições da saúde pública na cidade. Com quase 700 mil habitantes no início do século XX, a capital enfrentava sérios problemas sanitários: lixo espalhado pelas ruas, onde também circulavam vacas, porcos e galinhas, esgoto correndo a céu aberto e cortiços superpovoados.

Diretor geral da Saúde Pública, Oswaldo Cruz atacou primeiro a febre amarela. A partir de abril de 1903, brigadas de combate ao mosquito transmissor da doença, acompanhadas da polícia, vistoriavam ruas e casas de vários bairros, principalmente cortiços, desinfetando, exigindo melhorias sanitárias, intimando os proprietários e, em muitos casos, interditando as construções. Ao mesmo tempo, leis sanitárias proibiram a circulação de animais soltos nas ruas e a criação de suínos, bem como determinaram que os mendigos fossem recolhidos aos asilos.

O segundo alvo da campanha sanitária de Oswaldo Cruz foi a varíola, combatida com a implantação da vacina. O projeto de lei que instituía a vacinação obrigatória contra a varíola foi aprovado pelo Congresso no final de outubro de 1904 e regulamentado no dia 9 de novembro. A decisão, publicada no jornal *A Notícia*, foi o estopim para o início da revolta. Durante uma semana, armados com pedaços de pau, pedras, facas, carabinas e revólveres, os populares enfrentaram nas ruas a polícia, o exército, a marinha e o corpo de bombeiros.

No dia 20 de novembro, o cenário na cidade era desolador: bondes depredados, calçamentos arrancados, postes e lampiões destruídos, fábricas e lojas atacadas. Estima-se que trinta pessoas tenham sido mortas nos confrontos e cerca de mil rebeldes tenham sido presos, levados para a Ilha das Cobras ou deportados para o Acre.

Ilha das Cobras: ilha localizada na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, onde havia uma prisão naval.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 4 e 5
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS205 EM13CHS402 EM13CHS503

De olho no presente

Regeneração × bota abaixo

A reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos foi vista e nomeada de forma diferente por seus contemporâneos. Para as elites políticas e econômicas do Rio de Janeiro, ela iniciava o período de "regeneração" da capital, de sua inserção no mundo civilizado; para os pobres, excluídos desse modelo de urbanidade, a reforma representava a ditadura do "bota abaixo".

REPRODUÇÃO - FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Charge da revista *O Malho*, n. 127, publicada em 1905.

AUGUSTO MALTA - ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Vista da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de Augusto Malta, 1906.

Questões — Registre em seu caderno

1. Que contexto social e histórico explica que parte da população da capital via a reforma como regeneração e a outra parte via como a ditadura do "bota abaixo"?
2. De que maneira as imagens se relacionam com a reforma urbana da capital federal no início da república? Que visão sobre a reforma do Rio de Janeiro as imagens transmitem?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A Vila Maria Zélia

Assim como na capital federal, a crise habitacional foi uma das principais manifestações do crescimento econômico e demográfico da cidade de São Paulo no início da república. A maior parte dos trabalhadores morava na parte baixa das áreas centrais da cidade, próximo às várzeas do Rio Tamanduateí e nos bairros do Brás, Barra Funda e Bela Vista, enquanto as camadas mais ricas habitavam a parte alta, na região de Higienópolis, Campos Elíseos e, depois, Avenida Paulista.

Nos bairros operários, predominavam os cortiços, habitações coletivas e precárias, carentes de instalações sanitárias, rede de esgoto e serviço de coleta de lixo, condições propícias à proliferação de várias doenças. Diante desse quadro, teve início na capital paulista uma campanha de saneamento e higienização urbana dirigida pelas autoridades e apoiada pelas camadas médias e altas da cidade. O alvo eram os cortiços, considerados o foco das epidemias e a parte vergonhosa da paisagem paulistana.

O resultado foi a aprovação do Código de Posturas, em 1886, e do Código Sanitário do Estado, em 1894. As leis previam a intervenção pública nas habitações operárias, a adequação das moradias às normas legais, a aplicação de multas e a demolição dos cortiços. A população pobre, sem recursos para arcar com aluguéis mais altos e com o custo do transporte, resistia a abandonar os cortiços e mudar-se para áreas mais distantes do centro e dos locais de trabalho.

Diante das dificuldades de aplicar a lei, o poder público adotou, em 1900, uma política habitacional paralela, visando incentivar a instalação de um novo tipo de moradia, mais barato, higiênico e adequado às exigências do trabalho: as **vilas operárias**. O plano era estimular os empresários, por meio de incentivos fiscais, a adquirir terrenos para a construção de cidadelas operárias, fora do perímetro urbano. Na prática, a intenção era afastar os operários do olhar cotidiano das elites paulistanas e valorizar o centro da cidade.

ACERVO ICONOGRAPHIA

1

A Vila Maria Zélia, na cidade de São Paulo (SP), no dia em que foi inaugurada, em 1917.

A Vila Maria Zélia, inaugurada em 1917, tornou-se modelo de vila operária. Ela foi construída na Rua dos Prazeres, no bairro do Belenzinho, para abrigar os 2.100 operários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, do empresário Jorge Street. No terreno, além de uma fábrica de juta e 198 casas, havia capela, farmácia, armazém, creche, jardim da infância, campo de futebol, área de lazer, salão de baile e duas escolas, uma para meninos e outra para meninas.

As casas, de dois, três ou até quatro dormitórios, com água encanada e energia elétrica, mediam de 75 e 110 metros quadrados, e o aluguel cobrado por elas era compatível com o salário dos operários. No local, além das instalações que garantiam lazer e educação primária, havia assistência médica e odontológica, condições de conforto, higiene e salubridade que inexistiam nos cortiços da área central.

Porém, se havia aspectos positivos nesse modelo habitacional, não é possível ignorar sua função disciplinadora, vigilante e punitiva, destinada a forjar uma conduta favorável ao trabalho e às metas de produtividade. Afastados dos perigos e dos vícios da grande cidade, os operários, na vila, deviam adaptar-se às regras do ambiente, à moral da igreja, à rigidez do relógio e à disciplina da fábrica. O contato estreito com Jorge Street e sua família, sempre presentes em celebrações no local, ajudava a criar uma relação de identidade entre os operários e seus patrões, reforçando a política de domesticação dos trabalhadores.

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO PARTICULAR

2

A jovem Maria Zélia Street, filha do casal Street, aos 15 anos de idade. Ela faleceu em 1915, aos 16 anos, vítima de tuberculose. A Vila Maria Zélia recebeu esse nome em homenagem à jovem.

(BNCC) Competências específicas: 1, 4 e 5
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS401 EM13CHS402 EM13CHS503

Questões

Registre em seu caderno

1. **Junte-se a alguns colegas e escolham uma das imagens desse boxe para analisar. Descrevam o local, as condições do(s) edifício(s) (se houver), a(s) pessoa(s) fotografada(s) (se houver), sua condição social, o que ela(s) poderia(m) estar pensando no momento da foto, suas expectativas etc.**
2. **De acordo com o texto, a Vila Maria Zélia cumpriu uma função domesticadora e vigilante, contribuindo para disciplinar os moradores e adaptá-los às exigências do trabalho na fábrica.**
   - **a)** Como isso teria acontecido?
   - **b)** O papel que a Vila Maria Zélia teria cumprido, em sua opinião, foi positivo ou negativo? Pense sobre isso e elabore argumentos para debater o assunto com os colegas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

Um outro olhar sobre a república oligárquica

"Existe uma tendência, bastante simplificadora e esquemática, que vê a Primeira República como um período de predomínio exclusivo da fraude eleitoral, do controle absoluto do voto pelos coronéis, da ausência de um mercado político competitivo e de uma predisposição a [...] rejeitar totalmente a participação do *demos* na *polis*. [...] Estudos recentes têm apontado para direções alternativas, revelando um regime político de intensa disputa, onde não só o voto era disputado como, sobretudo, a presença do eleitor – uma vez que o voto era facultativo. Havia espaço para a eleição de setores da oposição, havia significativa renovação do Parlamento a cada legislatura e uma certa margem de autonomia dos eleitores. Por parte das elites governantes, pelo menos entre os juristas, havia uma preocupação muito grande em torno da inibição e contenção das fraudes eleitorais, frequentemente denunciadas, bem como um papel pedagógico da imprensa com esse mesmo propósito. Formalmente, o Estado republicano era liberal e democrático. [...] Claro que esse conjunto de posturas não tornava o Estado republicano democrático [...], se levarmos em conta o que consideramos como democracia hoje. [...] A democracia é um valor que se constrói ao longo de gerações por parte daqueles que lutam por ela e pela sua preservação. [...] Ela é um processo de acúmulo de experiências que se consolidaram ao longo do período. [...] Não queremos aqui dizer que a Primeira República foi um regime democrático de ampla competição. Não, todos sabemos que o regime era oligárquico, que menos de 4% da população votava, que em alguns períodos a imprensa foi censurada e os regimes de exceção – estados de sítio – foram constantes. O que os novos trabalhos têm tentado evitar é a generalização e têm levado em conta que o regime político no período era bem mais complexo do que até então imaginávamos."

Cláudia Viscardi. *In*: RIBEIRO, Paula Vanessa Paz; ANGELI, Douglas Souza. República, voto e democracia no Brasil: entrevista com Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. *Aedos*, v. 10, n. 23, dez. 2018.

Doc. 2

Retratos dos excluídos

O fotógrafo italiano Vincenzo Pastore estabeleceu-se na capital paulista em 1899, onde montou um estúdio de sucesso. Ele produziu, dentro e fora do estúdio, fotografias de trabalhadores imigrantes, ex-escravos, personagens simples, entre adultos, crianças e idosos, compondo um registro iconográfico valioso da história social da cidade. Observe, a seguir, uma de suas obras.

VINCENZO PASTORE - ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Retrato de mulher com criança no colo, fotografia de Vincenzo Pastore, c. 1910.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Como a análise da socióloga Cláudia Viscardi sobre a Primeira República se diferencia da análise adotada neste livro? Que argumentos apresenta?
2. Segundo Cláudia Viscardi, que características oligárquicas e democráticas teria a Primeira República?

Analisar

Doc. 2

3. Que aspecto diferencia essa fotografia de outras imagens de mulheres negras com crianças no colo, comuns no final do império e início da república no Brasil?
4. Note que essa fotografia remete a um tema tradicional da arte sacra cristã. Que tema é esse? Que elementos aproximam e distanciam a obra de Vincenzo dessa arte religiosa?
5. Em sua opinião, o fotógrafo construiu uma imagem positiva ou crítica em relação à situação social dos negros no Brasil após a abolição? Explique.

Retomar

6. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Que condições sociais, políticas e econômicas explicam o fim do regime monárquico no Brasil? Podemos dizer que a Primeira República significou um passo importante na ampliação da democracia e da cidadania no Brasil?

CAPÍTULO 10

Protestos contra a república oligárquica

Que motivações religiosas, sociais e políticas explicam a formação das comunidades religiosas de Canudos e do Contestado? Como era a vida dos marinheiros e dos trabalhadores fabris no Brasil da Primeira República?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 3, 4, 6 e 9

Competências específicas: 1, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS104
EM13CHS105 EM13CHS106
EM13CHS402 EM13CHS404
EM13CHS501 EM13CHS502
EM13CHS503 EM13CHS606

As desilusões com o novo regime

A proclamação da república despertou nas elites intelectuais, nas camadas médias e nos setores mais organizados do operariado as expectativas de democratizar a atividade política e de melhorar as condições de vida. O Rio de Janeiro, centro cultural e político do Brasil, expressava, mais do que qualquer outra cidade brasileira, o entusiasmo com as mudanças que o novo regime prometia trazer para o país. O acelerado crescimento demográfico no Rio ajudava a criar um ambiente de convivência social, de agitações políticas e de interesse em debater os problemas do Brasil e da capital.

Logo, porém, muitos se desiludiram com o novo regime. A repressão movida pelo governo de Floriano Peixoto à Revolta da Armada, as dificuldades dos trabalhadores para se organizar em partidos e atuar nas eleições e a ausência de um projeto de inclusão social revelaram rapidamente o caráter conservador da república brasileira, mais comprometida em garantir a liberdade dos estados e dos negócios do que em ampliar a democracia e incluir novos grupos sociais à vida política da cidade e do país. Sem esperanças, vários representantes da elite intelectual se refugiaram na literatura ou buscaram o autoexílio na Europa; outros, ligados ao movimento operário, foram além da crítica à república brasileira: abraçaram a crítica ao capitalismo, aderindo ao anarquismo ou ao socialismo.

Revolta da Armada: rebelião que eclodiu na marinha brasileira em dois momentos (1891 e 1893), supostamente contra a excessiva centralização política nos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Vista da Praça XV de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro, em 1905.

AUGUSTO MALTA - COLEÇÃO GILBERTO FERREZ/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

O historiador José Murilo de Carvalho, ao analisar o significado da república para a população da capital, concluiu que as camadas mais pobres, que incluíam os negros, mostravam-se indiferentes às mudanças no sistema político brasileiro. Alheios às instituições republicanas, os excluídos do Rio de Janeiro atuavam em outros espaços de sociabilidade, que podiam ser o cortiço, o entrudo, a festa religiosa do bairro ou da comunidade imigrante da qual faziam parte. Os pobres, excluídos dos salões, cafés e avenidas do Rio elegante e chique, providenciaram espaços variados de convivência e diversão.

A insatisfação social e a indiferença em relação às instituições atingiram o campo e as cidades, como você vai ver agora.

Canudos: a cidadela de Deus

A curta história da comunidade sertaneja de **Canudos**, estabelecida no **sertão** da Bahia entre 1893 e 1897, está no imaginário de muitos brasileiros. O movimento entrou para a história com o destaque que merece levado principalmente pelas páginas da literatura e de seu "Homero" mais ilustre, o escritor Euclides da Cunha. Com uma narrativa vibrante e engajada, o escritor fez de sua obra *Os sertões* um monumento à identidade e à luta dos sertanejos mortos pelas forças militares da república. **Doc. 1**

O conflito narrado na obra euclidiana tem como cenário o sertão da Bahia e como protagonistas a população do arraial, liderada pelo beato Antônio Conselheiro, e seus agressores, as tropas republicanas. Porém, para compreender a formação de Canudos, é necessário ir além da obra de Euclides: é preciso examinar as condições socioeconômicas e políticas que contribuíram para o fortalecimento do messianismo de Antônio Conselheiro e de outros líderes religiosos que vagavam pelo sertão nordestino no século XIX.

A república tinha apenas quatro anos de existência no Brasil quando o arraial de Canudos foi fundado, e não havia nenhuma garantia de que a monarquia não pudesse ser restaurada no país. A ausência de um projeto de inclusão social e a incapacidade do regime de consolidar suas instituições e democratizá-las eram motivos de grande instabilidade. Na Bahia, onde os "coronéis" do sertão eram muito fortes e as lutas políticas entre os vários setores da elite eram acirradas, a debilidade da república era ainda mais acentuada.

A situação econômica da Bahia, sem nenhum produto de peso nas exportações brasileiras, era de dificuldades, que eram agravadas pelas secas periódicas que afligiam o sertão nordestino. No Ceará, por exemplo, durante a grande seca ocorrida entre 1877 e 1879, meio milhão de pessoas morreram de fome, de desnutrição ou em decorrência da falta de água. Castigados pelas secas, muitos sertanejos abandonavam suas roças, atraídos pelas oportunidades de trabalho nos cafezais do Sudeste ou na extração de borracha na Amazônia.

Entrudo: festa popular introduzida pelos colonizadores portugueses no Brasil que consistia, basicamente, em jogar água uns nos outros, banho que era completado depois com farinha, goma, barro ou cal.

Homero: aedo ao qual são atribuídos os poemas míticos gregos *Ilíada* e *Odisseia*, que consagraram a Guerra de Troia. A referência a Homero nesse caso foi feita para destacar o papel de Euclides da Cunha e de sua obra *Os sertões* na imortalização de Canudos e de sua luta.

Messianismo: movimento religioso que tem como base a figura de um líder espiritual, o qual, com suas obras e pregações, arrebanha grande número de seguidores para viver um tipo de catolicismo popular e independente da Igreja de Roma.

EVANDRO TEIXEIRA/TYBA

Nesta imagem de 1996, o fotojornalista Evandro Teixeira registrou o drama dos moradores do sertão da Bahia, atingidos pela estiagem prolongada, em sua luta constante para obter água. A foto faz parte do livro *Canudos: 100 anos depois*, produzido por Teixeira e lançado em 1997. A obra traz memórias fotográficas dos vestígios da Guerra de Canudos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A região de Canudos

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: *Saga*: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 173.

Antônio Conselheiro: um peregrino do sertão

Na segunda metade do século XIX, nesse contexto de dificuldades econômicas, longos períodos de estiagem e instabilidade política, o catolicismo popular espalhou-se pelo sertão nordestino. Beatos e beatas pregavam aos fiéis, confortavam os doentes, organizavam mutirões para construir e reparar igrejas, além de aconselhar os crentes em suas aflições espirituais e materiais.

Nenhum beato teve tanto êxito no recrutamento de seguidores como Antônio Vicente Mendes Maciel, que ficou conhecido como **Antônio Conselheiro**. Filho de um pequeno comerciante, ele nasceu em Quixeramobim, no sertão do Ceará, por volta de 1830. Órfão de mãe aos 6 anos de idade, teve sua infância marcada pelos maus-tratos da madrasta, pelo alcoolismo do pai e pela intensa rivalidade entre sua família (Maciel) e a dos Araújo, a mais sangrenta do sertão do Ceará e que fez várias vítimas de ambos os lados. Desde cedo, frequentava a igreja e apreciava assuntos religiosos.

Incentivado pelo pai, Antônio Maciel aprendeu português, latim e francês, revelando, ainda criança, forte interesse pela leitura. Por volta dos 20 anos, conheceu a jovem Brasiliana Laurentina de Lima, sua prima, e casou-se com a moça. Após o casamento, os dois se estabeleceram em várias vilas e cidades do Ceará, onde Antônio exerceu diversas profissões, incluindo a de professor. Abandonado pela esposa, iniciou a vida de beato peregrino, percorrendo o sertão do Ceará, de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia.

O beato visitou o sertão da Bahia pela primeira vez em 1874 e, três anos depois, estabeleceu-se definitivamente na região, peregrinando por vilas e povoados, de onde partia após pregar aos moradores e realizar, com os fiéis, a reforma de uma igreja ou de um cemitério, entre outras obras religiosas. De barba e cabelos compridos e trajando um camisolão azul, o peregrino assumiu uma vida ascética, baseada na renúncia aos bens materiais, aos prazeres mundanos e à vaidade, e em jejuns prolongados e noites de sono ao relento e no chão duro.

A fundação e a queda de Canudos

Em seus sermões, Antônio Conselheiro destacava o ideal do martírio, as obrigações religiosas e o desejo de salvação, preocupações dos pregadores leigos, muito comuns no Nordeste do século XIX.

A própria Igreja admitia, nos locais onde não havia sacerdotes, a importância dos leigos no trabalho de conduzir o povo em orações, garantir instrução religiosa e orientar a conduta dos fiéis de acordo com os preceitos católicos. Antônio Conselheiro, portanto, iniciou suas pregações seguindo as recomendações da Igreja.

O crescimento da fama do beato, porém, começou a preocupar o clero católico e os fazendeiros da Bahia. Batizados, festas, novenas, construção e reforma de igrejas e cemitérios eram realizados sob a direção de Conselheiro, sem cobrar nada, contando com o trabalho de operários e com os materiais doados pelos fiéis mais abastados. Sentindo o seu poder ameaçado, em 1882 a Igreja proibiu o beato de pronunciar seus sermões. Antônio Conselheiro não se intimidou e continuou com sua missão religiosa.

Após liderar uma rebelião popular contra a cobrança de impostos, em 1893 Antônio Conselheiro e seu grupo se estabeleceram em Canudos, uma fazenda abandonada situada às margens do Rio Vaza-Barris, no sertão da Bahia. Batizada de **Belo Monte**, a cidadela passou a acolher diariamente fiéis vindos de locais próximos e distantes e chegou a ter cerca de 5 mil casas e 20 mil moradores.

O crescimento da cidadela alarmou os fazendeiros, que começaram a sentir falta de mão de obra, e a Igreja Católica, que decidiu eliminar a concorrência dos pregadores leigos.

Catolicismo popular: introduzido no Brasil por portugueses pobres no período colonial, espalhou-se pelas áreas rurais. Caracteriza-se pela forte presença de leigos entre os fiéis, em substituição aos sacerdotes, pela devoção a um santo protetor, considerado pelos fiéis mais importante que os sacramentos da Igreja, pela prática de romarias e pelo pagamento de promessas.

Ascético: característica de asceta, pessoa que adota uma prática de vida austera, dedicada à purificação espiritual por meio das orações, do jejum, da meditação e do controle dos desejos do corpo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A hostilidade contra o arraial começou após o atraso na entrega de um lote de madeira comprado por Conselheiro de um comerciante de Juazeiro. A desavença comercial foi o estopim para o envio da primeira expedição para destruir Canudos. Os soldados foram derrotados pelos sertanejos, o que alimentou a fúria crescente do governo republicano e da grande imprensa, que se uniram na campanha para atacar a comunidade em nome da civilização e do progresso. A guerra terminou após o envio da quarta expedição e a destruição completa do arraial.

JOÃO MACHADO/OLHAR IMAGEM

Ruínas da cidade histórica de Canudos, no sertão da Bahia, em 2012.

Os sertões: o livro-monumento

O engenheiro e escritor brasileiro Euclides da Cunha acompanhou, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, os combates entre as forças da quarta expedição e os sertanejos de Canudos, de agosto a 3 de outubro de 1897. Euclides combinou seus escritos e experiências na frente de batalha com sua visão de mundo e com seu inegável talento poético para produzir *Os sertões*. Nessa obra-prima da literatura brasileira, o autor migra, em um movimento crescente, da hostilidade e do preconceito inicial em relação aos sertanejos para a empatia, a compreensão e até certa admiração pelo modo de vida daqueles brasileiros.

Como cidadão letrado do final do século XIX e início do século XX, Euclides da Cunha levou para o livro sua formação positivista, seu entusiasmo com o progresso e as conquistas científicas e tecnológicas da modernidade. Como outros autores do período, ele compartilhava a crença em um futuro de solidariedade e elevação intelectual para toda a humanidade, sem distinções nacionais, uma única pátria humana; acreditava que o avanço do progresso e da liberdade conduziria as sociedades ao estágio definitivo de sua evolução, humanista, cosmopolita e solidário.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, em sua obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Euclides fez de *Os sertões* um manifesto em defesa da nacionalidade brasileira, representada na figura do sertanejo, que teria sido formado pelo contato entre os vaqueiros, os indígenas e os trabalhadores da floresta, do norte do Brasil, e os gaúchos e as missões jesuíticas, do sul, integrados pelos bandeirantes paulistas.

Assim, com sua visão positivista e determinista, Euclides proclamou em sua obra a missão que cabia à nossa república: olhar para o interior do país, e não para a Europa; integrar o sertanejo à "civilização", e não isolá-lo ou destruí-lo. O sertanejo, forjado na relação cotidiana com a terra e com as dificuldades impostas pela natureza, teria, na visão do escritor, a força, a resistência e a firmeza moral necessárias para conduzir o país à era do progresso, da harmonia e da solidariedade.

Para ler

Euclides para jovens leitores

Organizadores: Ivo Barbieri; Maria Aparecida A. Salgueiro; Nelson Rodrigues Filho. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

Escritos jornalísticos e literários de Euclides da Cunha sobre o conflito de Canudos e outras questões nacionais do início da república foram selecionados neste livro destinado ao jovem leitor.

(BNCC) Competência específica: 1

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Sala de bate-papo

- Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, *monumento* é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a memória desse passado. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é considerado por muitos autores um livro-monumento. Converse com um colega sobre esse significado que foi dado ao livro de Euclides.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Caboclo: termo utilizado na época para se referir aos sertanejos da região do Contestado, em geral mestiços.

Devoluto: vazio; desocupado; disponível para venda.

Em 1942, durante o governo Vargas, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e os demais bens da Brazil Railway Company foram incorporados à União. Em 1975, a ferrovia foi transferida para o controle da Estrada de Ferro Central do Brasil. O serviço de transporte de passageiros começou a ser desativado na década de 1960, processo que foi concluído nos anos 1980.

:: O Contestado: o messianismo no sul do Brasil

A Guerra do Contestado foi travada em um território disputado pelos estados de Santa Catarina e do Paraná e expressou, como em Canudos, motivações sociais, religiosas e políticas. A face social do conflito estava associada, primeiramente, ao regime de propriedade de terras. Cultivando pequenas lavouras de subsistência e erva-mate, a maior parte dos sertanejos tinha a posse tradicional das terras em que viviam, mas não o título de propriedade, que, em geral, pertencia aos "coronéis" locais. Sem a propriedade legal dos estabelecimentos, os lavradores ficavam sujeitos a todo tipo de abuso. A situação de insegurança dos caboclos foi agravada pela expansão do capital estrangeiro na região com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

O magnata estadunidense Percival Farquhar, com vários negócios no Brasil e controlador da Brazil Railway Company, assumiu, no início do século XX, a construção da ferrovia que ligaria o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, concedida pelo governo federal. Para a realização das obras, o empresário recebeu o direito de explorar, na região do Contestado, uma faixa de até 15 quilômetros de terras dos dois lados da ferrovia, declaradas devolutas pelo governo. Essa área, porém, era habitada havia décadas por posseiros que viviam da agricultura de subsistência e do cultivo de erva-mate. Sem o título de propriedade, os caboclos foram expulsos de suas terras.

CLARO JANSSON - ACERVO MUSEU PARANAENSE, CURITIBA

Fazendeiros e sertanejos na região do Contestado, em 1912. Note as condições precárias em que viviam os sertanejos.

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: Os principais embates da guerra. *O Estado de S. Paulo*, 11 fev. 2012. Disponível em <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,os-principais-embates-da-guerra,208478>. Acesso em 8 set. 2020.

A guerra contra as "cidades santas" dos caboclos

Assim como em Canudos, o catolicismo popular estava presente no conflito do Contestado. Diante da ausência de sacerdotes para ministrar os sacramentos formais, expandia-se a ação de monges, videntes, benzedeiras e curandeiros. Na época em que a guerra eclodiu, cerca de cinquenta desses monges ou líderes messiânicos peregrinavam pela região do Contestado. **Doc. 2**

O monge de maior destaque se autodenominava José Maria de Santo Agostinho e apareceu na região de Campos Novos, em Santa Catarina, em 1912. Por suas curas, atraiu uma multidão de seguidores e com eles se fixou em Taquaruçu, então município de Curitibanos. Perseguido por forças catarinenses, o grupo refugiou-se nos campos de Irani, que na ocasião pertencia ao município paranaense de Palmas. Sendo uma área de conflitos fronteiriços, o governo do Paraná viu o ato como uma ameaça dos catarinenses e decidiu agir. Na madrugada de 22 de outubro de 1912, soldados do Regimento de Segurança do Paraná entraram em combate com os sertanejos. Na batalha, morreram 21 pessoas, incluindo o líder José Maria. Tinha início a **Guerra do Contestado**.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Após a morte de José Maria, seguidores do monge fundaram um segundo povoado em Taquaruçu, a "cidade santa", que acolheu com o tempo centenas de descontentes. Vivendo sob laços de solidariedade e normas de conduta estabelecidas pela comunidade, os moradores negavam a república. Contra o regime dos coronéis, da estrada de ferro e do governo, eles proclamaram uma monarquia sem rei, regida pelas leis do céu.

Ao longo de 1914, à medida que a repressão das tropas federais e estaduais se intensificou, "cidades santas" espalharam-se pela região serrana de Santa Catarina. A partir de março-abril de 1915, o governo fechou o cerco aos rebeldes com o envio de uma expedição de cerca de 8 mil soldados. A campanha foi concluída em janeiro de 1916, com a queda do último reduto rebelde e o massacre de vários sertanejos.

CLARO JANSSON - MUSEU PARANAENSE, CURITIBA

Sertanejos são observados por militares, em segundo plano, em Canoinhas (SC), após se renderem. Foto de 1915. O fotógrafo de origem sueca Claro Jansson imortalizou, com sua câmera, cenas da Guerra do Contestado.

A Revolta da Chibata: uma rebelião na marinha do Brasil

No Brasil, desde o império, a hierarquia social nas forças armadas reproduzia as relações hierárquicas vigentes na sociedade. Os oficiais e os praças eram recrutados geralmente segundo o critério de origem e cor, e, portanto, entre as famílias aristocráticas e brancas. Com a república, ampliou-se o oficialato para outros grupos sociais, desde que fossem oriundos de famílias ricas.

Os marinheiros subalternos, por sua vez, tinham origem pobre. A maior parte deles era recrutada à força após ser detida sob a acusação de vadiagem ou de pequenos delitos. A minoria era recrutada nas escolas de aprendizes, onde os jovens recebiam instrução profissional, ideológica e moral para ingressar na Armada.

Os marinheiros brasileiros não tinham apenas um perfil social, mas também racial. Cerca de 80% deles eram negros e pardos, recebendo tratamento semelhante ao dispensado a antigos escravizados. As punições por faltas cometidas previam prisão na solitária e castigos físicos, que incluíam o uso de argolas de ferro para prender o condenado pelo pescoço, a palmatória e a chibata. Também pesavam sobre os marinheiros os baixos soldos, a jornada extenuante de trabalho e a proibição de dar baixa antes de cumprir quinze anos de serviço. **Doc. 3**

A rebelião dos marinheiros foi também a expressão de um contexto de mudanças e lutas pela conquista de direitos sociais no Brasil. O fim da escravidão e a proclamação da república haviam criado esperanças de melhorias sociais. A Revolta da Vacina (1904) ainda estava viva na memória dos cariocas, assim como a greve operária de 1903, que paralisou várias fábricas e atividades da capital federal. Em São Paulo, a década de 1900 tinha sido marcada pela mobilização operária, com protestos contra a deportação de ativistas sindicais estrangeiros e uma forte greve pela jornada de oito horas, em 1907, que mobilizou metalúrgicos, gráficos, sapateiros, costureiras, tecelões e várias outras categorias.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 5

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503

Questões

Registre em seu caderno

1. Aponte algumas semelhanças entre as comunidades de Canudos e do Contestado.
2. De que maneira a repressão aos dois movimentos expressou o pensamento etnocêntrico de origem europeia assimilado pelas elites brasileiras?

A adoção de castigos físicos para garantir a disciplina não era exclusiva da marinha. No exército brasileiro, os soldados acusados de desobediência ou agressão a um superior eram punidos com palmatórias e surras com espada sem corte. Se o soldado desmaiasse durante a aplicação do castigo com a espada, um médico, que monitorava os sinais vitais do condenado, orientava o carrasco a suspender o castigo ou a dar prosseguimento a ele.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Acontecimentos externos também ajudaram a impulsionar o movimento. A revolta dos marinheiros do *Encouraçado Potemkin*, na Rússia, em 1905, teve repercussão mundial e inspirou os marujos brasileiros. Outro fator externo, talvez o mais decisivo, foi o programa de modernização da Armada brasileira, iniciado em 1904 com a compra de navios encouraçados e de outras embarcações da indústria naval inglesa. Enviados à Inglaterra para treinamento, muitos marinheiros tiveram contato com trabalhadores de vários países e puderam constatar a precariedade em que viviam no Brasil.

Antes de decidir pela rebelião, os marinheiros já tinham feito várias reivindicações pacíficas pelo fim dos castigos físicos na marinha. Sem êxito, começaram a articular clandestinamente a revolta, prevista para eclodir entre os dias 24 e 25 de novembro de 1910. Porém, um incidente no encouraçado *Minas Gerais* acabou por antecipar a rebelião. Acusado de ferir um cabo com uma navalha, o marinheiro Marcelino de Menezes foi punido, no dia 21, com 250 chibatadas, diante de toda a tripulação. Indignados, marinheiros do *Minas Gerais*, sob o comando de **João Cândido**, marcaram para o dia seguinte o início do levante.

Conforme o combinado, os marinheiros assumiram o controle do navio *Minas Gerais* e, patrulhando a Baía da Guanabara, garantiram a adesão dos encouraçados *São Paulo*, *Bahia* e *Deodoro*. Com a Armada sob controle, os rebeldes enviaram um manifesto ao presidente da república recém-empossado, o marechal Hermes da Fonseca, ameaçando bombardear a capital federal caso suas reivindicações não fossem atendidas.

AUGUSTO MALTA - COLEÇÃO PARTICULAR

João Cândido, à direita, líder da Revolta da Chibata, lê o decreto de anistia aprovado pelo Senado e publicado nos jornais. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1910.

Além do fim dos maus-tratos, exigiam garantias de vida e nenhuma punição aos rebeldes. O governo, tomado de surpresa, negociou com os marinheiros, enquanto o Senado aprovou às pressas um projeto de anistia aos marinheiros.

Aceitas as suas reivindicações, os marinheiros depuseram as armas, ignorando que, no mesmo instante, o governo preparava a repressão. No dia 28, por meio de um decreto, o governo autorizou a prisão e a expulsão de todos os rebeldes da marinha. O clima tenso entre os marinheiros desembocou em outra revolta, na Ilha das Cobras, dessa vez a bordo do navio *Rio Grande do Sul*. Seguiu-se uma violenta repressão, a prisão de João Cândido e o degredo de cerca de cem marinheiros amotinados para a Amazônia.

Durante a viagem para a Amazônia, vários marinheiros de uma lista previamente elaborada foram executados e jogados ao mar sob a acusação de motim.

Operários: suas lutas, ideias e formas de organização

As condições de trabalho dos operários nas nascentes fábricas brasileiras eram semelhantes às da Inglaterra do início da industrialização. Os baixos salários, a extensa jornada de trabalho, os maus-tratos, a exploração do trabalho infantil e a ausência de qualquer direito trabalhista faziam parte da realidade dos operários de ambos os sexos, de diferentes idades e dos vários ramos industriais. Descontentes com essa situação, eles fizeram como os trabalhadores dos países pioneiros na industrialização: criaram associações de classe e organizaram diferentes formas de luta pela conquista de direitos.

Os operários da capital brasileira

O Rio de Janeiro, a capital da república, reunia, até a década de 1920, a maior população operária do Brasil, concentrada nas fábricas de tecidos, chapéus, sapatos e vidros, e integrada ainda por portuários, estivadores e ferroviários.

Desde o período imperial, a população operária no Rio de Janeiro era formada por um grande número de migrantes das áreas rurais fluminenses e de outras províncias do Brasil, bem como por estrangeiros, atraídos por oportunidades de trabalho oferecidas na corte. Com a abolição da escravatura, muitos ex-cativos das zonas cafeeiras migraram para a capital, o que explica a presença expressiva de trabalhadores negros e pardos nas fábricas da capital federal.

Se os operários das fábricas cariocas se diferenciavam pela cor, compartilhavam, porém, as mesmas condições precárias de vida e de trabalho: em troca de baixos salários, trabalhavam até quinze horas por dia, sem direito a descanso remunerado, férias, aposentadoria e proteção contra o desemprego. Fora da fábrica, a principal preocupação dos operários era a moradia. Com a reforma urbana do prefeito Pereira Passos, muitos trabalhadores foram expulsos das áreas centrais da cidade. A maior parte deles espalhou-se pelos subúrbios e pelas favelas, moradias populares que marcariam a paisagem urbana brasileira nos anos seguintes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO PARTICULAR

Patrão (ou capataz), ao centro, com crianças operárias. Fábrica Bangu, no Rio de Janeiro (RJ), em fotografia de 1892.

Em protesto contra essa situação, entre 1890 e 1920 os trabalhadores cariocas realizaram 316 greves. Na vanguarda dessas lutas estavam estivadores, ferroviários, gráficos, sapateiros, operários da construção civil, cocheiros, carroceiros e tecelões – estes, os trabalhadores do setor mais combativo do operariado daquele período. Eles estiveram à frente da greve de 1903, considerada a primeira **greve geral** no Rio de Janeiro.

O movimento teve início na Fábrica de Tecidos Cruzeiro, no dia 8 de agosto, em protesto contra o pagamento obrigatório dos instrumentos utilizados no trabalho. De lá, o movimento espalhou-se por outras fábricas têxteis e agregou trabalhadores de outras categorias. À medida que se alastrou, a greve adotou como eixo a reivindicação da **jornada de oito horas**. O movimento encerrou-se em 4 de setembro, com conquistas isoladas de algumas reivindicações.

Para ler

Os modelos das companhias industriais e seus reflexos nas cidades brasileiras

Organizadoras: Maria Cristina Villefort Teixeira; Maria Manoela Gimmler Netto; Marieta Cardoso Maciel; Marina Salgado; Staël de Alvarenga Pereira Costa.

Curitiba: Editora CRV, 2019.

Coletânea de artigos que apresenta diferentes abordagens sobre a influência das vilas operárias, construídas no final do século XIX e início do século XX – adaptações do modelo derivado do processo de industrialização inglesa –, no desenvolvimento de cidades brasileiras.

Mulheres e homens nas fábricas têxteis, alimentícias e metalúrgicas do Rio de Janeiro e de São Paulo (1919) – em %

	Rio de Janeiro (Distrito Federal)		São Paulo	
Fábricas	**Mulheres (> 14 anos)**	**Homens (> 14 anos)**	**Mulheres (> 14 anos)**	**Homens (> 14 anos)**
Têxtil	42,8	57,2	55,3	44,7
Alimentação	28,8	71,2	17,1	82,9
Metalurgia	5,5	94,5	6,0	94,0

Fonte: Recenseamento de 1920. *In*: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983. p. 111-112.

(BNCC) Competências específicas: 1, 4 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS402 EM13CHS404 EM13CHS606

Questões

Registre em seu caderno

1. Com base nos dados da tabela, compare a participação de homens e mulheres nas fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo: o que essas fábricas apresentavam em comum em relação à força de trabalho?
2. O que explica, em sua opinião, a grande concentração de mulheres na indústria têxtil e de homens na metalurgia?
3. Você acredita que essa tendência ainda se mantém nos dias de hoje? Explique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO PARTICULAR

Trabalhadores durante a greve geral de 1917 em São Paulo (SP).

O movimento operário em São Paulo e a greve geral de 1917

A expansão cafeeira e a imigração em massa foram condições essenciais para o desenvolvimento da indústria paulista, que se concentrou principalmente na cidade de São Paulo. Milhares de imigrantes se fixaram na capital, aos quais se somaram, ano após ano, os que deixavam as lavouras de café para viver na cidade.

O censo de 1893 evidenciou a importância dos imigrantes na vida paulistana. Naquele ano, eles representavam 54,6% da população e 79% dos operários fabris na cidade. Outro dado impressionante, cobrindo 31 indústrias de São Paulo, uma de Santos e uma de São Bernardo do Campo, revelou que, dos 10.204 operários recenseados, apenas 1.843 eram brasileiros e 6.044 tinham origem italiana.

O predomínio de trabalhadores imigrantes nas fábricas paulistas foi um canal de transmissão das ideias **anarquistas** ao movimento operário de São Paulo no início da república. A força do sindicalismo revolucionário foi essencial para a criação da **Confederação Operária Brasileira** (COB), em 1906. Nesse mesmo ano, foi estabelecido o 1º de maio como dia de luta dos trabalhadores.

Os resultados da organização operária não tardaram. Em maio do mesmo ano, os ferroviários paulistas entraram em greve. No ano seguinte, metalúrgicos, gráficos, tecelões, sapateiros, costureiras, trabalhadores da limpeza pública, entre outros setores, entraram em greve na capital pela jornada de oito horas. O movimento atingiu, em seguida, Santos, Ribeirão Preto e Campinas.

O ponto mais alto das lutas operárias do período ocorreu com a **greve geral de 1917**. O movimento se iniciou em uma grande indústria têxtil de São Paulo, em 9 de junho. Na ocasião, a polícia avançou sobre manifestantes de uma fábrica em greve e feriu mortalmente o sapateiro anarquista José Martinez. Após o enterro do jovem operário, no dia 11, a greve se espalhou pela cidade, paralisando fábricas, condutores de bondes, ferroviários e gráficos.

No final de julho, com a promessa de aumento de salário, não demissão dos grevistas e jornada de oito horas, os operários retornaram ao trabalho. Porém, terminado o movimento, muitas empresas demitiram grevistas e recusaram-se a conceder o aumento salarial definido nas negociações.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 4

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS404

Questões

Registre em seu caderno

1. Como o trabalhador foi representado nessa imagem? O que as caveiras poderiam simbolizar?
2. Você acredita que, no Brasil atual, o dia 1º de maio mantém o caráter de luta que tinha para o movimento operário do início do século XX? Justifique.

A imprensa operária

Os jornais cumpriram um papel fundamental na luta dos anarquistas pela organização sindical e pela educação política dos trabalhadores. *A Lanterna*, *O Amigo do Povo* e *La Battaglia*, em São Paulo, e a *Voz do Trabalhador*, no Rio de Janeiro, foram as publicações anarquistas de maior duração e regularidade.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH/IFCH/UNICAMP

Ilustração publicada no jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1913.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas

Doc. 1

A tenaz resistência de Canudos

"Não lhes bastavam 6 mil *mannlichers* e 6 mil sabres; e o golpear de 12 mil braços, e o acalcanhar de 12 mil coturnos; e 6 mil revólveres; e vinte canhões, e milhares de granadas, e milhares de *schrapnels*; e os degolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; e dez meses de combates, e cem dias de canhoneio contínuo; [...]

Impunham-se outras medidas [...]. Um tenente, ajudante de ordens do comandante geral, fez conduzir do acampamento dezenas de bombas de dinamite. Era justo; era absolutamente imprescindível. [...]

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. [...]"

CUNHA, Euclides. *Os sertões*: campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Publifolha, 2000. p. 503 e 514. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

Doc. 2

Os monges e os sertanejos

"Em contraste com o padre – porta-voz de uma instituição estranha – que, saindo de sua sede paroquial, situada numa vila ou cidade, também percorria o sertão, o 'monge' vivia no sertão. [...]. Ao contrário do padre, porém, esses estranhos se deixavam assimilar. Conquanto vivessem uma vida apartada e cultivassem hábitos mais ou menos ascéticos, passavam a fazer parte integrante da vida social sertaneja, como se fossem uma florescência natural da religião católica rústica. Representava o 'monge' um papel equivalente ao do padre, mas estava a serviço e era a expressão da autonomia do religioso rústico."

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 81.

Doc. 3

Representação da Revolta da Chibata

J. CARLOS - COLEÇÃO PARTICULAR

A disciplina do futuro, charge de J. Carlos publicada na revista *Careta* em 10 de dezembro de 1910.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 4 e 5; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS402 EM13CHS404 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Sobre o trecho de *Os sertões*, responda.

a) Quem são os sujeitos aos quais o autor se reporta ao utilizar o pronome pessoal "lhes" no primeiro parágrafo?

b) O autor parece expressar alguma opinião sobre a campanha de Canudos? Se sim, qual? Como ele o faz?

Doc. 2

2. Ao descrever a religiosidade dos sertanejos do Contestado, Duglas Monteiro estabelece uma diferença central entre a relação deles com os padres e a que tinham com os monges. Que diferença é essa?

Analisar

Doc. 3

3. Observe a charge com atenção e responda.

a) Descreva os personagens da charge e explique se a imagem transmite uma visão positiva ou negativa da Revolta da Chibata.

b) A charge contém uma clara manifestação de preconceito. Descreva-a e elabore uma crítica a ela.

Retomar

4. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- Que motivações religiosas, sociais e políticas explicam a formação das comunidades religiosas de Canudos e do Contestado? Como era a vida dos marinheiros e dos trabalhadores fabris no Brasil da Primeira República?

CAPÍTULO 11

Entre a ditadura e o populismo

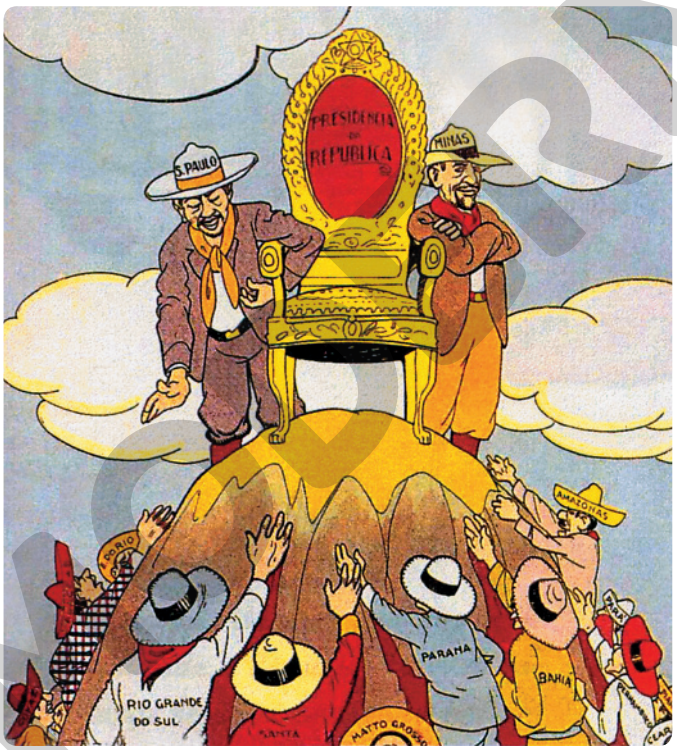
Quais foram as principais motivações para o movimento de 1930? O que significa populismo? Por que esse conceito é tão polêmico? Quais características aproximam o governo de Getúlio Vargas e o de Perón na Argentina?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 3, 7, 9 e 10

Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103
EM13CHS104 EM13CHS501
EM13CHS502 EM13CHS503
EM13CHS602 EM13CHS603

A crise do pacto oligárquico e a Revolução de 1930



A fórmula democrática. "Tenham paciência, mas aqui não sobe mais ninguém", charge de Alfredo Storni publicada na *Revista Careta*, em 1925.

REPRODUÇÃO AUTORIZADA POR ANA MARIA STORNI - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Quando pesquisamos na internet informações sobre a Primeira República no Brasil, é comum encontrarmos referências à chamada **política do café com leite**, expressão que se refere ao suposto rodízio entre paulistas, produtores de café, e mineiros, produtores de leite, no controle do governo federal. A ideia de uma aliança estável entre oligarcas mineiros e paulistas, excluindo as oligarquias dos demais estados, predominou na historiografia brasileira durante a maior parte do século XX.

Pesquisas mais aprofundadas sobre o jogo de poder no período mostraram, no entanto, que a relação entre as oligarquias era mais complexa: nem havia uma frente de paulistas e mineiros que marginalizava os demais estados, nem São Paulo e Minas viviam uma união estável, de confiança recíproca e feliz. Mais que apenas São Paulo e Minas, havia um time de oligarquias dominantes, rodeado de oligarquias-satélites. A vitória de algum desses protagonistas na sucessão presidencial não acontecia à custa da exclusão dos demais. Havia negociações e barganhas, que contribuíam para criar um sentimento de cumplicidade entre eles e alimentar entre os perdedores a esperança em uma futura vitória.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As eleições de 1930

As eleições para a sucessão do presidente Washington Luís estavam previstas para 1930. Na campanha, Washington Luís declarou apoio ao candidato paulista Júlio Prestes. As lideranças políticas do Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) haviam decidido ter chegado a hora de um candidato do estado assumir o posto político mais importante do país. O nome que eles indicaram para disputar o cargo foi o de **Getúlio Dornelles Vargas**, presidente do estado do Rio Grande do Sul.

Procurado por articuladores da campanha de oposição, João Pessoa, presidente do estado da Paraíba, aceitou o convite para ser o candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Getúlio. Em agosto, os estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais constituíram a **Aliança Liberal**, que lançou oficialmente a candidatura Vargas-João Pessoa.

A Aliança Liberal logo recebeu o apoio das oposições estaduais, com destaque para o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Essa ampla frente de oposição foi comparada a uma "Arca de Noé", que reunia libertadores e republicanos gaúchos, rebeldes **tenentistas** exilados, antigos oligarcas dissidentes de Minas Gerais e da Paraíba, a elite agrária e financeira do Partido Democrático Paulista e conhecidos liberais da comunicação.

O programa político da Aliança Liberal refletia a diversidade de grupos e interesses. Eles defendiam o voto secreto em todo o país, o fim das fraudes eleitorais, anistia aos tenentes exilados, a criação de um ministério de Instrução e Saúde, a proteção econômica aos principais produtos de exportação, e não apenas ao café, e a criação de leis trabalhistas, como férias, jornada de oito horas de trabalho e a regulamentação dos trabalhos feminino e infantil.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Multidão reunida na Esplanada do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro, no comício da Aliança Liberal, 2 de janeiro de 1930.

O movimento tenentista

No Brasil dos anos 1920, parte importante do exército pegou em armas com o objetivo de fortalecer a instituição e prepará-la para a missão de regenerar a política nacional. No comando dessa luta estavam jovens oficiais, principalmente tenentes e capitães. O conjunto dessas rebeliões militares foi nomeado **tenentismo**.

Diferentes levantes tenentistas eclodiram entre 1922 e 1924, todos eles derrotados: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1922; a Revolta Tenentista, em São Paulo, em 1924; seguida de rebeliões militares em Bela Vista (MT), Óbidos e Belém (PA), Manaus (AM), Aracaju (SE); e em várias unidades militares do Rio Grande do Sul.

Após o malogro da revolta paulista, os rebeldes caminharam cerca de mil quilômetros até o extremo leste do Paraná, onde permaneceram até abril de 1925, quando se juntaram aos rebeldes vindos do Rio Grande do Sul. A junção da **Coluna Paulista** com a **Divisão Grande** originou a **Coluna Prestes**.

Sob o comando do capitão gaúcho Luís Carlos Prestes e do major da Força Pública paulista Miguel da Costa, os rebeldes percorreram cerca de 25 mil quilômetros com o objetivo principal de arregimentar forças militares para derrubar o governo. A Coluna Prestes terminou sua marcha em março de 1927, quando seus integrantes entraram na Bolívia ou no Paraguai.

(BNCC)
Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades:
EM13CHS101
EM13CHS103
EM13CHS501
EM13CHS502
EM13CHS603

Imagine...

- Imagine que você fosse um jovem tenente da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, nos anos 1920. Seus colegas mais próximos decidem preparar um levante visando democratizar o regime republicano no Brasil. Você teria aderido ao movimento? Por quê? Exponha sua opinião aos colegas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

No dia 1º de março de 1930, os brasileiros foram às urnas na eleição mais violenta da história do país. Centenas de apoiadores de ambos os lados morreram em conflitos e tiroteios entre o início de fevereiro e o dia da votação. Apesar das inquietações criadas pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, Júlio Prestes recebeu quase 1,1 milhão de votos e venceu a chapa encabeçada por Getúlio Vargas, que teve pouco mais de 740 mil votos.

O movimento revolucionário de 1930

O resultado do pleito dividiu as lideranças da Aliança Liberal. De um lado, estava o setor moderado, que defendia o reconhecimento da vitória de Júlio Prestes e uma atuação oposicionista no Congresso. De outro, estava o grupo mais radical, formado de tenentes e republicanos exaltados, que denunciava a fraude eleitoral e propunha a luta armada para derrubar o governo.

Aos poucos, porém, a pressão do setor mais exaltado começou a conquistar a simpatia de Getúlio e de líderes republicanos do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais. A conspiração para derrubar o governo de Washington Luís começou a ganhar corpo com a compra de material bélico do exterior, embora houvesse incerteza sobre a data do levante. O assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, porém, acelerou a eclosão da insurreição.

Apesar de motivado por questões pessoais, o crime insuflou o clamor popular e foi transformado em fato político. Jornais oposicionistas e líderes da Aliança Liberal responsabilizaram Washington Luís pelo assassinato de João Pessoa. O movimento eclodiu no dia 3 de outubro de 1930 simultaneamente em Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul e, em três semanas, quase todo o país estava dominado pelas forças revolucionárias. No dia 11, partiu de Porto Alegre, a bordo de um trem, o comboio revolucionário a caminho do Rio de Janeiro.

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-KEYSTONE VIA GETTY IMAGES

Multidão recebe o comboio revolucionário em passagem por Ponta Grossa (PR) em novembro de 1930.

Na capital federal, sob aplausos da multidão, soldados rebeldes ocuparam as principais salas do palácio presidencial. Isolado, Washington Luís foi deposto. No dia 31 de outubro, o trem trazendo Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro, onde uma multidão exaltada saudou o líder gaúcho. No dia 3 de novembro, Vargas tomou posse como chefe do governo provisório da república brasileira. O movimento revolucionário tinha triunfado.

O governo provisório e constitucional de Vargas

Assim que assumiu a presidência, Getúlio Vargas tomou medidas centralizadoras, conforme defendiam os tenentes. Dissolveu o Congresso Nacional e nomeou **interventores** civis e militares para dirigir os governos estaduais, decisão que significou uma dura derrota para as oligarquias. Outra medida de Vargas proibiu os governos estaduais de contrair empréstimos no exterior sem a autorização do governo central. Diante dos ataques à autonomia dos estados, os atritos com as elites locais logo surgiram.

Na área social, o governo provisório de Getúlio procurou atender a antigas reivindicações dos tenentes e dos trabalhadores urbanos. A primeira medida nesse terreno, anunciada em novembro de 1930, foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública. Entre 1931 e 1934, vários decretos deram origem a uma **legislação de proteção ao trabalho**. Ela estabeleceu a jornada de oito horas, a carteira de trabalho, o direito à pensão e à aposentadoria, a regulação dos trabalhos feminino e infantil e a lei de férias.

A **Lei de Sindicalização** estabeleceu que apenas um sindicato por categoria profissional era reconhecido pelo governo, ficando todos eles atrelados ao Poder Executivo. Sindicatos anarquistas e comunistas, os mais combativos, perderam espaço para os chamados pelegos. Com um canal de comunicação aberto com o governo, esses novos líderes sindicais negociavam com os patrões pequenas conquistas, impedindo a eclosão de greves e grandes mobilizações operárias.

O governo provisório de Getúlio também criou, em 1932, o primeiro **Código Eleitoral** do Brasil, que estabeleceu o voto secreto, direto e universal, permitido a todo brasileiro maior de 21 anos e alfabetizado. Pela primeira vez, a legislação eleitoral permitiu o voto e a candidatura das mulheres em todo o país.

Pelego: em seu sentido original, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. A partir do anos 1930, o termo foi utilizado para designar o dirigente sindical que atuava para conciliar e amenizar os conflitos entre patrões e trabalhadores.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A Revolução Constitucionalista de 1932

Os setores oligárquicos estavam descontentes com o centralismo de Vargas e com a aliança do governo com os tenentes. A poderosa oligarquia dissidente mineira e as elites abrigadas no Partido Democrático de São Paulo, por exemplo, sentiram-se excluídas do poder com a nomeação de interventores para governar os estados. No Rio Grande do Sul, os antigos oligarcas queixavam-se de terem sido ignorados na composição do poder central. A defesa de uma Constituição para o Brasil tornou-se, para esses setores, um meio de recuperar o poder nos estados e em nível federal.

O movimento pela constitucionalização do país foi particularmente forte no estado de São Paulo, alijado do poder pela Revolução de 1930. A nomeação do interventor pernambucano José Alberto Barros para o governo paulista desagradou as lideranças sociais e políticas do estado. Descontentes com os rumos do governo, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista, rivais nas eleições de 1930, formaram a **Frente Única Paulista**, representando os interesses da grande lavoura cafeeira, da indústria e do comércio.

A crise política entre São Paulo e o governo federal desembocou em uma guerra civil. A chamada **Revolução Constitucionalista** eclodiu no dia 9 de julho de 1932, durou três meses e teve grande adesão popular. Milhares de pessoas se alistaram para combater as forças federais; outras se apresentaram para colaborar nas equipes de serviços médicos, no transporte de soldados e material bélico e no abastecimento das frentes de batalha.

Incapazes de criar focos de resistência armada em outros estados e cercadas pelas tropas federais, as forças rebeldes paulistas entregaram as armas em 2 de outubro de 1932. Porém, ciente de que não podia governar em atrito permanente com o estado mais rico da federação, Getúlio nomeou um interventor paulista e civil para o governo de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, e comprometeu-se a organizar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas em maio de 1933. Pela primeira vez, foi eleita uma mulher como deputada constituinte: a médica Carlota Pereira de Queiroz.

A **Constituição de 1934**, promulgada em 16 de julho, reafirmou as liberdades democráticas e os direitos sociais que haviam inspirado a Revolução de 1930. A lei estendeu o direito ao voto a homens e mulheres alfabetizados e maiores de 18 anos; estabeleceu a jornada de 8 horas, férias remuneradas e indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; definiu a responsabilidade da União na garantia do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória e a liberdade de ensino em todos os níveis; e vedou qualquer aliança ou relação de dependência do Estado brasileiro com cultos ou igrejas.

Um dia após a promulgação da Constituição, Getúlio Vargas foi eleito pelos constituintes presidente da república para um mandato de quatro anos.

(BNCC) Competência específica: 1

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104

Questões

Registre em seu caderno

1. Quais traços característicos você percebe nas imagens da Revolução Constitucionalista de 1932? O que está presente e o que está ausente nas fotografias?
2. No que essas imagens se aproximam e se diferenciam da sua ideia de uma guerra?
3. Onde você imagina que essas imagens foram veiculadas?
4. O que você diria sobre a guerra se analisasse somente essas fotografias? Que impressão você imagina que elas transmitiram a quem as estava vendo em 1932? E hoje?
5. Você consegue se lembrar de alguma imagem marcante de outra guerra que tenha estudado? Alguma fotografia que registre uma guerra recente? Quais são as diferenças?

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Cenas da Revolução Constitucionalista de 1932: à esquerda, exaltação popular na capital paulista; à direita, pessoas em Lorena (SP) entregam guloseimas aos soldados paulistas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

As insurreições de 1935

O líder tenentista Luís Carlos Prestes aderiu ao comunismo meses antes da Revolução de 1930. Após anos no exílio, no fim de 1934, Prestes retornou clandestinamente ao Brasil, acompanhado da esposa, a revolucionária alemã Olga Benário. Na ocasião, a situação nos quartéis era de grande agitação. Capitães, tenentes, sargentos e soldados estavam insatisfeitos com os soldos e com a redução dos efetivos militares.

As mobilizações também atingiram o movimento sindical, com a eclosão de várias greves. Nas ruas, aumentaram os choques entre os membros da **Ação Integralista Brasileira (AIB)** e os membros da **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**. Diante da convulsão social, o Congresso promulgou, em abril, a **Lei de Segurança Nacional**, voltada principalmente para punir com rigor rebeliões entre os militares.

As medidas repressivas, porém, não impediram que rebeliões eclodissem em Natal (RN), Recife (PE) e na capital federal. As rebeliões nos três estados deixaram cerca de cem mortos, a maioria civis. Após vencer os rebeldes, o governo criou, em dezembro, a **Comissão de Repressão ao Comunismo**. Com a ajuda da Gestapo nazista e da inteligência britânica, a polícia política de Vargas promoveu uma violenta repressão em todo o país.

Em março de 1936, Prestes e Olga foram localizados pela polícia e levados à prisão. Mesmo grávida, Olga Benário foi deportada para a Alemanha nazista e entregue à Gestapo. Judia, foi encaminhada para um campo de concentração e executada em uma câmara de gás. Sua filha, Anita Leocádia Prestes, foi salva após uma ampla campanha internacional liderada pela mãe de Prestes.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603

De olho no presente

Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora

A Ação Integralista Brasileira, de ideologia fascista, foi fundada em outubro de 1932. O ideário que movia o pensamento integralista era a busca das raízes genuínas do Brasil, da brasilidade, que estaria na paisagem e nos costumes do homem simples do sertão. O lema "Deus, Pátria e Família" traduzia o centro da doutrina conservadora, antiliberal, anticomunista e autoritária do grupo.

Criada em 1935, a Aliança Nacional Libertadora retomou muitas das reivindicações do movimento tenentista, como o fim da exploração das elites e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O programa aliancista defendia o fim do pagamento da dívida externa, a luta contra o capital imperialista, a nacionalização dos serviços públicos, a reforma agrária, o combate ao fascismo e a garantia das liberdades individuais.

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO CONTEÚDO

Os integralistas voltaram à cena política nacional organizados na Frente Integralista Brasileira. Em 2019, um grupo do movimento integralista assumiu o ataque à sede da produtora do canal humorístico Porta dos Fundos, no Rio de Janeiro. Na foto, integralistas no centro de São Paulo, em 2019.

Questões

Registre em seu caderno

- **Faça uma rápida pesquisa na internet sobre a Frente Integralista Brasileira e responda.**
  - **a)** Quais são os principais pontos do programa político dos integralistas de hoje?
  - **b)** Por que a atuação desse grupo causa tanta polêmica no Brasil?
  - **c)** Qual é sua posição em relação ao programa desse grupo?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O golpe de 1937 e a ditadura do Estado Novo

As insurreições de 1935 serviram de justificava para o fechamento do regime. Ainda durante as rebeliões, o Congresso, a pedido de Getúlio, decretou o estado de sítio em todo o território nacional. Em dezembro de 1935, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), com a tarefa de investigar e punir os suspeitos de conspirar contra o governo.

Nesse ambiente de repressão, teve início a campanha para as eleições presidenciais de 1938. Vargas, porém, não tinha pretensões de abandonar a presidência. O pretexto para suspender as eleições veio com a descoberta do **Plano Cohen**, um documento que previa a mobilização dos trabalhadores para instaurar um regime comunista no Brasil. O documento, forjado pelo alto comando militar, foi divulgado pelo governo em setembro de 1937 e serviu para decretar o estado de guerra no país.

Cada vez mais fortalecido, no dia 10 de novembro, Getúlio Vargas anunciou pelo rádio o fechamento do Congresso e outorgou uma nova Constituição para o Brasil. Começava a ditadura do **Estado Novo**.

O regime instaurado no Brasil com o Estado Novo apresentava muitas semelhanças com o fascismo, o nazismo e outras ditaduras da Europa do período entreguerras. Esses regimes tinham em comum a crítica à democracia liberal e a defesa de um Estado forte, dirigido por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem, do progresso econômico e da afirmação da identidade nacional.

Apesar das semelhanças com o nazifascismo, o regime estadonovista nunca teve o projeto de estabelecer um controle total dos meios de comunicação, da produção intelectual e da comunidade nacional, como ocorreu na Alemanha e na Itália. No Brasil, sempre houve margem para negociações, conflitos e oposições. Por essa razão, apesar das semelhanças com o nazifascismo, o conceito mais adequado para a ditadura de Vargas é **Estado autoritário**.

Estado de sítio: período de suspensão temporária de determinadas garantias constitucionais e de ampliação dos poderes do Executivo, com o objetivo de garantir a ordem pública.

Estado de guerra: criado pela emenda constitucional de 1935, permitia que atividades subversivas que colocassem em perigo as instituições políticas e sociais no país fossem equiparadas à situação de guerra. No estado de guerra, os interesses relativos à segurança nacional estão acima dos direitos e garantias constitucionais, que podem ser parcialmente suspensos.

O polêmico conceito de populismo

Outro conceito muito utilizado para nomear o modelo de Estado que teve suas origens no Estado Novo é o de **populismo**. Trata-se de um conceito recorrente no vocabulário político, aplicado tanto pela comunidade acadêmica quanto por jornalistas, comentaristas e outros setores da população interessados em conhecer e discutir assuntos da vida política brasileira e mundial.

A ideia central do populismo é a existência de um líder que encarna os anseios, os interesses e a alma do povo que ele governa. A principal fonte de poder do líder populista diante das massas é o seu imenso carisma, construído com base em programas de inclusão social e em estratégias de propaganda política.

Os regimes políticos tidos como populistas são caracterizados pela manipulação das camadas populares ou da base social em que se apoia o poder do governante, do campo ou das cidades. Nessa visão, teríamos, de um lado, uma massa de governados passiva e dependente; de outro, um líder carismático que se apoia no atraso das massas para controlá-las, manipulá-las e governar em seu nome, impedindo que assumam um papel ativo na sociedade.

Com essas características, o conceito de populismo transcenderia o tempo e o espaço, podendo ser aplicado ao peronismo, na Argentina, ao trabalhismo de Vargas e João Goulart, no Brasil, ao castrismo, em Cuba, ao chavismo, na Venezuela, entre vários outros exemplos de líderes, movimentos e governos, à direita e à esquerda, que sustentaram sua autoridade no amplo apoio popular.

Discordando dessa visão, historiadores e cientistas sociais elaboraram uma interpretação diferente da relação entre o Estado e as massas nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Para esses pesquisadores, é preciso compreender a política trabalhista de Vargas como expressão de um **pacto político** entre o Estado e os trabalhadores, marcado por negociações, conflitos e pela adoção de estratégias diferentes por parte do governo, visando garantir adesão e legitimidade popular.

A construção desse pacto político envolveu dois sujeitos: de um lado, um Estado autoritário e intervencionista; de outro, trabalhadores urbanos organizados e reconhecidos em seu direito à cidadania por meio de uma legislação trabalhista e previdenciária. Os pesquisadores também se afastaram da abrangência do conceito de populismo. O pacto político anunciado pelo discurso trabalhista de Vargas não foi o mesmo durante todo o Estado Novo, da mesma forma como apresentou novas feições no governo de João Goulart (1961-1964) ou no governo peronista na Argentina.

Centralização, repressão e propaganda no Estado Novo

A Constituição de 1937, anunciada por Vargas no dia 10 de novembro, foi inspirada em regimes autoritários europeus do período, como Itália, Polônia e Portugal. A nova carta fortaleceu o poder pessoal do presidente da república e garantiu o poder de interferência do governo central na economia, nos governos estaduais, no movimento sindical, na cultura e nas comunicações. A lei de 1937 também proibiu a realização de greves e admitiu a pena de morte para crimes políticos e hediondos.

A centralização promovida pelo Estado Novo foi defendida pelo governo como necessária à unificação do país, dividido pelas querelas políticas criadas pela democracia liberal. Em nome desse projeto de unidade nacional, a carta de novembro de 1937 determinou que os estados seriam administrados por **interventores** nomeados pelo governo federal. As bandeiras estaduais foram extintas e substituídas por uma única bandeira, a brasileira. Em dezembro, um decreto do governo extinguiu os partidos políticos.

O regime, instaurado por meio de um golpe, precisava obter legitimidade entre os vários setores da população brasileira. A construção desse consenso popular foi feita com o uso da repressão, da propaganda e de políticas de inclusão social. Um artigo da carta constitucional de 1937 admitia a **censura** prévia da imprensa, das obras teatrais, dos programas de rádio e das exibições no cinema. O governo também criou uma **polícia política**, concebida para atuar como o braço armado do regime. Comandada por Filinto Müller, estava encarregada das operações de controle social e repressão política em todo o país. **Doc. 1**

As técnicas de **propaganda** também cumpriram um papel importante na tarefa de conquistar o apoio popular ao regime. Para isso, o governo criou, em 1939, o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**. Esse órgão tinha a tarefa de controlar os meios de comunicação e a produção cultural no Brasil e promover a exaltação do governo, do trabalho e da ideologia defendida pelo regime.

O rádio, pelo prestígio conquistado entre os ouvintes, transformou-se no principal veículo de propaganda política. Em 1931, foi criado o programa radiofônico *Hora do Brasil*. Diariamente, o programa reproduzia discursos oficiais, divulgava notícias e realizações do governo e exaltava a pátria, a cultura, a paisagem e a história do país. Nos jornais, revistas e materiais didáticos, Vargas era sempre representado como um homem do povo, além de chefe e alma da nação.

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-KEYSTONE VIA GETTY IMAGES

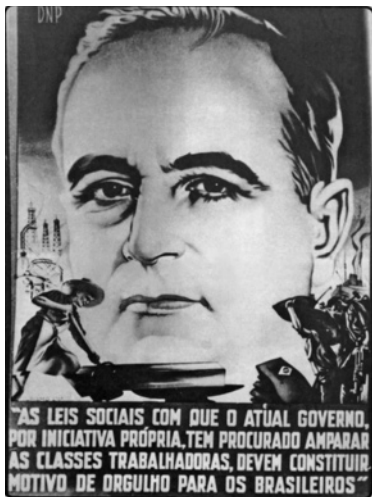
À esquerda, Getúlio Vargas visita um orfanato em Petrópolis (RJ), em 1941; à direita, Evita, ao lado do marido, Juan Domingo Perón, acena para o público no balcão da Casa Rosada, em Buenos Aires, em 1950. Getúlio Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina, são tidos como os principais representantes da chamada política populista.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

COLEÇÃO PARTICULAR



REPRODUÇÃO - ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Cartazes produzidos e distribuídos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas, 1939-1945.

Trabalho, cidadania e controle social

O Estado Novo, no entanto, não pode ser lembrado apenas pelo autoritarismo. A criação das leis trabalhistas e previdenciárias e sindicais expressou a preocupação de setores do governo com a inclusão social de milhões de brasileiros, que se tornavam cidadãos por meio da valorização do trabalho. A relação entre trabalho, direitos sociais e cidadania representava uma mudança na forma como os intelectuais do regime varguista viam a pobreza no Brasil. Ela deixava de ser naturalizada, vista como um componente inevitável das relações humanas.

A partir dos anos 1930, com a regulamentação do trabalho, começava a ser executada uma política de combate à pobreza e de promoção da identidade social e política do trabalhador. De forma semelhante às medidas tomadas pelo presidente Roosevelt para combater os efeitos dramáticos da Grande Depressão nos Estados Unidos, Vargas colocou em prática princípios importantes do modelo de Estado que seria teorizado pelo economista britânico **John Keynes**: o Estado deve ser um regulamentador da vida econômica de um país e agente promotor do bem-estar social de sua população, visando à ampliação da cidadania.

O maior legado trabalhista do Estado Novo foi sem dúvida a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, criada por um decreto do governo Vargas em 1943. A CLT sistematizou um conjunto de leis relativas ao trabalho que tinham sido promulgadas desde o início dos anos 1930, como férias, jornada de 8 horas, carteira de trabalho, proibição do trabalho aos menores de 14 anos e igualdade salarial para os trabalhadores que exercem a mesma função, além do salário mínimo, instituído em 1940.

Os direitos trabalhistas assegurados pela CLT, no entanto, cobraram o seu preço. As leis que garantiram vários direitos aos trabalhadores urbanos vieram acompanhadas de dispositivos que regulamentavam a criação, o funcionamento e a sustentação financeira dos sindicatos. O objetivo era colocar o Estado como árbitro dos conflitos entre patrões e empregados e controlar o movimento sindical, impedindo, assim, as mobilizações independentes dos trabalhadores.

O governo também criou, em 1940, o **imposto sindical**. Incorporado pela CLT, o imposto correspondia ao valor de um dia de trabalho recolhido compulsoriamente de todo trabalhador uma vez no ano. O dinheiro recolhido era repassado aos sindicatos, federações e confederações, e uma parte era retida pelo Ministério do Trabalho. Com essa medida, um novo tipo de dirigente sindical, chamado pelego, assumia o papel de agente de conciliação entre o capital e o trabalho.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS602

Questão

Registre em seu caderno

- Qual imagem de Getúlio Vargas cada um desses cartazes procurava transmitir?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Intervencionismo econômico e nacionalismo

Getúlio Vargas chegou ao poder em um cenário de crise mundial da economia capitalista, com falência de empresas, explosão do desemprego e crescimento da pobreza. As medidas adotadas pelo governo para fortalecer a economia brasileira diante da Grande Depressão tiveram como base o incentivo à indústria nacional e à criação de uma infraestrutura capaz de sustentar o desenvolvimento, centrada na produção de petróleo, aço e energia hidrelétrica.

O salto excepcional que teve a economia brasileira entre 1930 e 1945 resultou principalmente do papel ativo assumido pelo Estado no desenvolvimento da indústria no país. Para isso, o governo criou medidas de proteção à produção interna, fortalecimento da diplomacia brasileira, estímulo a expansão do mercado de trabalho com a legislação trabalhista e a construção de uma aliança sólida com o empresariado brasileiro. O resultado foi o crescimento acelerado da produção industrial e a elevação do PIB brasileiro de -2,5% em 1930 para 13% em 1936, considerado o **primeiro milagre econômico** do Brasil no século XX.

Os setores de base priorizados pelo governo foram os da produção de petróleo, aço e energia hidrelétrica. O primeiro passo na execução de uma política estatal para a produção de petróleo foi a criação do **Conselho Nacional do Petróleo (CNP)**, em 1938, em aliança com os militares, que viam o controle do petróleo como questão de segurança nacional. O objetivo era criar uma empresa estatal para a exploração do petróleo brasileiro, medida importante para a conquista da independência econômica nacional.

A siderurgia era outro setor estratégico para o governo. O objetivo era a construção de uma grande usina siderúrgica estatal, com potencial de impulsionar a construção civil, a expansão das ferrovias e a indústria naval. Os esforços para isso resultaram na criação da **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**, em 1941, localizada no município de Volta Redonda (RJ). No ano seguinte, foi criada a **Companhia Vale do Rio Doce**, empresa encarregada da exploração e do transporte de minério de ferro, utilizado na produção de aço.

:: O fim do Estado Novo

Em agosto de 1942, após o bombardeio de seis navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e uma grande pressão popular para que o Brasil entrasse na guerra ao lado dos Aliados, o governo Vargas declarou guerra à Alemanha. A entrada do Brasil na guerra contra os regimes totalitários da Alemanha e da Itália rendeu, em um primeiro momento, grande apoio popular ao governo. Porém, também expôs as contradições da situação brasileira: os nossos pracinhas, na Itália, lutariam em nome da liberdade e da democracia, enquanto um regime ditatorial vigorava no Brasil. Carente de legitimidade, o governo Vargas iniciou derrocada.

A partir de 1944, as críticas ao governo começaram a aparecer em importantes jornais brasileiros, que decidiram desafiar a repressão defendendo a realização de eleições democráticas no país. Aconselhado por seus aliados, Getúlio decretou, em fevereiro de 1945, uma lei que fixava em noventa dias o prazo para marcar a data das eleições para o Parlamento, o governo dos estados e a presidência da república.

Em março, a campanha eleitoral para presidente da república ganhou as ruas. Getúlio, abandonado por muitos dos seus antigos aliados, decidiu buscar apoio entre os comunistas. Assim, no início de abril, Getúlio decretou a anistia aos crimes políticos cometidos desde 1934. A anistia beneficiou as principais lideranças do PCB, como Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra, que estavam na prisão desde a rebelião de 1935.

A aliança tática de Vargas com a esquerda, liderada pelos comunistas, resultou, em junho, na criação da campanha conhecida como **queremismo**. Com o *slogan* "Queremos Getúlio", o movimento defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, mas mantendo Getúlio na presidência. À frente dele, estava o antigo capitão do exército e dirigente comunista Luís Carlos Prestes.

Entre setembro e outubro, várias decisões tomadas pelo presidente deixaram clara sua intenção de manter o governo sob controle do grupo varguista. Além disso, a aproximação entre Getúlio e os comunistas alarmou os militares. Reunidos no Ministério da Guerra, o alto comando das Forças Armadas decidiu a renúncia de Vargas. Informado no mesmo dia dessa decisão, 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas renunciou à presidência da república. O **Estado Novo** chegava ao fim.

ARQUIVO EM/D.A PRESS

Multidão vai às ruas apoiar a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, agosto de 1942.

MODERNA

Vargas retorna nos "braços do povo"

Nas eleições presidenciais para a sucessão do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), realizadas em outubro de 1950, Vargas concorreu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e obteve 48,7% dos votos, quase a mesma quantidade que a soma dos votos dos seus adversários.

Em um primeiro momento, Getúlio procurou conciliar uma política econômica liberal e aberta às boas relações com os Estados Unidos com um discurso em defesa dos interesses nacionais. Mas essa estratégia tinha seus limites. Vargas foi eleito com o voto das camadas populares urbanas e de setores da classe média, que se identificavam com uma plataforma política de oposição aos grandes grupos capitalistas externos e de proteção aos direitos dos trabalhadores. O presidente, precisava, diante disso, colocar em prática algumas promessas de campanha que se chocavam com os interesses externos.

AGÊNCIA PETROBRAS

Desde 1997, a Petrobras não tem mais o monopólio da exploração e do refino do petróleo no Brasil. Nos últimos anos, a empresa tem desenvolvido uma tecnologia de ponta na exploração de petróleo em águas profundas, sobretudo nas camadas do pré-sal. Na foto, plataforma de exploração do pré-sal na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Foto de 2020.

O estopim da crise política entre Vargas e seus adversários foi o envio ao Congresso Nacional, no final de 1951, do projeto de lei que criava a Petrobras, empresa estatal que teria o monopólio da extração e do refino do petróleo brasileiro. A campanha pela criação da Petrobras, chamada **"O petróleo é nosso"**, adquiriu o caráter de luta pela independência nacional e dividiu o país. De um lado, os trabalhadores urbanos, o movimento estudantil e os comunistas aplaudiam a criação da empresa; de outro, os grupos liberais, aglutinados em torno do jornalista Carlos Lacerda, denunciavam a exclusão do capital estrangeiro da atividade. Em 1953, sob protestos de Carlos Lacerda, o Congresso Nacional aprovou a criação da **Petrobras**.

A crise política e seu desfecho trágico

A campanha pela criação da Petrobras não foi o único ponto de crise entre o governo e seus opositores. A classe média e os trabalhadores urbanos queixavam-se do aumento do custo de vida e da perda de seu poder de compra. Manifestações de rua e greves de trabalhadores se espalharam pelo país.

Preocupado com as pressões das massas urbanas, Vargas convidou o petebista gaúcho João Goulart, mais conhecido como Jango, para ocupar a pasta do Ministério do Trabalho. Jango tinha forte ligação com o movimento sindical e sua presença no governo despertou a ira do empresariado e de setores do exército.

A ofensiva contra o governo se acirrou em agosto. No dia 5, um atentado contra Carlos Lacerda, na capital federal, feriu o jornalista e causou a morte do major da Aeronáutica Rubens Vaz. O responsável pelo crime era Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial. Vargas foi acusado de planejar o atentado, o que nunca foi comprovado.

Nos dias 22 e 23, membros da Aeronáutica e do Exército assinaram um manifesto exigindo a renúncia do presidente. Mas Vargas não estava disposto a repetir o roteiro de 1945 e escolheu outro desfecho para sair de cena. Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no peito, deixando sua famosa **carta-testamento**. Doc. 2

O suicídio de Vargas causou uma imensa comoção popular. Milhões de brasileiros foram às ruas chorar a morte do presidente e atacar os principais símbolos do antigetulismo: a embaixada dos Estados Unidos, os jornais oposicionistas e o jornalista Carlos Lacerda.

HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

REPRODUÇÃO - COLEÇÃO PARTICULAR

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

MATOU-SE VARGAS! EXTRA Ultima Hora

O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA:

"SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!"

A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."

À esquerda, retrato de Getúlio Vargas, c. 1950; à direita, edição extra do jornal *Última Hora,* anunciando o suicídio do presidente, 24 de agosto de 1954.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

:: O peronismo na Argentina

O populismo na Argentina está associado ao governo de **Juan Domingo Perón**, que foi presidente do país por três mandatos: 1946-1951, 1952-1955 e 1973-1974. Mas, como já foi dito, o conceito de populismo é muito controverso. Para alguns pesquisadores, o conceito despreza o papel ativo das camadas populares na vida política nacional; para outros, é preciso considerar as especificidades de cada governo, que acabam sendo encobertas por um conceito abrangente e simplificador.

Seja como for, o governo de Perón apresentou algumas características similares ao de Vargas no Brasil, que poderiam ser chamadas de populistas: controle dos sindicatos, proteção aos direitos dos trabalhadores, política econômica nacionalista, grande carisma e relação direta com as massas. A força popular de Perón na Argentina, no entanto, não pode ser dissociada da figura de **Evita Perón**, sua esposa e grande articuladora do movimento peronista.

Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina em 1946, apoiado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a mais poderosa central sindical argentina. Sua política econômica seguiu a linha nacionalista de Vargas no Brasil, promovendo a **industrialização por meio da substituição das importações** e a geração de empregos. O segundo mandato de Perón, porém, foi marcado pelo aumento da dívida pública, pela crise financeira e pelas críticas de seus adversários políticos, que o acusavam de fazer demagogia social para obter popularidade. Perón acabou deposto por um golpe civil-militar em 1955.

Depois de um longo exílio na Espanha, o líder argentino retornou ao país em 1973 e foi eleito novamente presidente da república. Um infarto, entretanto, abreviou o seu mandato. Com sua morte, o cargo foi assumido por Isabel Perón, vice-presidente e terceira esposa de Perón. Seu governo chegou ao fim com um golpe militar, em 1976, que instalou no país uma das ditaduras mais violentas da América Latina.

MONDADORI VIA GETTY IMAGES

Multidão ergue os retratos de Perón e de Evita nas comemorações do Dia Primeiro de Maio. Buenos Aires, Argentina, c. 1945-1950.

MARIO DE FINA/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

O presidente Alberto Fernández e a vice Cristina Kirchner, ambos do Partido Justicialista (peronista), na cerimônia de posse. Buenos Aires, Argentina, dezembro de 2019.

Atualmente, o peronismo segue vivo na Argentina, mas sem a mesma popularidade da época de Perón e Evita. Com uma agenda política mais nacionalista e de proteção social, o governo peronista de Alberto Fernández, eleito em 2019, tenta administrar um país corroído pela recessão econômica, pela drástica redução do parque industrial e pelo crescimento da pobreza, que saltou de 3% no início dos anos 1970 para 33% em 2019.

O mito Evita Perón

Mais que a segunda esposa de Perón, Evita, como Eva Duarte gostava de ser chamada, foi a grande legitimadora e divulgadora do movimento peronista. Ex-atriz, Evita e Perón se casaram em 1945. Com seu marido na presidência do país, Evita destacou-se pela realização de obras sociais, o que lhe rendeu o apelido de "mãe dos descamisados", imagem que o peronismo ajudou a construir.

A atuação mais importante de Evita, no entanto, foi no movimento pelos direitos das mulheres. A ala feminina do Partido Peronista, que Evita dirigia, foi responsável por levar para o país o debate sobre o direito ao voto feminino, institucionalizado na Constituição argentina em 1949. Quando Perón foi eleito para o segundo mandato, em 1951, recebeu a maior parte do voto das mulheres, que votaram pela primeira vez no país.

Evita faleceu jovem, aos 33 anos de idade, vítima de câncer. Após a sua morte, a líder feminina se fixou no imaginário dos argentinos como o maior símbolo do peronismo e da identidade nacional. Vista por seus admiradores como "santa" e "benfeitora dos humildes", e pelos antiperonistas como "demagoga" e "prostituta", Evita, como figura histórica, não pode ficar prisioneira da imagem que se construiu dela, à direita e à esquerda. Acima de tudo, a líder argentina foi uma personalidade política importante e defensora dos direitos das mulheres no país.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas

Doc. 1

Cartas femininas

As várias cartas escritas às vítimas da repressão política que se seguiu às revoltas de 1935 revelam o sofrimento das famílias dos prisioneiros.

"As cartas revelam situações concretas e vividas por uma parcela da sociedade nos anos de ditadura varguista. Se por um lado, a população brasileira desfrutou do assistencialismo e paternalismo deste Estado, por outro, sentiu e sofreu a dura realidade da repressão. [...]

A grande maioria das cartas analisadas deixa patente, que após a prisão do marido ou do filho, o resto da família passava por sérias dificuldades financeiras. Essas dificuldades causavam fome, sofrimento, despejo, doença etc., e somente podiam ser revertidas após a libertação do preso. [...] Como exemplo, tem-se a carta de Amália de Figueredo Moura, que apela a Müller: 'Caro senhor peço-vos encarecidamente, a liberdade de meu marido pois com quatro filhos menores não posso procurar emprego'. [...]

Corina Ramos da Fonseca recorreu ao ato de escrever uma carta como a única via para comunicar-se com Filinto Müller e pedir-lhe a liberdade de seu filho Antenor França da Fonseca, encarcerado na Casa de Detenção. Apesar de reconhecer na carta que seu filho cometeu uma infração [...], alega que não só ele, mas também ela e mais quatro netos menores estão sofrendo, e, por ser velha e doente, não possui recursos para sustentar a todos. [...]

Diante do que foi exposto, é notório que as mulheres, parentes dos detentos, ganharam novo papel social no contexto do autoritarismo do governo Vargas. [...]

As mulheres abandonavam seu costumeiro papel de esposa e mãe e passavam a exercer o de defensoras de seus maridos, de burocratas, de cidadãs em busca de seus direitos. Uma nova dinâmica impulsionava-lhes a vida, como exemplificam as novas ações da esposa de G. Ramos: Estivera no Ministério da Guerra, no Ministério da Justiça, no Palácio do Catete, na Chefatura da Polícia, falara a deputados e a generais. [...] Estas mulheres, então, não só visitavam seus maridos nas prisões, levando solidariedade, ânimo e comida, entre outros, mas, acima de tudo, agiam a favor deles, mobilizando-se dentro das possibilidades permitidas pela ditadura."

TANNO, Janete Leiko. Cartas de presos políticos e de seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas – 1930-1945. Patrimônio e Memória. Unesp. *Cedap*, v. 1, n. 1, 2005. p. 50-52. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/25/398>. Acesso em 8 set. 2020.

Doc. 2

Carta-testamento

"Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [...] Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. [...]

Escolho este meio de estar sempre convosco. [...] Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. [...] Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. [...] Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Trechos da carta-testamento de Getúlio Vargas, 23 agosto de 1954. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em 8. set. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS104 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603

Atividades

Registre em seu caderno

Compreender

Doc. 1

1. Indentifique, com base nesse texto, uma das características do governo Vargas, um ano antes da instalação da ditadura do Estado Novo.
2. Muitas das cartas escritas pelas mães e esposas eram endereçadas a Filinto Müller. Qual era o papel desse homem no regime instaurado em 1937?
3. Em uma das cartas, a mãe reconhece que seu filho havia cometido uma infração. Que infração poderia ter sido? Por que a mãe se dirige a Filinto Müller nesse tom?

Doc. 2

Analisar

4. O primeiro trecho da carta-testamento faz referência a dois aspectos centrais da agenda econômica e social do governo Vargas. Quais são eles?
5. Quais aspectos chamados populistas são muito fortes no segundo trecho da carta? Por que essa face do governo Vargas é muito criticada?

Retomar

- Quais foram as principais motivações para o movimento de 1930? O que significa populismo? Por que esse conceito é tão polêmico? Quais características aproximam o governo de Getúlio Vargas e o de Perón na Argentina?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROFESSOR

CAPÍTULO 12

Ditaduras e revolução na América Latina

Como o contexto da Guerra Fria se manifestou na América Latina? Quais eram as características que as ditaduras militares instaladas nessa região tinham em comum? Que lições ficaram da experiência com esses regimes para os países latino-americanos?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 4, 7 e 9

Competências específicas: 1, 4, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS402 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS602 EM13CHS603 EM13CHS604 EM13CHS605

PABLO PORCIUNCULA/AFP VIA GETTY IMAGES

Todos os anos, no dia 20 de maio, realiza-se no Uruguai a Marcha do Silêncio, um protesto contra o desaparecimento de centenas de pessoas durante a ditadura militar que se estendeu no país de 1973 a1985. Em 2020, em decorrência da pandemia da covid-19, o protesto ocorreu com instalações fotográficas, espalhadas pela capital do país, Montevidéu.

Desdobramentos da Guerra Fria na América Latina

Com a instauração da Guerra Fria, os Estados Unidos transformaram a América Latina em espaço privilegiado de suas disputas. Adotando o discurso da "boa vizinhança" e da parceria, foi assinado no Rio de Janeiro, em 1947, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), definindo as diretrizes para a **defesa hemisférica** e os mecanismos a serem acionados em caso de ataque contra qualquer Estado americano. Além de sistematizar e consolidar a solidariedade entre as nações americanas, o tratado também reafirmou a vinculação política e ideológica do continente aos Estados Unidos, conferindo ao país importantes vantagens econômicas e políticas nos anos subsequentes.

Com o isolamento decorrente da Guerra Fria e a consequente restrição das possibilidades de alianças e projetos de cooperação, muitos países latino-americanos alinharam suas políticas econômicas e seus projetos de desenvolvimento nacional às demandas e interesses estadunidenses. No entanto, em 1959, uma revolução em uma pequena ilha da América Central abalou o clima de aparente tranquilidade e supremacia dos Estados Unidos, concretizando a ameaça soviética e redefinindo a geopolítica do continente: a **Revolução Cubana**.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Cubana

Cuba, assim como seus vizinhos, sofreu os problemas decorrentes da colonização espanhola. Na guerra de independência, Cuba obteve o apoio dos Estados Unidos. Como fruto dessa aliança, foi assinado em 1898, na França, o Tratado de Paris, que encerrou o conflito entre cubanos e espanhóis e concedeu o controle do território cubano aos Estados Unidos. Com isso, os cubanos, antes dependentes da política colonial espanhola, ficaram subordinados aos interesses e às diretrizes estadunidenses.

O domínio estadunidense intensificou as desigualdades sociais em Cuba e aumentou a dependência econômica do país em relação aos Estados Unidos. Com o golpe de Estado do general Fulgencio Batista, em 1952, o quadro de instabilidade social e política agravou-se na ilha e surgiram vários movimentos contestatórios.

Um deles, liderado por Fidel Castro, iniciou, a partir de 1956, uma série de investidas e ataques às instituições do Estado cubano. A intensificação dos conflitos e a adesão das camadas populares ao movimento levaram à fuga de Batista de Cuba no final de 1959. Dias depois, Havana foi ocupada pelos revolucionários.

GILBERTO ANTE/ROGER VIOLLET VIA GETTY IMAGES

A fuga de Fulgencio Batista e a chegada das forças rebeldes lideradas por Fidel Castro levaram a população da capital cubana às ruas para comemorar. Havana, 1959.

Nos primeiros meses do governo provisório, os Estados Unidos ainda mantiveram uma relação amigável com o novo governo cubano. No entanto, as inúmeras reformas sociais, a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras desagradaram o governo estadunidense. Com isso, em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Havana e, apoiados por grupos cubanos contrários ao governo de Fidel Castro, fizeram uma tentativa frustrada de invadir Cuba pela Baía dos Porcos.

A tentativa fracassada de invasão da ilha e o isolamento imposto pelos Estados Unidos levaram o governo cubano a aproximar-se da União Soviética.

Em 1962, em retaliação à aproximação do governo cubano com a União Soviética, o então presidente estadunidense John Kennedy decretou o fim das relações diplomáticas com Cuba e o início do embargo econômico. Nesse mesmo ano, o deslocamento de mísseis nucleares soviéticos para a ilha aumentou a tensão entre as duas superpotências. A **crise dos mísseis**, como ficou conhecida, consolidava Cuba como um país socialista e uma potencial ameaça para toda a América. Após árduas negociações entre Washington e Moscou, os soviéticos desativaram os mísseis e os estadunidenses se comprometeram a não invadir o território cubano.

A interpretação histórica sobre os anos subsequentes divide opiniões. As reformas sociais instauradas pelo governo castrista permitiram que Cuba superasse problemas graves, como o analfabetismo, o desemprego e a pobreza. Com a universalização da saúde e da educação, Cuba tornou-se uma referência até hoje na área da medicina.

No entanto, as inúmeras transformações políticas, sociais e econômicas também vieram acompanhadas pela intensificação de práticas repressivas do governo, de perseguição a grupos divergentes, de restrição às liberdades individuais e de imprensa no país.

SVEN CREUTZMANN/MAMBO PHOTOGRAPHY/GETTY IMAGES

Fidel Castro governou Cuba durante 49 anos. Na imagem, Fidel, ainda como presidente, ao lado de seu irmão e sucessor Raúl Castro, saúda os militares na parada do dia 2 de dezembro, que comemora o início do processo revolucionário no país. Havana, 1996.

Com o fim da Guerra Fria, Cuba passou por um longo processo de recessão e crise econômica. Sem os recursos que vinham da antiga União Soviética e sofrendo as consequências do embargo econômico estabelecido pelos Estados Unidos, o país ainda tem muitos desafios a superar. A saída de Fidel Castro do poder em 2008 e a posse de seu irmão Raúl Castro inauguraram no país um período de transição importante, com o restabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos e a revisão do embargo econômico. Em 2018, a Assembleia Nacional elegeu Miguel Díaz-Canel presidente de Cuba, encerrando 59 anos de governo castrista e tendo pela frente o desafio de redescobrir e estabelecer o novo papel do país no mundo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os Estados Unidos e as ditaduras militares da América Latina

Por mais distintas que tenham sido as ditaduras latino-americanas, além de compartilhar o caráter conservador, militarista e altamente repressivo comum a todos os regimes instaurados na região, os países do continente, com exceção de Cuba, estavam alinhados tanto política como ideologicamente aos Estados Unidos.

A participação dos Estados Unidos no estabelecimento das ditaduras na América Latina teve várias frentes. Em muitos países, como no Brasil, eles financiaram grupos opositores aos governos eleitos democraticamente, seja oferecendo treinamento militar, seja fornecendo armas ou dinheiro.

A manipulação da informação, principalmente em relação aos perigos do comunismo, ajudou a criar um clima de instabilidade política e de medo, que foi aproveitado por grupos conservadores para se apresentarem como alternativa política nesses países. A ação desses grupos também foi beneficiada pelas crises econômicas, comuns na região, que contribuíram para desgastar a imagem dos governos democráticos.

A Escola das Américas

"A região do Canal do Panamá não abriga apenas uma via de água transoceânica de importância vital para os Estados Unidos e o conjunto do hemisfério. É também uma verdadeira sucursal do Pentágono. [...] na verdade, a zona se transformou em sede da defesa hemisférica dos Estados Unidos, [...] principalmente através da [...] Escola das Américas [...], por onde passaram todos os militares de alta patente dos exércitos da quase totalidade dos países da região. [...]

[...] Para as autoridades da escola, não se trata de formar a elite dos oficiais da América Latina na defesa de suas fronteiras, mas na luta contra o 'inimigo interno'. [...]

No corredor de honra que leva à sala de reuniões [...] uma carta fica destacada [..]. Endereçada ao comandante da escola, ela termina assim: 'Pedimos consequentemente que aceite o reconhecimento do exército chileno, ao qual eu acrescento minhas sinceras felicitações pela obra de aproximação profissional que esse instituto realiza'. Ela data de 6 de novembro de 1973 e é assinada por Augusto Pinochet."

Uma escola de torturadores nas Américas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 4 jul. 2012. Disponível em <https://diplomatique.org.br/uma-escola-de-torturadores-nas-americas/>. Acesso em 12 ago. 2020.

(BNCC) Competência específica: 6
Habilidades: EM13CHS602 EM13CHS603 EM13CHS604

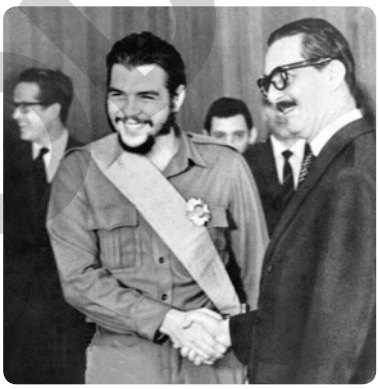
Questões

Registre em seu caderno

1. Qual foi a importância estratégica da Escola das Américas para os Estados Unidos?
2. De acordo com o texto, como se deu a influência da Escola das Américas sobre as ditaduras latino-americanas?

A estruturação do regime civil-militar no Brasil

A renúncia inesperada do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, apenas seis meses após tomar posse, abriu uma crise política que por pouco não antecipou o golpe de 1964. Contrariando as expectativas da coligação conservadora que o elegeu, Jânio restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e, em agosto de 1961, condecorou o revolucionário Ernesto "Che" Guevara, um dos principais líderes da Revolução Cubana, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Com isso, setores conservadores retiraram seu apoio ao governo e migraram para o campo da oposição. Isolado, o presidente renunciou em 25 de agosto.



ARQUIVO CB/D.A PRESS

Em 1961, Jânio Quadros condecorou Ernesto "Che" Guevara com uma das maiores honrarias oficiais do Brasil. O fato, interpretado por seus opositores como mais um indício de sua inclinação comunista, suscitou uma série de conflitos que resultou em sua renúncia com apenas seis meses de governo.

Com a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, o Jango, deveria assumir o governo. A presença de uma liderança varguista na presidência alarmou os setores conservadores, que imediatamente se organizaram para impedir a posse de Jango. Na ocasião, como João Goulart estava em viagem diplomática e comercial à China socialista, uma junta militar assumiu provisoriamente o governo.

Fora do Brasil, Jango pôde estender a viagem e esperar o desfecho da turbulência política, que ameaçava explodir em guerra civil. A solução para o impasse veio do Congresso, que rejeitou o pedido de *impeachment* de Jango e, em 1º de setembro de 1961, aprovou a adoção do **sistema parlamentarista** no Brasil. João Goulart tomou posse, mas sem os poderes garantidos no sistema presidencialista.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

O governo João Goulart: as reformas de base

A solução, no entanto, apenas adiou o golpe contra o governo de Jango e seu projeto político. A oposição conservadora e liberal temia que uma liderança varguista no governo servisse de incentivo à mobilização popular pela ampliação da justiça social no Brasil. Sabendo disso, João Goulart procurou fortalecer o apoio dos trabalhadores e dos movimentos sociais ao seu governo e, em maio de 1962, anunciou as **reformas de base**. A popularidade do presidente aumentou e, em janeiro do ano seguinte, se refletiu nas urnas, com um plebiscito que restabeleceu o presidencialismo ao Brasil.

Com a vitória da frente trabalhista no plebiscito e nas eleições legislativas, o governo ganhou força para acelerar no Congresso as negociações para aprovar as reformas de base: agrária, bancária, eleitoral e tributária, além do controle da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior. A reforma agrária, tida como a mais importante da agenda reformista do governo, dominou a pauta do Congresso durante todo o ano de 1963. Mesmo sem questionar a propriedade privada e o lucro, bases do sistema capitalista, a pauta reformista do governo polarizou o Congresso e a sociedade brasileira.

A dificuldade do governo em negociar com empresários e entidades sindicais um plano econômico destinado a cortar os gastos públicos e conter a alta da inflação agravou a crise política, que acabou chegando às Forças Armadas com a recusa do Supremo Tribunal Federal em empossar militares eleitos para os cargos de vereador e deputado. O tom moderado de Jango para conter a rebelião de cabos, sargentos e suboficiais da marinha e da aeronáutica foi o pretexto que faltava para unir seus adversários em um movimento para depor o presidente.

Dois agentes centrais do movimento antigovernista foram o **Instituto Brasileiro de Ação Democrática** (Ibad) e, principalmente, o **Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais** (Ipes). No comando dessas organizações, estavam representantes do capital multinacional, proprietários e diretores de grandes corporações empresariais e oficiais formados pela **Escola Superior de Guerra**, com destaque para o general Golbery do Couto e Silva. Financiada pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), essa elite militante da classe empresarial mobilizou-se para articular uma frente conservadora de ataques ao governo e ao fantasma do comunismo. A adesão da classe média à campanha ideológica difundida pelos dois institutos foi decisiva para a deposição de Jango.

O golpe civil-militar

A partir do início de 1964, a batalha entre os apoiadores e os adversários das reformas de base deixou o terreno das instituições e ocupou as ruas, transformadas no principal palco da polarização política no país. A esquerda, com o apoio da máquina governamental, adotou a estratégia de realizar grandes comícios e conclamar o povo a pressionar o Congresso pela aprovação das reformas. O marco dessa campanha de massas foi o **Comício da Central do Brasil**, no Rio de Janeiro, em que João Goulart defendeu a importância das reformas de base para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

DOMICIO PINHEIRO/ESTADÃO CONTEÚDO

Em 13 de março de 1964, inúmeros sindicatos e trabalhadores compareceram ao terminal ferroviário da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para participar do comício de João Goulart. Na imagem, manifestantes empunham cartazes e faixas em defesa das reformas de base anunciadas por Jango.

"A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do antissindicato, da antirreforma [...]. A democracia que eles querem é [...] a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares [...]. Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura [...]."

GOULART, João. Discurso proferido no comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Disponível em <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/print.php?storyid=166>. Acesso em 20 ago. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 6
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS602

Questões

Registre em seu caderno

1. **Por que as reformas de base passaram a ser alvo de disputa entre o governo e seus opositores?**
2. **Em sua opinião, as reformas sugeridas por Jango tinham caráter populista? Justifique sua resposta.**

O Comício da Central do Brasil alarmou as elites empresariais, a Igreja Católica e os setores conservadores, preocupados com um possível golpe de Estado que pudesse instalar uma república sindicalista-comunista no país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERNIZAÇÃO

DOMICIO PINHEIRO/ESTADÃO CONTEÚDO

A marcha da família, realizada em diversas cidades brasileiras, atuou como uma das principais forças de oposição às reformas e ao governo de Jango. Na imagem, mulheres carregam faixas no ato ocorrido no centro de São Paulo em 19 de março de 1964.

Assim, no dia 19 de março, uma multidão tomou as ruas do centro da cidade de São Paulo com cartazes antirreformistas, anticomunistas e antigovernistas. Liderado por entidades religiosas e civis conservadoras, o evento na capital paulista inaugurou a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, uma série de manifestações realizadas no Brasil em defesa dos valores cristãos e contra a ameaça comunista.

A turbulência que marcou o mês de março atingiu os quartéis. Na circular de 20 de março de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco alertou sobre o perigo do comunismo, em marcha no Brasil, e deu os primeiros sinais para o golpe. Os militares subalternos, porém, tiveram outra reação. Cinco dias depois, cerca de 2 mil marinheiros se rebelaram no Rio de Janeiro em apoio às reformas de base e por melhores condições de trabalho. A posição hesitante de Jango em punir os rebeldes incomodou as Forças Armadas e aumentou os rumores de que o presidente agia para dividir a instituição.

O golpe vinha sendo anunciado ou desejado desde pelo menos a volta do sistema presidencialista. A intenção passou à execução no início de 1964. O plano, liderado por Castelo Branco, foi articulado com o conhecimento e a colaboração do governo dos Estados Unidos, representado por Lincoln Gordon, chefe da embaixada estadunidense no Brasil. O interesse dos Estados Unidos na deposição de Jango era evidente, pois temiam o surgimento de uma China na América Latina.

ARQUIVO/AGÊNCIA ESTADO

No dia 1º de abril de 1964, tropas do Exército tomaram as ruas de vários pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro. Na imagem, um tanque faz a guarda do Palácio da Guanabara, sede oficial do governo do estado do Rio de Janeiro, em 1964.

No dia 30 de março, a presença de Jango em uma reunião de sargentos e suboficiais da Polícia Militar, que reivindicavam direitos para a categoria, foi considerada uma violação da hierarquia militar. No dia 31, o general Olímpio Mourão Filho iniciou a mobilização das tropas sediadas em Juiz de Fora, Minas Gerais, para derrubar o governo. No dia 1º de abril, a rebelião militar se ampliou no país, enquanto João Goulart se refugiava no Rio Grande do Sul. No dia seguinte, o golpe civil-militar foi consumado no Congresso Nacional, que declarou vago o cargo de presidente da república. Algumas horas depois, os Estados Unidos reconheceram como legítimo o golpe, que inaugurou um dos períodos mais sombrios da história do Brasil.

Os governos militares no Brasil

Podemos dividir os governos militares no Brasil em quatro atos: a **institucionalização do regime**; a **consolidação da ditadura civil-militar**; a **lenta e gradual transição democrática**; e o **fim do regime**. Apesar de esse não ser o primeiro golpe militar da história do país, o golpe de 1964 foi, como afirmam a socióloga Maria Celina D'Araujo e a historiadora Mariana Joffily, o primeiro que se converteu em uma ditadura civil-militar. **Doc. 1**

Primeiro ato: a institucionalização do regime civil-militar

Os primeiros anos do regime civil-militar foram marcados por uma intensa preocupação em criar os mecanismos legais necessários para garantir a legitimidade do golpe. Para isso, de abril de 1964 a dezembro de 1967, foram assinados inúmeros decretos presidenciais, leis e normativas e chegou-se a elaborar um projeto constitucional para adequar as legislações ao regime.

O primeiro movimento de institucionalização do regime veio com a promulgação, ainda pelo governo provisório, do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que conferia ao presidente poderes para suspender direitos políticos, declarar estado de sítio, cassar mandatos e exonerar funcionários públicos. Dias depois de sua assinatura, senadores e deputados federais elegeram o general Humberto de Alencar Castelo Branco presidente do Brasil.

Em 1965, Castelo Branco ampliou os poderes do Executivo com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que abolia os partidos políticos, reforçava o caráter militarista do regime e instituía eleições indiretas para presidente. Apenas dois partidos foram autorizados a funcionar: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), ligada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição moderada. No início de 1966, visando ao controle das eleições estaduais, o então presidente instituiu o AI-3, estendendo a votação indireta para governadores e vice-governadores.

Os atos institucionais foram consolidados com o projeto de uma nova Constituição, enviado por Castelo Branco ao Congresso Nacional no final de 1966.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Paralelamente, o governo conseguiu garantir a aprovação da **Lei de Imprensa** e da **Lei de Segurança Nacional**, que restringiam a liberdade de expressão e legitimavam os mecanismos de repressão aos opositores do governo sob a justificativa de combater a ameaça à segurança nacional.

Segundo ato: a consolidação da ditadura civil-militar

A posse do marechal Artur da Costa e Silva em 1967 veio com a aprovação da nova carta constitucional. O novo presidente, representante da ala militar mais radical, iniciava assim o segundo ato: a **consolidação da ditadura civil-militar** no Brasil.

O governo Costa e Silva foi marcado pela intensificação dos movimentos contrários ao regime civil-militar e pelo aumento da repressão. As medidas econômicas adotadas não estavam surtindo os efeitos desejados e o aumento do custo de vida gerava insatisfação e frustração nas camadas médias urbanas, antes apoiadoras do regime. Paralelamente, as restrições à liberdade de imprensa e as denúncias de desaparecimentos e de tortura de opositores políticos do regime intensificavam o crescimento de grupos contrários ao governo.

Em resposta à crescente onda de manifestações, em 1968, o governo Costa e Silva tomou a medida que deu início ao período mais repressivo e violento de nossa história recente: a decretação do **Ato Institucional nº 5**. O AI-5 conferia ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional; intervir em estados e municípios; cassar mandatos e direitos políticos; confiscar bens e suspender o direito ao *habeas corpus*. Segundo o historiador Carlos Fico, a violência foi um elemento recorrente de todo o regime civil-militar brasileiro e o AI-5 o legitimou com a criação de um serviço de espionagem, o estabelecimento de um departamento de propaganda e censura política e a criação de uma polícia política destinada a coibir e reprimir os opositores do governo.

Nesse período, movimentos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) faziam frente ao governo militar com atentados, assaltos a bancos, sequestros e confrontos armados. Grupos conservadores como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), por sua vez, promoviam invasões a universidades, ações violentas contra instituições ou figuras que se posicionavam publicamente contra o regime, como artistas e estudantes universitários, por exemplo. O clima de medo e insegurança tomou conta do Brasil.

Com o adoecimento de Costa e Silva e seu afastamento do cargo em 1969, seu vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir o posto pelo Alto Comando das Forças Armadas, e o país foi governado durante dois meses por uma junta de ministros militares. Após intensos debates e disputas entre a ala militar, o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência e governou o país até 1974.

O que foi o DOI-Codi?

"O sistema DOI-Codi (era) uma das siglas mais assustadoras da época por causa das barbaridades que cometeu. Codi significava 'Centro de Operações de Defesa Interna' e DOI 'Destacamento de Operações de Informações'. Os Codis faziam planejamento, eram dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área e compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da polícia civil estadual, da Polícia Federal e da agência local do SNI (Serviço Nacional de Informação) – além do próprio Exército. Os DOIs faziam o 'trabalho sujo', prisões e interrogatórios, durante os quais acontecia a tortura."

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 72.

Além de institucionalizar as forças repressivas, com a consolidação dos DOI-Codis, o governo Médici foi marcado pelo "**milagre econômico**", obtido graças ao endividamento externo e aos generosos subsídios e incentivos fiscais cedidos ao setor produtivo.

Para o historiador Daniel Aarão Reis, o clima de euforia econômica foi potencializado pela conquista do tricampeonato de futebol na Copa do Mundo de 1970. A censura aos meios de comunicação e o forte patrocínio do governo transformaram a seleção brasileira, bem como muitos de seus jogadores, em uma base importante da propaganda política do governo Médici.

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

A seleção brasileira foi um importante instrumento de propaganda durante do governo Médici. Na foto, o lateral-direito e capitão da seleção, Carlos Alberto Torres, levanta a taça de campeão com o presidente Médici. Brasília, 1970.

A ascensão econômica não teve vida longa e, em 1973, o "milagre brasileiro" já dava sinais de esgotamento, agravado pelos efeitos da crise internacional do petróleo. O alto endividamento externo, a desvalorização da moeda nacional, o aumento da inflação e das desigualdades sociais, a queda na capacidade de consumo, as perdas salariais e o descontentamento das elites e da classe média nacional começaram a gerar insatisfação nos setores que apoiavam e legitimavam o governo Médici. Ainda nesse período, intensificaram-se as denúncias de práticas de tortura e de desaparecimentos de opositores do governo. A imprensa nacional, fortemente perseguida pela censura, começou a questionar os rumos do país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM PODER

Terceiro ato: a lenta e gradual transição democrática

Em 1974, tomou posse o general Ernesto Geisel em um contexto econômico desfavorável e socialmente instável. Prometendo uma transição democrática "lenta, gradual e segura", o então presidente via no abrandamento das medidas repressivas e no início do diálogo com a oposição sua chance de conseguir a manutenção do regime.

O agravamento dos problemas econômicos aumentou a insatisfação e a tensão social, que se refletiram nas urnas: nas eleições parlamentares de 1974, a oposição, representada pelo MDB, garantiu mais da metade dos votos na maior parte do país.

A reação do governo foi rápida. Para conter o avanço dos opositores, Geisel decretou em 1976 a **Lei Falcão**, em que se estabeleciam regras restritivas à propaganda política e aos debates públicos.

Em 1977, valendo-se do AI-5 como prerrogativa legal, Geisel fechou o Congresso por catorze dias e iniciou uma ampla reforma eleitoral, com o chamado **Pacote de Abril**. A reforma visava conter o avanço da oposição; garantir a hegemonia do governo no Congresso e no Senado, independentemente da votação popular; manter eleição indireta para governadores; e alterar o mandato presidencial de cinco para seis anos. Dessa forma, apesar de garantir maioria nas eleições de 1978, o governo tornou ainda maior a insatisfação popular ao sinalizar que não estava empenhado em garantir a transição democrática.

NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO

Em nota divulgada na imprensa em 20 de janeiro de 1976, o exército declarava ter encontrado morto em sua cela do DOI-Codi o operário Manoel Fiel Filho, retratado na foto ao lado. Nas declarações iniciais do órgão, ele teria se enforcado. Posteriormente, descobriu-se que ele tinha sido assassinado por agentes do DOI-Codi.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS106 EM13CHS503 EM13CHS602

Questão Registre em seu caderno

- **Diante da descoberta de que o operário Manoel Fiel Filho morreu vítima da tortura praticada por agentes do Estado, de que forma você escreveria uma nota para o jornal? Com base no fato real, redija uma nota com uma versão diferente daquela divulgada pelo Exército para a imprensa em 20 de janeiro de 1976 e publique-a em um *blog* ou no mural da classe.**

As manifestações tomaram as ruas das principais cidades do país. Cresciam os movimentos favoráveis à abertura política e ao fim da repressão. As denúncias da tortura e do assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nos porões do DOI-Codi aumentaram a pressão popular sobre o governo Geisel. Em 1978, em um aceno às mudanças que estavam por vir, Geisel revogou o AI-5 e articulou a candidatura do general João Baptista Figueiredo como seu sucessor. Vencida a eleição, Figueiredo tomou posse em 1979, tornando-se o último presidente do regime civil-militar brasileiro.

Último ato: o fim do regime civil-militar

O governo Figueiredo, que se encerrou em 1985, ampliou os tímidos ensaios de retomada da democracia iniciados por Geisel e teve de enfrentar o agravamento da insatisfação popular e da crise econômica no país. Uma das pautas mais polêmicas de seu governo foi o estabelecimento das diretrizes que garantiriam a **anistia** aos presos e condenados políticos pela ditadura civil-militar.

As discussões sobre a anistia transformaram-se em objeto de disputas e controvérsias entre o governo e a oposição. Eclodiram em todo o país manifestações em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, em que se reivindicava a apuração completa e detalhada dos crimes cometidos pelo Estado, bem como a responsabilização de seus mandantes. Por outro lado, crescia entre os aliados do governo a defesa da anistia recíproca, em que os agentes do Estado envolvidos em crimes de tortura e repressão também seriam anistiados. Ignorando o debate público, em 1979, Figueiredo aprovou a anistia recíproca, eximindo militares e o Estado de seus crimes.

Outra medida adotada pelo governo Figueiredo foi o retorno do **pluripartidarismo**. Com a liberdade de organização partidária, vários partidos políticos foram formados no país. Uma das intenções de tal medida consistia em diluir a oposição, que estava se fortalecendo no período.

O clima de insatisfação e os problemas econômicos se agravaram, levando às ruas milhares de manifestantes. Ao mesmo tempo, as greves dos trabalhadores por melhores condições salariais evidenciavam os impactos das medidas econômicas sobre a classe trabalhadora e a força da mobilização popular no país. Com essa conjuntura, ganhou força o movimento por eleições diretas para presidente da república, conhecido como **Diretas Já**.

As preparações para as eleições de 1985 foram marcadas por muitas disputas entre os militares e seus opositores. Apesar das manifestações, a emenda constitucional que estabelecia eleição direta para a sucessão do presidente João Figueiredo foi derrotada na Câmara dos Deputados. Dessa forma, a primeira eleição direta para presidente no Brasil após o fim do regime civil-militar teve de ser adiada e só se realizou em 1989.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DANIEL AUGUSTO JR./PULSAR IMAGENS

As manifestações pelas Diretas Já espalharam-se por várias cidades do Brasil. Na foto, milhares de manifestantes reivindicam eleição direta para presidente. Belo Horizonte (MG), fevereiro de 1984.

Nos 21 anos de ditadura civil-militar, o Brasil presenciou uma sucessão de eventos sociais, políticos e econômicos que deixaram marcas profundas na história contemporânea do país. Por mais distintos que tenham sido os governos dos cinco presidentes militares, suas similaridades convergem para o uso contínuo e sistemático da violência, da repressão e de mecanismos de aprofundamento das desigualdades sociais que têm acompanhado a história brasileira desde o início da colonização e que ainda hoje constituem um desafio para nossa sociedade.

A ditadura militar no Chile e na Argentina

As ditaduras estabelecidas na América Latina durante a segunda metade do século XX não podem ser analisadas sem considerar a atuação dos Estados Unidos na organização política e econômica do continente.

No **Chile**, a eleição de Salvador Allende para a presidência, em 1970, inaugurou uma época de mudanças e turbulências no país. Ao assumir o governo, Allende adotou uma série de reformas sociais e econômicas. Com a estatização das minas de cobre e dos bancos, basicamente dominados por multinacionais, iniciou no país uma ampla reforma de caráter nacionalista e popular, que desagradou as elites, os setores mais conservadores e os interesses estrangeiros.

Diante das reformas, vistas como a concretização da ameaça comunista, os militares chilenos, com apoio financeiro e militar dos Estados Unidos, começaram a articular o golpe para derrubar Allende. Em 11 de setembro de 1973, militares liderados pelo general Augusto Pinochet bombardearam o palácio presidencial e tomaram o poder.

Pinochet governou de 1973 a 1989 e seu mandato foi marcado por uma repressão brutal a toda dissidência, assim como pela implementação pioneira do neoliberalismo. Pinochet privatizou serviços e instituições públicas, bem como a previdência social, instaurando mudanças nas leis trabalhistas e na concessão de direitos sociais.

(BNCC) Competências específicas: 1, 4, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS402 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS602 EM13CHS603

Debater

- **O programa de reformas liberais executado no Chile durante a ditadura de Pinochet privatizou serviços públicos e instituiu o regime de capitalização da previdência.**
  - **a)** Pesquise o funcionamento desse regime de previdência privada.
  - **b)** Investigue por que esse modelo de previdência foi uma das principais razões que levaram milhares de chilenos às ruas em vários protestos em 2019.
  - **c)** Em pequenos grupos, debatam qual regime de previdência é melhor para o Brasil: o público ou o de capitalização.

O enfraquecimento das ditaduras latino-americanas no decorrer dos anos 1980 levou o governo Pinochet a submeter a renovação de seu mandato a um plebiscito. Em 1988, o ditador foi surpreendido com a vitória do "não", que tirou de suas mãos uma vitória considerada certa, marcando o fim do regime ditatorial no país.

A **Argentina**, no início dos anos 1970, vivia um clima de instabilidade política e econômica. A morte do presidente Juan Domingo Perón, em 1974, agravou as tensões sociais no país. A posse de sua esposa María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita Perón, acirrou os conflitos e as disputas entre os diversos grupos no país.

Em um cenário de alta instabilidade política, em 1976, os militares deram um golpe de Estado e tomaram o poder. Movimentos populares foram duramente reprimidos com a brutalidade típica dos regimes ditatoriais no continente. No total, estima-se que a ditadura argentina tenha causado cerca de 30 mil vítimas fatais.

DANIEL GARCIA/AFP VIA GETTY IMAGES

Em Buenos Aires, as "Mães da Praça de Maio" tornaram-se símbolo da luta pela memória dos desaparecidos políticos do regime militar argentino. Manifestando-se em frente ao palácio presidencial da capital, elas passaram a ser referência na defesa dos Direitos Humanos em toda a América Latina.
Na imagem, as mães protestam carregando imagens de seus filhos desaparecidos. Buenos Aires, 1982.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERNA

A ditadura militar na Argentina chegou ao fim em 1983. A herança foi um país bem mais pobre, com um parque industrial praticamente eliminado, sensível queda do Produto Interno Bruto (PIB), salários diminuídos quase pela metade, fuga de investimentos estrangeiros e redução drástica dos gastos sociais. A devastação produzida pela ditadura militar argentina é visível ainda hoje, no aumento das desigualdades sociais e nas sucessivas crises econômicas que marcaram o país nas últimas décadas.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS103 EM13CHS503 EM13CHS603

Questão

Registre em seu caderno

- **A história da América Latina nos anos 1960 e 1970 foi marcada por ditaduras militares. Cite algumas características comuns a esses regimes.**

O apagamento da memória dos crimes do regime militar

A retomada da democracia trouxe para os países latino-americanos mais um dilema: o que fazer com os crimes cometidos pelos governos militares? Em todos eles, foram criadas inúmeras associações e grupos para denunciar a violência e reivindicar a punição dos responsáveis.

No Brasil, esse processo ainda é lento e objeto de muitas controvérsias. Somente em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, foi legalmente criada a **Comissão Nacional da Verdade**, instituída em 16 de maio de 2012. Encerrada em 2014, a Comissão apurou a morte e o desaparecimento de centenas de pessoas, além de examinar inúmeros documentos produzidos pelo Estado.

FABIO VIEIRA/FOTORUA/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

Às vésperas de mais um aniversário do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil, manifestantes protestam contra o regime na antiga sede do DOI-Codi e denunciam a violência praticada contra as populações indígenas. São Paulo, 30 de março de 2019.

A "queima" de arquivos, o desaparecimento de relatórios oficiais e as leis que impediam a divulgação de documentos sigilosos evidenciam o quanto a história da ditadura ainda é um tabu em nossa sociedade. Como afirmou o historiador Francisco Carlos de Oliveira, "é o esquecimento como arma política". **Doc. 2**

Em 2013, foi encontrado um relatório de 5 mil páginas, produzido em 1967, que comprova os crimes cometidos pela ditadura civil-militar contra os povos indígenas. Agentes do Estado e fazendeiros interessados nas terras indígenas promoveram uma onda de violência e matança de tribos inteiras, entre outras atrocidades.

O resgate da memória da ditadura civil-militar no Brasil é um processo doloroso e controverso. Porém, é necessário admitir que a ditadura instaurada no país contou com a aprovação de diversos segmentos sociais: parte expressiva da sociedade civil, inúmeras vertentes religiosas e o grande empresariado nacional. Reconhecer esses atores e seus papéis nesse processo é imprescindível para que possamos refletir sobre como nossas escolhas do presente impactam os caminhos que percorreremos no futuro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Aprender a argumentar

(BNCC) Competência específica: 1; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Aprender a argumentar

Nos textos, nem sempre ou na maioria das vezes, os argumentos estão claramente enunciados. O esforço, para quem pretende ter clareza do que está sendo dito, é separar o argumento do conjunto do texto, evidenciar as premissas (explícitas e implícitas) e a conclusão, para posteriormente analisá-lo.

Exercitar a argumentação

Registre em seu caderno

1. Ordene o argumento do texto a seguir, para deixá-lo mais claro.

"– O problema é este: se os nossos folhetos deixarem agora de ser propagados na fábrica, esses policiais tirarão conclusões deste fato e servir-se-ão disso contra Paulo e contra os camaradas de prisão.

– Como pode ser isso? – exclamou a mãe, inquieta.

– É muito simples – respondeu suavemente Igor. – Por vezes, também os policiais fazem argumentos justos. Pense nisso: havia Paulo, havia folhetos e brochuras; deixa de haver Paulo, deixa de haver folhetos e brochuras. Conclusão: era ele que os distribuía, não é verdade? Aí chegados, os policiais vão começar a interrogá-lo a fundo; eles gostam disso, de meter os dentes em alguém até que não fique senão poeira. (Extraído do livro *A mãe*, de Gorki."

NAHRA, Cinara; WEBER, Ivan Hingo. *Através da lógica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 116-117.

2. Elabore um contra-argumento em relação ao trecho acima.

Laboratório de ciências humanas e sociais aplicadas

Doc. 1

Golpe ou revolução?

"A história, como se sabe, nem sempre é feita de julgamentos isentos e objetivos de fatos e personagens. A maneira como nós olhamos o passado depende de valores, convicções e necessidades do presente, o que se reflete na forma semântica com que batizamos os eventos históricos.

Por que, então, nos referimos a 1889 como 'Proclamação da República', a 1930 como 'Revolução de 30' e a 1964 como 'Golpe Militar'?

A rigor, o que houve nas três datas foram autênticos golpes militares, mediante o uso da força para afastar do poder as lideranças civis. Portanto, deveriam merecer definições semelhantes [...].

Acredito que o motivo principal para essas diferenças semânticas esteja na forma como a história – ou seja, as futuras gerações – sancionam ou deixam de sancionar um determinado evento histórico. Em resumo, 1889 passou para a história como 'Proclamação' porque a sociedade assim o quis, tanto quanto 1930 entrou para os livros didáticos como 'Revolução' e 1964 como 'Golpe' e 'Ditadura'. De certa forma, essas nomenclaturas refletem também uma certa evolução política da sociedade brasileira. No passado, intervenções violentas nas instituições e no processo político tendiam a ser aceitas de forma mais natural – como ocorreu em 1889 e 1930. Isso já não aconteceu em 1964, ano em que, embora uma parte da sociedade civil tenha aceito e até instrumentalizado as Forças Armadas para a tomada do poder, uma outra parte, hoje majoritária, não sancionou a intervenção."

GOMES, Laurentino. 1964: golpe ou revolução? *El País*, 26 mar. 2014. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/26/opinion/1395847968_469405.html>. Acesso em 11 ago. 2020.

Doc. 2

A memória como arma

"As Forças Armadas brasileiras preferem tergiversar a respeito dos arquivos da ditadura. Insistem na versão de que foram queimados. [...] Ora, impossível apagar a memória daqueles 21 anos de atrocidades.

Mais de 70 anos após o inferno nazista, novos dados ainda vêm à tona. Não será aqui no Brasil que haverão de apagar da história o longo período no qual crimes hediondos foram cometidos pelo Estado, em nome do Estado e por ordem do Estado chefiado por militares, como constam nos documentos da CIA.

À semelhança do genocídio nazista, aqui também vítimas sobrevivem. [...] Há mortos e desaparecidos, conforme apurou a Comissão da Verdade, e seus parentes e amigos não admitem que se adicione à supressão de suas vidas o selo indelével do silêncio.

O governo dos EUA, que patrocinou o golpe militar de 1964 e adestrou muitos de seus oficiais, mantém robusto arquivo com o registro das confissões dos algozes. A história é feita de fatos cujos significados dependem de versões. Raramente a versão do poder prevalece sobre a dos vencidos, ainda que esta última demore a emergir [...].

As Forças Armadas brasileiras podem insistir em não separar o joio do trigo [...]. Jamais, porém, haverão de apagar da memória nacional as graves violações dos Direitos Humanos cometidas pela ditadura. [...] A memória subversiva não confunde anistia com amnésia. Somente o silêncio das vítimas poderia salvar os algozes. Mas isso é impossível. O grito parado no ar ressoa. E exige justiça."

FREI BETTO. Arquivos da ditadura e memória subversiva. *O Globo*, 15 maio 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/arquivos-da-ditadura-memoria-subversiva-22690804>. Acesso em 12 ago. 2020.

Tergiversar: buscar rodeios para fugir de assunto incômodo; desconversar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6; Habilidades: EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS501 EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603 EM13CHS605

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Qual é o argumento utilizado pelo autor do texto para evidenciar que a história não é neutra?
2. De acordo com o texto, quais são os fatores que nos levaram a nomear três eventos de natureza semelhante com nomes distintos?

Doc. 2

3. Por que a violência é uma prática recorrente nos governos autoritários, como as ditaduras?
4. Por que o autor do texto considera importante resgatar a memória da ditadura?
5. Em sua opinião, por que existe tanta divergência sobre o tema da ditadura no Brasil?
6. Atualmente, setores defendem a volta do regime militar no Brasil. Para você, é possível conciliar regimes ditatoriais com respeito aos Direitos Humanos?

Retomar

7. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Como o contexto da Guerra Fria se manifestou na América Latina? Quais eram as características que as ditaduras militares instaladas nessa região tinham em comum? Que lições ficaram da experiência com esses regimes para os países latino-americanos?

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS501
EM13CHS503 EM13CHS602 EM13CHS603

Compreender

1. (Enem/MEC-2012)

"Fugindo à luta de classes, a nossa organização sindical tem sido um instrumento de harmonia e de cooperação entre o capital e o trabalho. Não se limitou a um sindicalismo puramente 'operário', que conduziria certamente a luta contra o 'patrão', como aconteceu com outros povos."

FALCÃO, W. *Cartas sindicais*. *In*: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 10 (85), set. 1941. (Adaptado)

Nesse documento oficial, à época do Estado Novo (1937-1945), é apresentada uma concepção de organização sindical que:

a) elimina os conflitos no ambiente das fábricas.
b) limita os direitos associativos do segmento patronal.
c) orienta a busca do consenso entre trabalhadores e patrões.
d) proíbe o registro de estrangeiros nas entidades profissionais do país.
e) desobriga o Estado quanto aos direitos e deveres da classe trabalhadora.

2. Leia a seguir duas posições distintas sobre o golpe de 1964. A primeira é do escritor cristão estadunidense Clarence W. Hall. A segunda é do cientista político uruguaio René Dreifuss. Após a leitura, responda às questões.

1 "A história secreta da legítima revolução do povo brasileiro. A história inspiradora de como um povo se rebelou e impediu os comunistas de tomarem conta de seu país.

Raramente uma grande nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para a dominação – propaganda, infiltração, terror – estavam em plena ação.

A rendição total parecia iminente... e então o povo disse: Não! [...]"

HALL, Clarence W. A nação que salvou a si mesma. Seleções do *Reader's Digest*. Artigo especial, nov. 1964.

2 "O complexo Ibes/Ibad estava no centro dos acontecimentos, como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar. E este é o último ponto que se tentou enfatizar, isto é, que o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi [...] um movimento civil-militar. [...]

Depois de abril de 1964 [...] a elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho de Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia."

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 397, 419.

a) Como o levante de 1964 é interpretado no primeiro texto?
b) Qual é a interpretação feita no segundo texto?
c) Qual visão lhe parece mais bem fundamentada? Por quê?

Pesquisar

Para ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos estudados, organize-se em grupo com seus colegas e escolham um dos eixos a seguir para realizar uma investigação sobre as ditaduras militares na América Latina.

- Ditadura e política.
- Ditadura e futebol.
- Ditadura e desaparecidos políticos.
- Ditadura e arte.
- Ditadura e movimentos de resistência.

Passos do trabalho:

1. Escolham o universo a ser investigado: um ou mais países latino-americanos.

2. Contextualizem historicamente seu objeto de pesquisa e, com base em uma investigação documental (textos, livros, jornais, documentários etc.), investiguem:
a) Qual é seu tema de pesquisa?
b) Qual é a história desse tema pesquisado?
c) Quando e como ele ocorreu?
d) Como se deu sua articulação com os regimes militares?

3. Destaquem os principais objetivos, atores sociais, eventos ou ações que marcaram aquilo que vocês estão investigando.

4. Elaborem um relatório com os dados de sua pesquisa. Ilustrem seu trabalho com imagens e/ou vídeos que possam enriquecê-lo. Discutam e compartilhem com seus colegas o material produzido.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Pequenos trabalhadores

Amadeu Amaral (1875-1929) foi um dos mais destacados intelectuais da Primeira República. Em sua obra Política humana*, coletânea de artigos e crônicas escritos nas décadas de 1910 e 1920, o escritor deixou registrado o destino de um menino de 12 anos que dormia no chão da fábrica em que trabalhava. Produzida em um período em que a questão social era tratada como caso de polícia, a coletânea foi censurada pelo governo paulista e só foi publicada em 1976.*

"Em São Paulo há leis que proíbem o trabalho das crianças nas fábricas; mas as fábricas revogam as leis e aproveitam os trabalhos das crianças.

São essas uns operários ideais: fracos, mas espertos, tímidos, respeitosos; governam-se facilmente; ganham pouco. Venha, pois, quanto mais se puder arranjar desta lenha tenra e preciosa, que arde bem e custa barato! [...] Labutem monotonamente em cantos escuros de galpão, a dobrar impressos, verguem e suem ao peso de cargas, manobrem mecanicamente, a cochilar, ao pé de um aparelho estúpido, tostem-se ao calor de uma caldeira ou ao bafo de um forno, absorvam gases, ácidos, sais e poeiras nocivas, besuntem-se de graxas e tintas, encurvem-se, repuxem-se, torçam-se e esfalfem-se na repetição indefinida de posições forçadas e de movimentos excessivos, percam a cor e a alegria, tomem ares pávidos de cãezinhos maltratados, ou ares opacos de homens sem mais inocência nem mais doçura, chatos e rudes... Oh! Que importa tudo isso, desde que as máquinas funcionem e a fábrica renda! [...]

Vai daí, há dias, um pequeno de 12 anos, cansado, ao fim do trabalho, adormeceu num canto da fábrica, e lá ficou esquecido. [...]

Mas na fábrica havia um guarda terrível. [...]

Ora, o guarda, quando a noite entra fechada, saiu, como de costume, a percorrer a fábrica, levando os seus belos cães por diante. Os molossos correm [...], farejam e, de repente, dão com o pequeno adormecido. Estacam, ladram e raivam [...] e acabam por investir contra o menino que, naturalmente já acordado, se recolhia transido de pavor, defendendo-se com os braços, e mordem furiosos, e retalham roupas e carnes, e arrancam talvez pedaços [...] sangrentos do corpinho estrebuchante.

Acode afinal o guarda, contém os cães, e socorre a criança. Mas, antes houvesse deixado que morresse logo! Ela só morreu muitas horas mais tarde [...].

Pobre criança! [...]

A tua agonia espantosa ainda poderia ser abençoada, se fosse o sinal da redenção para esse imenso rebanho, composto de milhares de meninos-forçados como tu, que desabrocham frouxamente para a vida, numa atmosfera escura [...] de malvadez, de insensibilidade e de hipocrisia.

A tua morte seria quase bela no seu horror, se tivesse o poder de lançar uma sincera, religiosa rajada de piedade, de arrependimento e de ternura através dessa sociedade estéril e chata, fútil e feroz, que esmaga e devora impassível os renovos e as flores da própria vitalidade.

Mas, pobre criança! A tua tragédia parece que nem sequer foi percebida...

É certo que os jornais a noticiaram – rapidamente, como cumpria em caso tão breve, tão simples e tão 'desagradável'. Mas a história não abriu o mínimo sulco na consciência da população. [...]

Mas por que essa indiferença? É simples. A população andava atenta a outros objetos, mais sérios do que a morte de uma criança [...].

O assalto da ferocidade humana transfundida nos cães deu-te a amostra mais intensa e perfeita desta civilização canina, que organizou o crime, e para a qual o amor e a doçura são vergonha; mas, em seguida, lançou-te para o outro mundo, onde continuarás o teu sono tranquilo, e talvez – quem sabe? – o teu sonho!"

AMARAL, Amadeu. Política humana. São Paulo: Hucitec, 1976. p. 43-47. *In*: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 148-150.

Molosso: espécie de cão de fila usado para caçar e para guardar o gado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

(BNCC) Competências específicas: 1 e 5
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS504

Atividades

Analisar

Registre em seu caderno

1. Cite três razões apresentadas pelo texto para o emprego do trabalho infantil nas fábricas de São Paulo, apesar das leis que proibiam essa prática.
2. Interprete a ironia deste trecho:

> "Que importa tudo isso, desde que as máquinas funcionem e a fábrica renda!".

3. A que civilização canina o autor se refere no texto?
4. Releia o oitavo parágrafo do texto e interprete o significado da expressão "imenso rebanho" nessa passagem.

Redigir um texto

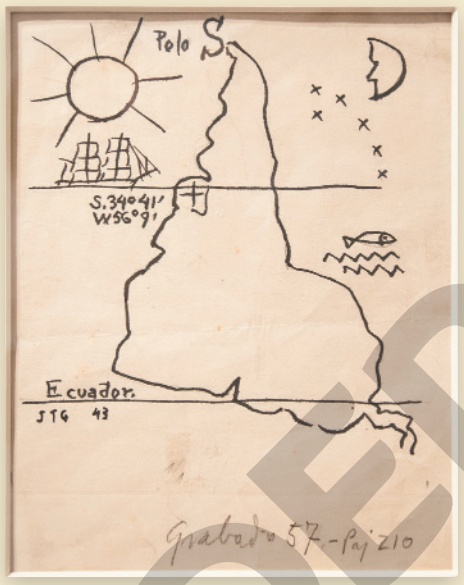
5. Reescreva o oitavo parágrafo do texto supondo que, em vez de indiferença, a morte do menino tivesse gerado uma mudança redentora. Procure manter o estilo original do texto.

UNIDADE 4

A América contemporânea

CAPÍTULOS

13. **Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais,** 125
14. **A filosofia da libertação e os direitos humanos na América Latina,** 133
15. **Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina,** 140
16. **A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios,** 147



DANIELA MARIA/FOTOARENA - MUSEU TORRES GARCÍA, MONTEVIDÉU

América invertida, obra de Joaquín Torres García, de 1943.

América Latina: presente e futuro

As línguas neolatinas predominantes e o catolicismo, expressões culturais trazidas pelos colonizadores espanhóis e portugueses, distinguem a América Latina da América Anglo-saxônica. Mas essa divisão não é tão rigorosa. O Canadá, por exemplo, tem como línguas oficiais o inglês e o francês e o catolicismo como igreja cristã predominante. Em países latino-americanos como Trinidad e Tobago, Belize ou Guiana se fala o inglês, que não é uma língua de origem latina. Questões históricas, sociais, políticas e econômicas marcaram distinções que vão além daquelas de caráter cultural.

A América Latina é um caldeirão de etnias, composto pela variedade de descendentes dos povos indígenas, europeus e africanos, além dos imigrantes que aqui se estabeleceram, voluntária ou involuntariamente, originando distintos processos de miscigenação. Seria possível falar, portanto, de uma identidade latino-americana?

A colonização brutal marcada pela exploração das riquezas naturais e humanas do nosso continente impôs novas línguas, religiões e culturas. Assim, forjou fronteiras e moldou diferentes nacionalidades, que resultaram na América Latina contemporânea. Muitos autores e estudiosos atuais têm trazido à tona discussões sobre a América Latina, questionando, inclusive, sua real existência histórica e geográfica.

É certo que essas discussões, com seus diferentes posicionamentos, nos trazem uma importante contribuição: refletir sobre qual é nossa identidade e sobre a existência concreta de um projeto de futuro latino-americano em comum.

O artista uruguaio Joaquín Torres García (1874-1949) nos auxilia a iniciar essa reflexão a partir de sua obra intitulada *América invertida*. Sua frase "*nuestro norte es el sur*" (nosso norte é o sul) rompe o compromisso com ideias dependentes das relações de poder norte-sul instaladas no continente, e é um convite para que os latino-americanos olhem para a América Latina com seus próprios olhos.

Questões

Responda oralmente

1. Em sua opinião, por que o título da obra é *América invertida*? Para responder, analise a obra em relação aos seus aspectos políticos e ideológicos.
2. Quais propostas de uma identidade política e de um projeto de futuro comum para a América Latina podem ser pensadas a partir da ideia de Torres García de que "*nuestro norte es el sur*"? Exemplifique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO 13

Brasil: população, regionalizações, industrialização e disparidades regionais

Que observações podem ser elaboradas a partir da dinâmica populacional do Brasil? Cite algumas disparidades regionais que caracterizam o nosso país.

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 3, 4, 6 e 7

Competências específicas: 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103
EM13CHS106 EM13CHS201
EM13CHS202 EM13CHS203
EM13CHS204 EM13CHS205
EM13CHS206 EM13CHS303
EM13CHS304 EM13CHS401
EM13CHS502 EM13CHS504
EM13CHS604 EM13CHS606

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

População e dinâmica demográfica

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Divisão da População da ONU, faz pesquisas, contagens, projeções e emite, periodicamente, informações sobre a população mundial. Essas informações são fundamentais para a elaboração de políticas públicas por parte dos países e também para direcionar ações mundiais em relação a diversos temas. Por exemplo, o crescimento acelerado da população mundial pode exigir planejamentos para evitar um colapso em um planeta que tem recursos naturais limitados.

Outras questões referentes à dinâmica demográfica e qualidade de vida pesquisadas pela ONU são: envelhecimento, saúde, migrações, urbanização e déficit por habitação. A dinâmica demográfica também envolve questões relativas à agricultura; ao abastecimento de alimentos e à disponibilidade de recursos vitais, como a água potável; disseminação de doenças (endêmica e pandêmica); às demandas ambientais, como as mudanças climáticas etc.

Analise, na tabela da página seguinte, exemplos de dados disponibilizados pela Divisão de População da ONU na revisão de 2019, com os totais populacionais dos continentes, dados históricos e projeções futuras.

GABRIEL SANTOS/TYBA

Na Região Sudeste vive a maior parte da população brasileira, em contraste com a Região Norte, onde a densidade demográfica é baixa. Essa característica evidencia a concentração industrial e de serviços na Região Sudeste e aponta para as disparidades regionais que marcam o território nacional. Na foto, multidão na estação Botafogo do metrô na cidade do Rio de Janeiro, em 2018.

População mundial por continente (1950-2100*)					
Continentes	**1950**	**2000**	**2020***	**2050***	**2100***
Mundo	**2.536.431.000**	**6.143.494.000**	**7.794.799.000**	**9.735.034.000**	**10.875.394.000**
África	227.794.000	810.984.000	1.340.598.000	2.489.275.000	4.280.127.000
Ásia	1.404.909.000	3.741.263.000	4.641.055.000	5.290.263.000	4.719.907.000
Europa	549.329.000	725.558.000	747.636.000	710.486.000	629.563.000
América Central e do Sul	168.821.000	521.836.000	653.962.000	762.432.000	679.993.000
América do Norte	172.603.000	312.427.000	368.870.000	425.200.000	490.889.000
Oceania	12.976.000	31.425.000	42.678.000	57.376.000	74.916.000

* Estimativa

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU). Divisão de população. *World Population Prospects 2019*. Disponível em <https://population.un.org/wpp/Download/Files/1_Indicators%20(Standard)/EXCEL_FILES/1_Population/WPP2019_POP_F01_1_TOTAL_POPULATION_BOTH_SEXES.xlsx>. Acesso em 24 ago. 2020; Organização das Nações Unidas (ONU). Divisão de população. *Probabilistic Population Projections based on the World Population Prospects 2019*. Disponível em <https://population.un.org/wpp/Download/Files/2_Indicators%20(Probabilistic%20Projections)/UN_PPP2019_Output_PopTot.xlsx>. Acesso em 24 ago. 2020.

A revisão de 2017, divulgada pelo IBGE, projetava uma população mundial de 11,18 bilhões de pessoas para 2100. Entretanto, conforme você pode verificar na tabela correspondente à revisão de 2019, esse número diminuiu, o que indica que a população vem crescendo em um ritmo menor do que se esperava. O crescimento populacional está em torno de 1,1% ao ano, devendo desacelerar ao longo do século e estabilizar-se somente no século XXII.

O mesmo estudo aponta que três países do continente americano figuram entre os 20 mais populosos do mundo em 2020: Estados Unidos, Brasil e México. A previsão é que os três permaneçam nessa posição até 2100, mas com alterações nas suas posições. Observe o quadro abaixo.

População mundial e dos 20 países mais populosos (2020 e 2100*)							
Ordem	**País**	**2020***	**% da população mundial**	**Ordem**	**País**	**2100***	**% da população mundial**
	Mundo	**7.794.799.000**	**100**		**Mundo**	**10.875.394.000**	**100**
1	China	1.439.324.000	18,5	1	Índia	1.447.026.000	13,3
2	Índia	1.380.004.000	17,7	2	China	1.064.993.000	9,8
3	Estados Unidos	331.003.000	4,2	3	Nigéria	732.942.000	6,7
4	Indonésia	273.524.000	3,5	4	Estados Unidos	433.854.000	4,0
5	Paquistão	220.892.000	2,8	5	Paquistão	403.103.000	3,7
6	Brasil	212.559.000	2,7	6	Rep. Dem. do Congo	362.031.000	3,3
7	Nigéria	206.140.000	2,6	7	Indonésia	320.782.000	2,9
8	Bangladesh	164.689.000	2,1	8	Etiópia	294.393.000	2,7
9	Rússia	145.934.000	1,9	9	Tanzânia	285.652.000	2,6
10	México	128.933.000	1,7	10	Egito	224.735.000	2,1
11	Japão	126.476.000	1,6	11	Angola	188.283.000	1,7
12	Etiópia	114.964.000	1,5	12	Brasil	180.683.000	1,7
13	Filipinas	109.581.000	1,4	13	Níger	164.947.000	1,5
14	Egito	102.334.000	1,3	14	Bangladesh	151.393.000	1,4
15	Vietnã	97.339.000	1,2	15	Filipinas	146.327.000	1,3
16	Rep. Dem. do Congo	89.561.000	1,1	16	Sudão	142.342.000	1,3
17	Turquia	84.339.000	1,1	17	México	141.510.000	1,3
18	Irã	83.993.000	1,1	18	Uganda	136.785.000	1,3
19	Alemanha	83.784.000	1,1	19	Rússia	126.143.000	1,2
20	Tailândia	69.800.000	0,9	20	Quênia	125.424.000	1,2

* Estimativa

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU). Divisão de população. *Probabilistc Population Projections based on the World Population Prospects 2019*. Disponível em <https://population.un.org/wpp/Download/Files/2_Indicators%20(Probabilistic%20Projections)/UN_PPP2019_Output_PopTot.xlsx>. Acesso em 24 ago. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A análise da tabela anterior nos mostra que, em 2100, os Estados Unidos continuarão com expressiva participação (4%) entre o total mundial da população. O México terá uma queda expressiva, passando do 10º para o 17º lugar, e o Brasil cairá do 6º para o 12º lugar no *ranking*.

Dos países americanos da lista, o Brasil é o único que terá decréscimo populacional, segundo a projeção. Mas não podemos nos esquecer de que a população é dinâmica, e vários fatores interferem no ritmo de seu crescimento. Por exemplo, uma pandemia pode mudar os rumos de progressão da população mundial; migrações em massa podem alterar padrões demográficos em escala regional; e a dinâmica das cidades, como a urbanização, pode alterar o ritmo de crescimento da população local.

Políticas nacionais, como as de controle da natalidade ou de planejamento familiar, podem diminuir a taxa de natalidade e o ritmo de crescimento populacional. A análise de dados estatísticos e de indicadores demográficos permite importantes considerações sobre o comportamento da população, como, por exemplo, calcular o crescimento vegetativo, que é obtido pela diferença entre o número de nascimentos e o de mortes em um lugar ou país durante um ano.

Para compreendermos melhor essa questão, analisemos a situação de Angola em comparação com a do Brasil. Segundo dados do Banco Mundial de 2018, Angola tinha uma das maiores taxas de natalidade do mundo: 41‰ (nasciam cerca de 41 crianças vivas para cada 1.000 habitantes no ano); e a taxa de mortalidade era de 8‰ (estimativa de cerca de 8 mortes para cada 1.000 habitantes). Essas informações revelam um elevado crescimento vegetativo que, segundo estimativas, não vai diminuir significativamente ao longo das próximas décadas. Angola poderá ser o 11º país mais populoso do mundo em 2100, segundo a projeção de 2019.

A situação do Brasil é diferente. Dados divulgados pelo IBGE em 2018 revelaram que a taxa de fecundidade no país vem se mantendo estável e tende a diminuir. Em 2015, a taxa era de 1,8 filho para cada mulher e, em 2018, era de 1,77. A taxa de fecundidade está relacionada à taxa de natalidade, pois a diminuição do número médio de filhos por mulher faz reduzir a taxa de natalidade e, dessa forma, influencia no crescimento vegetativo. Segundo o IBGE, a população brasileira deverá crescer até 2047 e, a partir de 2048, haverá um declínio gradual, com diminuição da taxa de fecundidade até 2060. Esse é um dos fatores que explicam a retração populacional do Brasil projetada para 2100.

Atualmente, o Brasil passa por um fenômeno denominado **transição demográfica**, ou seja, uma estabilização das taxas de natalidade e de mortalidade, com declínio gradual do crescimento vegetativo. Os países desenvolvidos, em sua grande maioria, já vivenciaram a transição demográfica e, atualmente, apresentam uma tendência de envelhecimento da população.

DENNIS WEGEWIJS/SHUTTERSTOCK

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolve projetos no continente africano voltados à saúde da mulher, relacionados à sexualidade, idade reprodutiva e formação de famílias. Muitas mulheres no continente são provedoras da família, ou seja, trabalham e cuidam sozinhas dos filhos. Na foto, mulheres grávidas aguardam atendimento pré-natal em Kolonyi, Uganda, em 2016.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 3, 5 e 6
Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103
EM13CHS106 EM13CHS201
EM13CHS202 EM13CHS203
EM13CHS204 EM13CHS206
EM13CHS303 EM13CHS304
EM13CHS502 EM13CHS604

Imagine...

- Alguns demógrafos anunciam que um dos grandes desafios dos países nas próximas décadas será garantir a sustentabilidade ambiental diante do crescimento da população. Imagine-se um demógrafo analisando esse problema e proponha hipóteses que confirmem ou refutem essa projeção. Que argumentos você utilizaria?

Taxa de natalidade: número de pessoas que nascem vivas no período de um ano a cada grupo de 1.000 habitantes (‰).

Taxa de fecundidade: número médio de filhos que uma mulher teria até o final de sua idade reprodutiva; entre 15 e 49 anos de idade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDIÇÃO MODERNA

(BNCC) Competências específicas: 1, 2, 4 e 5; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS401 EM13CHS504

De olho no presente

Transição da fecundidade

"A transição da fecundidade é um dos fenômenos de mudança de comportamento de massa mais importantes e significativos da história da humanidade.

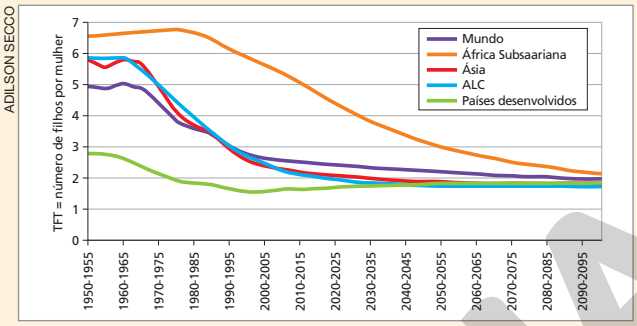
[...] O ser humano é o único animal que regula o número de filhos e reduz o tamanho da prole em meio ao aumento do padrão de vida e à abundância. Nos 200 mil anos de história do *Homo sapiens*, a redução do número médio de filhos ocorreu somente nas últimas décadas.

[...] A taxa de fecundidade total (TFT) média do mundo caiu de cerca de 5 filhos na década de 1960 para cerca de 2,5 filhos em 2015. A TFT se reduziu pela metade em 50 anos, mas desacelerou o ritmo de baixa e se mantém acima do nível da taxa de reposição (TFT = 2,1 filhos por mulher). Há ainda alguns países que resistem à desaceleração da fecundidade.

Porém, o ritmo da redução do número médio de filhos foi extremamente rápido em alguns países. Três países – Cingapura, Coreia do Sul e Irã – apresentaram as transições da fecundidade mais rápidas do mundo.

Cingapura – que era um país pobre até a sua independência em 1959 – tinha uma TFT de 6,6 filhos no quinquênio 1950-55 e de 6,34 filhos em 1955-60. Em apenas 20 anos a TFT de Cingapura passou para 1,84 filhos no quinquênio 1975-80. Ou seja, em 4 quinquênios a taxa de fecundidade passou de 6,34 filhos para 1,84 filhos (uma diminuição de 4,5 filhos na TFT).

Taxa de fecundidade total (TFT) para regiões do mundo (1950-2100)



Foi a transição mais rápida (e mais precoce em sua rapidez) já ocorrida entre todos os países do mundo. [...]

Brasil, Líbano e Costa Rica tinham TFT em torno de 6 filhos por mulher no quinquênio 1960-65 e passaram para uma TFT abaixo do nível de reposição no quinquênio 2005-10. Portanto, estes três países tiveram uma transição da fecundidade que durou cerca de 45 anos. [...]."

ALVES, José Eustáquio Diniz. Países com rápida transição da fecundidade. *Ecodebate*, 14 jan. 2019. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2019/01/14/paises-com-rapida-transicao-da-fecundidade-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/#:~:text=Tr%C3%AAs%20pa%C3%ADses%20%E2%80%93%20Cingapura%2C%20Coreia%20do,34%20filhos%20em%201955%2D60>. Acesso em 19 set. 2020.

Questões

Registre em seu caderno

a) Que observações podem ser feitas sobre a variação das taxas de fecundidade na comparação entre África Subsaariana, Ásia, América Latina e Caribe (ALC) e os países desenvolvidos?

b) Considerando o conceito de transição demográfica, elabore hipóteses sobre o crescimento e a estabilização populacional da África Subsaariana e da América Latina e Caribe (ALC).

c) Quais são as consequências da elevada taxa de fecundidade na África Subsaariana?

d) Segundo o texto, a transição da fecundidade no Brasil pode ser considerada rápida? O fato de um país ser "pobre" determina que sua desaceleração da fecundidade seja lenta? Explique.

Brasil: distribuição populacional e divisão regional

Estudos sobre a organização espacial do território demonstram que, no início do processo de colonização, a ocupação portuguesa de sua colônia americana ficou limitada às regiões litorâneas. As consequências dessa organização deixaram marcas que refletem algumas das características atuais do Brasil, como a concentração das capitais estaduais e da maior parte da população brasileira nas áreas costeiras.

O mapa da página seguinte permite constatar como a distribuição populacional no território brasileiro é extremamente desigual. Compare-o com um mapa da divisão regional do Brasil para verificar essa desigualdade entre as cinco regiões brasileiras.

O território brasileiro, atualmente, é dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essa regionalização data de 1988, quando foi aprovada a Constituição Federal em vigor no Brasil. Nela, ficou estabelecida a emancipação do estado de Tocantins – até então ligado ao estado de Goiás –, que passou a pertencer à Região Norte do país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: distribuição da população (2017)

ANDERSON A PIMENTEL

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 111.

Além disso, três territórios federais deixaram de existir: Fernando de Noronha foi anexado ao estado de Pernambuco e os territórios federais do Amapá e de Roraima tornaram-se estados.

A regionalização é uma das maneiras de o governo federal gerir e administrar politicamente o território. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão oficial responsável pelos estudos e pelas propostas de regionalização do país. É um processo de delimitação espacial realizado com base em critérios preestabelecidos. São escolhas que indicam de que maneira se pretende organizar o território: aspectos econômicos, demográficos, fatores naturais etc. Para acompanhar o dinamismo espacial, as regionalizações podem ser revistas, levando em consideração mudanças de atividades econômicas; surgimento de polos de desenvolvimento, núcleos de povoamento; mudanças na configuração político-territorial dos estados etc.

O Brasil teve diferentes regionalizações oficiais durante sua história. Vale ressaltar que essas regiões não são entidades autônomas; elas dependem do governo central do país. Para auxiliar na administração e nas políticas voltadas aos interesses regionais, foram criadas nesse processo algumas instituições, como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Instituída em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, (1902-1976), a Sudene estava diretamente subordinada à Presidência da República. Com a ajuda de intelectuais como o economista Celso Furtado e o sociólogo Francisco de Oliveira – ainda nos primeiros anos de sua existência –, ela se tornou uma autarquia com a missão de combater o quadro de seca, desemprego, êxodo rural e domínio oligárquico na Região Nordeste.

Na década de 1960, durante a ditadura civil-militar, a Sudene foi burocratizada e suas prioridades se modificaram. Em consonância com a política dos governos militares, outras superintendências foram criadas, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). A Sudeco teve grande importância na integração do Centro-Oeste ao país e no desenvolvimento de um modelo agrário exportador para a região. Essas superintendências, entretanto, acabaram extintas na década de 1990, em meio a denúncias de corrupção em suas gestões.

Em 2019, os governos dos nove estados que compõem a Região Nordeste se reuniram e criaram o Consórcio Nordeste (Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste). A proposta surgiu como uma parceria entre os governadores da região para promover uma ação conjunta no combate à pobreza, aos problemas ambientais etc. e desenvolver planos integrados de serviços ligados à educação, saúde, segurança pública à população, por exemplo. Essa proposta recente de política regional impacta diretamente as finanças dos estados, pois a realização de editais para a compra em bloco de serviços pode baratear o seu custo.

Proposta alternativa de regionalização

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) e a geógrafa argentina María Laura Silveira escreveram um livro pautado em análises sobre o dinamismo da sociedade e da economia no território nacional. Os autores estabelecem as bases para uma proposta de redivisão do território brasileiro em "quatro brasis": Região Amazônica, Região Nordeste, Região Centro-Oeste e Região Concentrada. Essa proposta de regionalização demonstra como a produção científica e tecnológica, a informação, as finanças etc. se distribuem de forma desigual pelo Brasil, criando disparidades e hierarquias no território nacional. **Doc. 1**

Por exemplo: a Região Amazônica apresenta estados com baixa densidade técnica e demográfica; a Região Nordeste é marcada pelas raízes históricas da colonização e do povoamento inicial do Brasil; a Região Centro-Oeste vem se consolidando pela modernização e mecanização do setor agropecuário, e a Região Concentrada reúne e comanda a produção industrial, os centros financeiros, de infraestrutura viária e de serviços no país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Panorama geral da industrialização no Brasil

Como vimos, as desigualdades socioeconômicas do Brasil se refletem nas disparidades regionais, que, por sua vez, foram influenciadas pelo processo de industrialização, que deu seus primeiros passos no país na segunda metade do século XIX.

Até 1930, o país importava praticamente todos os produtos industrializados de que precisava; as poucas indústrias que existiam eram, majoritariamente, do setor têxtil, de alimentos e bebidas, dependiam da mão de obra imigrante e estavam concentradas no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. O desenvolvimento das indústrias no Brasil, portanto, é consideravelmente recente, e podemos mencionar três fatores fundamentais para esse processo.

- A **cafeicultura** – atividade econômica que proporcionou acúmulo de capital e formou uma elite agrária no país; essa elite investiu parte de seus lucros na instalação de indústrias.
- A **imigração** e o **crescimento populacional** – alguns imigrantes se fixaram nas cidades e se tornaram trabalhadores assalariados nas fábricas, pois tinham conhecimento do trabalho operário; o crescimento populacional alimentou o mercado consumidor dos produtos feitos nas incipientes indústrias locais.
- A **rede ferroviária** – as ferrovias alimentaram os fluxos oriundos da industrialização entre diferentes espaços; a expansão do sistema viário e da infraestrutura urbana, como transporte, rede elétrica, água encanada, forneceram as condições mínimas para a instalação de indústrias e auxiliaram nesse processo.

Em um panorama geral, pode-se afirmar que o governo de Getúlio Vargas impulsionou a produção industrial interna entre 1930 e 1945. Na primeira fase de seu governo (1930-1945), começaram a ser criadas as condições para o estabelecimento progressivo de indústrias, principalmente na Região Sudeste. A partir da década de 1940, foram instaladas as primeiras indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Quando Getúlio retornou ao poder, entre 1951 e 1954, foi criada a Petrobras, buscando garantir a soberania do Estado no setor energético.

O governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, implantou o Plano de Metas, o qual modernizou setores da indústria, como as indústrias de bens de capital; melhorou o setor energético industrial e impulsionou a chamada "substituição de importação", com altos investimentos nas indústrias de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e, sobretudo, automóveis.

O governo JK deu um grande passo para a industrialização nacional, porém os investimentos responsáveis por esse processo foram feitos em parceria com o capital externo. Por causa dessa dependência, os locais escolhidos para a instalação das indústrias no país tiveram de obedecer às regras estabelecidas pelas multinacionais que as financiaram, como:

- proximidade das matérias-primas necessárias para os diferentes tipos de indústrias, como os produtos vindos da indústria siderúrgica;
- boa infraestrutura e fornecimento de energia;
- contingente de mão de obra disponível;
- mercador consumidor potencial.

DIVULGAÇÃO/VOLKSWAGEN

Produção do modelo Fusca em indústria automobilística em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Foto de 1970.

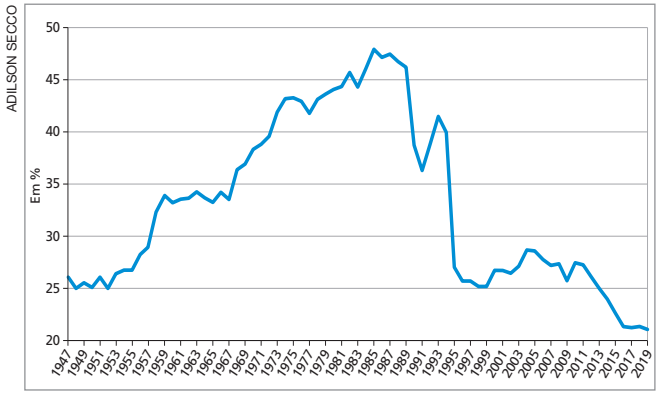
Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a diversificação dos tipos de indústrias cresceu significativamente. Mas tal crescimento foi amparado nos interesses do capital estrangeiro. Como consequência, o Brasil se consolidou como país industrializado, mas à custa do aumento expressivo da dívida externa, seguido da queda acentuada da atividade econômica, após a euforia do período conhecido como "Milagre Econômico". A concentração de renda levou o Brasil a alcançar um dos mais elevados índices de desigualdade social do mundo. **Doc. 2** A crise da dívida externa, nos anos 1980, aprofundou as dificuldades econômicas, registradas em altas taxas de inflação e desemprego. Foi a chamada "década perdida". Observe o gráfico a seguir para entender melhor como isso ocorreu.

Indústria de base: ou indústria de bens de produção; é responsável por transformar os recursos naturais em matérias-primas para outras indústrias; basicamente prepara o material bruto que será utilizado em processos industriais posteriores. Entre esses tipos de indústria estão siderúrgicas, petroquímicas, metalúrgicas e indústrias do cimento.

Indústria de bens de capital: indústria intermediária, que produz maquinários e equipamentos para outras indústrias, como as indústrias de autopeças, de componentes eletrônicos ou de motores. Normalmente, elas se instalam em centros urbano-industriais para dar suporte aos parques industriais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Evolução da participação da indústria no PIB nacional (1947-2019)



Fonte: CNI – Perfil da Indústria Brasileira. Disponível em <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>. Acesso em 3 ago. 2020.

Apesar do pequeno aumento observado nos primeiros anos da década de 1990, o gráfico apresenta uma queda acentuada da participação da indústria no PIB nacional a partir de então. Nessa década, com a adoção de medidas neoliberais e o enfraquecimento do poder econômico do Estado, o país viveu um período de privatização das indústrias de base, de aviação e do setor energético, além dos setores de serviços, como telefonia e bancos. A entrada maciça de empresas estrangeiras no Brasil deu nova configuração ao espaço industrial brasileiro. Na virada do século, alguns setores da produção industrial despontavam com considerável tecnologia de ponta e o país apresentava um parque industrial bastante diversificado.

A industrialização e o agravo das disparidades regionais

As empresas multinacionais que se instalaram no país trouxeram consigo a lógica do capitalismo internacional, intensificada pela globalização da economia. Os investimentos dessas empresas em países emergentes como o Brasil, além de impor a distribuição espacial das indústrias e serviços, exigiam políticas governamentais de garantia do retorno do capital investido em forma de lucro. Os governos brasileiros dos anos 1990, além de privatizar importantes empresas nacionais, favoreceram as indústrias estrangeiras com a doação de áreas para instalação de suas filiais; isenção de impostos; flexibilização das leis trabalhistas e arrocho salarial; afrouxamento das leis ambientais; facilidades para a exportação etc.

Arrocho salarial: consequência de uma política salarial cujos reajustes não acompanham a inflação. Pode ocorrer como política de governo ou decorrente da livre negociação entre empresas e trabalhadores; atingindo tanto o salário mínimo de um país como o valor da mão de obra no mercado de trabalho em geral, sobretudo diante de situações de aumento do desemprego e da oferta de mão de obra no mercado.

A indústria nacional, sobrecarregada de impostos e taxas diante de uma política fiscal desfavorável, encontrou grandes dificuldades, diminuindo sua participação no PIB nacional que, atualmente, encontra no setor de serviços sua maior expressividade. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a participação do setor de serviços diversos respondia por 52,6% do PIB nacional em 2019 e o setor de serviços no comércio por 11,7%, enquanto a participação da indústria era de 20,9%.

O processo histórico de industrialização brasileiro, entretanto, pode ser considerado um agravante das disparidades regionais no país, pois as grandes indústrias se instalaram, preferencialmente, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontraram as condições ideais para os investimentos do capital externo. Esse processo concentrou ainda a maior parte dos serviços na Região Sudeste, criando um grande fluxo de migrantes e atraindo mão de obra de outras regiões do país. Mesmo que a atividade industrial brasileira tenha se expandido para outras regiões, o processo de industrialização que marcou o território nacional foi responsável por um desenvolvimento regional interno desigual.

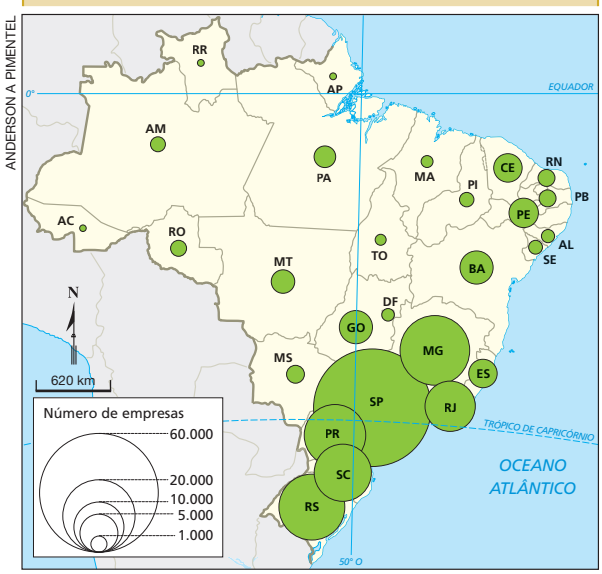
(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS202 EM13CHS206 EM13CHS606

Questão

Registre em seu caderno

- **Com base na análise do mapa abaixo, justifique por que o Sul e o Sudeste são reunidos na chamada Região Concentrada, de acordo com a regionalização do país proposta pelos geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira.**

Brasil: distribuição industrial (2018)



Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 139.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Doc. 1

"Quatro Brasis"

No livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, os geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira propõem uma forma de regionalização para o país.

"No capítulo doze, os autores perfizeram as bases para uma redivisão do Brasil em quatro grandes regiões: uma Região Concentrada (formada pelas regiões Sudeste e Sul), o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia, permitindo compreender as novas desigualdades territoriais, as zonas de densidade e rarefação, a fluidez e a viscosidade do território, os espaços da rapidez e da lentidão, espaços luminosos e opacos e os espaços que mandam e os que obedecem.

Além da densidade demográfica, é possível, para o território, calcular densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicativas e muitas outras. A fluidez e a viscosidade referem-se às condições de maior ou menor circulação de homens, produtos, serviços, mercadorias, informações etc. pelo território. Nos países de elevada superfície territorial, como no caso do Brasil, o processo de criação de fluidez é seletivo, diferenciado entre as diversas regiões. Os espaços de rapidez são os dotados de melhores vias de transporte (em quantidade e qualidade) [...]. Também são aqueles onde se realiza o maior fluxo de vida socioeconômica. [...]."

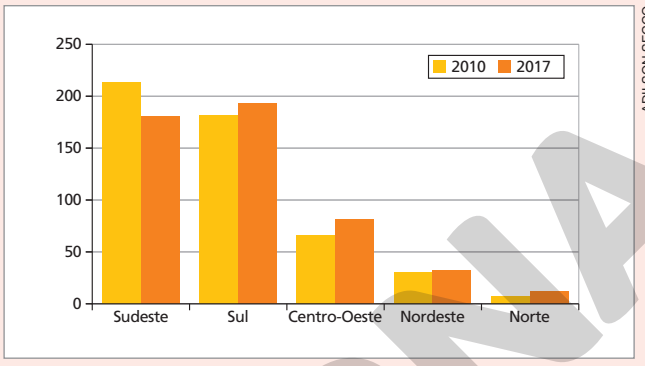
BORDO, Adilson Aparecido. Resenha: o Brasil: território e sociedade no início do século XXI. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 23, p. 295, 2001. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7331>. Acesso em 17 set. 2020.

Brasil: regionalização segundo Milton Santos (2001)

Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. LXIV.

Doc. 2

Municípios entre os 500 com maior PIB *per capita* (2010 e 2017)



ADILSON SECCO

Fonte: ROUBICEK, Marcelo. O PIB dos municípios brasileiros. E as discrepâncias regionais. *Nexo Digital*, 1 jan. 2020. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/01/O-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros.-E-as-discrep%C3%A2ncias-regionais>. Acesso em 25 ago. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS202 EM13CHS203 EM13CHS205 EM13CHS206 EM13CHS606

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. A proposta de regionalização dos geógrafos Milton Santos e María Laura Silveira considera a divisa político-administrativa dos estados? Explique.
2. Que observações podem ser estabelecidas entre essa proposta e a atual regionalização brasileira oficial do IBGE?
3. Cite exemplos das disparidades regionais no território nacional evidenciadas na regionalização do país em "quatro brasis".

Analisar

Doc. 2

4. Que observações podem ser elaboradas a partir da comparação do PIB das regiões brasileiras?
5. Quais as discrepâncias regionais do país são evidenciadas no gráfico?

Retomar

6. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Que observações podem ser elaboradas a partir da dinâmica populacional do Brasil? Cite algumas disparidades regionais que caracterizam o nosso país.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 14

A filosofia da libertação e os Direitos Humanos na América Latina

Por que os Direitos Humanos não são plenamente garantidos nos países da América Latina? O que é a filosofia da libertação e qual é a sua relação com a universalização dos Direitos Humanos?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 6, 7, 9 e 10
Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102
EM13CHS103 EM13CHS106
EM13CHS502 EM13CHS503
EM13CHS504 EM13CHS605

Filosofia como práxis da libertação

Por que, comparados aos países desenvolvidos, os países da América Latina permanecem em condições econômicas e sociais precárias e instáveis? Por que direitos há muito conquistados por países da Europa ainda são objeto de lutas por parte da população trabalhadora latino-americana? Qual é a relação entre o desenvolvimento de alguns países europeus e o subdesenvolvimento de países latino-americanos? O que é preciso fazer para mudar essa situação? Qual é o caminho para pôr fim à opressão e à dependência dos povos latino-americanos? Essas são algumas das perguntas formuladas pela chamada **filosofia da libertação**. Embora tenha um lastro reflexivo antigo, essa corrente se estabeleceu principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, como um movimento pela libertação dos povos latino-americanos.

© BANCO DE MEXICO DIEGO RIVERA & FRIDA KAHLO MUSEUMS TRUST, MÉXICO, D.F./ AUTVIS, BRASIL, 2020. GRANGER/SHUTTERSTOCK - PALACIO NACIONAL, CIDADE DO MÉXICO

O passado escravista e colonial marcou os países e os povos latino-americanos. Na imagem, a conquista da América pelos espanhóis, representada no mural *Desembarque dos espanhóis em Vera Cruz*, pintado em 1951 pelo artista mexicano Diego Rivera no Palácio Nacional da Cidade do México.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 5 e 6; Habilidades: EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS605

Questão

Registre em seu caderno

- **Você pode apontar alguma ideia sobre os indígenas ou negros brasileiros ou alguma atitude em relação a eles, que, em certa medida, dá continuidade à narrativa instituída pelos europeus e desenvolvida ao longo de nossa história?**

Ultrapassando a lógica da dominação

Para entender a filosofia ou as filosofias da libertação, temos de retomar alguns pressupostos históricos do processo de constituição da chamada **modernidade**. A modernidade foi formada a partir do século XV e sustentada nos processos de colonização dos continentes africano, americano e asiático por parte dos europeus. Sem esses processos, que promoveram todo tipo de violência e dominação, como a escravização indígena e africana, não existiria o que hoje chamamos de modernidade, fruto da consolidação e do desenvolvimento do sistema capitalista.

A violência material do projeto explorador europeu foi acompanhada da violência espiritual, com a qual se constituiu uma narrativa para justificar o empreendimento colonial. Essa narrativa, que foi apresentada como universal, cumpriu um duplo papel. Por um lado, encobriu a negação e o aviltamento do outro por parte dos europeus: sob a bandeira da ação civilizatória, o conquistador e colonizador pôde submeter inúmeros povos aos mais atrozes sofrimentos, negando suas formas de existência; sob o discurso de humanização universal, buscou legitimar práticas desumanas contra os povos colonizados. Por outro lado, promoveu a desculturação dos povos dominados, levando-os a internalizar a lógica opressora e a desenvolver problemas identitários e certa alienação da realidade que os oprimia. **Doc. 1**

O processo de vitória e afirmação da civilização ocidental europeia não foi linear nem isento de contradições. Ao contrário, houve resistências de toda ordem em tempos e lugares diversos. Lutas, revoltas, movimentos contestatórios e revoluções marcaram a modernidade e continuam presentes na sociedade contemporânea.

A filosofia da libertação deve ser compreendida no âmbito dessa realidade histórica. Ela surge, por um lado, como reflexão crítica do processo modernizador, baseado na exploração e na opressão dos povos colonizados; por outro, como reflexão sobre a afirmação identitária e a emancipação dos povos latino-americanos.

A filosofia da libertação é um olhar diferente sobre os povos latino-americanos: um chamado à emancipação. Nessa tirinha da Mafalda, do argentino Quino, a personagem questiona a posição dos países do Hemisfério Norte em relação às nações do Hemisfério Sul.

© JOAQUIM S. LAVADO TEJÓN (QUINO), TODA MAFALDA/FOTOARENA
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O chamado a romper com a lógica moderna

Em certa medida, a filosofia da libertação é um chamado a pensar a história dos povos latino-americanos, a romper com a lógica moderna e a estabelecer perspectivas próprias de luta pela emancipação, como afirma o filósofo mexicano Alejandro Rosillo Martínez:

"A filosofia da libertação rompe com a racionalidade moderna (essa racionalidade do simples e do claro), pois propõe assumir um *logos* histórico que seja capaz de responsabilizar-se pela realidade através da práxis histórica. No entanto, não renuncia à busca dos 'valores modernos' da igualdade e da liberdade, mas considera que ambos os valores devem fazer parte de um processo de libertação, devem conduzir à justiça social e dar prioridade à solidariedade humana [...]. Além disso, o lugar epistemológico de verificação que propõe é constituído pela realidade em que vivem as grandes maiorias da humanidade, ou seja, os pobres e oprimidos, as

vítimas do sistema, que foram os principais perdedores da modernidade capitalista. [...]"

Filosofia da libertação como ponto de partida para pensar os Direitos Humanos na América Latina. Entrevista especial com Alejandro Rosillo Martínez. Revista *IHU On-Line*, 30 set. 2014. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535730-filosofia-da-libertacao-como-ponto-de-partida-para-pensar-os-direitos-humanos-na-america-latina-entrevista-especial-com-alejandro-rosillo-martinez>. Acesso em 3 set. 2020.

De acordo com Rosillo Martínez, romper com a lógica da modernidade não implica renunciar aos valores de igualdade e de liberdade instituídos com o nascimento do mundo moderno. Ao contrário, reivindica-se a universalização de tais valores. No entanto, a concretização desses valores tem como pressuposto a crítica à modernidade.

A maneira como a modernidade se configurou não permitiu a extensão da igualdade e da liberdade a todos os povos, em especial os povos da América Latina. Em outros termos, a promessa moderna não se cumpriu. Como afirmou o pensador português Boaventura de Sousa Santos, enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas.

O processo de universalização dos valores europeus não levou em conta o diálogo intercultural, desprezou tradições e conhecimentos que não fossem os europeus e, sobretudo, desconsiderou os modos de ser e de fazer dos povos americanos. Povos e países foram submetidos à lógica civilizadora do Ocidente, complementada pela submissão econômica e política dos países latino-americanos às grandes potências.

A filosofia da libertação postula uma visão crítica de todo esse processo histórico que envolveu os povos latino-americanos, afirmando que a verdadeira filosofia não é a que reflete sobre si mesma, mas a que indaga criticamente a realidade e visa à emancipação humana.

(BNCC) Competência específica: 5
Habilidade: EM13CHS502

De olho no presente

Direitos não universalizados

"Recentemente, têm sido constatados avanços na promoção dos Direitos Humanos. Porém, [...] existe um número muito alto de pessoas que continuam a encontrar grandes dificuldades no exercício de sua cidadania e de seus direitos fundamentais. [...]"

Direitos Humanos no Brasil. Disponível em <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/human-rights-brazil>. Acesso em 3 set. 2020.

Questão

Registre em seu caderno

- **Com base no texto, qual é, para você, o Direito Humano mais aviltado no Brasil atual? Por quê?**

O conceito de práxis

O conceito de práxis é fundamental para a filosofia da libertação, assim como para toda a filosofia que não se limita a interpretar o mundo, mas visa transformá-lo. Na linguagem comum, esse termo é geralmente empregado como sinônimo de "prática", associado a um sentido utilitário. Um indivíduo prático é aquele que não se prende a teorias e cujas ações são eficazes, que toma o caminho mais curto para atingir os objetivos almejados. Prática seria a coisa útil como um celular ou um carro. Prática seria toda ação que traz benefícios ou vantagens imediatas. Prático, na sociedade em que vivemos, é tudo o que amplia a produtividade. Não prático ou inútil é tudo o que não é produtivo, objetivo ou o que não satisfaz interesses imediatos.

O indivíduo prático é autossuficiente e avesso às explicações teóricas e à reflexão filosófica, porque elas o desviam de sua conduta utilitária. Ele se atém às ações eficazes, que, a seu ver, podem solucionar todos os problemas práticos do mundo do trabalho e do cotidiano.

O conceito de práxis não se reduz à prática utilitária, individual e autossuficiente, mas busca entender a atividade humana em um sentido mais amplo, como práxis social e histórica. Em outros termos, visa compreender a atividade dos indivíduos em sua realidade material, temporal e espacial.

O ser humano é um ser prático, que produz para sua subsistência. Mas sua produção não é individual nem imutável. Os indivíduos realizam suas ações em sociedade e é por meio das relações sociais que estabelecem sentido para suas atividades. Esses sentidos mudam no tempo, de acordo com a organização material da sociedade e os valores de cada época.

CHRISTIE'S IMAGES/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Juanito tomando banho entre as latas, 1974, personagem criado pelo pintor argentino Antonio Berni para denunciar as mazelas criadas pelo colonialismo e pela sociedade industrial. A arte, para Berni, era uma ferramenta para transformar o mundo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A práxis compreende a intervenção social do ser humano no mundo, que altera e transforma a realidade. Por sua vez, a transformação da realidade modifica o ser humano. Essa relação entre atividade, transformação da realidade e constituição humana, característica de nosso modo de ser, foi muito destacada pelo marxismo. O filósofo e escritor espanhol Adolfo Sánchez Vázquez (1915-2011) tem uma formulação esclarecedora a esse respeito.

"[...] o homem só tem essência como ser social, só a tem igualmente como ser que produz; mas, por sua vez, esse processo de transformação da realidade objetiva no decorrer do qual ele se produz a si mesmo é um processo que se desenvolve no tempo, o que impede fixar o homem – como ser social e prático – numa forma determinada de sua atividade prática. Desse modo, a essência humana residiria na natureza social, prática (produtora) e histórica do homem. O homem é um ser que produz socialmente, e que nesse processo se produz a si mesmo. Esse autoproduzir-se – como processo no tempo – faz dele um ser histórico."

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 423.

A práxis não se reduz à prática utilitária e imediata do nosso dia a dia, mas compreende a ação humana social, a alteração que essa ação provoca na realidade, o autoproduzir-se humano como fruto de sua intervenção na realidade e a consciência histórica desse processo.

A práxis e a liberdade humana

BROOKE ANDERSON

A ideia de unidade dos povos latino-americanos na luta pela emancipação sempre esteve presente na reflexão das filosofias da libertação. Na imagem, mural em Caracas, Venezuela. Foto de 2006.

A práxis, então, é um modo de ser especificamente humano. Segundo o filósofo tcheco Karel Kosik, a práxis revela o segredo do homem: ele é um ser "ontocriativo". Essa expressão indica que o ser humano se autocria, transformando a natureza e criando a realidade cultural. É essa característica da existência humana que funda a sua liberdade. O homem tem liberdade de criticar e mudar a realidade e de se constituir como quiser; por isso, tem responsabilidade pelo que se torna.

"A práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana."

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 205.

No entanto, para desfrutar plenamente da liberdade, antes de tudo, o indivíduo deve compreender a realidade como um fazer social e histórico, passível de transformação, desnaturalizando sua condição.

A filosofia crítica da realidade

Para a filosofia da libertação, o centro de reflexão é o ser humano e sua realidade existencial. De acordo com muitos pensadores dessa corrente, a tradição filosófica ocidental europeia baseia-se apenas nos textos e no pensamento autorreferente. Como não pensa a realidade, ela é um conjunto de ideias, noções, conceitos e sistemas teóricos que ajudam a legitimar um poder político dominante. Em suma, é apenas ideologia.

"Contra a ontologia clássica do centro, desde Hegel até Marcuse, para mencionar o mais lúcido da Europa, levanta-se uma filosofia da libertação da periferia, dos oprimidos, a sombra que a luz do ser não pode iluminar. Do não ser, do nada, do outro, da exterioridade, do mistério do sem sentido, partirá o nosso pensamento. Trata-se, portanto, de uma 'filosofia bárbara'."

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Unimep, 1982. p. 21.

Nessa citação, do filósofo argentino Enrique Dussel (1934), um dos principais pensadores da filosofia da libertação, há um universo de sentidos. Vamos refletir sobre alguns deles para compreender aspectos importantes da filosofia da libertação.

Em primeiro lugar, Dussel fala de uma **ontologia clássica do centro**. Ontologia é um ramo da metafísica que estuda o ser ou o que existe. O centro da tradição filosófica é a Europa. A filosofia da libertação insurge-se precisamente contra essa filosofia de tradição europeia cujo foco de atenção é o ser.

A filosofia da libertação é, portanto, a filosofia dos que estão fora do centro, nas margens do mundo ocidental, comandado pelos Estados Unidos e pela Europa. Trata-se de uma filosofia dos oprimidos pelo centro; dos que não foram alcançados pela luz ou pelos princípios do iluminismo, como o direito à igualdade e à liberdade; dos que estão à sombra dessa luz, que foram negados e considerados não-seres por não corresponderem ao ser europeu – assim como Parmênides afirmava que o não-ser não é, não existe, só existe o ser.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por último, como se opõe ao projeto civilizatório europeu, a filosofia da libertação seria uma filosofia de bárbaros, pois "bárbaros" são todos os que não compartilham os costumes, os valores e o modo de ser dos europeus. Para a Europa, a América Latina é bárbara, assim como é bárbara toda ideia, teoria ou ação que visem à emancipação dos povos que a constituem.

A práxis de libertação do oprimido

A filosofia da libertação é, então, como qualquer filosofia, um saber teórico. No entanto, é um saber crítico voltado para a práxis dos oprimidos, que tem como eixo de suas reflexões a práxis de libertação do oprimido social e historicamente, seja ele uma pessoa, classe ou nação. Volta-se, assim, para a mulher, aviltada pela ideologia e pela prática machistas, para o negro e para o indígena, negados como seres plenos, ou para o jovem, cuja situação de miséria e opressão o deixa sem perspectivas. Nessa medida, é uma filosofia que não se limita a pensar as palavras, não reflete em um círculo fechado sobre si mesmo, como os sistemas metafísicos e as filosofias da linguagem, mas recorre às palavras para pensar a realidade e tentar transformá-la.

E qual é a realidade dos povos latino-americanos? O passado colonialista e, no presente, o capitalismo dependente das grandes potências europeias e, em especial, dos Estados Unidos. Continuar a lógica dos países "conquistadores", iniciada com a invasão europeia das terras americanas e mantida, sob outras roupagens, na atual dependência econômica e subjugação política, é perpetuar a desventura de ser oprimido e explorado; de não ter uma existência plena, que implica a liberdade de se autorrealizar como indivíduo, como povo e como nação. **Doc. 2**

Ao se importar com o humano, que engloba cada indivíduo e a humanidade como um todo, a filosofia da libertação propõe-se não apenas a criticar os discursos filosóficos que obscurecem a realidade da opressão e da exploração, que ideologicamente têm o papel de reafirmar o domínio do poder ocidental, mas sobretudo a constituir-se como instrumento de emancipação dos povos oprimidos, a começar pelos latino-americanos, sem esquecer, porém, todo indivíduo ou povo submetido à opressão das grandes potências.

Os Direitos Humanos do ponto de vista dos povos da América Latina

O conceito consolidado de Direitos Humanos fundamenta-se em uma história, ou melhor, em um recorte histórico cujas referências mais imediatas são as Revoluções Inglesas (1640 e 1688), a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), todas influenciadas por pensadores do século XVII ou do XVIII, o século das luzes. Mais remotamente, os Direitos Humanos têm como base o pensamento da modernidade, que começou a ser gestado nos séculos XV e XVI, com as grandes navegações, que levaram a "descobertas" de terras ultramarinas e à subjugação de povos.

Entre os principais documentos que serviram de subsídio para fixar esse conceito estão a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, originada da Revolução Francesa, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 1948.

Direitos inalcançados

Todas essas declarações sobre os Direitos Humanos partem do princípio de que os seres humanos são iguais e têm direitos inalienáveis, entre os quais se destaca a liberdade. No entanto, a liberdade e a igualdade propagadas são de cunho liberal, como vimos neste livro ao estudar o pensamento político nos nascentes Estados americanos.

O discurso liberal é produto do sistema capitalista, cujo desenvolvimento afirmou, por um lado, o poderio e a dominação das grandes potências mundiais e, por outro, a subjugação de vários povos, incluindo os latino-americanos, desde o início da colonização até o estado de dependência atual. Isso indica que o Estado moderno, além de não conseguir garantir a universalidade dos Direitos Humanos, fundamentou sua formação e seu desenvolvimento na desigualdade e em uma liberdade restrita para os povos dominados.

ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU, LAUZERTE

Via crucis latinoamericano, obra do ativista de Direitos Humanos argentino Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 1980. Ela representa Jesus, que, depois de passar pelos mesmos sofrimentos do povo, assume seu lugar entre os oprimidos.

A "universalidade" dos Direitos Humanos, no sentido estabelecido pelas grandes potências ocidentais, não leva em conta a alteridade, isto é, a diversidade, a diferença de modos de ser, tratando-se na verdade da imposição de valores do dominante sobre o dominado. É uma imposição que condena os povos latino-americanos a condições precárias de vida e a uma existência marcada pela violação dos direitos mais básicos do ser humano, como nos indica outro importante pensador da filosofia da libertação, o teólogo e filósofo espanhol Ignacio Ellacuría (1930-1989).

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 5 e 6

Habilidades: EM13CHS502 EM13CHS605

Questão

Registre em seu caderno

- **A ampliação e a consolidação dos Direitos Humanos dependem da sociedade e dos indivíduos. O que você pode fazer para que eles sejam ampliados e se consolidem em nosso país?**

"Quando estruturas são evidentemente injustas? Quando essas estruturas representam a institucionalização da violência? A resposta é clara: quando atentam gravemente contra os direitos fundamentais da pessoa e quando prejudicam perigosamente o bem comum do país. Ou seja, quando a situação estrutural de um país, o conjunto da sua organização econômica, da sua organização jurídica e da sua organização política, leva durante um tempo prolongado à negação dos direitos fundamentais da pessoa, tais como o direito à vida, o direito à alimentação e à saúde, o direito à educação, o direito à liberdade, o direito a um julgamento justo, o direito a não ser preso injustamente e a não ser torturado, o direito à organização política, o direito à livre expressão etc., então, estamos diante de estruturas evidentemente injustas e diante da violência institucionalizada."

ELLACURÍA, Ignacio. *In*: Filosofia da libertação como ponto de partida para pensar os Direitos Humanos na América Latina. Entrevista especial com Alejandro Rosillo Martínez. Revista *IHU On-Line*, 30 set. 2014. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535730-filosofia-da-libertacao-como-ponto-de-partida-para-pensar-os-direitos-humanos-na-america-latina-entrevista-especial-com-alejandro-rosillo-martinez>. Acesso em 3 set. 2020.

Essas estruturas injustas são o resultado do predomínio da lógica econômica e da narrativa do centro, como indicou Enrique Dussel. Para os filósofos da libertação, a verdadeira luta pela universalização real dos Direitos Humanos começa pela crítica à teoria dominante dos Direitos Humanos, para que se possa partir das necessidades dos povos latino-americanos, de sua realidade histórica, na perspectiva de sua emancipação.

Não se trata, portanto, de lutar por uma liberdade subjetiva e individual, destinada a poucos e baseada na exploração de muitos. Trata-se de conquistar plenamente os Direitos Humanos, o que decorreria da luta pela libertação.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103

Aprender a argumentar

Ideias inatas

Registre em seu caderno

O filósofo inglês John Locke, em seus estudos sobre o conhecimento humano, desenvolveu uma série de argumentos contra a existência de ideias inatas, isto é, contra o entendimento de que o ser humano nasce com ideias que já estariam impressas na mente antes de qualquer experiência sensível ou percepção. O exercício proposto nesta seção é sobre um desses argumentos.

Exercitar a argumentação

- **Analise o texto a seguir e faça o que se pede.**

"O argumento de consentimento universal usado para provar a existência de princípios inatos parece-me mostrar precisamente que tal coisa não existe; pois nenhum princípio tem o assentimento universal dos homens. Eu começarei pelo exame dos especulativos, exemplificando nos magníficos princípios de demonstração o que é, é, e é impossível que a mesma coisa seja e não seja. Esses são, de todos os princípios, os mais reconhecidamente inatos; e sua reputação de máximas universalmente consagradas é tamanha que parece estranho questioná-la. Mas eu peço licença para dizer que essas proposições não apenas não recebem assentimento universal, como boa parte dos homens as desconhece.

É evidente, em primeiro lugar, que as crianças e os tolos não têm a menor apreensão desses princípios nem pensam neles: falta suficiente para destruir o assentimento universal que seria necessariamente concomitante a toda verdade inata. Pois parece-me contraditório afirmar que haveria na alma verdades impressas que ela não perceberia nem entenderia. Se imprimir verdades significa alguma coisa, é torná-las perceptíveis: imprimir na mente o que ela não percebe parece-me ininteligível. Se, portanto, crianças e tolos tivessem uma alma ou mente com impressões, inevitavelmente as perceberiam, necessariamente as conheceriam e assentiriam à sua verdade. Mas, não sendo assim, é evidente que não há na mente nenhuma impressão inata."

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 28-29.

a) O argumento de John Locke se opõe à qual tese?

b) Ordene o argumento do autor, distinguindo as premissas e sua conclusão.

c) Você concorda com o argumento de Locke? Explicite sua posição de maneira argumentativa.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

A união latino-americana

REPRODUÇÃO

Latinoamerica soy yo!, cartaz inspirado no pensamento do escritor uruguaio Eduardo Galeano.

Doc. 2

O passado é mudo?

"Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na *liberdade de comércio* (embora não exista), em *honrar a dívida* (embora seja desonrosa), em *atrair investimentos* (embora sejam indignos) e em *entrar no mundo* (embora pela porta de serviço).

Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência.

Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata e seguiu com o açúcar. O tabaco, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce. [...]

Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques da celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. [...]

Continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta.

[...] em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. [...]

Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. Cresço para fora, para dentro me esqueço. Quando cai o preço internacional desse único produto, alimento ou matéria-prima, junto com o preço caem os países que de tal produto dependem. [...]

O passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?"

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 3-4.

(BNCC) Competências específicas: 1 e 5; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504

Atividades

Analisar

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Analise o cartaz e responda: diante de tantas diferenças entre os povos latino-americanos e dos problemas identitários decorrentes da colonização europeia, em que medida os habitantes da América Latina podem reivindicar uma identidade comum?
2. Você reconhece que sua identidade é, em parte, formada pelos locais de nascimento e de existência, no caso, o Brasil e a América Latina? Explique e dê exemplos.
3. Na sociedade tecnológica atual, podemos dizer que a ideia de unidade dos povos da América Latina evocada pelos movimentos e pela filosofia da libertação tem sentido? Justifique sua resposta.

Compreender

Doc. 2

4. Qual é a relação que Eduardo Galeano estabelece entre passado e presente da América Latina? Indique passagens do texto que exemplificam essa relação.
5. Com base no estudo desenvolvido no capítulo e na leitura do texto, qual é a crítica comum que a filosofia da libertação e Galeano fazem à modernidade?

Retomar

6. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Por que os Direitos Humanos não são plenamente garantidos nos países da América Latina? O que é a filosofia da libertação e qual é a sua relação com a universalização dos Direitos Humanos?

CAPÍTULO 15

Os Estados Unidos e suas relações com a América Latina

Em que se baseia a identidade latino-americana? Podemos afirmar que há uma efetiva integração regional na América Latina?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 7 e 9

Competências específicas: 1, 2 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS103
EM13CHS106 EM13CHS204
EM13CHS206 EM13CHS606

O surgimento da América Latina

Alguns estudiosos defendem que, historicamente, a expressão "América Latina" teria nascido na França sob a liderança de Napoleão III (1852-1870). Os franceses haviam realizado uma expedição militar-científica ao México e sustentavam que existia uma unidade linguística, cultural e étnica na região. No entanto, outros pesquisadores afirmam que o conceito de América Latina teve sua origem inventada, com o objetivo de defender a exploração dessa parte do continente, criando uma "unidade forçada" que ignorava a diversidade dos países que a compõem e a dificuldade de se estabelecer identidades culturais e políticas que legitimassem sua existência.

O que se convencionou chamar de **América Latina** é uma grande região do continente americano que se distingue da América anglo-saxônica (Estados Unidos e Canadá) pela origem predominante das nações colonizadoras; a América Latina corresponderia aos territórios coloniais que pertenceram a Portugal e Espanha, enquanto a América anglo-saxônica se caracterizaria como a região colonizada pelo Reino Unido.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em meio ao contexto de reorganização da economia, a Organização das Nações Unidas (ONU) instalou comissões temporárias na América do Sul e na África para avaliar a situação geral desses países. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) foi uma delas. Criada em 1948, ela teve grande relevância nas propostas de integração regional das nações que compõem a América Latina, como alternativa para alterar sua "condição de dependência" em relação aos países centrais. Os conceitos teóricos de "centro" e "periferia" foram formulados pelo economista argentino Raúl Prebisch. Segundo ele, o "centro" era formado pelos países industriais, e a "periferia", pelos países subordinados às necessidades e aos interesses dos primeiros.

YOSHIYA KUSAMURA/SHUTTERSTOCK

Escultura *Mão*, de Oscar Niemeyer, obra em concreto localizada no Memorial da América Latina, em São Paulo (SP), 2015. Na palma da mão está uma representação da América Latina, cujo sangue escorre pela escultura. Sobre a obra, Niemeyer afirma: "Suor, sangue e pobreza marcaram a história desta América Latina tão desarticulada e oprimida. Agora urge reajustá-la, uni-la, transformá-la num monobloco intocável, capaz de fazê-la independente e feliz".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Prebisch era um defensor do papel ativo do Estado na vida política, social e econômica dos países e, portanto, encontrou bastante resistência dos Estados Unidos em seus esforços na defesa de uma distribuição mais justa do poder econômico da América Latina em escalas regional e global. O estudioso e alguns economistas de outros países latino-americanos, como o brasileiro Celso Furtado, o cubano Regino Boti, o mexicano Juan Noyola e o chileno Jorge Ahumada foram alguns dos responsáveis pela ascensão de um pensamento latino-americano em defesa da unidade da América Latina.

"Poucas vezes os países da América Latina se articularam para pensar os problemas da região como o fizeram quando criaram a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). [...]

'Em vez de os ganhos de produtividade do centro serem transferidos para a periferia, ocorria o contrário', diz o economista José Maria Dias Pereira, da Universidade Franciscana de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Diferentemente dos preços dos bens industrializados vendidos pelos países desenvolvidos, os preços dos produtos primários produzidos na periferia sofriam constante desvalorização. Para sair da condição periférica, Prebisch defendia que a América Latina deveria elevar a produtividade do trabalho e reter a renda por ele gerada.

Com base nesse e em outros problemas, a Cepal elaborou novas propostas de crescimento econômico. 'Para os economistas cepalinos, a industrialização como núcleo de uma política de desenvolvimento permitiria às economias latino-americanas enfrentar as desigualdades sociais e superar a dependência externa', destaca Sampaio [Plínio Sampaio Júnior, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas]. 'Com a Cepal, nasce um pensamento desenvolvimentista latino-americano com ênfase no papel do Estado, contrariando o pensamento liberal hegemônico', destaca a cientista política Sonia Ranincheski, da Faculdade de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [...]

A Cepal sofreu, como muitas instituições latino-americanas, os efeitos das ditaduras na região. As crises enfrentadas pela América Latina nos anos 1980 obrigaram a comissão a enfrentar o novo contexto da globalização, e o papel do progresso técnico nos processos de desenvolvimento tornou-se ainda mais evidente na busca por melhor competitividade internacional. [...]"

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Teorias para o Desenvolvimento. Revista *Pesquisa Fapesp*. ed. 270, ago. 2018. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/teorias-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em 6 set. 2020.

O então embaixador chileno na ONU, Hernán Santa Cruz, trabalhou para que a Cepal se tornasse uma comissão permanente para a América Latina; sua sede foi estabelecida em Santiago, no Chile. A organização passou a analisar as raízes do subdesenvolvimento que marca os países latino-americanos e a situação econômica da América Latina. Recentemente, o órgão tem estreitado relações com a União Europeia para pensar possíveis soluções acerca das mazelas sociais que atingem a região, além de pesquisas relacionadas à mitigação dos efeitos do aquecimento global.

CEPAL/ONU

Reunião de representantes dos Estados-membros da Cepal. Santiago, Chile, 2017. A comissão tem como função principal contribuir com estudos que auxiliem no desenvolvimento econômico dos países da América Latina e do Caribe.

Atualmente a Cepal compreende 46 Estados-membros, os 33 países da América Latina e outros 13, com os quais os países latino-americanos mantêm vínculos históricos, culturais ou econômicos, como Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha, entre outros. A organização, que teve forte influência sobre a economia e o processo de industrialização da região, tem apresentado estudos e relatórios para a elaboração de diretrizes comprometidas com o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Apesar dos esforços que a Cepal tem feito para auxiliar a consolidação dos países latino-americanos, ainda não há um consenso sobre o que a "América Latina" significa de fato. Segundo o geógrafo brasileiro Wanderley Messias da Costa:

"[...] Desde logo, firmamos a nossa posição de que, para a geopolítica contemporânea, não existe essa entidade abstrata e indefinida chamada América Latina enquanto objeto teórico e empírico das relações internacionais. Não se trata aqui apenas de rejeitar a antiga denominação europeia (de Napoleão III) para centenas de povos americanos – nativos, imigrados ou miscigenados – situados ao sul do Rio Grande, alguns deles, inclusive, sem nenhuma relação cultural com a 'raiz latina'. Também não se limita ao desconforto diante da forte tradição que se cristalizou nos sistemas escolares, nas instituições acadêmicas e chancelarias

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERNIZAÇÃO

europeias e norte-americana, sobretudo, que nos agrupam indistintamente, como se expressássemos uma mesma identidade cultural e política ou compartilhássemos um projeto de futuro comum. [...].”

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 7, 2009. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/6107>. Acesso em 6 set. 2020.

Alguns estudiosos atuais afirmam que definir o que é a América Latina vai além de sua delimitação territorial, pois seria necessário pensar em uma identidade latino-americana. E este ainda é um desafio muito grande, pois embora a grande maioria dos países latino-americanos tenha um passado colonial comum, essa parte da América reúne uma grande diversidade étnica e cultural. Como considerar, por exemplo, povos e países que não integram a raiz “latina” ou “ibero-americana”, como a Jamaica, cuja língua oficial é o inglês, ou o Suriname, cuja língua oficial é o holandês, ou a grande população indígena que habita a “América Latina” e sua diversidade e riqueza pluricultural? **Doc. 1**

Apesar desse contexto complexo, a Constituição brasileira trata da formação comunitária da América Latina nestes termos:

“Art. 4º [...] Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. [...]”.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 6 set. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS204 EM13CHS206 EM13CHS606

Imagine...

Registre em seu caderno

- Imagine que você é um estudioso da América Latina e deve escrever um artigo com sua opinião sobre o subcontinente:
  - **a)** Quais argumentos usaria na defesa da existência de uma “América Latina”? Utilize seus conhecimentos sobre a geografia da região e a importância das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os países para se posicionar.
  - **b)** Dê exemplos das relações que o Brasil estabelece com os países latino-americanos nesse contexto, refletindo sobre o que significa, para você, ser latino-americano e utilizando argumentos com base em suas experiências pessoais.

Estados Unidos: intervencionismo na América Latina

Finalizada a expansão territorial dos Estados Unidos no período pós-independência, o país se voltou para a anexação de territórios e para a criação de bases militares e zonas de controle e influência na América Latina. Essas estratégias foram intensificadas durante a Guerra Fria, no contexto da ordem mundial bipolar, com intervenções diretas (invasões), financiamento de golpes que derrubaram governos democráticos e apoio às ditaduras que se instalaram em seguida, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980.

Ao longo do século XX, as ações externas dos Estados Unidos foram guiadas pela política do ***Big Stick*** (em português, “Grande Porrete”), inaugurada na presidência de Theodore Roosevelt. Durante seu governo (1901-1909), Roosevelt proferiu um discurso em que defendia o direito de os estadunidenses intervirem na América Latina, inclusive com o uso de armas, com a justificativa de manter a ordem e proteger a civilização. A partir de então, os Estados Unidos desenvolveram estratégias de anexação, domínio ou controle de novos territórios, sobretudo na América Central. Como exemplo, podemos citar o controle do Canal do Panamá, as possessões não incorporadas de Porto Rico e a anexação das Ilhas Virgens Americanas do Caribe.

Analise, na linha do tempo, os principais acontecimentos da expansão interna e da política intervencionista estadunidense na América Latina.

A política externa dos EUA

- **1989** Invasão e intervenção militar no Panamá
- **1982** Invasão e intervenção militar em Granada
- **1964-1976** Apoio aos golpes que instituíram ditaduras militares no Brasil, no Chile, no Uruguai e na Argentina
- **1959-1961** Intervenção em Cuba para conter a Revolução Cubana; invasão frustrada da Baía dos Porcos
- **1954** Apoio ao golpe que instaurou uma ditadura na Guatemala
- **1926-1933** Ocupação militar da Nicarágua; sustentação à ditadura de Antonio Somoza, iniciada em 1936
- **1917-1922** Intervenção militar em Cuba
- **1917** Anexação das Ilhas Virgens Americanas
- **1916-1919** Intervenção militar no México
- **1916-1924** Intervenção militar na República Dominicana
- **1915-1934** Intervenção militar no Haiti
- **1914** Inauguração do Canal do Panamá – sob domínio estadunidense
- **1912-1925** Intervenção militar na Nicarágua
- **1909-1910** Intervenção militar na Nicarágua
- **1906-1909** Intervenção militar em Cuba
- **1904** Política do *Big Stick*
- **1902** Fim da ocupação em Cuba; Emenda Platt incorporada à Constituição Cubana: direito de os EUA intervirem em Cuba; estabelecimento de uma base naval (Guantánamo) na ilha
- **1898** Anexação do Havaí, das Filipinas, de Porto Rico e de Cuba com o fim da guerra hispano-americana
- **1823** Doutrina Monroe
- **1776** Independência dos EUA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REPRODUÇÃO – BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Charge de Louis Dalrymple, de 1905, que satiriza a política intervencionista estadunidense do *Big Stick* e representa o presidente Theodore Roosevelt carregando um porrete com a inscrição "A nova diplomacia".

Questão

(BNCC) Competências específicas: 1 e 2; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS204

Registre em seu caderno

- **O Corolário Roosevelt, mais conhecido como política do *Big Stick*, foi um exemplo da política imperialista dos Estados Unidos em relação à América Latina, desenvolvida a partir do fim do século XIX. Indique a alternativa que não se relaciona à política intervencionista dos Estados Unidos:**

a) conquista do território de Porto Rico.
b) apoio à independência cubana.
c) política externa de dominação no Caribe.
d) construção do canal do Panamá.
e) perda das Ilhas de Guam e de outros territórios.

Os Estados Unidos estabeleceram bases militares em vários locais estratégicos da América Central (insular e peninsular), às margens do Canal do Panamá, em Honduras, El Salvador e Cuba (base de Guantánamo); e da América do Sul, como no Peru e na fronteira entre Colômbia e Brasil. Em Guantánamo, o país mantém prisioneiros, sobretudo afegãos e iraquianos, sob acusação de terrorismo; porém esses indivíduos nunca foram julgados. O processo se intensificou após os ataques de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos declararam a "Guerra ao Terror".

Atualmente, os Estados Unidos são o quarto maior país do mundo em extensão territorial e uma potência econômica. Muitos países são aliados históricos da sua geopolítica mundial, como Reino Unido e Israel. Em termos de resistência, o país ainda conta com obstáculos como a Rússia – que, apesar de muito enfraquecida depois do desmantelamento da União Soviética, ainda possui poder de veto no Conselho de Segurança da ONU –, e a China, potência econômica e política que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário mundial.

A forte presença e influência na Organização dos Estados Americanos (OEA) e as tentativas frustradas dos Estados Unidos de implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) representam alguns dos exemplos dos interesses estadunidenses na América Latina.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Propostas de integração da América Latina

O continente americano apresenta uma quantidade considerável de organismos, associações, instituições e blocos regionais de integração entre seus países, alguns consolidados e outros em processo de consolidação. Diferentemente da Cepal, que é um organismo internacional da ONU, esses órgãos regionais partem de propostas elaboradas internamente no continente e têm diferentes abrangências territoriais.

Em escala continental, a Organização dos Estados Americanos (OEA) se consolida como representante do continente americano. Em escala regional, contemplando toda a América Latina, há a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Em escala sub-regional, há blocos menores, como o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN), a Aliança Bolivariana dos Povos de nossa América (Alba), entre outros. **Doc. 2**

A OEA é a mais antiga dessas instituições. Sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington entre os anos de 1889 e 1890, que culminou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas. A oficialização da OEA, entretanto, ocorreu somente em 1948, a partir da assinatura da Carta da OEA. Seus principais objetivos, como estipula o artigo 1º da Carta, é estabelecer entre seus Estados-membros "uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência".

Atualmente, a OEA agrupa os 35 Estados independentes da América e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do continente. Sua concepção se deu sob forte influência dos interesses dos Estados Unidos no continente, fundamentada em seu poderio bélico-militar e em sua supremacia econômica. Na OEA estão embutidos princípios de cooperação entre seus integrantes contra intervenções externas e internas que possam ameaçar a manutenção dos regimes democráticos, como no caso do combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), organização guerrilheira que atuou no país por mais de 50 anos.

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) foi regulamentada pelo Tratado de Montevidéu em 1980. Sua origem está na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), na década de 1960; uma tentativa de integração comercial da América Latina que contava, à época, com sete países. Com a inserção de novos países-membros, a Alalc se expandiu e passou a compor a Aladi. Atualmente, ela possui treze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, sendo que a Nicarágua está em processo de adesão ao bloco.

A associação tem como proposta uma integração econômica regional que inclua todos os países da América Latina. A flexibilidade jurídica da Aladi é um passo para essa integração, pois permite acordos sub-regionais, o que pode viabilizar a confluência de outros organismos no subcontinente e a criação de um mercado comum latino-americano.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) foi criada em 2010, logo após a crise econômica de 2008, como alternativa às regras ditadas pela globalização e pelas políticas econômicas dos Estados Unidos, atreladas ao FMI e ao Banco Mundial. É a organização latino-americana mais recente e conta com 33 países-membros (os Estados Unidos e o Canadá não participam de suas discussões e deliberações). Por meio da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, a Celac promove a cooperação dos Estados-membros para o desenvolvimento e pretende ampliar as relações comerciais dos países latino-americanos com outros continentes.

O USMCA (*United States-Mexico-Canada Agreement*), reformulação do antigo Nafta, é um acordo de livre-comércio de caráter sub-regional mais restritivo que o anterior. O então presidente estadunidense Donald Trump forçou a revisão dos termos do Nafta, alegando que seu país era prejudicado pelas diretrizes vigentes à época. O México, país com a economia mais fragilizada do bloco, já sofria com as disparidades cambiais, a parca remuneração de seus trabalhadores e com a pressão estadunidense sobre os preços dos seus produtos agrícolas diante do Nafta.

Nesse novo acordo, a indústria mexicana enfrentará ainda mais dificuldade para concorrer com os produtos estadunidenses. Além disso, o México convive com a forte pressão política relacionada à migração de pessoas rumo aos Estados Unidos. Os indivíduos que sustentam esse fluxo não são formados apenas por mexicanos, eles provêm de diversos países latino-americanos e tentam cruzar a fronteira através do México. Para tentar impedir a migração em massa, o presidente Donald Trump, eleito em 2016, vem tentando ampliar o muro ao longo da fronteira entre Estados Unidos e México. Estima-se que a população latino-americana em território estadunidense seja maior que 55 milhões de pessoas, com forte expressividade na Flórida, na Califórnia, no Texas e em Nova York.

HERIKA MARTINEZ/AFP VIA GETTY IMAGES

Mexicanos conversam com familiares que vivem nos Estados Unidos por meio das brechas do muro na fronteira entre México e Estados Unidos. Cidade Juarez, México, 2019.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM ABERTA

O Mercosul, também de caráter sub-regional, teve o início de suas negociações no final da década de 1980, no contexto da redemocratização dos países-membros de sua reaproximação política. Foi instituído no Tratado de Assunção, em 1991, e seus membros fundadores são: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Inicialmente, os acordos do bloco objetivavam um conjunto de relações de cooperação, como o controle e a gestão das áreas de fronteira para a liberdade no fluxo interno de bens, serviços e fatores produtivos, e o estabelecimento de uma tarifa em comum para a comercialização interna e externa. Esses acordos mostraram importantes avanços em relação à sua concepção, como o **Estatuto da Cidadania**, que prevê o estabelecimento de uma cidadania regional e a livre circulação de pessoas e de veículos na região, facilitando o fluxo de pessoas, e também a adoção de políticas relacionadas a educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, segurança pública etc.

Nos últimos anos, entretanto, com as mudanças de governos na América do Sul, a organização encontra dificuldades políticas para a efetivação de algumas propostas. Em 2020, o bloco contava com os quatro Estados-membros fundadores – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e a Venezuela (suspensa por violar o Protocolo de Ushuaia); mais três Estados associados: a Colômbia, o Equador e o Peru; enquanto a Bolívia aguardava seu processo de adesão.

Alca, Unasul e os entraves da integração regional latino-americana

A Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) foi um projeto dos Estados Unidos para implantação de um bloco continental (com exceção de Cuba, que estava suspensa da OEA), que visava apenas à livre circulação de mercadorias. A proposta foi apresentada em 1994, na Cúpula das Américas, uma assembleia criada pela OEA com os chefes de Estado da América com o objetivo viabilizar uma cooperação econômica.

A Alca não passou de um projeto, e suas negociações se esgotaram em 2005, devido à resistência dos governos da América Latina, que já vinham promovendo uma política de aproximação regional e certo distanciamento das amarras hegemônicas estadunidenses. A União das Nações Sul-Americanas (Unasul), projeto alternativo à Alca, evidencia essa postura e interesses dos países, nesse caso, dos sul-americanos.

A proposta de criação da Unasul surgiu, em 2008, com 12 países – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela; mas, em 2018, muitos países deixaram o bloco. O Brasil, que tinha grande expressão política, diminuiu sua atuação na Unasul a partir da mudança da política externa após a eleição presidencial de 2018. O Uruguai deixou o bloco em 2020, alegando que este não funcionava mais conforme seus ideais fundadores, e retornou ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), cuja efetivação estava em andamento. Suas diretrizes eram voltadas mais à defesa apoiada no poderio bélico dos Estados Unidos contra invasões externas do que em uma integração propriamente dita.

A criação da Unasul teve seus esforços mais acentuados dentro do contexto que marcou a ascensão de governos progressistas na América do Sul na primeira década do século XXI, no qual o Brasil teve forte representação na geopolítica regional e internacional.

Para o geógrafo Wanderley Messias da Costa, as discussões mais férteis sobre a integração e a coesão da América Latina devem se dar no plano geopolítico, em escala regional, como as iniciativas do Mercosul. No entanto, a efetivação de um bloco de integração latino-americano é dificultada, por exemplo, pela multiplicidade de organismos no continente, com interesses e atuações diversas, pelas intervenções dos Estados Unidos na região, boicotando projetos de integração destoantes de seus interesses, e pela instabilidade política dos países latino-americanos, que se aproximam e se afastam dos Estados Unidos de acordo com as mudanças de governo.

Embora os países da América Latina tenham um passado colonial e contexto histórico semelhantes, há assimetrias econômicas e sociais entre eles. No Mercosul, por exemplo, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural (Focem), para equalizar a assimetria econômica dentro do bloco.

> "O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) destina-se a 'financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração'. O Brasil é o maior contribuinte, aportando 70% dos recursos do Fundo. A Argentina é responsável pela integralização de 27% do montante; o Uruguai, pela contribuição de 2%; e o Paraguai, de 1%."
>
> MERCOSUL. *Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)*. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-MERCOSUL-focem>. Acesso em 10 set. 2020.

A consolidação do Mercosul, como bloco regional de expressividade, não deveria ser vinculada a uma posição política ou ideológica. Sua valorização e seu fortalecimento resultam no fortalecimento dos países-membros, ampliando seu poder de negociação em questões geopolíticas regionais e internacionais – a exemplo da União Europeia.

Protocolo de Ushuaia: acordo assinado em 1998, na cidade argentina de Ushuaia, em que os países-membros do Mercosul estabeleceram o compromisso da manutenção de governos democráticos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Doc. 1

Polêmicas sobre o conceito de América Latina

"O primeiro encontro do ciclo *Identidades Latino-Americanas* [...] tratou da visão dos historiadores sobre a América Latina desde o início do século XIX. [...]

Chamado de *A América Latina dos Historiadores*, o evento teve como expositor o historiador Antonio Mitre [...], e como debatedores: Boris Fausto [...]; Gabriela Pellegrino Soares [...]; e Guillermo Palacios [...]. A coordenação esteve a cargo do cientista político Bernardo Sorj, professor visitante do IEA [Instituto de Estudos Avançados], que também coordena o ciclo. [...]

Antonio Mitre disse [...] que o nome América acompanhado pelo gentílico Latina é uma denominação que 'em todas as épocas nos deixou desconfortáveis, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do ponto de vista ideológico-político, se lembrarmos que a denominação está relacionada, de alguma forma, com [a] ideologia panlatina e o intervencionismo francês no México do século XIX'.

Ele disse também que a denominação é conceitualmente imprecisa, pois incorpora países com língua não neolatinas, como Guiana e Belize, ambas de língua inglesa, e o Suriname, de língua holandesa, ao mesmo tempo em que 'caracteriza como latinos os países que possuem populações indígenas consideráveis, como Guatemala e Bolívia, na qual o espanhol se tornou língua dominante só em 1977'. [...]

Finalmente, Sorj citou a importância da língua espanhola para a integração cultural dos países hispano-americanos: 'A região é uma das poucas no mundo onde há um número grande de países vizinhos que falam a mesma língua, e com isso circulam com mais facilidade entre os países as informações e a produção cultural'."

BELLESA, Mauro. Historiadores divergem sobre a relevância do conceito de América Latina. *In*: *Instituto de Estudos Avançados da USP*, 15 maio 2015. Disponível em <http://www.iea.usp.br/noticias/historiadores-e-america-latina>. Acesso em 10 set. 2020.

Doc. 2

Principais processos de integração regional na América

ANDERSON A PIMENTEL

* Um acordo proposto pelo governo dos EUA e conhecido como USMCA *(United States – Mexico – Canada Agreement)* deve substituir o Nafta a partir de 2021.

** A Venezuela está suspensa do Mercosul, desde dezembro de 2016, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e, desde agosto de 2017, por violação da Cláusula Democrática do Bloco.

*** Atualmente, a Unasul está em reformulação com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar).

Fonte: *Sciences Po – Atelier de cartographie*. Disponível em <http://cartotheque.sciences-po.fr/media/Principaux_processus_dintegration_regionale_dans_les_Ameriques_2012/2189/>. Acesso em 10 set. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 2 e 6; Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS604

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

1. **Doc. 1** Pontue os prós e os contras apresentados no texto em relação à ideia da existência do conceito de "América Latina".

Analisar

2. **Doc. 2** Analise o mapa para responder às questões.
   a) Quais organismos têm maior abrangência no continente americano e na América Latina?
   b) Em sua opinião, o que justifica a existência de tantos organismos regionais na América Latina? Qual é o impacto disso na integração dos países latino-americanos? Explique sua resposta.

Retomar

3. Responda às questões-chave do início do capítulo.
   - Em que se baseia a identidade latino-americana? Podemos afirmar que há uma efetiva integração regional na América Latina?

CAPÍTULO 16

A utopia do Brasil contemporâneo: possibilidades e desafios

Quais são as principais mudanças ocorridas no campo das ideias no mundo contemporâneo? Como elas nos ajudam a refletir sobre o Brasil de hoje? Quais são as grandes mudanças da sociedade brasileira nas últimas décadas? Qual deve ser nosso papel nessa sociedade em transformação?

(BNCC) Competências gerais: 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 10

Competências específicas: 1, 4, 5 e 6

Habilidades:
EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS104 EM13CHS105 EM13CHS106 EM13CHS402 EM13CHS403 EM13CHS404 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS601 EM13CHS603 EM13CHS605 EM13CHS606

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Qual é o Brasil que queremos? Qual é a vida que desejamos?

"Utopia" é um termo muitas vezes empregado de maneira pejorativa. Utópico seria o não realizável. Utópica seria a pessoa sonhadora, que perdeu o senso de realidade. A própria palavra "utopia", criada pelo filósofo inglês Thomas More (1478-1535) para dar título a sua obra mais importante, indica um não lugar, isto é, um lugar que não existe. Na ilha Utopia não existia a propriedade privada e a organização social e política visava à felicidade do povo. Ao criar um lugar fictício, More pretendia criticar a Inglaterra e sobretudo a Europa, traçando paralelos entre as condições de vida dos moradores da ilha, os utopianos, e os europeus. Em *Utopia*, portanto, está presente a crítica à realidade e o sentido de transformação de um aspecto da vida social em algo que deveria ou poderia ser.

© KOBRA, EDUARDO/AUTVIS BRASIL 2020. LUIZ SOUZA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Painel Etnias, batizado com o nome *Todos somos um*, grafite do artista Eduardo Kobra produzido para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Em certa medida, essa busca de algo que não é, mas que deveria ser, pode ser considerada inerente à vida humana e a toda sociedade, precisamente porque não existe perfeição nem no âmbito individual nem no coletivo. O poder da utopia de mobilizar o ser humano pode ser apreendido pela resposta do cineasta Fernando Birri à pergunta "Para que serve a utopia?", incluída pelo jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano em seu livro *As palavras andantes*:

(BNCC) Competências específicas: 1 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS606

Questão

Registre em seu caderno

- Você já se perguntou o que gostaria de se tornar, mesmo sabendo que ninguém é ou se torna algo definitivo? Já se questionou sobre sua utopia e seu projeto de vida? Redija um texto refletindo sobre essas questões.

"A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1994. p. 310.

Nesse sentido, a utopia é o que nos faz caminhar, agir, é o que possibilita a transformação das coisas e das situações que nos cercam, a modificação de nossas condições de vida, a ampliação dos limites sociais e históricos. O que queremos de nossa vida? A resposta para essa pergunta é uma utopia, assim como a resposta para a pergunta: qual é o Brasil que desejamos? As duas utopias estão relacionadas, porque nosso destino depende do que fazemos como indivíduos e como comunidade, país ou nação. Em grande medida, a sorte de uma está vinculada à sorte de outra. Quando perguntamos qual país queremos e o que queremos nos tornar, já estamos nos mobilizando para caminhar em direção a essas utopias.

Neste capítulo, vamos refletir sobre os desafios e as possibilidades do Brasil contemporâneo e sobre as perspectivas que nós, brasileiros ou habitantes deste país, temos ou podemos criar. Antes de pensar sobre isso, porém, convém refletir um pouco sobre o significado da contemporaneidade em que nos encontramos: O que é sociedade pós-moderna?

O mundo pós-moderno

A partir dos anos 1950, o sistema capitalista passou por um conjunto de transformações na economia, nas ciências e na cultura. Essas transformações, identificadas como a fase pós-industrial do capitalismo, afetaram profundamente o modo de vida das pessoas, modificando a percepção que o indivíduo tinha do mundo e de sua própria existência. Os grandes acontecimentos do século XX, como as duas guerras mundiais e o surgimento dos Estados totalitários, revelaram as falhas do ideário iluminista ou, mais amplamente, do ideário moderno que prometera libertar a civilização ocidental da miséria e da barbárie.

Aos poucos, a expressão "pós-moderno" passou a designar essa fase de desencanto com o projeto moderno, já assinalado pelos filósofos do final do século XIX – Nietzsche, Kierkegaard e Schopenhauer – e posteriormente pelos filósofos da Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, essa expressão também sugeria a possibilidade de um renascimento cultural com base em novos suportes tecnológicos de produção e divulgação da cultura.

Algumas das principais características do pós-modernismo já estavam presentes no período moderno, mas se exacerbaram ou radicalizaram a partir do pós-guerra. Por essa razão, pode-se dizer que o pós-moderno é, ao mesmo tempo, continuidade da modernidade e uma ruptura com esse período.

A mentalidade pós-moderna se caracteriza pela intervenção da tecnologia no cotidiano, individualismo, consumismo, predominância da imagem em detrimento da palavra e do pensamento, valorização exclusiva do presente, império do tempo da urgência e do ultrarrápido e uma visão caótica, multifacetada e fragmentária do mundo e da sociedade.

O mundo saturado de informações

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação possibilitou a produção de um universo quase infinito de informações, entretenimentos e serviços. No mundo pós-moderno, informações são criadas a todo momento e instantaneamente veiculadas. Computador, televisão, rádio, jornais, revistas, celulares, *tablets*, *e-books*, acompanhados de um conjunto de novidades tecnológicas midiáticas que se autoalimentam e não param de crescer, saturam o indivíduo de informações.

Incapaz de lidar adequadamente com a enorme quantidade de informação e com a rapidez com que é veiculada, o indivíduo se depara com uma realidade transformada em um conjunto de dados sem coerência entre si.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Consumo obsessivo

Outro aspecto característico da sociedade pós-moderna é o consumo obsessivo. O consumo deixou de ser apenas um elemento de sobrevivência para se transformar em elemento central na vida de muitos indivíduos. A publicidade estimula continuamente o indivíduo a desejar coisas. Muitas necessidades são criadas pelo sistema apenas para alimentar o ciclo do consumo.

O sistema é uma fábrica de desejos, e o indivíduo pós-moderno é antes de tudo um consumidor aberto aos apelos da propaganda. Consumir tornou-se um estilo de vida, um passaporte para a felicidade e não raro um vício.

CRIS FAGA/NURPHOTO VIA GETTY IMAGES

No contexto de transformações do mundo do consumo, o público infantil passou a ser um importante nicho para o mercado. Inúmeros mecanismos atuam para convencer as crianças. Na foto, adultos se aglomeram em uma loja, às vésperas do Dia das Crianças, em São Paulo (SP), em 2017.

O fim das grandes narrativas

Para o filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1988), até a modernidade, discursos gerais ou grandes narrativas – também denominados metarrelatos ou metanarrativas – legitimavam o saber, os comportamentos, as práticas, as crenças e os valores de determinada sociedade. Uma das principais características da pós-modernidade é precisamente o fim da crença nesses discursos totalizantes.

Para compreender a análise de Lyotard, vejamos o que é uma metanarrativa, tomando como exemplo o mito. As histórias míticas legitimavam os comportamentos, as práticas, as crenças e os valores da sociedade mítica. Assim, determinado ritual religioso apoiava-se na história da origem dessa prática e era legitimado por ela. Os mitos justificavam a existência de práticas rituais específicas e o modo como elas eram desenvolvidas.

Para Lyotard, diferentemente das histórias míticas, as narrativas da modernidade justificavam as ações e as práticas da sociedade por sua finalidade. Em todas elas, o objetivo seria a emancipação da humanidade. Por exemplo, a principal narrativa da modernidade europeia teria sido a do iluminismo. O discurso iluminista apoiava-se na ideia de que o progresso gerado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia (razão) levaria à construção de uma sociedade igualitária, fraterna, livre de injustiças, na qual o ser humano, enfim, seria emancipado e feliz.

Outros exemplos de narrativa que teriam como finalidade a emancipação progressiva do ser humano seriam o idealismo dialético de Hegel e o marxismo. Para o primeiro, a história humana seria a manifestação progressiva do Espírito; para o segundo, a humanidade conquistaria a emancipação com a revolução socialista, e a exploração do homem pelo homem chegaria ao fim.

De acordo com Lyotard, esses grandes relatos perderam força e caíram em descrédito na sociedade atual, pois não apenas deixaram de cumprir suas promessas, mas também não conseguiram explicar a nova situação surgida com o desenvolvimento da economia capitalista e do saber científico – o período pós-industrial, também chamado de capitalismo tardio.

O predomínio dos pequenos relatos

Com o fim dos grandes relatos destinados a justificar as regras e a legitimar a verdade e a moral, restaram, segundo Lyotard, muitos pequenos relatos – o que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) chamou de jogos de linguagem. Não existe um grande jogo (uma grande narrativa) capaz de legitimar e subordinar todos os demais ou estabelecer um consenso totalizante. Existem apenas leituras, diferentes interpretações, jogos variados de linguagem, que se autorregulam e podem desaparecer com a mesma facilidade com que surgem.

Os grandes relatos correspondiam à ideia ilusória de uma unidade histórica e social. O mundo pós-moderno, em contrapartida, é multifacetado e fragmentário, sempre sujeito a inovações (novos jogos) e renovações.

(BNCC) Competência específica: 1
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102

Questão

Registre em seu caderno

- **Tomando como referência as reflexões de Lyotard sobre o fim dos grandes relatos, faça uma pesquisa indicando como o questionamento das grandes narrativas tem possibilitado outras leituras da história brasileira e de seus personagens. Redija um texto identificando essas mudanças e explicando como elas têm nos permitido reinterpretar a história do Brasil.**

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A desconstrução e os múltiplos sentidos

As reflexões do filósofo argelino Jacques Derrida (1930-2004) seguem a mesma linha de questionamento da hegemonia discursiva imposta ao mundo pelo Ocidente. Esse pensador criticou o que chamou de *logocentrismo* ocidental. A história do Ocidente seria marcada, por um lado, pelo predomínio da razão (*logos*) ou do discurso racional e, por outro, pela negação ou ocultação do sensível e do irracional.

Derrida argumenta que a história ocidental privilegiou a centralidade do discurso em detrimento do jogo de sentidos. Como não existe apenas uma interpretação válida para qualquer texto ou escritura, seria preciso desconstruir essa lógica do discurso totalizante da razão.

O filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) também se contrapôs às grandes narrativas ocidentais, desenvolvendo uma importante reflexão sobre o conceito de sentido. O **sentido** seria algo indefinível, fluido, que se estabelece sempre momentaneamente no jogo entre a linguagem e o mundo, não se deixando apreender pelas regras lógicas nem pelas teorias da filosofia analítica, segundo as quais haveria uma ordem estável no discurso. Longe de ser estáveis, o real e a linguagem são marcados pelo movimento incessante, pela instabilidade e pela imprevisibilidade.

É nesse quadro de contínua mudança que ocorrem os jogos de sentido entre as palavras e as coisas e entre a linguagem e o mundo. A fluidez desses jogos evidencia-se pela mudança constante de suas regras, que são criadas e desrespeitadas ou transgredidas, dando lugar momentaneamente a novas regras, novos jogos e novos sentidos.

Nós e o mundo pós-moderno

Todos esses aspectos da sociedade pós-moderna – o bombardeio de informações, o consumo obsessivo, a ausência de uma visão totalizadora da realidade, a falta de sentido da vida – contribuem para um esvaziamento do sujeito, como se ele perdesse substância interior e se tornasse um recipiente vazio, preenchido apenas pelo que a sociedade oferece: consumo, diversão (prazer fugidio), informação (fragmentada) e serviços.

Tal situação pode levar a uma posição de descrença ou de desconfiança em relação ao mundo e à realidade. O indivíduo sente que sua existência é dominada pelo utilitarismo pragmático. Os projetos são apenas pontuais, relacionados única e exclusivamente ao cotidiano, aos prazeres imediatos e ao cultivo da própria imagem.

Essas dificuldades existenciais da sociedade contemporânea podem levar as pessoas à angústia, à depressão e à perda do sentido da vida. Um olhar mais acurado sobre o fim dos discursos totalizantes impostos à sociedade e à vida, contudo, pode revelar a abertura de possibilidades e desafios no horizonte, como se as vozes antes abafadas pudessem finalmente ser ouvidas.

Nada nessa situação é definitivo ou inevitável. Se tudo está em mudança, pode-se mudar e transformar a própria condição que gera essa situação de instabilidade, fragmentação e perda do sentido da vida. É no âmbito do vir a ser humano, de constituição de nossa identidade e de construção do Brasil que desejamos, que podemos vislumbrar novos tempos: um horizonte no qual duas utopias se sobrepõem: a do nosso projeto de vida e a de um país onde todos possam viver plenamente.

KAZ SHIRANE - ACERVO DA ARTISTA

Instalação de Saya Miyazaki e Masakazu Shirane, na forma de um caleidoscópio gigante, produzida para a Bienal de Kobe, em 2013. Na sociedade pós-moderna predominam visões fragmentárias, como em um caleidoscópio. Perde-se a utopia generalizante dos grandes relatos, mas, com os pequenos relatos, ganha-se a possibilidade de novas utopias.

(BNCC) Competência específica: 5
Habilidades: EM13CHS503 EM13CHS504

Questões

Registre em seu caderno

- **A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem alertado sobre o número crescente de casos de depressão. Um relatório divulgado em 2017 registrou mais de 322 milhões de pessoas deprimidas no mundo. No Brasil, quase 12 milhões de pessoas são afetadas por esse distúrbio – que pode gerar, entre outros efeitos, angústia e perda do sentido da vida.**

  a) Que tipo de relação é possível estabelecer entre o crescente número de pessoas deprimidas e a sociedade pós-moderna?

  b) Em sua opinião, o modo de vida individual também influencia o desenvolvimento da depressão? O que fazer para mudar essa situação?

O Brasil e as mudanças

As visões fragmentadas da realidade e as limitações das grandes explicações totalizantes sobre o mundo, apontadas pelos pensadores pós-modernos, evidenciam as transformações de nosso tempo. Os grandes referenciais que antes nos orientavam na vida social, como o trabalho, a família e o Estado, também estão passando por modificações tão profundas que nem sempre são capazes de nos oferecer os elementos dos quais necessitamos para nos sentir seguros diante de um mundo em tão rápida mudança.

Essas incertezas e inseguranças também se estendem para o campo social. De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), a inconstância e a fluidez passaram a ser importantes elementos das sociedades contemporâneas, pois abarcam os mais distintos aspectos de nossa existência. Reconhecer esses processos e entender nosso lugar nesse "mundo fluido" é, segundo o autor, um caminho fundamental para estabelecer nossa autoconsciência, autonomia, liberdade e responsabilidade individual e coletiva.

No âmbito desse "mundo fluido", cabe-nos, portanto, refletir sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira. O que mudou em nosso país ao longo das últimas décadas? Como essas mudanças afetaram a vida dos brasileiros? Qual é nosso papel em uma sociedade em constante transformação?

As respostas para essas perguntas não são simples e a reflexão sobre a história do tempo presente traz mais questionamentos do que respostas e certezas. No entanto, um dos meios de levar a termo esse processo de reflexão é fazer o mapeamento dos principais desafios com os quais a sociedade brasileira de hoje se depara. Compreender a dinâmica e os desdobramentos desses elementos é um bom caminho para refletir sobre qual sociedade desejamos ter para o Brasil do presente e do futuro.

Brasil: que país é esse?

Ao longo de nossa história, muitos estudos procuraram compreender e interpretar as particularidades de nossa sociedade. Diversos pesquisadores e intelectuais se debruçaram sobre a história e os problemas da sociedade brasileira e de seu povo a fim de encontrar respostas para os dilemas de nosso país. Nas análises históricas, geográficas e sociológicas, um dos fatores recorrentes é o peso das **desigualdades sociais** na constituição e na história da sociedade brasileira.

Ao observar nossa história recente, percebemos que, com o fim da ditadura civil-militar e o início do processo de redemocratização, nos anos 1980, muitos problemas sociais, como a fome, a violência e a exclusão social, passaram a compor a pauta de debates da sociedade brasileira.

TARSO SARRAF/AFP VIA GETTY IMAGES

A pandemia causada pelo novo coronavírus em 2020 evidenciou as mazelas decorrentes das desigualdades sociais no Brasil. Na foto, equipe da saúde pública realiza testes para a covid-19 em moradores da comunidade ribeirinha de Melgaço, na Ilha do Marajó (PA), em 2020.

A Constituição de 1988 e a cidadania de papel

Em 1987, com a instauração da **Assembleia Nacional Constituinte** e a possibilidade de participação popular nas propostas da nova Constituição, os movimentos sociais denunciaram a violência, o preconceito e a exclusão sofridos pelas minorias no país, evidenciando ainda mais as inúmeras formas de desigualdade social no Brasil. Eram as "vozes abafadas", que passaram a ter a chance de serem ouvidas.

A aprovação da **Constituição de 1988**, apelidada de "Constituição cidadã", foi considerada um marco no reconhecimento dos direitos das minorias e na garantia dos direitos sociais e das liberdades individuais. Apesar disso, sua efetivação ainda é uma realidade distante na vida de milhões de brasileiros. É a "cidadania de papel" à qual se referiu o jornalista brasileiro Gilberto Dimenstein (1956-2020) ao perceber que os direitos garantidos e previstos na Constituição ainda não tinham sido incorporados no mundo real.

JOSÉ MÁRCIO BATISTA/ARQUIVO BG PRESS

Vários setores da sociedade brasileira se organizaram para encaminhar 122 emendas, com mais de 15 milhões de assinaturas, à presidência da Assembleia Nacional Constituinte. Na foto, Ulysses Guimarães, presidente da comissão, recebe esses documentos no Congresso Nacional, em 1987.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A Constituição de 1988: entre a mudança e a continuidade

"A Constituição [...] instaurou um novo Estado de Direito. Um conjunto de dispositivos, [...] de defesa e garantia de direitos democráticos, políticos e sociais, estavam nela inscritos [...].

Entretanto, como já se constatou, um conjunto [...] de tradições manteve-se – e se reforçou. O Estado hipertrofiado, a força [...] do poder executivo, a tutela das Forças Armadas, a carência de controle social sobre as instituições, [...] e, em particular, o modelo econômico desigual e perverso [...]."

REIS, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018. p. 293. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20879/11253>. Acesso em 6 set. 2020.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS504 EM13CHS606

Questões

Registre em seu caderno

1. **Quais são as ambivalências percebidas pelo historiador Daniel Aarão Reis em relação à Constituição de 1988?**
2. **Em sua opinião, por que muitos direitos sociais e políticos previstos na Constituição encontram tantos obstáculos para sua efetivação?**

A análise de Dimenstein, assim como a do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), indica que as desigualdades sociais no Brasil criam sérias restrições ao exercício democrático e à cidadania. Como afirma o sociólogo Antonio Brasil Júnior, apesar das transformações vividas no país, as desigualdades sociais tendem a se recompor e a se reconfigurar permanentemente. Isso significa que, por mais que a sociedade brasileira tenha se transformado nas últimas décadas, as desigualdades sociais tendem a se readequar a esses novos contextos e a se acentuar, criando novas formas de exclusão. Doc. 1

Neoliberalismo, política e desigualdades sociais

O Brasil começou a se aproximar das propostas e das práticas neoliberais a partir da década de 1990. Após um longo período de recessão econômica e de agravamento das desigualdades sociais, a doutrina neoliberal apresentou-se como uma possibilidade de promover a inserção do país na economia global.

A criação do **Plano Real**, em 1994, marcou o início desse processo. O pacote de medidas estabelecido no governo de **Itamar Franco** (1992-1995) visava conter os altos índices de inflação no país, com o estabelecimento do real como nova moeda, equiparada ao dólar.

A estabilidade monetária obtida com o Plano Real garantiu a **Fernando Henrique Cardoso**, ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, a vitória nas eleições presidenciais de 1994. Ao assumir o governo em 1995, FHC passou a implementar uma série de reformas e medidas econômicas neoliberais, como a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, o incentivo às importações, o controle dos gastos públicos e as privatizações. As medidas econômicas adotadas garantiram a estabilização da moeda e o aumento do consumo de produtos industrializados no país.

IVO GONZALEZ/AGÊNCIA O GLOBO

No governo FHC, a estatal Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, foi privatizada. Na imagem, o batalhão de choque da Polícia Militar joga bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes no dia do leilão de venda da empresa. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1997.

No entanto, na área social, as perdas foram significativas. A redução dos investimentos nos setores de saúde, educação, segurança e moradia, o aumento do desemprego, as reformas trabalhistas e da previdência evidenciaram os efeitos perversos do neoliberalismo sobre os mais pobres e vulneráveis. De acordo com a economista Lena Lavinas, os anos 1990 recolocaram a fome e a extrema pobreza na ordem do debate nacional e acentuaram as desigualdades sociais históricas existentes no país.

A insatisfação popular e o reconhecimento das consequências nefastas da globalização econômica estabeleceram as bases do processo político que viabilizou a chegada de **Luiz Inácio Lula da Silva** à presidência do país em 2003 e permitiram sua permanência até 2011.

Com um discurso voltado para a conciliação entre os anseios dos trabalhadores, da classe média e dos setores econômicos e financeiros do país, o governo Lula promoveu políticas sociais relevantes no combate às desigualdades sociais, sem deixar de garantir os ganhos e as vantagens da elite econômica nacional e internacional.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Uma das principais políticas sociais de seu governo foi a instituição do Programa Bolsa Família. Em estudo realizado em 2019, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constataram que, desde 2003, o Programa respondeu pela redução de 10% da desigualdade no Brasil, diminuindo a pobreza extrema em 25%. Apesar de seus impactos significativos, contudo, o Programa não exigiu grandes investimentos do governo federal, uma vez que, em 2016, segundo essa mesma pesquisa, as despesas do Bolsa Família representavam apenas 0,44% do PIB do país.

Continuidade das práticas neoliberais

Nos governos de **Dilma Rousseff**, que ficou na presidência entre 2011 e 2016, as práticas neoliberais continuaram conciliadas às políticas sociais, assim como havia ocorrido no governo de seu antecessor. A instabilidade econômica dos mercados internacionais, o aumento da dívida pública, o crescimento das denúncias de corrupção, a desvalorização do real, aliados às turbulências políticas, colocaram em segundo plano o combate à desigualdade social e à pobreza.

IGO ESTRELA/GETTY IMAGES

A votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados foi marcada por brigas e divergências entre os parlamentares. O mesmo clima de animosidade e disputa se estendeu pelas ruas das grandes cidades do país. Na foto, de 17 de abril de 2016, parlamentares aprovam o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A onda reformista neoliberal foi retomada após o *impeachment* da presidente em 2016. Com a posse do vice-presidente **Michel Temer**, foram aprovadas inúmeras medidas, como o congelamento dos gastos públicos, a reforma trabalhista, as mudanças na previdência social e na educação. Essas ações visavam diminuir a intervenção do Estado na economia e reduzir os gastos públicos, meio escolhido para diminuir o déficit fiscal do país.

Com o fim do mandato de Michel Temer, e em uma das disputas políticas mais acirradas da história do país, **Jair Messias Bolsonaro** foi eleito presidente do Brasil, assumindo o cargo em 2019. Apesar de seu projeto econômico estar em consonância com as diretrizes neoliberais, como a privatização de empresas estatais, a revisão do sistema previdenciário e a continuidade das reformas trabalhistas, ainda é cedo para avaliar os impactos dessas medidas na sociedade brasileira.

A luta contra as desigualdades no Brasil

A análise da história política recente do Brasil revela o peso das decisões políticas e econômicas sobre a vida social. Nas últimas décadas, conquistas importantes foram alcançadas, com a ampliação dos debates e da participação política de inúmeros movimentos sociais.

Os movimentos de mulheres, negros, indígenas, ambientalistas, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, entre outros, trouxeram à tona problemas até então obscurecidos no país, denunciando as violências e os preconceitos que recaem sobre esses grupos.

O movimento de mulheres, por exemplo, foi imprescindível na publicização e na denúncia dos casos de violência contra a mulher. A articulação política de várias entidades feministas nos últimos anos conseguiu garantir a criação de políticas públicas e de legislações específicas para o tratamento da questão da violência contra a mulher. Durante a pandemia da covid-19, várias redes feministas de todo o país se mobilizaram para entender os efeitos do isolamento social sobre as mulheres, e os dados revelaram que nesse período houve um aumento dos índices de violência, bem como de desemprego e pobreza, entre a população feminina.

Pandemia e feminicídio

"Diferentes países do mundo verificaram crescimento dos números de violência contra meninas e mulheres, em especial a doméstica, durante a pandemia de covid-19 [...].

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres. A Lei do Feminicídio (Lei 13.104, de 9 de março de 2015) qualificou o crime de homicídio quando ele é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. [...] O crescimento no número de feminicídios registrados nos 12 estados analisados foi de 22,2%, saltando de 117 vítimas em março/abril de 2019 para 143 vítimas em março/abril de 2020. No Acre o crescimento chegou a 300% [...]; no Maranhão o crescimento foi de 166,7%, [...]; no Mato Grosso o crescimento foi de 150% [...]."

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência doméstica durante a pandemia de covid-19*, ed. 2, 29 maio 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em 3 set. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SOBERANA

(BNCC) Competências específicas: 5 e 6; Habilidades: EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS605 EM13CHS606

Imagine...

- Imagine que você tenha a oportunidade de elaborar uma proposta de ação para combater o feminicídio e a violência contra a mulher em sua cidade. Que tipo de ação você proporia? Que argumentos você destacaria para fundamentar sua proposta? Como os recursos tecnológicos e as mídias sociais poderiam contribuir para o desenvolvimento da sua ideia? Em dupla, elaborem a proposta de ação recorrendo às ferramentas digitais como principal veículo de divulgação da campanha.

As desigualdades sociais perduram

Conquistas importantes também ocorreram no campo educacional e na saúde. Nos anos 1980, o Brasil ostentava dados alarmantes de analfabetismo, evasão escolar e de baixa escolaridade da população. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as últimas décadas foram marcadas por transformações importantes no campo educacional, com a redução do analfabetismo entre a população com mais de 15 anos, que era de 25,9% em 1980 e passou a 13,6% a partir dos anos 2000, e a inclusão de 97,8% das crianças de 6 a 14 anos na escola, em 2017. Na saúde, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua implementação em 1990 representaram um avanço fundamental na universalização do atendimento. Essas mudanças, garantidas legalmente pela Constituição de 1988, afetaram a vida de milhões de brasileiros e constituem passos expressivos para a expansão da cidadania no país.

No entanto, apesar dessas e de outras importantes conquistas, as desigualdades sociais ainda perduram no Brasil. Elas se expressam nas limitações encontradas pelos negros para ingressar no mercado de trabalho; na baixa participação feminina na política; na exclusão social e na violação sistemática dos direitos dos povos indígenas; no aumento da criminalidade e dos índices de violência contra a população negra, de feminicídio e de homofobia; na concentração de renda; nas diferenças salariais entre homens e mulheres, e entre brancos e negros; na baixa qualidade de muitos serviços prestados pelo Estado; na violência policial; na ausência de políticas de reforma agrária; na devastação ambiental; e em diversas outras esferas de nosso tecido social.

Somos povos para nos fazermos

Mas, afinal, qual é o nosso papel nessa sociedade? O que precisamos fazer para garantir que as mudanças, que são a marca de nosso tempo histórico, possam garantir uma vida menos desigual para milhões de brasileiros? Para responder a essas questões, temos de desnaturalizar nossa realidade e reinterpretar nossa história.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, o futuro da sociedade brasileira tem que reconhecer em seu passado aquilo que a transformou no que ela é hoje. A partir daí, em um esforço individual e coletivo de reflexão e ação, precisamos determinar "uma utopia do melhor que o Brasil pode ser". É nesse ponto que nossos projetos de vida se encontram com o projeto de sociedade que desejamos ser. **Doc. 2**

"Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante. [...]

Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre porque sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades."

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 455.

Como vimos ao longo deste capítulo, nossa existência individual não pode ser desvinculada da sociedade da qual fazemos parte. Os desejos e os sonhos dos indivíduos só se realizam, portanto, quando existem condições sociais favoráveis para isso. Temos de tratar dos principais problemas do país e criar nossa utopia, o horizonte para o qual caminhamos e no qual vislumbramos a nossa existência.

De olho no presente

A concentração de renda no Brasil

"No Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país (no Catar essa proporção é de 29%). Ou seja, quase um terço da renda está nas mãos dos mais ricos. Já os 10% mais ricos no Brasil concentram 41,9% da renda total. Em terceiro lugar está o Chile, com 23,7% de concentração da renda total nas mãos da parcela 1% mais rica da população."

Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. *G1*, 9 dez. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em 4 set. 2020.

Questão Registre em seu caderno

- **Um dos principais problemas que o Brasil tem de enfrentar é o da concentração de renda, como apontam os dados da reportagem. Em grupo, debatam essa questão e produzam um texto com algumas propostas para combater a concentração de renda no país.**

(BNCC) Competências específicas: 1, 4, 5 e 6

Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS106 EM13CHS402 EM13CHS502 EM13CHS503 EM13CHS601 EM13CHS606

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PODERIA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Doc. 1

Coronavírus, tecnologia e desigualdades sociais no Brasil

"Os efeitos produzidos pela pandemia nos sistemas educacionais, e particularmente no mundo do trabalho, apenas escancararam o abismo existente entre os *insiders* e os *outsiders* da economia digital. De um lado, as pessoas aptas a explorar as vantagens proporcionadas pelos novos recursos tecnológicos que dão suporte ao aprendizado virtual e ao trabalho remoto, de outro, as pessoas alijadas das oportunidades, virando-se na improvisação para sobreviver, expostas aos riscos e sem qualquer certeza quanto ao seu futuro. [...]

No Brasil o cenário é bastante ruim. [...] A situação do mercado de trabalho já era dramática antes mesmo da pandemia. [...] A pandemia só veio agravar o quadro de adversidades, ampliando as desigualdades de acesso ao mercado de trabalho e ao sistema de educação. No Brasil, os informais são os mais afetados pelas medidas de isolamento social. Ao mesmo tempo, são os que têm mais dificuldade de se beneficiar das novas tecnologias relacionadas ao trabalho remoto. Grande parte dos trabalhadores brasileiros possui baixa qualificação, está inserida em postos de trabalho altamente rotativos e de baixa remuneração. E o que falar dos *gaps* educacionais? Para citar apenas um exemplo, a exclusão digital atinge cerca de 30% dos alunos no Brasil, demonstrando a necessidade de universalizar o acesso aos instrumentos virtuais de aprendizado em todas as modalidades de ensino, e muito especialmente no ensino técnico e profissional."

LANZARA, Arnaldo Provasi. Mudanças tecnológicas, exclusão digital e os desafios da proteção social. *Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz*, 6 jul. 2020. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=Mudancas-tecnologicas-exclusao-digital-e-os-desafios-da-protecao-social>. Acesso em 2 set. 2020.

Doc. 2

Para os jovens brasileiros

"Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando e lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização de crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas. [...]

Estou certo de que a dignidade e até o gozo de viver que tenho me vêm dessa atitude básica de combatente de causas impessoais. Tanto que me atrevo a recomendar duas coisas aos jovens de hoje. Primeiro, que não respeitem seus pais, porque estão recebendo, como herança, um Brasil muito feio e injusto, por culpa deles. Minha também, é claro. Segundo, que não se deixem subornar por pequenas vantagens em carreirinhas burocráticas ou empresariais pelo dinheirinho ou dinheirão que poderiam render. Mais vale ser um militante cruzado, acho eu. [...]

É indispensável [...] ganhar a totalidade da juventude brasileira para si mesma e para o Brasil. O dano maior que nos fez a ditadura militar, perseguindo, torturando e assassinando os jovens [...] foi difundir o medo, promover a indiferença e a apatia. Aquilo que o Brasil mais necessita, hoje, é de uma juventude [...] que não abdique de sua missão política de cidadãos responsáveis pelo destino do Brasil [...].

Eis o que peço a cada jovem brasileiro: repense estas ideias, reavalie estes sentimentos e assuma, afinal, uma posição clara e agressiva no quadro político brasileiro."

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2015. p. 215-219.

***Gap*:** palavra de língua inglesa que significa lacuna, descompasso, disparidade.

(BNCC) Competências específicas: 4, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS402 EM13CHS403 EM13CHS502 EM13CHS504 EM13CHS605 EM13CHS606

Atividades

Compreender

Registre em seu caderno

Doc. 1

1. Por que as desigualdades sociais se tornaram mais latentes no Brasil durante a pandemia?
2. Em sua opinião, tomando como referência os dados sobre educação do texto, o acesso à tecnologia deveria ser considerado um direito básico?

Analisar

Doc. 2

3. O que o antropólogo Darcy Ribeiro reivindica aos jovens nesse texto?
4. Que sentido o autor atribuiu às inúmeras lutas que ele travou ao longo da vida?
5. Em sua opinião, quais lutas ainda precisam ser travadas na sociedade brasileira e qual deve ser o papel da juventude nesse processo?
6. Em um mundo marcado pela transformação e por tantos dilemas, como você poderia contribuir para a mudança de nossa sociedade?

Retomar

7. Responda às questões-chave do início do capítulo.

- Quais são as principais mudanças ocorridas no campo das ideias no mundo contemporâneo? Como elas nos ajudam a refletir sobre o Brasil de hoje? Quais são as grandes mudanças da sociedade brasileira nas últimas décadas? Qual deve ser nosso papel nessa sociedade em transformação?

Atividades

Capítulos 13, 14, 15 e 16

Registre em seu caderno

(BNCC) Competências específicas: 1, 4 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS102 EM13CHS104 EM13CHS105 EM13CHS402 EM13CHS404 EM13CHS601 EM13CHS603

Compreender

1. (Uerj-2019).

"Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil (1988)

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil."

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/preambulo.asp>. Acesso em 7 set. 2020.

A Constituição brasileira vigente promoveu mudanças que visam a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, como menciona seu preâmbulo. A premissa de garantir e valorizar esses direitos está relacionada ao seguinte aspecto naquela conjuntura do país.

a) Atendimento de pressões externas pela abertura do regime.
b) Aumento do extremismo ideológico pelos partidos políticos.
c) Crise da economia nacional causada pela escalada da inflação.
d) Crítica da repressão política instituída pelos governos autoritários.

2. (Enem-2016).

"A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas."

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de:

a) aumento da renda nacional.
b) mobilização do movimento negro.
c) melhoria da infraestrutura escolar.
d) ampliação das disciplinas obrigatórias.
e) politização das universidades públicas.

Pesquisar

Ao estudar a história do Brasil, nos deparamos com várias possibilidades de análise e interpretação de nossa sociedade. Seja qual for nossa abordagem, vamos encontrar inúmeros dilemas e conflitos, assim como um conjunto de elementos que fazem de nosso país uma nação singular.

As últimas décadas foram marcadas por intensas e profundas transformações, que causaram impactos e mudanças importantes em nossa sociedade. Hoje, racismo, direitos, desigualdades sociais, homofobia, meio ambiente, machismo, exclusão social e preconceitos estão no cerne dos debates da sociedade brasileira e nos colocam diante do seguinte dilema: que país queremos para o futuro?

Para incentivar sua reflexão sobre essa questão, esta atividade de pesquisa propõe a comparação entre o Brasil que temos e o Brasil que queremos para o futuro. Para isso, siga os passos sugeridos abaixo.

Passos do trabalho:

1. Observe seu cotidiano e registre os elementos (materiais ou simbólicos) que revelam o que o Brasil significa hoje para você. Você poderá usar recortes de jornal, fotografias, textos, obras de arte, músicas, vídeos, entre outros recursos que sejam capazes de expressar sua percepção sobre a realidade brasileira.

2. Compare o Brasil que temos com aquele que você deseja para o futuro.

a) Existe distância entre a realidade de hoje e o que você espera para o país?
b) O que aproxima ou afasta o Brasil do presente do Brasil do futuro?
c) Quais são os pontos positivos e os negativos do Brasil de hoje?
d) O que você gostaria que permanecesse no Brasil do futuro? O que você acha que precisa ser modificado? Como você poderia contribuir para essa mudança?
e) Qual deve ser o papel da juventude nesse contexto?
f) Qual deve ser o papel das autoridades e da sociedade brasileira em geral?

3. Expresse por meio de imagens, textos, vídeos ou qualquer outra forma de manifestação artística o que você anseia para o Brasil no futuro. Dê vazão à sua sensibilidade e criatividade.

4. Compartilhe com seus colegas de turma sua percepção sobre a realidade brasileira e sobre seus desejos para nosso país no futuro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Aprofundar o conhecimento

O Brasil, o futuro e a importância da juventude

"O Brasil, o gigante americano, está numa encruzilhada. Para alguns com risco de derrapar na próxima curva. [...].

O fato é que o Brasil luta para sair de uma situação que começou a incomodá-lo: cansou-se de ser 'o país do futuro' e quer ser o do presente, do agora. [...].

Qualificar o Brasil como país do futuro acarretava implicitamente que ele ainda não era um país adulto, e sim um adolescente. Embalados por esse mantra, os brasileiros se sentiram esperançados, mesmo sofrendo as garras da realidade presente, cheia de injustiça social, desigualdades dramáticas e serviços públicos de Terceiro Mundo.

Agora, os brasileiros querem ser adultos, sem esperar esse futuro incerto, porque além do mais o relógio da História se acelerou, e seus filhos e netos – que serão, esses sim, o futuro do Brasil – nascem já com o pé no acelerador e a mão no *smartphone*. [...] É sintomático que, em todos os países onde se desencadeou com violência um movimento de protesto para mudar as coisas, tal revolta tenha sido capitaneada sobretudo pelos jovens [...].

E no Brasil? Algo que deveriam levar em conta os que governam os países [...] é que os jovens representam um impulso para a mudança.

Os jovens precisam estar na primeira fila quando se trata de mudar as coisas, porque levam no seu sangue quente o aguilhão da pressa e a ânsia pelo novo [...].

Os poderes podem às vezes cooptar esses jovens com falsos ideais apresentados a eles como revolucionários ou progressistas. Trata-se muitas vezes de operações populistas e enganosas, que acabarão um dia explodindo e se rebelando contra tais poderes. Os jovens costumam ser agregadores, grupais, ao passo que, muitas vezes, os políticos separam e discriminam a ponto de considerarem seus adversários como inimigos.

Os governos de alguns países já estão pagando o preço por terem enganado os jovens impedindo-os de participar em plena liberdade das mudanças de época. E quando os jovens despertam dos pesadelos autoritários que lhes foram impostos, ressurgem em seus protestos com uma força renovada e até perigosa [...].

E, para conseguir o que querem, os jovens não se comportarão como filhos bons, educados e obedientes. Foram sempre, e continuam sendo hoje, iconoclastas, idealistas e pragmáticos ao mesmo tempo, por paradoxal que pareça. [...]. Tudo isso é, ao mesmo tempo, um alerta e uma esperança, para o Brasil e para todo o continente latino-americano, já que, enquanto as águas transbordadas podem ser benéficas ou devastadoras, as estancadas acabam sempre apodrecendo. [...]

Os jovens hoje são ecumênicos. [...] São filhos do presente. Ignorar isso é brincar com fogo. O Brasil será julgado pelo hoje, não pelo ontem [...]."

ARIAS, Juan. O Brasil cansou de ser o "país do futuro"? *El País*, 13 maio 2014. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/13/opinion/1400006669_073402.html>. Acesso em 7 set. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

(BNCC) Competências específicas: 1, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101 EM13CHS106 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS606

Atividades

Analisar

Registre em seu caderno

1. De acordo com o texto qual é o principal problema de qualificar o Brasil como "país do futuro"?
2. Em sua opinião, que fatores teriam contribuído para que os brasileiros começassem a reivindicar mudanças para o país?
3. Por que, para o autor, os jovens representam uma dimensão tão importante das mudanças sociais?
4. Analisando o caso brasileiro, você acha que os governos dão atenção e importância à juventude, como sugere o autor? Explique sua opinião.

Redigir um texto

5. Vimos nesta unidade que nossas biografias e escolhas pessoais caminham junto com a história e a realidade de nosso país. Assim, como você planeja seu futuro? Que tipo de país precisaremos ter para que seus planos para o futuro possam se concretizar? Quais são as conexões existentes entre a sua história e a do Brasil? Redija um relato em primeira pessoa apontando seus desejos, planos e sonhos para o seu futuro e o do Brasil. Destaque que tipo de sociedade você espera que tenhamos para que seus anseios possam ser concretizados.

MODENA

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Esse livro analisa vários aspectos da vida urbana no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX, mostrando como aqui se criaram formas de viver diferentes das da metrópole.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Conjunto de estudos variados do filósofo grego Aristóteles que trata dos fundamentos da política, com finalidade descritiva e prescritiva; sua reflexão foi tão profunda que é referência obrigatória de todo o pensamento político moderno e contemporâneo.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Apresenta textos clássicos e contemporâneos, complementares ou divergentes entre si, compondo um registro panorâmico ou um painel abrangente (mapa) em relação às questões sobre nação e nacionalismo, identidade nacional, Estados nacionais, espaços de construção da cidadania etc.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*: da independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2018. v. 3.

Essa obra retrata o processo de enfraquecimento do domínio colonial português e espanhol na América, além dos conflitos, das guerras e das disputas que culminaram na independência das colônias.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Em dois volumes, essa coletânea foi elaborada em comemoração aos cinquenta anos da Cepal e apresenta a importância da instituição no cenário latino-americano. Os livros reúnem textos clássicos de grandes intelectuais das ciências sociais da América Latina.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica. *In*: CORREA, Anna Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo. (org.) *Simón Bolívar. Política*. São Paulo: Ática, 1983.

Escrito de Simón Bolívar, de 1815, esse livro contém suas principais ideias iluministas e liberais sobre a emancipação colonial da América Latina, no contexto da luta pela independência.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Cidadania, um projeto em construção*: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Coletânea de textos sobre os principais temas do Brasil contemporâneo, essa obra traz importantes reflexões sobre política, justiça, desigualdades sociais, violência, diversidade sexual, entre outros assuntos, e a estreita relação desses temas com a questão da cidadania.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Nessa obra, o autor reconstrói os principais impasses vividos pela nascente República brasileira e os desafios no processo de construção da cidadania no país.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Esse livro é resultado de um esforço conjunto de reflexão e atualização dos debates da Geografia contemporânea na reconstrução de seus conceitos fundadores, como também nas possibilidades de sua aplicação aos problemas que afetam a dinâmica espacial e com os quais as sociedades atuais se defrontam.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. A ideia de filosofia no Brasil. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 39, 2011.

Artigo que trata do conceito de filosofia brasileira com base no estudo da emancipação do aristotelismo da *Ratio Studiorum* (ensino jesuíta) e da assimilação da filosofia moderna.

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens*. São Paulo: Contexto, 2010.

Esse livro traz discussões fundamentais para Geografia, como a organização econômica, política e social do espaço em sua relação com o meio ambiente; faz uma análise espacial dos grupos sociais com propostas à construção de um futuro para as novas gerações. Leitura essencial para compreender relações sociedade-natureza na atualidade.

COGGIOLA, Oswaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

Essa obra reconstrói a história das ditaduras latino-americanas ressaltando suas similaridades, suas particularidades e seus principais personagens.

COMTE, Auguste. *In*: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Comte*. São Paulo: Ática, 1978.

Seleção de textos de Comte, organizada por Evaristo de Moraes Filho, que possibilita o conhecimento das principais ideias desse filósofo e do positivismo social.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

Essa obra reconstrói de forma precisa o processo de abolição da escravidão no Brasil, ressaltando seus principais atores, os impasses e as limitações.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Tomando a abolição como parâmetro de sua investigação, a historiadora reconstrói e analisa nessa obra as condições subjetivas que permitiram uma mudança estrutural no país e que criaram as bases para a transição de um Brasil monárquico e escravocrata para um país republicano e livre.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*: campanha de Canudos. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Publifolha, 2000.

Uma das obras mais importantes da literatura nacional, esse livro retrata a Guerra de Canudos e oferece ao leitor um detalhado panorama dos conflitos ideológicos e políticos que marcaram o Brasil no início do século XX.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Com base na análise de festividades, como o Carnaval, o antropólogo ofereceu uma inovadora interpretação da sociedade brasileira, observando como determinados aspectos da realidade do país, a exemplo das desigualdades e das hierarquizações sociais, são dramatizadas e ressignificadas nesses eventos.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Essa obra analisa a estreita relação entre mundo público e privado dos brasileiros, a partir da analogia com a casa e a rua. Essas distinções ensejam comportamentos diferenciados e, por vezes, conflitantes.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

Com base na obra de Lewis Carroll e do pensamento estoico, Deleuze busca formular uma teoria de sentido. Opondo-se às concepções tradicionais que buscam a univocidade, o filósofo defende a pluralidade e o jogo fluido do sentido.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Trata-se de um conjunto de artigos e conferências sobre o estruturalismo, em que Derrida investiga diversos pensadores, como Husserl, Freud, Heidegger, Saussure, Foucault, Lévinas, Bataille e Lévi-Strauss.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Esse livro analisa o que ocorreu politicamente no Brasil após a vinda da corte e da família real em 1808.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1993.

Com base na análise da realidade brasileira, o autor discute, de forma acessível aos jovens, questões relativas aos direitos e às desigualdades sociais.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Unimep, 1982.

Essa obra inaugura a crítica contemporânea ao eurocentrismo e à modernidade com base na perspectiva dos povos oprimidos, em especial os latino-americanos, e de sua emancipação, e expõe os princípios da filosofia da libertação.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983.

Importante referência para a compreensão do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, essa obra aborda a história do movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1890 e 1920.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

Aborda os processos e as peculiaridades adotadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, revelando como a ausência

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

de rupturas com o passado acabou criando uma democracia restrita no país.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 1.

Primeiro volume da coletânea de artigos acadêmicos sobre o Brasil republicano, a referida obra analisa o conturbado período que vai da proclamação da República até a Revolução de 1930.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2.

Essa obra analisa e reconstrói os principais eventos que marcaram a década de 1930, com especial ênfase para o Estado Novo.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 4.

Aborda o período da ditadura civil-militar brasileira até a mobilização decorrente dos movimentos sociais que agitaram o país no final do século XX.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do regime autoritário*: ditadura militar e redemocratização – Quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Composta de uma série de artigos, essa obra reconstrói, o período da ditadura civil-militar no Brasil, bem como suas consequências e seus desdobramentos ao longo das últimas décadas.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2009.

Esse artigo analisa o processo de construção da identidade nacional brasileira, destacando o caráter ideológico desse processo.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

A obra alia a pesquisa histórica com a análise econômica, oferecendo um importante painel do processo de formação econômica do país, desde a colonização até a industrialização e seus desafios no século XX.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

Uma das obras de referência das ciências sociais no Brasil, retrata o processo de constituição e formação da sociedade brasileira, tomando a miscigenação entre brancos, negros e indígenas como o principal referencial.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Trata dos problemas contemporâneos da América Latina a partir de sua história, da colonização opressora e exploradora europeia que sustentou o desenvolvimento do capitalismo e estabeleceu uma posição subalterna dos países latino-americanos no cenário mundial.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Importante obra da historiografia e da sociologia brasileira, esse livro analisa o processo de formação da sociedade brasileira, ressaltando as heranças da colonização e de seu legado cultural na organização social e política do país.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1987.

A partir da temática da escravidão, do racismo e das relações capitalistas, o autor traça um relevante paralelo de como o capitalismo, especialmente o implementado nas colônias, se beneficiou dessa relação.

KARNAL, Leandro (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2017.

Essa obra reconstrói os principais eventos que marcaram a história da sociedade estadunidense, ressaltando como o país se tornou uma potência militar, econômica, política e cultural no último século.

KOSIK, Karen. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Esse livro analisa o mundo da reificação (das aparências enganadoras e dos preconceitos) e a possibilidade de sua superação com base nos conceitos de práxis e de totalidade concreta.

LEAL, Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Relevante obra sobre as relações políticas e de poder da sociedade brasileira, esse livro aborda como a estrutura do coronelismo orientou a dinâmica e a organização da República brasileira.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

Escrito em colaboração com Sébastien Charles, nesse livro, além de sua biografia, o filósofo Lipovetsky trata das principais características do que ele chama de hipermodernidade.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

Importante reflexão do filósofo francês, anunciando as mudanças no saber do capitalismo contemporâneo e inaugurando os primeiros entendimentos sobre a sociedade pós-moderna.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Principal obra política de John Locke, na qual expõe, no primeiro livro, sua oposição ao absolutismo; no segundo, o filósofo defende sua concepção contratualista da formação da sociedade política.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

Essa obra trata do liberalismo do ponto de vista crítico, opondo-se à história convencionalmente divulgada, chamando a atenção de aspectos do pensamento liberal que até agora tinham sido ocultados.

MACHADO, Mônica S. *Geografia e epistemologia*: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Rio de Janeiro: GeoUerj, 1997.

Esse livro é um mergulho em conceitos-chave da Geografia, com reflexões que permeiam o debate epistemológico. Além disso, faz um esforço em aprimorar os conceitos de território e de territorialidade e espaço, com o intuito de embasar o conhecimento geográfico.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Trata-se de uma coletânea de ensaios sobre o fenômeno da escravidão no continente americano no século XIX.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. *IHU On-line*. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535730-filosofia-da-libertacao-como-ponto-de-partida-para-pensar-os-direitos-humanos-na-america-latina-entrevista-especial-com-alejandro-rosillo-martinez>. Acesso em 23 ago. 2020.

MARX, Murilo. *Nosso chão*: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989.

Análise da laicização do espaço urbano brasileiro.

MELO, Victor Andrade de. Garrincha × Pelé: futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 20, n. 4, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16635/18348>. Acesso em 30 jul. 2020.

A partir da temática do futebol, o autor analisa nesse artigo como o esporte acabou se tornando um importante elemento no processo de construção da identidade nacional brasileira.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

Esse livro apresenta um estudo, à luz da história ambiental, das relações entre o ser humano e o meio ambiente no contexto da expansão econômica cafeeira paulista, nas primeiras décadas do século XX.

MONTE ALVERNE *apud* DURAN. *In*: DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858). *Almanack*, Guarulhos, n. 9, p. 115-135, abr. 2015.

Artigo que trata da filosofia eclética de Victor Cousin e suas repercussões no Brasil no século XIX: Silvestre Pinheiro Pereira e Francisco Monte Alverne.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

Resultado de uma investigação sobre o movimento ocorrido entre 1912 e 1916, no interior de Santa Catarina, essa obra retrata como o questionamento sobre as mudanças políticas e econômicas ocorridas na região acabou se fundindo com um movimento de cunho religioso.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Reflexões dos principais conceitos desse pensador sobre política, os quais exerceram influência no pensamento político moderno e contemporâneo.

MORAES, Antonio Carlos R. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.

Esse livro traz importantes reflexões sobre a obra de Milton Santos, com discussões analíticas em relação aos conceitos clássicos do autor.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Além disso, estabelece relações com outros pensadores da produção geográfica brasileira e problematiza ausências e antagonismos das fundamentações teóricas de Milton Santos como um convite a novos estudos teóricos, em novos contextos e conjunturas.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Annablume, 2005.

Esse livro trata de conceitos geográficos com reflexões sobre as formas espaciais; espaço produzido; historicidade da paisagem; espacialidade de organizações sociopolíticas específicas para se compreender a dinâmica da sociedade.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Composta de um amplo acervo histórico, essa obra retrata a rebelião ocorrida em 1910 comandada por João Cândido, o almirante negro, bem como as severas retaliações sofridas pelos revoltosos.

MOREL, Marco. *A saga dos botocudos*: guerra, imagens e resistência indígenas. São Paulo: Hucitec, 2018.

História dos Botocudos (ou Aimorés) por meio das fontes textuais e iconográficas produzidas sobre esse povo indígena.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Paco Editorial, 2016.

Esse livro analisa as transformações no espaço público carioca na passagem do absolutismo para o liberalismo constitucional.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Esse livro aborda as múltiplas facetas da ditadura civil-militar brasileira, bem como seus principais atores e eventos.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *Blocos regionais e desenvolvimento*: União Europeia e Mercado Comum do Sul. Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2018.

Resultado do doutorado do autor, esse livro trata de um estudo sobre as similitudes e as diferenciações entre as experiências regionais da UE e do Mercosul. Além disso, apresenta um debate mais amplo acerca da complexidade da questão regional na atualidade: a política regional da União Europeia e as iniciativas de integração na América do Sul.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

Coletânea de artigos, a obra aborda questões sobre a história política, econômica, social e cultural de diversos países da América Latina, oferecendo ao leitor novas possibilidades comparativas sobre a realidade latino-americana e sua história.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: história do levante dos Malês 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Esse livro analisa a história do levante dos Malês no contexto da sociedade baiana colonial.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

De forma crítica, o historiador destaca a importância de considerar os múltiplos fatores que corroboraram para a tomada do poder pelos militares, bem como o papel desempenhado pela sociedade brasileira na legitimação do regime.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2015.

Coletânea de textos do autor, essa obra é um conjunto de reflexões do autor sobre os principais problemas da sociedade brasileira, como a pobreza, a violência, o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Essa obra retrata o processo de formação da sociedade brasileira, tomando como referência a miscigenação e o contato entre brancos, afrodescendentes e indígenas.

ROMERO, Silvio. *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia da *Deutsche Zeitung*, 1878.

Ensaio crítico de 1878 no qual o autor se ocupa do início do desenvolvimento da filosofia brasileira e trata de diversos autores, como Monte Alverne, Eduardo França, Patrício Muniz, Soriano de Souza, Pedro Américo e Tobias Barreto.

ROSS, Jurandyr L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2019.

Trata-se de uma coletânea de temas da geografia da natureza e da sociedade apresentados de forma analítica.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Esse livro faz uma análise histórica e econômica sobre três ferrovias do Estado de São Paulo – a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana –, com reflexões sobre problemas e perspectivas do transporte ferroviário e sua importância na economia cafeeira paulista.

SAMPAIO, Josiane N. M. *A política invade a cena*: vida teatral no Rio de Janeiro entre 1831 e 1848. Dissertação de mestrado. Guarulhos. EFLCH/Unifesp, 2018.

Mostra a politização da sociedade carioca por meio da popularização das encenações teatrais.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Opúsculo escrito pelo poeta e ensaísta Jair Ferreira dos Santos, essa obra trata das características centrais da pós-modernidade, iniciada na década de 1950.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização*. São Paulo: Cultura Vozes, 1997.

Esse livro faz uma análise da fase atual da história, definida como período técnico-científico-informacional. Traz reflexões sobre interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social e em todas as partes do mundo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1995. Disponível em <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_03.pdf>. Acesso em 29 jul. 2020.

Esse artigo problematiza o processo de construção da identidade nacional brasileira, com base no questionamento do papel da miscigenação e de como ela foi sendo apropriada e utilizada de forma distinta na configuração da identidade da nação ao longo do tempo.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

As autoras analisam a história da sociedade brasileira dando espaço para que eventos do cotidiano e as pequenas histórias possam se somar às grandes narrativas sobre o país.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Com base na análise das ideias e dos discursos produzidos pela elite intelectual do país nos anos iniciais da República brasileira, o autor resgata os principais anseios, frustrações e valores que contribuíram para a interpretação do Brasil naquele momento.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

Essa obra analisa a estreita e contraditória relação entre a produção cafeeira brasileira e o processo de industrialização do país.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

Esse livro analisa as mudanças ocorridas na vida política no Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte portuguesa.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O "nascimento político" do Brasil*: as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Esse livro mostra como a vinda da Corte portuguesa configurou o processo de independência e do nascimento político do Brasil.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Da democracia na América*. Campinas: Vide Editorial, 2019.

Retrata as impressões e as análises do autor francês sobre a sociedade, a política, as relações sociais, os valores, a religião e a economia da então recém-independente nação estadunidense.

TULCHIN, Joseph S. *América Latina × Estados Unidos*: uma relação turbulenta. São Paulo: Contexto, 2016.

Esse livro faz uma reflexão sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina, e oferece um trabalho sólido sobre o tema "América Latina", suas relações internacionais e políticas públicas voltadas para o exterior.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Obra dedicada ao estudo e à reflexão do conceito da práxis como atividade transformadora do ser humano e do mundo.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política do café com leite". 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Essa obra analisa como as alianças políticas, travadas entre Minas Gerais e São Paulo no decorrer da Primeira República, foram marcadas por tensões, instabilidades e mudanças.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ISBN 978-65-5779-301-5